



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VANESSA PAULA DA PONTE MONTEIRO NEVES

INFÂNCIAS ENTRE CORTES E ESPELHOS:
beleza, consumo e subjetivação numa etnografia com crianças

CAMPINAS
2023



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VANESSA PAULA DA PONTE MONTEIRO NEVES

INFÂNCIAS ENTRE CORTES E ESPELHOS:

beleza, consumo e subjetivação numa etnografia com crianças

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. **Karla Adriana Martins Bessa**

Coorientadora: Profa. Dra. Guita Grin Debert

**ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA
ALUNA VANESSA PAULA DA PONTE
MONTEIRO NEVES E ORIENTADA PELA
PROF(A). DR(A). KARLA ADRIANA
MARTINS BESSA.**

**CAMPINAS
2023**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P777i Ponte, Vanessa, 1980-
Infâncias entre cortes e espelhos : beleza, consumo e subjetivação numa etnografia com crianças / Vanessa Paula da Ponte Monteiro Neves. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Karla Adriana Martins Bessa.
Coorientador: Guita Grin Debert.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Infância. 2. Beleza física. 3. Consumo (Economia). 4. Interseccionalidade. I. Bessa, Karla Adriana Martins, 1967-. II. Debert, Guita Grin, 1948-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Childhood between cuttings and mirrors : beauty, consumption and subjectivation in a ethnography with children

Palavras-chave em inglês:

Childhood

Beauty, Personal

Consumption (Economics)

Intersectionality

Área de concentração: Ciências Sociais

Títuloção: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Karla Adriana Martins Bessa [Orientador]

Iara Aparecida Beleli

Christiano Key Tambascia

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Glória Maria dos Santos Diógenes

Data de defesa: 28-04-2023

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <http://orcid.org/0000-0001-5064-4443>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0619356131235258>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado “Infâncias entre cortes e espelhos: beleza, consumo e subjetivação numa etnografia com crianças”, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de abril de 2023, considerou a candidata Vanessa Paula da Ponte Monteiro Neves aprovada.

Profa. Dra. Karla Adriana Martins Bessa

Profa. Dra. Iara Aparecida Beleli

Prof. Dr. Christiano Key Tambascia

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Profa. Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Dedico esta tese às crianças com quem interagi em pesquisa pela vida destas páginas.

Ao Bruno Ponte Neves, meu filho, por me parir como mãe-pesquisadora.

E à memória de Agatha Félix, 8 anos, e de Miguel Otávio Santana da Silva, 5 anos.

AGRADECIMENTOS

Para gestar esse texto foi imperativo, como diz Guimarães Rosa, “chamar a alegria a força como se chama a chuva na desgraça de uma seca demorada”. Tecida em tempos áridos do país (2016-2022), marcados por um golpe de Estado misógino, que destituiu uma presidenta eleita, o florescer desta tese – assim como muitas outras semeadas nesse período – pelejou com uma política de morte arquitetada para fraturar os sonhos, asfixiar a ciência, nublar os horizontes de quem quer que se erguesse contra o fascismo. Arrisco dizer que, com corpos fatigados pelo enfrentamento de um ciclo perverso de ataques à universidade pública e à produção do conhecimento, muitas pesquisadoras – especialmente as da área de gênero – poderiam ter escrito suas teses por vingança, mas o que se vislumbra são teses escritas por amor, essa força teimosa, “esse fundamento ético e político”, como diria bell hooks. Um amor nutrido no coletivo, nas trocas afetivas da pesquisa e nas demais veredas da vida. Abro aqui o justo espaço para agradecer as minhas próprias trocas, que foram esteios e tantas vezes impulsos para recomeços.

Agradeço a orientação da professora Karla Bessa, que – com a sua forma perspicaz de fazer ciência – quebra as amarras de uma “pedagogia dos eleitos” e dinamiza uma pedagogia das portas abertas, das pontes, da abertura de passagens para palavras ditas e escritas por sons, ritmos e movimentos diversos. Sou grata não só pelas suas criteriosas leituras e sugestões, mas também por fortalecer a visão de que o valor de um título acadêmico mora no fortalecimento da Universidade Pública e no engajamento diário na construção de uma política feminista.

Bendigo também a professora Karla por formar a “GrupA”, composta por seus orientandos e suas orientandas do Instituto de Artes e das Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Joana Campos, Fernanda Mendonça, Henrique Rodrigues, Mari Lourdes, Leticia Moreira, Shiro Takeuti, Patrick Borges, Alexandra Castro agradeço pelos aprendizados inundados de afeto, advindos de nossos mergulhos e quedas livres nas leituras, nos debates e no processo de construção dos textos.

Agradeço à professora Guita Debert pela coorientação desta tese, sobretudo, por sua vitalidade, por seus conhecimentos perenes e pela contagiante energia acadêmica. Agradeço também a acolhida em seu grupo de orientação, no qual pude dialogar com pesquisadoras inteiramente engajadas em seus ofícios, e com elas pude vislumbrar pesquisas tão necessárias

ganhando corpo e destino. Obrigada pela interlocução: Natália Lago, Vanessa Sander, Bruna Potechí, Clara Cazarini, Letícia Vicentin, Mariana Pulhez, Tatiana Perron e Lais Marachini.

Agradeço à professora Iara Beleli e ao professor Christiano Tambascia, que no exame de qualificação concederam-me não apenas leituras acuradas do texto; indicaram uma rota instigante de autoras, questões, desafios, reflexões, possibilidades analíticas, que percorri incansáveis vezes na confecção destas páginas. Agradeço, além disso, por integrarem a banca examinadora desta tese.

Agradeço às professoras Fernanda Bittencourt Ribeiro e Glória Diógenes, que aceitaram compor a banca de doutorado e pela forma inspiradora como entrelaçam as pesquisas na área de Estudos das Infâncias e Juventudes com engajamento ético e político e delicadeza no trato acadêmico.

Agradeço à Unicamp pelo pouso acadêmico na rua Cora Coralina. Nela abrigam-se o Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCH) e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e a essas instituições sou grata pelo encontro com professoras e professores que, cotidianamente, nutrem e zelam o fazer das pesquisas, ao mesmo tempo em que se engajam na defesa da universidade pública. Agradeço, especialmente, ao Núcleo de Gênero Pagu pela fortaleza de suas ações e acolhida nesta pesquisa.

Sou grata às amigas da travessia do doutorado, mulheres insurgentes, pelo aconchego em Campinas, por suavizarem fronteiras e derrubarem cancelas. Agradeço à Natalia Negretti, Lorena Caminhas, Vanessa Sander, Lauren Zeytounlian, Carolina Thompson, Domilla Pazini e Stephanie Lima pela fibra e altivez desse grupo que não confinou sonhos, ideais e palavras mesmo vivendo um cabo de guerra com uma conjuntura política arquitetada por capitães capatazes.

Agradeço à professora Adriana Piscitelli, que, após o seminário de tese, orquestrado pelas professoras Regina Facchini e Isadora Lins França, soprou sua sabedoria e delicadeza por meio de uma mensagem com importantes contribuições para os primeiros passos desta escrita. Agradeço ao Grupo de Trabalho da ABA “Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social”, organizado por Clarice Cohn e Fernanda Rifiotis, pelo frutífero debate sobre as reflexões desta pesquisa.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo suporte na concessão da bolsa.

Sou grata à Beatriz Suyama, cuja competência foi tantas vezes farol e bússola diante dos labirintos burocráticos da vida acadêmica.

Agradeço ao Fabrício Neves, meu infinito amor, minha poesia concreta, por abrir janelas e varandas no meu velho sótão, por agradecer o meu espírito com a beleza de seus gestos cotidianos, mover a palavra valente que abraça e por inventar – diuturnamente – a alegria no sonho que criamos para nós dois. Ou melhor, para nós três. Agradeço ao Bruno, nosso menino solar, que compartilhou com a escrita desta tese a sua desafiadora gestação, o milagre da sua chegada, a descoberta de nossos colos, o encanto com suas próprias mãos e com a tecnologia das pernas, o nascimento de sua voz e o amor pelo brincar... Aqui, na intimidade do desenho de cada parágrafo, moram todas essas descobertas, com peraltagens, despropósitos, imperativos, encantos e lições.

À minha mãe Paula Lima, ao meu pai Caetano Ponte e à minha irmã Bruna Ponte, minha fortaleza, meus elos atados pelos nós da rede, indeléveis nódoas de caju em meu peito, esperanças de um dia bonito pra chover, latifúndio de saudade, aliados no jogo duríssimo da sobrevivência, agradeço pelo encorajamento diário. As palavras desta tese estão de pés descalços no dia quente, sentindo a areia e o abraço do mar, ora brabo, ora resiliente, do nosso amor. Agradeço também à Dangila Maria, pelo seu bordado dos afetos, fino como uma renda de renascença.

Agradeço à família Monteiro Neves pela convivência amorosa ao longo desses anos de partilha, em especial a Maria da Consolação (*in memorian*), por semear a crença de que a dureza da vida não é páreo para a promessa da primavera. Agradeço também ao Denis Cardoso, elo definitivo.

Agradeço às presenças de mulheres potentes que em diferentes intensidades – de longe ou de perto – são substrato de força e delicadeza em minha trajetória. No correr dos meus dias, elas sussurram e bradam, voam e aterram, mordem e assopram, choram de rir, despertam pra sonhar, brincam na beirinha e mergulham profundo, atravessam oceanos sem jamais partir. Tecem os fios do ordinário e de milagres inacreditáveis: Arline Cavalcante (*in memorian*), Rosalette Lima, Fatima Farias, Fillipa Silveira, Nhayara Marinho, Nathercia Marinho, Florencia Furlotti, Wladiana Matos, Eli Matos, Patrícia Calvet, Vlândia Lima, Rosa Amélia Silva, Lu Hartmann, Manuela Matos, Monalisa Dias, Francisca Mendes, Débora Allebrandt, Rachel Neves, Maria de Fátima Alvim, Lizandra Paravidine, Daniele Maia, Sayonara Leal, Camila Gama, Mariana Toledo, Cristiane Lopes, Lilia Tavoraro, Débora Mensenberg, Antonádia Borges, Ana Antunes, Joana Lima, Gabriela Borges.

Sou grata ainda pela fineza de atenção e esteio das professoras e professores Luciana Hartman, Dennis Burns, Rosa Amélia Silva, Sofia Favero, Antonádia Borges, Cristina

Madeira, Edson Farias, Flávio Santiago, Lúdia Bueno Fernandes, Lea Carvalho, Claudio Lorenzo, Rita Passos e Georgina Fagundes.

Agradeço às equipes dos salões de beleza que acolheram a pesquisa e, sobretudo, sou grata a cada um de seus e suas integrantes pelo tempo, pela energia e pela paciência face a minha sede de detalhes.

Agradeço à rede de familiares que foram ponte para que eu pudesse aprender em pesquisa com as crianças, e a estas por compartilharem os seus pensamentos, sentimentos e brinquedos, em plena confiança. E, por fim, agradeço a toda fé que me move e “não costuma faia”.

RESUMO

Esta tese tem como foco de estudo a construção da autoimagem corporal por meninos e meninas pertencentes a diferentes realidades sociais e econômicas, na faixa etária entre 6 e 12 anos, moradores de Brasília e frequentadores de salões de beleza. A partir do princípio de que as crianças são agentes e intérpretes sutis de seus contextos culturais, priorizam-se as narrativas desses sujeitos sociais sobre os processos de construção de sua beleza. Busca-se desenvolver um trabalho etnográfico, com abordagem socioantropológica da infância, fundamentado nos estudos de gênero em uma perspectiva interseccional. Tomando como base os estudos de Kramer (2002), que destacam, em todos os momentos da pesquisa, a preocupação ética, extremamente necessária em trabalhos envolvendo crianças, são propostos os seguintes objetivos: a) discutir como os marcadores sociais da diferença (geração, classe, raça e gênero), operados nos salões de beleza, são manejados pelas crianças, reverberando nos processos de produção de suas aparências físicas; b) compreender os modos pelos quais crianças de diferentes classes vivenciam e significam a construção de suas aparências físicas, identificando o que isso revela sobre o meio social em que estão inseridas; c) fomentar uma reflexão acerca da construção sociocultural da beleza e suas relações com esses marcadores sociais. A metodologia fundamenta-se nas reflexões de Sarmiento (2003), Cohn (2005) e Corsaro (2011), que ressaltam a importância da realização de pesquisas socioantropológicas que primem pelo protagonismo dos pontos de vista das crianças, valorizando, assim, trabalhos feitos *com elas* e não simplesmente *sobre elas*. Nesse sentido, este trabalho se engaja no desenvolvimento de formas colaborativas de construção do conhecimento, busca conferir ênfase às expectativas das crianças e compreendê-las em sua diversidade. Ressalta-se que este estudo destaca os posicionamentos e as negociações de crianças frente às presenças incisivas, em seus cotidianos, do mercado da beleza e da valorização social de um estrito padrão estético.

Palavras-chave: Infância; Beleza; Consumo; Interseccionalidade; Etnografia.

ABSTRACT

This research focuses on the construction of body image by boys and girls belonging to different social and economic realities, aged between 6 and 12 years old, residents of Brasilia, frequenters of beauty salons. Starting from the principle that children are agents and subtle interpreters of their cultural contexts, the narratives of these social subjects about the processes of construction of their beauty are prioritized. I seek to develop an ethnographic work, with a socio-anthropological approach to childhood, based on gender studies, from an intersectional perspective with other social markers of difference, such as class and race. Taking as a basis the studies of Kramer (2002), which prioritize, in all moments of research, the ethical concern, extremely necessary in works involving child actors, I aim to develop the following objectives a) analyse the experiences related to the conviviality of girls and boys with the services offered by beauty salons, understanding how the categories body and beauty, daily operated in these establishments, are handled by the children, reverberating in the processes of production of their self-images and body perceptions; b) understand the ways in which children of different classes experience and mean the construction of their physical appearances, identifying what this reveals about the social environment in which they are inserted; c) encourage a reflection about the social construction of beauty and its relations with the social markers of difference (gender, class, race). To carry out this study, I base the methodology on the reflections of Sarmiento (2003), Cohn (2005) and Corsaro (2011), who emphasize the importance of socioanthropological research that emphasizes the protagonism of the points of view of children, thus valuing work done with them and not simply about them. In this sense, I am engaged in developing collaborative forms of knowledge construction, seeking to undertake work that emphasizes children's expectations and understands them in their diversity. I emphasize that the development of this study highlights the positions and negotiations of children facing the incisive presence, in their daily lives, of the beauty market and the social valorization of a restricted aesthetic standard.

Keywords: Childhood; Beauty; Consumption; Intersectionality; Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho de Mirela sobre a dificuldade de andar de sapatos no Sol Nascente.....	69
Figura 2 – Desenho de Ivna sobre sua caminhada incomodada pelos mosquitos	70
Figura 3 – Desenho de Edmilson da Rua do Salão da Deyse: “Cheia de buraco”	70
Figura 4 – Desenho de Alan: “Criança caindo no córrego.”	71
Figura 5 – Desenho de Sâmia com sua casa com goteiras e o percurso na chuva até o salão..	71
Figura 6 – Desenho de Breno no descampadão com camisa do Neymar e amigos guerreando nas pipas.....	73
Figura 7 – Desenho de José no campinho improvisado onde joga bola.....	73
Figura 8 – Desenho de Matias no córrego	73
Figura 9 – Desenho de Douglas como jogador famoso de futebol.....	74
Figura 10 – Desenho de Renato na academia.....	74
Figura 11 – Desenho de Lisa saindo de casa para ir ao salão.....	75
Figura 12 – Desenho de Marisa no Parque Olhos D’Água	76
Figura 13 – Desenho de Elisa na “casa dos sonhos”	76
Figura 14 – Desenho de Tiago: “Eu pegando altas ondas	76
Figura 15 – Desenho de Laís: “Eu e a mãe saindo salão pra fazer uma apresentação de dança no teatro no Plano	77
Figura 16 – Desenho de Laís: “Meu cabelo depois do salão”	77
Figura 17 – Desenho de Bianca com o engarrafamento do Recanto das Emas até a rodoviária	81
Figura 18 – Desenho de Bianca sobre sua ida da rodoviária até o salão	81
Figura 19 – Desenho de Leo dando uma volta no Conic.....	82
Figura 20 – Conic na visão de Valdir	82
Figura 21 – Desenho de Rejane sobre o caminho até o Encrespa	83
Figura 22 – Desenho de Andressa com o sonho da vaga para estacionar o carro	86
Figura 23 – Milena, 5 anos, mostra sua família passeando em área residencial na Asa Norte	86
Figura 24 – Desenho de Leiliane com a mãe, desfrutando a ida ao salão	87
Figura 25 – Desenho de Manuel saindo do bloco e indo para o salão	88
Figura 26 – Desenho de Diego com engarrafamento no trajeto até o salão	89
Figura 27 – Desenho de Lígia indo para o salão com a mãe	90
Figura 28 – Desenho de João. “Na frente do bloco”	91
Figura 29 – Mário desenha o trajeto para o salão com as casas dos pais nos extremos.....	92
Figura 30 – Autorretrato de Bruna	92

Figura 31 – Imagens nas paredes dos salões	107
Figura 32 – Imagem do primeiro corte, bebê de 9 meses.....	113
Figura 33 – Primeiro corte de menino em cadeira tanque de guerra.....	113
Figura 34 – Modelos de capas e cadeiras de corte	113
Figura 35 – Capas de corte direcionadas a meninas e meninos.....	113
Figura 36 – Menino (esquerda) com corte inspirado no cabelo do jogador Neymar (direita).....	119
Figura 37 – Criança com o símbolo do personagem Flash desenhado na cabeça	119
Figura 38 – Tipos de fios de cabelo.....	126
Figura 39 – Fotos de atrizes com cada tipo cabelo.....	126
Figura 40 – Criança fazendo luzes	131
Figura 41 – Menino com coloração à base de spray.....	131
Figura 42 – Cabelos tingidos.....	131
Figura 43 – Cabelos tingidos	132
Figura 44 – Festas de aniversário com a temática “Bolsonaro”*	146
Figura 45 – Festa de aniversário em salão de beleza.....	181
Figura 46 – Passeio na limusine em festa de aniversário no salão	181
Figura 47 – Cartaz do workshop “Cuidados com os cabelos crespos e a pele negra”	181
Figura 48 – Dia de diva – Salão A Turma do Cabelo.....	182
Figura 49 – Primas de 11, 12 e 13 anos “sobrancelhas feitas e maquiagem para festa de casamento”	182
Figura 50 – Serviço de limpeza facial e maquiagem.....	186
Figura 51 – Panfletos de divulgação da “festa dos heróis”	192
Figura 52 – Esmaltação e promoção desse serviço para mães e filhas.....	252
Figura 53 – Esmaltes infantis	256
Figura 54 – Esmaltação na festa de aniversário	257
Figura 55 – Autorretrato de maia “Tôu sando minha base nova e o Lookinho de ir ao <i>shopping</i> ”	286
Figura 56 – Autorretrato de Taila: “Aqui é na hora do treino”	292
Figura 57 – Autorretrato Sandra “Eu com meu relógio novo e minha BOTA nova”	298
Figura 58 – Autorretrato de João “tô de boa no campo da escola	304
Figura 59 – Autorretrato de Tânia “aqui eu tô rindo e meu cabelo tá quase na cintura”	311
Figura 60 – Imagens da princesa Tiana	316

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIHPEC	Associação Brasileira de Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
ABSB	Associação Brasileira dos Salões de Beleza
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de POB- Pesquisa de Orçamento Familiares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico Aplicado
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SICP	Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O CORPO DA PESQUISA.....	17
ENTRELAÇANDO FIOS DE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA.....	22
FIOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	28
Entrada em campo, ou na soleira da porta entre desconfianças, recusas e acolhimentos .	39
Texturas das palavras: estrutura da tese	42
PRIMEIRA PARTE – O CAMPO DAS PRODUÇÕES DE BELEZAS E OS TERRITÓRIOS DA PESQUISA	45
1 Atravessando os portais da beleza: rituais de entrada nos salões e os aportes teóricos	45
2 Cores, espelhos e cortes: razões para uma etnografia com crianças nos salões.....	59
2.1 NO TRAÇO DO ARQUITETO E PARA ALÉM DELE: A CAPILARIDADE DOS SALÕES EM BRASÍLIA	64
2.2 OS TERRITÓRIOS DOS SALÕES DE BELEZA: CRIANÇAS COMO GUIAS	66
2.3 PORTAS ABERTAS?	93
SEGUNDA PARTE - CLOSES NAS PARTES DO CORPO: A PRODUÇÃO DE CORPOREIDADES	99
INTRODUÇÃO A SEGUNDA PARTE	99
3 CABELOS.....	106
3.1 DO PRIMEIRO AOS MUITOS CORTES.....	110
3.2 CORTES EM CENAS	132
3.3 DAS TESOURAS, DOS DESEJOS, DOS ESPELHOS SOCIAIS: FIOS INTERPRETATIVOS.....	137
3.3.1 Cadeiras de corte	139
3.3.2 Entrelaçamentos entre cortes e marcadores sociais da diferença	143
3.3.3 Alisamento capilar: complexidade de sentidos	168
3.3.4 Quem pode bancar a beleza normatizada?	174
4 ROSTOS.....	179
4.1 CORES E SOMBRAS EM CENAS.....	193
4.2 AS VARIADAS FACES DA BELEZA: MIRADAS INTERPRETATIVAS	201
4.3 AS FACES DAS MORALIDADES: INFÂNCIAS, BELEZA E SEXUALIDADE	232
5 MÃOS E PERNAS.....	238
5.1 MÃOS.....	238
5.1.1 A beleza nas mãos	239
5.1.2 Mãos em cenas	246
5.2 TOQUES INTERPRETATIVOS	250
5.3 PERNAS	266
5.4 PELO NÃO.....	267

5.5 PELO SIM.....	273
5.6 O QUE DESVELA O CLOSE?.....	278
TERCEIRA PARTE – OS MUNDOS DAS COISAS DA BELEZA ENTRE SALÕES, LARES E ESCOLAS.....	281
6 A BELEZA NAS VOZES DAS CRIANÇAS	281
6.1 VOZES DA BELEZA.....	286
6.2 O QUE DESVELAM AS NARRATIVAS DAS CRIANÇAS?.....	316
6.2.1 O mundo das coisas da beleza.....	316
6.2.2 Balanças, espelhos e as métricas da beleza	319
6.2.3 Controles remotos, telas e as conexões da beleza	327
6.2.4 As faces da privatização dos cuidados da beleza e por uma política da beleza	333
CONCLUSÃO: CAMINHOS TRA(N)ÇADOS	337
REFERÊNCIAS.....	353
APÊNDICE A – DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	374

INTRODUÇÃO: O CORPO DA PESQUISA

Acompanho o movimento do vestido florido e das ágeis sandálias rosa adentrando o salão de beleza. É Maria, com a vivacidade dos seus 6 anos. Passos apressados, olhos inquietos e punhos bem cerrados, ela vai ao encontro de Andrea, funcionária do salão. A acolhida é imediata. Um sorriso aberto, o corpo que se curva para se aproximar da menina, as mãos espalmadas postas ternamente abaixo das pequenas mãos fechadas. “Oi, Maria! E essas mãozinhas?!” Como resposta, os pequenos dedos são exibidos e o esmalte rosa já desgastado se revela. “Olha tia, saiu tudo, tá muito feio!”, reclama Maria, hoje com o batom clarinho que ganhou aos três anos de seus pais como recompensa por ter deixado a chupeta. Converso com a cena e indago. Preocupação com a imagem? Noções de higiene? Aprendizados da beleza? Dimensão lúdica das cores dos esmaltes? Trocas afetivas no salão? O que me diz Maria? Tudo em mim eram perguntas, vontade do encontro e uma pesquisa para viver. (Trecho do diário campo, em: jun. 2016, primeiras visitas ao salão Astros e Estrelas).

Trago o fragmento acima para a abertura desta tese por duas razões centrais: 1) o desejo de destacar, antes de tudo, o movimento de Maria, que, assim como outras crianças, ofertou vida e sentido à pesquisa de doutorado; 2) o fato de chamar a atenção para as muitas perguntas que vicejaram em mim a partir dos movimentos da menina, pois foram justamente essas indagações que gestaram a tessitura destas páginas.

Esta pesquisa teve como foco de estudo a construção da autoimagem corporal por meninos e meninas pertencentes a diferentes realidades sociais e econômicas, na faixa etária dos 6 aos 12 anos, moradores do Distrito Federal e frequentadores de salões de beleza. Partindo-se¹ do princípio de que as crianças são agentes e intérpretes sutis de seus contextos culturais, são priorizadas suas narrativas sobre os processos de construção de suas belezas imaginadas e percebidas. Desse modo, busco desenvolver um trabalho etnográfico, com abordagem socioantropológica da infância, fundamentado nos estudos de gênero, a partir de uma perspectiva interseccional (BRAH, 2006), ou seja, que considera fundamentais as inter-relações entre gênero, raça, classe social, geração e outros marcadores sociais de diferença².

¹ Autoimagem corporal é uma construção social e corresponde à apreciação que o sujeito atribui à sua própria aparência física, silhueta, estatura, formato, feições, peso corporal. Inclui penteados, acessórios, gestos, posturas. Essa imagem é produzida nas relações sociais em dado tempo histórico.

² “Gênero” e “raça” são termos utilizados aqui sem conotações essencialistas. Os trabalhos de Brah (2006), Butler (2001) e Fanon (2008) têm sido inspiradores para pensá-los de forma histórica e socialmente situados. O entendimento de classe se afina com as ideias de Bourdieu (2013), compreendendo esse termo para além da renda econômica. Essa noção será definida pelas narrativas e percepções dos sujeitos acerca de suas condições cotidianas, estilo de vida, oportunidades de renda, condições de moradia, acesso a direitos como saneamento básico. Busco pensar classe, inspirada em Birole e Miguel (2015), de forma a compreendê-la entrelaçada com os outros marcadores sociais da diferença. Já geração será entendida conforme define Sarmento (2005): “um constructo sociológico que procura dar conta das interações dinâmicas entre, no plano sincrônico, a geração-

Tomando como base os estudos de Kramer (2002), que preconizam, em todos os momentos da pesquisa, a preocupação ética, extremamente necessária em trabalhos envolvendo crianças, almejo desenvolver os seguintes objetivos: a) discutir como os marcadores sociais da diferença, operados nos salões de beleza, são manejados pelas crianças, reverberando nos processos de produção de suas aparências físicas; b) compreender os modos pelos quais crianças de diferentes classes vivenciam e significam a construção de suas aparências físicas, identificando o que isso revela sobre o meio social em que estão inseridas; c) fomentar uma reflexão acerca da construção sociocultural da beleza e suas relações com os marcadores sociais da diferença; d) analisar de que forma as reflexões gestadas no trabalho podem nos auxiliar a pensar as infâncias na atualidade; e) refletir acerca do mercado da beleza especializado na infância.

Para realizar este estudo, inicialmente fiz um mapeamento de salões de beleza situados no Plano Piloto e nas Regiões Administrativas de Brasília. Entre as andanças nas quadras comerciais, nas proximidades das mansões à beira do lago, no torvelinho de ruas que se desenham distantes do Eixo Monumental, visitei em torno de 35 estabelecimentos. Alguns eram destinados exclusivamente ao público infantil, outros atendiam tanto adultos quanto crianças. Nesses trânsitos, frequentei salões de beleza minuciosamente montados por arquitetos e decoradores, com equipamentos sofisticados, significativo estoque de produtos de beleza (incluindo importados) e com equipes administrativas de limpeza e especializadas em serviços estéticos. Da mesma forma, estive em salões situados em regiões com dificuldades na infraestrutura, em ruas que sequer foram asfaltadas, estabelecimentos bem mais modestos no que diz respeito a instalações físicas, quantidade de estoque, número de trabalhadores e cartela de preços.

Após a identificação dos salões, realizei a seleção estratégica daqueles que seriam palco para este estudo. Para essa escolha, estabeleci os seguintes critérios: públicos de diferentes realidades econômicas e sociais; fluxo intenso de crianças; variedade de serviços voltados para elas; grau de aceitabilidade da pesquisa nos locais por parte das equipes dos salões. Assim, foram escolhidos cinco salões para a observação participante, na qual procurei estabelecer uma relação dialógica com as crianças que os frequentavam, buscando compreender, com riqueza de detalhes, os modos como elas significavam esses estabelecimentos em relação aos processos de produção de suas aparências físicas.

grupo de idade isto é, as relações estruturais e simbólicas dos atores sociais de uma faixa etária definida e, no plano diacrônico, a geração grupo de um tempo histórico definido, isto é o modo como são reinvestias de estatutos e papéis e desenvolvem práticas sociais diferenciadas os atores de determinada classe etária em cada período histórico concreto”. (SARMENTO, 2005, p. 367).

Fundamento-me, teórica e metodologicamente, nas reflexões de Sarmento (2003), Cohn (2005), Corsaro (2011). Como apresentarei em mais detalhes no primeiro capítulo, essas/es autoras/es ressaltam a importância da realização de pesquisas socioantropológicas que primem pelo protagonismo dos pontos de vista das crianças, valorizando, assim, estudos feitos *com elas* e não simplesmente *sobre elas*. Desse modo, o campo de discussões que almejo apresentar está em sintonia com uma agenda teórica e metodológica de estudos com crianças, produzida de forma interdisciplinar desde o final dos anos 1980, que se insere na esteira do avanço dos estudos feministas, reconhece meninas e meninos como sujeitos históricos ativos na construção da realidade social, como seres criadores de saberes, e desconstrói a ideia de infância como universal. Vale destacar, conforme anunciam Rifiotis *et al* (2021), que, nos últimos anos, essa agenda se consolidou plenamente.

Esse campo de estudo contraria um longo período das ciências sociais brasileiras no qual as pesquisas “silenciaram ou simplesmente ignoraram as vozes das crianças. Mesmo quando elas apareciam, era, em geral, como ‘adereço’ no universo do adulto” (PIRES; SARAIVA, 2016, p. 165). Pires e Saravia (2016) rememoram como a psicologia e a educação foram as principais áreas encarregadas de compreender as dinâmicas do universo das crianças, vistas, muitas vezes, na condição de “‘tábula rasa’; reprodutores de padrões culturais” (PIRES; SARAIVA, 2016, p. 165).

Para a feitura desta tese, busquei, portanto, abrir mão de uma postura adultocêntrica e partir do princípio de que as crianças são, como diz Freitas (2016, p. 10), “agentes e protagonistas nas tramas do cotidiano”, conseguindo se expressar sobre o que lhes concerne. Como bem frisam Toren (2010) e Pires (2007), os posicionamentos apresentados por elas, em interação com os adultos, são capazes de alargar o entendimento da vida social em suas amplas dimensões. Em consonância com Schuch, Ribeiro e Fonseca (2013, p. 205), a intenção não é fortalecer a grande “divisão etária adultos/crianças, e sim interrogar sua relativa arbitrariedade e caráter político, indicando a relevância de abordagens relacionais ‘das infâncias’ e das práticas coletivas das quais ‘as crianças’ participam”.

Parto do princípio, aos modos de Sousa (2017, p. 223), de que “as crianças não são apenas boas em aprender, mas também em ensinar”. Com base nas experiências de campo desta pesquisa, afirmo que elas não foram apenas afiadíssimas em partilhar ensinamentos sobre a temática em pauta, como apresentaram destreza em indagá-la. E foi justamente este um dos aprendizados mais caros que obtive com as crianças que dão vida a este estudo: valorizar permanentemente o movimento reflexivo das perguntas.

Assim, seus constantes porquês, em incontáveis situações, sacudiram a poeira das minhas petrificadas certezas, quebraram o comodismo das minhas explicações ligeiras e me

impulsionaram sempre a mover-me na inquietude. A esse respeito, afino-me a Hartmann (2020) que, ao refletir sobre a relação dialógica entre pesquisadores e crianças, comparou-a com um brinquedo que teve em sua infância, o vai-e-vem: “Pergunta vai, pergunta vem. Talvez devêssemos [...] compartilhar generosamente nossa curiosidade de pesquisadores com a curiosidade das crianças” (HARTMANN, 2020, p. 49).

É importante que se diga que o reconhecimento das vozes das crianças não implica uma escuta acrítica. Alinhada a Sousa e Pires (2020, p. 151), a intenção, nesta pesquisa, passa ao largo de tornar a voz das crianças “mais real ou menos problemática e conflituosa do que a voz de qualquer sujeito da pesquisa”. Afinal de contas, como assinalam as autoras, “Se de um lado há um total silenciamento das vozes das crianças, de outro não propomos incluir as vozes das crianças tratando-as como verdades absolutas” (SOUSA; PIRES, 2020, p. 151).

Tomando como base as reflexões tecidas acima, esta tese desenvolveu-se a partir de algumas questões norteadoras. Quais as experiências concretas das crianças nos salões de beleza acerca do processo de construção de suas aparências físicas? Como as vivências nos salões ressoam na construção de suas imagens corporais e na forma como se relacionam com seus próprios rostos, cabelos, corpos? De que modo as experiências nos salões ecoam na produção de suas subjetividades? Quais emoções e sentimentos são vivenciados nessas experiências? De que forma as dinâmicas de consumo operadas e vivenciadas, nesses estabelecimentos, ecoam nos modos como as meninas e os meninos se relacionam com seus próprios corpos? Quais os principais estímulos mencionados por elas na busca pela beleza? Qual a relevância disso em suas interações sociais? Numa sociedade na qual um determinado padrão de beleza³ está intensamente presente em programas e comerciais de tevê, nas redes sociais (*Facebook*, *Instagram*, *Youtube*),⁴ nos processos educativos, nos espaços de embelezamento, como as crianças lidam com essa imagem normatizada? Dialogam? Subvertem? Tensionam? O que isso comunica sobre os contextos socioculturais em que estão inseridas? Como se constroem as relações entre infância e consumo?

Para elucidar as questões elencadas, procurei estar em consonância com as premissas apontadas por Muller e Hassen (2009, p. 473) no que diz respeito aos estudos das infâncias: “1) reconhecimento da infância como categoria social; 2) necessidade de pesquisa com as crianças e não somente sobre elas; 3) crítica às teorias tradicionais da socialização; 4) novas teorizações sobre a infância; 5) crítica à marginalização das crianças”. Tais premissas

³ Padrão de beleza consiste no conjunto de características da aparência física considerado majoritariamente em determinado contexto e tempo histórico como ideal, cuja feições, formas físicas, peso, textura da pele, tipo cabelo são legitimados em diversas instâncias, como parte da indústria da beleza, mídias, moda como aquele que deve ser alcançado.

⁴ Facebook e Instagram são redes sociais interativas e *Youtube* é uma plataforma virtual de compartilhamento de vídeos.

foram levantadas pelas autoras a partir de um estudo minucioso de trabalhos produzidos desde o final dos anos 1980, que tematizam a infância em diversos campos do conhecimento, em especial nas ciências sociais. Muller e Hassen (2009) apontam que, guardadas as devidas peculiaridades dos campos, as/os pesquisadoras/es dialogam com essas premissas. Tais diálogos são permanentemente reinventados e renovados, abrindo atualmente horizontes epistemológicos, teóricos e metodológicos, entre eles os que consideram que a potência da agência das crianças deve ser reconhecida e refletir-se em seus contextos e realidades (Tassinari, 2015; Sousa, 2017; Ribeiro, 2015; Pires, 2007; Corsaro, 2005; Fonseca *et al.*, 2018; Medaets, 2021), posicionamento ao qual me alio.

É importante destacar que tais escolhas teóricas e metodológicas, apenas minimamente pinceladas até aqui, serão abordadas de forma mais aprofundada no curso destas páginas, uma vez que integram um manancial vívido, amplo e não uníssono de debates pertencentes ao vasto campo de estudos da infância e que deve, sem dúvida, ser melhor explicitado e contextualizado. O esforço no fazer desta tese consiste em entrelaçar a potência das leituras com a vitalidade das cenas vivenciadas em campo, pois foi nessa costura que as reflexões aqui apresentadas se gestaram. Afinal, nenhuma das diretrizes teóricas e metodológicas foi escolhida de forma alheia à imersão no campo. Este texto é gestado, especialmente, a partir de uma observação das sutilezas do cotidiano das pessoas com quem interagi durante a pesquisa.

Assim, a categoria “beleza”, central nesta pesquisa, será entendida conforme a perspectiva de Sant’Anna (2000) e Vigarello (2006), que defendem que essa noção vai muito além da simples geometria física. Segundo a autora e o autor, beleza é ação e comportamento ligados à dimensão social. Desse modo, a beleza corresponde a mudanças econômicas, sociais, culturais, de contextos e momentos históricos. Cada cultura constrói estratégias para lidar com a aparência física. Del Priore (2004, p. 86) assinala que “familiares de diferentes culturas lançam mão de técnicas para que os corpos das crianças recém-nascidas se harmonizem com os padrões estéticos valorizados em sua região, contexto, época”.

Sant’Anna (2014) pensa essa categoria de forma situada, refletindo sobre como, nas mais diversas regiões e camadas sociais do país, vigora a ideia, desde o final do século XIX e, especialmente, no decurso do século XX, de que a beleza é “um gênero de primeira necessidade”, um dever moral, um capital extremamente valorizado que deve ser conquistado e investido em busca de aceitação social e reconhecimento. A autora instiga a pensar a movimentação da indústria do corpo, que tem sido cada vez mais marcada pelo tripé “beleza, felicidade e saúde”.

Nesse sentido, também serão centrais os estudos de Novaes (2004, 2006) sobre os transtornos psíquicos ligados à beleza no Brasil. Em sua ótica, a beleza é uma necessidade de

muitos, mas um privilégio de poucos. Afinal, quem dispõe de tempo e dinheiro para esses cuidados e procedimentos? Quais as estratégias para alcançar o imperativo de um corpo magro, a pele lisa, a ausência de celulite, de estrias, de qualquer mancha ou espinha? As questões movimentadas pela autora nos impelem a perceber as muitas nuances e diferenciações nessa busca da beleza em termos de estratificação social/classe, sem deixar de atentar para a diversidade de qualidades estéticas enaltecidas em cada grupo social.

Para refinar a mirada sobre a categoria “beleza”, são vitais ainda as pesquisas de Nilma Gomes (2002), que mostram a potência dessa categoria para desvelar as relações de poder que nos atravessam no país e para pensar criticamente o modo como a beleza é concebida e, fortemente, marcada pelo racismo, que elege um imaginário que prima por um ideal de beleza branco europeu: “[a] maneira como a escola, assim como a nossa sociedade, vê o negro e a negra e emite opiniões sobre o seu corpo, o seu cabelo e sua estética, deixa marcas profundas na vida desses sujeitos” (GOMES, 2002, p. 4).

Com a mirada talhada por essas leituras, objetivo compreender os pensamentos e sentimentos das crianças a respeito das concepções de beleza vigentes em seus contextos sociais, e como isso ressoa em suas vidas. As concepções de “corpo belo” mobilizadas nestas páginas serão vistas para além de, como dito, produções em contextos sociais e históricos determinados; serão compreendidas em termos de gênero, raça, classe e geração. Nessa dinâmica, aos modos de Avta Brah (2006), as categorias de diferenciação serão entendidas como mutuamente constituídas, sem fixidez ou separação umas das outras.

No desenvolvimento deste trabalho, procurarei, portanto, apontar a capilaridade da beleza no sentido de destacar como ela se conecta com temas mais amplos da vida social, tais como consumo, saúde, sociabilidade, mídia, processos educativos, discriminação das corporalidades e politização do embelezamento. Tais conexões foram se gestando na feitura da tese, tomando o campo de pesquisa como bússola. O aprofundamento dessa categoria central da beleza, portanto, se dará não por meio de um estado da arte em separado, mas pela costura viva entre os estudos do embelezamento e o movimento das crianças nos salões.

Feita esta apresentação inicial de algumas linhas de estudo e das principais questões que movem esta tese, dedico-me, na próxima seção, a recompor e a apresentar os caminhos que me levaram a abraçar a temática trabalhada.

ENTRELAÇANDO FIOS DE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA

Os fios da pesquisa ora apresentada se entrelaçam fortemente aos fios de minha trajetória de estudos nas ciências sociais, da qual destaco dois momentos: 1) a escrita da monografia na graduação (PONTE, 2005) e 2) a elaboração da dissertação de mestrado (PONTE, 2014), ambas relacionadas à temática da construção da beleza.

Na monografia, teci um relato etnográfico do cotidiano de duas academias de musculação, de pequeno e grande porte, localizadas na cidade de Fortaleza, no Ceará. Durante mais de três anos, acompanhei o cotidiano desses espaços e a dinâmica de suas/seus frequentadoras/es⁵. Percebi que, apesar da diversidade de fenótipos, idades e profissões, a maior parte das/os frequentadoras/es apresentava um desejo comum: construir uma aparência física socialmente idealizada. Almejava, com intensidade, um corpo por elas/eles denominado de “sarado” ou “malhado”. Tais termos indicavam uma forma corporal esculpida pelo exercício físico, sem gordura localizada e com “aspecto jovial.”

Para construir esse modelo corporal, as pessoas com quem interagi em pesquisa exerciam sobre seus corpos um trabalho diário e minucioso, com práticas que demandavam investimento de tempo, energia e dinheiro, controle da alimentação, uso de produtos estéticos, rigor nos exercícios físicos. A centralidade que a aparência física assumia em suas vidas chamou-me a atenção. Alguns praticantes de musculação, inclusive, lesavam seu bem-estar físico, emocional e social por acreditarem não estar de acordo com o padrão estético vigente.

Constatei que muitos eram os apelos do meio social para que os sujeitos se dedicassem à construção do físico idealizado. A indústria de cosméticos, a medicina estética, o mercado da beleza, os meios de comunicação de massa e até mesmo os processos educativos acabavam disseminando a ideia de que o valor do indivíduo está relacionado à sua forma física. A imagem corporal passava a constituir elemento preponderante para definir quem devia ou não ser amado, respeitado ou ridicularizado. Assim, pela modelagem dos corpos, as pessoas com quem convivi acreditavam que, finalmente, mostrariam quem de fato são, obtendo, dessa forma, o olhar de admiração, o respeito do outro e a aceitação social.

Busquei aprofundar essa temática no mestrado. Entre os praticantes de musculação com os quais interagi em pesquisa, elegi seis mulheres, de diferentes idades e profissões, para então recompor as narrativas biográficas sobre seus corpos⁶. Investi na análise dos processos por elas vivenciados na tentativa de construção de uma aparência física considerada socialmente bela. Acompanhei de perto, por mais de dois anos, seus cotidianos. Além das academias, participei de seus momentos de lazer, frequentei seus salões de beleza e, de forma especial, visitei amiudadas vezes os seus lares. Observei que investem diariamente

⁵ As academias pesquisadas eram completamente diferentes na estrutura física. Uma distava cerca 2 km do centro de Fortaleza. Era um espaço de com salas amplas e arejadas, pintura em perfeito estado. Havia lanchonete, lojas de acessórios esportivos. A sala de musculação era repleta de espelhos e com muitos aparelhos, todos em ótimo estado. Já a outra academia situava-se no bairro periférico de Jangurussu, possuía salas pequenas com chão em cimento, paredes com pinturas desgastadas. A sala de musculação era pouco espaçosa, com ventilação e iluminação precárias, aparelhos prejudicados pela ação do tempo. Contudo observava-se, em ambas, o esforço de seus proprietários em construir ambientes organizados com horário de funcionamento, regras e higienização.

⁶ As protagonistas desta pesquisa foram: Safira, 45 anos, empresária do ramo imobiliário; Ametista, 42 anos, cabeleireira; Esmeralda, 17 anos, estudante de escola pública; Rubi, 61 anos, pedagoga e ex-freira; Cristal, 25 anos, estudante universitária; Pérola, 28 anos, vendedora ambulante e diarista.

em suas imagens por motivações diversas: a estética corporal, a satisfação na relação amorosa, a busca de uma transformação pessoal, maiores possibilidades de aceitação social, sucesso profissional.

Novamente, constatei que essas pessoas conviviam e negociavam com discursos advindos da medicina estética, da mídia, da indústria de embelezamento, de seus processos educativos, que propagam a importância de rejuvenescer, potencializar, exercitar, liberar, investir e transformar a aparência física. Tais concepções repercutiam nas experiências sociais de seus corpos em diversas dimensões: econômica, simbólica, política e individual. Embasadas nesses aspectos, as entrevistadas afirmavam sentir liberdade e autonomia para intervir em suas aparências físicas e transformá-las. No entanto, a pesquisa apontou que, por trás desses discursos sobre a liberação da expressão corporal, havia regras rígidas para enquadrar os corpos a padrões estéticos que, a cada dia, tornavam-se mais exigentes. Essa padronização contribui para a construção de um olhar incisivo em relação aos corpos, que considera rugas, fios brancos de cabelo e pele flácida como sinônimos de infelicidade. O trabalho procurou problematizar as agências desses indivíduos, suas negociações e posicionamentos diante das exigências de um restrito padrão corporal.

Ambas as pesquisas argumentam que, na sociedade contemporânea, a valorização da aparência física pode ser entendida como um fenômeno cultural, tendo em vista que mulheres e homens, de diferentes idades e segmentos sociais, se dedicam a transformá-la e adequá-la. Os textos sugerem a importância de instaurar um novo olhar sobre a relação dos indivíduos com sua aparência física, um olhar que contemple os corpos que são física e subjetivamente diversos.

Foi justamente em meio às vivências, fluxos e escrita dos estudos supracitados que elegi a atual proposta que embasa esta tese. Explico. Muitas mulheres com quem interagi em pesquisa escolheram, como ponto de partida, para suas narrativas sobre a produção de seus corpos, a infância. Ora com semblantes suaves, ora com expressões tensas, muitas vezes tomadas por lágrimas, elas remeteram-me, por meio de suas vozes, a tempos e espaços distintos, em que seus corpos davam os primeiros passos e começavam a descobrir o mundo.

Tais mulheres destacaram que, desde os primeiros passos trôpegos, conviveram com pessoas que, diariamente, expressavam, por meio de gestos e palavras, uma intensa preocupação com a aparência física. No fluir de seus cotidianos infantis, elas eram estimuladas – ou até coagidas – a acreditar que uma mulher, para ser valorizada, deveria ser bela e cuidar da aparência física. Ressaltaram ainda seu investimento diário no embelezamento de cabelos, pele, unhas, vestuários e adornos.

Foram essas experiências narradas e memorizadas que chamaram a minha atenção para as relações entre infância e embelezamento. Essas memórias foram apenas o pontapé

inicial. O maior estímulo veio quando, sensibilizada por essas lembranças, passei a observar as próprias crianças que faziam parte das redes de minhas interlocutoras em cenas cotidianas, registradas em meus antigos diários de campo e na minha memória.

Essas cenas trazem meninas, desde pequenininhas, tentando se equilibrar sobre os sapatos de salto alto de suas mães, tias e irmãs mais velhas. Garotinhas com os olhares atentos ao modo como as mulheres mais velhas se portavam diante de espelhos, penteando os cabelos, alinhando a roupa aos contornos do corpo, passando uma maquiagem. Lembro-me, como se fosse hoje, de uma menina de 5 anos, sobrinha de uma das minhas interlocutoras, esticando um cacho de cabelo seu para que ele alcançasse a cintura, tentando me convencer: “Olha, tia, como tá grande!”.

Presenciei inúmeras cenas que me acompanharão definitivamente na memória: garotas divertindo-se ao brincar de desfile de modas e de salão de beleza; o brilho no olhar e a vontade de algumas de acessar as *nécessaires* de “gente grande”, com toda sorte de produtos (perfumes, maquiagens, adornos etc.); os choros quando recebiam sanções como “Você ainda é muito nova para usar isso” ou “Isso não é pra criança”; as alegrias quando ganhavam as primeiras maquiagens; as preocupações e as angústias de familiares quando os meninos queriam acessar as tais *nécessaires* ou os saltos ditos “femininos”; as repressões imediatas direcionadas a eles: “Solta isso! Isso é coisa de menina!”; os elogios à beleza dos garotos que incentivavam ao namoro: “Bonito desse jeito vai ser namorado”. E o estranhamento diante de meninas pouco afeitas aos cuidados da aparência física.

Observei meninos brincando de se barbear, admirando os “músculos” no espelho. Era comum também encontrar crianças insatisfeitas em relação à forma física, os tipos de cabelos, a estatura. No entanto, vi crianças conferindo outros usos às maquiagens e itens de beleza. O batom que vira avião, pincel ou colher de mexer panelinha. As sombras que se tornam aquarela ou pintura na parede da casa, num constante movimento de dar vida à imaginação. Presenciei, ainda, as resistências de meninos e meninas nos momentos de embelezamento e higiene: queixas para tomar banho, colocar laços nos cabelos, calçar os sapatos.

No término dos trabalhos supracitados, eu me perguntava se as cenas que tanto me tocaram, das crianças envolvidas com o embelezamento, eram específicas das minhas redes de pesquisa, nas quais a centralidade da construção de um determinado “corpo belo” era notória. Para elucidar esse questionamento, passei a buscar estudos, trabalhos, reportagens, pesquisas que pautassem as conexões entre o embelezamento e a infância. A seguir menciono algumas dessas informações, pois elas foram emblemáticas para aguçar o desejo de abraçar a temática que ora desenvolvo. Os dados e estatísticas apresentados aqui não são tomados como

verdades cristalizadas, e, sim, como pistas com as quais construo, ao longo do texto, um diálogo crítico.

Em 2015, a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) apontou que o Brasil se destaca por ser o quarto mercado mundial em serviços e produtos estéticos e cosméticos. Está atrás apenas dos Estados Unidos, China e Japão. Já no que diz respeito ao mercado de higiene pessoal e de cosméticos voltados para crianças de até 12 anos de diferentes classes sociais, o país ocupa a segunda posição⁷.

Sant'Anna (2014) informa que, desde 1990, com a liberalização das importações no país, a produção de cosméticos para crianças vem se intensificando, inclusive com densa visibilidade na mídia. Acerca do referido período, a autora aponta que “o atrativo de embelezar crianças deu lugar à criação de empresas como a *Mydori*, que lançou a primeira linha de maquiagem infantil credenciada, licenciada com personagens da Disney, como Branca de Neve e Cinderela” (SANT'ANNA, 2014, p. 164). Desde então, o crescimento vertiginoso de novas linhas e produtos exclusivos para o público infantil vem se firmando. A despeito da crise de 2008, aumentaram mais de 40% em dois anos (ABIHPEC, 2015).

Ressalto, nesse sentido, um estudo realizado pelo instituto de pesquisa MultiFocus (c2019), que analisou 1.800 brasileiras, de 6 a 17 anos, acerca de seus hábitos de beleza em 2013⁸. Os resultados mostram que 48% das meninas fazem luzes e 13% alisam o cabelo em salões. Oito entre dez meninas usam maquiagem e fazem as unhas. Entre as garotas com menos de 11 anos, 95% usam batom. Tais hábitos nos fazem pensar sobre as relações entre infância, embelezamento e consumo, bem como nos lucros exorbitantes gerados pela indústria de cosmética e estética infantil.

Ciente do uso intensivo de produtos e serviços de embelezamento pelas crianças, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através da RDC nº 15, determinou normas para a adequação do comércio desse tipo de produtos. Entre essas normas, foi estabelecida a faixa etária para o público infantil, que vai de 0 a 12 anos, para o uso de cada categoria de cosmético. O esmalte para unhas, por exemplo, só pode ser utilizado por crianças a partir de 5 anos. Crianças com 3 anos podem usar sombra e batom com a ajuda de um adulto. Depois dos 5 anos, elas mesmas já podem utilizar os produtos sozinhas. Na lógica da

⁷ Os dados correspondem à pesquisa no momento da aproximação com essa temática. Em 2016, um levantamento feito em 26 estados e o DF pelo Serviço de Proteção ao Crédito e pela confederação nacional do comércio lojista aponta que seis em cada dez (62,7%) brasileiros concordam com a ideia de que cuidar de beleza não é luxo, mas uma necessidade. De acordo com o Painel de Dados de Mercado da ABIHPEC, “Nos anos de 2017 e 2018, o setor apresentou crescimento acima do PIB, mas insuficiente para recuperar as perdas do biênio 2015-2016. Em 2019, experimentou ligeira retração de -1,3%. Em 2020, a pandemia de covid 19, causou desafios para o setor e ainda assim contou com crescimento de 2,2%. Atualmente, o mercado está em crescimento e mantém a mesma colocação no ranking mundial. (ABIHPEC, 2020, p. 9)

⁸ Vale mencionar que encontrei estudos de institutos de pesquisa de mercado que investigam hábitos de beleza na ótica de meninas, mas não encontrei na perspectiva de meninos.

Anvisa, o acompanhamento sistemático é fundamental, já que o consumo desses produtos se torna cada vez mais intenso e generalizado: “O Brasil é um dos maiores mercados mundiais de cosméticos infantis. A utilização de produtos de higiene pessoal, como xampus, condicionadores e sabonetes infantis, e de produtos de beleza já se incorporou ao dia a dia de meninos e meninas” (ANVISA, [2015], p. 6).

Espaços de embelezamento como os salões, lócus desta pesquisa, apresentam um crescimento tão vertiginoso quanto o mercado de cosméticos. Há uma variedade de estabelecimentos dedicados a públicos de distintas realidades sociais, poderes aquisitivos e idades. Conforme levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre 2010 e 2015, o número de registros no setor de salões de beleza e clínicas estéticas aumentou 567% no país. Havia cerca de 342 mil salões formalmente registrados no território nacional. Já José Augusto Ribeiro, presidente da Associação Brasileira dos Salões de Beleza (ABSB), assinala que considerando-se o alto grau de informalidade desses estabelecimentos, essa marca ultrapassa 1 milhão. Diversos desses estabelecimentos atendem crianças; muitos deles são exclusivos para o público infantil.

Em relação aos salões voltados ao público infantil, Sant’Anna (2014) observa que eles começaram a crescer no país a partir dos anos 2000. A autora destaca “o GlitzMania em São Paulo; o Pop, em Salvador; o Kaká e Belô em Goiânia, e vários no Rio de Janeiro” (SANT’ANNA, 2014, p. 164). Em Brasília, o primeiro salão exclusivo para atendimento de crianças foi o Pente Mágico, criado há 40 anos. Conforme salienta o Sebrae (2020), os investidores do ramo de salões têm percebido como as crianças estão mais vaidosas, transformando-se numa clientela numerosa e cativa, o que explica o aumento dos estabelecimentos dedicados a elas.

Essa incorporação de cosméticos e práticas de embelezamento aos cotidianos de crianças de diferentes realidades econômicas e culturais vem estimulando a produção de reportagens e trabalhos acadêmicos de profissionais da saúde. De modo geral, tais estudos evidenciam que, se, por um lado, a presença dos cosméticos e do engajamento para construir um corpo considerado belo nas vidas de meninas e meninos pode colaborar com práticas saudáveis pertinentes ao cuidado de si, às noções de higiene, ao zelo corporal e à autoestima, por outro, a partir do momento que assumem uma face excessiva, podem prejudicar as crianças, tanto na dimensão psicológica quanto física, tornando-se um problema de saúde pública. Estudo realizado por Fernandes (2007, p. 104) sustenta que os dados são suficientes para “alertar pais, educadores e profissionais de saúde para a alta insatisfação com o corpo entre crianças e adolescentes e para a necessidade de estratégias que visem à maior satisfação corporal”.

Considero importante perceber os diversos efeitos dos discursos da mega indústria da beleza no dia a dia das pessoas. Para fomentar essa discussão, baseio-me em Sant’Anna (2014), quando aponta os sentidos diversos atribuídos à maquiagem nos cotidianos das crianças. As reflexões que a autora tece acerca desse ícone do embelezamento podem ser acionadas para pensar outros produtos estéticos e outras práticas relacionadas à beleza.

Para uma menina de 5 ou 7 anos, é provável que usar maquiagem e outros recursos do embelezamento feminino dependa das relações entre ela e sua mãe. É provável também que essa prática seja antiga, fazendo parte dos jogos miméticos de aprendizagem. Resta saber, no entanto, se esse gesto, hoje guarnecido com uma imensa indústria de produtos para a beleza, valorizado de forma espetacular pela publicidade, ainda continua integrado às brincadeiras casuais de criança ou, ao contrário, transformou-se em empreendimento necessário, um dever sério, à mercê de objetivos típicos da vida adulta (SANT’ANNA, 2014, p. 165).

Prática mimética de aprendizagem? Dimensão lúdica? Dever de construção de um padrão corporal? Trata-se de questões fundamentais que pretendo problematizar no desenvolvimento desta tese.

É importante frisar que minha opção por desenvolver pesquisa com crianças deve-se, sobretudo, ao fato de que, na área de ciências sociais, ainda não são abundantes os trabalhos voltados para a compreensão da relação entre infâncias e embelezamento cujo cerne da análise sejam as próprias narrativas construídas por esses atores sociais. Nesse sentido, menciono a provocação de Sousa (2017, p. 278) quando ela explica: “Se a criança foi pouco tratada nos estudos antropológicos, sendo sempre negligenciada em relação aos adultos, o que dizer da dimensão corporal e dos processos diversos a que é submetido o seu corpo?”. A autora alfineta ainda: “mesmo quando a infância é levada em consideração, somente as atividades pedagógicas são consideradas realmente importantes” (SOUSA, 2017, p. 278). Para Buss-Simão (2007, p. 17), “[a]pesar de pesquisas recentes enfocarem a infância, dando grande relevância às crianças como agentes ativos na vida social, como produtos e produtoras de conhecimentos e de cultura, parece ser dada pouca importância para a corporificação”.

Na urdidura desta tese, busco dialogar criticamente com os conhecimentos construídos em minha trajetória de estudos do embelezamento. Esta pesquisa tem seu próprio fluxo, intensidade e foi preciso manter viva a capacidade de estranhar o modo como a temática é tratada. A seguir, apresento os fios metodológicos da pesquisa, pensados para deixar-me afetar, mantendo o pulsar das dúvidas e um norte num caminho todo aberto.

FIOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

São 11hs da manhã. O disco do Palavra Cantada toca pela terceira vez. O burburinho de crianças, pais e funcionários permanece intenso. O salão A Turma do Cabelo está repleto. A promoção “Volta às aulas com estilo”, com

o corte pela metade do preço, agitou o lugar. Direcionei meu olhar para o menino de cabelos castanhos encaracolados, óculos de grau, sardas, que está vidrado em seu tablet enquanto aguarda atendimento. Aproximo-me. Disparo o desejo de interação. “Oi! Qual o seu nome? O meu é Vanessa! Podemos conversar um pouquinho? Vai cortar o cabelo?” Os óculos escorregam para a ponta do nariz. Ele levanta o olhar e estabelece o limite: “Agora não posso conversar. Estou brincando!”. Dou um suspiro e respondo: “Tá bom!”. Sento ao lado dele e em silêncio pego o meu celular. Abro um jogo e começo a brincar também. E ficamos assim, quietos, cada um na sua. Depois de uns minutinhos, ele olha para a tela do meu celular e diz: “Eu vou cortar meu cabelo igual o do Messi [Lionel Messi, jogador de futebol]”. Concluí que algumas permissões vêm no silêncio e nos jogos (Trecho do diário de campo, em 25 jan. 2016, salão Clube do Cabelo, Asa Norte).

Os fios metodológicos e as estratégias adotadas neste trabalho foram se tramando a partir das muitas lições que aprendi com as crianças no bojo de nossas interações nos salões de beleza. O trecho acima, extraído dos diálogos em campo, desnuda uma delas. Antes de qualquer coisa, era preciso entrar em sintonia com o tempo, os interesses do outro, compartilhando sentidos e experiências. A postura do garoto, os óculos escorregando para a ponta do nariz, o olhar incisivo, o tom impaciente estabelecendo limites, demandando respeito ao seu momento de brincadeiras, foram freios para minha precipitação e ansiedade, para o arraigado adultocentrismo⁹, que, mesmo com todo meu esforço para contê-lo, permanecia ali, colocando os objetivos de pesquisa acima do tempo, da delicadeza do menino e seu jogo. Entendi que, para construir uma relação dialógica, não era preciso sentir o que ele sentia (penso que isso nem mesmo é possível), mas sentir-me afetada, atravessada pelo que o mobiliza, exatamente como orienta Favret-Saada (2005) em seu trabalho sobre a feitiçaria no Bocage francês.

Depois de lições diárias vivenciadas em campo, compreendi que não adiantava chegar diante das crianças com ligeireza, anunciando logo os propósitos da pesquisa: era preciso ser escolhida por elas para que o diálogo acontecesse. Para isso, estabeleci contatos que se iniciaram muito antes das primeiras trocas de palavras e apresentações mais formais. O empenho na interação com crianças é multifacetado: através de um simples olhar, um sorriso, um arquear de sobrancelhas, a execução de movimentos lúdicos, como a leve batida dos meus sapatos no chão, um tamborilar de dedos na face, um enrolar de cabelos na ponta dos dedos. Gestos sutis feitos exclusivamente para elas. Se a criança se abre para interação, procuro me aproximar mais. Se ela tem um personagem de desenho animado estampado na roupa, se segura um brinquedo ou um livro, converso sobre ele. São chaves de entrada para o diálogo conseguidas com delicadeza, respeitando tempos, silêncios, pausas, negativas. Foi assim, aos

⁹ A base que movimenta o adultocentrismo é atribuir ao adulto um lugar superior no qual seus pontos de vista e posicionamentos são preponderantes, desconsiderando os espaços de enunciação e posicionamentos das crianças e jovens acerca da vida social.

poucos, sensibilizada pelas muitas lições vivenciadas em campo, pelos tropeços e acertos, que defini a metodologia que ora apresento.

Escolho o fazer etnográfico como cerne da pesquisa em pauta. Fazer que consiste, conforme Peirano (2014), na produção de uma forma de conhecimento em que teoria e empiria se articulam. É nesse movimento que a etnografia se tece, possibilitando à/ao pesquisadora/or conhecer profundamente não só as vivências dos sujeitos participantes de seus trabalhos, mas o contexto social em que esses sujeitos estão inseridos. Concordo ainda com Corsaro (2011, p. 61), para quem a etnografia é adequada especialmente para estudos com crianças, uma vez que é capaz de demonstrar como elas “constroem sentido e contribuem para processos de reprodução e mudanças sociais” (CORSARO, 2011, p.61).

Nesse horizonte, ao movimentar o trabalho etnográfico, busco descrever, interpretar e analisar o mundo de significados e símbolos construídos pelas crianças em relação à produção de suas belezas. Como orienta Geertz (1989), a partir da teoria hermenêutica da cultura, o fundamental é procurar compreender o que as crianças pensam sobre o que fazem. Para esse fim, observei meninos e meninas, e com eles interagi nos salões, fosse no momento em que aguardavam para serem atendidos, durante a realização do serviço, ou até mesmo depois.

Engajei-me nesse movimento, sem perder de vista, as discussões de Clifford (1998) acerca da autoridade etnográfica. Isso significa assumir que o fazer etnográfico não deve “ser compreendido em separado de um debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade” (CLIFFORD, 1998, p. 20). Nessa dinâmica, é importante reconhecer que a etnografia nasce a partir da negociação entre pesquisadora e sujeitos com quem interage nas vivências do campo de pesquisa e que esse processo é atravessado por posições de poder diversas. Nesse sentido, posicionar-se em uma fala com o outro, implica em primar pela “produção colaborativa do conhecimento etnográfico, citando informantes extensa e regularmente” (CLIFFORD, 1998, p. 54).

Esse posicionamento, conforme Clifford, não pode prescindir de uma reflexão sobre como as linhas do texto etnográfico são gestadas. Isso implica em romper com a ideia de que a descrição do etnógrafo tem o poder de traduzir uma verdade absoluta. Algo como: “Você está lá... porque eu estava lá” (CLIFFORD, 1998, p.18). O etnógrafo sempre parte e carrega consigo textos para um posterior exercício de interpretação, pois o texto, ao contrário do discurso, pode viajar. Desse modo, Clifford chama a atenção para a apartação entre os sujeitos com quem interagimos em pesquisa e o gesto da escrita e seu desdobramento. Para dirimir essa distância, o autor precisa se engajar para que os sujeitos participem de forma colaborativa da sua urdidura e admitir que seu texto é apenas um olhar possível produzido acerca da realidade estudada.

Sousa e Pires (2021), ao refletirem acerca da publicação dos conteúdos produzidos no campo durante pesquisas realizadas com crianças, destacam a importância de “incorporá-las no design da pesquisa no que diz respeito a elaboração, metodologia, execução e análise de dados” (SOUSA; PIRES, 2021, p. 155). Porém, as autoras alertam que esse é um exercício desafiador, pois significa “mobilizar novos posicionamentos metodológicos e éticos respeitadores das especificidades de que se reveste a investigação com esse grupo” (SOUSA; PIRES, 2021, p. 155), e isso acaba necessariamente implicando em andar na contramão “das regras previamente estabelecidas construídas pelos pesquisadores adultos em resposta aos comitês de ética”, mas considerando “a relação dialógica entre o pesquisador e as crianças” (SOUSA; PIRES, 2021, p. 156). Registro. essa questão e afirmo que ela foi um enfrentamento na tessitura destas páginas.¹⁰

No campo de pesquisa, utilizei especialmente o recurso das conversas informais, seguindo a trilha de Sousa (2017, p. 50), que afirma que tais conversas “viram aliadas do pesquisador que investiga a infância, por poderem se desenrolar enquanto se brinca, se trabalha ou se aprende com as crianças, em qualquer ambiente sem formalismos”. Friso que esse tipo de interação ocorreu a partir de duas condições: a disposição e o desejo das crianças para interação e a autorização de seus responsáveis. Conversei também com os familiares delas e com os funcionários do salão. Fiz anotações no decorrer das prosas e depois recompus, em detalhes, a interação no diário de campo.

Sobre as presenças das falas de interlocutores adultos nestas páginas, penso que colher as narrativas de crianças é estar em contato com o duro e o belo das relações dos que as cercam, inclusive com os adultos. As crianças, como diz Benjamin (2002, p. 94), “não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem”. Desse modo, as vozes de pais, mães, avós, babás, funcionários do salão não aparecerão numa sobreposição, ou para uma legitimação ou deslegitimação do que as crianças falam, mas como uma composição, que ora se afina, ora se choca, ora se complementa. As rotinas e os gestos que embelezam expressos nas narrativas das crianças são fundamentalmente experiências compartilhadas. Há outro elemento importante que acarretou as presenças dessas vozes adultas na composição das cenas e narrativas. Por mais que eu tentasse construir momentos mais exclusivos só com as crianças, no campo que elegi, elas recorrentemente estão acompanhadas, os adultos estão por ali rondando, à espreita. Portanto, em nossos encontros, as palavras de crianças e adultos se cruzaram, e decidi abraçar esse movimento com sua fragilidade e potencial.

¹⁰ Informo que esta pesquisa possui a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp (CAAE 7849211), portanto todos os procedimentos metodológicos, manejo das fotos, a utilização dos nomes dos participantes, desenhos, e consentimento dos pais seguiram suas diretrizes.

Conduzi o trabalho etnográfico, portanto, com a consciência de que a pesquisa requer aproximação e conquista de confiança mútua, tecidas a partir de incontáveis trocas. No que diz respeito as trocas com as crianças assinalo que elas não são idílicas ou romantizadas, pois a construção da alteridade, assim como em estudos com adultos, envolve pelejas, afetos, negociações, desafios e limites que vão sendo trabalhados nas relações ao longo da jornada. Nesse sentido, concordo com e Sarmento e Pinto (1997) quando afirmam que não há neutralidade no olhar do pesquisador nem ciência construída a partir da ausência de assimetrias. Para esses autores, “o que se tenciona é uma atitude investigativa de confronto do investigador consigo para descentrar o seu olhar para melhor percepção das crianças” (SARMENTO; PINTO, 1997, p. 8).

Com essa consciência, busquei desenvolver formas colaborativas de construção do conhecimento. Além disso, busquei garantir a elas o direito de decidir participar ou não da pesquisa, procurando deixá-las sempre à vontade para que esclarecessem dúvidas sobre as etapas do estudo e para que manifestassem suas opiniões sobre a minha postura como pesquisadora. Mesmo em posse dos termos de livre consentimento esclarecido devidamente assinados pelos pais ou responsáveis, importava, indagar se as próprias crianças autorizavam ou não o uso de seus depoimentos e desenhos. Com tais posturas e posicionamentos, “o meu desejo não é tornar-me nativa, mas, sim, ser assimilada pelas crianças como uma adulta diferente. Uma adulta que interage com elas, seja brincando, seja conversando, seja discutindo” (PIRES, 2007, p. 4).

Em minha concepção, os jogos e brincadeiras aliam-se plenamente com a observação participante. Percebo-as, fundamentalmente, como chaves para interação. Seu potencial consiste na contribuição para uma atmosfera lúdica, estimulando a prosa e aguçando o prazer da companhia. A respeito disso, Pires (2007, p. 42) afirma que “o desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança”. O mesmo pode ser dito sobre os jogos e as brincadeiras. Nesse sentido, é importante esclarecer que o manejo interpretativo do brincar, desenhar e jogar nesta pesquisa de cunho socioantropológico é bem distinto do manejo de um estudo psicológico.

Pires (2007, p. 50) afirma que “Os desenhos úteis para pesquisa antropológica são, sem dúvidas, aqueles nos quais as crianças se esmeram nos comentários. Diferentemente dos psicólogos, os antropólogos não são treinados a inferir qualquer conclusão a partir do desenho”. Na pesquisa em curso, os desenhos e os jogos, se apartados das falas, da interpretação das próprias crianças, não fazem nenhum sentido. Em pleno acordo com Altman (2004), penso que refletir sobre as brincadeiras delas pode oferecer-nos uma chave para a compreensão de muitos aspectos de uma figuração mais ampla, que é a própria estrutura social, com suas desigualdades, hierarquias, completudes e incompletudes. Aludo também a

Gobbi (2014, p. 71), quando infere que os desenhos e os jogos “são compreendidos como reveladores de olhares e concepções dos pequenos e pequenas sobre seu contexto social, histórico e cultural, pensado, vivido, desejado¹¹”.

Com base na experiência vivenciada nos salões de beleza, afirmo que incorporar desenhos, brincadeiras e jogos ao fazer etnográfico é ir muito além da disponibilização de brinquedos e materiais como lápis de cor e folhas em branco. É preciso um planejamento dedicado sobre a inserção de cada um desses elementos, compreendendo as suas potencialidades para suscitar diálogos sobre a temática da pesquisa. É necessário planejar, entre outras coisas, que tipo de atividade é pertinente propor para cada criança, levando em consideração aspectos como faixa etária e estilo de vida. É preciso pensar ainda no desenvolvimento de atividades específicas para quando estiverem sozinhas ou em grupo, bem como para as ocasiões em que vão passar, relativamente, poucas ou muitas horas nos salões. Além disso, é fundamental, acima de tudo, manter-se aberta às possibilidades que as próprias crianças podem trazer para modificar o planejamento inicial, ciente de que elas podem conduzir “a brincadeira” por caminhos bem mais interessantes para as reflexões do estudo¹².

Além de planejamento, a pesquisadora precisa ter ritmo, flexibilidade e estar aberta sempre às imprevisibilidades, aos imponderáveis advindos dos movimentos de seus interlocutores. Se isso já ocorre numa pesquisa com adultos, fica mais marcado numa pesquisa com crianças. De um modo mais geral, os sujeitos desta pesquisa não ficam sentados aguardando o transcurso de uma entrevista, por exemplo. As crianças se colocam em movimentos variados, por vezes frenéticos. Como muito bem destaca Sousa (2017, p. 57), os pequenos “não permanecem por muito tempo nos lugares onde nós os colocamos – como se fossem peças de um jogo de xadrez. [...] No caso das crianças, a ciranda nunca para de se movimentar e o antropólogo também faz parte dela”. Compreendi que dançar, cantar, correr, girar, jogar não são apenas meras etapas da minha rotina de pesquisa. Na verdade, são a permissão para adentrar a ciranda, a chave para compartilhar sentidos e vivências.

Nesse sentido, são pertinentes as palavras de Rogers (2009, p. 37) quando nos convida a questionar aquele modelo de pesquisa de campo que “consiste em observar e recolher dados, como quando se vai a um supermercado e se retira da prateleira os produtos buscados”. O autor mostra como é frutífero para a pesquisa aproximar-se dos pesquisados. A

¹¹ Ver Kuschnir (2016) para a compreensão das múltiplas possibilidades do uso dos desenhos feitos por interlocutora(e)s pesquisadora(e)s no curso da pesquisa e acerca do potencial dos desenhos para produção do conhecimento Antropológico.

¹² Sugerir dois tipos de desenhos. A saber: o trajeto entre suas casas e os salões e os autorretratos, contudo, por vezes os desejos de traços e cores das crianças caminharam por outros temas, recusando a minha proposta. Neste caso embarquei nas suas propostas e encarei os desenhos de outras temáticas como chaves para abertura de um diálogo. Esses últimos não estão no escopo desta tese e estão guardados para reflexões futuras. O campo também mostrou que não se pode naturalizar a ideia de que só porque seus interlocutores são crianças necessariamente eles gostam ou estão sempre predispostos a desenhar. Algumas crianças preferem outros meios de aproximação.

seu ver, é de suma importância uma “aproximação intensiva, trocando mercadorias, traficando blocos de desejos, emprestando-se a afecções, engendrando devires e experimentações no contato com os entrevistados” (ROGERS, 2009, p. 37).

É necessário, inclusive, reconhecer a importância das trocas de pesquisa para a composição de nossas técnicas e instrumentos metodológicos. Aqui menciono uma lição que Sousa (2017) aprendeu com as crianças Capuxu e que também aprendi em campo: é preciso renunciar à ilusão de que os nossos instrumentos de pesquisa nos pertencem unicamente. Portanto, quanto mais intensiva a aproximação de pesquisa, maior a viabilidade das técnicas metodológicas.

Por essa razão, a proposição de brincadeiras e desenhos nos salões não tem sido o pontapé inicial das minhas interações com as crianças, mas antes um momento posterior, depois que uma abertura para a troca já foi tecida. Aprendi que o brincar junto tem uma forte exigência: o tempo da aceitação. Trago bem viva uma orientação de Pires (2007, p. 59): “Se as crianças confiam no pesquisador, provavelmente vão confiar nos instrumentos de pesquisa que ele propuser”.

Nessa dinâmica, é preciso salientar também a energia inventiva movimentada pelas crianças nos momentos de interação. Não foram raras as vezes em que, em meio a diálogos, vinham à tona, surpreendendo-me, um dinossauro feroz, a bailarina em rodopios, o super-herói ou heroína com suas urgências e voos apressados. Aprendi, e não foi rapidamente, que a ânsia intransigente de “um formato linear de interação” deveria ceder lugar à celebração diante dessa disposição criativa: ser driblada, como numa pelada. Pude me sentir como uma pipa, lançada para lá e para cá na fluidez dos movimentos de meninas/os, a vertigem dos rodopios e gritos, ser virada do avesso, desconcertada em minha certeza; esses são expedientes no trabalho de campo. O desafio que se coloca, e com força, consiste em entrar em jogos tão diversos e recriá-los a favor do foco do trabalho. Ser criança, bailarina, animal, e equilibrista significava abrir um espaço para nós. Um exercício nada simples, mas potente, pois pouco a pouco aquela energia inventiva expressa em desenhos, personagens, brincadeiras, sem amarras e governos, abria espaços para relatos de vidas, depoimentos, sonhos e impressões sobre seus corpos e belezas.

Nesse movimento, foram esteios pesquisas com abordagem etnográfica realizadas com crianças¹³. que inspiram pensar como brincar, contar histórias, quando realizado numa atmosfera de confiança, confere riqueza às reflexões.

¹³ Menciono Cohn (2013), que esteve entre os Xikrin; Toren (2010), nas ilhas Fiji; Sousa (2017), entre os Capuxu; Tassinari (2015), nas casas de farinha Galibi-Marworno; Ribeiro (2016), com etnografias realizadas em programas e instituições do sistema de “proteção à infância”; Pires (2007), na Catingueira (semiárido nordestino); e Hartmann (2018), nas escolas públicas francesas.

Há, no entanto, particularidades na pesquisa realizada nos salões de beleza, quando comparada às pesquisas feitas nas escolas, comunidades campesinas ou populações indígenas, que oferecem um desafio ao pesquisador, tanto no que concerne ao tempo em que as crianças permanecem nesses locais, como pela frequência de suas visitas. Na escola, conta-se com uma maior previsibilidade das turmas, formadas pelos mesmos alunos, havendo ainda horários estabelecidos pela instituição para que a/o pesquisadora/or possa interagir com as meninas e meninos, às vezes no momento do recreio, ou mesmo durante as aulas. Nas comunidades campesinas ou coletividades, por sua vez, conta-se também com indicações de endereços e relações de vizinhança, que apontam os trânsitos recorrentes das crianças que moram por ali.

A frequência nos salões tem uma dinâmica intensiva e variada. A cada visita apareciam crianças que eu jamais tinha visto. Deparei-me também com as que frequentavam os salões com regularidade. Algumas delas eram clientes desde bebês e costumavam, em meio aos passeios entre as quadras de Brasília, passar nos salões para cumprimentar os “tios” e as “tias” (modo como se referem às equipes dos salões) ou para brincar, sobretudo naqueles estabelecimentos que se parecem com parques de diversão. Algumas voltavam para cortar os cabelos que recorrentemente caíam nos olhos (cortar a franja). Outras acompanhavam suas mães quando estas iam fazer as unhas semanalmente. Havia crianças que retornavam constantemente para colorir os cabelos, pois algumas colorações saem na primeira lavagem. Algumas delas permaneciam nesses locais apenas os minutos dos serviços, outras ficavam à espera de atendimento, e havia ainda aquelas que se demoravam por ali. Alguns pequenos só apareciam quando tinham que se arrumar para datas especiais, como festas de aniversário ou casamento. Havia aqueles que residiam nas Regiões Administrativas, distantes do Plano Piloto, que jogavam futebol e soltavam pipas nas ruas sem asfalto nas proximidades dos salões, ou que brincavam de boneca na garagem da casa, onde funcionavam os salões de suas mães ou irmãs. Eram fluxos bem variados.

Passei a lidar com essa imprevisibilidade. Primeiro, acolhendo o seu lado positivo, pois acabei entrando em contato com um número significativo de crianças com diferentes vivências, o que abriu mais possibilidades de troca. Já para contornar a dificuldade da constância dos encontros, lancei mão de algumas estratégias. Contei imensamente com o auxílio das equipes dos salões para que me informassem sobre as regularidades de visitas de seus clientes. Além disso, essas equipes foram excelentes mediadoras com os familiares, o que pode ser expresso na frase de Solange, cabeleireira, dita a uma mãe sobre mim: “Ela tem um trabalho bonito com criança, conta aí pra mãezinha”.

Quando os responsáveis pelas crianças confiavam no veredito da equipe e se abriam para a interação, eu perguntava sobre a frequência com que visitavam os salões,

trocava contatos, adicionava na rede social e passava, então, a ter uma maior convivência. Pouco a pouco, e levou tempo, fui construindo as dádivas e me aproximando mais dos cotidianos das crianças, até conseguir acessar alguns pais e crianças de forma bem intensa. Algumas mães até me avisavam quando iriam aos salões, sobretudo naqueles estabelecimentos que atendem mães e filhos, pois acabavam ficando sossegadas nos seus horários de atendimento, uma vez que, em seu ponto de vista, eu ficava “distraindo” as crianças.

Aproveitei, portanto, todas as oportunidades de aproximação nesse universo de pesquisa. Se o salão promovia festas infantis de aniversário ou um dia de brincadeiras (o que descreverei mais adiante), eu participava. Assim, fui brincando, movimentando as conversas informais, desenvolvendo técnicas metodológicas variadas, conforme o fluxo do campo. Ora contei com a observação de um momento da vida de uma criança; ora o salão tornou-se um ponto de encontro para uma relação mais duradoura. A seguir, menciono algumas atividades realizadas com as crianças.

Preparei uma pequena bolsa colorida que levava aos salões com materiais para brincadeiras: brinquedos, folhas, pincéis, acessórios. Às vezes ela era aberta e eu unia esse material aos brinquedos já existentes no salão. Em relação aos desenhos, trabalhei com o autorretrato. Meninas e meninos se desenhavam e falavam sobre seu rosto, corpo, cabelo. Além dos desenhos dos seus territórios.

Além disso, aproveitei, com o aval das crianças, os objetos e brinquedos que elas traziam aos salões. Era recorrente meninas e meninos residentes do Plano Piloto chegarem aos salões com tablets e celulares. Quando me deram oportunidade, fiquei sentada, ao lado, apreciando seus jogos ou os desenhos a que assistiam. É importante destacar que as brincadeiras não ocorreram unicamente em espaços específicos decorados por arquitetos nem com a presença de brinquedos. As crianças com as quais interagi em pesquisa sempre arrumavam um jeito para brincar, abriam espaços. Procurei, portanto, percebê-los e pedi licença para adentrá-los.

É importante esmiuçar por que elegi a faixa etária de 6 a 12 anos. Em um primeiro momento, observei que as crianças dessas idades frequentam os salões de forma mais recorrente. Além disso, nessa fase, elas acessam uma rede de sociabilidade maior, que extrapola seu ciclo familiar. Passam a vivenciar o ambiente escolar e, nesse contexto, começam a experimentar jogos coletivos nas aulas de educação física, festas, reuniões com amigos e situações que as colocam em interação com grande diversidade de modos de viver e sentir a corporeidade¹⁴, situações que aguçam narrativas interessantes para os objetivos desta

¹⁴ Corporeidade é entendida aqui conforme Csordas (2013) a nossa condição existencial fundamental, a nossa corporalidade (corporeality ou bodi-liness) em relação ao mundo e às outras pessoas” (CSORDAS, 2013, p. 292)

pesquisa. Além disso, nesse período da vida, as crianças começam a evidenciar de modo ainda mais decidido – por meio das palavras – as suas escolhas de interação, e isso é de fundamental importância para o meu estudo. Outro fator para a escolha dessa faixa etária é que nesse período, pela inserção no universo da leitura e da escrita, seus repertórios de frases se ampliam a cada dia, trazendo informações ricas no decurso das interações com a pesquisa. Outro aspecto que julgo instigante são as nuances diferenciadas que perpassam essa faixa etária, contemplando desde as emoções na chegada ao ambiente escolar até as primeiras mudanças físicas na pré-adolescência, o que enseja conversas sobre suas relações com seus corpos.¹⁵

É importante, no entanto, deixar claro que há muitas maneiras de viver cada idade. Aqui não se opera com noções rígidas do desenvolvimento cognitivo e psíquico. Ressalto ainda que não me omiti de descrever algumas cenas vivenciadas por crianças menores de 6 anos, na medida em que contribuem para ampliar a análise sobre a produção do corpo de meninas e meninos nos espaços pesquisados.

Na pesquisa busquei atentar para além das falas. Afinal, as crianças não narram suas vivências somente com palavras, mas com o olhar, a respiração (ora leve, ora pesada), o movimentar suave ou frenético dos braços, o arquear ou franzir de sobancelhas, todos os músculos de sua face, suas lágrimas e seus sorrisos, as batidas impacientes de pés e mãos, enfim, com todo o corpo. Desse modo, para compreender suas narrativas, não basta somente ficar atenta às vozes que facilmente podem ser captadas por um gravador. É imprescindível estar atenta à comunicação não verbal. Para isso, recorri às ideias de Laban (1978), especialista no estudo dos movimentos humanos.¹⁶

Ainda sobre a inserção de jogos, brincadeiras e desenhos, Alderson (2005, p. 429) diz que: “Embora os métodos que envolvem jogos possam parecer bons para crianças, um aspecto crucial é até que ponto os adultos compartilham o conhecimento e o controle com as crianças ou os detêm”. O autor nos alerta para ficarmos vigilantes acerca das assimetrias no que concerne à idade, *status*, domínio da linguagem etc. Sobre isso, Rocha (2005) destaca que:

Cada vez mais se inserem e pesquisam na área da educação, sociologia e antropologia, jogos com recursos variados e criativos, porém a discussão crítica da utilização destes tem sido escassa. Muitas vezes utilizados na tentativa de uma representação mais autêntica ou mais fiel da realidade, tais meios podem, por sua vez, inclusive facilitar a ilusão da autenticidade, esfumando ainda mais a figura do pesquisador, que está ali a recortar cenas,

¹⁵ Sobre as potencialidades de comunicação e expressão dos bebês ver Gottlieb (2009), Salutto e Tebet e Abramowicz (2018).

¹⁶ Segundo Laban (1978), pode-se alcançar um entendimento profundo das pessoas e de seus sentimentos, atitudes, vivências, singularidades e contextos sociais pela observação de suas movimentações corporais.

enquadramentos e em última instância a determinar o que e como serão analisados e incluídos em um outro texto diferente daquele onde aquela fala foi produzida. (ROCHA, 2005, p. 152).

Tendo consciência disso, afirmo que uma perspectiva metodológica fundamental nesta pesquisa consiste no esforço sistemático e permanente de abrir mão de uma postura adultocêntrica. “Essa ideia é geralmente defendida em termos de controle e para resolver desequilíbrios de poder na relação de pesquisa” (ALDERSON, 2005, p. 420). Como afirma Pires (2007, p. 235): “[a] solução para esse impasse, de ser adulto e pesquisar criança de uma perspectiva antropológica, deve ser buscada no campo, de acordo com cada caso estudado”. Não há uma fórmula predefinida, as soluções são criadas na peleja do campo, e foi justamente isso que busquei nos salões.

Buscar romper com uma postura adultocêntrica, entre outras coisas, implica quebrar a ideia de que o estudioso, por ter sido criança ou por conviver com crianças nos papéis de pai, mãe, professor, está plenamente autorizado a falar sobre elas, sem ao menos ouvi-las. Além disso, implica em interpelar a ideia de que as pesquisas “dão voz às crianças”, já que elas sempre tiveram suas vozes, enunciações e expressões. Importa, portanto, primar pelo espaço de enunciação desses sujeitos no presente, sem subalternizá-los, entendendo que os seus posicionamentos, em interação com os adultos, são capazes de alargar o entendimento da vida social em suas amplas dimensões. Nesse espírito, apresentarei as falas de 41 crianças, dos cinco salões escolhidos para este estudo. No Apêndice A, o Quadro 1 apresenta informações socioeconômica com seus dados.

No que diz respeito às fotografias, mesmo ciente que há uma fértil discussão no campo das ciências sociais e humanas em relação aos usos metodológicos e analíticos de imagens em etnografias (GODOLPHIM, 1995; ACHUTTI, 2007; COLLIER JÚNIOR, 1973), não aprofundarei nesse tópico, deixando esse exercício para trabalhos futuros, com maior maturidade discussões dos usos de imagens de crianças e de estabelecimentos que as atendem.

Sobre a categoria interseccionalidade, é um dever creditar sua potência para feitura dos estudos sociais aos conhecimentos, fazeres e lutas por direitos das mulheres negras. Um espírito, uma prática interseccional, já era por elas dinamizada quando a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw cunhou o termo. A reflexão interseccional era movimentada pelas mulheres negras não apenas para demarcar as opressões e violências vivenciadas dentro das relações de poder em que estavam inseridas, mas também seus conhecimentos e resistências. Na década de 1980, discussões que enfrentavam a ideia de mulher como uma categoria única, já estavam sendo gestados por Lélia Gonzalez (1983), Beatriz Nascimento (1982) e Angela Davis (1981). Categoria viva e pulsante, a

interseccionalidade não conta com um único entendimento. Há diferentes maneiras de abordá-la na academia e nos movimentos sociais.

Afino-me com as ideias de Brah (2006) sobre a abordagem interseccional, entendendo que as experiências das crianças articulam relações sociais, subjetividades e localizações particulares na esfera social – elementos intimamente relacionados. Nessa perspectiva, as experiências das crianças em relação à produção de suas imagens corporais não devem ser vistas como homogêneas, estanques e predeterminadas. Muito pelo contrário, são dinâmicas e processuais, e devem ser analisadas atentando-se para os posicionamentos específicos de cada criança em seus contextos, levando-se em consideração as relações que se estabelecem com marcadores sociais da diferença (gênero, classe social, raça, idade).

A análise interseccional instiga a refletir sobre as experiências das crianças em relação às concepções de beleza e aos gestos que embelezam a partir de todos esses marcadores, numa articulação dinâmica que não é mera adição. Segundo Piscitelli, na perspectiva de Brah:

Raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros, nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fossem um lego. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas. Não são idênticas entre si, mas existem em relações recíprocas e contraditórias. [...] os marcadores de identidade [...] oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação. (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Algo frutífero na interseccionalidade é a sua potência para a análise da diferença¹⁷, permitindo perceber como as experiências das crianças são diversas e investidas de significados específicos. Não basta apontar que na etnografia feita nos salões os corpos de crianças geralmente são percebidos e produzidos em função de certos critérios estéticos; é preciso antes pensar que isso se dá de forma particular, levando em consideração fatores como classe, raça, gênero e idade.

Entrada em campo, ou na soleira da porta entre desconfianças, recusas e acolhimentos

Do presente que se conquista com delicadeza e paciência num campo de pesquisa... Em meio à rotina frenética, Cida, exímia cabeleireira infantil, acolhe a minha entrada no salão com um largo sorriso, expressivo como os ipês, alentos na impiedosa seca de Brasília. Como se não bastasse o frescor da recepção, ela doa o presente em forma de pergunta. Com os braços abertos, diz: “Quer conversar?”. Naquele instante se rompeu a indagação costumeira para quem atravessa a soleira de um estabelecimento como aquele... Quando “Qual o serviço?” cede lugar para “Quer conversar?”, a dádiva da pesquisa começa a fluir, generosa e respeitosamente. “Claro, Cida!

¹⁷ De acordo com Brah (2006, p. 46), a diferença deve ser entendida como “as variedades de maneiras como os discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados”.

Que honra!” Retribuo com o meu melhor sorriso, ainda que torto, desalinhado. Pego na mochila o caderno de campo, equivalente à tesoura de Cida, e ele se ilumina com o que testemunha. Ipês brotaram naquelas linhas... E a seca já não existe em mim, apesar da sua força. (Trecho do diário de campo, salão Pente Mágico, em: set. 2017. Depois de uma boa jornada para aceitação do trabalho por parte dos funcionários, mesmo com a anuência do dono).

Penso que é preciso, por cuidados éticos e zelo pelas pessoas que compõem a pesquisa, que a pesquisadora sempre bata à porta dos salões para conseguir a permissão para adentrar e construir a confiança necessária para permanecer. Esse movimento, apesar de demandar tempo, energia e de ser desafiador, permite que as relações de pesquisa num estabelecimento comercial não sejam “monetizadas”. Além disso, anunciar as intenções do projeto de pesquisa não rouba a lucidez das pessoas que você deseja que façam parte dele. Pautei-me nesse entendimento.

Para minhas primeiras entradas nos salões, escolhi aqueles que atendem crianças e adultos. Achei razoável na primeira visita pagar um serviço, pois naquele instante a possibilidade de desenvolver a pesquisa no local ainda seria ventilada. Contudo, a partir do momento em que decidia abraçar determinado estabelecimento como lócus de pesquisa, procurava, sem rodeios, agendar uma conversa sobre o meu projeto com as/os proprietárias/os, fazendo o mesmo com funcionárias/os.

Engajava-me não apenas em fazê-los compreender os propósitos do estudo, mas em contar com suas empatias e participações. Para esse fim, procurava cercar as pessoas de elementos de confiabilidade. Explicava calmamente a pesquisa, mostrava o comprovante de matrícula do doutorado, o livro escrito por mim sobre a construção da beleza entre mulheres.

Frisava que eu iria apenas uma vez por semana em cada salão e que, em hipótese alguma, atrapalharia o fluxo de atendimento. Afirmava que tinha plena consciência de que não poderia ser mais uma demanda no dia frenético de trabalho deles, que não poderia aumentar em nada suas sobrecargas. Na maior parte do tempo, ficaria sentada, apenas anotando e acompanhando os serviços. A aproximação das crianças se daria somente com o consentimento dos seus responsáveis.

Em certo salão, cheguei a ir várias vezes num período de quatro meses. A gerente sempre dizia que ia marcar um encontro meu com o dono do estabelecimento para que a permissão fosse dada. Afirmava: “Volte semana que vem”. Eu voltava. Ela tornava a dizer: “Venha na próxima”. Eu chegava lá e ela dizia: “Ele viajou”. Até que, em uma de minhas idas teimosas, o dono se encontrava no estabelecimento. Uma funcionária que tinha acompanhado minhas idas e vindas logo me alertou: “Olha, aquele é o dono. Aproveita!”. Conversamos e ele de pronto permitiu a realização da pesquisa.

Em conversa com a dona de outro salão, ela revelou suspeitar que eu estaria ali com o objetivo de “aprender os segredos, para, em seguida, abrir meu próprio salão infantil”. Fui vista, portanto, como concorrente. Também fui indagada por uma gerente se eu não era integrante da vigilância sanitária. As reservas mais fortes vinham dos salões exclusivamente infantis, pois os adultos que frequentam tais estabelecimentos como clientes sempre levam crianças, o que não era o meu caso, sem filhos naquele momento. Indagavam: “Mas você não tem filho?”, “Você não quer ter?”, “Quantos anos você tem? E você é casada?”, “Você não tem filhos e pesquisa crianças?”, “Quando você vai ter um bebê pra ser nosso cliente?”. Essas foram algumas perguntas que enfrentei, e elas foram instigantes para refletir como convenções acerca de gênero e sexualidade incidem naqueles lugares e nas suas relações.

Não era porque eu recebia a permissão formal – fornecida, às vezes, pela dificuldade de donos e funcionários dizerem diretamente não – que as portas estavam abertas. A entrada efetiva, a proximidade, ia se construindo lentamente. Os silêncios e as distâncias iam se diluindo devagar. Em algumas ocasiões, eu conseguia a empatia dos funcionários, mas com os donos o caminho de convencimento era mais lento. O inverso também ocorria.

Para vencer essas barreiras, primeiramente tentei investir na qualidade do tempo de observação, e não na quantidade. Permanecia, no máximo, por meia hora. Acompanhava um corte, anotava, agradecia, afirmava ter aprendido muito e partia, para que fossem tendo a certeza de que eu não demandaria tempo, que minha presença não seria onerosa. Percebia a rotina e via como me encaixar. Observei que em alguns salões há uma parada para o café, e os funcionários fazem uma cota e repartem alguma guloseima. Então, passei a levar algo para contribuir: um bolo, uns bombons para merendar junto com eles. Outras vezes, juntava os brinquedos, as revistas espalhadas, e pouco a pouco ia me situando. Deixei o tempo correr e gradativamente aumentei minha permanência nos salões, até que passava a ser uma presença aceitável¹⁸.

Foi tendo paciência que abri um lugar que até então não existia naqueles estabelecimentos: o de pesquisadora. Certamente, fazer os serviços teria me possibilitado ligeireza maior nas conversações, um início de inserção nos salões mais brandos, pois, como cliente, possuiria um lugar legitimado. Foi assim, pouco a pouco, que me tornei “a moça da pesquisa”, “a moça da mala de brinquedos”, “a que tem jeito com criança”, até finalmente

¹⁸ Ainda sobre as convenções de gênero, vale frisar que, quando engravidei durante a pesquisa, à medida que a barriga crescia, minha presença nos salões infantis gerava menos estranhamento de familiares que eu encontrava pela primeira vez. É como se fosse ofertada uma permissão tácita para meu corpo estar ali. A minha barriga tornou-se inclusive um passaporte para iniciar as primeiras conversas. Quando Bruno nasceu e me acompanhava em campo, as conversas fluíam com mais facilidade, como se o lugar de mãe abrisse os caminhos naquele espaço (sobre os significados desse lugar naquele contexto dialogaremos mais tarde).

passar a ser chamada pelo meu próprio nome e reconhecida como pesquisadora... Portas que abrem portas para a dádiva acontecer.

Texturas das palavras: estrutura da tese

Resultado da travessia a partir das portas dos salões de beleza, esta tese está dividida em três partes. A primeira (capítulos 1 e 2) apresenta o campo de discussões relacionado à temática da produção das concepções de beleza entre crianças e os territórios pesquisados. A segunda (capítulos 3, 4 e 5) traz as crianças nos salões, com suas rotinas de embelezamento. Por fim, a terceira parte (capítulo 6) diz respeito a narrativas compostas a partir de visitas aos seus lares, que possibilitaram observar mais detidamente a relação entre consumo, infância e vida material da beleza.

Em relação à “Primeira Parte”, no capítulo 1, narro os atravessamentos que tenho realizado em portas “de livros”, nas áreas da antropologia, sociologia e história, que vêm sendo pousos acolhedores para o entendimento de noções centrais para este estudo, como as de “infância” e “criança”. A intenção não é movimentar embates conceituais, apresentar grandes enfrentamentos teóricos; e, sim, alimentar o espírito com o reconhecimento de parte do campo conceitual pautado.

Já no capítulo 2, pontuo as principais razões para abraçar os salões de beleza como lócus de pesquisa, apresentando-os como espaços potentes para refletir sobre corpo, gênero, raça, beleza e produção da corporeidade. São espaços que possibilitam, sobretudo, perceber as crianças para além da “figura do aluno”. Em seguida, apresento a capilaridade desses espaços em Brasília. Para esse intento, julgo importante traçar, ainda que de maneira panorâmica, um pouco da trajetória da constituição da cidade, apostando que isso poderá aclarar o entendimento sobre a diversidade de realidades sociais, econômicas e populacionais que compõem a capital federal, especialmente as que atravessam as realidades das crianças com quem troco em pesquisa. Depois de mostrar essa dinâmica espacial, procuro adentrar os salões propriamente, tendo as crianças como guias.

A “Segunda Parte” inicia com uma introdução em que apresento cenas do trabalho de campo, cujo eixo foram experiências relacionadas ao convívio das crianças com os serviços oferecidos nos diferentes salões estudados. Procuro discutir como as diferenças sociais – geração, classe, raça e gênero –, operadas nos salões de beleza, são manejadas pelas crianças, reverberando nos processos de produção de suas aparências físicas. Para alcançar o objetivo proposto, organizei a seção em três capítulos, conforme as partes do corpo – “Cabelo”, “Rosto” e “Mãos e pernas” –, explicitando os serviços voltados para cada uma

delas nos salões pesquisados. Cada capítulo traz um conjunto de reflexões sobre as relações do embelezamento com temas mais amplos da vida social, tais como consumo, saúde, sociabilidade, mídia, processos educativos, sexualidade, *bullying*. Apresentarei a assombrosa desigualdade que atravessa os diferentes territórios dos salões e a assimetria econômica entre os frequentadores, a pedagogia da beleza em atuação, além de conversas sobre adultização e politização do embelezamento em atuação.

O leitor/ a leitora perceberá, ao longo da segunda parte, um movimento de retomada e reforço nas descrições e análises das maneiras como as diferenças sociais – geração, classe, raça e gênero – são vivenciadas pelas crianças, familiares e funcionários no decurso de cada serviço do salão. Com essa retomada, pretendo desvelar sutilezas das formas como tais serviços voltados à determinada parte do corpo intersecta diferenças sociais, desigualdades, negociações, transgressões e como isso ressoa nos corpos e na produção das subjetividades das diversas crianças. Além dessa retomada, cada parte do corpo abre caminhos para temáticas ainda não mobilizadas no texto. Por exemplo, no capítulo do rosto, há uma discussão crítica sobre adultização e sexualidade, na seção das mãos um diálogo acerca do consumo e a “lógica das escolhas” (Mol 2002) que gravitam em torno dos cosméticos. Já na seção das pernas, apresento uma reflexão a respeito do *bullying*.

Para a “Terceira Parte”, elegi cinco crianças que conheci nos fluxos dos salões, com diferentes perfis em termos de classe, gênero e raça, para destacar, a partir de narrativas que retratam nossas interações, as relações que estabelecem com seus corpos na produção diária de suas belezas. Se nos capítulos 3, 4 e 5, a análise gira em torno das cenas no calor dos atendimentos dos salões, no capítulo 6, as narrativas tecidas a partir dos encontros nos lares possibilitaram observar mais detidamente a relação entre consumo, infância e vida material da beleza e a partir dessa observação, três questões serão mobilizadas: as tríades beleza/saúde/magreza e feiura/doença/corpo gordo; a proeminência das telas nas vidas das crianças e seus referenciais de corpo belo, um diálogo sobre a privatização da beleza e a importância da sua politização.

Por fim, na esteira dos estudos sobre a infância, pretendo refletir sobre o fato de que essa politização não pode prescindir da colaboração efetiva das crianças, as quais devem ser vistas como agentes. Elas têm muito a dizer sobre as vivências relacionadas ao processo de embelezamento que perpassa cotidianamente suas vidas.

Os nomes dos salões e dos sujeitos com quem interagi foram modificados para garantir o sigilo de pesquisa. De acordo com as orientações do comitê de ética da Unicamp, oculte os rostos nas fotos, possíveis marcas que pudessem identificar facilmente os salões por

esta razão as imagens são identificadas pelos serviços e não pelos estabelecimentos. Assumindo o prejuízo de apresentar um texto longo, trago inicialmente, nos capítulos de 3 a 6, descrições detalhadas das vivências em campo relacionadas ao tópico em questão em cada capítulo, para, apenas a seguir, desenvolver as análises, pois acredito que isso torna mais evidentes as particularidades dos sujeitos, dos espaços e das relações que encontrei ao longo da pesquisa. Desse modo, tais capítulos estão organizados em uma parte descritiva inicial seguida de uma parte analítica. Pensando no diálogo com o/a leitor/a e intentando a fluidez da leitura lançarei mão das seguintes convenções textuais. Em *itálico* grafarei as categoriasêmicas e as expressões estrangeiras. Já as narrativas das/dos interlocutor/es/as entre aspas simples e utilizo os colchetes para sinalizar minhas próprias falas nos diálogos. Feito esse acordo, iniciemos atravessando as portas “de livros”, nas áreas da antropologia, sociologia e história, que, ao longo da pesquisa, tornaram-se espaços potentes para o entendimento das noções: “infância” e criança”.

PRIMEIRA PARTE – O CAMPO DAS PRODUÇÕES DE BELEZAS E OS TERRITÓRIOS DA PESQUISA

1 Atravessando os portais da beleza: rituais de entrada nos salões e os aportes teóricos

Eu sou feita de madeira
Madeira, matéria morta
Mas não há coisa no mundo
Mais viva do que uma porta
(Vinicius de Moraes)

Antes de adentrar os salões, costumo ficar em torno de suas portas, fitando os movimentos de entrada e saída das crianças. Busco um cantinho que me presenteie com o melhor ângulo: a padaria ao lado, o bar da frente, o batente do bloco, a sombra de uma árvore, o meio-fio da calçada. Faço isso por sentir que, ao observar as portas, abro percepções e me preparo para mais um dia da jornada no campo de pesquisa. Ali, em silêncio, observo sem ser observada, sinto como se eu pudesse tatear, ainda que minimamente, as relações daqueles salões com suas localidades. Além disso, capto os trânsitos das crianças naquelas paragens, atento para suas formas de mobilidade. Nesse exercício de observação, busco compreender gestos, palavras, nuances, movimentos e, aos modos do poeta Manoel de Barros, “Passo os dias ali, quieta, no meio das coisas miúdas me encantando”.

As cenas observadas em distintos salões têm matizes diversos. Do carro luxuoso que estaciona, descem a babá uniformizada e a criança. Um garoto irrompe no estabelecimento a todo pique, os pés acinzentados e as sandálias repletas de barro devido aos trajetos nas ruas sem asfalto. Outro garoto entra num pique parecido, mas calça um par de tênis caríssimo com luzes tipo led. Uma mãe conduz com dificuldade o menino que já vem choroso, pelejando para atrasar sua chegada ao salão, freando o passo com o próprio corpo, pois lhe aborrece cortar os cabelos. Entra também a garota com roupas semelhantes às de sua mãe, seguindo a tendência da moda “mãe e filha”, ambas com desenvoltura em sapatos de salto, segurando bolsas de marca. Uma menina chega de bermuda larga e camisa do time favorito. Um casal traz o bebê para, presumo, o primeiro corte de cabelos. Algumas crianças com uniforme, vindas depois da escola, umas vestidas como princesas da Disney, outras com roupas desbotadas e velhinhas, apertadas demais, grandes demais, com a chinela menor que o pé. Uma diversidade de estilos, modos de ser e de viver que desenharam também distâncias e desigualdades sociais profundas.

Nesse exercício sistemático de observação, procuro compreender os significados dessas passagens. Genep (1997) me faz refletir que atravessar a soleira das portas dos salões significa muito mais do que simplesmente caminhar em direção a um lugar. Essa passagem é

plena de sentidos e significados sociais. O autor assinala a importância de estudar os ritos, de não os considerar meros atos secundários, porque estar atento a eles é estar atento a nós mesmos, inseridos em nossas culturas. Os ritos não são, nem se explicam, como atos em si, mas como algo vivo, que tem um sentido para uma dimensão maior, que é o viver coletivamente.

Entre os diversos ritos mencionados por Genep (1977), há os referentes à passagem material. Ele mostra como as coletividades procedem de forma distinta ao passarem, por exemplo, por fronteiras, marcos, portas, soleiras, ou mesmo ao atravessarem rios e desfiladeiros. Cada coletividade, baseada em sua cultura, constrói uma série de atos que marcam essas passagens ou travessias. O rito da passagem material, assim como os outros, não é universal, estático, mas algo dinâmico e particular que diz, e muito, sobre os indivíduos. O autor assinala que “atravessar a soleira significa ingressar em um mundo novo” (GENEP, 1977, p. 37). Nesses termos, vislumbro as crianças atravessando as soleiras das portas dos salões, acessando símbolos, significados que compõem aquele universo. Procuro compreender o que essa passagem significa para seus cotidianos, para as relações com seus corpos e como ressoa em suas vidas.

Antes de esmiuçar essa compreensão, apresento, neste capítulo, referenciais teóricos e metodológicos do campo dos estudos sociais da infância que vêm vicejando como inspirações para a compreensão das especificidades e das diversidades das vivências das crianças que podem ser percebidas no movimento descrito de entrada e saída dos salões. Remeto-me a Damatta (1997, p. 9) quando faz a analogia entre um livro e uma casa, com sua fachada, suas portas e as “normas de recepção que amortecem a passagem entre a casa e a rua e simultaneamente nos fazem anfitriões, transformando – por outro lado – o estranho, o parente, e até mesmo o inimigo ou o estrangeiro numa ‘visita’”. Convido então a leitora e o leitor a visitar, a atravessar ao meu lado as portas de “livros”, nas áreas de antropologia, sociologia e história, que vêm sendo pousos acolhedores para o entendimento de noções centrais para este estudo, como as de “infância”, “criança” e “agência”. Após a apresentação das/os autoras/es, no fechamento da seção, trago o posicionamento a que me alio, base das reflexões travadas nesta tese.

A consolidação do campo de estudos da infância pode ser observada no crescente número de publicações, núcleos de pesquisa e eventos acadêmicos. Esse campo se constitui de forma diversa no que tange aos fundamentos epistemológicos, aos modos de articular teoria, pesquisa e práxis, e aos posicionamentos éticos e políticos. Podemos vislumbrar a vitalidade do campo por meio dos trabalhos de autora(e)s que, em diferentes tempos e perspectivas, abraçaram o desafio de pensar a constituição dos Estudos da Infância a partir das trajetórias de

suas bases disciplinares. Assim, elaboraram um estado da arte no campo da sociologia da infância: James, Jenks e Prout (2000), Sirota (2001), Montandon (2001), Delgado e Müller (2005), Sarmiento (2008), Faria e Finco (2011); no campo da antropologia da criança: Buss-Simão (2007, 2009), Cohn (2013, 2020), Rafiotis et al (2021); no campo da história: Rizinni (2004), Plaisance (2004); Rocha e Gouvêa (2010); e na educação: Faria (2006).

Meu propósito nesta seção não consiste em realizar um levantamento bibliográfico aprofundado ou um estado da arte sobre todas as obras que tratam das noções de infância e criança. Pretendo, antes, compartilhar as reflexões de alguns autores que abriram portas para a compreensão dessas noções sem conotações essencialistas, atentando para o fato dessas categorias não serem meras abstrações, conceitos universais, vinculados exclusivamente aos aspectos físicos das crianças, mas construções arbitrárias que devem ser compreendidas a partir do entendimento das vidas singulares dos sujeitos e de seus contextos.

Menciono também alguns autores pioneiros nos estudos da infância, pois isso permite vislumbrar como as noções de criança e infância vêm sendo delineadas, inclusive percebendo-se quando a proposição, tão presente neste texto, do reconhecimento das crianças como seres dotados de agência foi se formulando.

Quanto aos estudos pioneiros e às/aos autoras/es, que considero inspiradoras/es para esta pesquisa, primeiramente ressalto Ariès (1978), que, sob a perspectiva da história das mentalidades, faz-nos ver a infância como uma construção social e, portanto, sentida, pensada e vivenciada de formas múltiplas em diferentes tempos e contextos. O autor mostra como o sentimento de infância na França medieval não existia, ou seja, ocorria uma falta de consciência de particularidades que distinguem a criança do adulto. Suas constatações partem de um estudo detalhado de vários elementos do cotidiano da época, entre eles a arte, que não representava a morfologia do corpo das crianças. Essa prática não se dava, segundo o autor, por falta de habilidade dos artistas; e, sim, porque a infância não tinha um lugar nesse contexto. Do mesmo modo, o vestuário não apresentava distinção entre roupas de crianças e de adultos.

Ariès (1978) também volta seu estudo para o retrato e aponta que dificilmente naquele tempo uma criança seria retratada sozinha, pois a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança. O historiador mostra ainda que o óbito de crianças era visto com certa indiferença: “não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança” (ARIÈS, 1978, p. 56). Além disso, o autor enfatiza que, na vida cotidiana, as crianças estavam misturadas aos adultos, incluídas no mundo do trabalho e das responsabilidades. Pegavam em armas e não se abstinham de alusões a assuntos sexuais. Para os objetivos desta pesquisa, compreendo que o entendimento de criança inocente, que deve ser preservada do trabalho, cercada de proteção parental, surgiu

apenas há dois séculos e, segundo Ariès (1978), simultaneamente à constituição da família nuclear, do Estado-nação e da nova organização do conceito produtivo.

Vale frisar que a obra de Ariès é, permanentemente, mencionada e valorizada nos estudos com foco na infância, sobretudo por seu pioneirismo, por ser considerada clássica e por trazer de maneira intensa para o ambiente acadêmico as discussões sobre infância. No entanto, é importante que se diga que há diálogos críticos travados com o autor. Entre eles, menciono pesquisadoras/es brasileiras/os, nas áreas de ciências sociais, educação e história, que assumem perspectivas pós-coloniais, como Miguel (2014), Motta e Frangella (2013), Finco (2015), Santiago e Faria (2016). Da mesma forma, há também um conjunto de núcleos de pesquisa da infância, situados em diferentes regiões do país, que bebem das fontes dos estudos pós-coloniais e mantêm a crítica ao trabalho de Ariès¹⁹.

Eles questionam o que consideram uma postura etnocêntrica do autor ao não mencionar outras formas históricas de vivenciar a infância, a não ser aquela da modernidade, circunscrita ao universo europeu. Buscam, portanto, a partir dos clássicos do pós-colonialismo (FANON, 2008; SAID, 2008; BHABHA, 1998; SPIVAK, 2010), romper com a ideia da infância como fenômeno único e universal, reconhecendo suas múltiplas formas. A aposta e o maior desafio desses autores e núcleos, como se pode observar em suas produções, consistem em abrir mão do colonialismo epistemológico, fomentando uma produção local sobre as infâncias (assim mesmo, no plural) que quebre com uma visão eurocêntrica no exercício de entender as crianças²⁰. No fazer desta pesquisa, engajo-me em incorporar um profícuo ensinamento dos estudos pós-coloniais: a importância da escuta atenta e a possibilidade de aprendizado que se abre na troca com as crianças, pois aprender com elas – em sua diversidade de trajetórias e contextos – é “habitar as brechas dos discursos dominantes” (FARIA; FINCO, 2011, p. 6).

Em termos de pioneirismo na área pautada, devo mencionar também Durkheim. Seu interesse recai sobre o conceito de socialização, o qual, em sua perspectiva, consistiria em um processo de transmissão de conhecimentos produzidos socialmente; uma ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Em seu ponto de vista, a socialização tem como crucial finalidade “suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente” (DURKHEIM, 2007, p. 53).

¹⁹ Refiro-me aos seguintes grupos: “Ludicidade, identidade e discurso nas práticas educativas” (UFC); “Grupo de estudos em educação infantil” (UFRGS); “Políticas, programas e práticas na educação” (UFRPE); “Grupo de pesquisa infâncias até os 10 anos” (UFRRJ); “Grupo de pesquisa educação científica e cidadania” (UnB); “Grupo de estudo e pesquisa em diferenciação sociocultural (GPEDISC) – linha culturas infantis” (Unicamp).

²⁰ O livro de Weinmann (2014), *Infância, um dos nomes da não razão*, oferece, mais precisamente no segundo capítulo, “A formação de um campo”, um apanhado de debates críticos sobre a obra de Ariès.

Nessa ótica, o processo de socialização se dá de maneira impositiva, vertical. Vigora a ideia de que a criança precisa ser adestrada, pois “está naturalmente num estado de passividade completamente comparável àquele em que o hipnotizado se encontra artificialmente colocado” (DURKHEIM, 2007, p. 53). Isso sem exceção, já que “não há povo onde não exista um certo número de ideias, sentimentos e de práticas que a educação inculca a todas as crianças indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam” (DURKHEIM, 2007, p. 51). Como se pode observar, as possibilidades de agências das crianças no processo de socialização não são sequer tratadas ou reconhecidas pelo autor.

Seguindo nessas abordagens mais clássicas na seara sociológica, faço referência a Mauss (2010), em seu manuscrito de 1937, “Três observações sobre a sociologia da infância”²¹. Nesse texto, o antropólogo francês enfatiza que “a sociologia da infância pode servir a todas as partes da sociologia e à própria sociologia geral” (MAUSS, 2010, p. 244). Acerca das noções de infância e criança, é interessante frisar o seu debate crítico com Piaget, chamando a atenção para a importância de um olhar socioantropológico que contemple as diversas formas de vivenciar a infância. Para Mauss (2010, p. 241), a obra de Piaget, que pretende generalizar considerações para o desenvolvimento de todas as crianças, “consiste, na realidade, na análise muito aprofundada da mentalidade de um pequeno grupo de crianças, em particular das suas”, ou seja, “é o estudo de crianças determinadas de um meio determinado, de crianças de língua francesa educadas de certo modo historicamente determinado”.

Sobre as três observações do título do manuscrito, primeiramente Mauss afirma a necessidade de abordar crianças e infância a partir de um “estudo mais especificamente sociológico dos meios infantis, enquanto meios, propriamente” (MAUSS, 2010, p. 241). O segundo ponto diz respeito ao “problema” das gerações, que se reinventam, modificam-se com o tempo, o que impede uma análise estanque. No terceiro ponto, Mauss assinala como pode ser frutífera a discussão acerca das “técnicas corporais” para o entendimento da infância e das crianças.

Mauss (1974) mostra que, desde o nascimento, o corpo do indivíduo vai sendo preparado socialmente para empreender o caminhar da vida. Sua concepção de corpo transcende a mera estrutura física, considerando-o como um artefato cultural, pois expressa, nos mínimos movimentos, todo o aprendizado assimilado no meio social em que está inserido. Mais ainda, as maneiras de cantar, dançar, comer, interagir e embelezar-se variam de cultura para cultura.

Os modos particulares dos indivíduos servirem-se dos seus corpos, ou seja, as diferentes técnicas corporais, são transmitidos, segundo Mauss, mediante processos

²¹ Esse manuscrito, elaborado para um congresso sobre a infância, foi encontrado e publicado em 1996 por Fournier. A tradução para o português só foi publicada em 2010 pela revista da Faculdade de Educação da Unicamp.

educativos que oferecem as diretrizes de como os corpos devem agir e conviver. Nas palavras do autor: “na arte de utilizar o corpo, os fatos da educação dominam” (MAUSS, 1974, p. 215). O que se passa é um processo de imitação prestigiosa em que os membros da sociedade, desde a infância, imitam os comportamentos daqueles corpos que obtiveram êxito, que foram bem-sucedidos. Assim, em Mauss, percebemos que o aprendizado se dá muito pela via da imitação, a ideia de agência, de inventividade da infância, ainda não é tão ressaltada.

Ainda sobre estudos instauradores do campo da infância, menciono Margareth Mead, no bojo da Escola de Cultura e Personalidade, na década de 1930. Suas pesquisas na Nova Guiné e Samoa (MEAD, 1988) desnaturalizaram a ideia de o temperamento ser atrelado às condições biológicas. Em sua ótica, este se constrói culturalmente, sobretudo pela socialização das crianças. Conforme Pires (2008, p. 137), Mead realiza “um grande salto nos estudos sobre criança na antropologia. Apesar de muito criticada, a autora teve um papel crucial na descoberta da infância pelos antropólogos”. As críticas dizem respeito à centralidade na socialização, ainda bastante focada nas agências dos adultos.

Embora exista essa centralidade dos adultos nas interpretações de Mead, observa-se uma abertura para um maior reconhecimento das agências das crianças. De acordo com Pires (2010, p. 141), a antropóloga “não congela o conceito de cultura justamente porque, para ela, a cultura é algo em processo, que não pode ser estudado a não ser na sua própria dinâmica. Essa dinâmica não se limita, mas pode ser observada com mais facilidade, no aprendizado cultural das crianças”. Mead traz, portanto, a partir da pesquisa etnográfica, a criança para o foco e abre o caminho, mesmo que brando, para a identificação de suas agências.

Ao lançar um olhar retrospectivo sobre as obras da Antropologia e os estudos da infância, Hirschfeld (2016), infere que a valorização desse campo e, ao mesmo tempo, o reconhecimento das agências e protagonismos das crianças foi um processo demasiadamente demorado nessa disciplina e pode-se pensar que não apenas nela. Houve grande resistência e o autor chega a mencionar a expressão “marginalização das crianças e da infância” nos estudos antropológicos. Hirschfeld (2016) busca valorizar o campo de estudos da infância e argumentar por que este foi relegado: “[a] grosso modo, a maior parte da antropologia tem marginalizado as crianças porque desprezou duas características em que elas são muito boas: a capacidade excepcional em adquirir a cultura dos adultos e, de forma menos evidente, o potencial de criar sua própria cultura” (HIRSCHFELD, 2016, p. 173-4). O autor demonstra como o caráter socializador dos adultos foi superestimado; e o protagonismo das crianças no desenvolvimento desse processo, ignorado nos estudos antropológicos.

No contexto brasileiro, podemos destacar o pioneirismo da pesquisa de Florestan Fernandes sobre as culturas infantis, publicada em 1961. O estudo focou grupos de meninos e

meninas denominados de “trocinhas”, compostos por habitantes do Bom Retiro, bairro operário da cidade de São Paulo caracterizado por densas relações de vizinhança. O sociólogo dedicou-se a compreender os conteúdos tramados pelas próprias crianças nas “trocinhas”, atentando para as formas como se delineavam nesses grupos as relações de gênero, etnia e classe social, os códigos, regras e hierarquias, além de perceber as permanências e renovações das vivências desses grupos em relação às gerações anteriores²².

Na ótica de Fernandes, a cultura infantil pode ser compreendida como “constituída por elementos aceitos da cultura do adulto e por elementos elaborados pelos próprios imaturos” (FERNANDES, 1961, p. 174). Apesar de se referir às crianças como imaturas, percebe-se, nesse estudo, a tentativa de ressaltar a elaboração delas na construção de suas próprias vivências. Bastide (1961), no prefácio do livro em pauta, valida o quanto Fernandes foi capaz de vencer as fronteiras rígidas que, a seu ver, apartavam adultos e crianças, e, além disso, como pôde enxergar a infância daqueles grupos em termos deles próprios, diferentemente dos costumes da época, em que os adultos costumavam pensar a infância de forma centrada em suas próprias memórias de quando foram crianças.

Se, em Florestan, a postura de procurar compreender as crianças em seus próprios horizontes começou a ser ventilada, em Clarice Cohn (2005), isso se tornou uma convicção preponderante ao defender a ideia da criança atuante, a qual, em suas palavras, “é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva nas incorporações de papéis e comportamentos sociais” (COHN, 2005, p. 28). A autora empenha-se em fazer uma discussão sobre o modo como os Xikrin²³ concebem a infância e o desenvolvimento infantil. Com base nesse estudo, é a partir de suas próprias experiências que as crianças podem mapear os contextos e as relações sociais da sociedade em que vivem, numa “constituição ativa de relações sociais que as acompanharão por toda a vida” (COHN, 2005, p. 211).

Cohn (2005) frisa que as crianças não são apenas produzidas pela cultura, mas são produtoras de cultura; portanto, suas percepções são fundamentais para o entendimento da vida social. Para a autora, “a diferença entre adultos e crianças não é quantitativa, mas qualitativa, as crianças não sabem menos, elas sabem outras coisas” (COHN, 2004, p. 141). A antropóloga alude à Christina Toren, psicóloga e antropóloga australiana, que realizou robusta etnografia com grupos de crianças nas ilhas Fiji. Toren (2010, p. 175) advoga que as crianças tenham presença rotineira nos trabalhos etnográficos e aponta que “o que a criança faz (o que cada um de nós faz) é produzir significados a partir dos significados que outros produziram e

²² Hertmann (2021) assinala que Câmara Cascudo em seus estudos sobre folclore desenvolveu uma sensibilidade para a importância da observação da Infância. Já Rocha e Gouvêa (2010), salienta o mesmo sobre Freyre em *Ordem e Progresso*.

²³ Subgrupo Kayapó, de língua Jê, habitantes do sudoeste do Pará.

estão produzindo”. Em sua perspectiva, os olhares das crianças dão aos adultos acesso privilegiado a materiais que estes não conseguiriam por nenhum outro meio. O entendimento delas juntamente com os dos adultos, sem segregações, produz um conhecimento mais aprofundado da vida social.

Cabe perceber nesse movimento a gradação entre as idades dos meninos e das meninas, pois, quando se trabalha com o público infantil, é preciso ter consciência de que “as ideias de uma criança de 6 anos não podem servir de base para se saber que ideias essa mesma criança terá aos 9, 12 anos de idade [...], porque as ideias das crianças sofrem uma transformação marcante com a idade” (TOREN, 2010, p. 10).

Para Cohn (2005), questões, como “O que é criança?”, “O que é ser criança?”, “Como vivem e pensam as crianças?”, “O que significa a infância?” e “Quando ela acaba?”, não são nada simples de responder. As respostas devem ser produzidas na relação dialógica com o campo de pesquisa e com a participação das crianças. Essas questões jamais podem vir dissociadas do contexto sociocultural do qual meninos e meninas provêm. Não há, portanto, uma resposta absoluta para nenhuma dessas perguntas, e, sim, uma diversidade de respostas.

Podemos vislumbrar essa diversidade no livro organizado por Del Priore (2004), que reúne uma série de ensaios de pesquisadores que se dedicaram a refletir sobre a história da criança no Brasil. Esses ensaios mostram uma história marcada pela pluralidade. Segundo Del Priore (2004), é preciso perceber que “há uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, e aquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa” (DEL PRIORE, 2004, p. 8).

As palavras da historiadora fazem sentido quando pensamos nos marcos legais que possibilitaram o reconhecimento das crianças como cidadãos e nos diversos avanços sociais e políticos nesse sentido, ainda que estes não se efetivem nos cotidianos de muitas crianças brasileiras. Freitas (2016) informa sobre os marcos legais:

A Constituição Federal promulgada em 1988 [...] incidiu fortemente sobre os direitos educacionais das crianças, abrindo novo capítulo no âmbito da educação infantil brasileira [...]. A Lei n. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirmou a educação infantil. Mas sem dúvida foi na aprovação da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que a criança e o adolescente foram representados mais densamente como protagonistas na e da sociedade, não mais mencionados como menores numa lógica policialesca [...]. O Estatuto da Criança e do Adolescente [...] materializou o conteúdo dos artigos 227, 228 e 229 da Constituição Federal de 1988, artigos que acolhiam e sintetizavam lutas de mulheres, movimentos sociais e inúmeras militâncias de extração popular que direta e indiretamente assumiam questões relacionadas às integridades física, emocional e intelectual da criança, considerável avanço político. (FREITAS, 2016, p. 13-14, grifo do autor).

Se pensarmos, por exemplo, na etnografia de Gregori (2000), realizada em São Paulo, nos anos 1990, veremos que os avanços sociais dos marcos legais citados por Freitas estão longe de se refletir no dia a dia de todas as crianças brasileiras. A antropóloga, ao interagir em pesquisa com meninos e meninas em “situação de rua”, ressalta o protagonismo dessas crianças na vivência das relações com familiares, agentes e educadores institucionais, entidades religiosas e transeuntes. Suas subsistências dependiam diretamente de seus próprios esforços, circularidades e virações, ou seja, os marcos legais criados para acolher todas as crianças não se refletiam em suas vidas. Pode-se afirmar que a noção de crianças, como agentes sociais de direito no Brasil, apesar de uma legislação robusta que preconiza os direitos das crianças, ainda enfrenta a ausência de políticas sociais efetivas que consigam materializar essa legislação nos cotidianos das crianças.

Essa discussão se conecta à tese quando a pesquisa evidencia que a produção do embelezamento mobiliza um conjunto de questões, como discriminação, *bullying*, publicidade direcionada a crianças, que, em lugar de serem vistas como de competência apenas das famílias, precisam integrar o debate público por meio do aparato jurídico-institucional materializado no ECA e em outras normativas (GOMES, 2002; HOOKS, 2005; FOLHA [...], 2008; FINCO; OLIVEIRA, 2011; SANTOS, 2013; DINIZ, 2014; SANTIAGO, 2014; BERTH, 2018). Esse debate público não deve prescindir da escuta atenta das crianças, percebendo-as como sujeitos ativos nesses processos.

Sarmiento, Fernandes e Tomás. (2007) destacam que a efetividade da participação política das crianças será concretizada quando movimentarmos duas frentes. A primeira diz respeito a um exame crítico das estruturas e instituições para identificar os obstáculos colocados às contribuições das crianças, como a linguagem tecnocrática, os modos de negociação, o planejamento dos espaços públicos de participação. A segunda frente corresponde ao entendimento de que essa participação não almeja que as crianças reproduzam comportamentos políticos adultos, como se fossem “miniaturas”, mas implica em criar modalidades e canais dialógicos que permitam sua atuação política: “Sempre que as crianças são chamadas a intervir politicamente [...], elas revelam competências políticas” (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007, p. 202).

Nessa linha de raciocínio, é preciso desconstruir ideias há muito arraigadas, aquelas presentes na própria palavra “infância”. Originária do latim, refere-se àquele que não fala. Conforme os autores, essa etimologia gera uma conotação negativa, ao vincular “infância” à ideia de discurso desarticulado ou ilegítimo. Sarmiento (2011) assinala como essa ideia das crianças com direitos, com participação na sociedade é recente, relacionada à

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) da ONU, que afirma que a opinião da criança não pode ser ignorada em relação ao que lhe diz respeito. Esse posicionamento tem aberto espaço para, por exemplo, nas chamadas “cidades amigas das crianças”, promover a participação de meninas e meninos na formulação de políticas públicas relacionadas a lazer, mobilidade, equipamentos: “Isso é a ruptura com um modelo mental do nosso tempo em que a criança não tem participação política porque não fala” (SARMENTO, 2011, p. 56).

De acordo com Sirota (2011), até a última década do século XX, imperou, nos estudos sociológicos com atores infantis, a visão funcionalista durkheimiana, que considera as crianças seres imaturos, incompletos e inteiramente passivos no processo de socialização. Nesse tipo de abordagem, o foco da análise volta-se para os dispositivos institucionais, tais como escola, família e justiça. Adultos, por meio de observações distanciadas, deslindavam, em relatórios, sobretudo, problemas relacionados à escolarização, em termos de frequência ou de políticas públicas. Meninas e meninos eram vistos como alunos, ou seja, “receptáculos mais ou menos dóceis de uma ação de socialização no interior de uma instituição com objetivos claros para o sociólogo” (SIROTA, 2011, p.16). Conforme salienta a autora, a sociologia da infância, emergente nos anos 1990, inverteu a perspectiva funcionalista ao “indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização” (SIROTA, 2011, p. 19).

Um dos nomes marcantes na emergência do campo dos estudos da infância é o de Corsaro, para quem “as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem as suas próprias exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas” (CORSARO, 2000, p. 15). O autor defende o conceito de “cultura de pares”, “um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares” (CORSARO, 2009, p. 32), e procura pesquisar as crianças entre as próprias crianças. Nesta tese admito, em concordância com o autor, que a etnografia é um método fecundo para o estudo com crianças, mas não mobilizo seu conceito de “cultura de pares”, pois adoto aqui uma análise mais integrada, que envolve crianças e adultos, ciente de que todos partilham o mesmo universo cultural e simbólico, que conjuntamente criam e recriam (TOREN, 2010).

Na década de 1990, o debate acadêmico em torno dos estudos da infância, nos campos da sociologia e da antropologia, movimentou um novo paradigma para as noções de criança e infância, calcado na ideia de que

[a]s crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, das vidas daqueles que estão ao

seu redor e das sociedades nas quais vivem. Elas não são apenas sujeitos passivos diante das estruturas e processos sociais” (PROUT; JAMES, 1997, p. 8).

O novo modelo consiste ainda nas convicções de que a infância nunca pode estar separada das demais variáveis, como classe, gênero ou raça, e de que a etnografia é um método particularmente útil de estudo da infância. Em consonância a essa perspectiva, guio-me, nesta tese, em Cohn (2005), que afirma que as definições de infância e criança não são estanques, mas plurais, e devem ser integradas a categorias como gênero, classe e raça. Assim, procuro romper com olhares universalizantes de criança e de infância, os quais restringem essas noções a perspectivas etapistas, calcadas em sistemas rígidos de classificação de idade.

No confronto desses sistemas, menciono Meyrowitz (1986), que ressalta como a presença massiva de mídias e tecnologias (cinema, rádio, televisão, computadores etc.) nos cotidianos de adultos e crianças tem contribuído para atenuar o sistema cristalizado de classificação de idade. Cada vez mais, crianças acessam conteúdos que antes eram vistos como exclusivos da vida adulta, ocorrendo também o inverso. Isso é inferido pela observação das corporalidades e suas muitas facetas, como o vestir-se, o adornar-se, a linguagem, o falar-se. Com a necessidade de enfrentar questões que emergiram em campo, procurarei dialogar criticamente com a ideia de “sociedade unietária” de Meyrowitz (1986), bem como com expressões como “desaparecimento da infância” (POSTMAM, 2012) e “adultização da infância” (WEBBER; FRANCISCO-MAFFEZOLLI, 2016).

Segundo Debert (2010), percebo a infância e o ser criança de forma sempre relacional, uma vez que, como frisa a autora, essas categorias só existem em relação com os outros períodos em que a vida se desdobra. Tais períodos, ou etapas, são culturalmente investidos, simbolicamente marcados por rituais, variando de acordo com os contextos sociais e modificando-se historicamente. A autora enfatiza ainda que o curso da vida, compreendido como construção social e cultural, não pode ser visto “como algo que os seres humanos podem fazer e refazer, um processo que não impõe limites à criatividade e ao qual qualquer sentido pode ser atribuído” (DEBERT, 2010, p. 66). Em sua concepção, “[é] preciso olhar, com mais atenção, para os limites que a nossa sociedade coloca à nossa capacidade de inscrever a cultura na natureza” (DEBERT, 2010, p. 66). Debert (2010) também destaca o vínculo das agências e protagonismos de crianças (e adultos) com esses contextos sociais, formados por práticas e discursos muitas vezes contraditórios, em redes de interação que podem englobar, por exemplo, mídia, escola, família, vizinhança.

O conceito de agência é central para esta tese e não será tratado de forma apriorística, essencializada, muito menos numa perspectiva romantizada da infância; mas, sim, compreendido de forma relacional, a partir das concretudes sociais das diversas crianças e das tessituras de suas relações, seja com outras crianças, seja com adultos. Essa noção de agência inspira-se em Saba Mahmood (2006) e sua pesquisa com mulheres islâmicas no Cairo, Egito, que evidencia como é reducionista o olhar ocidental que taxa essas mulheres de vítimas por não se adequarem ao repertório liberal da noção de liberdade. As reflexões da autora são profícuas no sentido de pensar como a vivacidade etnográfica desafia a ideia de que é possível tecer análises embasadas na totalização de esquemas conceituais. Nessa ótica, o conceito de agência se materializa nas dimensões culturais e históricas, por essa razão, é plenamente passível de ser delineado de diferentes formas. A autora nos faz romper, portanto, com uma visão simplista que olha a agência presa à dicotomia resistência/subordinação.²⁴

Em sintonia com Mahmood (2006), Lughod (2012), em suas reflexões acerca do uso do véu e da burca no Egito, demonstra a importância de não reduzir as diversas realidades de mulheres afegãs a uma peça de roupa e pensa as agências como “produtos de diferentes histórias, como expressões de diferentes circunstâncias e como manifestações de desejos diferentemente estruturados” (LUGHOD, 2012, p. 451). Desse modo, a questão não é a dos limites entre agência e conformidade aos padrões, mas se é possível, mesmo existindo padrões, que os sujeitos negociem com eles a fim de obterem determinados interesses e se, em alguma medida, isso pode significar uma busca por certa autonomia, por reafirmação de valores, identidades e estilos de vida, sem considerar os sujeitos como apenas passivos nesse processo.

Assim, entendo que descrever, interpretar e analisar o mundo de significados e símbolos construídos pelas crianças em relação à produção de suas belezas múltiplas consiste em abraçar o desafio de compreender as agências dentro das relações de poder. Nesse sentido, agência pode ser traduzida como formas diferentes de incorporar a normatividade, tendo-se consciência de que novos significados e compreensões podem emergir nessa incorporação. Isso também nos leva a estar atentos à negociação e ao tensionamento que as crianças, em alguns momentos, movimentam em relação às próprias concepções de beleza mobilizadas por seus responsáveis.

²⁴Vale mencionar a crítica de Machado à autora, apontando que Mahmood não se pergunta “sobre os efeitos conservadores da posição subordinada de mulheres no Egito que, ao entrarem nos movimentos pietistas, buscam formas de autocultivação moral de constituição de subjetividades devotas” (MACHADO, 2014, p. 23). Contudo Machado reconhece a importância da autora ao problematizar o conceito de agência sem análises simplistas.

Acredito que uma chave para o entendimento das noções de criança, infância e agência seja a corporalidade. Aqui, tomo como leme o trabalho de James, Jenks e Prout (2000, p. 208), que destacam que “um redirecionamento do foco para os corpos materiais das crianças poderia permitir-nos explorar a infância como construção do discurso e como um aspecto das vidas das crianças que molda relações sociais tanto quanto é moldado por elas”.

Portanto, nos traçados desta tese interajo com as crianças, afinada a Silva *et al.* (2019, p.193), compreendendo que elas “se comportam por ações desencadeadas pelas relações sociais de modo que sofrem constrangimentos, mas igualmente se reinventam permanentemente”. De acordo com as autoras, “[o] cotidiano das crianças seria marcado pela presença não de indivíduos autossuficientes, cuja racionalidade e competência seriam os predicados de suas posições no mundo, mas de subjetividades descentradas, que se constituem nas relações com os outros” (SILVA *et al.*, 2019, p.193). Essas autoras inspiram-me a pensar que a relação das crianças com as práticas de embelezamento não consiste numa mera reprodução de práticas e saberes observados nos adultos, mas reflete uma produção construída na inescapável inserção nas relações em contexto.

Nessa linha de raciocínio, são fundamentais o trabalho de pesquisadoras do campo da infância como Tassinari (2015), Ribeiro (2020), Sousa (2017), Pires (2007), Fonseca, Medaets e Ribeiro (2018) e Medaets (2021), Gouvêa *et al.* (2019), os quais assinalam que a noção de agência só é inteligível a partir de análises situadas espacial e temporalmente e de um movimento de desconstrução de concepções estanques de uma infância universal, de universo adulto e universo infantil apartados, um olhar limitado para as crianças como se apenas estivessem vivenciando uma mera fase preparatória para vida adulta. Cabe, assim, analisar a relação das crianças com a beleza a partir de suas diferentes realidades nas relações com adultos, com outras crianças, dos desafios e barreiras colocados pelas relações que as atravessam. Desse modo, pleitear a autonomia, em termos epistemológicos, do universo infantil em referência ao universo adulto significa reconhecer tais universos em relação de complementariedade.

Retomando a comparação de Damatta (1997) entre o livro e uma casa, o abrir as portas dos textos analisados nesta seção me fez perceber, entre outras coisas, o longo silenciamento das crianças nos debates acadêmicos, a falta de reconhecimento de suas agências e seus protagonismos, e como isso vem sendo rompido em diversas áreas. Ao cruzar essas portas conceituais, teóricas e metodológicas, pude fortalecer a convicção da importância de ouvir as crianças em toda a diversidade de infâncias observada nas portas dos salões e de

estar sempre aberta para que me digam elas mesmas o que é ser criança, cabendo a mim, como pesquisadora, estar pronta para as múltiplas respostas nesse sentido.

2 Cores, espelhos e cortes: razões para uma etnografia com crianças nos salões

Ana completará dez voltas ao sol. Os seus olhos cintilam, pois estão prestes a vislumbrar o seu tão sonhado presente de aniversário. Tocar esse sonho foi um exercício de paciência – o tempo não corria nem saltitava na velocidade do desejo da menina – e foi, além disso, um exercício de negociação. Ana precisou melhorar o desempenho na escola, ajudar nas tarefas da casa, dormir mais cedo, cuidar do irmão mais novo. Eram as condições de sua mãe para a conquista do almejado presente. Ele chegou. Não vinha embrulhado num papel brilhante e muito menos numa caixa com um laço de fita. O presente de sua primeira década era uma ida ao salão. Algo nada simples para as condições financeiras da menina e de sua mãe, vendedora ambulante. Afinal, o pelejado orçamento era, como dizia, “miúdo demais para essas coisas”. Mas, como resistir aos apelos de Ana? A mãe deu o seu jeito. A solução foi o escambo. Ofereceu toda sorte de produtos à dona do salão e ela fez da menina cliente. Ana adentrou o salão. Os seus olhos pareciam querer segurar a alegria do instante (Ana é fortalezense, estudante de escola pública e morava à época, 2007, com sua mãe no Conjunto Palmeira, periferia da cidade. Sua mãe foi uma das interlocutoras de minha pesquisa de mestrado. Passagem registrada em diário de campo).

Neste capítulo, compartilho as razões da escolha dos salões de beleza como locus de pesquisa, apontando os desafios e as potencialidades dessa decisão. Para atingir esse objetivo, desenvolvo três seções. A primeira apresenta os aspectos mais gerais que despertaram o meu interesse pelos salões de beleza como espaços privilegiados para pensar a temática. Na segunda, partilho o porquê de frequentá-los em Brasília, nos mais diferentes horizontes da cidade. Na terceira, ofereço uma descrição dos territórios dos salões estudados a partir dos relatos e desenhos das crianças, e, por fim, as descrições de cada um dos estabelecimentos.

Antes de elencar as referidas razões, é preciso deixar claro que esta pesquisa não é sobre os salões, mas nos salões, uma vez que o foco são os processos de produção do corpo protagonizados pelas crianças nesses estabelecimentos. Os salões de beleza são tomados, portanto, especialmente como pontos de encontro que me permitem uma aproximação em relação a meninas e meninos na faixa etária estudada, entre 6 e 12 anos. Mesmo que o foco não seja uma etnografia dos salões de beleza que atendem crianças, é necessário reconhecer e explicitar o potencial de suas ambientações, dos serviços oferecidos, das trocas simbólicas, afetivas e econômicas que compõem esses estabelecimentos para vislumbrar as questões desta pesquisa.

O escopo deste estudo, portanto, não abará em detalhes as apresentações das trajetórias de cada estabelecimento visitado, nem as minúcias dos trâmites de seus funcionamentos. Muito menos tratará dos rumos de seus profissionais ou das nuances das relações trabalho e poder que coexistem ali. As ambientações, os recursos audiovisuais, os objetos, os serviços e as equipes dos salões virão à baila e serão descritos a partir dos trânsitos

e das vivências das crianças nesses espaços, visando-se uma etnografia da produção do embelezamento. É justamente nessa tarefa que me engajo.

A meu ver, os salões têm um caráter multifacetado, uma vez que os entendimentos dos sujeitos sociais sobre eles assentam-se em uma pluralidade de sentidos. No que diz respeito às crianças, friso algumas dessas possibilidades.

Como já anunciado, na exposição dos fios metodológicos, há crianças que frequentam os salões de forma relativamente esporádica com o objetivo de produzir suas aparências físicas para ocasiões mais cerimoniais, tais como aniversários, casamentos, celebrações na escola, entre outras festividades. Algumas dessas crianças, como é o caso de Ana, sonham em vivenciar esses espaços com mais frequência, mas as condições financeiras familiares não permitem. Outras, como Danilo, 6 anos, integrante de uma família com considerável poder aquisitivo, não toleram, de forma alguma, esses espaços. Ele só vai ao salão por insistência de seus pais. Segundo sua mãe, o menino compara esse momento a uma ida ao médico para tomar uma injeção. Acompanhei seu choro sentido durante o atendimento para cortar o cabelo.

Há também crianças que frequentam os salões com relativa regularidade, para além do ensejo de festas e ocasiões especiais. Algumas são atraídas mais pela oportunidade de brincar com os jogos, enquanto muitas vão aos salões para os cuidados mais rotineiros com a aparência física, sobretudo no que tange a cabelos e unhas. Afinal, como assinala Malysse ([s.d], p.7), “o cabelo pode ser visto como uma das poucas partes do corpo humano, compartilhada essa especificidade fisiológica com as unhas, que necessita de um tratamento higiênico e estético-social constante, e isto em qualquer sociedade”.

Essa circularidade de crianças e as percepções diferenciadas acerca de tais estabelecimentos, bem como de suas aparências corporais, configuram uma das motivações para a escolha desses espaços como lócus de pesquisa. Sobre isso, considero pertinente destacar aqui as palavras de Le Breton (2003, p. 31), quando afirma que:

É por seu corpo que você é julgado e classificado’, diz, em suma, o discurso de nossas sociedades contemporâneas. Nossas sociedades consagram o corpo como emblema de si. É melhor construí-lo sob medida para derrogar ao sentimento da melhor aparência. Seu proprietário, olhos fixos nele mesmo, cuida para torná-lo seu representante mais vantajoso. As condições sociais dos indivíduos matizam essa consideração, mas esse é, pelo menos, o ambiente de nossas sociedades humanas com relação ao corpo. Se em todas as sociedades humanas o corpo é uma estrutura simbólica, torna-se aqui uma escrita altamente reivindicada, embasada por um imperativo de se transformar, de se modelar, de se colocar no mundo (LE BRETON, 2003, p. 31).

Não é exagero afirmar que, entre as sociedades contemporâneas, a brasileira é uma das que mais movimenta a ideia de transformar e modelar o corpo. Uma pesquisa

fomentada pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica (SICP), envolvendo países de todo o mundo, aponta o Brasil em 2º lugar no ranking relacionado à realização de cirurgias estéticas (GANDRA, 2013). De acordo com o Sebrae, o país ocupa o segundo lugar mundial em quantidade de academias, perdendo apenas para os Estados Unidos (SEBRAE, [2017]).

Nas mais diversas regiões e contextos do país, propaga-se a noção de que o corpo deve ser exposto, experimentado, vivido. Diariamente, pessoas das mais diferentes idades e condições econômicas são estimuladas a administrar a própria aparência, a redesenhar suas formas físicas. Como mencionado, o crescimento vertiginoso dos salões de beleza no país é uma prova disso.

Em 2015, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio) divulgou, em sua página virtual (FECOMÉRCIO-SP, 2015), informações advindas da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados revelam que as famílias brasileiras investem, anualmente, R\$20,3 bilhões em serviços de cabeleireiro, manicura e pedicura. A reportagem aponta que o investimento em cursos regulares de educação (da pré-escola ao ensino médio) consiste em R\$17,24 bilhões – ou seja, as famílias brasileiras gastam mais com salões de beleza do que com educação. O investimento nos serviços estéticos também supera os R\$ 19,86 bilhões referentes ao volume anual gasto com alimentos básicos, tais como aves e ovos. No comparativo por renda, as famílias de classe C são as que apresentam um volume total de gastos maior: R\$11,8 bilhões. A reportagem destaca, ainda, que “após a classe C, a A é a que mais investe nestes serviços, com o montante de mais de R\$ 3 bilhões, seguida da B, com cerca de R\$ 2,9 bilhões, enquanto os consumidores da classe D despendem R\$ 1,4 bilhão e da E, R\$ 1,1 bilhão.” (FECOMERCIO, 2015, p. 1)²⁵.

Elegendo os salões de beleza como Lócus de estudo, há pesquisas antropológicas e sociológicas que refletem sobre essa presença significativa desses espaços e de seus serviços no cotidiano de homens e mulheres de diferentes segmentos sociais. Entre elas, destaco os estudos de Cruz, Gomes (2002) e Bouzón (2010) realizados no Brasil e de Arango (2016) em Bogotá. Guardadas as particularidades de suas análises, afino-me às autoras quando consideram os salões de beleza frutíferos para o entendimento de como as produções e/ou negociações das normas de beleza se desdobram de formas diferenciadas, conforme as intersecções de gênero, raça e classe. Esta etnografia traz o diferencial dos pontos de vistas das crianças, capazes de ampliar esse entendimento.

A partir do que foi exposto, emerge a principal razão para abraçar os salões de beleza como lugar de pesquisa: a densa circularidade de crianças de diferentes realidades

²⁵ Conforme a ABIPHEC, após o fechamento dos salões devido a pandemia da COVID19, em 2022, o cenário se mostrou mais favorável. O 3º trimestre apresentou crescimento de 3,8% vs. 2021 (ABIHPEC, 2023).

sociais e o fato de se configurarem como espaços extremamente férteis para estudos sobre corporalidades, gênero, embelezamento, consumo e também desigualdades e hierarquias sociais. Além disso, há outra forte razão para a escolha desses espaços: o ensejo de colocar em movimento uma sociologia da infância que, cada vez mais, busca incentivar pesquisas nos mais diferentes contextos vivenciados pelas crianças. No âmbito da sociologia da infância, as crianças passaram a ser vistas de forma diferenciada, não mais como meros alunos. Além da escola, elas passaram a ser observadas nos mais diferentes espaços sociais nos quais interagem. Sobre isso, são pertinentes as palavras de Delgado e Müller (2005):

Estamos acostumados a pensar nas crianças como alunas e alunos, geralmente em escolas ou espaços educativos formais, ou ainda nas crianças dentro de creches e pré-escolas. Estamos condicionados a pensar em educação como algo institucionalizado e vivido em espaços escolares. Na verdade, temos pesquisado e produzido muito pouco sobre outros espaços educativos como a televisão, os videogames, as salas da internet, os movimentos sociais, as ruas, as vilas e favelas com seus espaços informais e clandestinos de educação, as academias, os shoppings, as escolas de samba ou as danceterias. Enfim, pouco nos interessamos pelas crianças e suas culturas, interagindo em espaços que nós adultos ainda desconhecemos, ou pelos quais temos passado sem refletir de forma mais prolongada (DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 175-6).

Em sintonia com o que afirmam as autoras, penso que os salões configuram um desses espaços com caráter pedagógico e, ao mesmo tempo, de entretenimento e sociabilidade, que são indiscutivelmente visitados por um número expressivo de crianças de diferentes realidades sociais, os quais não são notabilizados no âmbito dos estudos da infância.

Nos cotidianos dos salões, tenho acesso às narrativas e histórias de vários momentos da vida de meninos e meninas, seja sobre a escola, os aconchegos dos seus lares, seja sobre outros espaços de sociabilidade. Ali contam-se histórias pessoais recorrentemente e vislumbro detalhes do modo como as crianças apreciam se vestir, se adornar, calçar, apreendendo nuances que vão além dos uniformes do colégio. É possível captar singularidades nesses detalhes. Observo os objetos que carregam consigo nas visitas feitas aos estabelecimentos: brinquedos, eletrônicos, bolsas etc. Posso vê-los diante dos espelhos, apreciando suas imagens, em meio aos serviços estéticos, adquirindo e consumindo produtos que prometem embelezar suas aparências físicas. Vejo as negociações entre crianças, responsáveis e funcionários em torno da transformação da imagem corporal da criança. As fotos que tiram no fim dos serviços, as poses, as resistências. São muitos os detalhes que a própria atmosfera desses espaços oferece, ampliando as possibilidades para um estudo sobre a produção da auto-imagem corporal.

Convém, porém, deixar claro que o raciocínio aqui passa ao largo de inferir que os salões – ou qualquer outro espaço – sejam mais ricos para um estudo com crianças do que os ambientes escolares. Penso que as escolas são espaços vitais que devem ser, permanentemente, valorizados e tomados como lócus de pesquisa das mais diversas áreas do saber. Inclusive, diversos trabalhos construídos nas escolas são referenciais teórico-metodológicos para esta tese, como Finco e Oliveira (2011), Louro (2016), Souza (2006), Fernandes (2007), Fians (2015), Alderson (2005), Corsaro (2005). É preciso, cada vez mais, um olhar histórico-socioantropológico atento para essas instituições, sobretudo em tempos de “Escola sem Partido”, projeto que propõe suprimir o conceito de gênero dos planos municipais de educação, minando profundamente os debates sobre corporalidades e sexualidades, tão preciosos no enfrentamento das desigualdades e assimetrias nas relações sociais.

Tecidas essas considerações, cabe destacar agora o porquê de ter escolhido a cidade de Brasília para o desenvolvimento do estudo. Como já explicitado, a ideia da temática aqui trabalhada surgiu quando eu ainda residia em Fortaleza, no bojo dos meus trabalhos acadêmicos anteriores, vivenciando intensamente o campo de pesquisa. Ocorre que a vida seguiu outros rumos e fluxos. Por razões pessoais e profissionais, mudei do mar para o cerrado, de Fortaleza para Brasília, em 2014. Mesmo com todas as reviravoltas, a temática de pesquisa acompanhou-me. Nas primeiras andanças pela cidade, surpreendi-me com o grande número de salões, inclusive aqueles exclusivos para crianças, o que impulsionou as inquietações de pesquisa. Deparei-me com uma reportagem do Correio Braziliense, intitulada “Reis do salão”, informando que

[...] a chance de um brasiliense cruzar com um salão ou instituto de beleza em seu caminho é quase 10 vezes maior do que de se deparar com uma padaria ou 12 vezes mais no caso de uma farmácia, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (LIMA, 2012).

O conteúdo da reportagem casava com minhas primeiras impressões da cidade, que foram se confirmando com o passar do tempo, à medida que eu conhecia os mais diferentes pontos da capital. Com todas essas evidências, o desejo de continuar a pesquisa tornou-se mais intenso. Decidi abraçar a nova empreitada a fim de entender esse fenômeno em sua singularidade, tendo como eixo Brasília, cidade que possui marcas geopolíticas de distribuição de riqueza e *status*, com dinâmicas bem próprias de uma capital nacional.

Nos primeiros movimentos da pesquisa, busquei compreender as razões para a quantidade expressiva de salões. Das/os funcionárias/os desses estabelecimentos, obtive respostas semelhantes a estas: “Por causa do funcionalismo público, as pessoas precisam andar sempre bonitas, arrumadas, bem apessoadas, nas repartições” (cabeleireira da Asa

Norte); “Quem vem pro salão sabe que a beleza abre portas, e se você não nasceu rico, que seja pelo menos bonito” (manicure de um salão da Ceilândia); “Pessoal vem pro salão pra fazer amizade. Tem gente que chega aqui de outras cidades, sem conhecer ninguém, sem amiga. Aí vem pro salão é pra ver gente, bater um papo” (cabeleireiro de um salão no Plano). Já entre frequentadores, ouvi: “Aparência é tudo nessa cidade. Você já reparou? Se uma pessoa convida você pra jantar na casa dela... Já viu! Prepara o vestido, o salto alto e a escova, porque vai tá todo mundo impecável, como se fosse numa festa. O povo aqui se arruma até pra ir numa padaria” (cliente de um salão na Asa Sul); “Ser bonito é uma exigência pra trabalhar no Plano, exigem boa aparência pra tudo, pra trabalhar no comércio, em casa de família, num restaurante em qualquer lugar” (frequentadora de salão na Ceilândia).

São muitas as nuances que esses comentários despertam. Sobre elas versaremos ao longo da tese, mas por ora gostaria de frisar que essas falas revelam como a apresentação pessoal e os cuidados com a aparência física possuem por aqui um forte peso nas relações diárias. Guardadas as particularidades de estilos, vivências e os modos singulares de definir a beleza física em Brasília e nas regiões administrativas, nota-se que estar atento a ela é algo que abrange as múltiplas dimensões da vida: trabalho, relacionamentos, sociabilidade. Outra nuance desvelada consiste no salão como um lugar de afeto, sobretudo numa cidade onde há uma ideia recorrente, embora não unânime e mais relacionada ao Plano Piloto, de que “ela aumenta, sobremaneira, a distância entre os corpos”, separa as pessoas pela ausência de centro urbano e de movimento de pedestres em muitas ruas.

Dito isso, compartilharei, a seguir, de que forma os salões de beleza estão situados na cidade de Brasília e apresentarei quais deles farão parte do escopo da pesquisa e os critérios para sua escolha. Antes, julgo pertinente apresentar, ainda que de maneira panorâmica, um pouco da trajetória da constituição da cidade, pois isso poderá aclarar o entendimento sobre as diversas realidades sociais, econômicas e populacionais que compõem os territórios em que os salões estão situados e, sobretudo, as vivências encaradas pelas crianças com as quais interajo em pesquisa.

2.1 NO TRAÇO DO ARQUITETO E PARA ALÉM DELE: A CAPILARIDADE DOS SALÕES EM BRASÍLIA

Eu tinha 5, 7 anos e ficava desenhando com o dedo no ar. Minha mãe perguntava: “menino, o que você está fazendo?” Estou desenhando. Eu gosto de desenhar figuras. Eu faço uma escultura, eu desenho no ar. Eu faço um desenho e construo ele no ar (Oscar Niemeyer).

Coube ao traço do arquiteto Oscar Niemeyer “desenhar Brasília”, “originalmente pensada para desempenhar as funções de capital política do Brasil, como parte de uma estratégia do governo Juscelino Kubitschek para interiorizar a dinâmica econômica do país”

(NUNES, 2014, p. 941). O presidente designou ao arquiteto a projeção de todos os edifícios públicos da futura capital. A ideia de uma cidade preparada para o bem-estar coletivo era algo marcadamente presente no momento de criação da capital, contudo, como aponta uma célebre frase atribuída a Lúcio Costa, parceiro de Niemeyer na construção da nova cidade: “a única coisa do planejamento é que as coisas nunca ocorrem como foram planejadas”.

Desde sua origem, Brasília apresenta um intenso abismo socioeconômico. Por um lado, ostenta a maior renda per capita do país; por outro, possui 52 mil habitantes em situação de extrema pobreza²⁶. Como bem assinala Derntl (2016, p. 368), a intenção com o planejamento da capital foi que “não houvesse uma tradicional relação de desigualdade e segregação entre espaços centrais e periféricos. No entanto, apesar de suas premissas utópicas, a capital acabou se tornando um dos casos mais eloquentes das disparidades existentes em metrópoles”²⁷.

O cerne dessa desigualdade pode ser pensado na própria construção da cidade. Para retirar do papel o projeto urbanístico, de Lúcio Costa, e arquitetônico, de Oscar Niemeyer, e inaugurar Brasília em 21 de abril de 1960, foi preciso um trabalho intensivo de uma mão de obra que veio das mais diferentes paragens do Brasil, especialmente Minas Gerais e Nordeste. A etnografia de Ribeiro (2008) narra os desafios desses trabalhadores nas travessias de suas terras natais até a capital nacional, mostrando o árduo trabalho enfrentado por eles em meio a condições precárias de subsistência e moradia nesse período. As/os trabalhadoras/es abrigavam-se em acampamentos que se localizavam nas redondezas do Plano Piloto. Medeiros e Campos (2010, p. 139), ao refletirem sobre a construção de Brasília, afirmam que “o constante fluxo migratório levou o governo a construir, antes mesmo da inauguração da nova capital, cidades no entorno do Plano Piloto, como forma de erradicar assentamentos provisórios”.

Nessa teia histórica e em ritmo assimétrico, surgiram e desenvolveram-se diversas das 33 atuais regiões administrativas²⁸, também conhecidas como “cidades satélites”²⁹. Na

²⁶ Conforme o Instituto de Planejamento Econômico Aplicado (Ipea), a desigualdade do DF está acima da média do restante do país, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988, 1998 e 2008.

²⁷ As segmentações e segregações presentes no processo de formação de Brasília ecoam até a atualidade. De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), a renda *per capita* média mensal da área mais rica do DF, localizada no Plano Piloto, o Lago Sul (R\$ 8.117,00), é 15 vezes maior que a da área mais pobre, a SCIA/Estrutural (R\$ 521,00). A renda *per capita* média mensal geral do Plano Piloto (R\$ 5.569,00) é seis vezes maior que a da Ceilândia (R\$ 915,00). Vale frisar que a desigualdade vai muito além da renda *per capita*, pois inclui o acesso a serviços sociais e infraestrutura. Para uma mirada crítica sobre a cidade de Brasília, ver Holston (1993).

²⁸ Com exceção de Planaltina e Brazlândia, que foram fundadas em 1859 e 1933, respectivamente.

²⁹ Neste trabalho, escolho a terminologia “regiões administrativas” no lugar de “cidades satélites”, pois esta última gera a ideia de que essas regiões vivem exclusivamente em torno do Plano Piloto. Movimentos de moradores dessas regiões questionam esse termo, “satélites”, e o consideram pejorativo. A expressão “cidade satélite” aparecerá aqui quando outra/o autora/or fizer menção. Cidade e Moraes (2004) mostram que ainda há

concepção de Medeiros e Campos (2010, p. 139), “é assim que a Brasília construída, ao contrário da cidade projetada, já se ergue como cidade polinucleada”. Diante desse abismo erguido entre a sua projeção em meados do século passado e os seus traços concretos na segunda década deste século, pouco mais de sessenta anos depois, Brasília pode ser pensada da seguinte maneira: “De um lado, um território planejado segundo critérios racionais e, de outro, um universo onde imperam as leis do mercado, com aquele ar caótico que caracteriza as periferias urbanas brasileiras” (NUNES, 2009, p. 17). E é justamente em meio a realidades tão distintas que transitei para realizar esta pesquisa, visitando, ao todo, 35 salões, entre os quais selecionei os cinco em que foi realizada a pesquisa de campo. Compartilho agora as descrições dos estabelecimentos pesquisados, aqui chamados de: Salão da Deyse, Encrespa, Escova Mágica, A Turma do Cabelo e Astros e Estrelas.

2.2 OS TERRITÓRIOS DOS SALÕES DE BELEZA: CRIANÇAS COMO GUIAS

Para aproximar a/o leitora/or dos salões de beleza e dos territórios nos quais estão situados, trago as crianças como guias, pois suas narrativas e desenhos sobre os trânsitos que vivenciam entre suas casas e esses estabelecimentos podem sustentar um olhar sobre os territórios que transcenda a mera descrição do traçado urbano e, em alguma medida, desafiar imagens deterministas e cristalizadas tão recorrentes no senso comum e em parte da mídia sobre eles. As narrativas das crianças sobre seus percursos contribuem para desnaturalizar a imagem de uma Brasília homogênea, perfeitamente organizada e resolvida em seu planejamento, ao mesmo tempo em que rompem com olhares estigmatizadores em relação às regiões administrativas, como se esses lugares inspirassem sempre caos e desordem. De maneira não determinista e contrariando uma divisão cristalizada, de universos inteiramente apartados, as crianças, por meio de uma perspectiva relacional, ao contar suas histórias sobre seus corpos e belezas, mostram como esses territórios se desafiam, negociam e convivem.

As nossas conversas sobre os trânsitos entre as casas e os salões fizeram-me enxergar que suas vivências, suas ocupações e formas de vislumbrar os territórios de tais estabelecimentos, além de serem chaves interessantes para a compreensão das particularidades desses lugares, apresentam as relações que as próprias crianças estabelecem com seus corpos, seus cotidianos e referenciais estéticos. Santana (1995) nos faz pensar que

uma discussão sobre as localidades que compoem Brasília. A controvérsia opõe uma visão que considera Brasília todo o espaço ampliado do Distrito Federal, incluindo as cidades do entorno, a outra que restringe a capital federal ao Plano Piloto. “A polêmica continua viva. Para alguns as cidades satélites não constituem a capital do país; para outros, sim. Apoiadas na legislação, que trata o Distrito Federal como uma unidade federativa, embora com características inerentes à condição de capital (como o fato de ter Lei Orgânica, característica dos municípios), as políticas públicas e a governabilidade local não parecem se ressentir com possíveis indefinições. A população, no entanto, em particular os moradores das cidades-satélites e a população escolar, acabou tendo que conviver com a dúvida” (CIDADE; MORAES, 2004, p. 23).

as cidades revelam os corpos de seus moradores. Mais do que isso, elas afetam seus corpos. Assim, à medida que as crianças falavam dos territórios dos salões, busquei compreender seus corpos como territorialidades constituídas nas relações com o mundo, cotidianamente filtradas, assimiladas, maturadas e visíveis nos gestos, movimentos e expressões. A produção subjetivada da beleza física entrelaça-se com a forma como essas crianças pensam e se relacionam com os territórios nas mais distintas vivências: na escola, nas ruas, nos salões e em outros espaços de convívio.

Nesse sentido, a categoria “território usado”, cunhada por Milton Santos (2012), foi particularmente inspiradora. O território usado deve ser entendido como uma instância social historicizada, dotada de vida, constituída a partir das pelejas particulares dos indivíduos com o espaço e das relações sociais ali diariamente travadas. Além disso, o território usado é revelador das ações estatais, expressas de forma tão assimétrica nos diversos horizontes da cidade. Santos assinala que o território usado consiste no “fundamento do trabalho, do lugar de resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2012, p.14).

Além de Milton Santos, recorri aos estudos da geografia e da sociologia da infância dedicados à reflexão sobre a relação entre crianças e cidade: Lopes e Fernandes (2018), Guitart (2017), Lopes e Vasconcellos (2005), Müller *et al.* (2018), Aitken (2017), Gobbi (2014) e Dutra (2013). A partir dessa literatura, atentei para as imagens criadoras de meninas e meninos sobre os territórios dos salões, percebi suas lógicas espaciais tão próprias, suas métricas diferenciadas para medir o viver e olhei com atenção para as formas com que mapeiam as zonas que consideram abrigo e aquelas que lhes parecem assombro nos caminhos entre as casas e os salões. Diógenes (2012, p. 113) em seus estudos etnográficos sobre cidade e juventude nos convida a olhar, sentir e perceber que “a geografia da cidade se faz e refaz nos nexos entre lugares, corpos e territórios”³⁰.

Para aprender com as crianças sobre esses percursos, guiando-me por suas vozes, sensibilidades e afetos, além de exercitar uma escuta atenta, disponibilizei lápis de cor e folhas de papel ofício, caso desejassem desenhar algo sobre essas andanças. Para não desestimular o desejo de troca nem sobrepor as minhas intenções de pesquisa às suas imaginações criadoras, não insisti que desenhassem, muito menos forcei uma descrição cartesiana, linear, acerca dos trajetos. Quando suas narrativas ou desenhos enveredavam para

³⁰ Os estudos etnográficos da autora (1998; 2011), sobre gangues, galeras, movimento hip-hop, jovens moradores de rua e situação de exploração sexual, foram faróis no sentido de compreender que observar os territórios nos quais os salões estão situados consiste em se abrir para a compreensão das histórias dos sujeitos nos espaços que habitam, sem perder de vista a compreensão dos conflitos, confrontos sociais e disputas travadas pelos moradores para o acesso a direitos como escolas, arte, espaços de lazer, transporte, hospitais, serviços públicos. Isso traz a sensibilidade de que a produção das belezas das crianças com quem convivi de forma alguma está apartada dessas disputas cotidianamente enfrentadas.

trânsitos em outras partes da cidade ou simplesmente mudavam o rumo, eu também embarcava em seus itinerários, pois essa liberdade abria caminhos para que elas se sentissem à vontade para falar do mais precioso: o processo de produção de suas belezas.

Apresento aqui, então, as descrições dos salões e de seus territórios. É importante que se diga que a intenção não é abarcar a totalidade de experiências ou as muitas facetas possíveis de apropriação e uso desses territórios. Sobretudo, rechaça-se qualquer intenção de cristalizá-los ou reduzi-los às descrições partilhadas. Intento, especialmente, possibilitar à/ao leitora/or sentir a atmosfera desses territórios a partir de uma possibilidade de olhar e que esse movimento angarie sentidos para se aproximar das crianças que dão vida a estas páginas. Esclareço, desde já, que as descrições não foram tecidas exclusivamente pelas falas e desenhos expostos a seguir, mas tiveram como esteio uma análise mais ampliada de outros diálogos com várias outras crianças. Contudo julgo que as descrições expostas trazem uma ideia do que emergiu com força em nossas conversas. Então, caminhemos assim, tendo como bússolas as expectativas das crianças e informações que colhi com moradores, nas conversas, no portão das casas, nos bares, comércios, além de dados institucionais que podem somar nessa proposta.

2.2.1 No território do Salão da Deyse

Esse salão é um estabelecimento de pequeno porte situado próximo à Ceilândia, mais precisamente no setor habitacional Sol Nascente, distante 35 quilômetros da Praça dos Três Poderes. É uma área extremamente populosa, habitada sobretudo por imigrantes nordestinos oriundos do Piauí, Maranhão e meus conterrâneos, vindos do Ceará. A população estimada é de 94.199 habitantes, conforme a PDAD 2013-2015. Contudo moradores e líderes comunitários atestam que o Sol Nascente é habitado por um número expressivamente maior de moradores. Uma líder comunitária, em tom de protesto, contou-me que “nem carteiro, nem GPS e nem pesquisador de governo consegue se achar nesse mundão aqui, essas pesquisas são tudo furada. Esconde a realidade”. O Correio Braziliense, em 2013, publicou matéria com o título: “Maior favela da América Latina, Sol Nascente toma posto da Rocinha” (CORREIO [...], 2013). O texto menciona que o Censo de 2010 do IBGE aponta o vertiginoso crescimento populacional dessa área.

As crianças com quem interagi em pesquisa, ao falarem sobre suas andanças no Sol Nascente, especialmente dos percursos entre suas casas e o Salão da Deyse, descreveram o grande movimento: vai e vem de muita gente na rua, moto, bicicletas, comércios abarrotados. Ao responderem sobre os sons que ouviam no caminho, mencionaram e até cantarolaram *funks*, breganejo e forró, latidos de cachorros e o burburinho de crianças se

espraiando em brincadeiras, criando horizontes no meio da rua. Descreveram algo pulsante que contrasta muitíssimo com os espaços esvaziados em diversos pontos do Plano Piloto.

As crianças também mostraram sensibilidade em relação aos desafios de habitação e infraestrutura enfrentados por elas e pelos outros moradores. A começar pelas técnicas corporais que precisaram desenvolver, desde seus primeiros passos trôpegos, para enfrentar as intempéries das ruas dali, nas quais asfalto é artigo quase inexistente, abundam buracos, há vulnerabilidade a alagamentos e os detritos são visíveis próximos às residências. Trata-se de um território que, há muito, espera a efetivação da promessa de esgoto sanitário do governo do Distrito Federal³¹.

Acompanhemos Mirela, 11 anos, estudante de escola pública: “Eu moro na rua de trás, perto da farmácia, do lado da minha tia. Pra gente andar de lá pra cá, a gente vem olhando pro chão, pra não escorregar na lama, tropeçar numa pedra. Quando chove é lama, quando faz sol é poeira. A gente nem pode usar um *sapato bom*³² que a gente tem porque se estraga. Já quebrei minha sandália preferida. Fiquei com ódio! Na hora de sair pra algum lugar levo o (sapato) bom na bolsa e a (sandália) velha no pé, troco no ônibus”.



Figura 1 – Desenho de Mirela sobre a dificuldade de andar de sapatos no Sol Nascente

Fonte: Acervo da pesquisa.

Já Ivna, 10 anos, estudante de escola pública, conta: “Você vem andando, andando, andando e chega. O que eu vejo quando eu venho? Tem umas casas caindo aos pedaços, tem umas mais ajeitadas do povo que tem um emprego melhor. Eu moro lá perto da venda do Seu Francisco. Tem lama pra todo lado, lixo pra todo lado [...]. Lixo junta doença, rato, mosquito. Aqui é andando e os mosquitos acompanhando (...) minha professora disse que os políticos nem ligam e só vêm aqui na eleição prometendo asfalto e lixeira”.

³¹ Conforme dados da PDAD 2013-2015, apenas 25,83% dos domicílios são atendidos pelo Sistema de Limpeza Urbana.

³² Refere-se a sapatos em relativo estado satisfatório de conservação, guardados para ocasiões especiais.



Figura 2 – Desenho de Ivna sobre sua caminhada incomodada pelos mosquitos

Fonte: Acervo da pesquisa.

Edmilson, 6 anos, e Alan, 5 anos, estudantes de escola pública, apresentaram em seus desenhos as intempéries dos caminhos entre suas casas e o Salão da Deyse. Edmilson narrou da seguinte maneira o seu desenho: “pessoas, carros, animais sendo engolidos pelos buracos e se sujando”. Já Alan afirmou que é “muito legal” morar no Sol Nascente, mas tem que “segurar a mão da mãe porque a criança pequena cai no buraco”.

A mãe de Alan contou-me que ele ficou extremamente impressionado com um caso que tomou conta do noticiário local e das conversas da vizinhança naquela semana, de uma criança que se afogou no córrego do Sol Nascente. Há, inclusive, reivindicações calorosas dos familiares clamando por segurança na área do córrego e também nas áreas de pavimentações inacabadas do governo, que se transformaram em grandes valas na temporada de chuvas. Os familiares preocupam-se especialmente com as crianças pequenas.

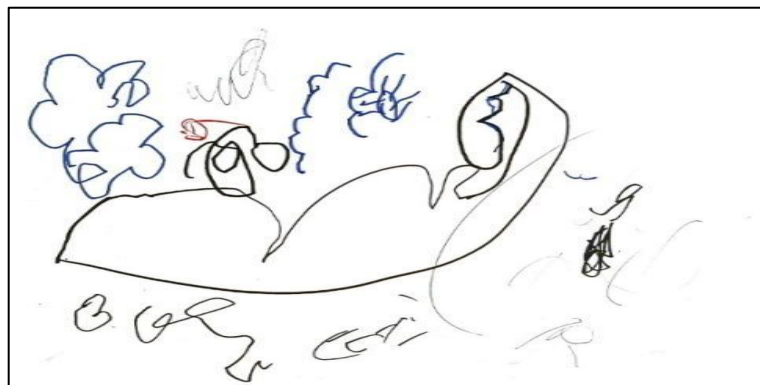


Figura 3 – Desenho de Edmilson da Rua do Salão da Deyse: “Cheia de buraco”

Fonte: Acervo da pesquisa.

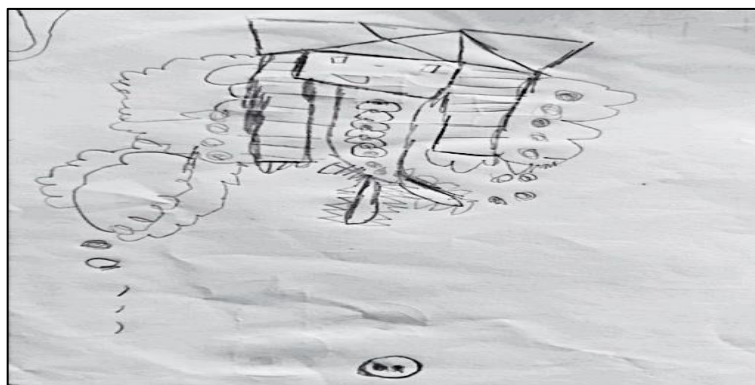


Figura 4 – Desenho de Alan: “Criança caindo no córrego.”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Sâmia, 7 anos, estudante de escola pública, relatou desta maneira o percurso: “Tava chovendo, nem olhei o que tinha (no caminho), acredita? Vim correndo! Meu irmão saiu e levou o guarda-chuva. É uma briga pelo guarda-chuva lá em casa! Fica todo mundo nervoso quando chove.” “Por que, Sâmia?”, questiono. “A gente demora mais na parada, minha mãe atrasa o serviço, minha vó fica nervosa com a casa cheia de goteira.” “E por que você decidiu vir ao salão na chuva?” “Quero ir arrasando na minha apresentação de dança na escola”.



Figura 5 – Desenho de Sâmia com sua casa com goteiras e o percurso na chuva até o salão

Fonte: Acervo da pesquisa.

Os problemas da casa de Sâmia são uma realidade comum no Sol Nascente. Muitas moradias são barracos ou construções em condições precárias. Como indica a Codeplan, por meio dos dados da PDAD 2013-2015, 79,94% dos domicílios são próprios em terrenos não regularizados e 15,22% são alugados. A mesma pesquisa considera o conjunto habitacional como o detentor dos piores indicadores de infraestrutura de toda a capital. Conversando com moradores mais antigos, soube que o local foi ocupado na década de 1990

e, desde lá, tem carecido de atenção do poder público. Em minhas andanças, ficou nítido o que disse Ivna sobre as diferentes realidades das casas, que evidenciam diferenciações econômicas bem vivas ali. Há casas espaçosas, ventiladas, com boa estrutura, com carros na garagem, sem falar na pujança dos comércios de médio porte.

Algumas crianças acionaram seus territórios de brincar para contar seus percursos até o Salão da Deyse. As brincadeiras são mapas táteis, vivos, que falam sobre seu pertencimento àquele lugar. Meninas e meninos disseram-me de um tempo brincante fora de suas casas, no qual o engenho dos seus movimentos dribla as condições precárias do espaço público: a ausência de parques, praças e quadras. Juntas elas se espalham como podem pelo Sol Nascente: nos desafios de caça ao tesouro, dos piques, das brincadeiras de polícia e ladrão; criam poder de asas através das pipas e dos campeonatos de salto entre poças e entulhos; esmeram-se na improvisação dos campos de futebol, nos quais as traves são marcadas com pedras ou com seus próprios chinelos.

Há aquelas que moram mais distantes do Salão da Deyse, em lugares com córregos e nascentes. As paisagens naturais da região, apesar de apresentarem as mesmas fragilidades daquelas nas imediações dos salões, tornam-se mananciais para brincadeiras de subir em árvores, caminhadas pela vegetação, bons mergulhos em dia de calor. O movimento do brincar é tão precioso para muitas dessas crianças que se torna referência no momento de narrarem seus percursos até o Salão da Deyse.

Foram os casos de Breno, 8 anos, José, 10 anos, e Matias, 6 anos, estudantes de escola pública. Breno disse: “Saca aquele descampadão onde os mano soltam pipa?! A casa da minha avó é lá, a gente tá morando com ela agora.” “Você brinca muito lá?” “Oxe! A gente gosta é de guerrear [cortar a linha da pipa da outra pessoa]”³³. Enquanto ele desenhava, sugeri que me contasse o que via no caminho. Respondeu que estava com preguiça de falar, mas se eu quisesse, me levaria até lá.

³³ Vale mencionar que as brincadeiras na rua ou em casa tomaram destaque aqui devido à proposta de relatar o que as crianças do Sol Nascente viam no trajeto de suas casas ao salão, mas elas também contaram que gostam de brincar em outros locais, como em *lan houses*, apreciam passear no shopping, ou seja, essas crianças não brincam apenas na rua, nos espaços abertos.



Figura 6 – Desenho de Breno no descampadão com camisa do Neymar e amigos guerreando nas pipas

Fonte: Acervo da pesquisa.

José explicou o percurso da seguinte maneira: “Moro naquela rua de trás, perto do campinho onde a gente bate bola. Pois é só vim direto, passa umas 40 casas e chega. É fácil!”. Já Matias, 6 anos, desenhou-se próximo ao córrego, aonde gosta de ir.



Figura 7 – Desenho de José no campinho improvisado onde joga bola

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 8 – Desenho de Matias no córrego

Fonte: Acervo da pesquisa.

Além das brincadeiras, os percursos também foram narrados pelas trilhas dos laços de amizade, diariamente nutridos e compartilhados em suas andanças. O conforto da presença de amigos, vizinhos, parentes, virava mapas afetivos para explicar os trajetos. Como no caso de Douglas, 10 anos, estudante de escola pública, que conta: “Saio de casa, passo em frente à casa do meu mano, Adriano, depois em frente da minha dona [namorada]. Vejo uma galera conhecida! Tem bacuri brincando, pai de família trabalhando, tem os mala. Tem mala, mas tem muita gente de rocha!”. Ao explicar seu desenho, Douglas disse que vai virar um jogador famoso, que todo mundo ali e no Brasil vai conhecê-lo.



Figura 9 – Desenho de Douglas como jogador famoso de futebol

Fonte: Acervo da pesquisa.

Apesar de o Sol Nascente sofrer com a escassez de escolas públicas, algumas crianças, sobretudo as pequenas, ao relatarem seus percursos de casa até o Salão da Deyse, mencionaram suas escolas, independentemente delas se localizarem no trajeto entre os seus lares e o salão. Referenciavam que, para chegar ali, passam próximo ou longe da escola. O comércio local também apareceu como ponto de referência: vendas, lojinhas, farmácia. Renato, 10 anos, estudante de escola pública: “Eu passo pelo mercadinho do seu Olavo, onde compro as coisas que a mãe precisa, e passo pela academia que eu vou me matricular quando tiver 12 anos”. Renato se desenha com 12 anos malhando e explica que o “Ou ou” na figura significa o barulho que faz ao levantar peso.



Figura 10 – Desenho de Renato na academia

Fonte: Acervo da pesquisa.

Esse trânsito de crianças nas ruas, nos comércios, nas paradas de ônibus, é algo corriqueiro, contudo suas narrativas e de seus familiares revelam que a sensação de segurança e de liberdade nesses percursos se dá de forma variada. Algumas crianças sentem-se seguras encontrando esteio, inclusive na trilha dos afetos. Outras destacam inquietude. Dizem não andar sozinhas, ou que fazem isso tomando certos cuidados, elegendo determinados horários e caminhos, como se a violência estivesse ali, sempre à espreita.

Uma preocupação maior nesse sentido aflorou nas narrativas das meninas e de mães. Eram recorrentes narrativas das crianças relatando assaltos em casa e no comércio. Algumas falaram da ausência de policiamento, enquanto outras se sentem desprotegidas com o comportamento agressivo da polícia, como veremos na história de Lúcio no próximo capítulo. Liz, 10 anos, estudante de escola pública, conta: “Não brinco na rua não, porque tem muito maloqueiro. Minha mãe não deixa. Eu vou só pra lojinha, pro shopping, pra casa da minha prima e pra cá [salão]”.



Figura 11 – Desenho de Lisa saindo de casa para ir ao salão

Fonte: Acervo da pesquisa.

Algumas crianças decidiram registrar em seus desenhos não o que miravam nos percursos, mas as ausências que sentiam ou a presença que habitava seus sonhos. Marisa, 10 anos, estudante de escola pública, desenhou-se num dia bonito no parque Olhos D'Água, situado na Asa Norte. Sua mãe trabalha de diarista duas vezes na semana naquelas imediações: “Devia ter um parque igual pras crianças daqui”. Elisa, 9 anos, estudante de escola pública, desenhou uma casa que ela almeja encontrar no caminho um dia: “Quando eu trabalhar, vou comprar uma bem grande, com um quarto pra cada uma, pertinho daqui”. Elas não querem morar em outros lugares, querem melhorias para suas vidas ali. Já Tiago, 9 anos, estudante de escola pública, tem desejo de partida, sonho de mar, o mar de Natal (RN), terra de sua avó. Desenha-se de cabelos curtos, surfando, já crescido, com pelo no peito (ideia que contraria sua mãe por razões que serão desveladas no capítulo dois): “Vou morar na minha vó e aprender a surfar com meu tio”.



Figura 12 – Desenho de Marisa no Parque Olhos D'Água

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 13 – Desenho de Elisa na “casa dos sonhos”

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 14 – Desenho de Tiago: “Eu pegando altas ondas

Fonte: Acervo da pesquisa.

Já Laís, 8 anos, “[a] coisa mais importante do meu caminho de casa até aqui é o projeto (projeto social de dança para valorização da negritude). Eu vim do ensaio direto pra cá”. Aproveito o ensejo do caminho de Laís para registrar que, na região, há uma pungente trilha das artes, com artistas de canto, dança, pintura e outras linguagens artísticas.

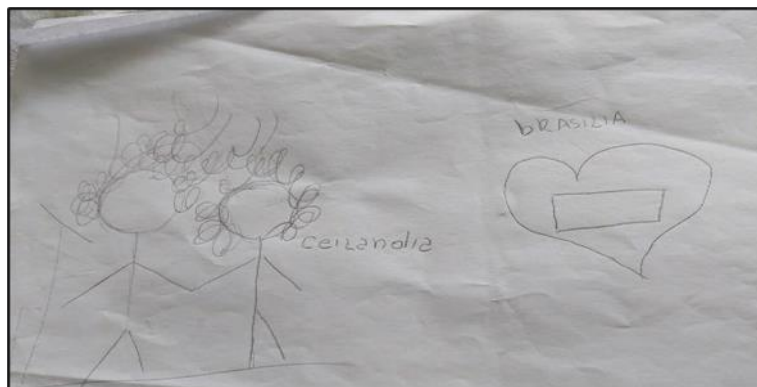


Figura 15 – Desenho de Laís: “Eu e a mãe saindo salão pra fazer uma apresentação de dança no teatro no Plano

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 16 – Desenho de Laís: “Meu cabelo depois do salão”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Percorrido o território que envolve o Salão da Deyse, convido a adentrarmos esse salão.

2.2.1.1 Sobre o Salão da Deyse

Um portão de ferro guarda o lar de Deyse e o seu salão. Ao lado de sua casa modesta, há o pequeno quarto pintado de lilás e rosa, com imagens de mulheres brancas com cabelos esvoaçantes predominando nas paredes. As instalações são bem simples: um espelho, duas cadeiras de cabeleireiro, um lavatório. Um revisteiro com um catálogo da Avon, bastante popular entre as classes menos abastardas, e revistas *Caras* antigas³⁴. Sob uma bancada branca: secador, escova, tesouras, pentes. Um armário com cosméticos. Um ventilador que só é ligado em caso de extrema necessidade, para não onerar a conta de energia. Uma mesinha com a máquina de cartão de crédito e um caderno, o qual, depois fiquei sabendo, serve para registrar os “fiados”. Como diz Deyse: “A coisa tá feia. Nem todo mundo pode pagar na hora

³⁴ Uma amiga de grande estima de Deyse foi funcionária num salão de médio porte do Plano Piloto, e a gerente desse salão permitia que a funcionária levasse as revistas mais velhas para casa. A amiga de Deyse gosta de trazê-las para tirar o modelo dos vestidos que aparecem nas fotos da publicação e partilha as edições com a amiga para que sejam socializadas entre as clientes.

e eu não vou perder a clientela”. No quarto há uma cortina dividindo o cômodo onde fica uma cama para depilação. A garrafa pet de dois litros, suando de gelada ao lado dos copos descartáveis deu lugar há pouco tempo a um filtro gelágua parcelado em 12 prestações e copos descartáveis.

Deyse tem 39 anos, se diz “morena de cabelo loiro”³⁵ e trabalha sozinha no salão. Aos sábados, conta com sua sobrinha manicura, Virna, 22 anos, “morena escuro e baixinha”. Virna traz o próprio material de casa e faz as unhas das clientes com horário marcado previamente. Como o salão é um pouco apertado, ela coloca duas cadeiras na garagem mesmo, onde recebe a clientela. Deyse oferece cortes de cabelo, penteado e maquiagem. Mas os carros chefes de seu salão são os serviços de sobrancelha, depilação e, principalmente, alisamentos e escovas progressivas. Afirma que é muito competente, pois faz um “estudo do cabelo” e não usa um produto ofensivo. Todos esses serviços são realizados em adultos e crianças.

Ela conta que abriu o salão quando seu esposo perdeu o emprego. Já trabalhava no ramo da beleza, vendendo produtos da Avon. Decidiu investir num curso do Senac e trabalha nessa atividade há oito anos. Começou a atender num dos quartos de sua casa. Depois que “as coisas foram melhorando”, ou seja, que o salão foi conquistando uma clientela fiel, abriu o quartinho rosa/lilás na garagem. Aprecia trabalhar ali porque, a seu ver, consegue cuidar da filha, da casa, e não tem patrão. Sua filha, Katia, 7 anos, está sempre em volta, brincando com as bonecas na garagem, às vezes com amiguinhas. Tornou-se uma das interlocutoras de minha pesquisa. Ela acumula muitos conhecimentos sobre embelezamento apreendidos na convivência com o salão. Sempre chamou a minha atenção quando eu estava com as sobrancelhas “malfeitas”, em sua opinião.

Em minhas andanças no Sol Nascente, surpreendi-me com o número de faixas em frente a pequenas casas anunciando serviços de manicura, pedicura, corte de cabelos. Há também salões de beleza que funcionam em pequenos pontos comerciais, alguns com chão em cimento, e salões de médio porte. Jamais esqueci que, ao chegar naquele território pela primeira vez, me dirigi a um senhor de boné, sem camisa, cliente de um bar, e perguntei se havia algum salão por ali. Ele me olhou e disse: “Menina, aqui igreja, bar e salão é só o que tem”, e deu uma risada. Mas a principal razão de escolher o salão da Deyse é que, além dos serviços de sobrancelha, depilação e alisamento de cabelos voltados ao público infantil, pude contar desde o início com a interlocução preciosa de Katia.

2.2.1.2 A caminho do Plano...

³⁵ Todas as vezes que características físicas aparecerem, foram atribuições definidas pelas/os interlocutoras/es.

Agora convido a saírmos do Sol Nascente e nos direcionarmos ao Plano Piloto, onde, em zonas bem diferenciadas, estão situados os outros quatro salões nos quais desenvolvi a pesquisa. Para melhor situar a/o leitora/or, sobre os territórios desses salões, faz-se importante, ainda que brevemente, mencionar a estrutura do Plano. Ela é formada, fundamentalmente, pelo Eixo Rodoviário, correspondente ao sentido norte-sul, e pelo Eixo Monumental, correspondente ao sentido leste-oeste. Tais eixos são envolvidos pelo Lago Paranoá e por uma área verde.

O Eixo Rodoviário é composto por Asa Norte e Asa Sul. Nas Asas estão situadas as superquadras, conjuntos residenciais com prédios de seis ou quatro andares, sustentados, em geral, por colunas denominadas pilotis. Nesses lugares, a circularidade de pessoas foi idealizada para ser livre de bloqueios, uma área de domínio dos pedestres. Há também as quadras comerciais, destinadas a lazer e toda sorte de serviços (salões de beleza, padarias, restaurantes, mercearias, butiques, entre outros estabelecimentos).

No Eixo Monumental situam-se a Esplanada dos Ministérios, a Praça dos Três Poderes, a Catedral Metropolitana e a sede do Governo do Distrito Federal. Ali também se localizam a rodoviária, os setores comerciais, bancário, hoteleiro e de autarquias, a torre de televisão, o setor esportivo e os espaços denominados culturais da cidade (bibliotecas, teatros, museus). Nas redondezas desse eixo encontra-se a nossa próxima parada.

2.2.2 No território do Encrespa

Caminhemos em direção ao Salão Encrespa, localizado a poucos metros do marco zero da cidade de Brasília: a rodoviária do Plano Piloto. Especializado em cabelos crespos e cacheados, situa-se no centro comercial Conic. Trata-se de um estabelecimento de médio porte que tem, como maior parte de sua clientela, adultos e crianças que residem nas regiões administrativas. A fala de Lúcia, gerente do Encrespa, é esclarecedora nesse sentido: “A maior parte da minha clientela é dos satélites. Vem gente de todo o DF fazer o cabelo com a gente. É o pessoal que já trabalha aqui por perto.” “Em que trabalham, Lúcia?” “Tem de tudo: a maioria trabalha no comércio, mas tem de tudo! Da diarista à gerente da loja, da moça que faz panfletagem à cobradora de ônibus.” “E tem os clientes da Asa Norte e da Asa Sul, né?” “É, você vê, não é o forte, mas tenho alguns... Porque aqui não é só caso de o preço ser melhor, é porque não é todo mundo que acerta o corte de cabelo crespo de criança. Já cansei de acertar corte de salão que cobra três vezes o valor daqui”.

Uma parcela considerável de frequentadores do Encrespa com quem dialoguei integra um contingente populacional que a cada nova aurora precisa se deslocar de sua região administrativa para estudar e/ou trabalhar no Plano Piloto. São pessoas que vivenciam travessias de 30, 40 quilômetros ou mais, desafiadas pelos graves problemas de mobilidade do

Distrito Federal, entre eles, destacam-se os elevados preços das passagens; linhas de ônibus em certa medida escassas, não contemplando todas as áreas e horários; congestionamentos. As narrativas de crianças e familiares revelam um enfrentamento diário encarado pelo fato de a maior parte das escolas públicas e das oportunidades de empregos e serviços se concentrarem no Plano. Elucidativa a esse respeito é também a pesquisa de Denise Cruz (2010), que narra com cores fortes os desafios dessa mobilidade:

[...] as linhas de ônibus não atendem toda a extensão do DF de maneira satisfatória. A depender de onde se habita, faz-se necessário trocar de ônibus não apenas uma, mas duas, três vezes. (...) à noite o fluxo de transporte público cai a ponto de se tornar virtualmente nulo. A cidade fica deserta, e a impressão que se tem é de que, depois das oito da noite, há um segredo ‘toque de recolher’. Assim, quem não reside no Plano Piloto parece ser ‘convidado’ a se retirar dali ao fim do expediente (CRUZ, 2017, p. 67)³⁶.

Muitas meninas e meninos, ao serem estimulados a contar os percursos entre suas casas e o Encrespa, narraram justamente a espera pelo ônibus em suas regiões administrativas e o embarque numa viagem com destino à rodoviária do Plano Piloto. Ao chegarem, os relatos se desdobram em dinâmicas variadas. Algumas crianças iam ao salão antes do início de suas aulas, outras no término. Havia aquelas que, apesar de estudarem em escolas próximas às suas residências, também frequentavam o Encrespa por causa de familiares que, por exercerem atividades nas mediações do Plano, se tornaram clientes fiéis do salão.

Essas crianças destacaram aspectos semelhantes sobre o território desse estabelecimento. Suas narrativas trouxeram o movimento frenético dos transeuntes, que traduz o pulsar de mais de 700 mil pessoas que diariamente passam pela rodoviária. Mencionaram o Conjunto Nacional, o movimento dos vendedores ambulantes que, ao lado da imponência desse shopping, construíram um caminho de mercadorias expostas na argamassa do calçamento. Enfim, de forma prevalente, meninas e meninos traçaram em suas falas uma trilha dos espaços de consumo que, por ali, luzem aos seus olhos: as lojas no trajeto até o Conic e as lojas do interior desse centro comercial. Algumas crianças apresentaram olhares bem disponíveis e sensíveis para enxergar as desigualdades, mencionando as pessoas, sobretudo mães e crianças, pedindo esmolas. Destacaram também um olhar atento que julgavam necessário desenvolver para não serem assaltados naquelas andanças.

Segundo Bianca, 9 anos, frequentadora do Encrespa, moradora do Recanto das Emas, estudante de escola pública no Plano: “É o dia mais maravilhoso da vida quando a gente vem. É assim: minha mãe me pega na escola depois do serviço dela, a gente pega o zebrinha (ônibus) e vem (para o salão).” “Ela trabalha em quê, Bianca?” “Agora, ela tá

³⁶ Muller, Monastério e Dutra (2018, p. 592) refletem sobre as lutas diárias de crianças e seus familiares para exercerem os direitos de estudar, trabalhar e circular na cidade. Os autores salientam que essa situação revela “o fracasso acumulado das políticas públicas para transporte e educação e a busca por distinção”.

cuidando do Benjamim, um bebezinho muito fofo na Asa Norte”. Bianca contou-me que, apesar de já ter frequentado o Encrespa em dia de semana, prefere mesmo ir aos sábados, quando ela e sua mãe podem só passear. Em suas palavras, “porque a gente vem mais sossegada, é o passeio da gente”.

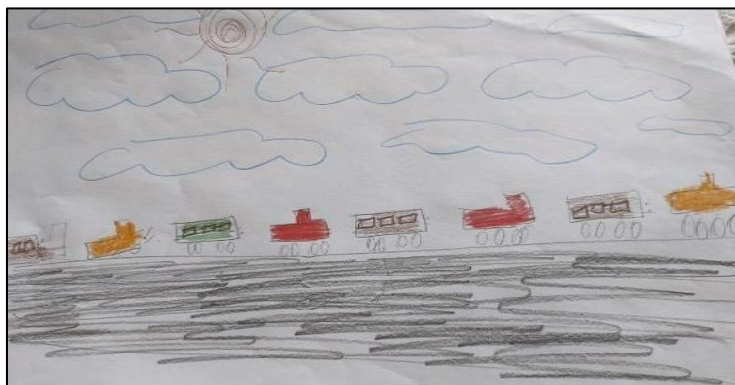


Figura 17 – Desenho de Bianca com o engarrafamento do Recanto das Emas até a rodoviária

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 18 – Desenho de Bianca sobre sua ida da rodoviária até o salão

Fonte: Acervo da pesquisa.

Mirando o desenho, perguntei o que ela costuma observar no caminho da rodoviária até o salão: “Ah, sei lá. Tem muita gente passando, tem o Conjunto Nacional. O ‘shopping chão’ [ambulantes] que é mara [maravilhoso], a gente sempre acha uma coisa baratinha que tá precisando. Tem carro estacionado, acho que é isso...” “Então é uma caminhada tranquila, Bianca?” “Sim! Pera... [Faz uma pausa e pensa melhor] Médio, né? A mãe coloca o celular no bolso porque a gente pode ser assaltado, pode ficar sem o celular, sem a bolsa. Minha mãe guarda o dinheiro no saquinho e coloca aqui [mostra o cós do short]”. Com a face ruborizada com o comentário, a mãe da menina apenas exclama seu nome: “Bianca!”.

Já Leo, morador do Riacho Fundo, 11 anos, estudante de escola pública no Plano, disse-me: “Depois da escola pego o baú [ônibus], desço na rodô [rodoviária] e venho. Meu tio trampa ali.” “Onde?” “Na loja de camiseta, ele é de rocha! Quando corta o pelo dele, dá o

toque pra gente cortar junto. Dou um rolê, vou na loja de jogo, na de instrumento, ele descola um pro lanche. Fico de boa por aí. Ele sai, a gente vem, corta o pelo e vaza”.



Figura 19 – Desenho de Leo dando uma volta no Conic

Fonte: Acervo da pesquisa.

Valdir, 5 anos, estudante de escola pública, morador de Samambaia, aprecia o dia de cortar os cabelos não pela ida ao salão, mas por coincidir com o dia em que sua mãe vai à distribuidora de doces Casa do Chocolate, situada no Conic. A maior parte do público dessa loja é de vendedores ambulantes, e ali a mãe recarrega o estoque da pequena venda da família. Valdir, por ser muito querido no estabelecimento, tem uma tarde de doçuras garantidas. “Enchem ele de chocolate, pirulito, bala”, conta a mãe.

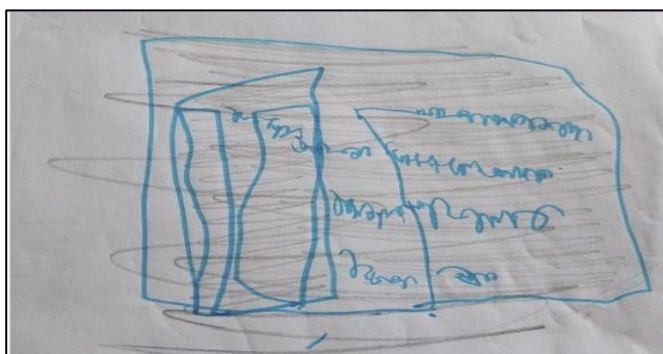


Figura 20 – Conic na visão de Valdir

Fonte: Acervo da pesquisa.

Ao conversar com crianças residentes no Plano Piloto que frequentam o Encrespa, não obtive relatos de deslocamentos a pé naquelas redondezas, com exceção de voltas no interior do Conic. Suas falas sobre aquele território traduziam uma perspectiva de quem se dirige ao salão nos carros dos familiares. Sobre seus percursos, mencionam o engarrafamento, a dificuldade de estacionar.

Para compreender a circularidade do público e a lógica de funcionamento do Encrespa, é interessante saber um pouco mais sobre esse centro comercial onde fica o salão, o Conic³⁷. O que frequentemente escutei nas andanças no campo sobre esse complexo de 15

³⁷ Esse conjunto de prédios foi batizado informalmente de Conic a partir do nome da construtora pernambucana que o edificou, colocado à vista numa enorme placa durante a obra. Esse nome se fixou na memória dos passantes (NUNES, 2009).

edifícios é que “tem de tudo no Conic”. Essa frase alude à heterogeneidade da clientela e à variedade dos estabelecimentos. Valdir citou a distribuidora de doces e Leo mencionou as lojas de camisetas, jogos, instrumentos musicais, mas também há livrarias, óticas, bares, restaurantes, boates, lojas de discos, artigos religiosos, perucas, produtos naturais, sex shops, diversos salões de beleza, igrejas, sindicatos e sedes de partidos políticos. Certa vez, dialogando com o dono de uma loja de perucas, ouvi o seguinte: “O povo que anda aqui gosta porque não tem frescura. É tudo feito pra gente como a gente”. A maioria dos estabelecimentos tem uma estrutura relativamente simples, sem aquela sofisticação comumente vista nos *shoppings* da cidade.

Nunes (2009, p. 20) observa que a clientela do Conic “busca mercadorias cuja necessidade vem antes de um *status* ou prestígio oferecido por comércios que trabalham com marcas ou grifes”. Assinala também que há uma convivência de indivíduos de diferentes estratos sociais, o que representa um “fato de rara constatação no Plano Piloto, onde vive uma classe média padronizada no estilo de ser, vestir e se comportar em áreas coletivas” (NUNES, 2009, p. 21).



Figura 21 – Desenho de Rejane sobre o caminho até o Encrespa

Fonte: Acervo da pesquisa.

Rejane, 10 anos, estudante de escola pública, moradora do Gama, deu destaque em seu percurso à loja de “produtinhos” (cosméticos). “Quando eu chego aqui [no Conic], vou correndo olhar as novidades... Mais olhar do que comprar, né? As vendedoras são superlegais, deixam a gente ficar olhando o tempo que quiser”. Em seu desenho, destaca seu caminhar da loja de produtos até o Encrespa com corações que, segundo ela, são a paixão por tudo que viu na loja.

Como o Encrespa, o próprio centro comercial é massivamente frequentado por moradores das regiões administrativas. Esse fluxo desenha-se de forma bastante espontânea, seja para ter acesso a restaurantes e lojas com preços mais baratos, seja para atividades de sociabilidade nos bares e praças. Nunes, em sua etnografia sobre o Conic, salienta bem isso:

[...] o que se percebe é que ali os moradores das satélites se sentem familiarizados com a disposição e o padrão das lojas, e a possibilidade de se apropriarem do espaço sem a sensação de estarem invadindo um território privado. Essa sensação, visível nos *shoppingcenters* mais sofisticados da cidade [...], fica completamente diluída no Conic, que transmite uma imagem de área multifocal onde um indivíduo morador do Plano Piloto convive com aquele das satélites. (NUNES, 2009, p. 21)

Na perspectiva original de Lúcio Costa, o Setor de Diversões Sul, como foi batizado pelo urbanista, deveria ser um espaço de convivência para a classe média, que teria acesso a cinemas e teatros sofisticados, cafés e restaurantes. Logo após a inauguração do primeiro prédio, em 1966, o local atraiu embaixadas, que ali se estabeleceram provisoriamente, movimentando lojas e restaurantes mais caros. Como conta Nunes (2009), à medida que as embaixadas construíram suas sedes e se transferiram, o Conic acabou sofrendo um processo de esvaziamento de suas funções, afastando a classe média e sendo “esquecido pelas autoridades locais” (NUNES, 2009, p. 21). A revista Encontro Brasília (2013, p. 1) destaca: “Esquecido pelo governo, o Conic passou a abrigar usuários de drogas. Ganhou fama de violento”.

Apesar dos estigmas que o cercam e das dificuldades de infraestrutura, como a limpeza precária do prédio e a degradação de suas instalações, o Conic permanece pulsante. Além das atividades comerciais, há as artísticas, como *hip hop*, grafites, artes visuais. Alguns dos artistas que ocupam o centro comercial identificam-se com a áurea de contravenção, transgressão, do local.

Ainda que o fluxo de pessoas seja intenso por ali, o Conic já sofreu várias ameaças de ser extinto, demolido. O que tem garantido a sua permanência, além da ocupação diária, é o fato de o conjunto de prédios compor o patrimônio tombado de Brasília. Nunes (2009) aponta que o Conic fere “um senso estético hegemônico no Plano que não consegue incorporar nos seus parâmetros alguns princípios de uso do espaço, sobretudo quando vêm expressos por indivíduos ou grupos considerados ‘exteriores’ ao que se toma por bom-gosto” (NUNES, 2009, p. 23).

2.2.2.1 Sobre o Salão Encrespa

O Salão Encrespa pertence a esse caldeirão. Lúcia, mulher negra, 45 anos, vive a queixar-se da segurança do Conic. Gostaria de manter o seu salão aberto até tarde, mas tem receio. Por outro lado, aprecia o fato de ser um lugar, em suas palavras, “ecclético e frequentado por gente de verdade”. O Encrespa é um salão de médio porte. Oferece serviços exclusivos para cabelos crespos (cortes, lavagens especiais, penteados). É pintado num tom alaranjado, e em suas paredes aparecem fotos de mulheres negras, magras, com cabelos crespos e cacheados. Conta com uma pequena recepção e uma sala de serviços com

lavatórios, três espelhos e cadeiras de cabeleireiro. Há prateleiras com cosméticos, não só para uso do salão, mas para venda. São vendidos cosméticos e adornos especializados para os cabelos crespos.

A proprietária conta que abriu o salão porque não suporta como as pessoas negras são tratadas em “salões brancos” e também porque sofreu muito na infância ouvindo que seu cabelo era *feio, difícil*. O objetivo do salão é ressaltar a beleza dos cabelos crespos e cacheados. Nenhum tipo de alisamento é realizado por ali. Sua equipe é composta por cinco funcionárias, entre recepcionista, cabeleireiras e manicuras, todas se declaram negras.

No Conic, há salões variados, inclusive outros voltados aos cabelos crespos, mas escolhi o Encrespa porque me ofereceu a oportunidade de conversar com crianças moradoras de diferentes regiões administrativas. Além disso, o salão oferece cursos, campanhas para estimular a clientela a valorizar os cabelos. Alguns desses eventos são voltados para crianças.

2.2.3 No território do Escova Mágica

Agora vamos nos dirigir para a Asa Norte, também no Plano Piloto, região com imóveis (apartamentos, casas, kitnets) de alto valor de mercado, numa das quadras comerciais mais valorizadas de Brasília, devido à infraestrutura, aos espaços livres e arborizados, à proximidade do Parque Olhos D'Água, ao comércio sortido e luxuoso, com restaurantes e cafés sofisticados, além da presença de escolas e postos de saúde nas redondezas. O salão Escova Mágica, que possui um público majoritariamente infantil, situa-se aí.

Diversas crianças narraram seus percursos até o Escova Mágica a partir do que podiam mirar das janelas dos carros de seus familiares. Mesmo aquelas que residem em quadras vizinhas ao salão dificilmente chegam a pé. O ponto de partida varia: ora vindas de atividades extracurriculares, como aulas de artes, esportes, reforço escolar; ora das escolas, o que, no caso de crianças de classe média alta, principal clientela do Escova Mágica, significava um considerável deslocamento, já que as escolas abastadas raramente situam-se no interior das quadras residenciais. Não à toa, as imagens de carros despontaram com força nos desenhos sobre aquele território. Parte dos dias dessas crianças está nos veículos, em constante deslocamento entre atividades.

“Carros”, “pista”, “lojas”, “árvores” foram palavras abundantemente repetidas nas narrativas das crianças sobre os percursos até o Escova Mágica. Quando os ipês se abriam na cidade, também floresciam nos relatos. Eram esses elementos que muitas meninas e muitos meninos miravam como passageiras/os, quando seus olhos não estavam vidrados nas telas dos celulares e *tablets*. Afirmo isso porque foram recorrentes as vezes em que perguntei o que observaram no caminho até o salão e obtive respostas como “Nem vi, tava mexendo no celular”, “Vim assistindo vídeo”.

Andressa, 7 anos, estudante de escola particular, ao explicar o desenho, disse-me: “A gente já sai do colégio rezando pra Nossa Senhora das Vagas ajudar a gente a estacionar por aqui (área do salão)”.



Figura 22 – Desenho de Andressa com o sonho da vaga para estacionar o carro

Fonte: Acervo da pesquisa.

De forma recorrente, as narrativas mostram que, quando as crianças não estão em suas casas ou no trânsito, entre uma atividade escolar, extracurricular ou de lazer longe de seus lares, seus corpos se espalham na vida entre as quadras, entre blocos. Contaram-me sobre um brincar circunscrito à sombra do bloco, servido de muita área verde. Há relatos de desfrutes variados, a depender das particularidades de suas quadras residenciais. Algumas têm parques; outras, a possibilidade de passeios sombreados entre gramados e jardins bem cuidados. Pode haver ainda hortas comunitárias, quadras de esportes.

Em comum, a presença atenta de um adulto a acompanhar as crianças: babá, mãe, pai, avós, irmão. Ou um olhar responsável que, da varanda ou da janela do bloco, acompanha os pequenos brincando ou passeando com animais de estimação, dando cor e sentido à conhecida história de Lúcio Costa, que dizia que os prédios deveriam ter no máximo seis andares para que as crianças pudessem escutar dos pilotis o chamado de seus pais e avós.



Figura 23 – Milena, 5 anos, mostra sua família passeando em área residencial na Asa Norte

Fonte: Acervo da pesquisa.

Contavam-me, ainda, de passeios nas quadras comerciais para frequentar restaurantes, tomar sorvete, almoçar, e de brincadeiras no Eixão aos domingos, quando a larga avenida é fechada para usufruto dos pedestres. Entre as crianças de 10 a 12 anos há, em geral,

uma constante negociação com os familiares em relação à conquista da independência de andarem sozinhas por ali, com regras de horários mais adequados para caminhar e a recomendação de não falar com estranhos. A ideia de que o Plano Piloto é seguro tem sido desafiada por relatos de que já se foi o tempo em que uma criança podia andar sozinha por ali sem preocupações. A recepcionista do Escova Mágica, por exemplo, sempre alerta que as clientes não deixem as bolsas sobre as cadeiras de espera, porque, segundo ela, “tem muito mala passando”.

Assim, as crianças são muito incentivadas a ter um lazer supostamente “mais resguardado”, a brincar nas casas das amigas, marcar com elas um passeio no shopping (para onde um familiar adulto apenas as leva, indo buscá-las nos horários acordados), nos clubes. O entendimento que emerge nas narrativas dos familiares é o de que nos lugares mais fechados a liberdade das crianças é maior.

Leiliane, 9 anos, estudante de escola particular, foi uma das poucas crianças com quem conversei que vai sempre a pé para o salão. Ela apresentou um conjunto sinérgico de experiências em que até a orquestra das cigarras de setembro foi mencionada. Costuma ir na companhia da mãe, num momento bem afetivo: “A gente sai de casa só nós duas, e vem pra cá, passando dentro do parque”.



Figura 24 – Desenho de Leiliane com a mãe, desfrutando a ida ao salão

Fonte: Acervo da pesquisa.

Caminhadas como essas são possíveis especialmente em dias de sol. Mesmo nessa quadra com boa cobertura em relação ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação e asfalto, quando chove há problemas de escoamento. Os pedestres também encontram obstáculos em calçadas que não são compatíveis com a acessibilidade.

Emanuel, 11 anos, frequentador do Escova Mágica, vai de bicicleta. Explica seu trajeto da seguinte maneira: “Venho ali da L2, passo pelos barracos, é uma reta, entro na quadra e cheguei”. Os barracos são uma ocupação com mais de 70 pessoas, famílias que moram na rua. Fruto da feroz desigualdade, vivem sendo removidas dali e retornam. É

possível ver algumas dessas crianças em volta dos restaurantes e supermercados, pedindo ajuda.



Figura 25 – Desenho de Manuel saindo do bloco e indo para o salão

Fonte: Acervo da pesquisa.

2.2.3.1 Sobre o Salão Escova Mágica

Minuciosamente decorado por arquitetos e designers de interiores, esse salão infantil assemelha-se a um parque de diversões. Do lado de fora, há um escorregador e uma mesinha com cadeiras repletas de brinquedos. A porta tem uma plotagem com um menino branco e loiro. Na recepção, um atrativo pote de pirulitos, produtos infantis à venda, um aparelho de tevê. Do lado direito, há uma grande lousa, como se fosse de escola, com símbolos que misturam os universos escolar, do salão, de princesas e príncipes, exibindo castelos, fórmulas matemáticas, pentes, escovas, um carro com a família dentro. Abaixo da lousa ficam as poltronas de espera, bem coloridas e um revisteiro com edições novas de *Caras*.

Em frente às cadeiras de espera fica uma fila de cadeiras de corte coloridas, com formato de carros. Os espelhos têm adesivos com símbolos de super-heróis. A decoração também conta com robôs, um deles de cabelos longos, em frente à cadeira rosa-choque acolchoada, conhecida como “trono da princesa”. Apesar de o salão ser predominantemente infantil, há um ambiente preparado para os adultos que acompanham as crianças, todo ilustrado com *pin-ups*³⁸, com três cadeiras e lavatório, além do material de serviços do salão. A equipe conta com nove funcionários, oito se denominam brancos e um negro. Enquanto aguardam o atendimento, meninas e meninos podem assistir a filmes e desenhos. Há um quadro com o símbolo do salão com crianças brancas, com cabelos lisos, enfeitando a parede.

O que mais me chamou a atenção nesse estabelecimento e me fez escolhê-lo foi o atendimento de meninos. Os profissionais são especialistas em fazer cortes de cabelo com desenhos, como símbolos de super-heróis, ou semelhantes aos cortes de jogadores de futebol.

³⁸ O termo em inglês *pin-up* se refere a uma modelo voluptuosa, cujas imagens sensuais produzidas em grande escala exercem um forte atrativo na cultura pop.

Além disso, ao lado desse salão, há uma barbearia do mesmo dono que, conforme o proprietário, “é um espaço dedicado não só à beleza, mas ao entretenimento masculino”. Num espaço com decoração *vintage*, é oferecida aos homens e rapazes cerveja gelada durante o atendimento, seja para fazer a barba, seja para fazer o corte de cabelo. Os clientes podem folhear revistas especializadas em carros e revistas *Vip*. A ambientação remete a símbolos de velocidade, trânsito, com ares de *pub*; as *pin-ups* também estão presentes, com feições e poses ainda mais sensuais. O dono contou que parte de sua clientela começou cortando o cabelo no Escova Mágica. A partir dos 11, 12 anos, os meninos passam a desejar cortar na barbearia, sobretudo porque pais, avós, tios ou irmãos mais velhos costumam ser atendidos nesse espaço.

2.2.4 No território do A Turma do Cabelo

Não tão longe do Escova Mágica, vamos a outro salão também situado na Asa Norte, numa quadra não tão sofisticada quanto a descrita anteriormente, mas também valorizada e com muito movimento, sobretudo porque está situada nas imediações da Universidade de Brasília (UnB). É conhecida como uma das quadras “mais queridas dos estudantes”. Os comércios não são tão luxuosos, podem-se encontrar restaurantes a quilo com preços mais acessíveis. Se a quadra do Escova Mágica apresenta problemas na infraestrutura, estes são ainda mais acentuados aqui, sobretudo no que diz respeito ao escoamento em dias chuva e à acessibilidade. Jairo, 8 anos, estudante de escola particular, morador da Asa Norte, usa cadeira de rodas e, apesar de ir ao salão de carro, sente dificuldade de se deslocar do estacionamento até o estabelecimento. Glória, sua mãe, também reclama de “calçadas estreitas, rampas íngremes”.



Figura 26 – Desenho de Diego no trajeto até o salão

Fonte: Acervo da pesquisa.

As narrativas das crianças frequentadoras desse salão se assemelham às do Escova Mágica em muitos sentidos: em termos de lazer, sociabilidade das vivências nas quadras residenciais, percepção de segurança. Vários desenhos também mostram deslocamentos nos

carros. Diego, 11 anos, morador da Asa Norte, registrou o carro de sua família num engarrafamento, passando em frente a uma quadra comercial no caminho para o salão.

Lígia, 7 anos, estudante de escola particular, mostra ela e sua mãe caminhando a pé de seu apartamento até o salão. “Eu venho quase todo sábado à tarde. É assim: a gente desce, passa pra tomar um café na quadra, pede um *cheescake*, meu doce favorito da vida, e vem. É muito gostoso”. Quando perguntei o que ela via no caminho, citou bloco, árvore, carro, loja.



Figura 27 – Desenho de Lígia indo para o salão com a mãe

Fonte: Acervo da pesquisa.

2.2.4.1 Sobre o Salão A Turma do Cabelo

Já na porta do estabelecimento, há a seguinte frase: “Proibida a entrada de adultos”. Realmente, o atendimento é exclusivo para crianças. O salão é todo projetado para elas, na altura delas. O dono do salão afirma que “muito mais do que um salão, A Turma do Cabelo é um espaço pedagógico e de lazer”. Vislumbram-se cadeiras e bancadas com espelhos em molduras extremamente coloridas e divertidas. As mesas e cadeiras para manicure têm tamanhos menores, fabricadas especialmente para crianças. O ambiente conta com estantes repletas de brinquedos e livros infantis, aparelhos de tevê cercam todo o ambiente e há videogames em cada estação de corte. As cadeiras de corte são em formato de carros, tanque de guerra, estrelas, tronos de princesa.

O salão conta com sete funcionários, seis se declaram brancos e um negro. Oferece serviços como corte de cabelo, unhas, maquiagens, penteados. O que chamou a minha atenção, nesse estabelecimento, foi a promoção denominada “dia de diva” ou “dia da princesa”, quando meninas, na faixa etária do meu estudo, realizam maquiagem, corte de cabelo, pintam unhas, numa espécie de “combo” da beleza.

2.2.5 No território do Salão Astros e Estrelas

Caminhemos para o outro lado do eixo do Plano Piloto, até a Asa Sul, considerada por alguns dos meus interlocutores como “a Asa mais velha e mais rica”. Ela abriga o maior parque urbano da América Latina: o Parque da Cidade Sara Kubitschek. O Cine Brasília, o Teatro Dulcina e o Teatro Garagem também fazem morada nesse território, onde o paisagismo de Burle Marx e os azulejos de Athos Bulcão contam histórias.

João, 10 anos, estudante de escola particular, frequentador do Astros e Estrelas, chegou do Maranhão para morar na Asa Sul, porque seu pai foi aprovado em um concurso público. Cedo aprendeu que cada coisa naquele território tinha seu setor, seu lugar. Ouvia os adultos comentando: rua das farmácias, rua dos restaurantes, rua das luminárias, rua dos tecidos, e logo se preocupou de perguntar à mãe onde ficava a “rua da água de coco”, que tanto apreciava.



Figura 28 – Desenho de João. “Na frente do bloco”

Fonte: Acervo da pesquisa.

O salão Astros e Estrelas fica localizado numa quadra extremamente valorizada pela infraestrutura, os comércios que a rodeiam, os espaços arborizados. Se, nos salões da Asa Norte, nota-se a frequência de uma classe média, neste observam-se pessoas com alto poder aquisitivo.

Nas narrativas de familiares e crianças, aparecem movimentos semelhantes aos descritos nos salões da Asa Norte em relação à segurança, emergindo inclusive relatos de furtos e roubos de carros. Nos prédios ao redor, as folhas das árvores mais velhas da cidade roçam as janelas dos apartamentos, cada vez mais gradeados, defendidos da violência. As falas apontam para uma presença mais acentuada do lazer em ambientes fechados, como clubes, shoppings, casas de amigos, e maior quantidade de atividades extracurriculares, como natação, hipismo, aulas de artes e línguas. Os carros emergem com força nos desenhos. Como a quadra do salão fica um tanto mais afastada da residencial, não houve registros de crianças chegando a pé.

Mário, 10 anos, estudante de escola particular, que tem a guarda compartilhada entre os pais, desenhou sua ida ao salão e colocou de um lado a casa do pai e do outro, a da

mãe. Perguntei com qual dos dois ele estava no desenho, ao que ele respondeu: “É claro que se eu venho pra cá [salão], eu tô com a mãe, né?”.

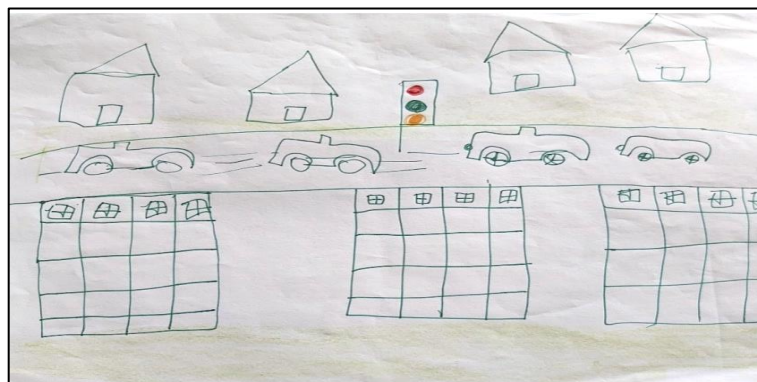


Figura 29 – Mário desenha o trajeto para o salão com as casas dos pais nos extremos

Fonte: Acervo da pesquisa.

Há relatos de diversão sob os pilotis dos prédios dessas quadras da Asa Sul, mas, em alguns contextos, isso precisa ser negociado, pois existem proibições em condomínios. Foi o que motivou o “Brincalhaço”, um dia de protesto em que crianças e pais reúnem-se na parte inferior de um dos prédios para reivindicar o direito de meninas e meninos brincarem nesse espaço. A reportagem da Agência Brasil explica como se originou o movimento: “o debate sobre o uso dos pilotis por crianças começou quando a arquiteta Larissa Villela, 31 anos, contou a história de suas filhas no Facebook. A mãe de Maria (4 anos) e Rafaela Maria (2 anos) descreveu que as filhas foram proibidas pela síndica de brincar ou fazer barulho embaixo do Bloco H, quadra 312 Sul, no Plano Piloto”. A partir da mobilização na rede social, pais, crianças, familiares e outros moradores da região marcaram uma data e, juntos, brincaram, pintaram o rosto, empunharam cartazes. Embora eu não tenha registro de que frequentadores do Astro e Estrelas tenham participado do protesto, penso que o “Brincalhaço” indica algumas limitações ao brincar das crianças nesse território que envolve o salão.



Figura 30 – Autorretrato de Bruna

Fonte: Acervo da pesquisa.

Entre as conversas que tive com as crianças nesse estabelecimento, Bruna, 11 anos, estudante de escola particular, relatou: “Eu vim de carro com minha mãe. Ela me deixou aqui e depois eu vou ligar pra ela me buscar”, e descreveu que viu no caminho carros, lojas, árvores, blocos. Perguntei se gostaria de desenhar o trajeto, mas ela preferiu se desenhar com a pulseira nova que acabara de ganhar e com o cabelo recém alisado.

2.2.5.1 Sobre o Salão Astros e Estrelas

O lugar é amplo, climatizado. Conta com uma brinquedoteca e salão de jogos. A tônica da decoração são as bonecas Barbie e as princesas da Disney, tudo minuciosamente preparado por arquitetos. A recepção oferece capuccino e café expresso, além de revistas *Vogue*, *Caras* e *Veja*. Há venda de cosméticos e adornos. As cadeiras de corte são em formato de carros, estrelas, tronos de princesa, com videogames em frente a cada uma. O salão também conta com um ambiente para o atendimento dos adultos e uma sala para depilação. A equipe tem sete funcionários, nenhum negro. Oferece serviços de corte, alisamento, unhas, hidratação e depilação, realizados em crianças e adultos.

Fiquei motivada a escolher esse salão, porque ele promove festas de aniversário, denominadas “dia da princesa” e “dia do herói”, com decoração especial, serviços de beleza e locação de limusine para aniversariantes e convidados passearem pela cidade, como abordaremos em detalhes adiante.

2.3 PORTAS ABERTAS?

Descritos os salões e seus territórios, é preciso apontar ainda algumas características que permeiam esses ambientes e que pude perceber ao longo do trabalho de campo, como o acesso a esses estabelecimentos.

Durante o horário comercial, os salões de beleza estão de portas abertas, desejosos de clientes e parecendo disponíveis para qualquer um ou uma que almeje desfrutar de seus serviços. Contudo essa “áurea” de livre acesso ao público em geral pode ser relativizada, especialmente quando consideramos uma série de nuances que possibilitam ou impedem a entrada de uma ou outra pessoa em determinado estabelecimento. O curso da pesquisa desvelou que pode haver barreiras econômicas e simbólicas nesse sentido. Explicito a seguir algumas delas.

Por mais que as portas estejam escancaradas, as ambientações sofisticadas de alguns estabelecimentos afastam a clientela que se intimida e/ou rechaça a pompa e os preços que consideram abusivos. Conversando com Marli, 42 anos, diarista, frequentadora do Salão da Deyse, ouvi o seguinte comentário: “Você vai naqueles salões que uma escova custa a feira

da semana lá de casa?”. Perguntei se ela tinha conhecido algum assim. Afirmou: “Minha sobrinha trabalhava num lá. Era manicure. Nunca entrei! Não é pro meu bico, filha [risos]”. Assim, Marli sinaliza que aquelas portas pareciam bem fechadas para ela.

No salão Astros e Estrelas, observei claramente a diferença no atendimento na recepção. Quando entravam pessoas com roupas e sapatos de grife, eram acolhidas com gentileza e cortesia. Já outras com roupas e sandálias “mais simples” eram tratadas com certa distância e rapidez. Algumas eram moradoras das regiões administrativas e iam até o salão para deixar currículos de manicure, pedicure, serviços gerais, ou mesmo passavam para pedir alguma informação ou vender um produto: revistas, trufas, biscoitos. A recepcionista informou-me: “Só recebo currículo de gente bem-apessoada. Não sei como a pessoa quer trabalhar num salão e se veste desse jeito. E aquele cabelo?!”. Noto como, nesses locais, o vestir-se e o adornar-se possui forte centralidade e provoca recorrentes comentários entre as equipes, abonadores ou não.

No Escova Mágica, num dia de sábado, uma menina de cabelos crespos acompanhada de sua mãe chegou repentinamente, sem agendar o atendimento. Uma das funcionárias comunicou que era preciso ter ligado antes, pois a agenda estava lotada. Recomendou à mãe marcar um horário para dias de menor movimento, como as quartas-feiras, já que o cabelo da garota “é mais demorado”, levaria tempo para desembaraçar. Além disso, falou que a “atenderia sem problemas”, mas sugeriu que a mãe procurasse um salão especializado em cabelos crespos, onde a menina pudesse “ser melhor atendida”. A mãe saiu visivelmente chateada e a criança também parecia angustiada. Foram embora tão rápido que nem pude saber o nome da garota e a idade. Ou seja, quando quem não é bem-vindo se atreve a tentar entrar, as travas sociais podem ser tornadas explícitas pelos próprios funcionários.

As travas sociais são detectadas tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro. A princípio, as pessoas parecem buscar salões que combinem não simplesmente com seus orçamentos, mas com seus estilos e visões de mundo. E eles existem para públicos variados: salões exclusivos para cabelos crespos e cacheados, salões ditos alternativos, barbearias, infantis, unissex etc. “Deus me livre de entrar num salão que vai deixar o meu cabelo parecendo um macarrão escorrido! Que peruagem!”, disse uma cliente que frequenta o Encrespa, tecendo a crítica aos cabelos alisados no calor das escovas e chapinhas.

Ainda sobre a questão das portas abertas, há travas e acolhimentos na própria seleção das/os funcionárias/os dos salões. Entre os espaços visitados, apenas o Encrespa tem a maioria de funcionários negros. Embora pessoas trans trabalhem em muitos dos salões que visitei no início da pesquisa, sobretudo os que atendem o público adulto, os cinco não contam com funcionários trans. Ao perguntar o porquê disso aos donos e funcionários, acabei obtendo respostas como: “Pra trabalhar com criança é melhor esse arranjo, porque agrada mais aos

pais” (dono do Escova Mágica), “Pra receber os clientes que eu recebo aqui tem que pensar muito nessa questão da aparência” (dona do Astros e Estrelas), “Trans nem vem deixar currículo porque tem mais chance em salão adulto” (funcionária do A Turma do Cabelo), “Nunca pensei sobre isso” (gerente do Encrespa, sobre a possibilidade de contratar pessoas trans). Para pensar sobre o acesso a esses estabelecimentos, a escolha desses espaços pelo público e refletir acerca dessa pretensa livre entrada nos salões, diálogo com os trabalhos de Bourdieu (1979; 1983), Mizrahi (2006; 2010) e França (2010).

Ao analisar o gosto na sociedade francesa, Bourdieu (1979) nos convida a perceber as práticas de consumo culturais não simplesmente pelos fatores econômicos, mas numa perspectiva relacional que leva em consideração as trajetórias de vida nas quais se entrelaçam condições econômicas e simbólicas. Nessa direção, o gosto não resulta de uma mera livre escolha, mas é delineado justamente pelas condições de existência do sujeito em sua particular trajetória de vida, podendo ser compreendido como um sistema classificatório capaz de marcar diferenças e hierarquias. Nessa ótica, o gosto, socialmente construído, consiste no “princípio de tudo o que temos (pessoas e coisas), de tudo o que somos para os outros e é através do gosto que classificamos e somos classificados” (BOURDIEU, 1979, p. 59).

Já em *O poder simbólico*, Bourdieu (1983) apresenta as noções de campo, *habitus* e capital para pensar as representações sobre o eu/nós e os outros, sociedade e indivíduos, o simbolismo coletivo e a constituição da realidade social. Para ele, a sociedade é formada por campos sociais dotados de regras próprias, nos quais os atores sociais se inserem ao incorporarem as regras do jogo, nem sempre tendo consciência delas. A posição ocupada por cada ator social nessa dinâmica estruturada hierarquicamente vai depender da posse de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.), que se integram por meio do *habitus* individual incorporado, que fornece esquemas de apreciações, sentimentos e ações. A ação social, nessa visão, não é possível apenas a partir dos testemunhos dos indivíduos, dos sentimentos, de suas reações pessoais. É preciso procurar aquilo que subjaz a essas manifestações, desvelá-las. Em sua mirada, “as diferentes posições no espaço social correspondem a estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1983, p. 82).

Nesse prisma, é possível afirmar que o objeto social que se apresenta como “salão de beleza” é a expressão das condições de existência, dos estilos de vida, dos capitais culturais, seja de quem os frequenta, seja de quem ali trabalha, incluindo seus diretores. O salão, nesse sentido, seria resultante de uma relação entre os distintos *habitus* daqueles que o experienciam e navegam por esse determinado campo de relações. A escolha do salão, o

gostar do salão ou sentir que as portas do estabelecimento estão de fato abertas, abraçando assim um sentimento de pertença a esse espaço, não é, portanto, algo ligado ao acaso ou que deva ser visto no âmbito do mero desfrute individual, mas, complementarmente, deveria ser considerado como algo social, expressão de *habitus* e capitais dos atores envolvidos nesse jogo específico.

Apesar desse ponto de vista ser interessante para pensar os salões e os sistemas simbólicos ali presentes, especialmente no sentido de mostrar como o acesso a esses lugares não se restringe apenas às condições financeiras, mas liga-se a uma trajetória social incorporada dos sujeitos, penso que é preciso afirmar que, na teoria de Bourdieu, sobram as estruturas, vão-se as pessoas. A agência é reduzida à estrutura na voz ativa. No olhar de Ortiz (1983, p.26), nas reflexões sociológicas gestadas por Bourdieu, a questão da mudança não tem um protagonismo, ocorre uma intensificação “das relações de poder presentes no mundo social, assim como a reprodução de uma estrutura objetiva interiorizada pelos agentes”.

Ao refletir acerca dos gostos e de seus condicionantes sociais, Bourdieu (1979) os divide analiticamente em *gosto de luxo* e *gosto de necessidade*. O primeiro diz respeito ao sujeito que deteria uma série de facilidades asseguradas pela posse de determinado capital e estaria distanciado da necessidade; o outro, por sua vez, sinalizaria o consumo regido pela necessidade, mais característico das “classes populares”. Nessa dicotomia, práticas culturais e estilos de vida seriam socialmente estratificados e diferenciados.

Afirmo que essa dicotomia não contempla em plenitude a realidade apontada na materialidade etnográfica que pulsa nos salões, inclusive no que tange ao vetor interpretativo calcado na lógica de que as classes populares imitariam as classes dominantes em termos de concepções estéticas. Assim, às estruturas que se expressam é preciso articular as pessoas que vivem. Inspirada em Mizrahi (2006; 2010) e França (2010), compreendo que o trânsito entre os salões, o acesso a eles, os sentimentos de pertença desenvolvidos com esses espaços só podem ser compreendidos e apresentados a partir de uma leitura e escrita finas das singularidades de seus frequentadores, de seus projetos criativos de vir a ser e dos desenhos sempre dinâmicos e contingenciais de suas relações.

Portanto, ainda que as pessoas com quem interagi em pesquisa partilhem o mesmo território, possuam rendas semelhantes e frequentem o mesmo salão, há sutilezas nesse acesso que só podem ser captadas no ponto de entrelaçamento entre a observação de suas corporalidades e das tramas entre os marcadores sociais da diferença: classe, raça, gênero, geração. Apenas dessa forma é possível compreender as travas, os acolhimentos, o sentimento de pertença, ou mesmo, em alguns casos, a peleja para acessar esses salões. É também por esse meio que podemos compreender as rachaduras na “ordem social”, as mudanças sociais,

pois se essa “ordem” é tomada por meio de suas estruturas, tende a aparecer mais como reprodução que construção ativa.

Nessa linha de raciocínio, aludo a França (2010) que, ao tecer uma acurada etnografia nas boates, rompe com uma visão reducionista que apregoa que os referidos espaços e tudo que os mobiliza respondem somente às demandas de um “grupo social pré-existente”. A autora desnaturaliza essa ideia, mostrando não apenas a pluralidade dos sujeitos e como eles se constroem em relação a esses lugares, mas como os próprios lugares são por eles produzidos. Na materialidade etnográfica apresentada por França, percebemos como “a articulação entre os marcadores sociais de diferença produzem não só posições de sujeito diversas, mas também sentidos diversos de lugar”. Em sua perspectiva, esses lugares não são apenas “cenários para o consumo de bens, como um fundo neutro” (FRANÇA, 2010, p. 249), mas lugares potentes que criam e impulsionam uma dinâmica de sentidos e significados acerca dos serviços, objetos, estilos de vida e das próprias práticas de consumo de quem os acessa. Desse ponto de vista, pensar no acesso aos salões extrapola as conjecturas assoreadas de dicotomias estanques como gosto de luxo e de necessidade.

Nesse prisma, também são inspiradoras as pesquisas de Mizrahi (2006; 2014), tanto a dissertação, que focou nas relações entre roupa, corpo e dança em um baile *funk*, quanto a tese, uma etnografia sobre o *funk*, tendo como contexto a rede de relações do funkeiro Mr. Catra. Nos dois trabalhos, é possível compreender como o gosto de um grupo social periférico se fez relevante para gerar uma moda que acabou contagiando parte do sistema de moda. A pesquisadora desnaturaliza, portanto, a ideia de que os gostos das classes populares sejam ditados pelas classes dominantes e que sejam restritos à necessidade. Conforme a autora, “é o gosto da favela que referencia o potencial de circulação de uma produção *funk* individual pelos diferentes gostos da cidade, conectando mundos supostamente não comunicáveis: a favela e o asfalto” (MIZRAHI, 2014, 295). Em suas pesquisas, são vívidas as cenas em que os sujeitos negociam com diferentes gostos e códigos estéticos, manejam símbolos e estratégias de modo a serem bem recebidos em um ou outro espaço da cidade.

A partir de Gomes (2002), Cruz (2013), Bouzon (2010) e Arango (2016), afirmo que, se os salões são espaços de classificação, ordenação, inteligibilidade e, ainda, de reconhecimento, é preciso ver, a partir de um zelo etnográfico, como isso se processa no cotidiano por meio das práticas dos próprios sujeitos que vão se apropriando, negociado, reinventando, confrontando e/ou sendo resilientes diante das travas e permissões engendradas nesses espaços.

A despeito da assombrosa desigualdade que atravessa os diferentes territórios dos salões e da assimetria econômica entre os frequentadores, é preciso olhar o acesso às portas

desses estabelecimentos como um movimento matizado que não pode ser compreendido ignorando-se os agenciamentos. Nem mesmo é possível olhar essas portas e os acessos a elas como mundos rigidamente separados e alheios um ao outro. É preciso, guardadas as diferenças, pensar que circulam, de ponta a ponta do Distrito Federal, entre as distintas portas dos salões, bens, mercadorias, imagens e imaginários em torno das práticas e concepções de beleza. Pensemos, por exemplo, nas princesas Disney e nas atrizes das novelas, nos jogadores de futebol que, como veremos adiante, servem de inspiração para crianças de diferentes realidades econômicas e sociais em seus cortes de cabelo e outros gestos que embelezam.

Vale ressaltar ainda que, por mais que os acessos ou não dos sujeitos aos salões sejam plenos de nuances, posso aferir que, na maioria dos casos presenciados em meu tempo de pesquisa, mesmo com as travas e as desconfianças, via-se que quem agenda o serviço e pode pagar por ele geralmente é atendido. Ao chegar-se de surpresa, é possível encontrar um salão visivelmente vazio, mas com “argumentos de portas fechadas”, exatamente como ocorreu com a menina de cabelo crespo que não foi acolhida no Escova Mágica por ter, na visão da funcionária, “um cabelo difícil”. No caso do salão da Ceilândia, as portas se abrem com dinheiro ou voto de confiança, já que o fiado por ali é uma prática comum.

Portas abertas? Nem sempre. Nos capítulos 3, 4 e 5 refletirei sobre como as crianças lidam justamente com esses acolhimentos, travas, constrangimentos e recusas. Afinal, não importa para esta tese apenas informar quais crianças frequentam tais e tais estabelecimentos, mas mostrar *como* elas, em suas singularidades e contextos, os frequentam, consomem e são, como diz França, consumidas pelos salões, no processo de produção de suas belezas.

SEGUNDA PARTE - CLOSES NAS PARTES DO CORPO: A PRODUÇÃO DE CORPOREIDADES

INTRODUÇÃO A SEGUNDA PARTE

O corpo é a vida de alguém, porque alguém sem corpo faz
o quê?
(Luiza Fernanda, 8 anos).

Espelho é onde olho a minha beleza.
(Mary Osório, 9 anos).

Adulto é a pessoa que em toda coisa que fala vem primeiro
ela.
(André Felipe, 8 anos).

Criança é o que tem olhos, tem boca, caminha e come e
não toma rum e vai dormir mais cedo.
(Ana Maria, 6 anos).

(NARANJO, 2013)

Nos próximos três capítulos, apresento cenas do trabalho de campo e discuto, especialmente, como algumas das principais categorias de diferenciação – geração, classe, raça e gênero –, operadas nesses estabelecimentos, são manejados pelas crianças nas vivências dos serviços dos salões, reverberando nos processos de produção de suas aparências físicas. Para alcançar o objetivo proposto, organizei o texto em quatro momentos, conforme as partes do corpo – cabelo, rosto, mãos e pernas –, explicitando os serviços voltados para cada uma delas nos salões pesquisados. Conduzir a reflexão oferecendo uma espécie de *close* em cada parte do corpo consiste em uma estratégia textual que alude à dinâmica com a qual os próprios salões ofertam seus serviços. O *close* possibilita mirar os detalhes da produção da beleza realizada nos cabelos, no rosto, nas mãos, nas pernas, sem jamais perder de vista a interação entre essas partes. Também ressalto as histórias, as vivências e as perspectivas das crianças. Por meio dessa estratégia narrativa, almejo oferecer uma compreensão possível sobre a produção de corporeidades que vicejam no campo estudado. O primeiro capítulo desta parte, tratará, portanto, dos serviços voltados aos cabelos. Os dois próximos se dedicarão às demais partes do corpo (rosto, mãos e pernas).

Como defende Mauss (1974), enxergo o corpo³⁹ como um artefato cultural que possui uma densa interdependência entre os domínios físico, psicossocial e social. Refletirei sobre as técnicas corporais movimentadas no curso dos serviços, buscando uma compreensão sobre os aprendizados sociais que as compõem. Sobre tais aprendizados, remeto-me à discussão de Souza (2017, p. 280), segundo a qual “Existe um conjunto de significados que

³⁹ Os estudos do corpo têm vasta tradição nas ciências humanas, com múltiplas bases teóricas e epistêmicas, que não serão mapeadas por conta dos limites desse trabalho. Os autores clássicos e contemporâneos, mobilizados no “Close nas partes do corpo”, situados em diferentes áreas disciplinares (Antropologia do corpo, Sociologia do corpo e História) rompem com a ideia universalizada e essencializada de corpo.

cada sociedade inscreve nos corpos de seus membros ao longo do tempo, significados estes que definem que o corpo é de maneiras variadas. No corpo estão escritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica”.

Desse modo, entendo que, em cada serviço realizado pelas crianças nos salões, em determinadas partes de seus corpos, há uma subjetividade em construção que dialoga com os contextos sociais por elas vivenciados. Alio-me a Le Breton (2016, p.26) quando ele afirma que é preciso pensar o corpo de forma integral e para muito além da fisiologia: “Frente ao mundo, o humano não é jamais um olho, um ouvido, uma mão, uma boca ou um nariz, uma escuta, um tato, uma gustação, ou uma olfação, ou seja, uma atividade. A todo instante, o humano institui o mundo sensorial em que se banha em um mundo de sentidos cujo ambiente é pretexto”.

O autor quando nos faz pensar que “se o corpo e os sentidos são os mediadores de nossa relação com o mundo, eles o são através do simbólico que os atravessa” (LE BRETON, 2016, p. 25). Nessa linha de raciocínio, procuro olhar os serviços vivenciados pelas crianças nos salões como ações dotadas de simbolismos, sentidos, significados, orientações culturais. Nessa perspectiva, compreendo tal qual Goellner (2007) que

[u]m corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele exibem, a educação de seus gestos. Enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas (GOELLNER, 2007, p. 29).

Como as práticas embelezadoras dos salões envolvem bens e produtos, voltados para intervenções em cada parte da aparência física das diversas crianças com as quais interagi em pesquisa, torna importante uma discussão sobre consumo. Douglas e Isherwood (2009) rompem com as recorrentes ideias do consumo com fim apenas utilitário, expressão de um desejo puramente individualista, sinônimo de frivolidade e dos bens como meros meios de subsistência. Argumentam que o consumo deve ser pensado na perspectiva de um ritual, constituído por dimensões culturais e simbólicas. Pensá-lo demanda, antes de tudo, atenção para os sentidos e significados atribuídos pelas pessoas no ato de consumir. Frisam, também, que o consumo deve ser examinado no bojo das relações sociais, uma vez que as escolhas estão vinculadas aos padrões e às expectativas das relações que compõem as vidas das pessoas. Desse modo, os usos sociais dos bens e serviços são perfeitamente capazes de revelar as especificidades das relações, tornando aparentes as classificações de pessoas e os eventos.

Outro suporte para refletir sobre consumo é Sahlins (1979), que critica as percepções economicistas que apreçoam o consumo como um esquema utilitarista. Para esse autor, o cerne para analisar o consumo não é enxergá-lo apenas por meio de questões objetivas, mas por sua dimensão simbólica, num entrelaçamento entre objetividade e subjetividade. Nessa linha de raciocínio, o consumo confere humanidade à produção dos bens, atribuindo aos objetos mensagens culturais, com potencialidade para transparecer valores e hierarquias presentes nas relações sociais. Compreende-se, assim, que o entendimento das noções de valor, utilidade e função deve estar vinculado a um esquema cultural. Sahlins (1979, p. 189) afirma que “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”. Desse modo, nenhuma elucidação ligada meramente à funcionalidade é o bastante, uma vez que o valor está circunscrito a um esquema cultural.

Trazendo as reflexões supracitadas para a pesquisa, afirmo que, nos salões, crianças de diferentes realidades econômicas e sociais, desde os primeiros anos de vida, aprendem e exercitam sistematicamente o ato de consumir. Por essa razão, é preciso pensar sobre a relação entre elas e o consumo. Não se trata meramente de aferir que crianças compõem uma parcela representativa no mercado do embelezamento, uma vez que há toda sorte de produtos estéticos e cosméticos voltados para elas. Também não se trata de enxergá-las, simplesmente, como alvos indefesos da indústria estética e cosmética.

Trata-se, antes de mais nada, de buscar compreender suas percepções e agências em relação ao consumo voltado para a produção de suas imagens corporais, seus desejos e necessidades, que acabam por influenciar suas decisões na hora das escolhas dos serviços. Trata-se, especialmente, de buscar um entendimento acerca dos sentidos e significados atribuídos pelas crianças ao ato de consumir. Como ritualizam, organizam e classificam as experiências de consumo? Como lidam com a finalidade dos serviços? Transgridem? Deslocam? Reafirmam? Como podemos pensar, priorizando seus pontos de vista, as relações entre beleza, consumo e produção do corpo, relacionando tudo isso aos marcadores de classe social, idade, cor/raça, gênero e sexualidade? De que forma isso reverbera na produção de diferentes subjetividades e sociabilidades e de que maneira ecoa nas relações que estabelecem com suas próprias imagens?

Fundamentado em Sahlins, Peter Fry (2002) nos conduz a romper com as posições que “afirmam serem os consumidores vítimas passivas dos produtores, ou que os produtores apenas reagem aos desejos dos consumidores” (FRY, 2002, p. 306). Nessa perspectiva, o consumo não é algo que deve ser percebido *a priori*, mas em construção, que pode ser pensado de uma forma mais democrática, contribuindo com a inclusão.

Para essa reflexão, tomam-se, como mote, as representativas mudanças no âmbito do mercado estético voltado à construção de representações de raça, nos últimos tempos, que buscam afirmar positivamente a beleza das pessoas negras, defendendo que “as práticas embelezadoras são uma forma de consumo e a participação na cultura do consumidor é um aspecto essencial de inclusão social” (FRY, 2002, p. 255). Além disso, essas mudanças anunciam que os bens e os serviços voltados para mulheres e homens negros não traduzem meramente as demandas desses indivíduos; mas, sobretudo, contribuem para as próprias constituições identitárias dessas mulheres e homens. Esses bens e serviços “não apenas suprem uma necessidade, na verdade, criam uma necessidade e, ao fazê-lo, disseminam sub-repticiamente uma identidade negra” (FRY, 2002, p. 315). O autor assinala que, no Brasil, o mercado “oferece uma lógica cultural e política, tanto quanto partido político e movimentos sociais” (FRY, 2002, p. 311). O mercado, nesse sentido, tem potência para operar a favor da diminuição da discriminação racial no Brasil:

Se os produtores e propagandistas de beleza puderem ter um mínimo de sucesso na mudança dessas representações (que não são monopolizadas pelos membros mais brancos da população), no sentido de transformar em sentido comum a noção de que há várias maneiras de ficar belo, que não há relação nenhuma entre aparência e competência, então acredito que o tão vilipendiado mercado terá contribuído de forma contundente para a diminuição do racismo no Brasil. (FRY, 2002, p. 324).

No bojo das discussões de Fry, é possível fomentar um debate sobre de que forma o consumo pode reverberar na produção das aparências físicas das crianças. Podemos vislumbrar a sua potência visando a promover formas mais democráticas para pensar a beleza, contribuindo para movimentos de inclusão. Contudo não se pode perder de vista que os movimentos de inclusão não se gestam pura e simplesmente na dinâmica do mercado. Na trilha de Nancy Fraser (2011), é imprescindível nutrir um horizonte de análise que não perca de vista a exacerbada desigualdade material e, especialmente, as estruturas arraigadas de dominação.

Trazendo essa discussão de Fraser (2011) para a seara desta pesquisa, não basta que haja uma produção em massa de cosméticos voltados à celebração das diferenças e à diversidade cultural, sem criar as condições materiais de acesso a esse produto, especialmente sem criar as condições para que estruturalmente as discriminações de corporalidades sejam repensadas. Nesse sentido, torna-se imperativo para a autora que, ao lado de uma ontologia do reconhecimento, se pense outra, da redistribuição, que coloque as possibilidades de reconhecimento identitário ao lado de demandas redistributivas.

Beleli (2005) antecipou essa advertência acima já em sua tese. Em diálogo com Fry, nos alertou que esse movimento mais democrático por parte do mercado e da publicidade

por ele anunciado ainda está passível de construção. A partir de sua pesquisa, a autora revelou que as imagens positivadas da beleza negra, por exemplo, ainda eram bastante restritivas em termos de transformação social, e afirmou que “o hibridismo da ‘cor’ se aproxima mais do que é percebido como ‘branco’, reforçando o argumento de que a ‘inclusão’ do segmento ‘negro’ na publicidade brasileira serve para ampliar o mercado, mas não altera os códigos dominantes” (BELELI, 2005, p. 122).

O exercício potente a realizar nos próximos capítulos, a partir dessas reflexões, consiste em “perceber como esse complexo setor de serviços diz sobre os modos de ser e viver na diferença, estimulando e, conseqüentemente, valorizando determinados estilos de vida” (BELELI, 2005, p. 7), sem cair numa demonização, denunciismo ou exaltação pura e simples do mercado.

Caminho na contramão de visões cristalizadas e antagônicas que, de um lado, consideram o mercado uma entidade suprema, uníssona, onipotente, produtora unicamente de noções normativas de beleza, de formas de alienação; e, de outro lado, consideram-no uma força suprema capaz de, por si só, catalisar, criar e promover a equidade e a inclusão. Numa chave crítica e política, procuro perceber, por meio das narrativas das crianças de diferentes classes sobre as relações de consumo de bens e serviços relativos à produção da beleza que as envolve, as facetas do mercado que reiteram a normatização⁴⁰ das noções de beleza, a ideia do dever de ser belo, e aquelas que causam efeitos questionadores das discriminações das corporalidades. Nesse último caso, sem esquecer que esse efeito tem a incidência do confronto diário gerado pelos movimentos feministas, negros, LGBTQIA+, que, nas dinâmicas de suas lutas, pautam a representação visual das mais distintas formas físicas e de viver a beleza.

Nas discussões sobre as relações entre consumo, produção de subjetividades e políticas, França (2012) pensa a dimensão política não somente do ponto de vista mais tradicional, com foco nos movimentos sociais e nas políticas públicas, sugerindo que se olhe para as particularidades no âmbito do mercado que podem também conter potência política. França (2012, p. 249) deslinda que

[p]odemos dizer que o âmbito do mercado eventualmente responde a questões diferentes das usualmente colocadas pelo movimento, enfatizando aspectos relacionados ao prazer, ao lazer, a subjetividades mais ou menos desvalorizadas, questões que aparecem mais como individuais, mas que são também políticas”.

⁴⁰ Normatização da beleza consiste na imposição de determinado modelo de aparência física como sendo a que deve ser alcançada para o reconhecimento social; alia-se a ideia de que os sujeitos devem se engajar na busca dessa beleza para ter um corpo considerado normal. A normatização é respaldada por instâncias sociais (indústria da beleza, do emagrecimento, cosmética, medicina estética, mídia) as quais alimentam um conjunto de diretrizes e procedimentos voltados da cabeça aos pés para a conquista desse corpo.

A autora instiga a pensar ainda na esfera do consumo e do mercado como constitutiva dos cenários públicos e que, portanto, são ambientes onde se negociam direitos e disputam-se significados:

As esferas do mercado e do consumo também constituem cenários públicos em que nossa capacidade de agência e ação política é exercida, independentemente de aderirmos ou não a noções como “sociedade do consumo”. Nessas esferas, também se negociam direitos, disputam-se significados, perpetuam-se ou reforçam-se desigualdades. Uma das propostas deste exercício foi tentar compreender algumas das maneiras pelas quais o mercado e o consumo revelam-se mais do que o terreno do puro comercialismo desprovido de sentido, no caso das questões relacionadas à sexualidade. (FRANÇA, 2012, p. 247).

A autora desnaturaliza a ideia de que, no mercado, há somente espaço para a produção de normatividades. Frisa que há nessa esfera “espaço para movimentos de contestação, deslocamento de normatividades e afirmação da diversidade” (FRANÇA, 2012, p. 248). Defende que, para estarmos sensíveis a essas diferentes facetas do mercado e do consumo, são necessárias abordagens de pesquisa mais próximas dos consumidores. Foi justamente ao acompanhar de forma intensa o cotidiano de homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens na cidade de São Paulo, que a autora teceu sua reflexão sobre consumo, mercado, política e homossexualidade, mostrando que, no âmbito do consumo, há lugar para “a produção não apenas de normatividades, como também de transgressões, marcadas pela criatividade com que os sujeitos lidam com seus diversos pertencimentos” (FRANÇA, 2012, p. 234). Em seu trabalho, França (2012) articulou os conteúdos relacionados a marcadores de classe social, idade, cor/raça, gênero e sexualidade. Baseada nas reflexões tecidas pela autora, procuro estabelecer as conexões entre consumo, produção de diferentes subjetividades, sociabilidade, estilos de vida, sem perder de vista a dimensão política na construção do embelezamento.

Outro desafio que se apresenta, neste capítulo e nos próximos, é olhar analiticamente as circulações de produtos, bens e serviços presentes nos cinco salões estudados e nas vidas de seus frequentadores. É preciso compreender como o abundante número de mercadorias destinadas ao embelezamento dos cabelos, rosto, mãos e pernas acaba incidindo nos cotidianos das crianças. As reflexões de Appadurai (1986) são lemes, uma vez que nos instigam a olhar “o mundo das coisas” não como algo inerte e mudo, mas como algo que carrega uma vida social. Tal entendimento extrapola, e muito, uma visão economicista, que percebe a mercadoria apenas no trinômio dinheiro, lucro e produção capitalista.

No horizonte do autor, a mercadoria é “qualquer coisa destinada à troca” (APPADURAI, 1986, p. 22) e, portanto, deve ser percebida a partir de sua trajetória social, de sua dimensão histórica, das relações sociais que a entremeiam. Por essa razão, torna-se um

exercício frutífero olhar as coisas em si mesmas, pois “seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos e suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias, podemos interpretar as transações e cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 1986, p. 17). Prestar atenção, portanto, nos fluxos das mercadorias é uma chave que nos possibilita compreender os “regimes de valor” que as dinamizam em determinado contexto.

Desse modo, atentarei aqui para a vida social das mercadorias que compõem a produção do embelezamento (maquiagens, cosméticos, roupas, adornos, sapatos), mirando como as crianças conferem a esses objetos prestígio e *status*, e como, nesse movimento, esses objetos passam não somente a representá-las, mas a exercer uma força de ação, uma capacidade inventiva que vigora em suas rotinas. Desse modo, crianças e objetos delineiam uma relação dialética, um entrelaçamento dinâmico, em que ambos se constituem mutuamente. No bojo desse entrelaçamento, formas de se relacionar com o corpo, bem como a produção de subjetividades são delineadas. O desafio que se coloca é, portanto, pensar não somente o que as crianças fazem com as muitas mercadorias que envolvem a produção do embelezamento, mas o que essas mercadorias fazem com as crianças. Nesse exercício, recorro a Daniel Miller (2013), que nos estimula a pensar que os “objetos não representam as pessoas, mas as constituem” (MILLER, 2013, p. 37).

As reflexões de bell hooks (2005), Lélia Gonzalez (1982) e Nilma Gomes (2008) e Sueli Carneiro (2015) serão como faróis que guiarão todos os debates movimentados a seguir, pois além de inspiradoras para o exercício de compreensão das intersecções entre gênero, raça e classe nas experiências das crianças com quem interagi, as autoras iluminam o entendimento de como as percepções de beleza, os gestos que embelezam e as práticas de consumo neles imbricadas, muitas vezes, são atravessados pelos perversos efeitos do racismo, do classismo, da desigualdade. Por isso, essas autoras potencializam as reflexões sobre a relação entre estética e consumo nas práticas de embelezamento vivenciadas nos salões para além de meras escolhas pessoais, de um ponto de vista social e político.

Enfim, embasada em todas essas inspirações teóricas supracitadas e considerando, conforme Rodrigues (2004, p. 58), o corpo como “a metáfora da vida que comporta em si a sensibilidade, os sentimentos, as percepções e as experiências”, teço os capítulos a seguir. É importante deixar claro que a intenção, em todos eles, é trazer à baila cenas e narrativas que ocorreram no calor dos atendimentos entre luzes fluorescentes, barulhos de secador, cheiros de cosméticos e produtos químicos, movimentações dinâmicas dos funcionários, “entra e sai” da clientela, conversas acaloradas e o reluzir diante dos espelhos. Esses três capítulos possuem esse ritmo, tem esse tom e são constituídos, sobretudo, pelas movimentações e narrativas das crianças em meio aos serviços estéticos. Com essa dinâmica de escrita, almejo oferecer uma visão mais geral dos cotidianos e fluxos dos estabelecimentos estudados e, em

meio a essa miríade de acontecimentos, tenciono lançar luzes para determinadas cenas e narrativas que movimentam as questões centrais deste trabalho.

3 CABELOS

Os cabelos são centrais nos salões. As madeixas não apenas mobilizam uma infinidade de serviços como cortes, penteados e pinturas, como movimentam também ideias, tempo, energia, dinheiro e emoções por parte da clientela. Leach (1983) pauta o potencial social e simbólico dos fios, apresentando uma impressionante massa de material etnográfico que mostra a presença quase universal das práticas de estilização dos cabelos em momentos significativos da vida. As madeixas estão profundamente imbricadas em rituais de nascimento, fertilidade, casamento, morte. Isso se trama de forma particular conforme os sentidos e os significados de cada contexto. Na perspectiva de Leach (1983, p.147), “a força dos cabelos não pode ser compreendida simplesmente na observação de um ser humano isolado, mas na ‘relação’ que liga um indivíduo a outro, dentro de um campo social mais amplo”. Com base nesse entendimento, observa-se que o cabelo se torna mágico, poderoso em si mesmo, capaz não só de dizer, mas de comunicar alguma coisa, “como também despertar emoções e, conseqüentemente, ‘fazer’ alguma coisa” (LEACH, 1983, p.140). É justamente nesse espírito, admitindo “essa mágica dos cabelos” que as páginas seguintes serão delineadas.

Nos caminhos da pesquisa, observei que o zelo com os cabelos faz parte dos cotidianos de adultos e crianças de diferentes idades, classes sociais e configura um dos maiores fatores de investimento nos estabelecimentos estudados. Tornou-se lugar comum engajar-se nesse cuidado, segundo informa Malysse,

[...] as novas técnicas corporais oferecem hoje os meios pelos quais podemos intervir em nosso corpo, nossa aparência e nosso estatuto social apesar de aceitarmos o que herdamos geneticamente. No caso dos cabelos, a transformação é ainda mais aceita socialmente, pois parece normal mudar o seu visual capilar ao longo do crescimento dos cabelos (MALYSSE, [s.d], p.4).

Cada salão estudado, apesar de possuir serviços similares, conta com seus próprios códigos, técnicas, modos de avaliar, identificar, testar, manejar e pensar os fios. Basta adentrar esses espaços para vislumbrarmos em suas ambientações tais particularidades, a começar pelas imagens presentes nas paredes dos salões. Entre os cinco estabelecimentos pesquisados, apenas o Encrespa possui imagens de pessoas com cabelos crespos na decoração das paredes. Ali estão marcadamente presentes imagens de meninas e mulheres negras, de silhuetas magras e longilíneas. Nesse salão, a estética das meninas e mulheres negras é muito mais evidenciada que a dos meninos e homens negros; não vi imagens representativas deles.

Já nos salões Escova Mágica, A Turma do Cabelo, Astros e Estrelas, as imagens preponderantes, em suas ambientações, são de crianças brancas com cabelos lisos: majoritariamente meninas, magras e loiras. Apesar de não serem abundantes, há imagens de meninos brancos e de cabelos lisos e curtos. No Salão da Deyse, o liso, o longo e o loiro também prevalecem, com imagens de atrizes e modelos.

Nesses detalhes, é possível perceber o que cada salão representa com mais força em termos de aparência física, deixando transparecer, logo na entrada, o ideal de beleza exaltado em cada ambiente. De acordo com Faria (2007), todo lugar tem um potencial pedagógico, explícito ou implícito. No entendimento da autora, “As paredes falam, têm ouvidos, guardam segredos, dão arrepios, emocionam, fazem-nos lembrar, sonhar, pensar. Em toda organização espacial, seja berço ou cidade, há uma forma silenciosa de ensino” (FARIA, 2007, p. 101). As paredes dos salões instruem, por meio da presença, mas também da ausência de determinados tipos de cabelos e corpos, não apenas o ideal de beleza a ser alcançado, mas os caminhos para a conquista desse ideal, ao indicar, com veemência, os serviços e produtos ali disponibilizados.



Figura 31 – Imagens nas paredes dos salões

Fonte: Acervo da pesquisa.

No cotidiano do campo de pesquisa, foram incontáveis as vezes em que vislumbrei a gritante diferença entre as aparências físicas das crianças atendidas e as imagens que estampavam as paredes dos salões com um rígido padrão de beleza. Falo não apenas da realidade dos cinco estabelecimentos pautados, mas de tantos outros visitados. Ao me deparar constantemente com aquela disparidade, reflito, baseada em Butler (2002), sobre o quanto

aqueles jogos de imagem extrapolam, e muito, uma função meramente decorativa. A “citação” de determinadas formas físicas indica não apenas a valorização de uma concepção de corpo belo, mas normatiza e cria uma inteligibilidade em torno das formas que são consideradas dignas de representatividade.

Ocorre, como disse Butler (2007), um processo de reforço e permanência do sentido. Essas imagens “determinam o que será inteligivelmente humano e o que não será, o que se considerará real e o que não será considerado; estabelecem o campo ontológico no qual se pode atribuir aos corpos expressão legítima” (BUTLER, 2007, p. 29). Pautada em Butler e em face daquela realidade, movimento as seguintes questões: “Que corpos importam para serem ali reconhecidos e representados? Quais os ausentes, os abjetos corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER, 2007, p. 29)?

Rostos com sardas, silhuetas arredondadas, alguns tons de pele negra, feições com narizes largos e lábios grossos, traços da síndrome de Down, crianças em cadeiras de rodas, meninas que se identificavam com cortes de cabelo e vestuários reconhecidos ali como de meninos e vice-versa, só para citar alguns casos, não contam com atributos físicos semelhantes aos presentes nas paredes daqueles espaços de exaltação ao belo⁴¹. É importante que se diga que isso não ocorre apenas ali, mas em tantos outros ambientes e dimensões do cotidiano: nas paredes escolares, nas das lojas de vestuário infantis, nos comerciais de tevê, nos filmes de heróis e princesas, nos canais favoritos do *YouTube* e também nas características dos brinquedos massivamente presentes em lares, escolas, lojas, salões, casas dos amigos. Os brinquedos são, na esmagadora maioria dos casos, bonecas loiras de cabelos lisos e fortes heróis com cabelos curtos. Tal dado coaduna com a pesquisa realizada pela ONG Levante. O estudo apontou que apenas 7% das bonecas fabricadas no Brasil são negras (Avante, 2016)⁴².

Assim, essas crianças não lidam cotidianamente apenas com a reiteração da estética branca, magra, de cabelo liso e loira, a qual é nutrida, com vigor, por muitos espaços de embelezamento e por parte significativa da indústria estética, dos meios de comunicação de massa e dos fabricantes de brinquedos. Elas lidam de forma sistemática com as diretrizes para esquadrinhar suas aparências físicas de modo a se aproximar, ainda que minimamente,

⁴¹ Vale frisar que a discussão de Butler tem a ver com a ocupação de corpos trans e queer nas ruas e das muitas violências que esses corpos não normativos sofrem no espaço público. Guardadas as particularidades, faço aqui o diálogo da autora com a produção do embelezamento, acreditando que os efeitos da discriminação diária das corporalidades atravessa os cotidianos das crianças não só em termos de fenótipos, mas também de moralidades de gênero, classe e raça.

⁴² A pesquisa foi realizada em 2018. 762 modelos de bonecas foram analisados e somente eram negras.

do aclamado padrão⁴³. É importante destacar que a valorização da referida estética é feita num país em que 54% da população se declara preta e parda (IBGE, 2014), o que implica numa diversidade de rostos, corpos e cabelos.

Esse propalado padrão de beleza é quase inatingível, mesmo para aquelas com estética branca, magra, loira, pois as imagens estampadas nas paredes dos salões mobilizam uma combinação intensiva de recursos fotográficos (Photoshop), maquiagem, adornos, penteados, em que facilmente se flagra uma notável distância entre a fotografia e o corpo fotografado. Em suma, ao captar a disparidade entre o que se mira nas paredes dos salões e as crianças de carne e osso, reflito, inspirada em Beleli (2005), sobre “os símbolos justapostos nos ditos e não ditos que circulam em torno das imagens e dos textos e em como essa circulação sugere modelos e ações de sujeitos” (BELELI, 2005, p. 2).

A materialidade etnográfica aponta que a presença marcante dessas imagens produz sentidos e inteligibilidades com potencial para incidir na forma como as crianças com quem interagi se relacionam com os próprios cabelos e corpos. Contudo é importante que se diga que tal materialidade também desvela que as referidas imagens não são inescapáveis, uma vez que os espaços dos salões, com seus repertórios de serviços e produtos, são preenchidos diuturnamente com negociações, tensões e desejos presentes nas relações entre crianças, responsáveis e funcionários. E, nas decisões estéticas tomadas a partir do entrelaçamento dessas trocas, os salões também são espaços abertos para diferentes formas de perceber a beleza física, para experimentações, possibilidades de produção de corporeidades; e podem ser palco para a desconstrução de padrões normativos.

Após esse olhar panorâmico pelas paredes dos salões, abordo os serviços voltados aos cabelos: cortes, hidratações, penteados, tinturaria sem química, vendas de adornos e cosméticos são oferecidos para o público infantil nos cinco salões. No Salão da Deyse e no Astros e Estrelas, acrescentam-se ainda os alisamentos e a tinturaria, que envolvem química.

Tomarei como ponto de partida para a análise dos serviços voltados aos cabelos, as cenas dos cortes, pois esse serviço está vividamente presente nos cinco salões estudados, garantindo a frequência de um significativo número de crianças em suas rotinas. Além disso, como veremos a seguir, é bastante comum que, no momento do corte de cabelo, sejam apresentadas e sugeridas as demais opções de serviços estéticos, e isso ocorre desde os primeiros meses de vida da criança. Assim, conferindo centralidade às cenas de cortes, acabo mirando nos demais serviços. Em quatro dos cinco salões estudados, as cenas de cortes

⁴³ Apesar de grande parte da indústria do brinquedo, do mercado estético e cosmético voltados para as crianças cada vez mais integrarem em seus editoriais, nas propagandas e narrativas, as presenças de diferentes fenótipos, veremos nos lugares pesquisados que há grande assimetria, sendo o acesso e a representação do padrão mencionado extremamente mais recorrente. No capítulo do rosto, veremos por exemplo que a acentuada diferença de oferta e, produtos para peles brancas e negras e isso fica ainda maior quando a demanda é voltada ao público infantil.

desvelam a valorização dos cabelos lisos. Dialogaremos, nesse sentido, sobre serviços capilares que visam a esse fim, tais como as escovas e os alisamentos à base de produtos químicos. Em contrapartida, acompanharemos a desconstrução dessa hegemonia da textura lisa no Salão Encrespa. O serviço de tinturaria com ou sem química, recorrentemente oferecido às crianças no momento dos cortes de cabelo também será abordado.

Explicitado esse fio narrativo, organizo este capítulo da seguinte forma: no tópico “Do primeiro aos muitos cortes”, apresento informações mais gerais sobre como são consumidos os cortes de cabelos pelas crianças nos cinco salões estudados, primando não pelas técnicas dos cortes, mas pelas vivências e narrativas no curso do serviço. Na seção “Cortes em cena”, descrevo seis cenas de cortes de cabelos que contribuirão para aflorar ainda mais o diálogo sobre consumo e as intersecções entre gênero, raça e classe na produção do embelezamento. Por fim, somente na seção “Das tesouras, dos desejos, dos espelhos sociais: fios interpretativos”, revisito, analiticamente, as seis cenas e as outras experiências partilhadas nas seções anteriores.

3.1 DO PRIMEIRO AOS MUITOS CORTES

Não importa a forma como as crianças chegam aos salões, com os corpos ainda gelados do ar-condicionado do carro de suas famílias, ou com os rostos suados e os pés empoeirados pelas caminhadas nas ruas sem asfalto de seu bairro, elas estão, na maioria das vezes, ladeadas de suas mães e vêm cortar os cabelos. Quando as mães não estão presentes, outras mulheres assumem a função: tias, irmãs mais velhas, madrinhas, avós, babás, empregadas domésticas. Quanto menores as crianças, mais a presença de mulheres torna-se imperativa.

É bem verdade que, nos salões do Plano Piloto, não é tão raro vermos os pais presentes no momento dos cortes de cabelos de seus filhos e filhas, mas muito dificilmente estão sozinhos. Apenas quando os meninos estão ficando maiores, ali pelos 9, 10 anos, observei que esse arranjo se torna mais comum, sobretudo entre pais que são profissionais liberais com horários relativamente mais flexíveis. “Sair pra cortar os cabelos... É o passeio das cuecas”, disse-me a mãe de Bento, Lurdes, que faz, segundo ela, uma divisão de trabalho “ele vai com o Bento, eu com a Nara”.

Poucas vezes presenciei pais acompanhando sozinhos as filhas. Em uma delas se tratava de um pai recém-separado, e, em outra, de um casal homoafetivo. No Sol Nascente, era corriqueiro ver crianças chegando sozinhas para cortar suas madeixas; aliás, mirá-las assim nos fluxos do bairro é algo corriqueiro. Conversei com Deyse sobre o fato de ter visto apenas mães acompanhando seus filhos e filhas, nunca pais. Ela respondeu no ato: “Ah! Tudo ocupado demais, trabalham feito burro de carga, tem tempo pra essas coisas não. E tem os

trastes também, que é ou tudo bêbado ou tudo sumido no mundo. [...] E essa coisa de filho e salão, só mãe pra ter paciência”. Como podemos perceber, são abundantes as marcações de gênero e classe que atravessam essas chegadas⁴⁴.

Apesar das particularidades de contextos, esse fluxo de chegada das crianças aos diferentes salões para cortar os cabelos é intenso. Dialogando com Gilda, gerente e funcionária responsável pelo agendamento do salão Astros e Estrelas, obtive a seguinte informação: “a meta do número de corte do nosso salão é de mil por mês”. No Escova Mágica, a situação se assemelha, como transparece na fala de Cida, antiga funcionária: “Só num dia de sábado, eu chego a fazer uma média de 20 cortes de cabelo. Eu não paro nem pra comer. É uma loucura! Os meus colegas também não param”⁴⁵. Já Priscila, gerente do A Turma do Cabelo, vangloriou-se de que o seu salão não faz menos de 800 cortes ao mês.

Nos casos do Encrespa e Salão da Deyse, não obtive números exatos da média mensal de crianças que cortam as madeixas, mas suas falas comprovam a pungência do serviço em pauta. “Você sabe, você vê! Tem sempre uma crespinha, uma cacheadinha aqui, cortando o cabelo, cuidando dos cachinhos. E sempre vem mais e mais” (Lúcia, gerente do Encrespa). “É só você olhar meu caderno de fiado pra você ver um motão de mãe que vem cortar o cabelo das crias aqui” (Deyse).

Dito isso, vamos às particularidades dos cortes de cabelo. Começamos por aquele considerado pelas/os funcionárias/os dos salões e pelos familiares das crianças um marco: o primeiro corte. Observei que os responsáveis pelas crianças decidem o momento de fazê-lo, levando em consideração as características capilares das/os pequenas/os: “começou a embarçar”, “começou a cair nos olhos”, “começou a crescer bagunçado, um lado maior e outro menor”. Acompanhei crianças a partir dos 5 meses de vida vivenciando esse serviço. Geralmente, o primeiro corte é realizado em torno dessa idade, pois os tônus dos pescoços dos bebês ficam mais firmes. Contudo a maioria dos cortes que acompanhei foram realizados com um ano de idade ou mais. Inclusive, muitos deles ocorreram para que as crianças “fiquem belas” em sua primeira festa de aniversário. Seja a festa a ser realizada num pomposo bufê, numa mansão à beira do lago ou na sala de uma casa bem modesta.

Nos diversos primeiros cortes que acompanhei, percebi algumas crianças experienciando esse momento com tranquilidade. Muitas outras, no entanto, resistem com choros e movimentações frenéticas. Carmem, cabeleireira do A Turma do Cabelo, com larga experiência nesse ramo, explicou-me que a relutância das crianças se dá, em sua opinião, pelo fato de ser uma atividade nova na rotina delas, e também pela proximidade da tesoura, um objeto, recorrentemente, apontado como perigoso e proibido para o manuseio dos pequenos.

⁴⁴ No capítulo 6, confiro atenção à reflexão sobre os cuidados de beleza das crianças estarem sob a responsabilidade de mulheres.

⁴⁵Oliveira (2016) sobre as rotinas duras de trabalhos de profissionais nos salões.

A propósito, o referido salão veicula em sua rede social a seguinte propaganda: “Evite traumas e desconfortos no primeiro corte! Aqui o seu bebê se diverte e a segurança é garantida.” As palavras “trauma” e “segurança” já nos mostram como esse serviço pode ser tenso.

Como não foi possível conversar diretamente com crianças nessa faixa etária (entre 5 meses e 2 anos de idade) para entender as razões do desconforto, procurei ficar bem atenta às suas movimentações corporais e reações, aos seus modos de comunicar. Aliás, elas dizem muito e com todo o corpo. Apesar dos gestos afetuosos por parte dos familiares e das/os funcionárias/os na condução do serviço, incontáveis vezes observei os esforços das crianças para demonstrar a insatisfação diante daquele momento: dedinhos em riste no rumo da porta de saída; corpinhos remexendo vigorosamente para lá e para cá no colo dos pais, como se a força desse movimento pudesse mover seus cuidadores para fora do salão; perninhas duras que recusam a se dobrar para sentar na cadeira de corte, choros a plenos pulmões, mordidas nos pais, nos funcionários e nelas mesmas, unhas afiadas que sobram para todos os presentes⁴⁶.

Nos salões Escova Mágica, Astros e Estrelas e A Turma do Cabelo, quando bebês ou crianças bem pequenas chegam para o primeiro corte, logo são direcionados para as cadeiras de cabeleireiro. Como as cadeiras de corte, as capas (tecidos colocados sobre a criança para não cair fios sobre ela) também são divididas entre meninas e meninos por cores e personagens. Na maioria das vezes, copiam os vestidos das princesas ou os trajes de super-heróis. Além do material do salão, as chamadas e os estímulos proferidos pelas/os funcionárias/os para executar os cortes também estão em sintonia com essa lógica: “Mamãe, vamos atender essa princesa?!”, “Vamos, gatinha”, “E esse garotão da mamãe?”, “Vamos, príncipe. Sua vez!”. Os adjetivos “bonita/o” e “linda/o” são recorrentemente mencionados. É bastante comum que o atendimento inicie com um elogio à beleza física das crianças, o que ocorre em todos os salões visitados.

⁴⁶ No curso das cenas de primeiro corte, para refinar uma sensibilidade no olhar em relação aos bebês, lancei mão das reflexões de Gottlieb (2009), Salutto e Nascimento (2019), Tebet e Abramowicz (2018), autoras que destacam a importância de se considerar os bebês sujeitos relevantes nas pesquisas antropológicas. Nesse horizonte, as autoras sugerem justamente a necessidade de um olhar apurado sobre seus gestos, movimentos, expressões, balbucios para o entendimento de suas agências.



Figura 32 – Imagem do primeiro corte, bebê de 9 meses

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 33 – Primeiro corte em cadeira tanque de guerra

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 34 – Modelos de capas e cadeiras de corte

Fonte: Google Imagens, 2022.



Figura 35 – Capas de corte direcionadas a meninas e meninos

Fonte: Acervo da pesquisa.

Os profissionais, juntamente com os familiares, se esforçam para entreter as crianças bem pequenas durante o primeiro corte: brincando, cantarolando músicas, acalentando, mostrando objetos e brinquedos coloridos, acionando DVDs infantis, vídeos do YouTube com conteúdo variado. Isso ocorre tanto nos salões que possuem sofisticadas estações de mídia (televisão e videogame, situados na frente da cadeira de corte), como naqueles que contam somente com televisão. Nestes os pais usam os próprios celulares.

Mesmo com todos esses artifícios, é comum as crianças relutarem, chorarem, espernearem, gritarem. Quando isso acontece, há um esforço para contê-las: seja fazendo leves pressões em seus corpinhos ou segurando com alguma firmeza suas cabeças para que elas parem de se movimentar. Em conjunto com esse corpo a corpo, são proferidas frases corriqueiras em tais momentos. Partilho algumas que ouvi de pais e mães: “Calma filha! É pra ficar mais bonita!”, “Vai ficar igual à Branca de Neve!”, “Tá acabando, bebê. Só mais um pouquinho!”, “Pra quê isso, meu amor? Não precisa disso!”, “Uma moça dessas chorando?! [para criança de 2 anos]”. Nem sempre essas falas são ditas com paciência. Presenciei, algumas vezes, os responsáveis das crianças aumentando o tom de voz, se expressando com firmeza face à relutância das crianças: “Que coisa feia esse choro!”. “Pare já com isso!” “Calado! Silêncio! Tá todo mundo olhando!” “Menino não chora.” “Chorar é coisa de menininha”⁴⁷.

Vale mencionar o verdadeiro “balé” que os profissionais fazem para conseguir executar o serviço com a movimentação intensa das crianças, de modo a tornar esse momento, apesar das resistências, apazível para crianças e familiares. A partir dali inicia-se, a meu ver, um processo de disciplinamento que objetiva educar os corpos das crianças para receberem as atividades do salão. Os salões Escova Mágica, Astros e Estrelas e A Turma do Cabelo oferecem, inclusive, um “certificado de primeiro corte”, com o nome da criança, a data do serviço capilar e um espaço para colocar uma mecha de cabelo como recordação. Perguntei às/aos funcionárias/os a motivação para a emissão dos certificados: “A gente dá o diploma como uma prova de bravura por terem conseguido cortar o cabelo. É uma saga!”, “Aqui é como se fosse uma escola da beleza e tudo começa no primeiro corte”, “É uma lembrança do início da vida dos pequenos aqui no salão”, “É um jeito de estimular a criança e os pais a voltarem sempre, um mimo para nunca esquecerem o primeiro corte do cabelinho”.

Já no Encrespa e no Salão da Deyse, os primeiros cortes são feitos geralmente nos colos dos pais. Não há cadeiras de corte especializadas para crianças, mas há capas de corte com estampas e cores bem diferenciadas. Capas rosa, de flores e de oncinha contrastam com a

⁴⁷ Falas semelhantes foram ouvidas nos cinco salões. Quando as falas corresponderem a um estabelecimento específico, informarei à/ao leitora/or.

sobriedade de capas lisas, pretas e azuis. A dona do Encrespa relatou que recebe mais crianças não no primeiro corte, mas no segundo ou terceiro, pois muitos pais tentam fazê-lo em casa “para economizar grana”, e o resultado é que elas chegam ao salão com “o cabelo todo torto, difícil de arrumar”.

Até uns três anos de idade, são recorrentes cenas de primeiro corte repletas de resistências. À medida que algumas crianças vão crescendo e acumulando experiências nos salões, os choros cessam, a intimidade com os estabelecimentos é construída e, em muitas situações, o espaço passa a ser, do ponto de vista de alguns e algumas, mais prazerosos para frequentar, sobretudo aqueles ambientes que se assemelham a parques de diversões e são visitados desde o primeiro ano de vida. Acompanhei, por diversas vezes, crianças adentrando os salões com espontaneidade, socializando com a equipe de funcionários e, sem pedir permissão, acessando os brinquedos, os livros e os videogames, movimentando-se com familiaridade no espaço. Essa satisfação, por certo, não contempla a todos.

Durante o campo, notei que crianças já maiores, entre 4 e 12 anos, dirigem-se às cadeiras de corte que, convencionalmente, foram estipuladas para meninas ou meninos desde os seus primeiros passos trôpegos. As/os cabeleireiras/os também pegam as capas obedecendo a essa lógica, só muda o tamanho das capas e cadeiras, mas o estilo é basicamente igual. Os estímulos dialogados só se intensificam. Quando o menino é chamado para o corte por funcionárias/os, são comuns frases como: “Vamos ficar bonito pras namoradinhas?”, assim mesmo, no plural. Já as meninas ouvem frases do tipo: “Vamos, princesa?”.

Vale destacar algumas situações em que meninas preferem cortar os cabelos em carros ou tanques de guerra. Angélica, de 5 anos, frequentadora do Escova Mágica, quis sentar-se na moto. Sua mãe, Carmem, nutricionista, insistiu: “Angélica, essa é mais bonita, combina mais com você. Vem, Angélica!”, apontando a cadeira de corte em formato de estrela. Augusto, 4 anos, frequentador do A Turma do Cabelo, direcionou-se espontaneamente à cadeira de princesa. Seu pai o puxou pelo braço com certa força em direção ao carro, o que causou um visível constrangimento em Alessandra, a cabeleireira. Depois do atendimento, ela me disse: “essas situações acontecem de vez em quando e são complicadas, né? A gente fica sem entender o porquê da criança querer ser diferente e a gente é obrigado a respeitar o jeito que o pai ou a mãe resolve esse negócio”. Nesse dia, não foi possível interagir com o pai nem com a criança, pelo clima. Eles saíram rapidamente do salão, sem despedidas. Havia uma atmosfera de tensão no ar⁴⁸.

Nos salões Escova Mágica, A Turma do Cabelo, Astros e Estrelas e Salão da Deyse, os diversos modelos de corte, na maioria dos casos, são organizados de forma binária:

⁴⁸ Como anunciado ao leitor passada essa seção descritiva dos cinco salões, na seção “Das tesouras, dos desejos, dos espelhos sociais”, dialogaremos acerca dessa tensão que ocorre quando as crianças tentam transgredir um comportamento esperado para “uma menina” ou “um menino”.

masculinos e femininos, divisão explícita nos catálogos dos estabelecimentos. Aos meninos são destinadas as seguintes opções: *romeuzinho*, *surfista*, *militar*, *social*, *moicano*, *topete*, *corte afro masculino*⁴⁹. Essas denominações são movimentadas tanto por funcionários dos salões como por familiares. Frequentemente, no momento do atendimento, as/os cabeleireiras/os perguntam diretamente aos familiares das crianças como desejam o serviço. É comum que estes respondam mencionando um dos modelos supracitados ou expliquem, ao seu modo, como desejam as madeixas: “curto atrás, arrepiado na frente”, “raspado do lado”, “faz um topetinho”. Em diversas ocasiões, observei crianças, sobretudo acima dos 7 anos, explicarem com desenvoltura seus almejados cortes, a despeito da pergunta inicial sobre o serviço a ser realizado ser direcionada aos responsáveis.

Há situações em que a vontade das crianças e a dos seus acompanhantes acerca do tipo de corte estão em plena sintonia, em outras isso absolutamente não procede. Nesse caso, ocorrem negociações: promessas de presentes, passeios, horas liberadas para o uso da internet, tudo isso desde que a criança obedeça ao desejo de cortar aos modos do acompanhante. Apesar dos abundantes gestos de carinho registrados, presenciei muitas cenas delicadas, plenas de tensão, envolvendo choro de crianças e falas ríspidas dos adultos.

Nos salões supracitados, percebi que a maioria dos meninos foi incentivada, por familiares e por funcionárias/os do salão, a manter suas madeixas curtas, pois do contrário expressaria, em suas perspectivas, “um ar de desleixo”. Também são recorrentes os comentários, entre familiares, que expressam temor de que seus meninos sejam “confundidos” com meninas. Apesar dessas interdições, há meninos que se posicionam a favor de suas longas madeixas. Em alguns casos, lutam com afinco por elas. Seja porque sentem aversão à dinâmica de cortar o cabelo (tesoura, máquina, ida ao salão), seja porque apreciam seus longos fios, como será narrado mais adiante na cena de Alexandre.

Independentemente da razão apresentada pelos meninos para a manutenção de seus fios longos, o movimento de convencimento dos familiares costuma ser intenso e se desenha de formas diferenciadas: brigas, críticas ferrenhas, oferecimento de presentes, conselhos carinhosos. Observei que há em comum, apesar dessas diferentes estratégias de persuasão, a marcação da uma presumida masculinidade: “Cabelo grande é pra menina!”, “Curtinho fica mais bonito, mais homenzinho!”, “Assim fica estranho, filho!”, “Vai ficar tão lindo o homenzinho da mamãe”, “Vão colocar apelido na escola, você vai ver”, “Quer ser chamado de bichinha?”, “Vai sofrer *bullying*”⁵⁰.

Mas há também, embora em significativa minoria, aqueles familiares que, apesar de não estimularem a manutenção das madeixas longas dos meninos, concordam com a

⁴⁹ As descrições dos tipos de corte estão no Apêndice A, salvo quando são necessárias no corpo do texto.

⁵⁰ Na seção dedicada aos serviços voltados às pernas, refletirei sobre *bullying*.

escolha da criança. Joana, empresária, mãe de Miguel, 11 anos, frequentador do Astros e Estrelas, disse-me: “Não é o que eu gostaria, mas cada um é como é”. “Como você gostaria?” “Ah, Vanessa! Queria que ele tivesse um comportamento mais normal, como os outros meninos da idade dele. Mas o Miguel, desde pequenininho, é desse jeito aí que você tá vendo.” Ao conversar com Miguel sobre suas madeixas, ele me disse com desenvoltura: “É babado cabelão, dá pra balançar pra lá e pra cá. Eu gosto dele”, e fez um movimento com a cabeça, roçando seus longos fios nas costas.

Durante a minha permanência nos diferentes salões, raras vezes conversei com mães que aceitassem ou fizessem questão que os cabelos dos seus filhos fossem grandes. Janaína, técnica de enfermagem, assim desejava por ocasião de uma promessa pela cura do filho. A criança só cortaria o cabelo curto aos 10 anos e, depois de cortado, colocaria os fios diante da imagem do santo de sua devoção. Tiago, 9 anos, frequentador do Salão da Deyse, mantinha muito a contragosto o cabelo comprido. Completamente contrariado, desabafou comigo: “Eu entro no banheiro dos meninos e os meninos dizem que eu entrei no banheiro errado, me chamam de mulherzinha, de viadinho. Não aguento mais esse cabelo, esse *bullying!*”. A mãe gostaria que, naquela dia, o menino cortasse apenas as pontas e retirasse o cabelo dos olhos. Ele, ao contrário, sonhava com o cabelo o mais curto possível. Tocada com o depoimento de Tiago, a cabeleireira sugeriu cortar além das pontas, no ombro, todavia a vontade da mãe prevaleceu. O menino foi embora consternado, com olhar baixo e ombros caídos.

No Escova Mágica, A Turma do Cabelo, Astros e Estrelas e Salão da Deyse, os meninos de cabelos crespos são geralmente incitados não só a manter os cabelos curtos, mas a cortarem bem baixo, quase raspado, corte na “máquina 1”, conforme demonstram as falas de alguns familiares: “É melhor pesar a mão na tesoura do que deixar essa moita rolando”, “Passa a máquina 1 e pronto”, “O cabelo fica muito feio, volumoso, sem jeito!”, “Quando cresce vai ficando sem forma! A solução é passar a máquina!”, “Dá trabalho! Leva tempo demais para pentear”, “Fica muito mais fácil de cuidar assim, baixinho”. Já de funcionárias/os ouvi: “o cabelo crespo curto é mais prático, mais higiênico!”, “Dá uma organização na aparência”.

Algumas crianças de cabelos crespos acabam se alinhando a essa lógica. É o caso de Douglas, 10 anos, frequentador do Salão da Deyse, estudante de escola pública na Ceilândia: “Velho, tipo, quando cresce mando logo um boné porque fica durão, esquisitão!”. Nas veredas de Douglas, muitas crianças que não têm condições financeiras para a manutenção do corte usam bonés, como alternativa “para esconder”, “disfarçar” as madeixas em fase de crescimento. A manutenção dos cabelos crespos curtos pode ser também uma

estratégia para amenizar o risco diário de abordagem policial violenta, como veremos a seguir nas narrativas de Lúcio.

Essa imposição para o corte curto dos cabelos crespos extrapola, e muito, o ambiente do salão. As narrativas de familiares e de crianças ressaltam o sofrimento destas ao serem acusadas na escola, na vizinhança e em suas redes pessoais de “focos de piolho”. Há uma associação de cabelos crespos volumosos a descuido, desordem, falta de higiene, como discutiremos a partir da narrativa de Tânia, que será apresentada adiante. Com toda essa pressão, não são muitas as crianças com essa textura de cabelo que preservam as madeixas volumosas ou as deixam soltas.

Emanuel, 11 anos, frequentador do Escova Mágica, vai contra a corrente e mantém, com orgulho, seus cabelos grandes. Seus pais são professores de capoeira e, em suas aulas, o menino recebe o estímulo para valorizar as melenas. Em suas palavras: “Meu cabelo, minha cor, meu jogo é de quem é bom na capoeira, é a marca dos meus ancestrais lá da África. Quanto maior meu cabelo, melhor eu jogo capoeira, sabia? [...] O meu pai é mestre de capoeira, o cabelo dele é maior que o meu”. Débora, mãe de Emanuel, contou-me, com ar de indignação, que frequentemente é “assedada pra cortar os cabelos do Emanuel”. “Uma professora dele chegou a dizer que atrapalha os amigos porque o cabelo dele é alto demais.” “Falou que fica ruim do colega que se senta atrás dele enxergar o quadro.... Eu acho que é negar quem ele é, quem pode ser. Enquanto ele aceitar, o Emanuel vai tá no rolê com cabelãozão, vai colocar o *black* pra jogo. Ele se amarra!”

Ainda sobre os modelos de cortes, nas paragens do Plano Piloto, muitos meninos se inspiram nos jogadores de futebol famosos ou nos *youtubers*, e, com frequência, chegam com fotos deles para executar cortes semelhantes. Há também a modalidade do “corte com desenho”, em que se usa uma caneta capilar (uma navalha ou uma máquina específica) para fazer diversos desenhos ondas, letras, listras, figuras geométricas, símbolos de super-heróis nos cabelos dos meninos. Por essa razão, alguns retornam aos salões, pois, à medida que os cabelos crescem, o desenho perde o formato.

É importante frisar que esse retorno aos salões se dá, sobretudo, entre aqueles com maior poder de consumo, como Alex, 8 anos, frequentador do A Turma do Cabelo, estudante de escola particular no Plano. “Por que você quis cortar o cabelo como o do Neymar?”, perguntei. “Porque eu sou bom de bola e famoso que nem ele lá na minha escola!” “É mesmo? Famoso?! Me conta mais! Como é que é lá?”, tento esticar o papo. “Vêi, passa lá pra ver!”, responde Alex, e sai do salão correndo.

Nas minhas andanças no Sol Nascente, os cortes com desenhos também puderam ser observados. Encontrei um cabeleireiro reconhecido por fazer esse tipo de trabalho com a navalha em homens e meninos. Ele contou que corta mais raramente cabelos dos pequenos,

pois muitos não têm recursos financeiros. Disse-me: “Vira e mexe aparece um aqui me perturbando pra eu fazer no 0800 [de graça]”. “No Dia das Crianças, coloquei o corte a 5 reais. Choveu menino aqui com os couro [cabeça] desenhado.” Além dos jogadores de futebol, a estética do *funk* é a inspiração mais forte⁵¹, além de ídolos do pop.

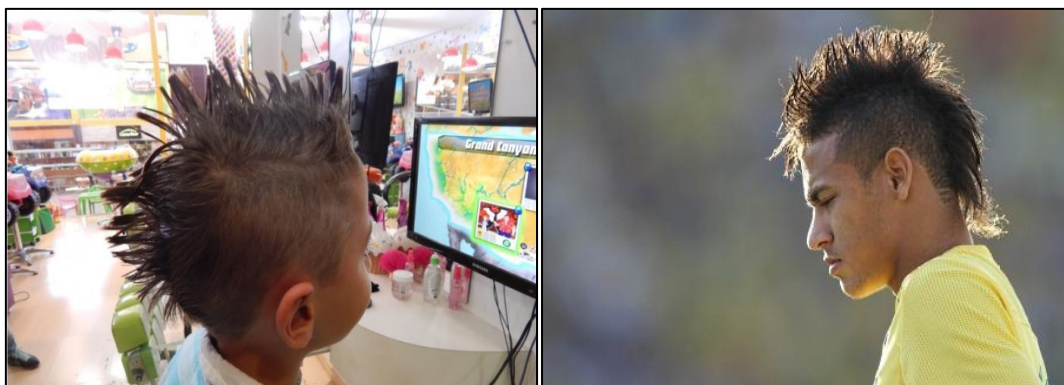


Figura 36 – Menino (esquerda) com corte inspirado no cabelo do jogador Neymar (direita)

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 37 – Criança com o símbolo do personagem Flash desenhado na cabeça

Fonte: Acervo da pesquisa.

Quanto às preferências de corte por parte das meninas, percebemos que, nos salões da Deyse, Astros e Estrelas, Escova Mágica e A Turma do Cabelo, entre as garotas de cabelos lisos, preponderaram os cortes: “das pontinhas dos cabelos”, “aparar as pontas”, “reto”, “em V” (curto na frente, longo atrás) ou “em U” (formato mais arredondado das pontas), “da franjinha”. O corte “chanel” é bastante executado, sobretudo em crianças menores, entre 2 e 6 anos de idade. É um modelo reconhecido pelos familiares como “um curto aceitável”, com os fios na altura do ombro. Geralmente, as meninas maiores, entre 7 e 12 anos, com cabelos

⁵¹ Na fase da pesquisa exploratória, conheci um salão na Estrutural, área de vulnerabilidade social de Brasília, em que o cabeleireiro narrou que cortava os cabelos de adolescentes (13 a 15 anos) do bairro nos quais os desenhos nos cabelos marcavam uma identificação do grupo. As marcações indicariam distinção e prestígio necessários para adquirirem o reconhecimento e/ou a marcação de poder e espaço entre seus pares e na própria comunidade.

lisos, são, recorrentemente, estimuladas pelos seus responsáveis e pelas equipes dos salões a “valorizar suas madeixas” e manter seus cabelos longos e hidratados⁵².

Observei que é do desejo de muitas delas ter cabelos compridos como os da maioria das princesas, artistas de televisão e *youtubers*. Às vezes, até choram na hora de cortar. No Astros e Estrelas, Eloísa, 6 anos, estudante de escola particular, incomodada com seus longos fios caindo no chão, disse para a cabeleireira, com os olhos cheios de lágrimas: “Você acabou com a minha vida”. Saiu chateada do salão porque, aos seus olhos, cortou demais os fios, e sua mãe se desculpou com a equipe pela fala da menina. Cenas permeadas por expressões de tristeza e decepção, semelhantes à de Eloísa, também compõem a rotina desses estabelecimentos.

Ao contrário, são também abundantes expressões de satisfação e orgulho por parte de crianças e familiares após o corte. É possível sentir uma alegria quase palpável em muitas meninas diante dos espelhos. Sandra, 7 anos, frequentadora do A Turma do Cabelo, estudante de escola particular, desceu sorrindo da cadeira de corte em formato de trono princesa, colocou a mão na cintura e andou elegantemente, balançando os cabelos, em pleno desfile, provocando um aplauso dos presentes e uma enxurrada de elogios: “Linda!”, “Perfeita!”, “Maravilhosa!”.

Interagi, em pesquisa, com meninas de cabelos lisos que desejam cortes curtos e, na esmagadora maioria dos casos, nos diferentes salões, esbarram com a contrariedade de seus responsáveis ou dos funcionários. “Não faz isso! Como pode querer cortar um cabelo tão bom?!”, “Todo mundo pagando caro pra ter um cabelo assim e você querendo cortar? Quem já viu isso, menina!” (falas de funcionárias do Astros e Estrelas). Muitos familiares entoam o mesmo coro. Há momentos em que agem com rispidez. Leonora, arquiteta, mãe de Fabíola de 11 anos, frequentadora do Escova Mágica, ao ouvir a filha pedindo à cabeleireira pra cortar o cabelo na nuca, afirma: “Se for pra te trazer pro salão pra você fazer merda e ficar feia você que venha só! (...) Vem quando você for grande e mandar na sua vida, tá ouvindo? Porque até o dia que eu pagar vai ser do jeito que eu quiser. Você vai ser uma menina normal”. Fabíola marejou os olhos e permaneceu calada até o final do corte definido por sua mãe. Houve um pesaroso silêncio no salão.

Diante dos apelos pela manutenção das madeixas, as meninas que não apreciam os fios longos reagem de formas diversas. Às vezes marejam os olhos como Fabíola; outras vezes manifestam um choro mais intenso. Algumas insistem em seus desejos até conseguirem. Ou questionam de forma acalorada, como é o caso de Luana, 11 anos,

⁵² Há crianças que mantêm seus cabelos longos por razões religiosas, como no caso de algumas que frequentam determinadas vertentes das igrejas evangélicas. Em campo, não cheguei a interagir com essas crianças nos estabelecimentos estudados. As/os profissionais afirmaram-me que elas demoram a ir aos salões e quando vão, buscam aqueles espaços cujos donos também integram suas igrejas.

frequentadora do Escova Mágica, estudante de escola particular: “Eu não posso mandar nem na minha cabeça? Vou cortar sim! Nem que eu corte em casa com uma tesoura cega”. Ao conversar com ela, disse-me: “Eu gosto de um cabelo rápido. Acordo, passo a mão e já posso sair, fazer o que eu quiser!”.

Quanto aos cortes em meninas de cabelos crespos e cacheados, observei que, no Escova Mágica, na Turma do Cabelo, no Astros e Estrelas e no Salão da Deyse, o modelo “em camadas”⁵³ é bastante valorizado. Nesses salões, o direcionamento é *baixar o volume, modelar, arrumar, definir, domar*, para que os fios não fiquem *armados ou rebeldes*, ou para que “fiquem mais cuidados e higiênicos”. Uma cena bastante comum é o incentivo para que elas diminuam o tamanho das madeixas, seja executando um corte mais curto, como o *chanel*, ou outro serviço que contenha seus fios, como escova ou prancha (que alisam as madeixas a partir do calor), algum penteado como coque, visando “disciplinar”, “diminuir o bagunçado do cabelo”, como expressa uma funcionária do Escova Mágica. O estímulo ao cabelo crespo solto e “natural” é feito sob uma condição: executar diariamente certos cuidados e consumir alguns serviços, como hidratações e *cortes de manutenção* para retirar pontas duplas e reforçar o corte anterior.

Rafaela, 6 anos, moradora da Asa Sul, pertencente à família com alto poder aquisitivo, vai ao Astros e Estrelas semanalmente com a mãe. Muito incentivada por esta, pratica esses serviços no intuito de “definir seus cachos”. Quando, porventura, não consegue ir ao salão, Rafaela nem quer sair de casa, pois se sente, conforme me relatou, “feia e triste e com vontade de me esconder”.

As indicações supracitadas para *arrumar, domar*, não deixar o cabelo *volumoso* não fazem a cabeça de todas as meninas de cabelos crespos nos quatro salões supracitados. Há aquelas que movimentam outras ideias e pretensões para os seus fios. Bárbara, 10 anos, cliente do A Turma do Cabelo, afirma: “Eu amo meu cabelo. Tem dias que estou de mal com ele. Normal. Mas na maioria dos dias eu me sinto a poderosa do *black*”. Ela me conta que nem sempre foi assim. Já enfrentou dias sem querer ir à escola devido às ofensas que seu cabelo sofria: “Eu achava o meu cabelo um problema. Era a única menina de cabelo crespo na minha sala. Quando eu tinha 6 anos, me chamaram de cabeça de guarda-chuva. Tinha vergonha demais. Eu comecei a ir na tia Rebeca [psicóloga] e fui aos pouquinhos gostando”.

Agora, ela não só não acolhe as críticas como considera que seu cabelo é o que a faz bonita e se engaja para que as pessoas queridas também reconheçam essa beleza em si. Sua tia madrinha, a pedido dela, foi convencida a parar de alisar o cabelo, e a mãe continua sendo desafiada por Bárbara a fazer o mesmo. Contudo a mãe revela: “Eu acho lindo, fico

⁵³ O corte em camadas é conhecido nos salões estudados como versátil, pois se adapta a todas as curvaturas de cabelos. As camadas podem feitas para diminuir ou aumentar o volume.

babando com a atitude dela, mas não tenho coragem. Tem uma geração aí mais preparada que a gente”. Bárbara não apenas provoca essa mudança em seus familiares como a movimenta no próprio salão. Um dia, depois de pintar as unhas, foi olhar os produtos ali vendidos e, sentindo-se pouco representada na prateleira, fez uma pergunta com tom incisivo, como reclame de pertencimento: “Só tem esse condicionador e xampu para cabelo crespo?”, falou, segurando os dois produtos, ladeados por muitos outros para cabelos lisos.

No momento da finalização de muitos cortes nos quatro salões supracitados, usam-se uma escova e um secador com a finalidade, quase sempre, de deixar os fios mais lisos. Procedimento feito em quem tem cabelo liso, ondulado, cacheado e, por vezes, no crespo. É comum que, desde os três anos, mais ou menos, as meninas já experimentem o calor do secador e as mãos das/os cabeleireiras/os a puxar seus fios no sentido de alisá-los. Na próxima seção, discutiremos as razões desse procedimento padrão.

No Salão da Deyse, além das escovas e pranchas, são realizados alisamentos com produto químico, as escovas progressivas. Naquela região, com a prevalência de baixo poder aquisitivo, familiares e crianças se esforçam sobremaneira para fazer esse serviço capilar, pois, embora mais caro, tem uma duração maior, entre 3 e 4 meses. Além disso, o efeito não é eliminado no contato com a água, pois modifica a estrutura do fio de forma irreversível. As clientes da Deyse, sem condições financeiras para investir cotidianamente em serviços que se desfazem, preferem a progressiva. Muitas delas voltam a repeti-la quando a raiz do cabelo cresce. Deyse costuma parcelar em suaves prestações: “Quando termina de pagar uma, já tem que fazer a outra, pois a raiz já cresceu”⁵⁴.

Ouvi de familiares, crianças e funcionários que o cabelo alisado, pranchado, é mais prático para manter “arrumado”, “mais fácil” de pentear. Escutei diversos relatos de mães, cabeleireiras, familiares e crianças sobre a dificuldade de pentear os cabelos crespos, de encontrar um profissional que acerte o corte e da intensa demanda de tempo para cuidar deles. Como podemos vislumbrar no relato de Marta sobre o cabelo de sua filha Mônica, 8 anos, frequentadora do Salão da Deyse: “Tenho que acordar de madrugada pra ir trabalhar [no Plano, como babá], ainda tá escuro. Faço comida, pego três ônibus, deixo tudo pronto. Se eu ainda for desembaraçar o cabelo dela, é certeza chegar atrasada no serviço. A patroa é chatíssima com horário, periga perder o emprego. Ela [Mônica] chega atrasada na aula, já cansou de ir sem pentear. Melhor alisar logo, facilita pra todo mundo, ela vai bonitinha pra aula”. A menina estuda numa escola pública no Plano, próxima do trabalho da mãe. Já

⁵⁴ Eis as etapas de execução da escova progressiva conforme Deyse: avaliação dos fios para verificar se estão aptos a receber o produto químico, lavagem dos cabelos com xampu para remover resíduos, aplicação do produto químico, uso de um secador e de uma prancha para alisá-lo. Pode durar de 3 a 5 horas, dependendo do tamanho do cabelo.

Mônica contou-me: “Quando tá carapinha, dói pra pentear e demora muito, até choro. Nem dá tempo, porque a gente passa o dia no ônibus. Quando tá alisado é melhor”.

A falta de tempo é uma das principais justificativas acionadas pelos familiares de baixo poder aquisitivo para alisar os fios. As suas falas apontam que a textura crespa demanda, além de “dedicação” e “trabalho”, “sacrifício do tempo”. Nesses casos, “a economia do tempo” acaba sendo uma questão vital, sobretudo para essas pessoas que possuem rotinas frenéticas de trabalho e passam horas em transportes públicos para a manutenção da sobrevivência. Nas narrativas de meninas e meninos, ouvi, além disso, queixas, sobre a dor no momento de desembaraçar os fios. Amanda, 12 anos, estudante de escola pública, frequentadora do Salão da Deyse, desabafou: “Eu não gosto do meu cabelo, só de pegar dói. É duro, é embaraçado! Minha mãe vive apressada e nunca tem paciência de pentear, nem minha irmã, nem eu. Tô alisando desde os 6 anos, mas o ruim é que a raiz num instante cresce. É caro e o cabelo vai ficando fraco”.

Escutei narrativas que apontaram, como principal motivação para o alisamento, os comentários preconceituosos em relação aos cabelos crespos, feitos em locais de sociabilidade: escolas, reuniões familiares etc. Quanto mais crespa a textura do cabelo, mais isso se intensifica. Como revela Maria Cecília, feirante, mãe de Ana, 7 anos: “A Ana chorava todo dia por causa desse cabelo dela. Nem tenho grana pra tá em salão, a Deyse sabe o sacrifício, mas a menina não queria ir pra escola de jeito nenhum! Xingavam de tudo que era nome esse cabelo dela: bombril, piaçava, miojo”. “Quem xingava?” “Os malcriados da escola, umas pestes da vizinhança também.” Conversei com Ana sobre isso: “Tocavam o terror, véi! Tipo, eu queria ficar debaixo da cama de tanta vergonha que eu tinha do meu cabelo. Aí, todo dia pedia pra minha mãe pra alisar. Uma hora ela deixou”.

Natália, 11 anos, estudante de escola pública na Ceilândia, relata diferente a reação das pessoas do convívio quando seu cabelo está alisado: “Quando meu cabelo tá crespo, todo mundo olha pra mim e manda prender, cortar, prender, cortar! Ficam fazendo perguntas bobas: Você penteia seu cabelo? Como lava esse cabelo? Posso pegar? Quando tá lisinho, ninguém diz nada... De vez em quando, fala até que é bonito”. Antes da escova progressiva, tentava manter o cabelo liso de outros modos: “Tem uma pranchinha lá em casa, mas, quando eu danço, corro, fico suada, meu cabelo faz pá! [Faz movimentos com as mãos para o alto.] A progressiva dura mais”. “Você gosta de alisar?” “Gosto do resultado! É cansativo, arde o olho, passo umas quatro horas sentada, mas vale a pena. É mais bonito assim.”

Sobre os alisamentos que sustentam diversos salões na Ceilândia, Deyse faz ressalvas: “Tem alisamento demais por aí, mas nem sempre é com produto bom⁵⁵. Já chegou aqui gente com o cabelo detonado, perdido, perto de ficar careca, pra eu salvar. Até com problema no couro cabeludo, cheio de ferida”. “Já chegaram crianças nessa situação?” “Demais! Porque tem gente que começa a alisar com 4 anos, e o cabelo tem um limite, coloca uma química pesada, quando a menina completa 6, 7 já tá detonada.” “E você alisa a partir de que idade?” “Depende, eu só aliso novinha assim se for o jeito, pra tentar ajudar, um cabelo mais complicado, mas aí eu uso um produto bom.”

Deyse define um cabelo mais complicado como “um carapinhado, duro, sofrido pra mãe e pra criança”. Sobre qual seria a razão para “ter muita gente fazendo” alisamento, ela respondeu: “As pessoas se sentem mais bonitas, mais aceitas, as meninas são bem vistas na escola, as mulheres conseguem mais emprego, namorado. A vaidade⁵⁶ do cabelo mexe com tudo, a autoestima, sabe? [...] mais prático, melhor de cuidar”.

Contudo a clientela de Deyse é composta também, apesar de menor número, de clientes que vão de encontro aos alisamentos. É possível vislumbrar crianças com cabelos com curvaturas e texturas crespas, adornadas com flores, faixas e penteados que destacam o volume. Como os de Laís, 8 anos, filha de Sabrina, que é professora de dança, militante do movimento negro e responsável por um projeto social para valorização da negritude. Com altivez, Laís contou-me: “Minha mãe disse que meu cabelo não é ruim, porque ele nunca fez mal a ninguém. Meu cabelo é bom, é lindo! [...] Eu tenho que cuidar do meu cabelo pra existir. É pra eu cuidar do meu *black* direitinho com corte, hidratação, com amor”.

Laís é cliente assídua do Salão da Deyse e, por essa razão, costuma receber descontos. Os cortes de cabelo de Laís são realizados não para contê-los, mas para colocá-los no mundo com volume e movimento. Diz Deyse:

Haja creme no cabelo dessa menina! Eu acho interessante porque, do contrário das meninas que querem alisar, ela não alisa de jeito nenhum. A mãe dela é dessa parte de valorização do povo negro. Elas gostam desses cabelões! Ela vem aqui desde pequeninha, já tá virando uma moça. Vaidosa, só sossega com o cabelo dela hidratado, definido, perfeito. Eu enrolo fio por fio com bastante hidratante.

No salão Astros e Estrelas, no coração da Asa Sul, as motivações para a realização dos alisamentos são semelhantes às aquelas ouvidas no Salão da Deyse, no coração da Ceilândia. As/os cabeleireiras/os costumam divulgar as vantagens desse serviço capilar no ato do corte.

⁵⁵ “Produto bom” é uma categoria êmica que circula os cinco salões. Pode assumir nuances variadas, desde um produto que “não faz mal à saúde”, a um produto que tenha uma composição considerada benéfica para o cabelo, “um produto que faz o que promete”.

⁵⁶ Nos diversos contextos do campo estudado, a categoria vaidade é acionada para classificar uma forte atenção dispensada aos cuidados da beleza.

Fazem isso enquanto tocam e “analisam” as melenas das crianças. A cabeleireira Rachel costuma repetir como um mantra as seguintes frases para sua clientela. “Uma progressivinha baixaria esse volume, tiraria o *frizz*, a ponta dupla, daria uma disciplinada, alinharia os fios, traria o liso perfeito”. Sempre que os membros do salão são interpelados pela clientela sobre os possíveis malefícios do produto alisante, afirmam que o uso é seguro para a saúde das crianças e que utilizam o mínimo possível de produto químico, “só para garantir o sucesso do serviço”.

Ludmila, 11 anos, estudante de escola particular, foi sensível ao mantra de Rachel: é sua cliente assídua. Faz a progressiva de três em três meses, sem falhar. Disse-me: “É cansativo ficar sentada aqui, fico com dor de cabeça, mas vale a pena o sacrifício. Meu cabelo é alto, sem forma, nunca parece que tá penteado, dói pra pentear”. Sua mãe, Cibele, advogada, também agenda a progressiva para o mesmo dia, com outra cabeleireira do Astros e Estrelas. Elas chamam esse momento de “dia das divas”.

No Salão Encrespa, nas mediações da rodoviária, o corte em camadas também é bastante utilizado, sobretudo entre as meninas. Segundo Lúcia, proprietária do salão, esse corte é o ideal porque “obedece ao desenho e à curvatura de cada cabelo. Seria um horror fazer um corte reto”. O corte *chanel* é também bastante executado nessas paragens em cabelos cacheados, com cachos mais abertos. Chamado mais especificamente de “chanel de bico”, é aconselhado também para fios mais encrespados. Segundo a gerente do salão, “é um corte mais curtinho que respeita o desenho e o volume do cabelo crespo”. Ao contrário dos outros salões, as expressões “alisamento”, “prancha” e “escovar os cabelos” são veementemente proibidas. Lá se ensina a valorizar e amar o cabelo crespo, a mantê-lo solto, o que também pede serviços especializados. Conforme a frase na página do salão em uma rede social: “O seu cabelo é bom, você é que não aprendeu a cuidar. Se ame!”⁵⁷

Os meninos, por exemplo, ao contrário do que vimos em outros salões, são estimulados a não cortarem suas madeixas “muito baixas” ou raspadas: “Eu aconselho os meninos a deixarem a cabeleira rolar, fazer um *black* poderoso, mas sempre vindo aqui para deixar tudo aprumado”, diz Lúcia. No intuito de “aprumar” os cabelos de meninos e meninas, o salão criou um programa chamado *agenda de tratamento*, que envolve *nutrição*,

⁵⁷ Por ser algo central nos salões estudados, eu trouxe os cortes para o foco da análise, mas referencio a importância de olhar para outras técnicas capilares que são imprescindíveis para discussões sobre estética, sujeitos negros e produção de identidades. Gomes (2002) chama a atenção, por exemplo, para as tranças. Ao abordar os diferentes sentidos a elas atribuídos, diz: “Nas sociedades ocidentais contemporâneas, algumas famílias negras, ao arrumarem o cabelo das crianças, sobretudo das mulheres, fazem-no na tentativa de romper com os estereótipos do negro descabelado e sujo. Tal prática explícita a existência de um estilo negro de pentear-se e adornar-se, o qual é muito diferente das crianças brancas, mesmo que estas se apresentem enfeitadas. Essas situações ilustram a estreita relação entre o negro, o cabelo e a identidade negra” (GOMES, 2002, p. 44). Santos (2013) oferece uma reflexão sobre a relação entre entrançamento e representatividade negra. No Encrespa, Lúcia manifestou o desejo de contratar uma trançista, mas isso não ocorreu no período de minha pesquisa.

restauração e hidratação. Um dos passos dessa agenda consiste na avaliação capilar, um procedimento para verificar a estrutura dos fios, sua textura e curvatura, e identificar possíveis problemas no couro cabeludo. Com essa avaliação, pode-se identificar a maneira “mais adequada” para cortá-los e “tratá-los”.

Nas paredes desse salão, há tabelas expostas que funcionam como uma espécie de recurso para explicar, sobretudo às clientes, as especificidades de seus cabelos e que servem também como guias para modelos de cortes. Lúcia detalhou: “Ao contrário da maioria dos salões da cidade, onde o cabelo crespo é apontado como ruim, difícil, trabalhoso, aqui todos os tipos da tabela são vistos como bons, só que cada um merece um tipo especial de cuidado aqui com a gente. O tipo 1 pede um cuidado, o tipo 2 pede o dobro, o tipo 3 o triplo e assim por diante, porque quanto mais crespo, mais ressecado, e é preciso mais atenção. A tabela é um guia pra cliente entender o tipo de crespo, de cacheado que ela tem”. Notemos que a tabela (Figura 38) apresenta uma gradação, uma hierarquia entre texturas, curvaturas dos cabelos crespos. Aqueles que têm *balanço* são mais valorizados, ocupam as primeiras posições.

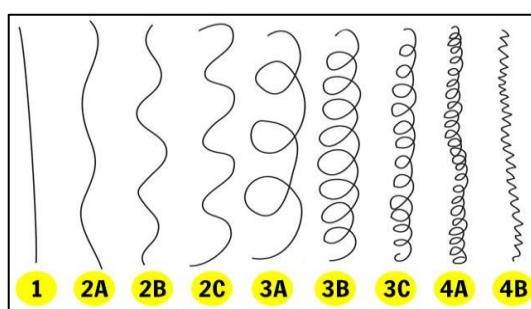


Figura 38 – Tipos de fios de cabelo

Fonte: Google Imagens, 2022.



Figura 39 – Fotos de atrizes com cada tipo cabelo

Fonte: Google Imagens, 2022.

Em diversas idas ao Encrespa, vislumbrei crianças interagindo com essas tabelas. Interessadas em saber detalhes sobre o tipo de seus cabelos, teciam comentários sobre a beleza das modelos e atrizes ali representadas, indagando, inclusive, se poderiam transformar

suas próprias madeixas em outro tipo que julgavam mais bonito. Como resposta, encontravam, por parte das profissionais, todas mulheres negras, palavras carinhosas destinadas a suscitar nelas a valorização dos seus próprios fios, de suas belezas, e dicas de produtos e serviços ali disponíveis para esse intento.

As narrativas apontam que crianças e familiares frequentemente chegavam ao salão sem saber ao certo como manter e cuidar de seus cabelos crespos, no sentido de valorizá-los naquela forma, uma vez que aprenderam em suas trajetórias apenas a prendê-los, cortá-los curtos ou alisá-los. Ao contrário do costume, naquele espaço os cabelos não são alvo de comentários pejorativos, não são chamados de *ruins*. As crianças recebem a orientação de que os cabelos crespos existem para ter viço, volume e aceitação. Jamais devem ser presos ou alisados, senão ostentados. Tal movimento ressoa muito além dos cabelos, nas ideias e na visão que algumas crianças têm sobre o próprio corpo. As modelos e atrizes negras são reverenciadas nas paredes, nas embalagens dos produtos, citadas nos discursos, embora nenhuma dessas referências fosse gorda ou de baixa estatura, e mulheres consideradas *morenas* fossem mais elogiadas por suas belezas que as mulheres com tons de pele mais escuros.

Rejane, 10 anos, estudante de escola pública, moradora do Gama, falou sobre essa transformação nos fios e nas ideias após frequentar o Encrespa:

O meu é o 4C. Achava ele ruim, doía pra pentear, alisava sempre. Vivia implorando à minha mãe pra alisar. Ainda bem que encontrei a tia Lúcia. Tudo mudou! Aprendi aqui que o meu cabelo é bonito, que eu tenho que amar meu cabelo, e que eu sou toda bonita. Tô podendo! Queria vir toda semana pra cá e trazer a minha melhor amiga. Só não venho porque é longe da minha casa, minha mãe tem muita conta pra pagar, mas a tia Lúcia é boazinha, divide no cartão e faz desconto.

Algumas meninas chegam aos salões com cabelos que passaram por vários alisamentos químicos; e, assim, os fios ficaram danificados, quebrados e em forte processo de queda. Como solução, o Salão Encrespa oferece o serviço de *transição capilar*⁵⁸, mas, quando o cabelo está em situação mais delicada, é preciso recorrer a outras técnicas, como o *big chop*⁵⁹. Essa técnica é uma experiência de dor para algumas daquelas com quem conversei, e são recorrentes depoimentos que ressaltam os dissabores de cortar o cabelo tão curto, sobretudo porque elas se tornam alvos de estranhamentos, ofensas e rejeições em espaços de sociabilidade.

Um aspecto muito mencionado em decorrência do *big chop* é a ansiedade quanto ao tempo de espera pelo crescimento do cabelo. Outro é as meninas serem tachadas de

⁵⁸ Técnica que procura recuperar a forma, o tipo e a textura das madeixas antes dos procedimentos químicos.

⁵⁹ Também conhecido como “corte drástico”, técnica em que o cabelo é cortado bem rente ao couro cabeludo com a finalidade de eliminar toda a química e retirar as pontas alisadas.

“masculinas”, algo, recorrentemente, citado em seus depoimentos, destacando o incômodo ao serem chamadas de “menino” devido ao corte curto. Isso foi evidenciado, por exemplo, na fala de Taís, 8 anos, estudante de escola pública no Paranoá e frequentadora do Encrespa: “Ninguém queria brincar comigo. Ficavam me chamando de feia, de Joãozinho!” “Quem chamava, Taís?” “As meninas, os meninos da minha sala, das outras salas também. Tipo, fiquei arrasada! Eu só voltei pra escola porque minha mãe me levava arrastada. A professora foi legal, obrigou eles a pararem. Ficou do meu lado todo o tempo. Fiquei muito tempo chateada, o meu cabelo custou séculos pra crescer. Foi triste.”

Taís alisava os cabelos desde os 4 anos, pois sua mãe considerava seu cabelo “ruim” e difícil de cuidar. Quando ela chegou ao Encrespa, estava sofrendo de forte processo de queda capilar e, como afirmou a cabeleireira Lúcia, “O cabelo dela tava irreversível. Praticamente teve que raspar [...]. Além dos danos nos fios, o couro cabeludo estava comido por feridas, a pele e os olhos com muita reação alérgica devido à química”. Regina, mãe de Taís, contou que “[o] médico do posto mandou parar de alisar”. Esse caso não é isolado. Entre quem realiza com frequência alisamentos com química, são comuns as queixas em relação a alergia, feridas no couro cabeludo e queda capilar.

Também Francisca, 11 anos, estudante de escola particular em Taguatinga, realizou o *big chop* no Encrespa e compartilhou, emocionada, sua experiência: “Fiquei quase careca! Quase raspei o cabelo, chorei demais, três dias. Nem queria sair de casa, ir pra escola, nada. Queria morrer. Mas ainda bem que o cabelo tá crescendo, e quando tiver grande vou só fazer *fitagem*”⁶⁰. Sobre as razões para seus inúmeros alisamentos, ela foi categórica: “Na escola era *bullying* todo dia, era cabelo de bucha pra cá e cabelo de bucha pra lá. Meu cabelo vivia preso”. Embora haja essa motivação, tanto Francisca quanto Taís fizeram a transição capilar apenas por questões de saúde ou financeiras.

Contudo nem só de dor são tecidos os relatos sobre o *big chop*. Foram ressaltados sentimentos como coragem, enfrentamento, orgulho por conseguir desapegar do cabelo alisado, ou mesmo de liberdade de se reencontrar com a textura “natural”. Rita, também frequentadora do Encrespa, resolveu fazer a transição aos 12 anos, porque “aprendeu a adorar os seus cachos poderosos”. Paula, sua mãe e militante feminista, sempre fala de “cabelo negro e do posicionamento político”, de “empoderamento”, da afirmação da identidade negra, e ministra palestras sobre o tema. Ela me relatou que dá à filha “bonecas negras, com cabelo negro, porque ela tem que se ver na boneca, no desenho animado, em tudo, e tem que se ver como a menina linda que ela é”. Sobre o *big chop*, conta Rita:

⁶⁰ A *fitagem* é uma técnica bastante utilizada nesse estabelecimento. Trata-se de uma espécie de hidratação do cabelo, que, depois de hidratado, é enrolado fio a fio com os dedos para definir cada cacho. O procedimento pode durar de duas a quatro horas, dependendo do tamanho das madeixas.

Quando fiz minha transição, eu senti medo, porque zero pessoas na minha escola me apoiaram, zero pessoas na minha quadra, zero pessoas da minha família. Só minha mãe mesmo me apoiou. Foi complicado esperar o cabelo crescer, mas cresceu e fiquei maravilhosa. Eu não me arrependo, foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida. Hoje todo mundo acha o meu cabelo lindo. Até acho chato, porque tem gente que quer pegar pra ver como é. Eu sempre falo pra outras meninas pra não ficar escrava da escova e nem da prancha, da progressiva.

Rita passou a ser uma das representantes do Encrespa nas redes sociais do salão. Nesse sentido, é comum, nas redes sociais dos cinco estabelecimentos pesquisados, a divulgação de fotos das crianças no momento do corte de cabelo, o que evidencia o intenso estímulo ao consumo que é feito a cada corte realizado. Há fotos dos cortes e penteados das meninas com frases exaltando a sua beleza, tais como: “Princesa em sua *time line*. Linda!”. As fotos das meninas geralmente são acompanhadas por legendas como: “Lindo corte para deixar a sua princesinha estilosa!” Já nas fotos dos meninos, são recorrentes legendas como: “Porque todo menino é um super-herói!”.

Nas redes sociais dos salões, são divulgados produtos e serviços comercializados em cada estabelecimento. No Salão da Deyse, encontrei revistas da Avon e da Natura, nas quais há linhas específicas de cosméticos para crianças. O Encrespa tem uma variedade de produtos voltados para cabelos crespos e cacheados, que priorizam em suas embalagens as imagens de meninas negras. Nos demais salões, vendem-se cosméticos infantis, adornos e toda sorte de acessórios para crianças. Sabe-se que o mercado de produtos para cabelos e peles negras cresceu nos últimos anos no país. Porém, nos salões A Turma do Cabelo, Escova Mágica e Astros e Estrelas, em termos de quantidade, há uma assimetria significativa entre xampus e condicionadores para cabelos lisos e crespos.

No momento do corte de cabelo, tão abundante quanto a oferta de produtos é a oferta de serviços, como penteados, hidratações e coloração, sendo que esta última, em particular, “virou uma febre entre os pequenos”, como afirmou Alessandra, cabeleireira do salão A Turma do Cabelo. Essa é uma prática considerável entre meninas e meninos de diversas classes sociais, entre 4 e 12 anos. Muitas crianças têm como principal motivação personagens de filmes e desenhos, além de protagonistas de novelas.

As madeixas coloridas passaram a ser um bilhete de pertencimento. Rosa, por exemplo, que é mãe de Olga, 4 anos, acredita que “a infância é um tempo de colorir, de ousar, de poder fazer as coisas sem grilos”. No entanto, ainda que também motivados pelo “todo mundo na escola tá fazendo”, esses coloridos muitas vezes foram arduamente negociados entre crianças e familiares, como explicita a professora Gisele, mãe de Flor, 7 anos, estudante de escola particular e frequentadora do Astros e Estrelas: “Eu achava muito extravagante essa moda e morria de medo de acabar com o cabelo dela, mas a menina é fogo, me pedia todos os

dias! Todos os dias era um deixa mãe, deixa mãe, deixa mãe! Fui vencida pelo cansaço! Primeiro liberei apenas uma mecha, depois as pontas e agora ela é toda pintada, parece um pônei”.

Já Paulo, de 10 anos, estudante de escola particular e frequentador do Escova Mágica, buscou apoio em sua mãe para convencer o pai de que pintar o cabelo “é coisa de menino”. Mãe e filho mostraram ao pai vídeos do *youtuber* Felipe Neto e fotos de outros colegas da escola que aderiram ao colorido. O pai concordou e elegeu o azul, certamente na crença de que a cor garantiria que aquele serviço fosse de fato “de menino”.

Essa resistência à coloração também pode ser explicada pelo uso de produtos que podem ser agressivos ao cabelo ou à própria saúde da criança. Embora algumas colorações sejam feitas com spray, no Salão da Deyse e no Astros e Estrelas há crianças que passam por um processo de coloração mais intenso, utilizando água oxigenada para abrir a cutícula dos fios e um descolorante, capaz de remover a cor natural, para depois aplicar uma tinta mais duradoura. Os dois salões também ofertam “luzes”, técnica para clarear e iluminar os cabelos em mechas finas com água oxigenada e pó descolorante. Em luzes sendo feitas em meninas de 8 a 10 anos, é comum ouvir que “as luzes iluminam o rosto”. Havia crianças, sobretudo as com menos recursos financeiros, desenvolvendo táticas para colorir os cabelos, tais como o uso de papel crepom e violeta genciana.

Muitos familiares temem que esses procedimentos danifiquem os cabelos das crianças ou causem problemas de saúde, como alergias. Entretanto, nos próprios salões, os adultos são, por vezes, convencidos de que é possível usar pouco produto ou evitar o contato com o couro cabeludo, realizando assim o desejo das crianças sem prejudicar a saúde. De fato, vi um considerável número de meninas e meninos, entre 4 e 12 anos, de diferentes classes sociais, saindo das cadeiras de corte, ostentando sorrisos ao exibirem suas melenas azuis, verdes, roxas, alaranjadas, vermelhas etc.



Figura 40 – Criança fazendo luzes

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 41 –Coloração à base de spray

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 42 – Cabelos tingidos

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 43 – Cabelos tingidos

Fonte: Acervo da pesquisa.

Geralmente, quando as crianças com cabelos coloridos chegam aos salões, ainda que seja apenas para um novo corte, são oferecidos serviços para retocar o colorido e cuidar da saúde das melenas tingidas, como hidratações e cosméticos para evitar o ressecamento e a queda dos fios. Para dar densidade à discussão, vejamos todas essas nuances em movimento, em cenas etnográficas em torno dos cortes.

3.2 CORTES EM CENAS

Nesta seção, partilharei sete cenas de cortes de cabelo que contribuirão para embasar o debate, que virá a seguir, sobre consumo e intersecções de gênero, raça e classe na produção do embelezamento. Por meio dessas cenas a/o leitora/or poderá perceber, de forma mais detalhada, as movimentações das crianças no campo estudado.

a) Cena 1 – O cabelo que atrapalha o jogo (Salão da Deyse)

Alice adentra o salão com a camisa do Flamengo, bermuda e chinela. Tem 12 anos, cabelos e olhos castanhos e um jeito “despachado”. A mãe, vendedora de cosméticos da Natura, chega pingando de suor. Aparentemente irritada, cumprimenta a dona do salão e diz: “Trouxe a teimosinha!” Alice revira os olhos, numa expressão de descontentamento. A mãe, com tom impaciente, diz: “Olha, Deyse! Quer cortar o cabelo bem curtim, igual de homem... Já viu essa moda?” E segue dizendo: “Não tô entendendo essa arrumação. Uma falta de vaidade total”. Alice cruza os braços e enche as bochechas de ar. Deyse diz num tom suave: “Ai, Alice, quantas meninas vêm aqui pra alisar. Tudo sonhando pra ter um cabelo como o seu. Um cabelo lindo desse.” Toca o cabelo da menina e continua: “Liso, pesado, brilhoso, olha! Você tem certeza que quer cortar?” Alice diz firmemente: “Por mim cortava aqui” e aponta para a nuca com duas mãos num gesto incisivo. “Tá doida, Alice? Deyse, tira quatro dedos e é pra ser feliz”, responde a mãe. A menina retruca na hora: “Tira dez. Eu sinto muito calor, tia”. Deyse diz: “Senta, Alice.” A cabeleireira seguiu as orientações da mãe, que olhava

os cabelos da filha caírem ao chão, e a menina visivelmente incomodada. Enquanto a mãe de Alice acertava o pagamento com Deyse, me aproximei e perguntei: “Percebi que a Deyse e a sua mãe sugeriram deixar seu cabelo grande. O que você achou?” Alice respondeu: “Ah, cabelo grande dá muito calor e atrapalha na hora do jogo.” “O que você joga?” “Futebol feminino, mas meus pais não gostam muito.” Digo a ela que admiro muito meninas que jogam. A mãe de Alice interrompe nossa conversa e diz que precisa ir embora, porque está atrasada.

b) Cena 2 – Cliente desde o primeiro corte (Escova Mágica)

A menina é Larissa, 5 anos, estudante de escola particular, cabelos loiros e longos, olhos verdes, vestido lilás. É cliente assídua, adentra o salão com desenvoltura e é cercada de elogios a sua beleza e vestimenta. Depois de ter o cabelo lavado, acomoda-se confortavelmente na cadeira para iniciar o corte. Toca as madeixas e adverte: “Tia, corta só as pontinhas!”. A profissional ri. Antes mesmo de a cabeleireira iniciar o trabalho, a menina pergunta: “Posso fazer as unhas, mamãe?” A mãe, proprietária de uma loja de roupas, responde sorrindo: “Larissa, Larissa!”. A manicura, de pronto, emenda: “Opa! Hoje é dia de promoção mãe e filha!”. “Tá, Larissa!”, fala a mãe. “Que cor você quer?”, pergunta a manicura. “Laranja”, diz a menina. A profissional responde: “Vai ficar show!”. Assim, Larissa, ao mesmo tempo, tem uma profissional cortando os cabelos, outra fazendo as unhas. Ao terminar, ela recebe mais elogios e um pirulito. Sopra os dedinhos para secar o esmalte. Enquanto sua mãe faz as unhas, ela caminha no salão em direção a uma parede repleta de adornos e laços. Aproximo-me, abaixo meu corpo para ficar com o rosto na altura do dela e indago: “Por que você quis pintar as unhas, Larissa?” Como se a resposta fosse óbvia, a menina diz: “Para ficar bonita, ora!”. Na saída, a cabeleireira me fala: “Essa aí é cliente desde o primeiro corte. Puxou a vaidade da mãe, filha de peixe...”.

c) Cena 3 – “Daqui a pouco tá querendo fazer a barba e pedir uma gela” (Escova Mágica)

Antônio, 6 anos, cabelo liso, olhos verdes, exibe um topete com a nuca raspadinha recém finalizado. O cabeleireiro retira a capa de corte do Batman, o que revela a sobreposição de heróis, pois a camisa do menino estampava o Homem Aranha, fazendo conjunto com short preto e sapato de uma famosa marca de tênis esportivos. Seu pai o acompanhou durante todo corte. Ao final, diz: “Ficou bonito, filhão. Agora é a vez do papai”. Os dois se dirigem à

barbearia que fica ao lado do Escova Mágica, pertencente ao mesmo dono do salão infantil. Antônio adentra com o pai naquele espaço de decoração *vintage*, cuja ambientação remete a símbolos de velocidade e trânsito, com ares de *pub* e permeada por *pin-ups* em todas as poses possíveis e inimagináveis. Por ali, um cliente folheando uma revista de carro. Há muitas à disposição, assim como revistas *Sexy*. Marcos, o cabeleireiro, recebe os dois com um sorriso largo e se dirige logo a Antônio: “E aí? Cabelo cortado! Ficou irado!” O pai de Antônio acomoda-se em uma das cadeiras de corte. Antônio também escolhe uma que é giratória e começa a rodopiar. O pai de Antônio olha para o menino e comenta com Marcos: “Ele queria cortar o cabelo aqui! Daqui a pouco tá querendo fazer a barba e pedir uma gela [risos do pai e do funcionário].” O menino continua a rodar na cadeira e, ao perceber os risos, para de rodar, bate as duas mãos nos braços da cadeira e encara os adultos. O pai corta o cabelo, modelo militar, enquanto Antônio aguarda. Quando acaba o corte, Marcos chama o menino e diz: “Senta aqui, garotão, na mesma cadeira em que o pai cortou o cabelo”. Ele coloca a capa de corte preta, a mesma colocada nos adultos, pega uma espécie de gel, da linha “macho alfa”, e passa no cabelo do menino. Antônio sorri, orgulhoso. O pai celebra: “Uau, cara! Bonitão! Bate aqui!” Pai e filho saem com ar orgulhoso da barbearia. Cumplicidade da partilha do enlace com a masculinidade.

d) Cena 4 – As luzes de Alexandre (A Turma do Cabelo)

Ao entrarem no salão, o par de tênis de *led* brilha a cada passo e a camisa branca anuncia, com letras pretas garrafais: “Sextou!”. Um short jeans completa o visual naquela terça-feira. É Alexandre, 10 anos, com seus cabelos castanhos, lisos e compridos (diga-se de passagem, mantidos compridos por seu engajamento desde pequeno). Hoje veio cortar as pontas e fazer mechas coloridas. A cor da vez é o vermelho; mas, em outros dias, foram o azul, o roxo e até o laranja. Luciana, a cabeleireira, começa a lavar o cabelo dele. A mãe, Simone, comenta contrariada: “Eu não aguento mais essa tinta manchando minhas coisas, travesseiros, lençol, roupa. Não é ele quem lava!”. “É só liberar as luzes!” retruca Alexandre. “Luzes, Alexandre! Só se for pro teu pai te dar uma surra e arrancar esse cabelo de vez. Nunca vi! Que invenção”. A cabeleireira se dirige a mim. “Olha, esse aqui, desde pequeno é um apego com esse cabelo! Sempre chorou na hora de cortar, quando era pequeno cortava à força. Agora que tá esse rapazão que já sabe o que quer.” Alexandre aponta com as duas mãos para os cabelos e diz: “Deus vai mandar um cabelo desse pra ser cortado?! É ruim, heim!” Sai do lavatório e se senta na cadeira de corte. Pede o celular que está na bolsa da mãe. Ela responde: “Ô, vício!” e entrega o celular a contragosto. A mãe respira, pega um café e uma revista, senta-se. Aproveito o ensejo, aproximo-me e trato de explicar o metiê. Pergunto se

posso conversar com Alexandre. Ela me diz irritada: “Ele não pode ter mais coisas pra se distrair! Tá impossível. Nessa agitação aí, direto! Melhor não, ele tá muito sem tempo. Tem que se dedicar aos estudos e só quer saber de celular, de festa”. Pergunto se posso pelo menos contar as cenas que vi e garanto que não vou expor os nomes deles. Ela diz que sim, com um jeito de quem queria dizer não. Abre a revista, fechando-se para mim. Nesse ínterim, Alexandre tem seus cabelos cortados, só as pontinhas, como de sua preferência. Em seguida, as mechas vermelhas começam a ser feitas. Nesse momento, Alexandre chama a atenção de Luciana: “Pode colocar mais brilho, viu, senhora? Um brilho na estrela”. Todos sorriem, menos a mãe. Ao fim do serviço, pergunto: “Alexandre, as mechas são para alguma ocasião especial?” Ele me responde: “*Look* básico, fofa!” “Ah! Como seria um *look* de festa, Alê?” A mãe de Alexandre nos interrompe e diz: “Vamos, vamos, Alexandre”. Ele sai sem responder, sextando em plena terça-feira. Luciana, sem que eu perguntasse, comenta que o pai de Alexandre vai acabar se separando da mãe porque “se incomoda com esse jeito do menino e coloca a culpa nela por ele ser assim.” “Ela não dá freio, sabe? Desde pequeno é assim.” Eu apenas respondo: “Sei.” Ela continua: “O cara é machão, não deixa ela nem trabalhar por ciúmes. Imagina a confusão por causa desse garoto.” O pai querendo um corte militar e ele querendo luzes. O fluxo do salão continua e Luciana se dirige ao próximo atendimento.

e) Cena 5 – “Pra não dar sugesta” (Salão da Deyse)

Ao entrar no salão, o olhar dele me impactou. Um olhar profundo, de alguém que carregava uma bagagem de muitos e muitos anos. Uma criança com ar de cansaço. Lúcio, 12 anos, negro, alto, usava um boné do Flamengo, camisa desbotada com escritos em inglês, uma bermuda florida de tadel. A estatura também o fazia aparentar mais idade. Antes de falar qualquer coisa, o menino tirou o boné, revelando o cabelo volumoso, crespo. Em seguida, jogou-se na cadeira de corte como se quisesse apaziguar o cansaço da caminhada, denunciada pela sandália havaiana encardida e suja de barro das ruas dali. Deyse diz: “Lúcio, meu filho, resolveu? Sua mãe disse que você vinha semana retrasada. Ela tava agoniada com esse cabelão. Tá bonito não, heim?” O menino responde: “Ah, sabe como é a dona encrenca. Por ela eu raspava, né?” Deyse retruca: “Respeita tua mãe, menino! Ela se preocupa, Lúcio. Você sabe que pode dar problema.” Ele olha para baixo, suspira e faz silêncio. Deyse, impacientada, diz: “E aí, menino? Tô apressada! Tenho cliente já, já! Como vai ser?” A resposta vem em tom desanimado: “Ah, véi! Fazer o quê? Corta aí, tia, do jeito lá dela [da mãe]”. E assim foi feito. Lúcio fixou aquele olhar diante do espelho e não falou mais nada enquanto seus cabelos caíam ao chão. Depois da tesoura, a máquina 1. O cabelo ficou quase raspado. Se aquele corte correspondia “ao jeito da sua mãe”, qual seria o jeito dele? Pergunto

a ele: “Ouvi que você cortou como sua mãe gostaria. E como você gostaria?” “Mais ou menos como tava.” “Por que ela quer que você corte?” “É treta! Dá sugesta pros cana [polícia].” “Como assim, Lúcio?” “Neguim não pode tá flagratoso. Tem que andar nos panos, cabelo baixo, sem roupa escura, sem nada. Já chegam batendo, encostando na parede, é cabuloso! Aziladim pra bater, pra prender.” “Isso aconteceu com você, ou com outros amigos?” “Comigo não. Rolou com os chegados, aconteceu com o Carlim, meu irmão.” “E como você encara isso?” “É lenda pra caralho, mas fazer o quê? Mas, eu tô de boa. Num pago pau pra esses zé ruela nem fudendo.” “Olha a boca suja, Lúcio!”, Deyse repreende. Lúcio continua: “A coroa é grilada com os canas. Eu tô de boa!” Deyse conta que a polícia anda muito agressiva: “Se tem piercing, implica. Se tem tatuagem, implica. Se o menino tem cabelo grande, implica. E se é preto, implica. Primeiro eles batem e depois eles veem em quem estão batendo.” Conta também que Marlene cria os filhos sozinha, dois meninos e uma menina. Em outra ocasião, depois de uma longa conversa com Lúcio, descobri que, desde pequenininho, ele faz pequenos bicos para ajudar a família, entre eles o de vender frutas nos sinais de trânsito. Isso me fez compreender aquele olhar profundo, de alguém que carregava uma bagagem de muitos e muitos anos.

f) Cena 6 – Piolho na mesa (Encrespa)

Tânia, 8 anos, cabelos crespos e soltos, ornados com uma rosa, floresceu o encrespa assim que entrou, com seu vestido amarelo como o ipê da estação. Falante, espontânea, alegre, chamando todo mundo pra conversa. Neide, a cabeleireira, sorri e diz, ao vê-la: “Chegou chegando, hein Tânia?” A mãe, Maíra, assistente social, com um ar contido, apenas acompanha os movimentos da menina. Antes de ser convidada, Tânia se encaminha ao lavatório e Neide começa a lavar seu cabelo, como se fosse uma dança em que cada uma conhece a coreografia. “Como vai a escola, Tânia?”, pergunta Neide. “Você não vai acreditar no que aconteceu essa semana! A Letícia, aquela, colocou um piolho na minha mesa e disse pra todo mundo que era meu! Acredita?” Neide olha para a mãe de Tânia, balança a cabeça e diz, admirada: “Gente! E o que você fez?!” Tânia diz altiva: “Eu me defendi. Disse que não era meu! Ela disse que era, que meu cabelo é sujo porque eu sou preta”. Neide continua: “Foi mesmo? E a professora não fez nada?” “Levou nós duas para a sala da coordenação. A coordenadora abriu os nossos cabelos. E era ela que tava com piolho.” A mãe diz, com ar indignado: “Na primeira oportunidade, eu vou tirar ela dessa escola. É perto de casa, mas ali não tem um trabalho sério de conscientização sobre *bullying*, sobre racismo. Não é só ela que passa por isso. Um absurdo completo. Já cansei de reclamar! Essa Letícia vive aprontando e não tem um acompanhamento que faça ela parar.” Neide, que ainda lava o cabelo da menina,

pergunta: “O que aconteceu com ela? Você ficou com vergonha?” Tânia diz: “Chamaram os pais dela pra conversar. Eu fiquei chateada, mas me defendi, pedi respeito”. Lúcia, a dona do salão, chega nesse momento. Toda a história foi repetida por Neide. Lúcia diz: “Ô, Meu Deus! Neide! Passe um creme de hidratação especial nessa princesa linda.” A dona do salão olha fixamente pra menina e diz: “Você sabe que você é linda, né? Que você tem que cuidar da sua beleza! Seu cabelo é maravilhoso! Deixa isso pra lá!” Dirige o olhar para a mãe da menina e diz: “A hidratação vai ficar por nossa conta.” A menina ganha a massagem. Seu cabelo primeiro é secado com um difusor, somente depois cortado. O corte de manutenção retira as pontas duplas. Neide reforça os cachos amassando com as mãos. Ao final, ao conversar com Tânia, afirma: “Eu ouvi toda a história. Você agiu com tanta firmeza, de cabeça erguida.” “Eu chorava só quando eu era pequena, mas me libertei. Tem gente branca que não aprende a aceitar que todo mundo tem seu jeito, sua cor, sua forma de ser. A Letícia me odeia. Ainda bem que eu tenho a Ester, minha melhor amiga de todos os tempos. Ela fica sempre do meu lado”. Máira apressa a menina, que ainda tem que passar em casa, trocar a roupa e ir para a aula. Antes de ir, Neide bate uma foto de Tânia segurando o novo creme de hidratação. Em poucos minutos, Tânia está no Facebook e no Instagram do salão com o sorriso de quem ama seu cabelo e sabe se defender.

3.3 DAS TESOURAS, DOS DESEJOS, DOS ESPELHOS SOCIAIS: FIOS INTERPRETATIVOS

No exercício intensivo de observar, nas mais diferentes veredas, os cortes de cabelo, percebi e senti o forte potencial dessa prática corporal para comunicar as histórias de vida não só das crianças com quem interagi, mas também de seus familiares. Cortar os cabelos é uma prática corporal que atravessa a trajetória de todos ali envolvidos, por mais diversas que sejam suas idades e horizontes. O momento do corte desvela, portanto, detalhes das tessituras das relações entre crianças e adultos e isso se expressa de forma complexa e multifacetada.

Cortar o cabelo pode significar uma projeção: “cortar o cabelo parecido com o pai”, “fazer o corte que a mãe acha certo”, “manter-se bela como a mãe”, “aparar os fios para ir à festa da família”. Cortar o cabelo pode ser uma estratégia para se adaptar, enquadrar em determinadas expectativas e grupos. Pode ser uma ponte para diversas práticas de consumo. Pode também ser um dispositivo disciplinador, um modo de ditar o que se entende por certo e errado. Cortar o cabelo pode se transformar numa arena de luta, pois também se cortam os cabelos para não desistir de desejar ser, para criar mais espaço dentro de si, para lutar por suas próprias questões e desejos, para amaciar as durezas do mundo, aquietar um pouco a vida, pedir licença para existir. Um corte pode ser terreno para florescimentos, como aprender a amar a própria pele e os próprios fios. Pensemos então, o que comunicam, o que revelam os

modos particulares de nominar, classificar, tratar, manusear e perceber os cabelos nos contextos estudados⁶¹.

Na observação dos cortes de cabelo, a pesquisa de campo evidenciou que, no cotidiano da maioria dos salões, seja no Plano ou no Sol Nascente, há uma nítida valorização de um determinado padrão estético, que exalta cabelos lisos, além de um corpo magro. O Encrespa, ao contrário, valoriza o cabelo crespo, mas integra nesse movimento a necessidade dele ser *tratado*, *nutrido* e *hidratado*. Há, portanto, um intenso trabalho social e investimento financeiro para que as madeixas permaneçam ao *natural*. O estudo apontou também que, nos cinco salões mencionados, aparece de forma marcante uma diferença dicotômica de gênero no modo de perceber a beleza corporal. Os gestos que embelezam as meninas são muito diferentes daqueles direcionados aos meninos. Isso pode ser observado na própria identidade visual dos locais, nas cadeiras e capas de corte, nas cartelas de serviços, nos discursos mobilizados pelos funcionários e frequentadores, na forma como os cortes são nominados e em muitos outros detalhes que dão vida àqueles cotidianos.

Contudo engajo-me, em não tomar essa marcação binária de forma apriorística, como horizonte de análise. Busco, especialmente, compreender as tensões, contradições, rupturas e deslocamentos que a entremeiam. Nesse movimento, aos modos de Butler (2014), gênero é compreendido como “o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato onde essas noções são desconstruídas e desnaturalizadas” (BLUTER, 2014, p. 253). Dito isso, empenho-me em mostrar como, nos salões, os corpos de crianças e adultos são percebidos e classificados em função de certos critérios estéticos, em que a beleza é representada como um dever, que se dá de forma particular, no entrelaçamento de fatores de gênero, classe, raça e geração. A dinâmica da pesquisa, também aponta que os salões, em meio as trocas e negociações entorno dos serviços da beleza, podem abrir caminhos para desconstrução de padrões normativos⁶². Apresentarei nas seções a seguir as análises das cenas descritas.

⁶¹ Para refletir sobre esses múltiplos sentidos, retomei Leach (1983), que nos mostra como os rituais em torno do cabelo possuem *status* comunicativo que informa sobre as ideias de determinado grupo social. As informações e cenas acima apresentadas fazem referência também ao texto de Van Gennep (1977), que reflete sobre os rituais da infância realizados de forma plural em diferentes coletividades, visando, justamente, a fazer o corpo do indivíduo, desde os primeiros dias de vida, apreender os valores instituídos em seu grupo social. O autor relata que na Índia védica a criança, no seu terceiro ano de vida, realiza o primeiro corte de cabelo, sendo que cada família tem um penteado específico pelo qual é reconhecida.

⁶² Ao longo de todas as seções a seguir que objetiva refletir sobre as cenas e narrativas supracitadas retomei Leach (1983), que nos mostra como os rituais em torno do cabelo possuem *status* comunicativo que informa sobre as ideias de determinado grupo social. As informações e cenas acima apresentadas fazem referência também ao texto de Van Gennep (1977), que reflete sobre os rituais da infância realizados de forma plural em diferentes coletividades, visando, justamente, a fazer o corpo do indivíduo, desde os primeiros dias de vida, apreender os valores instituídos em seu grupo social. O autor relata que na Índia védica a criança, no seu terceiro ano de vida, realiza o primeiro corte de cabelo, sendo que cada família tem um penteado específico pelo qual é reconhecida.

3.3.1 Cadeiras de corte

Iniciemos esse exercício de reflexão focando, mais minuciosamente, nas cadeiras de corte. Pensemos nas figuras de um trono de princesa e de um carro de guerra. Cada um desses formatos sugere determinada disposição para o corpo. Os carros possibilitam rodar a direção, apertar as buzinas; ao contrário, o trono não faz barulhos nem suscita tantos movimentos. Consequentemente, pensemos nas técnicas corporais e nos repertórios de movimentos mobilizados em ambos os casos. Remeto-me, para pensar essas imagens, a Teresa de Lauretis (1987) e ao conceito de “tecnologias do gênero”: mecanismos institucionais e sociais que teriam o “poder de controlar o campo da significação social e produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (LAURETIS, 1987, p. 18). Na perspectiva da autora, as tecnologias de gênero contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas na distinção entre masculino e feminino, produzindo diferenças corporais que reverberam em formas distintas de subjetivação.

As cadeiras de corte, seus formatos e cores, são objetos nos quais a tecnologia de gênero é operacionalizada. Elas incitam a marcação de fronteiras entre “objetos de meninas” e “objetos de meninos” e, consequentemente, sugerem distintas posições para os sujeitos. A materialidade etnográfica mostra que, diante desse cenário, as crianças vão se alinhando, reiterando, negociando, deslocando e/ou subvertendo a intencionalidade claramente proposta pelos estabelecimentos. Para a compreensão dessas ações e reações, é preciso refletir sobre os processos histórico-sociais que as embasam, sem perder de vista o desafio colocado por Moore (2000) de perceber dinâmicas biográficas, agências, subjetividade, investimentos acionados pelas crianças, seus desejos e desdobramentos.

Inúmeras vezes, observei meninas sentando-se na cadeira de corte em formato de trono: endireitavam as colunas, juntavam as perninhas, arrumavam os vestidos, colocavam as mãos uma sobre a outra, num misto de gestos contidos e delicados. Ao contrário da movimentação frenética, frequentemente observada, dos meninos nos carros. Lembremos também das chamadas para o corte de cabelo. Para elas: “Vamos, princesa!” Já para eles: “Dia de ajeitar a jubinha!”. Aqui, vale refletir sobre o imaginário de força, bravura e coragem de um leão e da beleza e graciosidade referentes às princesas. Mesmo as mais contemporâneas, que se mostram ativas, independentes e corajosas, permanecem com tais características. No contexto observado, o trono de princesa alude a um símbolo de poder que é exercido pelo ato de fazer-se bela.

Convivi, em pesquisa, com crianças de cotidianos extremamente diversos, desde as que podem dedicar grande parte das energias das suas vidas a estudar, brincar e fazer atividades esportivas (agendas repletas com aulas de inglês, reforço, artes etc.) até as que

possuem outras responsabilidades no núcleo familiar, entre elas a participação ativa nos trabalhos domésticos (cozinhar, lavar louça, varrer a casa, lavar roupa, passá-la), na maioria dos casos, assumidos por meninas. Há também as atividades mais ligadas ao espaço público (deixar o lixo fora de casa, fazer as compras na feira, participar de atividades laborais de seus pais). Gabriel, 10 anos, e Luís, 9 anos, frequentadores do Salão da Deyse, ajudam os pais nas atividades, entre elas, a de vender toda sorte de mercadorias no semáforo e em outros espaços da cidade. Mesmo nessas realidades brutalmente distintas no que tange à classe, os universos ficcionais, imaginados, de princesas e heróis, são mobilizados nos assuntos que gravitam em torno da produção do embelezamento.

Bueno afirma que, quando heróis e princesas “entram em cena, a partir do consumo de objetos e das brincadeiras, se juntam a outras personagens trazidas pelas crianças para evidenciar o quanto podem servir de fonte para um gênero que se aprende brincando” (BUENO, 2012, p. 15). Certamente, há a dimensão do aprendizado apontada pela autora, contudo penso que as tecnologias de gênero vão além. Elas incidem numa produção da corporeidade engendrada, imprimindo um ar de normalidade tão denso que um número considerável de meninas se dirige diretamente aos tronos de princesa e meninos aos carros sem que nenhuma palavra precise ser dita.

No acompanhamento dos cortes de cabelo, foi possível compreender como essas tentativas de distinção dicotômica de gênero, orientação, contenção dos movimentos das crianças estão marcadamente presentes na construção dos ambientes e na disposição dos objetos dos salões de beleza. Preciado (2012, p. 1) mostra que “a arquitetura opera como a mais discreta e efetiva das tecnologias de gênero”, criando “milhares de fronteiras de gênero, difusas e tentaculares, que segmentam cada metro quadrado do espaço ao nosso redor”. O autor aborda como os banheiros se tornaram, no século XX, cédulas públicas de inspeção, nas quais se avalia a adequação de cada corpo com os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade.

Na porta de cada banheiro há um único sinal, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, bigode ou florzinha, como se a ação de entrar no banheiro fosse mais para refazer o gênero do que para se desfazer da urina e da merda. Nós não vamos aos banheiros para evacuar, mas sim para fazer nossas necessidades de gênero. Não vamos para mijar, mas sim para reafirmar os códigos da masculinidade e da feminilidade no espaço público (PRECIADO, 2012, p. 1).

Uma lógica semelhante ocorre na disposição das cadeiras de corte. Não se trata, portanto, de apenas satisfazer a necessidade básica de sentar-se para efetuar o corte de cabelo ou qualquer outro serviço capilar. Para Preciado (2012), o usuário é obrigado a justificar a coerência da sua escolha. No caso dos banheiros, ocorre um movimento de interpelação: “Psiu, você! Você errou o banheiro, o masculino está à direita”.

Em relação às cadeiras de corte isso também ocorre. Como com Tiago, que, sentado na cadeira de corte, teimava com sua mãe para que contrariasse a promessa ao santo e o deixasse cortar radicalmente o cabelo. Na visão do menino, eram os longos fios a razão das chacotas de seus colegas na escola e de não poder frequentar o banheiro em paz. “Psiu, você! Você errou o banheiro, o seu é o de menininha”.

A arquitetura nos salões é construída e apropriada de forma a marcar uma diferença de funções entre homens e mulheres, meninos e meninas, contribuindo para produzir a ideia binária de gênero, o que fica evidente não apenas nas cadeiras de corte, mas no próprio jogo de cores em seu entorno. Nos salões Escova Mágica, Astros e Estrelas e A Turma do Cabelo, por exemplo, há setores em que prevalecem os tons de rosa e lilás, geralmente decorados com fotografias de meninas acompanhadas de princesas, e setores em que prevalecem cores como verde e azul, nos quais as imagens de carros, super-heróis, robôs e videogames estão atreladas a fotografias de meninos.

Os brinquedos que são oferecidos durante o corte para entreter as crianças também obedecem a essa divisão. Facilmente observa-se que dinossauros, super-heróis e carrinhos são oferecidos por funcionários do salão e familiares aos meninos, ao passo que às meninas são oferecidas bonecas, sobretudo brancas. Mesmo no Salão da Deyse e no Encrespa, em que as cadeiras de corte são iguais para meninas e meninos, há a diferença na capa de corte, cujas estampas e cores para meninos e meninas são bem diferenciadas.

É importante que se diga que há crianças que subvertem, deslocam, reinventam tais funções e comportamentos. Afinal, o corpo que se tenta educar ou disciplinar nunca é uma massa inerte, “desinformada” ou, *a priori*, passiva (SANT’ANNA, 2000). Em seus exercícios lúdicos na liberdade de imaginar, as crianças agenciam outras possibilidades.

Pensemos em Augusto, que teve o braço puxado para passar longe da cadeira de princesa. Ou Angélica, persuadida pela sua mãe a sentar na cadeira de corte em formato de estrela, contrariando o desejo de sentar-se na moto. Os gestos dos familiares deles indicam, claramente, caminhos que devem ser traçados e seguidos, não apenas em direção à cadeira, mas em relação a um modo de vivenciar o corpo nos demais horizontes de seus cotidianos. Buscam traçar uma cartografia das linguagens, das práticas e dos desejos: um plano para a vida diária.

O mesmo ocorre entre Tiago e sua mãe, Janaína. Mesmo motivada pelo amor e desejo de cura do filho, ela marcou o corpo dele fortemente, impondo-lhe uma relação incisiva com a religião. O respeito ao santo deveria ser mantido a despeito do que pensava e sentia a criança. Os colegas de Tiago que repreendem sua entrada no banheiro masculino também funcionam nesse traçado, demandando uma coerência com uma lógica binária em que cabelos curtos são de meninos e longos de meninas. À medida que Tiago anseia por um

cabelo que o faça ser reconhecido entre seus amigos como um menino, ele também se insurge em relação à religiosidade da mãe, que produz o impedimento.

Augusto e Angélica não se conformavam, tentavam escapar dessa marcação de gênero criando outros usos para o espaço. Preciado (2012, p. 2) reflete que “escapar do regime de gênero dos banheiros públicos é desafiar a segregação sexual que a moderna arquitetura urinária impõe há pelo menos dois séculos: público/privado, visível/invisível, decente/obsceno, homem/mulher, pênis/vagina, de-pé/sentado, ocupado/livre...”. Os movimentos de meninas que escolhem motos, carros de guerra e dos meninos que escolhem tronos, estrelas desafiam, deslocam, colocam à prova essa ordem dicotômica acerca do gênero sugerida na produção dos cenários estudados, mostrando que tais diretrizes não conformam, nem de longe, todos os olhares, desejos e formas de ser, muito menos as configurações de gênero possíveis.

Sayão (2002), em suas acuradas pesquisas no chão da escola, relata que costumava acompanhar recorrentemente cenas em que as crianças estavam em experimentações, fluindo em seus movimentos e eram surpreendidas com movimentos de contenção para que elas funcionem em determinada lógica, por vezes podendo seus movimentos. Como nas reações de contenção dos pais e dos funcionários dos salões em relação à relutância de muitas crianças no primeiro corte de cabelo, em que, diante de choros, resistências, movimentações corporais, corpos e cabeças são segurados com firmeza. Junto a isso estão frases disciplinadoras.

Sayão (2002) nos faz refletir sobre como o “adultocentrismo”, por vezes, nos conduz a “um esquecimento” gradativo, “de que, enquanto crianças, em nossos contextos, construímos um sistema de comunicação com o meio social que, necessariamente, integra o movimento como expressão” (SAYÃO, 2002, p. 58). A autora aponta que, “com este esquecimento”, passamos a cobrar das crianças uma postura de seriedade, imobilidade e linearidade, embotando, por vezes, “as possibilidades de criatividade e de capacidade de multiplicar linguagens que são expressas em seus gestos e movimentos e inclusive desconhecendo-as como sujeitos de direitos” (SAYÃO, 2002, p. 58).

Longe de uma visão simplista e maniqueísta que aponta adultos como algozes e crianças como vítimas, importa compreender percepções, sentimentos e motivações, em referência ao contexto histórico e social, nesse esforço de contenção das crianças, na tentativa incansável de conformá-las não apenas a determinados padrões estéticos, mas a comportamentos. Indaga-se sobre os desafios que povoam esse processo educativo tanto para as crianças quanto para os próprios familiares.

A esse respeito, ressalta-se que, em muitas cenas observadas, nas quais aparecem desacordos e tensões entre crianças e responsáveis acerca dos serviços e das concepções de

beleza, os responsáveis sinalizavam mover-se pela chave do que seria considerado, nos contextos estudados, um dever de “boa mãe” ou “bom pai”. Recorrentes eram as falas em que apregoavam contradizer o desejo da criança por saberem o que seria “melhor” para ela. Seu papel também consiste em auxiliar na produção de uma aparência física digna de pertencimento e reconhecimento, que faria não só a criança tocar esse reconhecimento, mas eles próprios, como pais, tias, mães, avós dedicados e responsáveis.

Ciente das posições distintas de poder em jogo, eu percebia que, com esses gestos, os familiares engajavam-se em tentar, muitas vezes em vão, construir uma armadura contra críticas e julgamentos nas escolas. As crianças, por outro lado, argumentavam e performavam a necessidade de satisfazer seus desejos. O desafio, nestas páginas, é pensar as engrenagens sociais que estruturam a normalização dessa aparência física vista como digna de aceitação.

3.3.2 Entrelaçamentos entre cortes e marcadores sociais da diferença

Na apresentação dos cortes de cabelo, na forma como são nomeados, o binarismo de gênero também prevalece de forma bem marcada (corte masculino, corte feminino). Austin (1990) propõe uma visão performativa e pragmática do uso da língua em que “dizer é fazer”, ou seja, dizer implica uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante, tem força de ação. Nessa linha de raciocínio e por que foco na força da ação que carrega os “nomes” dos cortes, compreendo que tais nomes devem ser percebidos para muito além de sua literalidade, na dinâmica social de sua apropriação (onde se fala, o que se fala, quem fala, para que se fala, com quem se fala). Nessa convicção, engajo-me a seguir na análise de dois tipos de cortes, escolhidos aqui por serem bastante populares nos cinco salões pesquisados, utilizados nas mais diferentes texturas de cabelo: o *militar* e o *chanel*. Essa escolha de um corte masculino e um feminino justifica-se pelo fato de nos próprios salões essa divisão se expressar, não apenas nas falas, mas em catálogos, lista de serviços e revistas ali presentes.

No corte militar, os fios são bem curtos, com laterais raspadas, menores que o topo da cabeça. É um corte considerado em todos os estabelecimentos estudados como “masculino” e pode ser realizado tanto em cabelos crespos como lisos. Compartilho as impressões que colhi acerca desse modelo. As cabeleireiras, quando perguntadas sobre esse corte, responderam: “Foi criado para os soldados no tempo da guerra”, “É o corte tipo soldadinho”, “É inspirado nos *snipers* americanos”, “É o modelo de corte das forças armadas”. Ao conversar com os familiares sobre o corte, recebi respostas como: “É um corte de homenzinho”, “É um corte correto para meninos”, “É prático”, “É versátil”, “Dá um ar de menino obediente”, “Um corte pra homem de verdade”. Já entre crianças ouvi: “É igual ao do

meu pai”, “E tem outro jeito pra cortar?”, “É prático, não dá trabalho”, “É corte de menino, ora!”.

Com base em Austin (1990), entendo que o corte militar pode não dizer respeito apenas a uma modelagem específica para os fios, mas a valores que são indicados, negociados para os corpos e comportamentos: disciplina, correção, organização, praticidade, versatilidade, indicando a construção de um corte definido como masculino e pensado como lugar de força, bravura. É o corte que o pai de Alexandre almeja para o menino de longas madeixas; que Lúcio é impelido a realizar para parecer disciplinado, “correto”, aos olhos da polícia; que daria a Tiago a tranquilidade de frequentar o banheiro masculino sem ser importunado.

A observação sistemática nos salões apontou que, se não podemos afirmar que o corte militar tenha sentido idêntico para todos os clientes, podemos aferir, com segurança, que, em grande parte dos casos, os sentidos giram em torno desses valores, negociados e dinamizados no momento em que meninos estão cortando os cabelos. Tal movimento guarda uma força capaz de contribuir para a “produção de verdades” sobre como meninos devem se comportar. A palavra “militar”, ali contextualizada, se transforma em ato criativo, criador.

No período da eleição presidencial de 2018, em que Jair Bolsonaro se candidatou, verifiquei, no trabalho de campo, que os cortes militares voltaram com força em diversos salões do Distrito Federal. Isso ocorreu em estabelecimentos desde os mais abastados até aos mais modestos. Esse candidato venceu em todas 19 zonas eleitorais do DF, conforme dados da Justiça Eleitoral⁶³. Em sua campanha, ficou nítida a marcação de discursos identificados como “tradicionais”, a defesa explícita de uma heterossexualidade compulsória e a valorização do militarismo. Um dos gestos emblemáticos de seu pleito foi simular com as mãos uma arma. Inclusive, crianças foram incentivadas, em seus comícios, a reproduzi-lo. Em seu palanque, a expressão “ideologia de gênero” foi acionada inúmeras vezes como uma categoria acusatória para, entre outras coisas, contrapor-se ao reconhecimento de uma diversidade sexual e de gênero. Entre suas propostas para educação, aulas e discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas deveriam ser veementemente barradas, prevalecendo uma forma de mirar a vida em que a marcação de uma estrutura binária é tomada como incontestável.

Esses valores se propagaram ainda mais fortemente no DF com o projeto do governador Ibaneis Rocha de incorporar o ensino militar em escolas públicas. De 20 a 25

⁶³Sobre o resultado da eleição nas diferentes áreas, ver reportagem do Correio Braziliense (CORREIO [...], 2018).

militares em cada escola se responsabilizam pelo “aspecto disciplinar” dos alunos e das alunas. Ministram aulas de ética e cidadania, controlam a formação de filas para entrada e saída de sala de aula e a forma como as/os estudantes se comportam, submetendo-as/os à observação atenta da estética corporal. As formas de vestir e arrumar os cabelos são elementos relevantes nesse projeto. Entre as regras estabelecidas, há o uso de uniforme militar alinhado, limpo, organizado e o uso obrigatório do cabelo curto, tipo corte militar, para meninos. As meninas devem apresentar os cabelos presos em coques (EUFRÁSIO, 2019). Acompanhei alguns cortes de meninos que tinham como finalidade atender a essas exigências.

Em contrapartida, interagi com crianças como Lauro, 9 anos, frequentador do Escova Mágica, que não vai se matricular na escola militar, porque não admite cortar seus cabelos crespos volumosos. Ele ama futebol e seus cabelos se parecem com os de sua maior inspiração no esporte: o jogador David Luiz. Sua mãe lamenta a decisão, mas respeita a vontade do menino. Pensemos em outras crianças apresentadas nesta pesquisa, como Miguel, que aprecia balançar suas longas madeixas “pra lá e pra cá”, ou Alexandre, com seus fios longos e avermelhados. Também em Alice e Fabíola, com o desapego intenso em relação aos cabelos compridos. Essas crianças não se enquadrariam nos horizontes políticos mencionados. Os crespos volumosos e adornados de flores de Rita, Tânia e Rejane também não se conformariam. O orgulho de mantê-los soltos precisaria ser contido num coque. Emanuel também não teria pouso com seu *black*, que, em sua visão, é a marca de seus “ancestrais lá da África.”

Enfim, essas crianças, de diferentes estratos sociais e com repertórios estéticos que lhes agradam, não encontrariam lugar nessas diretrizes governamentais que reivindicam uma vinculação ferrenha entre a matéria dos corpos e as formas de ser e viver, e advogam uma naturalização binária das corporalidades.

Este dado de pesquisa, a intensificação dos cortes militares no DF em determinado período, aponta como, por meio de um corte de cabelo ou de uma forma de penteá-lo, podem ser mobilizados sentidos que contribuem para a produção de premissas que tentam conferir uma aparência de naturalidade a um processo que, na realidade, é social e criativo: a corporificação do gênero, a relação que se estabelece com o corpo e a estética.

No referido horizonte político, atributos de gênero são articulados e direcionados às crianças, contribuindo para o reforço de determinada masculinidade e feminilidade, o que contrasta com as ideias de Connell e Pearce (2015, p. 46), para os quais “a vida humana não se divide apenas em duas esferas, nem o caráter humano em dois tipos. Nossas imagens de gênero são quase sempre dicotômicas, mas a realidade não o é”.

A observação etnográfica dos cortes de cabelo apontou que, se por um lado há objeções, fugas, deslocamentos referentes a essa forma fixa de pensar o gênero, por outro, há também reiteração. Há meninos afinados ao corte militar e aos significados que o entremeiam. Nas palavras de Hernandez, 9 anos, frequentador do Astros e Estrelas, estudante de escola particular no Plano: “E tem outro jeito de cortar?”, sua indagação anuncia que, desde pequeninho, foi esse o corte para ele indicado, foi esse o horizonte estético fornecido e ele se sente apaziguado nessa diretriz. Menciono Bernardo, 7 anos, frequentador do A Turma do Cabelo, que cortou os fios no estilo militar para, nas palavras de sua mãe, Dalva, empresária: “ficar bonito para sua festa de aniversário”.

Ao perguntar sobre o tema da festa, Bernardo disse-me que seria de “Bolsonaro presidente”. Perguntei se ele tinha escolhido o tema e qual seria a lembrancinha. A mãe se adiantou na resposta: “Tá curtindo muito, não é filhão?!”. Com um largo sorriso, o menino afirmou que sim. A mãe declarou, entusiasmada: “Encomendei uns bolsonarinhos de resina”. Na mesma hora, sacou o celular e me mostrou as fotos das lembrancinhas. Como resposta a seu gesto, manifestei que, em ocasião da pesquisa, costumo acompanhar as festas de aniversários das crianças e que me sinto honrada sempre que isso é possível, mas ela não me convidou. No entanto, em pesquisa nas imagens do Google, pude ver que, no mesmo período, festas de criança com temática semelhante estavam em voga em diferentes regiões do país.



Figura 44 – Festas de aniversário com a temática “Bolsonaro” *

Fonte: Acervo da pesquisa.

Nota: *Essas são algumas das diferentes fotos encontradas na internet no período da pesquisa, mostrando o referido tema nas festas de crianças em diferentes localidades, classes e gêneros.

Refletindo sobre os diálogos com Bernardo e sua mãe, destaco que o corte nomeado de “militar”, como discute Austin, teve força de ação. Bernardo realizou “o corte de homenzinho”, “o corte correto para meninos”, aquele que dá “um ar de menino obediente”, “um corte pra homem de verdade”. Foi mobilizando esses sentidos, considerados naquele contexto como inerentes ao “corpo masculino”, que Bernardo, nas palavras de sua mãe, “ficou

bonito para seu aniversário”. Aqui se denota a forte relação entre padrões de beleza física e determinadas moralidades e posturas de comportamento. Seus 8 anos foram celebrados com uma ode ao seu herói predileto, que afirmou, em entrevista à revista *Playboy*, ser incapaz de amar um filho homossexual: “Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (BOLSONARO, 2011, n.p.).

Assim, os cortes de cabelo e os demais serviços dos salões de beleza são capazes de dialogar fortemente com as mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas de determinados contextos e momentos históricos. Os serviços dos salões, suas dinâmicas em torno do consumo, não apenas espelham essas mudanças, como, em certa medida, têm potencial para contribuir com a sua produção, mas também para contestá-la. De uma forma ou de outra, abre-se espaço para a produção de subjetividades, de modos de se relacionar com o corpo e com os outros, e de conceber e produzir a estética corporal. Uma estética que, na letra de Simões, França e Macedo (2010, p. 48), “pode ser construída de diferentes maneiras, de modo a destacar ou encobrir os distintos atributos de prestígio ligados à produção social de cor/raça, assim como de gênero e sexualidade”.

Analisemos agora o corte *chanel*. É um corte curto, na altura na nuca, com ou sem franja, possível de ser feito em cabelos lisos, cacheados e crespos “até o 3C”. Da mesma forma que procedi em relação ao corte militar, colhi algumas informações sobre o chanel. Entre as/os profissionais do salão, a maioria das respostas gravitou em torno de algo como: “É um corte francês”, “Veio do nome de uma estilista”, “É um clássico que nunca sai da moda, moda vai, moda vem, e o chanel se atualiza”, “É um corte atemporal, que tá sempre em alta”, “É um corte que veio da Europa, chegou ao Brasil e nunca mais saiu”, “É um corte chique pra menina e pra mulher”. Ao perguntar aos familiares, recebi respostas como estas: “É um corte que emoldura a beleza do rosto”, “É um corte que é muito princesinha”, “É um corte feminino”, “É um curto feminino, elegante” “É gracioso o chanelzinho”, “É o máximo de curto que um cabelo de menina pode ser”, “Um curto aceitável”. Já entre as crianças aparecem as seguintes justificativas: “Porque eu sou bonita igual à Branca de Neve”, “É igual ao da minha boneca”, “Porque eu fico linda assim”.

Ao realizar leituras em sites, livros, revistas de moda, observei que a história do modelo de corte chanel é citada de forma bastante semelhante. A criação é atribuída a Gabrielle Bonheur Chanel, a Coco Chanel, uma estilista francesa dos anos 1920, referenciada como uma mulher à frente do seu tempo. Pioneira na criação de calças femininas, Chanel desafiava a moda dos vestidos bufantes, que davam pouco movimento às moças e senhoras da época. Atributos como ousadia, transgressão e impetuosidade são comuns quando sua

biografia é tecida. Sobre a criação do corte, uma versão bastante reproduzida é esta: “Coco estava tão atrasada para um compromisso que a pressa fez com que ela queimasse as pontas dos cabelos com o secador. Apressada, a estilista resolveu cortá-lo, rente à nuca, lançando um clássico atemporal” (HAIR & STORE, 2020, n.p.).

Isso me permite refletir, junto com Austin, sobre como os contextos são fundamentais para o entendimento dos enunciados e a atmosfera social é indubitavelmente incorporada na linguagem. Nos salões, o corte em questão é visto como “corte francês”, “feminino”, “chique”, “elegante”, “curto aceitável”. A ousadia, transgressão e impetuosidade da criadora do corte não foram atributos mencionados uma vez sequer nas muitas conversas que tive acerca desse modelo. O nome “chanel”, nos ambientes pesquisados, reforça os atributos considerados ideais para os corpos das meninas, entre eles beleza, graciosidade e elegância.

Em suma, como podemos notar, os nomes dos cortes, socialmente situados, constituem um vocabulário de sentimentos, práticas e gestos, diariamente mobilizados no cotidiano dos salões para uma educação, com teor moral e sentimental, das corporalidades. Por meio dos nomes “chanel” e “militar”, o gênero é posto como uma gramática que deve ser indubitavelmente aprendida. Contudo é imprescindível reafirmar que esse processo educativo é vivo, inventivo, fluido, contingente e nele são abertos múltiplos enfrentamentos e negociações, nos quais emergem possibilidades diversas de sentir e, por isso, de pensar e dizer as relações com o corpo. Ao olhar em profundidade as camadas existentes nesses processos educativos, é possível aferir que as vivências em relação ao gênero possuem facetas complexas que transbordam o binarismo ali fortemente representado em diversos detalhes nas rotinas dos salões⁶⁴.

Bessa (2015, p.71) indica que comportamentos e valores reconhecidos como pertencentes aos domínios do “homem” e da “mulher” são

o resultado de uma construção social e histórica, que, por vários modos e meios fora apagada dos nossos modos de percepção e inteligibilidade, ou seja, foram normatizadas a partir de disputas e convenções e, num determinado momento, passam a configurar o natural (BESSA, 2015, p. 71).

⁶⁴ Reforço que a análise dos modelos de cortes deve ser sempre situacional, atentando às trajetórias dos sujeitos. Em campo, em salões que atendem adultos, é possível observar que o corte curto dito feminino, em certos contextos, pode ser símbolo de “distinção de classe” entre mulheres de alto poder aquisitivo que exibem “cortes perfeitos”, muitas vezes retocados semanalmente. É possível vislumbrar esses cabelos curtos em mulheres que estão em destaque em carreiras empresariais, em carreiras liberais, que usufruem de prestígio de classe em ambientes considerados “masculinos”. Outra situação em que os cortes curtos vêm à baila é no pós-parto. Depois de se tornarem mães, muitas mulheres diminuem o tamanho das madeixas, anunciando que não têm tempo para cuidar de um cabelo longo. São nuances que só a troca com os sujeitos pode desvelar.

Em face disso, a autora afirma que “nossos códigos sexuais e morais hegemônicos (heterossexualidade, monogamia, falocentrismo etc.) não seguem uma ordem natural ontológica, pertencente aos corpos humanos” (BESSA, 2015, p. 71). Assim, engajo-me em compreender como essa estrutura binária supervalorizada nos salões vai se tecendo, cotidianamente, com ares de naturalidade, em torno das concepções de corpo belo e de práticas de embelezamento. Busco, sobretudo, um entendimento dos modos pelos quais atores e agências vão se construindo e marcando suas posições diante disso.

Nessa busca, são imprescindíveis as reflexões de Scott (1989, p. 21), quando afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Conforme a autora, “[p]recisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1989, p.18). Para esse intento, foi fundamental, em todas as fases de tessitura desta tese, atentar para as distinções entre o vocabulário de análise e os vocabulários criados e mobilizados pelos atores nas vivências no campo de pesquisa. É a essa percepção fina que a autora nos instiga, mostrando o potencial para ajudar a “explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (SCOTT, 1989, p. 22).

Assim, é importante reiterar que não cabe a esta pesquisa organizar suas análises em escala binária de oposição “masculinidade” e “feminilidade”, mas perceber tal escala criticamente, colocando-a em debate, já que ela se mostra intensamente viva na realidade estudada. Cabe a esta pesquisa compreender os efeitos desses discursos reiterativos de normas regulatórias na produção de corporeidades, na produção das subjetividades. Especialmente, perguntar o que gera a valorização dessas diferenciações, como elas influenciam nas representações das crianças de diferentes estratos sociais sobre si e sobre os outros. Cabe também compreender quais outras formas ficam abafadas, silenciadas, invisibilizadas no reforço contínuo de marcar e moralizar comportamentos, atentando para em que medida esse silenciamento pode produzir assimetrias e desigualdades.

Almeida (1996, p. 162) nos convida a refletir que “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres”. Assim, busco apurar nestas páginas a percepção em relação à “dinâmica polifacetada das masculinidades e feminilidades e o próprio uso destes termos como operadores metafóricos para o poder” (ALMEIDA, 1996, p.185), sem jamais perder de vista os ensinamentos fundamentais de Laquer (1990), que nos

orienta a compreender que a própria percepção de dois sexos biológicos é também arbitrária, histórica e culturalmente situada.

Para Moore (1994), a ideia de gênero como uma construção social e de sexo como algo biológico acaba turvando o entendimento de que o sexo também é uma criação, uma categoria construída. Para a autora, feminino e masculino, menina e menino, homem e mulher não se configuram como meros opostos fixos. Dizem respeito a “identidades incorporadas”, forjadas a partir das experiências mais particulares dos sujeitos e das dimensões sociais e culturais que os cercam e por eles são construídas. Assim, os indivíduos se tornam sujeitos marcados por gênero. Isso se expressa na forma como eles “vêm a ter representações de si mesmos, como mulheres e homens, como vêm a fazer representações dos outros e como vêm a organizar suas práticas de modo a reproduzir as categorias, discursos e práticas dominantes” (MOORE, 2000. p. 18). Em sua perspectiva, o gênero é compreendido de forma discursiva e os discursos seriam estruturados pela diferença: “mulheres e homens assumem diferentes posições de sujeito, dentro do mesmo discurso, ou melhor, o mesmo discurso os posiciona de maneiras diferentes” (MOORE, 2000. p. 18). A autora ressalta ainda que “todos os principais eixos da diferença – raça, classe, etnicidade, sexualidade e religião – têm intersecções com o gênero” (MOORE 2000, p 26). Tais eixos possibilitam, assim, uma multiplicidade de posições do sujeito dentro dos discursos.

A partir dessas reflexões e da materialidade etnográfica, é possível perceber o quanto o alinhamento a essa “expectativa estruturada de gênero” demanda, por parte de crianças, energia, esforço e trabalho social. A esse respeito, Moore, quando mobiliza “as fantasias de poder”, nos instiga a pensar como as crianças, com suas biografias, histórias e subjetividades, investem em determinada forma física legitimada e normalizada como bela e os desdobramentos disso em termos de ganhos sociais; como as crianças vão performando, em suas tramas de relações, os seus desejos, a partir de posições diferenciadas no que tange a geração, classe, raça, gênero.

Isso se reflete no sorriso luminoso de Sandra, desfilando pelo salão satisfeita com o corte e recebendo os aplausos dos presentes, um reforço positivo que se estende não só ao corte de cabelo, mas a sua própria constituição como sujeito, validando uma estética corporal que a possibilita ter êxito na vida. Explicam Vilhena e Novaes (2015, p. 5) que “um belo corpo é visto como sinônimo de um passaporte para a felicidade e reconhecimento social, por isso constitui uma moeda de troca das mais valiosas, trazendo em seu bojo: sucesso, fama, visibilidade, ascensão social”.

Contrastam com os sorrisos de Sandra as lágrimas de Eloísa quando a cabeleireira cortou seus cabelos: “Você acabou com a minha vida”. Afinal de contas, ela aprendeu, desde os primeiros laços de fita colocados em sua cabeça, ainda recém-nascida, que a existência de uma menina está atrelada à beleza dos seus cabelos longos. Como existir sem suas melenas compridas? A sua reação expressa o quanto é doloroso – sem ter sido por sua própria vontade – ter que apresentar um corpo que contraria um dos atributos da concepção vigente de beleza e também de gênero.

O reconhecimento social é muitas vezes negado quando as crianças decidem deslocar, negociar, contestar essa concepção hegemônica de beleza atrelada a uma concepção de gênero. Muitas cenas e histórias relatadas mostram que isso acaba por posicioná-las nas margens ou, como orienta Bento (2011), transformá-las em “seres em abjetos”.

Quando se age e se deseja reproduzir a/o mulher/homem “de verdade”, desejando que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem de gênero, nem sempre o resultado corresponde ao definido e aceito socialmente como atos próprios a um/a homem/mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir das suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizarem as normas de gênero, que geralmente utilizam violência física ou simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal. O processo de naturalização das identidades e a patologização fazem parte desse processo de produção das margens habitado pelos seres abjetos. (BENTO, 2011, p. 553)

Avancemos nessa reflexão, relembando a frase de Alessandra: “A gente fica sem entender o porquê de a criança querer ser diferente e a gente é obrigado a respeitar o jeito que o pai ou a mãe resolve esse negócio”. Como vimos, muitos familiares reagem negativamente às quebras de “determinado modelo” pelas crianças, como no descontentamento de Joana quanto ao amor de Miguel pelos fios longos, desejando do filho “um comportamento mais normal”. Ou quando Leonora, mãe de Fabíola, responde com agressividade ao desejo da menina de cortar os cabelos na nuca, taxando-a de “feia e estranha”. Menciono ainda a reação da mãe de Alexandre quando ele manifestou o desejo de fazer luzes nos cabelos: “Só se for pro teu pai te dar uma surra e arrancar esse cabelo de vez”.

As expressões “esse negócio”, “estranho”, “não ser normal como os outros” mostram como as posturas de Fabíola, Miguel e Alexandre colocam sob tensão uma inteligibilidade marcada por um ideal de beleza e uma forma convencional de viver o gênero. As tentativas de “posicioná-los legitimamente”, dentro desses limites, se desdobram de formas diferenciadas: olhares de reprovação, palavras ríspidas, surras, puxões de cabelo, apelidos, pedidos carinhosos, negociações que envolvem agrados e presentes. Estratégias

variadas para que as crianças aprendam “a forma correta” de lidar com seus corpos, e esse aprendizado implica, em muitos casos, numa peleja cotidiana para muitas meninas e meninos que tentam sustentar uma vida com gestos, posturas, ideias e cabelos que os aprazem, mas que passam ao largo das estreitas possibilidades que lhes são direcionadas.

Essas estratégias também contribuem para gestar as margens mencionadas por Bento (2011), mas é importante frisar que, mesmo nesse lugar de exclusão, o amor pelas madeixas longas ou curtas de Miguel, Alexandre e Fabíola, e tudo que as envolve, permanece vivo. Ali, nas margens, essas crianças e suas agências nos apresentam uma dinâmica diferenciada; constituem experiências que oxigenam um modelo idealizado de beleza e uma matriz heterossexual rígida. As margens transbordam, ao movimentarem outros entrelaçamentos possíveis entre gênero, corporeidade e afetos que, apesar dos pesares, resistem. Como inspira Sara Ahmed (2010), mais do que resistem, abrem outros horizontes ao recusarem uma felicidade impositiva, normatizada, calcada na ideia neoliberal de autorrealização mediante a conquista da beleza normatizada⁶⁵.

Preciado (2013) faz uma crítica ferrenha aos franceses que participaram de uma marcha em 2013 advogando o direito de as crianças terem um pai e uma mãe e, na mesma toada, engajaram-se na restrição da possibilidade de famílias homoafetivas adotarem. Preciado evidencia que esses participantes não estavam simplesmente preocupados com as crianças, mas com a manutenção do regime sexual vigente, “dolorosamente internalizado, através de um sistema educativo e social que costuma castigar todas as formas de dissidência” (PRECIADO, 2013, p. 2).

O autor denomina de “sexopolítica” um conjunto de práticas, dispositivos, discursos, cotidianamente mobilizados, para esquadrihar comportamentos e caminhos em consonância com a ordem heterossexual: “a polícia de gênero vigia o berço daqueles que estão para nascer para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma faz sua ronda em torno de corpos frágeis” (PRECIADO, 2013, p. 2). Cortar o cabelo, vestir-se e adornar-se de determinadas cores e maneiras faz parte dessa ronda. Ir contra a corrente desse rígido esquema é enfrentar “a ameaça, a intimidação, o castigo, e a morte”. Nessa dinâmica, a criança torna-se “um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (PRECIADO, 2013, p. 2).

Essa discussão leva a algumas questões: Como elas conseguem agir nos interstícios dos regimes da sexopolítica e quebrar as expectativas adultocêntricas? Como

⁶⁵ Aquelas características físicas que são socialmente valorizadas e, por isso, naturalizadas, a despeito de um intenso engajamento para alcançá-las: serviços estéticos, exercício físicos, dietas, vestimentas e adornos.

podemos recuperar os vestígios destes pequenos gestos e movimentos de autodeterminação de gênero e sexualidade e como dimensionar os impactos desta autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende o direito de as crianças desenvolverem práticas estéticas que lhes aprezem, que correspondem aos seus desejos e sentimentos? Na dança dessas questões, Preciado inspira esta pesquisa na importância de advogar o direito das crianças e adolescentes de serem subjetividades políticas que não se reduzem à identidade de gênero, no mesmo passo em que nos mostra as sutilezas cotidianas que reproduzem a naturalização das feminilidades, masculinidades e sexualidades.

Assim é possível também compreender o mecanismo de produção e reprodução das margens e os processos que transformam determinados corpos em abjetos. Esse mecanismo causa efeitos específicos em contextos particulares, dependendo, sobretudo, de como os marcadores sociais da diferença – gênero, classe, raça e geração – se interseccionam na vida de cada criança. Uma cena elucidativa, nesse sentido, é a de Lúcio, morador da Ceilândia, que é obrigado a cortar seus cabelos curtos para parecer “um menino correto” aos olhos da polícia, para amenizar as possibilidades de seu corpo ser jogado na parede numa dura revista policial.

São crianças pobres, sobretudo meninos negros e moradores de periferia que enfrentam esse desafio diário. Uma tensão comungada com familiares, como ficou evidente na ansiedade cortante da mãe de Lúcio e no desejo de que o menino fosse ao salão cortar o cabelo. A cena pautada é apenas uma entre as tantas contadas neste capítulo que deixam claro que a relação entre estética corporal e gênero não pode ser compreensível, em sua integralidade, se não atentarmos para a questão racial e os diversificados processos de racialização do gênero. Esses marcadores de diferenciação, incluindo os de classe, mostram-se densamente entrelaçados nas trajetórias das crianças e suas corporalidades.

Essas interseccionalidades estão presentes na análise de Machado e Scalco (2014) sobre os rolezinhos. Tal fenômeno ganhou intensa notoriedade na mídia brasileira e consiste na reunião de um grande número de jovens de periferia nos *shoppings* de suas cidades. De um lado, o estudo traz as narrativas dos jovens, pontuando os sonhos, os desejos e as razões que os movem até esses estabelecimentos. De outro, as de frequentadores de estratos mais abastados, evidenciando o profundo descontentamento diante das presenças daqueles jovens, julgando-os como desordeiros e uma ameaça à segurança daqueles espaços e de seus clientes habituais. Alguns proprietários de estabelecimentos ressaltam como conseguiram o direito na justiça de barrar o acesso dos jovens de periferia, acionando inclusive a força policial. Ao apresentar os diferenciados significados e conflitos entre as cenas e narrativas em torno do

rolezinho, as autoras argumentam que esse fenômeno expõe a segregação social perversa, profunda e persistente no país.

Essa segregação ressoa, inclusive, em relação à dimensão estética, uma vez que, na percepção das pesquisadoras, o critério para barrar a entrada de jovens nos shoppings é calcado na cor, no modo de se apresentar fisicamente, na classe. As autoras assinalam que esse caso reflete séculos de violência praticada na tentativa de produzir corpos padronizados, desejáveis e disciplinados, concluindo, entre outras coisas, que os sujeitos estavam sendo uma vez mais vítimas de um *apartheid* à brasileira.

Tal segregação atravessa de forma contundente a história de Lúcio e de tantas outras crianças que enfrentam cotidianamente situações semelhantes na Ceilândia e em outras periferias brasileiras. Não é sob as luzes dos *shoppings*, é na rua sem asfalto, com péssima iluminação pública, que corpos, sobretudo dos negros jovens e pobres, correm o risco diário de serem submetidos a uma abordagem policial violenta, apontados como suspeitos em potencial. E meninas negras sujeitas a assédios e violências. Cenas corriqueiras, que ocorrem bem longe dos limites territoriais das camadas mais abastadas e sequer são alardeadas pela mídia, como foi o caso dos rolezinhos.

Na cena narrada por Lúcio, a estética corporal é acionada como um qualificativo moral. Há, conforme as autoras, “um preconceito anteriormente implícito” sobre o corpo: sua cor de pele, seu tipo de cabelo, seu modo de vestir. Notemos que o salão acaba se encaixando na narrativa como um espaço imprescindível por proporcionar o consumo de determinados serviços que visam a produção de um corpo passível de inclusão social. Além disso, naquele espaço Lúcio encontrou apoio, cuidado, acolhida em relação ao duro cotidiano que se apresenta. Lembremos a comoção e as críticas de Deyse em relação às abordagens policiais.

A história de Lúcio nos mostra como, em nossa sociedade, as aparências físicas são cotidianamente julgadas e enquadradas. Algumas mais que outras. Para Butler (2015, p. 28), em nossos contextos sociais, algumas “vidas são reconhecíveis como vidas e outras não são”. Ela também aponta para as condições sociais que fazem algumas vidas serem encaradas como mais preciosas que outras, “condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46), a partir do que a autora chama de “enquadramentos”, que estabelecem os critérios que qualificam as vidas dignas de reconhecimento ou não, as que possuem “as condições sociais de sobrevivência e prosperidade possíveis” (BUTLER, 2015, p. 38). Remeto também a Mbembe (2018) e seu

conceito de “necropolítica”, que indica uma política estatal que trata corpos de forma assimétrica, definindo quem pode viver ou morrer.

A avaliação de fenótipos e da estética corporal entram nesse bojo quando acionadas pela polícia como um modo de avaliar quem merece ou não esse tipo de abordagem, como deixam claro as impressões de Deyse acerca da polícia: “Anda muito agressiva. Se tem piercing, implica. Se tem tatuagem, implica. Se o menino tem cabelo grande, implica. E se é preto, implica”. Na realidade de Lúcio, são comuns narrativas que evidenciam a necessidade de cautela e cuidado no manejo com o corpo e a sua apresentação. Abundantes são os relatos de sujeitos negros de que não podem carregar um guarda-chuva, pois esse objeto pode ser confundido com uma arma, não podem abrir mochilas em supermercados ou entrar de chinelas em *shoppings*, nem andar muito rápido⁶⁶. Nessa discussão é imprescindível frisar as lutas e os enfrentamentos dos movimentos negros em todo país para que corpos de adolescentes como Lúcio sejam tratados com dignidade.

Nas cenas e narrativas em torno dos fios de cabelo de Lúcio, mas também das demais crianças mencionadas, podemos vislumbrar suas biografias sendo tramadas: ensinamentos em torno da raça e do gênero, produção de subjetividades e as marcas do social, intrinsecamente relacionadas. Gomes (2008) avalia que os cabelos não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos, nem como elemento neutro no conjunto corporal. Ao contrário, os cabelos são pensados pela cultura e são transformados por ela em uma marca de pertencimento. A autora nos leva a conhecer a diversidade de experiências corporificadas em torno das ideias de embelezamento voltadas para os cabelos e para todo o corpo, mostrando como a estética corporal capta as realidades das histórias de vida. Não é à toa, por exemplo, que os cortes e modelos de cabelos de cantores de *rap* e *funk* são referências para as crianças no Sol Nascente. Esses estilos musicais geram forte identificação nesse local, pois suas expressões, letras e ritmos captam sutilmente as dores e delícias presentes no dia a dia dessas pessoas. O consumo da beleza capta essas vivências⁶⁷.

Ainda focados nas cenas de cortes, notemos como Larissa, Alice, Tânia, Fabíola, Laís, Francisca, Rita, Ludmila e Rejane, no fluir de seus cotidianos e nas vivências nos salões, apesar de terem fenótipos tão distintos e de pertencerem a diferentes estratos sociais, são estimuladas a acreditar que uma menina, para ser valorizada, deve ser bonita e vaidosa. Elas

⁶⁶ De acordo com IPEA (2017) jovens negros de 15 a 29 anos são as principais vítimas das “intervenções legais e operações de guerra” policiais, que se excedem nos procedimentos letais e violentos. Homens negros e jovens são vítimas de um genocídio da juventude negra expresso pelos números: a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil 71 são negras.

⁶⁷ Sobre reflexões acerca das relações entre juventude, cidade, música, arte (DIÓGENES, 2015; 2016).

convivem com exemplos e ensinamentos que as orientam a cuidar de suas aparências físicas como uma prioridade, pois isso é fator fundamental para conseguir a aceitação social.

São diversas as cenas que movimentam essa ideia e aqui relembro algumas delas. A mãe de Larissa faz as unhas juntamente com a filha, que recebe elogios em virtude de sua beleza; Deyse e a mãe de Alice buscam convencê-la de que manter o cabelo grande, apesar do calor que sente, vale a pena pela beleza. A rispidez da mãe de Fabíola ao convencer a menina a deixar o cabelo comprido. As diretrizes de Mônica acerca das madeixas da filha ao aconselhar que é “melhor alisar logo para que ela vá bonitinha pra aula”. Os conselhos da gerente do Encrespa para Tânia: “Você sabe que você é linda, né? Que você tem que cuidar da sua beleza!”. O aprendizado que Sabrina recebeu da mãe: “Eu tenho que cuidar do meu cabelo pra existir”. Lembremos também os incentivos da mãe de Rafaela para que esta vá semanalmente ao salão. Sem isso ela sequer consegue sair de casa por se sentir feia e triste. Não esqueçamos o dia do alisamento periódico de Ludmila e sua mãe, qualificado como “dia das divas”.

Nessa ótica, ao se esforçarem para alcançar determinada estética corporal, as meninas terão uma recompensa social: serão aceitas, terão suas “feminilidades legitimadas socialmente”, evitam o preconceito e a discriminação. Alice é orientada sobre o “desperdício” que é cortar um cabelo tão almejado por outras garotas. É repreendida por sua mãe pela ausência de vaidade, inclusive chamada de “doida”, pois sua opção estética ressoa muito fora da esperada. A afirmação de Alice de que “cabelo grande dá muito calor e atrapalha na hora do jogo”, por um lado, talvez possa indicar um deslocamento dos cabelos de uma dimensão estética para uma dimensão puramente prática, vinculada ao jogo de futebol. Por outro, a menina pode ter usado a dimensão prática como estratégia para escamotear das vigilâncias parentais e sociais suas opções estéticas pelo cabelo curto, presumidamente masculino. Aliás, os diálogos que travei com a mãe apontam um descontentamento em relação à atividade esportiva amada pela menina, tanto por ser “coisa de menino”, como por estar associada a classes menos favorecidas, “coisa de pobre”. Sua mãe chegou, com esforço das vendas de cosméticos, a matriculá-la, em vão, no balé. Em sua perspectiva, seria um caminho para a menina “mudar sua condição no futuro”. Aqui, mais uma vez, vemos o esforço para uma coerência entre a presumida dicotomia sexo e gênero, além de uma marcação que diz respeito a classe.

Desde a infância, as meninas protagonistas da pesquisa foram e são ensinadas, de forma prazerosa ou não, a dar atenção a cada parte do corpo de maneira especial. Aprendem que, para as mulheres, a beleza é representada como um dever. E os cabelos têm um

significado muito especial na construção do almejado “corpo belo”. Mizrahi (2015, p. 41) pontua que “no Brasil urbano, o cabelo feminino – mais do que as roupas, as bolsas, os acessórios ou as grifes – se tornou o símbolo eleito para visibilizar *status*, poder aquisitivo e inserção social. Os cabelos são fonte primordial de empoderamento da pessoa”.

Por mais que meninas reajam de maneiras diversas nos salões, com aceitação ou resistência, há uma similaridade entre suas vivências. Por mais que os ensinamentos da beleza sejam orientados aos seus corpos pela via dos processos educativos em casa e nos salões - e também pela mídia e por outras dimensões da vida social - eles são passados e interpretados como se fossem “próprios à natureza da mulher”, como se as mulheres fossem predestinadas a cumprir certos rituais de embelezamento e higiene. Esse cumprimento exige muito trabalho social e estratégias diferenciadas, a depender de como classe, raça e gênero se interseccionam.

Pensemos, agora, nas expressões, recorrentemente, mencionadas no momento dos cortes de cabelo “menino não chora”, “chorar é coisa de menininha”. Essas frases compõem a produção de uma moralidade em que a demonstração das emoções é lida como sinônimo de fraqueza e vulnerabilidade, o que se contrapõe ao atributo de virilidade, considerado, nos contextos pesquisados, como legítimo e normal para meninos; como bem explicita a pergunta “Vamos ficar bonito pras namoradinhas?” Esta pergunta naturaliza, claramente, a possibilidade de o homem ter várias namoradas. Engolir o choro a seco, ruborizar as faces, contrair o corpo, chorar ainda mais alto foram algumas reações diante da tentativa de imposição desse padrão, eleito como legítimo, normal, correto e natural.

A materialidade etnográfica mostra, portanto, que o gênero vai sendo delineado, como enfatizam Connell e Pearse (2015, p. 47), “em nossos arranjos sociais e nas atividades do cotidiano”. Por exemplo, em atividades como a ida de pai e filho ao salão. Retomemos o comentário do pai de Antônio quando este manifestou o desejo de cortar o cabelo na barbearia: “Daqui a pouco tá querendo fazer a barba e pedir uma gela.” Lembremos todos os detalhes que compõem a cena: os adjetivos no aumentativo (bonitão, garotão), a capa na cor preta, a menção à barba e à cerveja, o gel “macho alfa” passado na criança, a própria composição do ambiente da barbearia. Tudo isso marca determinada masculinidade, condição para a beleza do menino ser referendada. Num dia qualquer da semana, numa simples ida à barbearia, tece-se um aprendizado de gênero. Justamente como reflete Almeida (1996, p. 164), quando expressa que “é ao nível da negociação quotidiana, das interações carregadas de poder, das reformulações das narrativas de vida, que o gênero como processo e prática pode ser apreendido”.

Os elementos que compõem a cena de Antônio aludem a um ritual de passagem do menino que corta o cabelo no salão infantil Escova Mágica com a capa de super-herói para o futuro rapaz que corta o cabelo na barbearia com a capa preta e usa o produto macho alfa. Das palavras aos gestos, nessa passagem, se produz um coroamento a determinada forma de masculinidade socialmente produzida e legitimada. A expressão de orgulho do pai atesta esse coroamento, uma expressão absolutamente diversa daquela vislumbrada na face do pai de Augusto, decepcionado com seu filho no trono da princesa.

Entretanto, cabe dizer que a expressão de masculinidade dinamizada na cena, apesar de hegemônica naquele contexto, é apenas uma entre tantas possíveis, pois, como afirmam Connell e Messerschmidt (2013), as masculinidades não são simplesmente diferentes entre si, mas também sujeitas a mudanças. Os padrões de masculinidade variam localmente e historicamente, devendo ser entendidos pelos modos como são incorporados pelos sujeitos. Mais que isso, devem ser entendidos nos entrelaçamentos dessas incorporações com os contextos sociais⁶⁸.

É significativo, nesse sentido, enfatizar as narrativas comuns nos cinco salões que apregoam que “os meninos estão cada vez mais vaidosos”, “os meninos de hoje são muito mais preocupados com o visual”, para essa vaidade no sentido de que não se coloque em questão a virilidade. Como disse um dos funcionários do Astros e Estrelas: “Gostam de se arrumar, mas sem muita frescura”. O pai de Paulo permite que ele pinte o seu cabelo, desde que seja de azul. Essa ideia de vaidade de meninos também vai aumentando ainda mais a abundante indústria dos cosméticos, atenuada em criar produtos no trinômio beleza, masculinidade, virilidade. Não é à toa a denominação de produtos como “macho alfa” e a marcação de cores dos cosméticos, quase sempre azuis, verdes, marrons, cores terrosas, delimitando um universo estético que deve caminhar sem abalar a ordem vigente.

Em consonância com Butler (2002), afirmo que o gênero é performativo, um modo de subjetivação dos sujeitos, sendo sempre uma dinâmica, uma ação e nunca uma verdade totalizante. Nessa perspectiva, por ser performático, o gênero vivencia um constante movimento de construção, criatividade, transitoriedade, estando sempre em referência a contextos específicos de significação. A autora enfatiza que a performatividade deve ser entendida “não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e referencial, mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2002, p. 18).

⁶⁸ No capítulo 4, dedicado aos serviços do rosto, aprofundarei a discussão sobre masculinidades.

Assim, a performance é plural, passível de transformações e pode subverter a ordem vigente. É possível, portanto, aferir que determinadas ideias que gravitam em torno da produção de um apregoadado padrão de beleza reforçam uma ordem compulsória, heteronormativa, que exige um presumido elo entre sexo, gênero, desejos e práticas. Diante desse reforço, as crianças, com toda a plasticidade de seus atos, vão performando por meio de gestos, palavras, roupas, adornos, serviços, seja no sentido de reiteração, negociação, seja no sentido de subversão de tal ordem. Como Alice, que tentou transgredir o modelo de cabelos longos imposto pela mãe, afirmando seu desejo. “Por mim, cortava aqui”, enquanto apontava para a nuca num gesto incisivo.

Afiado é o enfrentamento de Luana, desejosa de um cabelo curto, apesar das insistências contrárias: “Vou cortar sim! Nem que eu corte em casa com uma tesoura cega”. Luana chama a atenção para a falta de autonomia sobre sua estética corporal. Ao mencionar uma tesoura cega, ela anuncia que nada pode cortar o seu próprio desejo em relação às suas madeixas, ou seja, ao seu modo de viver e sentir o corpo.

Louro (2016) reflete sobre o modo como a escola pratica a pedagogia da sexualidade e o disciplinamento dos corpos: “existem [...] algumas referências e critérios para discernir o quanto cada menino ou menina estava se aproximando ou se afastando da norma” (LOURO, 2016, p. 18). Ela pondera ainda que não se trata de atribuir à escola nem o poder ou a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. Afirma que “é preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm efeitos de verdade, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 2016, p. 21).

Reconheço, nas cadeiras dos salões de beleza, esse mesmo caráter pedagógico. Nota-se que discriminações de corporalidades vivenciadas nas escolas e outros espaços configuram a principal razão de fazer determinados serviços nos salões. Nessa dinâmica, são evidenciados os parâmetros estéticos que devem ser perseguidos, consumidos e incorporados. É significativo, nesse sentido, pensar no “certificado de primeiro corte”, emitido pela maioria dos salões estudados, “escola da beleza” como disse um dos cabeleireiros. Muito além de celebrar esse momento, os certificados representam justamente os ensinamentos sobre os modos como as corporalidades devem ser vividas desde o primeiro ano de vida.

Como vimos, abundam as cenas que apontam as discriminações de corporalidades vivenciadas nas escolas como uma das principais razões para a procura de determinados serviços nos salões. Há, nesses casos, portanto, a extensão do ato pedagógico da produção da corporeidade, visto que determinadas vivências do ambiente escolar reforçam vivências

produzidas no salão e vice-versa. Meninas e meninos foram vítimas de preconceito e exclusão na escola e em outros espaços de sociabilidade, e é sobre as formas de como se defender dessas violências que – muitas vezes – os salões, as crianças e os responsáveis procuram atuar. Nessa toada, pode-se aferir que, recorrentemente, no miudinho dos dias, ocorre um movimento de naturalização dessas violências uma vez que a tônica dos envolvidos é que não há nada a ser feito a não ser mobilizar esforços para estar em consonância com a beleza normatizada; sem um questionamento crítico sobre as exigências em jogo.

É importante ressaltar, no entanto, que a materialidade etnográfica também mostra o potencial dos salões e das relações ali vivenciadas para abrir possibilidades para o deslocamento de normas excludentes e discriminatórias referentes à produção da beleza. Resta aqui pensar as práticas que envolvem os atos pedagógicos da beleza, as agências exercidas pelos envolvidos entendendo que tipo de olhar para as diversidades dos corpos ela instaura.

Nos salões, as crianças convivem com práticas e valores anunciados em torno de suas belezas físicas e de suas formas de ser. Elas manejam e negociam, reiterando ou desestabilizando, esses aprendizados, ou seja, convivem com eles em suas trajetórias. Pela análise das cenas, percebi que, para muitas delas, as experiências vividas nesses espaços não se encerram no momento em que atravessam as portas desses locais. Em muitos casos, ressoam no modo como essas crianças percebem suas próprias imagens corporais e de seus pares.

3.3.2.1 Do preconceito capilar, das resistências e da prática da liberdade

O cabelo de Natália, quando está crespo, gera admoestações: “cortar, prender”. Já com a textura alisada, ela sente o silêncio dos outros, pois parece não ser preciso, em sua rede, comentar um caminho “*natural*”, “*normal*”, que é alisar o cabelo crespo. É importante notar que os elogios desejados pela menina só vêm esporadicamente, mesmo com o esforço de alisar os cabelos. Francisca, que realiza o alisamento mesmo sentindo bastante incômodo, diz “valer a pena” o sacrifício, para não sofrer ofensas em sua escola. Cito ainda Ana, que pediu muito à mãe para alisar os fios, pois já não suportava receber diariamente comentários pejorativos: “bombril, piaçava, miojo”.

O que salta aos olhos, em todas essas histórias, é a intensidade do engajamento das crianças em ter seus cabelos e aparências físicas aceitas, o desejo de consumir produtos e serviços para conquistar esse corpo ideal, em contrapartida a contextos sociais que, em muitas

situações, mostram-se cortantes face aos seus esforços. Para Gomes (2008), “o cabelo do negro, visto como ‘ruim’ expressa o racismo e a desigualdade racial que recai sobre esse sujeito”. A autora argumenta que “ver o cabelo do negro como ‘ruim’ e do branco como ‘bom’ expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste” (GOMES, 2008, p. 20-21).

É importante destacar que esse racismo estrutural é tão acentuado e arraigado que, mesmo quando as pessoas com cabelos crespos manejam produtos e serviços que visem a um maior balanço e maciez de suas madeixas, ou a uma mudança da textura de crespa para lisa, não significa necessariamente a transformação de um cabelo considerado “ruim” em um “cabelo bom”. Cruz (2013, p.19) já revelava isso, em sua pesquisa sobre o salão Beleza Natural: “A relação é bastante complexa. A simbologia do ‘cabelo ruim’ e do ‘cabelo bom’ reflete dinâmicas raciais que estão para além do corpo”.

O cabelo liso é um dos elementos relevantes do padrão de beleza exigido socialmente. Malysse ([s.d], p. 21.), ao realizar um estudo antropológico sobre o preconceito capilar e os usos sociais do *megahair* em Salvador, revela que, “no Brasil, como em muitas outras culturas, o loiro e o liso estão no topo da escala estético-social da beleza capilar”. A pesquisa de Bouzon (2016) assinala que encontrou salões étnicos em que não se fala abertamente em raça, antes disso, os serviços oferecidos prometem tratar, domar ou resolver o “problema” das pessoas de cabelo crespo.

Em relação a esta pesquisa, penso que, mesmo não falando abertamente em raça, os salões étnicos oferecem possibilidades diferenciadas que colocam concepções estéticas em diálogo, criando possibilidades de perceber os corpos de sujeitos negros que contrariam visões negativas. No Encrespa, percebi a abertura para falar em raça, o reconhecimento da beleza negra. Junto com isso, também notei que palavras como “tratar” e “resolver” são mobilizadas, e que a beleza de cabelos cacheados é espontaneamente mais elogiada que a de cabelos mais crespos, “4C” na classificação do salão.

Nas narrativas dos sujeitos negros, emerge, como diz Gomes (2006), um movimento de rejeição/aceitação. Vislumbrei, em muitos casos, essa dinâmica ambígua mencionada pela autora, na qual crianças acham lindos os cabelos crespos volumosos em outras pessoas, mas preferem que os seus sejam – nas palavras delas – mais *definidos*, *baixos* e *comportados*. No caso de Bárbara, vemos esse movimento. Ela se acha linda, mas vez ou outra acorda “de mal” com seu cabelo; ou o caso de sua mãe, que admira o cabelo *black* da filha, mas não tem coragem de fazer no seu.

Refletir sobre a tabela de curvatura do cabelo remete a Correa (1996), que desvela as marcas sociais que estão por trás da exaltação da mulata e menciona a rejeição à negra preta (CORREA, 1996, p.50) e a Gomes (2006 p. 15), ao dizer que “Quanto mais preta é a cor da pele e mais crespo é o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a se desvalorizar, não só esteticamente, mas também como seres humanos”.

Percebemos o preconceito capilar latente ao lembrar o sofrimento tanto de meninos quanto de meninas acusadas/os, por exemplo, na escola, na vizinhança e em suas redes pessoais de serem “focos de piolho”. Há uma associação de cabelos crespos volumosos a descuido, desordem, falta de higiene. Foram diversas as narrativas que trouxeram isso à tona. Relembro a de Tânia, levada para sala de coordenação. A menina teve seu cabelo aberto para a verificação da existência de piolhos, apontada pela colega, que, como Tânia conta, “disse que meu cabelo é sujo porque eu sou preta”.

Mary Douglas (1973, p. 93), uma das primeiras autoras a advogar que “a experiência física do corpo sustenta uma visão particular da sociedade”, nos possibilita refletir sobre o processo de higienização na vida social. Ela afirma que cada coletividade constrói sua noção de sujeira e contaminação, assim como a noção de pureza; deixa claro que não existem noções de pureza ou impurezas absolutas. Essas noções estão, em muitos sentidos, conectadas. A noção de pureza é estabelecida a partir do que a coletividade classifica como sujeira. Enquanto a pureza está ligada à ideia de ordem, a sujeira relaciona-se à de desordem. Respeitando essas noções, procurando evitar a sujeira e manter a pureza (cientes do que é permitido e do que é proibido), tenta-se evitar a desestabilização social. Pelas noções de puro e impuro, passam as regras sociais. Douglas (1973) nos inspira a pensar que limpar a sujeira dos nossos corpos, realizar a nossa assepsia e do nosso ambiente são movimentos de ordenamento.

Contudo uma questão fundamental para se pensar é quando essas classificações acabam se estendendo aos grupos e às pessoas, sobretudo quando as noções de sujeira e limpeza são utilizadas para restringir a diversidade, como é o caso das narrativas descritas. Socialmente, o corpo belo é também o corpo limpo, perfumado. Quando os cabelos das pessoas negras são apontados como sujos, como focos de piolho, vemos como as noções de pureza e impureza estão sendo mobilizadas para desqualificar, excluir, tornando-se mecanismo de expressão de um racismo persistente.

Como já apontado, nos cotidianos dos salões, há uma diferença marcante de tratamento e classificação em relação às crianças relacionada a seus atributos físicos, e

aquelas que possuem cabelos lisos, pele branca, olhos claros, feições ditas afiladas, magras, são sempre mais elogiadas. Mesmo no salão Encrespa, onde a beleza das pessoas negras é exaltada, não observei o mesmo grau de elogio para crianças magras e gordas, por exemplo, e a beleza dos meninos negros não é tão enfatizada quanto a das meninas.

Finco e Oliveira (2011) também observaram que havia diferenciações nas relações afetivas construídas entre as professoras e as crianças. As práticas de dar colo, afagar o rosto, os cabelos, elogiar a aparência física, ocorrem de maneira diferenciada para meninas e meninos, crianças negras e brancas. As autoras acionam o conceito de “paparicação”, que consiste justamente nesses gestos de valorização conferidos às crianças; elas notaram que as crianças brancas eram muito mais paparicadas que as negras, acarretando uma clara discriminação, uma vez que “os atributos físicos considerados bonitos eram sempre associados às crianças brancas: as meninas preferidas das professoras consideradas princesas ou filhas” (FINCO; OLIVEIRA, 2011, p. 66). As autoras nos fazem pensar os desdobramentos dessa assimetria de tratamento para a forma como as crianças estabelecem relações com o próprio corpo, gênero e raça.

Além de atentar para as diferenças de paparicos entre as/os interlocutoras/es desta pesquisa, reflito sobre como os incentivos diários dados pelos elogios e reforços positivos podem ressoar não só na composição da aparência física, mas na forma como as crianças se relacionam consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Penso, especialmente, nos prejuízos que a ausência desses incentivos acarreta à saúde física e emocional de meninas e meninos, como nos momentos em que as crianças se sentem tristes, com vontade de se esconder, com vontade de morrer, quando suas estéticas corporais sofrem toda sorte de ofensa. As narrativas evidenciaram que, quanto mais crespo o cabelo, mais escura a pele, mais largo o nariz, mais isso se potencializa⁶⁹.

Pensem também nos danos causados pelos produtos. Os alisamentos podem danificar a estrutura do cabelo, causando quebra e queda, além de queimaduras no couro cabeludo, na córnea e processos alérgicos na pele das crianças. O que coloca em xeque a ideia de que um corpo e um cabelo considerados bonitos são necessariamente saudáveis⁷⁰.

⁶⁹ Considero importante fazer uma menção ao “colorismo”, termo criado por Alice Walker em 1982, que aponta que a discriminação é exercida de forma diferenciada a depender da cor da pele, quanto mais escura, mais sujeita a preconceitos. No Brasil, as discussões dinamizadas pelo movimento negro também abordam outros elementos da aparência física, como formato do nariz, textura do cabelo, grossura dos lábios.

⁷⁰ A Sociedade Brasileira de Pediatria alerta, de forma categórica, que o uso de tintas, água oxigenada e químicos nos cabelos de crianças pode ser extremamente prejudicial à saúde. O pediatra Nelson Ejzenb, da SBP, informa que pintar o cabelo das crianças pode causar alergias e broncoespasmos. Já a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que regula a comercialização de cosméticos, proíbe o uso de produtos alisantes em crianças.

Para produzir ideias de embelezamento que tenham sintonia com uma saúde integral, é mister atentar para o que apregoam Finco e Oliveira (2011, p. 63), no sentido de buscar “ultrapassar as desigualdades de gênero e de raça, compreendendo o caráter que hierarquiza e naturaliza as diferenças reduzindo-as às características físicas, tidas como naturais, e consequentemente, imutáveis”. Notamos também como os critérios em relação à distinção da beleza têm uma relação com a classe. Para Alex, de classe alta, a inspiração é Neymar, jogador de futebol, inclusive, diz ser famoso como ele na escola. Mas o jogador em questão não se enquadra nos padrões de beleza branca e cabelo liso.

Sufrimento e resistência também transparecem na fala de Taís, ao rememorar as atitudes de seus amigos diante do *big chop*: “Ninguém queria brincar comigo. Ficavam me chamando de feia! [...] Tipo, fiquei arrasada!”. Ou nas palavras de Francisca: “Nem queria sair de casa, queira morrer”. Rafaela diz que se sente “feia e triste e com vontade de se esconder” quando não consegue ir ao salão. Tânia conta de sua dor por enfrentar experiências de preconceito: “Eu chorava só quando eu era pequena, mas me libertei. Nas palavras de Ana: “Eu queria ficar debaixo da cama de tanta vergonha que eu tinha do meu cabelo.”

São muitos os depoimentos que mostram que a relação entre estética, vida, sofrimento e resistência se torna pungente. Nem sempre essa relação cabe em palavras, mas reflete-se nos corpos: ombros curvados, olhares tristes, suspiros e silêncios. Ao expressarem suas histórias, essas crianças não apenas memorizam as dores, mas partilham um “conhecimento envenenado” (DAS, 2011), ou seja, um conhecer que é fruto do sofrimento. Tal conhecimento vai sendo incorporado à trama cotidiana das relações sociais, constitui um saber para tornar a existência possível.

Destaco que é preciso lançar um olhar para essas crianças não como meras vítimas, mas de como elas conseguem brincar, estudar, se relacionar, retomar suas vidas, mesmo após suas rotinas serem atravessadas por essas duras experiências. Vemos essa resistência em movimento nas palavras de Tânia diante do constrangimento que passou: “me defendi, pedi respeito”, disse altiva a menina. Também no apreço de Miguel e Douglas por suas madeixas crespas e volumosas. Nas palavras de Lia: “Meu cabelo é bom, é lindo! Meu cabelo não é ruim porque ele nunca fez mal a ninguém”. Essas são apenas algumas narrativas, entre outras apresentadas, que expressam identificação e zelo com os cabelos crespos a despeito das ofensas sofridas. Vemos essa resistência de Bárbara ao interpelar a dona do salão pela ausência de produtos para cabelo crespo. Também vemos essa resistência em movimento nos gestos de Paula, ao presentear a filha com bonecas negras, e nos olhos brilhantes desta ao abraçá-las perto do peito afetuosamente. A resistência se dinamiza nos passos de dança que

Sabrina, mãe de Laís, ensina às meninas negras da Ceilândia. Elas aprendem não só a mover seus corpos entre batuques e canções, mas a mover ideias e sentimentos de amor às suas próprias peles. São produzidas, nesses gestos e ritmos, as condições para suas existências, para habitar o mundo.

Paula, integrante do movimento negro, que incentiva todos os dias sua filha a celebrar a própria beleza ressalta:

É esse movimento que vem contra tudo e contra todos, ao longo de muitos e muitos anos afirmando, teimando que *black is beautiful!* A gente tem que dizer todos os dias essa grande verdade para as crianças: *black is beautiful!* Eu digo todo dia isso à minha filha: seu cabelo é bonito, seu nariz é bonito, sua pele é bonita, sua cor é bonita. A gente tem que dizer e redizer porque tem um mundo inteiro pra dizer o contrário.

Cabe salientar que, apesar das diferentes perspectivas, abordagens, posturas e práticas que tecem o movimento negro, a ideia de que a “estética é política” é bastante dinamizada em sua diversidade. Nutrir cotidianamente o amor e a afeição pelos cabelos, rostos e corpos integra a luta por reconhecimento travada por muitos de seus e de suas representantes. Uma luta ferrenha num país que, como aponta de forma contundente Lélia Gonzalez (1982), têm uma história fortemente talhada pelo racismo e marcada pelo branqueamento: um mecanismo de assimilação de práticas e valores dos colonizadores que movimenta uma dinâmica hierarquizada de cores em que indivíduos de pele mais clara concentram prestígios e privilégios. Ao desvelar esse mecanismo, Gonzalez (1982) desconstrói a crença de que a miscigenação gerou um país sem discriminação racial. Os textos da autora denunciam, portanto, a estrutura escravista e patriarcal que afeta os corpos de crianças, mulheres e homens negros, tencionando silenciar suas memórias, suas vozes e subjugar suas estéticas corporais.

Lélia Gonzalez contesta essa realidade não apenas em sua escrita, mas na própria aparência física. A valorização de seus cabelos crespos, as roupas com cores vivas e a postura ativa encarnam o entendimento de que estética é política. Anuncia, com seu corpo, que a beleza de uma maioria deve ser exaltada, retirada das margens e trazida para o centro da nação. Gonzalez é uma das maiores inspirações para Paula. Em nossos diálogos, foram incontáveis as vezes em que ela fez menção à autora, e é Gonzalez a fonte que embasa suas palestras.

O movimento negro no Brasil colocou, portanto, na ordem do dia, contundentes discussões sobre corpo, beleza e política. De acordo com Silva (2019),

[e]ntre os anos 1970 e 1980, quando o movimento negro se consolida no Brasil, marcado fortemente pelos movimentos transnacionais de transformação cultural e política que já vinham ocorrendo desde as décadas anteriores – representados, sobretudo, pelas lutas em torno da independência dos países africanos, pela cena musical internacional que deu visibilidade a artistas negros de diferentes nacionalidades e, mais precisamente, pelos movimentos pelos direitos civis, pelo movimento *Black Power* e o pelo movimento cultural *Black is Beautiful*, ocorridos nos Estados Unidos –, o questionamento das relações entre corpo e padrões de beleza torna-se central às coletividades negras, promovendo um conjunto diversificado de formas de resistência política por meio da afirmação estética (SILVA, 2019, p. 175).

Na lógica do movimento negro, uma prática corporal como a transição capilar pode ser vista como um gesto político quando possibilita o reencontro com o cabelo crespo, a sua aceitação e valorização. Realizar uma transição capilar pode significar não apenas uma recusa às manipulações químicas destinadas a produzir uma textura lisa dos fios, mas uma recusa a um padrão de beleza compulsório e, mais que isso, um marco para o desenvolvimento de um olhar mais amplo em relação à diversidade das estéticas corporais.

É nessa estrada que Paula e Sabrina caminham e dançam, e é nela que tentam conduzir suas filhas na peleja dos dias. As meninas celebram e nutrem essas ideias. Isso fica claro quando Laís diz orgulhosa: “Meu cabelo é lindo!”. Quanto à Rita, ela não apenas aprendeu a amar seus fios, como incentiva suas amigas a também amarem os delas: “Eu falo pra outras meninas pra não ficar escrava da escova e nem da prancha, da progressiva”. Notamos como a participação de Paula e Sabrina no movimento negro contagia o miudinho dos dias de suas filhas: na forma como se miram nos espelhos, nas relações que estabelecem com seus corpos e nas escolhas dos serviços que elas realizam nos salões. Sobre os propósitos do movimento, cito Figueiredo (2008):

O movimento negro pretende a destruição da imagem dual construída na sociedade ocidental. Nela, o negro encontra-se associado à feiura, à burrice, à sujeira, etc., em contraposição ao branco, visto como bom, belo e justo. O discurso do movimento negro, portanto, propõe uma inversão simbólica. Na perspectiva do movimento negro, a marca do negro, antes submetido a um processo de manipulação, visando ao embranquecimento, torna-se determinante na construção da identidade negra (FIGUEIREDO, 2008, p. 490).

A cada dia, a afirmação dessa inversão simbólica, a valorização da estética dos sujeitos negros, ganha robustez na esfera pública e política, seja nas ações do movimento negro em sua militância organizada, seja no aparecimento de outras vozes, de agentes que não necessariamente possuem um vínculo formal com o movimento, mas que abraçam, com veemência, causas afins por meio da produção literária, musical e de outras linguagens

artísticas, de fóruns acalorados nas redes e plataformas sociais, de projetos sociais e de espaços dedicados à afirmação da beleza negra, entre eles os salões denominados étnicos.

É o caso do Encrespa. Afirmo que a política é tecida nesse estabelecimento diariamente em suas cadeiras e no calor de suas relações, seja no atendimento de militantes negros como Paula, seja no atendimento de outros perfis que integram sua clientela. Embasado em **Gomes (s.d.)** nessa afirmativa, quando assinala a dificuldade de apartar a dimensão estética e sensível que concerne aos salões étnicos da dimensão política. Gomes (s.d) infere que, embora a nossa intenção não seja demandar desses estabelecimentos comerciais uma eficácia política da forma como concebemos uma militância organizada, “o fato é que, ao se autodenominarem ‘étnicos’ e se apregoarem como divulgadores de uma autoimagem positiva do negro em uma sociedade racista, os salões se colocam no cerne de uma luta política e ideológica” (GOMES, (s.d), p.12).

Nesse sentido, penso que as ações políticas que ocorrem no chão dos salões, nos fóruns das redes sociais, nas mais diversas manifestações artísticas, no próprio movimento negro acabam compondo um campo de força criativo, heterogêneo, que semeia vozes e práticas engajadas em romper os estereótipos associados aos fenótipos negros e empenhadas em afirmar a sua “beleza natural”. Essa naturalidade é aqui compreendida, aos modos de Gomes (2008), como “estilisticamente cultivada” e “politicamente construída”. Vemos, no entanto, o desafio atlântico dessas vozes quando, mesmo diante de toda essa repercussão, acessamos, em pesquisas como esta, as narrativas de crianças de diferentes classes sociais relatando, dia após dia, os efeitos das práticas racistas que, com diferentes intensidades, as afetam.

Por essa razão, abrir espaços para a partilha de experiências em relação à estética corporal, especialmente sobre os cabelos, tem configurado uma prática preciosa dessas variadas frentes de luta. Como inspira Avtar Brah (2006), há, na “noção de experiência”, o reconhecimento da potência política. As passagens luminosas e difíceis narradas pelos sujeitos sobre a relação com seus corpos, quando trazidas à tona na esfera pública, desvelam assimetrias, desigualdades, opressões, inspirando, assim, a batalha pela garantia de direitos. Desvelam também a capacidade de engajamento, de articulação e de resistência. Inclusive, nesse exercício de repensar a vida, são as lembranças, as experiências de infância que emergem, em muitos dos casos, com mais força. Os caminhos desta pesquisa mostram que as narrativas das próprias crianças – no tempo, no ritmo, no jeito delas – podem, e muito, inspirar e integrar essa luta, pois suas percepções e experiências ampliam os debates. Ademais, nenhuma transformação social substancial pode prescindir de suas vozes e agências.

Como podemos observar até aqui, os sentidos e significados tecidos na relação das crianças com os mais diferentes serviços dos salões só podem ser desvelados na compreensão das particularidades dos sujeitos; na concretude de seus contextos sociais.

3.3.3 Alisamento capilar: complexidade de sentidos

Lancemos um olhar atento para as experiências de Marta e Mônica com o alisamento capilar. Marta, como vimos, contou-me que vive assoberbada de obrigações e tarefas; nem tem tempo de pentear o cabelo da filha. Mônica, por sua vez, sente o deslocamento cotidiano como algo que toma um tempo precioso de sua vida: “a gente passa o dia no ônibus”, lamenta a menina. Utiliza a expressão “carapinha” para se referir às suas madeixas e relata enfática como é demorado e doloroso penteá-las, sobretudo na ligeireza de suas rotinas.

Essas experiências em torno da prática do alisamento, bem como das motivações para realizá-lo, desvelam uma dimensão precária da realidade de Marta no mundo do trabalho e expõem a luta pela sobrevivência a que ela e tantos outros trabalhadores estão submetidos, uma clara questão de classe na lógica capitalista. Uma lógica que consome tempo e energia dos trabalhadores, e que retira o direito de ter tempo de cuidar com calma do próprio corpo, enquanto cria uma série de serviços, produtos e demandas que afirmam e até impõem a centralidade desse cuidado. Revela também o descontentamento de Mônica com seus cabelos, as dores que sente por eles não poderem ser tratados com delicadeza em seu cotidiano frenético.

Diante dessa cena, o fazer da pesquisa, ao movimentar a noção de experiência nos termos de Brah (2006), nos conduz a indagações: Quem pode sossegar o relógio para cuidar dos cabelos crespos? Quem dispõe de recursos financeiros para comprar os produtos e consumir os serviços destinados aos seus cuidados? Quem pode manter os cabelos crespos no ambiente de trabalho ou no escolar sem sofrer as durezas do julgamento alheio ou a imposição para que os cabelos sejam alisados? Quem teve a oportunidade de aprender quando criança as técnicas, os manejos, os saberes para acarinhar e afirmar as madeixas crespas?

Movimentar essas questões é um passo importante para abrir mão de uma postura acusatória em relação a quem realiza determinados serviços estéticos como o alisamento. Foram incontáveis as vezes que ouvi, em diferentes circuitos, julgamentos duros direcionados aos adultos que fazem alisamento, sobretudo àqueles que permitem o alisamento nos cabelos

das crianças: “falta de consciência”, “loucura”, “futilidade”, “vontade de embranquecer”, “irresponsabilidade”.

Os julgamentos acabam embotando o reconhecimento da história dos sujeitos a partir de suas próprias perspectivas, impossibilitando compreender a complexidade de sentidos atribuídos a essa prática. Lançar mão das perguntas acima é dar um passo na direção de um entendimento mais profundo dos significados que são dinamizados em nossas concepções de beleza capilar e corporal. Tais concepções, produzidas socialmente, podem ser acionadas tanto para ampliar quanto para restringir a diversidade; podem ser acionadas, inclusive, como dispositivos para distribuição de vantagens e poderes entre os sujeitos.

Vimos, em algumas narrativas, o alisamento sendo mobilizado por familiares e pelas próprias crianças como uma estratégia para preservá-las ou afastá-las dos comentários pejorativos e de situações dolorosas. Em contrapartida, percebemos que se ele é feito para evitar a dor, é também executado para acessar uma gama de conquistas. Basta lembrarmos o comentário de Deyse sobre o porquê desse serviço ser tão consumido: “As pessoas se sentem mais bonitas, mais aceitas, as meninas são bem vistas na escola, as mulheres conseguem mais emprego, namorado”.

A fala de Deyse nos convida a perceber que o engajamento para a conquista de uma aparência física legitimada socialmente, para a conquista de “uma boa aparência”, na qual o cabelo constitui um dos elementos centrais, torna-se, no contexto pesquisado, uma condição para a valorização e para o reconhecimento dos próprios sujeitos de uma forma integral. Portanto posturas acusatórias acabam inviabilizando o exercício da alteridade e de uma compreensão mais acurada acerca dos estímulos e imposições fortemente presentes na esfera social em torno do alisamento e de outros serviços estéticos.

Oracy Nogueira (2006, p. 296) reflete sobre como, desde a infância, “incute-se, sub-repticiamente, no espírito tanto das crianças brancas como das de cor, a noção de ‘inferioridade’ do negro ou de indesejabilidade dos traços negroides”. O autor aponta que “Meninos pretos são jocosamente chamados de ‘negrinho’, ‘urubu’, ‘anu’ etc., quer por seus próprios companheiros de brinquedos, quer por outras crianças e adultos” (NOGUEIRA, 2006, p. 296). Já em relação aos brancos, é passada a noção de que “os característicos negróides enfeiam e tornam o seu portador indesejável para o casamento” (NOGUEIRA, 2006, p. 296).

Diferentemente dos estudos de sua época, que focavam na medição comparativa acerca da intensidade do preconceito existente no Brasil e nos Estados Unidos, interessou a Oracy Nogueira se engajar na compreensão das particularidades e dos efeitos do preconceito

nas vidas das pessoas, suas marcas e consequências, como no exemplo mencionado acima, o tratamento conferido a crianças a partir de seus fenótipos. Foi em observações apuradas do cotidiano como essa que o autor definiu a diferença entre o preconceito racial nos Estados Unidos e no Brasil, qualificando-os respectivamente como de origem e de marca:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 292. p. 2006).

Para Nogueira, o preconceito de marca, característico do Brasil, atinge as vidas dos sujeitos que encarnam em sua aparência física elementos que os identificam com a população negra. Na dinâmica dessa classificação racial, a cor da pele e a textura do cabelo possuem centralidade. Segundo o autor, a lógica desse tipo de preconceito “varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor facilidade que tenha o indivíduo de contrabalanceá-las pela exibição de outras características ou condições – beleza, elegância, talento, polidez etc.” (NOGUEIRA, 2006, p.302).

Uma das possibilidades de refletir sobre o alisamento – e deixo claro, apenas uma das possibilidades – é mirá-lo como uma marca, como um meio de contrabalançar os efeitos do preconceito, alcançando um fenótipo mais próximo daquele legitimado socialmente. Figueredo (2008), inspirada nos estudos de Oracy Nogueira, constata que “alisar o cabelo na sociedade brasileira pode não ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como uma tentativa de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro”.

Embasada nos dados da presente pesquisa, afirmo que há uma tentativa de mover-se na “escala da dor”, distanciando-se da discriminação que é impelida aos corpos negros, sobretudo aos mais pobres, desde a infância. Em conformidade com essa ideia, estão as cenas que sinalizam a necessidade de alisar o cabelo para conseguir uma vaga de emprego ou para frear, ainda que minimamente, as ofensas na escola e em outros espaços de sociabilidade. Vale frisar que o alisamento também pode causar sérias dores, como danos à saúde, queda de cabelos, feridas no couro cabeludo, gastos demasiados e permanentes, como evidenciado nas narrativas.

Nos diálogos com a equipe do Encrespa, a afirmação de Figueredo (2008) ganha corpo. Podemos observar isso por meio do olhar crítico que suas integrantes nutrem em relação ao alisamento, considerando essa prática capilar como uma “negação da cor”, “uma

prática agressiva e ofensiva às pessoas negras”, “uma falta de consciência da raça”, “uma negação das raízes”, “uma negação da ancestralidade”, “um ato prejudicial à saúde dos cabelos e à autoestima dos negros”. Em suas perspectivas, o alisamento é visto e sentido, portanto, como um ato de “desprezo” não só pelos cabelos das pessoas negras, mas por suas próprias existências, também por sua ancestralidade, sua história.

Por essa razão, a transição capilar e o *big chop* são veementemente estimulados nesse estabelecimento, pois representam muito mais que a interrupção de processos químicos. São um corte simbólico com discursos e práticas que relegam aparências físicas. Nesse contexto, há todo o incentivo para que as crianças jamais façam alisamento, promovendo-se *serviços de hidratação, fitagem, cortes, penteados*, entre outros, criados para valorizar o movimento dos fios cacheados e crespos. É recorrente as funcionárias do Encrespa dialogarem acerca da importância de se preservar “a beleza natural dos cabelos”, trazendo com veemência para as crianças que alisar os cabelos significa se afastar, negar a naturalidade de sua beleza, “negar a própria natureza”, “negar a ancestralidade e a história do povo negro”.

É possível perceber que esses diálogos gravitam em torno da ideia de ancestralidade, um ideal de uma África mítica, unida, romantizada. Gomes (2008) mostra como na África pré-colonial a maneira como o cabelo era manipulado e apresentado objetivava a diferenciação dos grupos étnicos e a marcação de hierarquias. A autora assinala que essa alusão à África em busca de raízes foi construída por sujeitos e grupos inseridos no contexto das metrópoles e nos centros urbanos ocidentais; chama a atenção para a importância de compreender a manipulação, os usos, as técnicas no movimento de cada cultura e na fluidez do tempo, da história. “O cabelo denominado afro que se utiliza hoje não é mais o mesmo, aquele existente entre os negros norte-americanos e brasileiros das décadas de 60 e 70. [...] O penteado que hoje comporta o corte no estilo *black* é outro” (GOMES, 2008, p. 200). Outros sentidos são elaborados e reelaborados.

É importante frisar que a maneira como os integrantes do Encrespa olha o alisamento não é a única. Nem sempre o alisamento implica as perspectivas das/os participantes desta pesquisa uma ode ao branqueamento, uma negação da raça, uma vontade de embranquecer. Os sentidos e os significados conferidos ao alisamento são multifacetados e seu entendimento e determinados julgamentos podem cristalizar as concepções estéticas, restringir as possibilidades de viver a relação com a aparência física. Essa reflexão vai de encontro à ideia de homogeneização das aparências físicas e de posturas sectárias que defendem que dependendo do fenótipo, só é possível manipular o cabelo de uma única maneira.

O que fica evidente é que há uma multiplicidade de sentidos que são atribuídos aos serviços capilares. A produção desses sentidos depende de diferentes fatores, conforme explica Figueredo (1994), depende do lugar a que se pretende ir, dos preços e da disponibilidade financeira. O que se sobrepõe é a construção de uma melhor relação com o corpo, que oferte a possibilidade do reconhecimento, de habitar o mundo, de viver consigo e com os outros.

Como já apontamos, as ideias e práticas que gravitam no Encrespa em torno da expressão “beleza natural”, por exemplo, movimentam um abundante comércio de mercadorias e serviços. De acordo com Figueredo (2002), desde os anos 2000, expande-se, no Brasil, um mercado estético e cosmético direcionado às pessoas negras. Há um significativo crescimento “do número de lojas especializadas, dos produtos oferecidos, da extensão dos locais de vendas, também é possível encontrar os produtos em farmácias, drogarias e em pequenos e grandes supermercados” (FIGUEREDO, 2002, p. 3). Setores da imprensa se mostram atentos a essa expansão. A autora menciona, nesse sentido, o lançamento da revista *Raça Brasil*, em setembro de 1996, como um marco na “veiculação da imagem negra e do discurso da particularidade do consumidor negro” (FIGUEREDO, 2002, p. 11). Em sua perspectiva, essa miríade de acontecimentos foi capaz de produzir discursos contra-hegemônicos no que tange às concepções de beleza, de fomentar uma atmosfera que alçou o campo da beleza como lugar fértil para transformações nas relações raciais brasileiras.

Essas transformações no modo de perceber e sentir a beleza no país foram forjadas no entrelaçamento entre discursos e práticas advindos da militância negra, do movimento negro, de outras vozes que exaltam a estética negra e da atuação de um mercado que não para de dialogar e de se apropriar desses discursos, produzindo toda sorte de serviços e produtos. Em certo sentido, o mercado joga com os discursos políticos em torno da ode à “beleza negra”, da exaltação étnica, da marcação das diferenças estéticas, lançando mão de símbolos caros ao movimento negro, à militância negra e a outras vozes que advogam a valorização dos fenótipos dos sujeitos negros. Nessa dinâmica, esses símbolos passam a ser, em certas situações, instrumentalizados, ganhando outras conotações, outros tons que, em alguns casos, acabam se afastando do cerne das lutas políticas. É o caso do discurso liberal, que atravessa, com força, muitos contextos de nossa sociedade. As práticas de embelezamento, produzindo a sensação de que cada sujeito, individualmente, deve esquadrinhar sua aparência física, em prol de uma beleza única.

No entanto, é importante novamente reiterar, em contraposição a uma visão corrente que apregoa a ação do mercado como capaz de esvaziar a luta política, que “as

esferas do mercado e do consumo constituem cenários públicos em que nossa capacidade de agência e ação política é exercida, independentemente de aderirmos ou não a noções como sociedade de consumo” (FRANÇA, 2012, p. 247). Desse modo, afirmo que nem a relação com o mercado nem a relação com o consumo podem ser definidas *a priori*, pois estão em construção e tanto uma quanto a outra podem ser pensadas para o reconhecimento e a valorização de diferentes formas de perceber a beleza e os modos de viver.

No fluir da observação participante no Encrespa, observei os secadores de bico fino e as pranchas, destinados ao alisamento, saírem de cena, cedendo lugar ao “pente garfo” e secadores com o bico difusor, que respeitam a curvatura dos fios. Saem de cena os adornos que visam prender ou esconder os crespos, e entram aqueles que deixam as mechas mais encorpadas e visíveis, como as flores ou tiaras de tecidos coloridos. Também desaparecem os fenótipos de pessoas brancas que estampam cosméticos para ganharem luzes os fenótipos de sujeitos negros. Há, nessa dinâmica, uma abertura para a construção de outras práticas, sentidos, significados concernentes ao embelezamento.

Sai de cena o desejo de alisar o cabelo e entra em cena o desejo de afagá-lo, tocá-lo com carinho. As hidratações, as lavagens especiais para os cabelos, as fitagens, os cortes, os penteados são executados nesse sentido. Nas brincadeiras das crianças, no salão, saem de cenas as bonecas loiras, que têm os cabelos esticados até o desgaste, e entram em cena as bonecas negras com seus cabelos soltos e adornados. O brincar aciona uma subversão da vida material de tudo que antes era destinado ao alisamento e ao loiro compulsórios. Materializam-se outras conversas, histórias e cenários, nos quais os fenótipos negros ganham imaginação, lugar e vida. Esses objetos não apenas representam as pessoas, mas as constitui (MILLER, 2013).

Coexistindo e tencionando isso tudo, observamos também os olhinhos espichados das crianças, frequentadoras do Encrespa, fitando os produtos e serviços divulgados de forma incisiva e sedutora pela equipe do salão, crianças nas pontinhas dos pés tentando alcançar as prateleiras atrativas, expressando o desejo de consumir, de tocar, de levar consigo o objeto almejado. Tantas vezes mirei seus suspiros de descontentamento, choros, expressões de tristeza pela impossibilidade financeira de suas famílias de contemplarem seus desejos, bem ali na prateleira, bem ali tão perto de suas mãos, mas tão distantes delas.

O descontentamento se desenha, sem dúvida, muito além da impossibilidade de executar determinados serviços ou comprar determinados adornos ou cosméticos, reflete a frustração de não conseguir aquele cabelo que lhes permite um olhar de admiração em seus grupos, aquele adorno igual ao das amigas tão admiradas. Foram incontáveis as vezes que

flagrei a tensão, o estresse na relação entre crianças e familiares nesse cenário. Entre apelos, recusas e choros, entre ceder aos apelos e se endividar seriamente, familiares e crianças vão sendo atravessados pelo mercado da beleza, numa negociação diária.

Lembremos a fala de Rejane: “Queria vir toda semana pra cá e trazer a minha melhor amiga. Só não venho porque é longe da minha casa, minha mãe tem muita conta pra pagar, mas a tia Lúcia é boazinha, divide no cartão e faz desconto”. A mãe de Rejane precisa parcelar a “beleza natural” estimulada no salão. Rejane está ali zelando por seu corpo, adornando seu cabelo, recebendo elogios; quer partilhar isso com as amigas. Conhecedora da situação financeira de sua mãe, ela mesma pede os descontos e faz uma expressão quase irresistível para Lúcia. A conta do salão vem no final e estreita ainda mais o orçamento familiar.

Mesmo entre as famílias com alto poder aquisitivo, o descontentamento de crianças não é facilmente aplacável. Relembremos Rafaela, de família com alto poder aquisitivo. Vai ao salão semanalmente e faz hidratação e penteados no intuito de “definir seus cachos”. Quando, porventura, não consegue ir, Rafaela nem quer sair de casa, pois se sente, conforme me relatou, “feia e triste e com vontade de me esconder”. Afinal de contas se o produto ou serviço capilar almejados são relativamente fáceis de comprar na realidade econômica da menina, o corpo que se almeja tanto, não. A todo instante a conquista desse cabelo considerado bonito pede mais e mais práticas consumistas.

Rafaela e Rejane, embora vivenciem situações de classe tão diversas, compartilham um desejo semelhante: cabelos aceitos, elogiados, bem quistos. Há um mercado que fala alto ao coração das duas e que, em muitas situações, passa as mesmas mensagens. Aliás, como já destacamos, não apenas nos salões frequentados por Rafaela e Rejane, mas em todos os outros visitados, salta aos olhos o quanto os corpos das crianças, a todo momento, dialogam ou são atravessados pelas influências da mídia e de um mercado cada vez mais globalizado, mesmo que o consumo entre elas seja claramente assimétrico.

3.3.4 Quem pode bancar a beleza normatizada?

A globalização do mercado transparece, como mencionado, na decoração de todos os cinco salões com fotos de famosos e de personagens de animações, nos produtos à venda, na infância online, isto é, completamente conectada à internet, nas campanhas promocionais que incentivam o embelezamento em todas as estações: promoção para o carnaval, para a

volta às aulas, a Páscoa, o Natal, o Dia das Mães, dos Pais, das Crianças, além da citada Black Friday. Tudo isso configura exaltação ao ato de consumir.

As crianças reagem de maneiras diferenciadas. As de famílias com orçamentos apertados pedem os serviços capilares como presentes de Natal, aniversário, barganham em troca de boas notas e serviços domésticos, parcelam no cartão dos pais ou pedem o cartão emprestado a qualquer parente ou vizinho que se mobilize com a causa. Algumas entram na negociação pedindo descontos, pedem fiado. Vivem a perguntar se é caro ou barato o serviço ou o produto desejado. Há todo um envolvimento das crianças na economia. Negociam serviços de graça ou se valem das promoções. Já algumas outras crianças que integram famílias com maior poder aquisitivo, por isso têm maior poder de consumo, pedem para consumir mais, miram em produtos colecionáveis, produtos importados, com tanta urgência que parece que não têm nenhum. Mesmo com essa assimetria no poder do consumo, quando não conseguem seus intentos, as crianças se aproximam nas reações: sentem-se tristes, decepcionadas, incompletas.

A pesquisa mostra que, na busca de conseguir o produto e o serviço almejado em prol do corpo belo, não está no horizonte de ação de algumas crianças somente ter recursos financeiros para comprá-los. Vislumbrei, especialmente entre algumas frequentadoras do Encrespa e do Salão da Deyse, outras estratégias. É o caso de Marisa, 10 anos, estudante de escola pública, que desejava muito obter os adornos expostos nas prateleiras do Encrespa e não possuía condições financeiras para comprá-los, mas pediu à dona do salão para ser fotografada com eles e postar em seu Instagram: “Todo mundo vai pensar que é meu”. Ou Karina, 6 anos, que trocou um ursinho seu por um laço adorado que pertencia a uma amiga da escola. Cito ainda a filha de Deyse, que obteve da vizinha costureira o vestido para a festa de fim de ano na escola. Em troca, Deyse fez alisamento no cabelo da filha da vizinha. Com os poucos recursos, outras estratégias são movimentadas para que os produtos e os serviços de embelezamento se façam presentes nas vidas das crianças, outras estratégias de consumo são criadas.

Nesse sentido, cabe aqui mencionar as receitas ditas caseiras para o embelezamento do cabelo: o uso da babosa para hidratar, do chá verde para crescer, do chá de camomila para clarear, do mel, do abacate e da gema de ovo para hidratação e brilho. A beleza ao alcance da dispensa de casa, sem mobilizar o dinheiro para esse fim. São incontáveis as dicas de receitas trocadas entre vizinhas, mães e filhas, que foram reveladas a mim nas conversas entusiasmadas nos salões.

O desafio que se coloca é, portanto, no que tange algumas crianças, pensar que consumir beleza passa a ser uma condição para a própria existência, para a conquista da felicidade. Ahmed (2010) escrutina a ideia de felicidade, mostrando a importância de ter consciência de que, em nossa cultura, esse sentimento se configura como uma promessa que mira em determinados objetos, como por exemplo, o corpo considerado belo. Socialmente, entre crianças de diferentes classes, circula a diretriz de que para desfrutar a vida, ser feliz, entrar em contato consigo mesmas e com os outros são condições inegociáveis a compra de produtos de beleza, a realização de serviços estéticos e a conquista da beleza normatizada. Muitas narrativas das crianças com quem interagi mostram que essa diretriz ressoa na constituição de suas subjetividades, fala alto aos seus desejos, interesses e afetos. Há nessa dinâmica a atuação de uma poderosa indústria do embelezamento e de estímulos ao consumo de produtos, apetrechos, experiências.

No horizonte de Ahmed, no movimento de desnaturalizar a ideia de que a felicidade é um consenso, é possível aferir que a partir dos sujeitos atravessados pela infelicidade, ou seja, aqueles que não cabem ou recusam esse projeto de felicidade e beleza normativas novas possibilidades de imaginar a beleza podem ser dinamizadas. Desse lugar, a pergunta que abre a seção poderia ser outra Quem pode bancar a beleza normatizada? Por que bancar a beleza normatizada?

E isso vai muito além da produção de propagandas e produtos para todos os tipos de cores e peles. Trata-se de reconhecer como diz o Gow (?)nreconhecer que os nossos contrastes e juízos estéticos são intrinsecamente discriminatórios em termos de classe. Eu acrescento que em termos de gênero e raça também. Trata-se de repensar as relações de opressão e privilégio na nossa maneira de olhar os corpos.

Evidentemente, não podemos afirmar que todas as crianças reagem de forma acrítica diante dos discursos e estímulos do mercado e da mídia, nem que existe, entre elas, uma interpretação homogênea acerca desses apelos. Louro (2014), na linha de Paulo Freire, afirma que os atores infantis não são receptores passivos de processos pedagógicos externos, mas agentes que participam ativamente desse empreendimento. Em comum, entre muitas delas, há o empenho em preparar suas aparências físicas numa tentativa de serem apreciadas, respeitadas e aceitas pelo outro. A isso conferem bastante ênfase. É isso que os salões prometem realizar.

É possível perceber, pelas cenas de corte de cabelo descritas, que os salões não são lugares de consumo frio, de instrumentalização de serviços. São lugares também da construção de laços de afeto, de encontro, de pulsante sociabilidade. São laços diversos, como

aqueles entre os integrantes das equipes dos salões, entre as equipes e os clientes, entre os próprios clientes⁷¹. O salão não é lugar apenas da negociação da beleza, mas da sociabilidade. As práticas capilares são dotadas de afetos e vínculos.

Partilhemos as lembranças de hooks (2005), da sua época de menina, quando a mãe arrumava os cabelos dela e das irmãs. Tais lembranças conduzem para o aconchego de sua casa, quando juntas passavam o pente quente umas nas outras, alisando os cabelos. A autora deslinda uma trama transbordante de sentidos presentes naquele momento. Ali se desenhava um ritual pleno de afetos e intimidade: “Para cada uma de nós, passar o pente quente é um ritual importante. Não é um símbolo de nosso anseio em tornar-nos brancas. Não existem brancos no nosso mundo íntimo” (HOOKS, 2005, p. 1). Para as meninas de trança, vivenciar o alisamento simbolizava a passagem para um novo *status*, era “um símbolo de nosso desejo de sermos mulheres” (HOOKS, 2005, p. 1).

Além de tratar de sua trajetória, hooks (2005) menciona os sentidos de arrumar os cabelos nas vidas de outras mulheres:

Fazer chapinha era um ritual da cultura das mulheres negras, um ritual de intimidade. Era um momento exclusivo no qual as mulheres [...] podiam se encontrar em casa ou no salão para conversar umas com as outras, ou simplesmente para escutar a conversa. Era um mundo tão importante quanto a barbearia dos homens, cheia de mistério e segredo (HOOKS, 2005, p. 1).

A presente pesquisa aponta que, para a constituição desses laços por meio das práticas de beleza, o “cabelo belo” e o “corpo belo” são eleitos como indicadores dos quais depende a aceitação social. Assim sendo, é urgente pensar a beleza de forma mais ampla, nos mais diversos espaços de sociabilidade das crianças, para que estas não se sintam impelidas a conformar suas existências em um único padrão estético. Num movimento de alteridade, é preciso refletir, conforme Arroyo e Silva (2012), sobre o trabalho árduo que elas terão para a construção positiva de sua identidade corpórea, pois isso “exige penosos processos de desconstrução de representações inferiorizantes e preconceituosas de seus corpos que a cultura social, midiática e até literária ainda reproduz”. Acompanho os autores quando argumentam que essa construção positiva não depende só das crianças, por mais que estas se afirmem como sujeitos ativos: “Depende da relação imbricada criança e família, criança e adultos, no que se refere às lutas e às conquistas de seus direitos individuais e coletivos” (ARROYO; SILVA, 2012).

⁷¹ Os trabalhos de Arango (2016) e Oliveira (2014) assinalam que as relações nos salões não devem ser romantizadas, já que são identificados conflitos de toda ordem, afetivos, trabalhistas e profissionais.

A intenção desta pesquisa não é atribuir aos familiares e às equipes dos salões de beleza responsabilidades pela maneira como as crianças relacionam-se com seus cabelos e corpos, mas refletir sobre como o contexto social impõe ou orienta todos eles (crianças, familiares e funcionários) à adoção de um determinado padrão estético. Procuro pensar sobre as exigências desse padrão, os interesses que a ele estão relacionados e busco questioná-lo, já que é física e subjetivamente limitado”.

Hooks (2005) convida a refletir sobre as práticas de embelezamento vivenciadas nos salões para além de meras escolhas pessoais, de um ponto de vista social e político. Nesse horizonte, também são frutíferas as reflexões da autora que apontam “o amor como prática de liberdade”. O amor como um instrumento poderoso, sensível, um fundamento ético e político, capaz de alimentar não apenas uma prática de reconhecimento de si, mas do outro. Em sua concepção, “[p]recisamos desesperadamente de uma ética do amor para intervir em nosso desejo autocentrado por mudança” (HOOKS, 2006, s.p.). Explica ainda que “[a] arte e a prática de amar estão ligadas à nossa capacidade de nos conhecer e afirmar” (HOOKS, 2010, s. p.) e de fazer o mesmo com o outro.

Ora, se os cabelos assumem tanta centralidade nas trajetórias das crianças, aceitá-los significa afirmar, reconhecer suas próprias vidas. Essa afirmação e esse reconhecimento demandam noções mais democráticas de beleza, novas formas de pensar o corpo. Implica também criar coletivamente formas de intervenção compatíveis com seus horizontes, canais de interlocução, de escuta e de participação política para promover reflexões sobre as práticas de consumo, as relações diariamente travadas com o mercado e a mídia que atravessam nossas práticas de embelezamento, e a interpelação do ideal de felicidade embutido na beleza normatizada. Essa dinâmica abre espaços não só pra noções mais amplas de cabelo belo, corpo belo, mas novas formas de sociabilidade, de produção de subjetividades.

4 ROSTOS

Nas rotinas dos salões, os rostos das crianças são recorrentemente alvo de atenção e comentários, tanto por parte delas mesmas quanto de seus acompanhantes, dos profissionais e dos demais clientes. Incontáveis foram as vezes nas quais ouvi de funcionários, no instante do atendimento, elogios à beleza dos rostos e dos olhos de meninas e meninos, especialmente quando a pele e os olhos são claros. Marcante também foi “ouvir o silêncio” dos elogios ausentes em relação às faces que destoavam de um marcado padrão de beleza. São muitas as avaliações criteriosas sobre “com quem a criança se parece”: “é a cara da mãe”, “parece com o pai”, “uma mistura dos dois”, “os olhos dele e o nariz dela”.

Essas análises detalhadas são oferecidas de forma completamente espontânea por trabalhadores dos salões e outros clientes, sem que as crianças e seus familiares nem ao menos perguntem ou queiram saber. Pululam ainda as frases que atrelam a forma do rosto ao comportamento. Tomei nota de pelo menos três proferidas por mães: “cara de patricinha”, “cara de menino danado”, “cara de menino sapeca”. Por parte dos funcionários, as faces das crianças também são tecnicamente qualificadas em seus formatos. Há classificações como “quadrado”, “oval”, “redondo”, “triangular”, “hexagonal” – e para cada uma dessas classificações há a indicação do corte ideal, da maquiagem mais certa.

A importância conferida aos cuidados e ao embelezamento do rosto também ficou evidente pela gama de produtos específicos voltados a essa parte do corpo – protetor solar, maquiagens, hidratantes, demaquilantes. Tais itens estão presentes não apenas nas prateleiras dos salões, mas também nas páginas das revistas disponíveis aos clientes, sem contar as imagens que ilustram as paredes desses estabelecimentos, invariavelmente com pessoas maquiadas. Tais cenas e ambientações são, sem dúvida, convites para que as crianças percebam o valor de seus rostos para o reconhecimento não só de suas belezas, mas delas como um todo. Há um forte valor social conferido à face.

Le Breton (2017, p. 154) aponta caminhos para pensar o valor social do rosto nos contextos pesquisados, ou, melhor dizendo, “os valores”, já que se trata de realidades diversas: “Quanto mais uma sociedade acorda importância à individualidade, maior é o valor do rosto e sua aparência”. O autor argumenta ainda que “a face se torna um lugar de reconhecimento mútuo, nós portamos mãos e rosto nus e ofereceremos aos outros as marcas e traços que nos identificam. Através de nosso rosto somos reconhecidos, chamados, julgados” (LE BRETON, 2017, p. 154). Le Breton nos esclarece que é, justamente, ao mirar o nosso rosto, que o olhar do outro socialmente nos atribui “um sexo, uma idade, uma cor de pele.

Somos amados, desprezados ou anonimizados e afogados na indiferença da multidão. Conhecer o outro implica em lhe permitir ver e compreender uma face nutrida de sentidos e valores” (LE BRETON, 2017, p. 154). É justamente com esse espírito que esta seção sobre o rosto foi tecida, no intuito de construir um olhar que vai para muito além da anatomia. Afino-me a Camargo (2009) ao afirmar que

[o] rosto não se revela apenas como componente de elementos orgânicos: está inserto na vida cotidiana, nas relações de produção e troca. É um meio de comunicação, pois por meio de signos ligados à linguagem, expressões, sinais, instituições, à qual pertence permite a sua ligação com o outro rosto (CAMARGO, 2009, p. 408).

Quando se trata dos rostos de meninas, além de serem alvo de avaliações, julgamentos e atenção, são também objeto de inúmeros serviços de embelezamento. Nesta seção abordarei as vivências delas em relação a dois desses serviços: a depilação de sobrancelha e a maquiagem. Aos meninos, de modo geral, esses serviços são veementemente negados, mas sobre isso também refletirei a seguir. Intento não fazer uma mera descrição da divisão desses serviços entre os sexos; e, sim, oferecer uma interpretação possível, com um olhar crítico, de como essas diferenças são delineadas, positivadas, hierarquizadas nos contextos estudados e como as crianças lidam com essas diferenças, tratando inclusive dos trânsitos de crianças na direção e/ou na contramão do que é presumidamente feminino e masculino.

Trago como leme a orientação de Medrado e Lyra de que

[...] é preciso romper com modelos explicativos que, via de regra, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas são assim, mas que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas [...] que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 833).

No que diz respeito à maquiagem para meninas, afirmo que é um serviço ofertado nos cinco salões estudados. Geralmente seu objetivo consiste em embelezá-las para eventos especiais como casamentos, aniversários, celebrações na escola, entre outros. Além disso, há, entre os salões pesquisados, o oferecimento de outros serviços que integram a maquiagem. É o caso do salão A Turma do Cabelo que oferece o “dia de diva” ou o “dia da princesa”. Nesses dias, meninas, na faixa etária do meu estudo, realizam maquiagem, corte de cabelo e pintam as unhas. Uma espécie de “combo da beleza”. Ao final do atendimento, recebem uma faixa com a expressão “Mini Diva”. Se preferem o dia da princesa, ganham uma pequena coroa. O salão Astros e Estrelas também oferece um serviço no qual a maquiagem está

marcadamente presente: festas de aniversário denominadas “o dia da princesa”. Nelas, a aniversariante celebra mais um ano de vida ao lado de suas amigas em meio aos serviços estéticos. As meninas pintam as unhas, fazem limpeza de pele, maquiagem e penteados. Toda decoração da festa alude a maquiagens e a artigos relacionados às práticas de embelezamento. No salão Encrespa, costumam-se organizar workshops que visam a “ensinar”, de acordo com as palavras da gerente, “a maquiagem ideal para pele negra”. No Salão da Deyse, há uma promoção do Dia das Mães, em que é possível fazer a maquiagem de graça mediante um corte de cabelo.



Figura 45 – Festa de aniversário em salão de beleza

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 46 – Passeio na limusine em festa de aniversário no salão

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 47 – Cartaz do workshop “Cuidados com os cabelos crespos e a pele negra”

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 48 – Dia de diva – Salão A Turma do Cabelo

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 49 – Primas de 11, 12 e 13 anos “sobrancelhas feitas e maquiagem para festa de casamento”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Em todo tempo de troca com meninas de diferentes realidades sociais, inclusive ao visitar seus lares e escolas, percebi como a maquiagem está presente nas vidas de muitas crianças. Devo dizer que isso se faz de maneiras bem singulares, repletas de nuances, às quais busco a partir de agora explicitar.

Começo mencionando Maitê, 4 anos, moradora da Asa Sul, frequentadora do Astros e Estrelas. Recebo o presente de interagir com ela em sua casa e, em meio a nossas brincadeiras, ela trouxe-me a *nécessaire* da mãe – parecia carregar um verdadeiro tesouro. Abriu e apresentou-me um mundo de cores, formas e texturas. Batom, sombras, *blush*, rímel, pincéis, corretivo. Tudo para o manuseio de Maitê, que começa a se pintar. Olhos apressados poderiam julgar que ela se borrou inteira, mas ali estava claro para mim a experimentação, as várias possibilidades de traçados na pele, o teste de muitos tons. Divertia-se num movimento criativo. Disse-me, tocando o estojo de sombras, “gosto da sombra azul colorida”. Estendeu o dedinho em meus olhos, pintando-me também. Maitê parecia fazer um jogo em que pintar era

a própria brincadeira. Movimentos potentes, pelos quais ela decidia como conduzir o uso de cada item. Sua mãe, Talita, disse-me: “Eu separo uma *nécessaire* com as coisas mais velhas para ela se dar o direito de imaginar e brincar”. Maitê aprecia pintar as bonecas, as pessoas queridas, as paredes, a sua mamãe. Esta é quem ela mais gosta de pintar. É fácil sentir uma atmosfera afetiva e de cumplicidade que envolve Maitê, Talita e as maquiagens. É um momento reservado para elas, em cores, sintonia e intimidade. “Minha mãe me deu esse batom. Ela disse que fica lindo em mim”, disse-me orgulhosa a menina, usando-o de forma generosa, extravasando o contorno dos lábios. Mais que um batom qualquer, aquele item representa um elo de carinho entre as duas, uma partilha em que “o ficar linda” é a tônica. Era um item que pertenceu à mãe e agora passou para a garota.

Compartilhei momentos com muitas outras meninas, sobretudo pequenininhas como a Maitê, que manejam as maquiagens de suas mães como brinquedos, algumas vezes com total concordância destas, em outras como um ato de desobediência. Em seus horizontes, o uso da maquiagem se apresenta como uma possibilidade inventiva, o apreço ao colorido, o jogo das experimentações, uma concentração que pode ser muito mais focada no próprio brincar do que mesmo na motivação de fazer-se e apresentar-se bela. Ainda que de forma clara, muitas delas, desde bem pequenas, façam a associação entre “se maquiar” e “ser bonita”.

Nessas andanças, percebi que, em muitos casos, a maquiagem torna-se um elo afetivo entre mães e filhas, um elemento agregador, íntimo, de cumplicidade, que possibilita abrir no tempo corrido dos dias um momento só para elas, para a vivência de uma prática que, culturalmente, foi anunciada como algo que lhes diz respeito. Observando esse movimento, percebi que, muito mais que uma vontade de imitar a mãe, algumas crianças, ao se maquiare, protagonizam ações e momentos de reciprocidade com mulheres de referência: tias, irmãs mais velhas, madrinhas. Há o toque carinhoso de uma no rosto da outra no momento de maquiar, há os ensinamentos e as experiências trocados entre toques e palavras.

Na cumplicidade construída em campo, conheci os quartos, abrir os armários, vi suas penteadeiras, prateleiras, abri as bolsinhas de meninas de diferentes idades e classes. Na maioria das vezes, constatei como as maquiagens estão bem acessíveis, ao alcance irrestrito de suas mãos. Muitas crianças nem precisam acessar a *nécessaire* da mãe como Maitê, pois possuem as suas próprias. Por vezes, bolsinhas diminutas que guardam no máximo um batom, uma sombra, um blush. Em outros casos, esses itens são guardados em sacos plásticos ou caixinhas de papelão, como vi no Sol Nascente. Contudo há casos em que as *nécessaires* das crianças são tão ou mais sofisticadas e recheadas do que as das próprias mães, contendo

artigos de maquiagem caríssimos e importados, como mirei entre meninas moradoras do Plano Piloto.

Se algumas delas conferem à maquiagem um *status* de brincadeira, outras vão além: atribuem um *status* de artigo indispensável para a vivência do dia a dia. Conversei com meninas que simplesmente não conseguem sair de casa sem levar na bolsa ou na mochila itens de maquiagem, nem que seja um batom. É o caso de Andressa, 7 anos, frequentadora do Escova Mágica, estudante de escola particular. “Eu me sinto nua sem maquiagem! Não consigo nem respirar direito”, disse-me a menina. Andressa costuma ir maquiada para a aula e é afeita a batons vermelhos e sombras escuras. Andrea, sua mãe, chegou a ser chamada na escola porque, no entendimento da coordenação, a menina usa tons muito exagerados para a idade dela. A mãe também foi advertida pelo fato de Andressa ficar se maquiando durante a aula. Andrea, funcionária pública, disse-me que acha muita “carentice” da escola. Explicou-me que a menina “puxou a vaidade” dela e que desde pequena se maquiava também. “Minha mãe começou [quando] eu era nova e eu comecei com Andressa de bebê. Com dois anos eu já tinha passado maquiagem na Andressa. Acho feminino, bonito. Não vejo nenhum problema”.

Além de Andressa, convivi com outras meninas que iniciaram cedo o contato com a maquiagem. A mãe de Valentina, 3 anos, moradora da Asa Sul, negociou presenteá-la com o primeiro batom, desde que abandonasse a chupeta. Essa é uma barganha que vi ocorrer outras vezes, tanto no Plano Piloto como no Sol Nascente. Em contrapartida, há familiares que evitam a todo custo permitir o uso de maquiagem pelas crianças, mas, por vezes, encontram resistências. Algumas meninas dão um jeito. Que o diga Helen, 5 anos, estudante de escola pública, que dava parte de seu lanche para ter o direito de usar a maquiagem da amiga durante o recreio. Ou Júlia, 4 anos, estudante de escola particular, que trocou sua lapiseira pelo batom da amiga.

Há crianças que desenvolvem uma perícia em relação à maquiagem, pois, além de agirem com destreza ao maquiarem os seus rostos e os dos outros, dentro dos parâmetros dos contextos estudados, são profundas conhecedoras de toda sorte de produtos, reconhecem suas finalidades, as marcas, são capazes de falar em detalhes sobre cada um dos itens, têm a ciência de diferenciar as maquiagens para determinados tipos de pele, rosto, ocasião. Menciono aqui Filipa, 11 anos, estudante de escola particular, frequentadora do Astros e Estrelas: “Quando eu comecei era uma graça, era tudo borrado, mas eu fui aprendendo a maquiar de verdade. Minha mãe e minha irmã, quando querem sair, pedem pra mim. Eu sei tudo o que é preciso pra transformar o rosto num rosto de princesa”. Filipa, sempre que seus pais permitem, assiste a tutoriais de maquiagem. Ressalta em sua fala o quanto a maquiagem

é um elemento importante para que a pessoa se faça notar ou admirar pelo olhar do outro: “Um rosto bem maquiado chama atenção, as amigas olham, os estranhos olham, os gatinhos também, né?”. Percebi que assim como Filipa, meninas entre 9 e 12 anos apontam mais em suas falas esse potencial da maquiagem para atrair, agradar ou fazer-se admirar pelo olhar do outro.

Outro sentido atribuído à maquiagem por parte das crianças com quem dialoguei é considerá-la um instrumento precioso para “disfarçar”, “esconder” ou “suavizar” determinadas características presentes em seus rostos, que são considerados defeitos ou imperfeições. Maia, 7 anos, estudante de escola particular, frequentadora do Escova Mágica, pensa dessa forma em relação às suas sardas: “Eu queria fazer uma plástica pra tirar uma por uma, mas não posso porque sou pequena. Vou dando um jeito com maquiagem até eu ficar grande”. Vejo esse mesmo sentido sendo movimentado por algumas meninas que vivenciam a puberdade quando as espinhas começam a despontar. “Minha cara parece uma pista! Toda cheia de buraco. O que salva é minha base e meu corretivo. Não sei o que seria de mim sem isso!”, disse-me Celina, 11 anos, estudante de escola pública, frequentadora do Salão da Deyse. Usar os recursos de maquiagem para tornar o nariz mais fino, afilado, também é uma prática citada por algumas meninas, pois, no contexto estudado, esse formato de nariz é tido em alta conta. Karine, 11 anos, frequentadora do Encrespa, disse: “Se eu pudesse fazia uma plástica, é muito largo, fico de olho nas blogueirinhas pra disfarçar”. As dicas e as técnicas de como se maquiar são, muitas vezes, aprendidas não só por meio das mulheres de referência, como já mencionado, mas através de revistas, programas de televisão e, sobretudo, em tutoriais de maquiagem no YouTube. Maquiagens feitas por atrizes, cantoras e celebridades também se tornam referências.

Como venho explicitando, são diversos os sentidos conferidos à maquiagem pelas meninas com quem interagi: uma brincadeira, uma diversão com as cores, texturas e sensações; um dever; uma prática para ocasiões especiais ou para o dia a dia; um meio de chamar atenção, de parecer mais bonita ou de disfarçar imperfeições; uma forma de parecer com alguém que se admira. E, não raramente, mais de uma dessas perspectivas são conjugadas. Reduzir o uso da maquiagem por crianças a um único sentido é ofertar uma avaliação simplista sobre a relação delas com essa prática corporal. É preciso entender suas perspectivas, seus engajamentos, ouvindo-as, aproximando-nos de suas rotinas.



Figura 50 – Serviço de limpeza facial e maquiagem

Fonte: Acervo da pesquisa.

Os sentidos atribuídos ao uso da maquiagem também são diversos em relação às percepções dos familiares quanto ao acesso das crianças a esses produtos. Observei que algumas meninas são incentivadas pelos seus responsáveis e funcionários dos salões a executarem tal “prática embelezadora”, enquanto outras são restringidas por seus familiares. Há crianças que, mesmo diante das negativas de seus responsáveis, insistem em fazer os serviços, ao passo que outras se recusam veementemente a fazê-los, mesmo quando incentivadas. Esmiuçemos um pouco mais essas diferentes posturas.

Alguns familiares, tanto moradores da Ceilândia quanto do Plano Piloto, incentivam intensamente o uso de maquiagens. Eis alguns relatos que vão nessa direção: “É algo natural do universo das meninas”, “É o direito que elas têm de brincar de ser vaidosas”, “Ajuda a menina a ser feminina”, “A menina se conhece melhor”, “É um jeito de brincar, de soltar a criatividade, a imaginação”, “É bom, porque aprende a se cuidar desde cedo”, “Por mim, minha filha pode usar e abusar, porque menina tem que ser mesmo bonita e vaidosa”.

Já outros familiares concordam com o uso da maquiagem, mas com algumas condições: “Um batonzinho pode”, “Tem que ser maquiagem de criança, clarinha, discreta”, “Pode brincar, mas não pode ser escrava”, “Num dia de festa pode, num casamento, num evento, mas no dia a dia eu já acho demais”. Nem sempre há uma concordância entre mães e pais, uns possibilitam e outros não, e isso pode render desde conversas descontraídas em família, até brigas homéricas.

Entre os argumentos dos pais que não estão de acordo com o uso da maquiagem por meninas, são comuns frases como: “É um desrespeito com a infância”, “É queimar uma etapa da vida”, “É atropelar a inocência da criança”, “Adiantar demais as coisas”, “É tornar a menina uma mini adulta”, “É fazer a menina despertar pra aquilo que ela não tá pronta pra viver: vaidade demais, consumo demais, namoro”, “Eu acho muito assanhamento pra uma criança”. Leonor, mãe de Julieta, 12 anos, estudante de escola pública, frequentadora do

Salão da Deyse, disse-me: “Vanessa, o mundo tá muito perigoso pra uma menina sair sozinha na rua. Se sai maquiada chama atenção de quem não presta, tem muito homem ruim, mal intencionado, doido atrás de uma carne nova. Por mim, ela devia andar com um saco na cabeça. Sair de casa pra escola, da escola pra casa e só. Mas já que não dá pra amarrar, a gente tem que evitar”. Aliás, entre as mães da Ceilândia, ouvi comentários semelhantes, ressaltando o perigo das ruas, já que faz parte de seus cotidianos as meninas circularem sozinhas, o que torna problemático o uso da maquiagem, pois, em suas perspectivas, podem chamar a atenção “de homens mal intencionados”, “de abusadores” ou de relacionamentos que, como as mães classificam, são “sem futuro”.

Quanto a “tirar” ou “fazer” a sobrancelha, ouvi dos familiares argumentos semelhantes àqueles relacionados ao uso da maquiagem por crianças, tanto no sentido das opiniões que apoiam, como das que restringem. Esse serviço consiste em retirar os pelos com o auxílio de uma pinça, de uma cera depilatória ou de uma linha, conferindo determinado desenho à sobrancelha. Entre as possibilidades de desenho, a sobrancelha pode ficar fina, curvada, arqueada. No campo estudado, quando esse serviço é destinado para crianças, utiliza-se com mais frequência a expressão “limpar a sobrancelha”. Deyse explica bem a diferença entre “tirar”, “fazer” e “limpar”: “Em criança, a gente só faz a limpeza, tira o excesso de pelo, corrige o formato. Tem gente que, ao invés de limpar, faz, e isso deixa a menina de 8 anos com aquela cara de mulher fatal. Não pode! É melhor só limpar para ir domando, crescendo sem falha”.

Tanto nas paragens da Ceilândia como nas do Plano Piloto, é recorrente a ideia, entre adultos com quem interagi, de que fazer um desenho na sobrancelha, deixá-la arqueada, por exemplo, pode conferir um ar de “mulher fatal”, um ar sensual. Essa é uma das razões pelas quais algumas mães não admitem que suas filhas executem esse serviço em hipótese alguma. Sobre isso, conversei com Ellen, museóloga, mãe de Marta, 10 anos, frequentadora do Escova Mágica. Disse-me ela: “Eu chego no colégio da Marta e vejo meninas da idade dela, mais novas até, com aquele olhar de mulher, toda maquiada, sobrancelha feita. É erotizar demais a criança. Eu não sei em que mundo essas mães vivem, Vanessa! Será que elas não percebem o tipo de risco que essas crianças correm?”. Perguntei, então, se ela poderia falar um pouco desses riscos, e ela respondeu: “A gente tá numa sociedade doente, tem desrespeito com a criança, tem assédio, isso tá todos os dias nos jornais, na internet. Deus nos livre! Casos e casos de pedofilia”.

Outros familiares, por sua vez, não estão de acordo que as meninas façam o referido serviço pela dor que ocasiona. “Não vou submeter minha filha, uma criança, a uma

dor dessas, só porque a sobrancelha dela é grossa. No tempo certo e se incomodar a ela, ela decide, mas eu não vou obrigar”, afirma Valesca, mãe de Nina, 9 anos. Menciono também os familiares que não permitem realizar o referido serviço porque acreditam que isso desgasta os fios, e as meninas, quando crescerem, correm o risco de ficar com a sobrancelha “rala demais”.

Já entre aqueles familiares que possibilitam às meninas realizarem o serviço, as justificativas gravitam nos seguintes sentidos: “Dá uma aparência de limpeza ao rosto!”, “Faz bem à autoestima”, “O olhar fica mais expressivo”, “Fica mais limpo, higienizado”, “Realça a beleza”, “Não vejo problema algum! Deixa ser vaidosa, melhor que ser desleixada”. Há familiares que deixam a criança fazer a sobrancelha e há aqueles que admitem apenas fazer a limpeza.

Já entre as crianças que tiram ou limpam a sobrancelha e aquelas que desejam fazê-la, a justificativa mais citada é que a prática deixa o rosto mais bonito. Katia, 7 anos, filha de Deyse, é uma das que depilam corriqueiramente as sobrancelhas. Em suas palavras: “O rosto fica muito mais bonito quando tira, é bem melhor pra maquiar. Van, pede pra minha mãe pra tirar a sua! Olha isso!”, exclamou a menina, tocando minhas sobrancelhas com olhar de reprovação.

No tempo da pesquisa, presenciei Katia vivenciando esse serviço algumas vezes. Senta-se na cadeira de corte, desliza um pouco as costas, inclina a cabeça para trás, coloca as duas mãos cruzadas sobre o peito, fecha os olhos e se entrega a Deyse, que saca a pinça de metal e tira fio por fio de sua sobrancelha. A menina faz um silêncio sereno e não esboça nenhuma expressão de desconforto. Perguntei: “Você sente alguma dor?”. A menina respondeu: “No começo, eu sentia. Meus olhos se enchiam de lágrimas e eu fazia muita careta, mas agora eu não sinto mais nada. Já tô grande, né!”. Deyse diz que precisa esconder a pinça de Katia porque, quando ela vê um fio fora do lugar, ela mesma quer tirar, mas a cabeleireira teme que sua filha deixe a sobrancelha fina demais.

Há meninas que encaram o serviço, pois sofrem ofensas na escola pelo fato de suas sobrancelhas serem grossas. Ivna, 10 anos, frequentadora do Salão da Deyse, confessou-me, com ar de descontentamento: “Tenho que passar por essa tortura toda vez, porque na escola fazem *bullying* comigo”. “O que eles fazem?” “Me chamam de monocelha, sobrancelha de taturana, dizem que tem uma lagarta na minha cara, um bicho, uma floresta amazônica.” “Se você não passasse por essas situações na escola você faria o serviço?” “É lógico que não!, dói muito e a gente ainda gasta um dinheiro que não tem.” Há ainda meninas

que encaram o serviço como um elemento de sociabilidade. Fazem-no, porque a amiga ou “todo mundo” na escola está fazendo.

Como mencionei, há meninas que resistem ao serviço, apesar de serem incentivadas por seus familiares. Contudo não o fazem porque temem a dor provocada e, sim, por realmente não verem sentido em fazê-lo. Léa, 11 anos, frequentadora do A Turma do Cabelo, estudante de escola particular, vive recusando os apelos da mãe para retirar as sobrancelhas. A mãe, funcionária pública, insiste que ela deve fazer o serviço porque sua sobrancelha é grossa e não combina com o rosto bonito e delicado da menina. “Puxou a sobrancelha do pai. Se ela fizesse, ia ficar um primor!”. A menina respondeu-me: “Ah! Eu nem ligo. Tá bom do jeito que tá!”.

Antes de refletir de maneira mais analítica sobre toda essa diversidade de posições e negociações que envolvem os dois serviços pautados – o uso da maquiagem e o fazer de sobrancelhas, gostaria de explicitar o distanciamento imposto a muitos dos meninos com quem interagi em relação a esses serviços. Foram incontáveis os relatos e as cenas de desconfortos e as proibições quando os meninos tocam em maquiagens: “Não é pra você”, “Isso é coisa de menina”, “Isso não é brincadeira de menino”, “Que é isso, rapaz! Vai procurar um carrinho pra brincar!”. As orientações, comandos e ensinamentos, feitos com rudeza ou delicadeza, advogam que os meninos não devem repetir, reproduzir e vivenciar comportamentos ditos femininos. Nos contextos pesquisados, é forte a visão corrente de que a maquiagem pertence, por excelência, “ao terreno do feminino”, à vivência das meninas. No salão A Turma do Cabelo, há uma penteadeira rosa, baixinha, com algumas maquiagens infantis expostas. É comum os meninos pequeninhos, quando se aproximam dali, receberem advertências ou serem convencidos a brincar com outras coisas no salão.

Outras cenas em que essa interdição ou estranhamento do manuseio de maquiagens por meninos ficaram evidentes foram protagonizadas por algumas mães que, ao saberem que estudo infância, me puxaram para um lugar mais discreto no salão e, com um tom de voz baixinho, confiante, por vezes, angustiado, perguntaram-me se eu sabia se era normal o interesse de alguns de seus filhos, sobrinhos ou netos por maquiagens, colares e outros acessórios reconhecidos como femininos. Perguntaram-me também como lidar com isso, se era uma fase, se ia passar, o que seria melhor fazer: conversar, ignorar, fazer de conta que não viu, brigar, repreender, levar ao psicólogo.

Uma das mães, Lena, contou-me que seu filho, Nuno, 6 anos, frequentador do Astros e Estrelas, acompanhou-a numa loja de maquiagem e pediu insistentemente para a mãe comprar um batom para ele. Lena respondeu que já tinha o item e que o passaria no filho mais

tarde, acreditando que fosse “daqueles caprichos de criança que quer tudo que vê”. Contudo, quando chegou em casa, Nuno começou a pedir para usar o batom da mãe. Ela desconversou, propôs outras coisas, mas ele estava irredutível. Lena entrou num acordo com o filho. Ele poderia usá-lo, desde que só fizesse isso em casa e jamais na rua. Segundo ela, o menino pulou de alegria e ficou transitando por todos os cômodos de batom. No entanto, uma forte tensão atravessou o acordo entre mãe e filho. Dilson, arquiteto, pai de Nuno, surpreendeu a cena. Gritou com o menino, com a mãe e disse que aquela brincadeira era um absurdo. Levou Nuno de forma intempestiva para o banheiro e lavou a boca do menino: “Ele esfregou com força, com brutalidade e ficou pior, porque a cara ficou mais lambuzada. A raiva dele aumentou, perdeu o controle. O Nuno chorou, chorou, chorou tanto. Foi o pior dia da minha vida”. Perguntei a Lena se Nuno manifestou desejo de usar batom novamente: “Se manifestou, nunca me disse, deve ter ficado com medo do pai”.

Cito também o depoimento de Susi, vendedora ambulante, frequentadora do Salão da Deyse, cujo filho, Alberto, 7 anos, estava brincando com a *nécessaire* dela no quarto, sem que ela soubesse. Ela contou-me que o pai flagrou esse momento. Susi, que estava na cozinha às voltas com os preparativos do almoço, ouviu, nas palavras dela, um grito do marido: “Como se o mundo tivesse acabando. O menino nem tava pintando, ele tava só mexendo na bolsa. Ele ficou puto. Sabe o que ele fez? Mostrou para o menino vídeos de sacanagem no celular. Foto de mulher pelada, dizendo que era aquilo que ele deveria se interessar. Que aquilo sim era pra ele. Ficou esfregando o celular na cara do menino”. Perguntei como foi a reação de Alberto. “Ficou com medo, calado, não quis almoçar. Deu dor de barriga. [...] O Raimundo morre de medo de ter um filho gay, porque o desgosto da vida dele é porque tem um irmão gay, tem medo que o menino puxe a ele. Ele não conhece o próprio filho. O menino adora futebol, carrinho, desenho de luta, videogame. Como pode ser bicha?”

Não consegui dialogar com Nuno e com Alberto sobre essas passagens de suas vidas. Tivemos alguns encontros, mas não achei prudente relembrar momentos tão marcantes e dolorosos para os dois. Afirmo que, nas andanças de pesquisa, desde a graduação, engajada nos estudos sobre o embelezamento, tive acesso a depoimentos e cenas que evidenciaram como os corpos de meninos foram marcados por carões, piadas, brigas, surras por parte de familiares ou de outros membros de suas redes de relações devido ao uso de maquiagem, a dançar de forma mais expansiva, a usar acessórios considerados de meninas ou qualquer outra ação qualificada nos contextos pesquisados como presumidamente feminina. Raras vezes vi o contrário, ou seja, o incentivo ou uma postura tranquila diante dessas ações. Uma dessas vezes ocorreu no salão A Turma do Cabelo. Bruno, 4 anos, se aproximou da penteadeira com

maquiagens, e Mabel, cabeleireira, o chamou para sentar-se no carrinho. “Vem, Bruninho, esse cantinho é das meninas!”. Verena, professora, retrucou: “Relaxa, deixa ele brincar. O pinto dele não vai cair por pegar num batom”. Mabel ruborizou a face e ficou sem jeito.

Em relação ao outro serviço pautado, não presenciei meninos da faixa etária deste estudo “tirando” ou “limpando” as sobrancelhas. Perguntei aos profissionais dos salões se esse serviço costuma ser realizado pelos meninos entre 6 e 12 anos, ou se no cotidiano dos atendimentos perceberam meninos com sobrancelhas feitas. A maioria respondeu que não, apenas meninas. Alguns disseram que, embora raro, viram homens de sobrancelhas feitas, mas não meninos. Meire, do Astros e Estrelas, contou-me o seguinte: “Tem homem que é vaidoso, assim metrosssexual, que tira. Gay gosta de tirar, mas assim, gente adulta. Menininho pequeno, igual aos que você conversa, nunca vi”. Já Deyse disse-me: “Não, não, não! Não tem esse negócio não! Homem que é homem pode ter sobrancelha grossa, desalinhada. Fica até charmoso”.

Nas conversas com meninos, apenas uma vez interagi com um que estava incomodado com a sua sobrancelha, pois seus amigos da escola a achavam grossa demais e o importunavam por isso. Herbet, 11 anos, frequentador do Astros e Estrelas, contou-me que os colegas o chamam de “Monteiro Lobato”. Mas, apesar de não gostar nem da sua sobrancelha nem das brincadeiras, não pensa em tirar. “E porque você não pensa, pela dor?” “Nada! Se eu fizer isso, vão me chamar de frutinha.” “Mas, se eles não agissem assim, você tiraria?” impostou a voz e disse-me, ofendido: “Eu não. Tá doida?”.

Os pelos, ou a ideia de ter pelos, nos rostos dos meninos são valorizados nos ambientes estudados. No salão Escova Mágica, quando os meninos cortam os cabelos, os funcionários passam as “vassourinhas” (aquelas para espanar pelos) no rosto dos pequenos e dizem: “Vamos limpar a barba? E o bigode?”, “Olha esse rapaz, como tá grande! Logo vai tá vindo cortar o cabelo e fazer a barba”. Os meninos geralmente retribuem as brincadeiras com um sorriso, ou se olham orgulhosos no espelho. Sem falar ainda nos brinquedinhos de plástico em formato de bigode e barba, vistos como símbolo de masculinidade, presentes entre os brinquedos dos salões. Na festa dos heróis, promovida pelo Astros e Estrelas, a decoração é justamente essa.

Em campo, não tive a oportunidade de acompanhar uma dessas festas. Ocorreram apenas duas, anteriores à minha entrada como pesquisadora no salão. Perguntei à equipe o porquê de a festa dos heróis não ser tão recorrente, ao que a gerente respondeu: “Apesar da gente receber muitos meninos no dia a dia, festa de aniversário no salão é vista muito mais como coisa de menina, mas isso tá mudando”. Inclusive, uma das festas mencionadas foi a do

próprio sobrinho da gerente. A outra foi de um dos amigos que participou da festa dele e quis realizar o aniversário lá também. Tive acesso a um álbum com fotos dos dois eventos, além do material presente no site para divulgação do serviço. Havia meninos reunidos jogando videogame, a decoração remetia aos heróis, bigodes de plástico integravam a sacola de lembrancinha. Além disso, ao conversar com as cabeleireiras sobre os serviços que os meninos fizeram nas festas, disseram-me que realizaram cortes de cabelo com inspiração nos jogadores de futebol.



Figura 51 – Panfletos de divulgação da “festa dos heróis”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Diante das cenas e narrativas apresentadas ao longo desta seção, uma série de questões se colocam e nos convidam à reflexão: Quais sentidos e significados são conferidos aos rostos e aos serviços a eles voltados nos universos pesquisados? Quais os rostos considerados belos? Quais os considerados feios? Quais rostos são eleitos para correções? O que essas classificações implicam nos cotidianos das crianças e nas suas relações com suas corporeidades? No exercício da maquiagem, que traços são recomendados para serem disfarçados, suavizados ou realçados? Quais os diversos sentidos atribuídos ao ato de maquiar? Quais são os efeitos, simbólicos e em termos de saúde dermatológica, de produtos de maquiagem fabricados para adultos utilizados em faces infantis? Quais os desdobramentos das linhas de maquiagem exclusivas para o público infantil, cada vez mais abundantes no dia a dia dos participantes da pesquisa? Quais faces devem ser passíveis de uma limpeza de sobrancelhas? Aquelas pessoas que não a fazem, cultivam a sujeira? Nos termos de Mary Douglas (1976), como podemos pensar as noções de limpeza e sujeira? Quais os desdobramentos de práticas como a depilação e a maquiagem serem negadas aos meninos? Que produções de corporeidades são dinamizadas nessas diferenciações? Como se desenvolvem as relações entre consumo e embelezamento da face? Vimos que as percepções dos familiares sobre maquiagem ou sobre fazer a sobrancelha oscilam entre permissões –

ligadas à autoestima, ao autocuidado, a ser uma prática do universo feminino – e negações – devido à adultização da infância, erotização precoce e danificação da pele. Como a infância está sendo pensada nesses termos e o que tudo isso reflete no reconhecimento que as crianças têm sobre si e sobre os outros?

A seguir apresento cenas que considero de suma importância para pensarmos os serviços pautados e que serão, conjuntamente com as informações supracitadas, analiticamente revisitadas nas seções seguintes.

4.1 CORES E SOMBRAS EM CENAS

a) Cena 1 – Celebração da vida e ode à beleza (Astros e Estrelas)

Ela nem dormiu direito de tanta ansiedade naquela semana. Perguntava aos pais, de instante em instante, se já era o grande dia. Enfim obteve a resposta tão desejada. Chegou! Era o seu aniversário de 6 anos. O palco eleito para a festa: o salão de beleza Astros e Estrelas. Eis o dia de celebrar mais um ano de vida, e faria isso em meio a serviços estéticos: limpeza de pele, penteados, manicure e maquiagem. Ali estava Mel, no salão, sentada na cadeira de corte, devidamente pronta, com seu vestido de arco-íris e, sobre ele, um robe cor-de-rosa com a palavra “princesa” bordada nas costas. Ao lado da cadeira, uma arara com vários robes iguais ao dela. Olhos verdes vidrados na porta, as perninhas balançando e as mãos passando uma na outra denunciavam: ela era um coração à espera. Em alguns minutos, estaciona o primeiro carro em frente ao salão. Era um de seus presentes: sua amiga chega, lhe oferece um mimo e um forte abraço. Mel oferta o robe para a convidada. A peça parece um ingresso para a festa. Ela veste com entusiasmo, mira o espelho e espia o bordado nas costas, com o mesmo escrito: “princesa”. Sucessivamente, chega mais uma e, depois, outra amiga, e outra. Conto dez. Juntas no salão de beleza. A arara de robes fica vazia.

As conversas, os risos, as movimentações frenéticas tomam conta do ambiente. Cabeleireiras, manicures e maquiadoras a postos começam a organizar os atendimentos. Primeiro passo: uma máscara para limpeza de pele. Todas ficam com rostos cobertos de um creme branco. Elas compartilham risadas ao mirar umas às outras. A cabeleireira tenta controlar o *frenezi*, dizendo: “Se rir ou bagunçar com essa máscara, vai criar ruga e ficar com a cara amassada”. Tal frase não causa efeito algum para amenizar a agitação generalizada daquele encontro. Após a limpeza de pele, as meninas são conduzidas pelas profissionais para as demais etapas. Uma vai para o penteado, a outra fazer as unhas, a outra para maquiagem. As demais aguardam a vez em pulsante movimentação: folheiam revistas, miram os adornos

vendidos no salão, conversam sobre como vão querer o penteado, escolhem a cor do esmalte, opinam sobre os serviços que estão sendo realizados e se entregam a brincadeiras: “mímica”, “pedra, papel, tesoura”, entre outras.

As profissionais conduzem os serviços, dão sugestões de penteados e perguntam como cada uma deseja as madeixas. Dois penteados tiveram a preferência: o cabelo escovado, bem liso, com cachinhos nas pontas e a trança embutida. Quanto às cores dos esmaltes, as escolhas foram variadas e vivas: laranja, azul, roxo, rosa-choque, geralmente combinando com detalhes de suas roupas. Monalisa, 6 anos, a única criança negra da festa, diz a Meire, cabeleireira, que gostaria que seus cachos fossem enroladinhos e ficassem soltos. Meire, com uma voz suave, responde: “Lindinha, seus cachinhos são lindos de morrer, lindos, lindos. Depois, outro dia, você vem e a gente faz uma fitagem, mas hoje tem muita gente, e o seu cabelo é demorado. A festa acaba e a gente tá enrolando. Vamos fazer um coque abacaxi?”, que significa os cabelos presos, com os cachos concentrados no topo da cabeça. A menina baixou o olhar, subiu e desceu os ombros e disse um desgostoso “Tá bom ...”.

A tarde avançava e os penteados, unhas e maquiagens continuavam sendo realizados a todo vapor. As profissionais, no momento do serviço, teciam elogios aos rostos, aos olhos, aos cabelos, davam dicas de beleza, sugeriam a maquiagem ideal para “realçar a beleza de cada uma”. E, finalmente, entre dicas e serviços, todas ficaram prontas. Chega o outro momento da festa. Elas se encaminham ao andar de baixo do salão. Meire e Letícia, mãe de Mel, as conduzem. Há um banquete à espera. Uma mesa com um farto bufê: brigadeiros, pirulitos, sanduíches e salgadinhos. O ambiente está minuciosamente decorado. Os tons de rosa e os itens de maquiagem dão a tônica da decoração. Desde o bolo até as lembrancinhas, são batons, pincéis, sombras, blush, espelhos, estojos de sombra que enfeitam a festa. Atrás da mesa há um grande painel com as princesas Disney.

As meninas admiram e comentam os detalhes da decoração. Meire, que continua a coordenar o aniversário, sugere: “Vamos continuar a produção?!”. Ela abre uma caixa grande, bem colorida e recheada de plumas, óculos cor-de-rosa, colares, coroas de princesa, toda sorte de acessórios. As meninas podiam utilizar como desejassem e levar os acessórios para casa como lembrança da festa. Ávidas, começam a se enfeitar. Passados alguns instantes, Meire bate palmas, chama a atenção de todas e diz: “Vamos começar o desfile!”. Uma música eletrônica toma conta do ambiente, um globo luminoso começa a girar e reluzir muitas cores. As meninas se enfileiram e, uma a uma, começam a andar no centro da sala. As outras aplaudem, assoviam. São estrelas e plateia. Umas vão com as mãos na cintura, outras dão rodopios; algumas vão devagar, desfrutando cada passo, enquanto outras, mais tímidas, vão

apressadas. Algumas delas hesitam em ir e são empurradas pelas amigas. Meire filma tudo no celular, enquanto a mãe da aniversariante se encarrega das fotos.

Ao fim do desfile, chega a hora dos parabéns. Mel, com um sorriso que não cabe no rosto, vai para o centro da mesa de delícias. Todas cantam de forma efusiva os parabéns para a aniversariante. Mel assopra a velinha de seu bolo rosa. A decoração é um *nécessaire* entreaberta com itens esparramados: batom, sombra, pinceis. Em seguida, as convidadas cantam em alto e bom som: “Com quem será, com que será que a Mel vai se casar. Vai depender, vai depender se o Roberto vai querer”. A mãe de Mel lança um olhar surpreso. A menina fica com as faces vermelhas e se mostra aborrecida com essa música. Superado o momento, elas se fartam com as guloseimas da festa. Ficam por ali se deliciando, conversando. Mas se engana quem pensa que a festa caminha para o fim. Um dos pontos altos se aproxima. As meninas são chamadas na recepção. A limusine já chegou. Na lateral do veículo vê-se o nome de Mel e a idade. Um tapete vermelho é estendido na porta do salão. O nome de cada uma das convidadas é pronunciado e elas vão entrando no carro. O destino: Pontão do Lago Sul, um centro de lazer e entretenimento.

Com vistas para o Lago Paranoá, geralmente repleto de lanchas e *jet-skis*, o local é um requintado polo gastronômico. Produzidas e maquiadas, as crianças brindam com um espumante sem álcool e taças cor-de-rosa à vida de Mel. O serviço de limusine é contatado pelo salão e refere-se a um dos pacotes do dia de princesa, que envolve esse passeio. O aniversário, que iniciou no começo da tarde, toma a noite de lua. As meninas brindam, conversam, batem selfies. A ideia de beleza, agora, é imbricada com a noção de celebração da vida e da alegria. Ao final, elas se concentram em determinado ponto aonde os pais vêm buscá-las. Aguardam por ali sob a supervisão da mãe da aniversariante. Os pais vão chegando, elas recebem deles abraços e elogios pela produção e vão contando com entusiasmo como foi a tarde de beleza, a tarde da Mel.

b) Cena 2 – Encarnar a diva (A Turma do Cabelo)

“Chegou a nossa diva! Bem-vinda, Olívia!”, diz Mabel, cabeleireira. A seguir, lança um olhar para suas companheiras de trabalho e fala em alto volume: “Vamos começar o atendimento da nossa diva, equipe? Lavagem especial nesse cabelo com direito a massagem! Vamos, Olívia! Tá pronta?!”. A menina, 7 anos, estudante de escola particular, responde à recepção calorosa com um largo sorriso e caminha até o lavatório. Enquanto seus cabelos pretos e longos são calmamente massageados e lavados, Sandra, a manicure, aproxima-se. Ela

toca as mãos de Olívia e diz: “Vamos divar nessa mão? Qual vai ser a cor?”. Olívia responde sem titubear: “Pink”. Passados alguns minutos, seu cabelo está perfumado e as mãos esmaltadas. Agora, na cadeira de corte, no trono da princesa, a menina tem uma profissional mexendo nos seus cabelos e a outra fazendo as unhas dos pés. Mabel pergunta: “Diva, você quer suco, água ou chá? E a mamãe, deseja café?”. É uma diretriz do “dia de diva”. As funcionárias são orientadas que as meninas devem ser bastante reverenciadas, devem se sentir especiais desde a chegada até a saída. No site do salão, o anúncio do serviço é claro: “Tratamento VIP, para verdadeiras Estrelas”. A mãe, Lígia, que acompanha atentamente cada gesto da menina, diz em tom irônico: “Ela nem gosta desse paparico!”. Aproveito o comentário para puxar uma conversa. “Como foi a decisão para participar do dia de diva?”

Menina, da última vez que ela veio cortar a franjinha, a Mabel deu a ela um bendito panfleto que falava desse tal de dia que elas inventaram. Ela tá nessa fase de ler tudo: as placas, os panfletos, tudo que ela encontra pela frente, ela fica soletrando, tentando ler. Desde que viu esse bendito papel não me deixou em paz. Ela é muito fã da Anitta [cantora brasileira] e me disse que queria ter um dia de diva como a Anitta, pode?! Disse que se ela melhorasse o comportamento na escola eu pensava no caso dela. Tava conversando demais, muito desconcentrada.

“Deu certo, então?” “No dia da reunião de pais, a professora falou que ela estava joia, que tinha mudado da água pro vinho. Naquele dia mesmo eu liguei pra marcar o horário”. Mabel entra na conversa: “A nossa diva é mais glamorosa do que a Anitta!”. Nesse momento, Olívia diz: “Mostra a foto, mãe”. A mãe mostra a foto de Anitta em seu celular e diz: “Ela quer ficar assim”. Mabel responde: “Deixa com a gente, vai ficar mais bonita”.

A maquiagem foi bem detalhada, com base, corretivo, sombra, brilho, lápis, rímel, para deixar a menina o mais próximo possível da foto eleita. Olívia relaxa, fica bem quieta no serviço. Os olhos, a boca, as maçãs do rosto, tudo como a famosa cantora pop. Depois de pronta, chega uma hora considerada especial no pacote de serviço no dia de diva. Mabel chama a atenção de toda a equipe do salão. A equipe interrompe o que está fazendo. A cabeleireira entrega a faixa para Olívia, onde está escrito “Mini Diva”, e diz: “Olívia, a nossa mini diva!”. A equipe bate palmas e lança elogios. A mãe registra o momento em fotos e publica nas redes sociais; o salão também faz o registro. Perguntei: “E agora, diva?”. A menina respondeu: “Vou colocar tudo no meu Insta [Instagram].” “E o que achou?” “Eu gostei muito. Vou querer sempre assim”. A mãe fala: “Sei! Vamos se concentrar no hoje!”. “E hoje, o que a diva vai fazer?”, pergunto interessada, querendo conversar com Olívia. “Vou passear no shopping. Hoje é dia de diva completo”. Sua mãe paga cem reais pelo pacote. Com

a foto da Anitta no bolso e a faixa glamorosa no peito, Olivia caminha pela quadra comercial da Asa Norte.

c) Cena 3 – Era uma vez uma sobrancelha... Sâmia, atitude e consequências (Salão da Deyse)

Batidas apressadas no portão da Deyse. Não era nenhuma cliente agendada. Era Nara, que chega agitada, puxando pelo braço uma menina magrinha, 7 anos de idade. Deyse mal abre o portão e a senhora já desata a falar em tom agoniado: “Deyse, minha filha, socorre aqui! Olha o que a Sâmia fez na sobrancelha dela! A doida pegou uma gilete no banheiro e fez essa merda”. Deyse acolhe as duas: “Calma, criatura, vamos entrar! Respira!”. São velhas conhecidas, suas filhas inclusive estudam juntas. Sâmia é neta de Mara. A menina fica sob seus cuidados o dia inteiro, enquanto a mãe trabalha de babá no Plano Piloto. Sâmia entrou calada no salão, cabeça baixa e braço vermelho dos apertões que recebeu no caminho. Deyse a leva para a cadeira de corte e analisa a sobrancelha. A avó anda pra lá e pra cá, pisando firme. Deyse balança a cabeça com ar de reprovação diante do que vê e diz: “Sâmia, porque você não pediu? Eu tirava pra você, minha filha”. “Eu pedi, tia!” A avó imediatamente toma a fala: “Ela pediu, Deyse. Mas eu não deixei! Pra que mexer em sobrancelha numa idade dessa? Ela tem que se criar, tirar a catinga do mijo!”. Deyse diz: “Na idade dela é só limpar, amiga. Tirar o excesso. Mas, tem que fazer direito e não assim, né Sâmia?!”. Sâmia fica em silêncio. Deyse explica: “Não pode tirar com a gilete, Sâmia. Ou é na cera, na pinça, ou na linha. Vou sugerir na pinça que é fio por fio ou na cera que tira vários de uma vez, prometo puxar pouco. Na pinça demora mais”. A menina pergunta com voz trêmula: “Qual dói menos?”. A avó responde rispidamente: “Os dois dói! Inventou de fazer, agora cala a boca e aguenta”. Deyse começa com a pinça. Puxa o primeiro fio. A menina reage: “Ai, tia!”. Seguem-se outras puxadas, seguidas pelos ais da garota. “Quer tentar a cera?” Sâmia balança a cabeça positivamente. Deyse, então, coloca um pouco de cera na parte superior da sobrancelha e dá a primeira puxada. Sâmia enche os olhos de água e grita um ai mais intenso. “Cera ou pinça, garota?”, intima Deyse. “Na cera, pra acabar logo.” Conto quatro puxadas, duas do lado e duas do outro. As lágrimas escorrem no rosto de Sâmia e aquele silêncio se transforma num choro sentido, com as mãozinhas cobrindo a face. Deyse a consola: “Não chora, Sâmia. Você tá só nervosa. Alivia, Narinha. Ela se arrependeu. Coisa de criança”.

Deyse convida a menina a olhar o rosto no espelho. “Olha como ficou. Não ficou 100%. Vai ficar essa falha, essa aqui, mas ficou melhor que tava. Esse pelo vai crescer logo.” Sâmia fica calada e coça os olhos, limpando as lágrimas. A avó, que respira mais aliviada,

pergunta: “Quanto foi, amiga?”. A outra responde: “Deixa que da próxima vez a gente acerta. Preocupa não”. A garota sai do salão com as sobrancelhas vermelhas da puxada e a avó em silêncio. Outro dia, com calma, pude conversar com Sâmia, que, vez ou outra, brinca com Katia. Perguntei por que ela teve a ideia de fazer a sobrancelha. Contou-me que a raspou porque achava feia, muito grossa. Além disso, relatou que, na escola, um colega, chamado Sandro, implicava com ela, apelidando-a de “sobrancelha de nós todos”. “E ele parou de implicar?”, perguntei. “Parou, agora não tem mais com o que implicar”, respondeu a menina com as sobrancelhas feitas.

d) Cena 4 – “Não nasci maquiada” (Astros e Estrelas)

É dia da festa de casamento de Letícia, moradora da Asa Sul, dentista. Um pacote de serviços do salão, que envolve penteado e maquiagem, foi contratado não só para a noiva, mas também para a mãe da noiva, irmãs, madrinhas, sogra e daminhas. Elas decidiram se arrumar no salão e de lá partirem já prontas para a cerimônia. Volto minha atenção para Lisa, 10 anos, irmã mais nova da noiva. Ao contrário da maioria daquelas mulheres, Lisa não demonstra nenhum entusiasmo com o momento. Enquanto todas parecem ansiosas, mexendo nos cabelos, escolhendo maquiagens, mirando-se, de instante em instante, nos espelhos, a menina fica observando, da porta do salão, o movimento da quadra comercial. A mãe insiste em chamá-la, mas ela ou não ouve ou prefere não atender. A mãe a chama mais rispidamente. Lisa retorna com desinteresse, andando bem devagar. A mãe diz, aborrecida: “Vem logo, Lisa. Para de enrolar e vê se não atrapalha pra não borrar”. Lisa revira os olhos. A maquiadora diz: “Combinei com sua mãe uma maquiagem linda pra você, flor. Vai ficar linda demais!”. Lisa pergunta: “Vai demorar?”. A mãe se irrita com a pergunta da menina: “Desamarra essa cara, Lisa. Ela vai fazer bem feita pra você não sair horrorosa no álbum”. Meire lava seu cabelo, seca, faz uma trança. Depois, inicia a maquiagem. Lisa fica visivelmente inquieta, mexendo as perninhas, fazendo caretas, fechando com força os olhos na hora da sombra. A maquiadora diz: “Preciso da sua ajuda ou vai ficar borrada, vai demorar mais”. A mãe diz, em tom aborrecido: “Lisa, por favor! Ela é assim, esquisita, odeia maquiagem, meu avesso. Um rosto lindo, nem vai precisar de plástica quando crescer e não sabe valorizar”. Após o término, a garota olhou no espelho, mas não esboçou um sorriso. As mulheres foram colocar os vestidos e aproveitei o momento para conversar com ela. “Parece que você não gosta muito de maquiagem, né, Lisa?” “É que eu não nasci maquiada, ninguém nasceu. Se chover,

desmancha”, disse-me com a sombra azul, a cor que foi um acerto entre a maquiadora e sua mãe.

e) Cena 5 – Sobre levantar o olhar e valorizar a própria pele (Encrespa)

Era dia de curso de maquiagem voltada para pele negra, ofertado de forma gratuita pelo Salão Encrespa, em homenagem ao Dia das Mulheres. O salão abriu inscrições e reservou dois horários em pleno sábado para esse evento. Um curso aconteceria das 10h da manhã às 13h da tarde, e o outro das 17h às 19h, cada um com capacidade para receber 20 pessoas. A procura superou – e muito – esse número. Na divulgação, o convite estimulava que “as mães trouxessem suas filhas; as avós, suas netas; as tias, as sobrinhas; as irmãs mais velhas, as mais novas”. Lúcia desejava proporcionar um encontro entre diferentes gerações. Estava tudo pronto para recebê-las.

Para contemplar um número maior de pessoas, cadeiras brancas de plástico foram colocadas do lado de fora do salão em forma de círculo. No centro, havia uma mesa com estojos de maquiagem e uma cadeira. Mulheres e crianças iam chegando, pouco a pouco, e se acomodando por ali, procurando um cantinho. Havia crianças com idades diversas, entre 4 e 10 anos. contei nove adultas e 12 crianças. As crianças menores ficavam rodeando as cadeiras e a mesa de maquiagem. As mães advertiam-nas que não podiam tocar em nada, era só para olhar. As crianças maiores permaneciam sentadas, inquietas, criavam mil perguntas, tomavam de assalto o celular de suas mães, davam um jeito de lidar com a espera. Nesse ínterim, tentei puxar conversa, para saber a motivação de suas presenças ali. Apenas duas mulheres tinham intenções profissionais. Uma delas vendia produtos Avon, Natura e Jequiti, explicou-me que o curso poderia ajudar na venda das maquiagens. A outra era cabeleireira e queria aperfeiçoar seus dotes de maquiadora. As demais eram clientes e estavam ali, porque “amavam maquiagem” e “queriam fazer um passeio diferente com as crianças”, “sair de casa”. Procurei dialogar sobretudo com estas.

“Amar maquiagem” e “aprender a maquiar” foi o que mais ouvi das meninas nesse dia. Passados alguns instantes, as cadeiras estavam quase todas tomadas. Lúcia iniciou o curso. Agradeceu a vinda de todas. Disse que aquele encontro era uma homenagem do salão ao Dia das Mulheres: “Não há melhor maneira de comemorar essa data do que valorizar a beleza da mãe e filha, avós e netas, tias e sobrinhas”. E continuou:

Esse curso é pra gente como a gente, da nossa cor, pra gente aprender a ser mais bonita, pra gente se amar, se valorizar e pra gente ensinar as nossas

crianças a fazer o mesmo. É um curso pra gente aprender juntas a se maquiar tanto para o dia a dia como pra aquelas ocasiões especiais. Todo mundo sabe que a maquiagem pra pele negra é difícil, né? Quem aqui acha fácil levanta a mão? [Ninguém levantou] Antes não tinha nada voltado para nossa pele. Só branca podia maquiar. Hoje melhorou muito, tem mais produtos pra gente, mas a maioria é caro, é importado, né, minha gente?! Tem uma ou outra coisa nacional. Aqui a gente tem produtos com um precinho bom, a gente até parcela se for preciso, depois vocês podem dar uma olhadinha sem compromisso. Mas hoje eu vou mostrar que com as maquiagens que a gente tem dá pra se virar. Com os produtos que vocês têm em casa.

Lúcia começa a manusear as maquiagens, diz seus nomes, suas finalidades, tudo em detalhes:

A dica é prestar bem atenção nas cores dos produtos e no tom da nossa pele, procurar a combinação certa pra gente. Tem que fazer as misturas certas. Você pega uma base bem escura e uma um pouco mais clara e mistura. Por exemplo, essa e essa! Como a pessoa sabe que dá certo pra cor dela? Se essa mistura é pra ela? É só passar um pouco no queixo ou no pescoço e testar. A cor do rosto tem que tá em harmonia com a cor do colo. Não pode ficar com uma cara cinza e um colo preto. Tem que se olhar direito. Ter paciência pra encontrar.

Nesse momento, Lúcia chama Tati, cabeleireira, que, em suas palavras, será a sua “modelo por um dia”:

Vou fazer na Tati uma maquiagem de festa, uma bem poderosa. Vocês prestem atenção no passo a passo. Depois cada uma de vocês vai ganhar uma maquiagem mais básica pro dia a dia. As meninas [funcionárias do salão] vão me ajudar a fazer em vocês. Na hora em que elas estiverem maquiando elas vão dar dicas de tudo que fica melhor pra pele, pro jeito de vocês. É o nosso presentão de Dia das Mulheres! Vão sair perfeitas daqui.

Os sorrisos e olhos das mulheres cintilaram com essa informação. Lúcia segue o curso fazendo a maquiagem de festa em Tati e comenta cada passo. “É bom evitar sombras com tons claros, porque não valoriza a gente. Coloca um azul, um roxo, um marrom mais avermelhados, um dourado. O *blush* eu sugiro um bronze, um rosa escuro, um marrom.” Frases encorajadoras são ditas em meio aos ensinamentos técnicos do curso: “A gente tem que realçar a nossa beleza, o nosso olhar. Coloca uma cor nesse olhar. Olha pra frente! Não é pra ficar olhando acanhada. Isso vale pra gente grande e gente pequena”. À medida que Lúcia vai apresentando os produtos, ela detalha como eles devem ser usados nas crianças:

Criança tem a pele sensível. Não precisa muito de base, corretivo, coloca um pouquinho só na área dos olhos para disfarçar alguma olheirinha, se precisar disfarça uma espinhazinha, mas tudo com bastante cuidado. Sem exageros. [...] Quando for passar a sombra na criança, é bom não pesar na mão. Pode colocar as cores que eu falei, mas uma camada mais fina pra criança não ficar com cara de adulta antes do tempo.

São muitos os detalhes, as técnicas, as dicas compartilhadas por Lúcia. Miro o movimento das crianças diante deles. As maiores fitam com olhares atentos, entusiasmados. As menores se impacientam, mas as cabeleireiras entram em ação. Passeiam com elas, brincam, distraem-nas para que suas acompanhantes possam usufruir do curso. Depois de alguns instantes, a maquiagem de festa é finalizada. Todas aplaudem. Lúcia faz uma pausa: “Vamos parar para uma água, um xixi, tem café”. Muitas batem selfies com ela. Depois do intervalo, as cabeleireiras e maquiadoras fazem uma maquiagem básica com sombra, batom, base nas outras mulheres. Converso então com Camila, uma menina de 12 anos, que me relata:

Aprendi a maquiar com a tia Silvana [funcionária do salão] e a tia Lúcia. Antes eu via que todas as cores eram sem graça no meu rosto, por causa da minha cor. Ela me ensinou que minha pele é linda e que a gente tem sempre que passar um batom, um rímel, uma base que combine com a nossa cor. Às vezes, não tem da nossa cor, mas a gente vai fazendo umas misturinhas até encontrar.

4.2 AS VARIADAS FACES DA BELEZA: MIRADAS INTERPRETATIVAS

Para iniciar o exercício de interpretação da materialidade etnográfica apresentada neste capítulo, inspiro-me na sensibilidade de Cohn (2019), quando, nos anos 1990, atentou para como as práticas de pintura e ornamentação corporais são preciosas para os Xikrin. Desde crianças, seus cotidianos são repletos dessas práticas. A autora conta-nos que as mães dedicavam horas a fio a pintar e ornamentar cada parte dos pequenos corpos de seus filhos. Para além da descrição das técnicas e dos materiais, Cohn (2019) se debruça sobre os sentidos, os significados de cada elemento dessas composições, que somente lhes são desvelados a partir de um movimento de alteridade, de uma relação dialógica, de um tempo apurado de observação e troca com os Xikrin.

Com esse olhar apurado pela intensidade das trocas em pesquisa, a antropóloga percebeu que as crianças brincavam e passeavam pela aldeia “lindas e ricamente adornadas” com uma frequência que contrastava com a utilização dos adornos pelos adultos, que apenas se adornavam em ocasiões políticas ou rituais. Foi somente convivendo e dialogando com os Xikrin que a autora pôde compreender como aquelas pinturas, adornos e a preparação corporal diária das crianças expressavam as crenças e os saberes daquele povo, significavam símbolos de pertencimento e expressão de cuidado com aqueles que estavam no início da vida, inclusive para que se mantivessem próximos dos espíritos que os fortaleciam e se distanciassem daqueles perigosos, vivificando, assim, a fina percepção de não crer apenas no

que é visto. Cohn nos mostra que a utilização de ornamentos e pinturas corporais são prerrogativas herdadas, ao mesmo tempo em que expressam a condição da pessoa. Em suas palavras,

[t]rata-se de fazer aparecer, mostrar, dar a ver, identidades e individualidades, assim como a condição da pessoa – seu gênero, sua idade, sua situação social. Trata-se, também, de fazer e moldar corpos, fazer pessoas e parentesco e gerenciar relações com diversos seres, que auxiliam no crescimento e endurecimento destes corpos [...] ou são perigosos às crianças (COHN, 2019, p. 459).

Cohn (2019) nos convida a olhar os rostos e os corpos das crianças não apenas como uma anatomia, uma fisiologia, mas como um território simbólico. No que diz respeito a este capítulo, percebemos que não é possível um entendimento dos serviços de maquiagem e sobrancelha, executados nos salões e nos lares, sem exercitar uma relação dialógica, sem vivenciar a alteridade com as crianças e com aquelas/es que estão vividamente presentes em seus cotidianos, como familiares e agentes dos salões.

O primeiro passo importante consiste em pensar como as práticas de depilação de sobrancelha e maquiagem são históricas e dinâmicas, cambiáveis de contexto a contexto. Nesse sentido, remeto-me a Sant’Anna (1999), em sua acurada reflexão histórica acerca do embelezamento feminino no Brasil. A autora esclarece que, na primeira metade do século XX, por exemplo, a maquiagem deveria ser utilizada com extrema reserva e cuidado por mulheres, pois a beleza era considerada socialmente como um dom concedido por Deus, algo natural, não uma conquista alcançada com esforço. Até porque a mulher que era muito afeita às práticas do embelezamento poderia, naquela visão corrente, ser considerada de moral duvidosa. Como expressa o seguinte ditado popular da época: “A mulher de mais má pinta é a que mais a cara pinta”. Como afirma a autora citada, “nestes tempos se esperava comprovar a austeridade do caráter e da virtude da alma por meio da manutenção de aparência pouco submetida à ação dos ‘artifícios de sedução feminina’” (SANT’ANNA, 1995, p. 125).

No entanto, ainda na primeira metade do século XX, segundo Sant’Anna (2002), existiam muitos apelos publicitários em torno da cura dos “problemas de beleza”, uma diversidade de remédios para embelezar a mulher como num passe de mágica. A maquiagem era vista, nesse contexto, como uma medicina, um remédio. Diante disso, algumas mulheres lançavam mão dos produtos de maquiagem, mas de uma forma velada, disfarçadamente, para que os efeitos parecessem naturais. Os segredos de beleza, como as dicas de como pintar o rosto, eram sutilmente partilhados entre elas. Como expressa Sant’Anna (1995, p. 131), “a

beleza era um acontecimento coletivo e feminino, um segredo vivido entre amigas, uma aventura entre mulheres, experimentada em ocasiões especiais”.

Já na segunda metade da década de 1950, a beleza e as práticas embelezadoras, como a maquiagem, passaram a ser “um direito inalienável de toda mulher” (SANT’ANNA, 1995, p. 130). Nessa época, a maquiagem transformou-se em algo que poderia e deveria ser conquistado com disciplina e determinação. A beleza tornou-se um dever de cada mulher – e a aquela que negligenciasse essa tarefa, seria facilmente tachada de desleixada. Esse era um ensinamento passado para as meninas desde muito cedo na educação familiar. Embora seja tentador traçar as continuidades e rupturas dessa genealogia da beleza, não está no escopo dessa pesquisa esse aprofundamento historiográfico. No entanto, algumas aproximações podem ser vislumbradas.

Nas narrativas aqui apresentadas, fica claro como os salões fortalecem esse ensinamento. Lembremos do curso ofertado em celebração ao dia das mulheres pelo Encrespa; do serviço de maquiagem presenteado por Deyse no Dia das Mães, não só para estas, mas também para suas filhas; do pacote de noiva do Astros e Estrelas, no qual as mulheres se arrumam e se pintam juntas no salão antes da festa. Pensemos nos momentos de troca e afeto entre mães e filhas, que têm como mote o ato de maquiar. Cito Maitê, pintando o rosto de sua mãe com a *nécessaire* que fora reservada especialmente para a menina. Também recordo Valentina, que ganhou seu primeiro batom da mãe como uma recompensa por ter deixado a chupeta. Relembremos ainda as frases de apoio ditas por mães ou outras mulheres que são referência para as crianças com quem interagi, que consideram o ato de maquiar “algo natural do universo das meninas”, um “direito de brincar de ser vaidosas”, ou que, assim, “a criança se valoriza desde cedo”.

Nos contextos pesquisados, a maquiagem não é um produto designado socialmente somente para as adolescentes e mulheres, está incorporada aos cotidianos de muitas crianças de diferentes classes sociais. Desde 1990, quando surgiram as primeiras linhas de maquiagem para crianças no país (SANT’ANNA, 2014), essa produção vem se intensificando. Empresas como O Boticário e Avon, por exemplo, desenvolveram produtos voltados para crianças, como os das linhas Boti, Capricho e Avon Teen. Ao abrir os armários, ver as penteadeiras, ter acesso às bolsas de maquiagem das crianças com quem interagi em pesquisa, deparei-me, algumas vezes, com esses produtos. Os do Boticário são mais frequentes entre meninas moradoras do Plano Piloto. Quando encontrados na Ceilândia, geralmente são fruto de um esforço financeiro dos familiares que presenteiam as meninas em ocasiões especiais, como aniversário, Natal e Dia das Crianças. Os produtos da Avon são mais

presentes nessas paragens da cidade. Mas é bom que se diga que, entre as crianças do Plano Piloto e da Ceilândia que consomem maquiagem, os produtos destinados aos adultos são bastante consumidos por elas, o que varia é a marca, os locais de compra, os preços.

Essa presença intensa de cosméticos nas vidas de crianças tão diversas, o fato de as maquiagens serem utilizadas de forma comezinha em diversas situações, a diversidade de produtos que atendem a diferentes classes e idades, bem como a atenção dada à beleza física respondem, sem dúvidas, às particularidades do tempo, dizem sobre formas possíveis dos corpos sociais serem pensados em nossa sociedade em determinados grupos sociais.

As reflexões de Sant’Anna (2003) nos mostram, de modo contundente, que, muito antes de a beleza se transformar numa grande indústria, estava integrada a uma vertente da cosmótica, expressão que significa a ligação da cosmética com o cosmo, ou seja, “à situação externa àquela que traça a identidade de cada rosto: ‘pintar o rosto’ era um gesto que dependia, portanto, dos costumes locais, das estações do ano, dos significados das festas, sendo muito mais uma experiência extraordinária – típica de ocasiões especiais” (SANT’ANNA, 2003, p. 144-45).

Além desse caráter mais extraordinário, a autora destaca que os gestos que embelezam, como a maquiagem, assumiram no passado uma prática muito mais coletiva do que individual. Sobre isso, ela menciona as mulheres que se reuniam dentro dos quartos, diante das penteadeiras, trocando receitas e partilhando produtos. Sant’Anna diz que essa prática individualizada, de atender a cada tipo de rosto, desenvolver inclusive produtos por faixas etárias, passando a fabricar a beleza todos os dias, em qualquer local e hora, é um gesto em grande medida privado (SANT’ANNA, 2003, 145).

Sem dúvidas, é possível sentir as reflexões da autora pulsando nas andanças da presente pesquisa, embora eu sinta também que as práticas de partilha permanecem vivas e integram o cotidiano de diversas crianças do Brasil, tais como as mães que se pintam com as filhas, as amigas que se maquiam na hora do recreio, os aniversários nos salões, as dicas de maquiagem trocadas entre amigas. De acordo com os dados já apresentados na introdução desta tese, que mostram a ampla utilização de produtos de maquiagem por crianças no país (MULTIFOCUS, 2019; ANVISA, [2015]), não restam dúvidas de que a maquiagem integra de forma intensa a rotina de meninas de diferentes classes sociais. O que nos interessa aqui é um exercício de compreensão das diferentes perspectivas dos participantes da pesquisa,

especialmente as crianças, em relação ao consumo e à vivência da maquiagem⁷² e de outros gestos que embelezam, por exemplo, como fazer a sobrancelha.

Nesse sentido, a pesquisa de campo mostra que algumas mães e familiares advogam que tais práticas corporais não condizem com a infância, que deveriam ser exclusivas do mundo adulto e que podem acarretar consequências danosas aos cotidianos das meninas, tais como o encurtamento ou interrupção da infância, o despertar de uma erotização, de uma sexualidade que, em suas perspectivas, deveria ser uma noção estritamente adulta. Pontuam também que tais serviços podem estimular o consumo desenfreado incentivado pela mídia, sem falar ainda em implicações danosas, como assédio e pedofilia. Como vimos, isso fica evidenciado em expressões como: “queimar uma etapa da vida”, “atropelar a inocência da criança”, “adiantar demais as coisas”, “tornar a menina uma mini adulta”.

Fica evidente a insegurança de algumas mães, moradoras da Ceilândia, que temem que a prática dos serviços pautados acabe chamando a atenção de “homens mal intencionados” ou “de relacionamentos sem futuro”. Mães moradoras do Plano Piloto também destacaram a dimensão do assédio. Pensemos em Ellen, que se disse surpreendida com o número de meninas que fazem a sobrancelha, para ela isso contribui para a erotização da criança, podendo deixá-las vulneráveis a uma “sociedade doente”, com desrespeito, assédio e pedofilia.

Vale mencionar o tom em que essas palavras foram ditas, na maioria das vezes cercadas de zelo, medo, pronunciadas como segredos, mostrando que temas como sexualidade, na faixa etária das meninas que integram esta pesquisa, transitam em um terreno extremamente delicado, considerado tabu em muitos casos. Entre essas mães e familiares, autores dos relatos aqui expostos, o imaginário do rosto maquiado ou de uma sobrancelha feita está ligado à sedução, à busca do olhar do outro. É como se as práticas dos serviços pautados de alguma forma ferissem ou maculassem a inocência de uma infância pura, idílica, despertando uma erotização precoce.

Engajada nas reflexões dessas narrativas, debrucei-me em estudos de diferentes áreas (psicologia, comunicação, pedagogia, administração, consumo, sociologia) que pudessem embasar uma discussão sobre práticas de embelezamento e presença de cosméticos

⁷² Como vimos, nos contextos pesquisados há uma ideia recorrente de uma “maquiagem apropriada a uma dada pele”, “uma maquiagem correta”, “adequada”. As narrativas apontam que essas ideias estão vinculadas à ideia de rosto “natural”, em que base e pó, por exemplo, têm que corresponder à cor mais ou menos exata da pele. Contudo chamo a atenção para os diversos usos da maquiagem, que, por vezes, é pensada para romper com os traços da face nua, como podemos ver em diversas situações em outras sociedades ou épocas, mas também em nossos contextos sociais, na maquiagem de drags, de algumas mulheres trans, de grupos de adolescentes e jovens, de celebridades como Lady Gaga.

na infância (WEBER; FRANCISCO-MAFFEZZOLLI, 2016; BARROS; BARROS GOUVEIA, 2013; MENEZES, 2016; NETTO; BREI; PEREIRA, 2010; LINN, 2006; INSTITUTO ALANA, 2008). Muitos desses trabalhos, com os quais diálogo numa perspectiva crítica, abordam esse fenômeno na chave da adultização, que, em suas análises, se dá quando crianças vivenciam comportamentos, atitudes, atributos, responsabilidades que seriam considerados característicos da vida adulta. Ocorre, portanto, uma indução antecipada aos comportamentos da vida adulta.

Guardadas as particularidades, os trabalhos pontuam em que condições esse processo de adultização é criado e impulsionado – os estímulos advindos da indústria do embelezamento e da mídia são bastante citados nas obras. Além disso, tais obras discutem as possíveis consequências desse processo na vida das crianças, que vão desde transtornos psicológicos, como depressão, baixa autoestima, distúrbios alimentares, consumo desenfreado e problemas físicos causados pelo uso excessivo de cosméticos. As ideias de que a infância está sendo encurtada, desaparecida, da erotização precoce, que emergem nas falas de alguns familiares com quem conversei, são debatidas nesses trabalhos, os quais tomam Postman (1999) como uma base importante para as análises.

Postman (1999) convida a refletir, a partir da realidade norte-americana, sobre o desaparecimento da infância. Em sua concepção, os modos de falar, vestir, adornar, os desejos de consumo das crianças, enfim, estão cada vez mais equivalentes aos dos adultos. Nesse prisma, os pequenos estão envoltos em compromissos e responsabilidades que são próprios do universo adulto, inclusive preocupando-se demasiadamente com a aparência física: “Estamos em via de exorcizar uma imagem bicentenária de criança e trocá-la pela imagética do jovem adulto” (POSTMAN, 1999, p. 139). Em sua obra, o autor aborda desde o aparecimento até a decadência e possível término da concepção de infância e faz esse movimento analítico citando marcos ligados aos meios de comunicação, entre eles destacam-se o advento da prensa tipográfica, a criação do telégrafo e o desenvolvimento da mídia eletrônica.

De acordo com Postman, a prensa tipográfica instaurou a concepção de infância, pois ocasionou, por meio da educação letrada, o distanciamento entre crianças e adultos. A mídia eletrônica, por sua vez, faz um movimento contrário, contribuindo para o desaparecimento da infância, uma vez que possibilita às crianças o acesso a informações que são próprias do universo dos adultos. O autor infere, por exemplo, que a televisão não permite que as crianças estejam “salvas e protegidas dos segredos dos adultos” (POSTMAN, 1999, p. 24). Diz ainda que “restam-nos, então, crianças que confiam, não na autoridade do adulto, mas em notícias vindas de parte nenhuma. Restam-nos crianças que recebem respostas a

perguntas que nunca fizeram. Em resumo, não nos resta mais nenhuma criança” (POSTMAN, 1999, p. 104).

O tom conferido ao seu trabalho é de lamento e, ao mesmo tempo, de engajamento para que o desaparecimento da infância seja evitado: “Ter que ficar parado à espera enquanto o charme, a maleabilidade, a inocência e a curiosidade das crianças se degradam e depois se transfiguram nos traços medíocres de pseudoadultos é doloroso, desconcertante e, sobretudo, triste” (POSTMAN, 1999, p. 13); “Não é concebível que nossa cultura esqueça que precisa de crianças. Mas está a caminho de esquecer que as crianças precisam de infância. Aqueles que insistem em lembrar prestam um nobre serviço” (POSTMAN, 1999, p. 167).

Sem deixar de reconhecer a importância da obra de Postman e dos trabalhos mencionados que o têm como uma de suas principais referências, apresento, baseada na materialidade etnográfica da presente pesquisa, alguns questionamentos no intuito de iluminar as questões pautadas neste capítulo. Primeiramente, quando o autor aborda o apagamento das diferenças entre idade adulta e infância, parece tratar esses tempos sociais como dados universais e, de forma especial, a infância parece ser vista como algo atemporal, puro e idílico. Nesse sentido, cabe questionar: que infância está sendo contemplada na análise do autor? A infância tratada por Gregori (2000), por exemplo, aquela em que os direitos sociais são inteiramente negados, integra essa discussão?

Pensemos nas crianças desta pesquisa e em suas diferentes realidades econômicas, sociais e culturais. Mesmo no que tange ao acesso à mídia, apesar de elas compartilharem certos conteúdos advindos das mídias eletrônicas, são significativas as diferenças, basta mencionar o acesso a canais fechados de TV, que de forma mais geral são assistidos pelas crianças moradoras do Plano Piloto. Vale frisar também que, ainda que as crianças tenham acesso aos mesmos conteúdos, não se pode falar numa homogeneidade na recepção deles. Os efeitos dessas informações não são previsíveis, irresistíveis ou implacáveis (LOURO, 2003). É preciso compreender os efeitos de tais conteúdo a partir das perspectivas delas nas vivências de suas infâncias.

Por isso coaduno com Pinto e Sarmiento (1977, p. 7) quando dizem que “[p]arece por isso indispensável considerar na investigação da infância como categoria social a multivariada sincrônica dos níveis e fatores que colocam cada criança numa posição específica na estrutura social”. Nesse prisma, não penso no desaparecimento de uma infância singular, pura, mas na existência de infâncias possíveis, diversas e diferenciadas.

Vale, portanto, relativizar visões correntes, as quais apregoam que as crianças, ao vivenciarem as referidas práticas corporais, desejam se tornar necessariamente adultas e, com isso, estariam num processo de negação de suas próprias infâncias; ou ainda que elas, ao vivenciarem tais práticas, estariam apenas imitando os gestos das mulheres de referência. Como vislumbramos nas cenas e narrativas apresentadas, as crianças, ao fazerem a sobrancelha e/ou se maquiar, protagonizam sentidos, lógicas e usos particulares que se desenham de forma plural, conforme suas trajetórias e contextos (SANTOS; SIMÕES, 2018).

Como vimos nas cenas e narrativas apresentadas, a maquiagem pode ser mobilizada numa dimensão lúdica, criativa, na vivência da brincadeira, na qual a diversão com as cores, texturas e sensações dão o tom; pode ser um instrumento através do qual as crianças fabulam outros mundos e multifacetam o próprio eu em vários; ela pode ressaltar a dimensão afetiva na troca entre as crianças e as mulheres de sua referência; pode ser um componente para ritualizar momentos especiais, como aniversários, casamentos, eventos escolares; pode ser ainda um elemento para fortalecer a inserção no grupo – fazer uma maquiagem porque a amiga está fazendo, porque “todo mundo na escola tá fazendo”. Por vezes, a ação de maquiar-se pode ser sentida pelas crianças como um dever, uma necessidade sem a qual não consegue se sentir bem. É bom lembrar que nem sempre essas opções são excludentes, elas podem perfeitamente andar juntas, serem concomitantes.

Esta pesquisa mostra que o fato de meninas se maquiar ou fazerem a sobrancelha não indica que as suas infâncias estejam desaparecendo ou que elas queiram, necessariamente, participar do mundo dos adultos, até porque não há um mundo adulto e um mundo infantil homogêneos, monolíticos e apartados. Tais práticas corporais, inclusive, não são propriedades exclusivas dos adultos, uma vez que estão demasiadamente presentes nos cotidianos de muitas crianças de diferentes classes sociais, a ponto, como mencionei, de a própria Anvisa ter que criar uma resolução para regulação de cosméticos e práticas de embelezamento infantis. Isso reflete, a meu ver, as diferentes formas pelas quais a infância está sendo socialmente pensada, vivenciada e negociada.

Diversas falas abordam o uso da maquiagem ou a prática de fazer a sobrancelha como “algo natural do universo das meninas”. Para muitos familiares e agentes dos salões, é “perfeitamente normal” quando elas se interessam, desde pequenininhas, por tais práticas corporais, pois isso condiz com a feminilidade que, em seus pontos de vista, lhes é intrínseca. Nessa lógica, as meninas devem aprender desde cedo a cuidar de seus rostos, limpando-os, maquiando-os, reconhecendo os traços passíveis de aperfeiçoamento e correção, entendendo quais produtos precisam ser adquiridos para cada fim e em que ocasiões são usados. Devem,

inclusive, aprimorar esse entendimento com o passar dos anos. Aprendem, portanto, desde muito cedo que, como diz Couto (2004, p. 137), “a beleza é construída, pode ser comprada, é fruto de um trabalho individual, cotidiano e responsável sobre o próprio corpo”.

Alguns relatos confirmam isso, como a fala de Filipa, que afirma saber “tudo o que é preciso pra transformar o rosto num rosto de princesa”. Retomemos também o que disse a mãe de Andressa: “Com dois anos, eu já tinha passado maquiagem na Andressa. Acho feminino, bonito”. Pensemos em Léa, que insiste que sua filha faça a sobrancelha para combinar com seu rosto fino, delicado. Lembremos ainda que a recompensa por Lisa ter sido boa aluna foi o dia de diva e a de Valentina por ter deixado a chupeta foi o primeiro batom. Essas são apenas algumas narrativas, entre tantas outras apresentadas, que mostram como meninas dos mais diferentes contextos estudados recebem, desde muito cedo, a lição de que, na produção do “rosto belo” e do “corpo belo”, cabe a cada uma delas uma administração minuciosa de si.

Essa preocupação com a beleza física é algo que está presente em nosso país nas diversas regiões, classes sociais, gêneros, de forma mais potencializada entre as mulheres, como uma responsabilidade que lhes compete⁷³. Nesse prisma, o descuido com a beleza é mais do que uma falta: constitui a culpa das próprias mulheres e meninas. Nos contextos pesquisados, a disciplina, o olhar incisivo e zeloso sobre seus rostos e corpos, a preocupação excessiva com a aparência física, bem como o consumo de toda sorte de produtos que visibilizem esses cuidados são intensamente nutridos em muitos processos educativos.

Vemos esse aprendizado bem vivo em Mel, que celebrou a vida em meio a práticas de embelezamento no salão. Naquela festa de aniversário, a celebração da beleza física estava fundida à celebração da sua própria existência – os itens de maquiagem decoravam até mesmo o bolo de aniversário. Em alguns casos, quando não movimentam esses aprendizados, as meninas são taxadas – como Lisa foi por sua mãe, que a chamou de “esquisita” – como alguém que é diferente das demais e que, portanto, quebra as expectativas em relação ao comportamento visto como adequado. Para a mãe de Lisa, era fundamental que a menina aceitasse a maquiagem no dia do casamento da irmã, inclusive, conforme suas palavras, para “não sair horrorosa no álbum”. Aqui se nota que a beleza é fruto de um trabalho, de maquiar-se, pentear-se, vestir-se adequadamente, em consonância com as mais diversas situações sociais.

⁷³ Para essa discussão das pressões estéticas nos corpos de mulheres e meninas: Del Priore (2000) e Goldenberg (2004; 2006).

Novaes e Vilhena (2003, 2018) nos convidam a pensar que o que tem se tornado normativo em nossos contextos não é apenas a imposição de um dado padrão corporal de beleza ou a conclamação diária para que mulheres e meninas se interessem pelas práticas de embelezamento – o que já ocorreu em outros momentos da história do embelezamento no Brasil. O que é peculiar e intensivo, nos tempos atuais, é justamente a ideia de que elas podem ser belas se assim desejarem. Nessa lógica, mulheres e meninas precisam desenvolver um olhar vigilante sobre si, pois não há espaço, como em outros períodos, para culpar a natureza pela própria forma física, uma vez que, na ótica corrente, há um mercado da beleza e espaços de embelezamentos “diversos e democráticos”, como os salões, prontos para atender às necessidades das mais diferentes classes e faixas etárias.

Foucault (1997) reflete sobre toda uma atenção que era dada ao corpo no século XVIII. Conforme o autor, nesse contexto se dava “uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, [...] corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1997, p. 125). Ele analisa um período histórico em que se passa a trabalhar o corpo detalhadamente e sem folga nos diversos espaços sociais: instituições militares, escolas primárias, colégios, hospitais, prisões e fábricas. O autor afirma que “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade, são o que podemos chamar de as disciplinas” (FOUCAULT, 1997, p. 125).

As discussões elaboradas por Foucault (1997) permitem-nos refletir sobre os múltiplos discursos disciplinadores e suas capacidades de gerar e manter formas de dominação e poder. Discursos desenvolvidos em processos educativos e aguçados pelos institutos oficiais de saúde (principalmente da medicina estética), moda, mídia, espaços de embelezamento como os salões que, em muitos casos, visam disciplinar e normalizar a forma como os indivíduos lidam com seus corpos. Esses discursos objetivam estimular nos sujeitos a ideia de que é fundamental empreender um autocontrole minucioso acerca das ações referentes a cada parte do corpo, do cabelo aos pés; o indivíduo deve tomar conta de si mesmo. Os sujeitos são, portanto, eles próprios, efeitos desses discursos de controle do corpo.

O autor não apenas chama a atenção para os sistemas disciplinares que estão diariamente sendo operados em determinados processos educativos, na medicina, na indústria do embelezamento, mas nos convida também a pensar sobre como isso ressoa no cotidiano dos sujeitos, buscando, nesse movimento, um entendimento das forças políticas que dão vida a tais discursos, atentando para as disputas e resistências presentes. Sem deixar de

compreender o potencial criativo dos corpos sociais em face desses discursos, Foucault mostra o quão variadas e complexas podem ser as atuações dos sujeitos, como agem diante do entendimento tão disseminado culturalmente de que ter um corpo considerado belo significa ter poder. Um poder que se constitui eminentemente relacional e que exerce forte capilaridade, que vai desde as esferas macro até as mais mezinhas da vida social. O sucesso disciplinar desses discursos “se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normatizadora e sua combinação com um procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 1997, p. 153).

Vimos, nas cenas narradas, que os discursos que gravitam em torno da produção de um corpo belo causam efeitos variados. Por um lado, podem corroborar práticas saudáveis pertinentes ao cuidado de si, às noções de higiene, ao zelo corporal e à autoestima; integram, inclusive, a dimensão lúdica do brincar tão presente nas vidas das diferentes crianças que compõem essa pesquisa. Por outro, podem configurar uma face excessiva, chegando a prejudicar seriamente as crianças, tanto na dimensão psicológica quanto física, tornando-se, inclusive, como já destacado, um problema de saúde pública, dentro da norma sobretudo para aquelas que compõem os rostos considerados fora desse padrão, na constituição das singularidades individuais no interior dos grupos e entre grupos.

Aqui retomo algumas narrativas que mostram crianças com olhares disciplinados, vigilantes e insatisfeitos em relação aos seus rostos e corpos. É o caso de Andressa, que relatou se sentir “nua” sem maquiagem: “Não consigo nem respirar direito”. Recordo também Maia, 7 anos, e seu descontentamento em relação às sardas: “vou dando um jeito com maquiagem até eu ficar grande”. Já Celina, como vimos, expressa seu desassossego com as espinhas: “O que salva é minha base e meu corretivo. Notemos que as expressões “Não consigo respirar direito”, “dar um jeito” e “o que salva” mostram que a maquiagem se tornou, em seus cotidianos, um elemento vital, inclusive para amenizar as suas insatisfações em relação aos seus corpos.

Andressa, Celina e Maia, no momento da maquiagem, quando se miram nos espelhos dos salões, das suas casas ou naqueles que carregam em suas bolsas, em certa medida movimentam um diálogo com os discursos apregoados socialmente sobre o corpo belo. A avaliação que fazem de si, o entendimento das características que devem ser aperfeiçoadas, realçadas e/ou transformadas referem-se à produção de determinada estética corporal que está vinculada a uma maior aceitação social no contexto em que vivem. Conforme Pereira (2006),

[...] o espelho permite não só vermos a nós mesmos, mas tentarmos ver-nos como somos vistos e dar-mo-nos a ver como entenderíamos sermos vistos. Por outro lado, há uma tomada de consciência do próprio corpo que é consubstanciada numa comparação constante com os demais” (PEREIRA, 2006, p. 129).

Andressa, Celina e Maia realizam cotidianamente um exame de si, do que devem corrigir em seus corpos, mas esse olhar também se estende ao outro, tanto no sentido de avaliar seus corpos, como para entender como são avaliadas.

Nesse sentido, esse olhar disciplinado, focado nos detalhes, atento à rigidez das formas, desenvolvido por muitas meninas com quem interagi em pesquisa, opera o engajamento diário na conquista dessas características físicas passíveis de maior aceitação social. Como vimos, Katia, por exemplo, não suporta olhar um fio da sobrancelha fora do lugar. Um olhar que ela imprime não só sobre si, mas aos rostos dos outros, como mostra sua reprovação às minhas sobrancelhas. Já o olhar de Sandro era uma flecha diária para Sâmia. Ele não deixava passar um dia sequer sem criticar as sobrancelhas grossas da menina e, por essa razão, Sâmia, escondida de seus familiares, lançou mão de uma gilete e resolveu dar cabo do que acreditava ser seu “maior problema”. Vale mencionar que muitos desses olhares disciplinados desejam ver refletidas nos espelhos imagens parecidas com artistas e celebridades, as quais, em sua significativa maioria, possuem pele clara, cabelos lisos, corpos magros ou talhados por exercícios físicos. Que o diga Olívia, que, em seu “dia de diva”, levou a foto da cantora Anitta como referência para compor o seu visual.

Wolf (1992) explica-nos que o mito da beleza estimula que mulheres e meninas queiram parecer-se cada vez menos com seus familiares e passem a desejar ser parecidas com mulheres consideradas belas, as quais estampam as capas de revistas, por exemplo. Em muitos casos, mulheres e meninas desejam se tornar parecidas com modelos que se diferenciam demasiadamente de suas próprias estruturas físicas. Nesse sentido, menciono aqui técnicas de afilar os narizes por meio do uso da maquiagem, tão propagadas em tutoriais de maquiagem por celebridades, blogueiras, artistas, e que são referências para meninas de diferentes realidades sociais que conheci. É importante chamar a atenção para o fato dessas artistas de referência terem seus corpos, como orienta Sant’Anna (2003), sujeitos a uma panóplia crescente de produtos e serviços voltados aos cuidados corporais. “Seus corpos são cercados de polos de vigilância, aplicada ao regime alimentar, ao uso dos cosméticos, aos exercícios físicos, mas também, ao comportamento cotidiano no espaço público, dentro de casa, no lazer e no trabalho” (SANTANNA, 2003, p. 149).

Diante do exposto, pensemos detidamente acerca das belezas que são exaltadas e das preteridas. Pensemos nas características que compõem o rosto que é considerado dentro da norma e aquelas que compõem os rostos considerados fora desse padrão. A partir disso, dialoguemos sobre as seguintes questões: quais os efeitos causados nas vidas das crianças por terem faces que estão no centro ou que estão às margens de um padrão socialmente prestigiado? Quem pode conquistar essa beleza normatizada e quem não pode? Se a beleza é sinônimo de poder, de trânsito para a sociabilidade, de condição para o encontro e aceitação do outro, o que ocorre com as belezas que não estão no centro?

Kilomba (2010) nos permite pensar sobre as dores, as feridas e traumas gerados pelas estruturas coloniais nas corporeidades negras e que perduram até hoje. A autora tece essa reflexão lançando um olhar analítico sobre um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos: a máscara. “Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura” (KILOMBA, 2010, p. 172).

A violência do projeto de colonização, por meio da máscara, negava, além dos alimentos – que, como bem frisa a autora seriam moralmente de direito dos sujeitos negros que o produziam –, o direito à voz: “a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘Outros(as)’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2010, p. 172). A autora nos conduz a questionar: “por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir?” (KILOMBA, 2010, p.177).

A partir das reflexões de Kilomba (2010), penso que se a beleza física constitui, nas paragens estudadas, um pré-requisito importante para a sociabilidade, para a valorização do olhar do outro, um acesso à aceitação do outro, ela também é voz; simboliza, nesse sentido, fala e enunciação. A força da escrita da autora instiga a perceber como a estrutura colonial perdura, com mecanismos conscientes e inconscientes, no estabelecimento dos critérios de definição das características dos corpos belos, ou mais que isso, daqueles considerados a norma e daqueles considerados os outros. Nesse sentido, é possível aferir que, na desvalorização e aniquilamento daqueles considerados os outros, os corpos referenciados como a norma mantêm privilégios. A ode aos cabelos lisos, aos narizes finos, bem como as

técnicas de maquiagem para deixá-los mais afilados, as ausências de representações de imagens negras na maioria dos salões, o fato de, como ressaltou Lúcia na abertura do curso de maquiagem no Encrespa, os produtos voltados às especificidades da pele negra não terem sido desenvolvidos há muito tempo e ainda serem caros para muitas mulheres negras podem ser vistos, em certa medida, como situações que atualizam a máscara.

Na letra de Kilomba, “[a] Irracionalidade do racismo nos coloca sempre como o ‘Outro’, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranho(a) e incomum” (2010, p. 176). A autora inspira a pensar a beleza como um dispositivo que contribui para a ideia de que certos corpos pertencem a determinados lugares, a compreender que não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade. Esta pesquisa tem apontado como a relação das crianças com a construção de uma aparência física considerada bela pode, em algumas trajetórias, marcar os corpos de forma contundente, e isso ocorre, sem dúvida, pelo que vislumbramos nas narrativas apresentadas, de forma mais aguda com crianças negras, sobretudo aquelas com maior vulnerabilidade financeira. É importante frisar o quanto os preconceitos se voltam ainda mais fortemente para as crianças negras de pele mais escura, narizes mais largos e lábios mais grossos. Lembremos da fala de Karine: “Se eu pudesse, fazia uma plástica, é muito largo, fico de olho nas bloguerinhas pra disfarçar”.

Na conclusão do texto, a autora nos orienta que, “ao invés de fazer a usual pergunta moral: ‘Eu sou racista?’ e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria perguntar-se: ‘Como eu posso dismantelar meu próprio racismo?’ e então esta pergunta por si só já inicia este processo” (KILOMBA, 2010, p. 176). Trazendo essa diretriz para a presente pesquisa, ao invés de pensarmos se nossos padrões de beleza hegemônicos são racistas, devemos nos perguntar sobre como dismantelar esses rígidos padrões. Pensar em como os processos educativos que ocorrem em muitas casas e salões asseguram que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras, permanecendo não marcada. Coloco outra questão a partir da seguinte afirmação de Fanon (2008, p. 44): “o que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do seu arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”. De que forma nossos processos educativos, no que tange às práticas corporais, aos gestos que embelezam e às concepções de belo, constituem terrenos férteis para esses complexos?

Para Fanon (1956), o racismo consiste num sistema de desqualificação dos valores, dos corpos, das formas de expressão das pessoas negras e se sustenta por meio da assimilação da negação da condição humana. O autor reflete, de maneira intensa, sobre o olhar imperial dos brancos, aquele em que “o negro não é um homem” (FANON, 2008, p. 26). Aponta que, na engrenagem dessa estrutura, o racismo acaba sendo assimilado por

sujeitos negros. Pelo processo de epidermização da inferioridade, pessoas negras procuram embranquecer. Elas se revelam tocadas por um intenso complexo de inferioridade que as impulsiona a assimilar expressões e marcas, modos de agir e pensar que seriam considerados comuns aos sujeitos brancos. O que se mostra, na concepção do autor, um ato ilusório, pois isso é facilmente desmontado, aniquilado pelo sistema de desvalorização do racismo que não confere o reconhecimento de humanidade aos sujeitos negros. Aqui, as palavras de Kilomba (2008, p. 176) entram em sintonia com Fanon quando ela afirma que “no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ele/ela possa realmente ter”.

Aludo aos diversos depoimentos de Lúcia que falam de pessoas negras, sobretudo mulheres e meninas, chegando pela primeira vez ao Encrespa, narrando suas queixas devido ao atendimento em outros salões na cidade. Reclamam de terem sido maltratadas, com seus cabelos e suas peles sendo apontados como “difíceis” e “trabalhosos” para realizar determinados serviços. Cortes de cabelo mal sucedidos, maquiagens mal executadas, que, na tentativa de deixar os traços finos e a pele mais clara, desfiguraram de maneira agressiva o rosto. Sem falar ainda na dificuldade de agendar um horário de atendimento, pois seus cabelos são normalmente vistos como mais demorados e, portanto, na ótica de alguns salões, um cliente de cabelo crespo toma o tempo de dois de cabelo liso, fora os estímulos para que decidissem alisar para ser mais fácil de lidar.

Lembremos Monalisa no aniversário de Mabel. Ela queria reforçar seus cachos, valorizá-los, mas, ao contrário de todas as outras crianças que foram atendidas de acordo com seus pedidos, ela teve seu desejo contrariado, pois o cabelo foi visto como “demorado”. Não só na voz de Lúcia ecoam depoimentos de desvalorização das estéticas negras. Em diversos salões, meninas e meninos ecoam suas queixas nesse sentido.

Como resposta a essa realidade, Lúcia se engaja, por meio dos serviços do seu salão, em afirmar trabalhar o olhar ativo de sua clientela sobre seus próprios corpos e procura desenvolver as particularidades que valorizam os traços, as formas e os cabelos das pessoas negras. Conforme as palavras dela proferidas no curso: “A gente tem que realçar a nossa beleza, o nosso olhar. Coloca uma cor nesse olhar. Olha pra frente!”. Tais palavras ressoaram em Camila, 12 anos: “Ela me ensinou que minha pele é linda e que a gente tem sempre que passar um batom, um rímel, uma base que combine com a nossa cor. Às vezes, não tem da nossa cor, mas a gente vai fazendo umas misturinhas até encontrar”.

Retomo Kilomba (2010) quando questiona que o que poderia o sujeito negro dizer se não tivesse a boca selada. Colocar essa beleza no mundo pode ser um ato político. Fanon

(2008, p. 108) argumenta que, “[u]ma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer”. A valorização do próprio corpo, da própria beleza pode ser potente como uma reestruturação do olhar, uma produção de novas subjetividades, transformação; pode ser uma mudança na realidade e uma afirmação política.

A partir das margens é possível criar discursos, percepções, práticas mais democráticas no reconhecimento das diversas corporalidades, contribuindo para quebrar o ciclo infernal descrito por Fanon (2008, p. 109): “A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal”. É preciso pensar isso no campo das relações, da educação para os gestos que embelezam e na produção da própria estética e cosmética, à luz do que fala Beleli (2005), conforme já discutimos no capítulo sobre os cabelos.

Lúcia explicou, em seu curso, que as maquiagens mais apropriadas para a pele negra são importadas e que as nacionais são reduzidas, sendo ambas caras. Disse também que isso tem a ver com a afirmação da beleza das pessoas. Onwurah (2017) nos mostra a complexidade, em esfera global, da aceitação do lugar da beleza negra. Ela afirma que “[o] cabelo de mulheres negras ainda não é visto como normal, e sua cor muito menos” (ONWURAH, 2017). Relata que modelos negras têm sua pele constantemente clareada para que fiquem mais “europeias”.

Nos países em desenvolvimento, marcas de cosméticos supostamente respeitáveis aumentam seus lucros promovendo produtos que deixam seus clientes mais brancos – Garnier Super Brilho para Homens e o Limpo e Amável da Unilever para Mulheres são apenas alguns exemplos. Empresas multinacionais estão faturando bilhões sustentando os estereótipos raciais. Enquanto isso, estima-se que no Reino Unido as mulheres negras e asiáticas gastam em média 137.52 libras a mais em produtos de beleza, devido à falta de escolha. (ONWURAH, 2017).

Haraway (1994) mostra como, desde a mais tenra idade, as tecnologias estão presentes de forma incisiva nos cotidianos dos mais diversos sujeitos sociais, às vezes presentes de forma completamente assimétrica, sobretudo no que tange às diferenças de classe e raça. A pesquisadora nos desafia a pensar as tecnologias de maneira mais democrática. Trazendo suas reflexões para o debate, é possível movimentar a ideia de que as tecnologias, sobretudo as cosméticas, podem auxiliar a produzir e propagar padrões estreitos de beleza, bem como pensar essas tecnologias de modo que contribuam para promover formas mais democráticas de perceber a beleza física. Não se trata de requerer ingenuamente o fim das

relações de poder, mas de buscar sua reconfiguração e uma estruturação no olhar, na forma de perceber a beleza, desde a infância.

Para Lipovetsky (2006), a padronização nas concepções de beleza simboliza uma forma de sacralização de um consumo do efêmero e do novo, um consumo desenfreado, que é a base de sustentação da economia capitalista. Diversificar os produtos para todos os rostos, corpos e classes também pode atender a essa lógica.

O que as narrativas nos instigam a pensar é que não basta que haja essa diversificação sem criar as condições materiais de acesso a esse produto, especialmente sem criar as condições para que estruturalmente as discriminações de corporalidades sejam repensadas. O desafio que se coloca é que essas tecnologias, já estão presentes de forma massiva nos cotidianos de muitas famílias, nos salões, nas escolas, nas vidas de crianças de diferentes classes.

Os dados desta tese nos levam a refletir sobre isso a partir de um trato ético, de um debate sobre consumo, sobre concepções de beleza nas diferentes etapas nos ciclos da vida. É recusar destinos para corpos, resistir a uma ordem de subalternização de vidas, pensar na forma como educamos e somos educados para o consumo e pensar o que consumimos, de que forma e de quem consumimos quando pensamos no embelezamento dos corpos.

As relações entre mercado, política, cultura e economia são discutidas por Silva (2018). Por meio de um acurado diálogo com os sujeitos negros empreendedores, a autora mostra o empenho deles para fazer da Feira Preta um espaço de engajamento político, inclusive movimentando a ideia da exaltação da beleza dos sujeitos negros. A autora assinala que “a feira reúne cerca de 10 mil pessoas, em sua maioria negras, para a valorização e o fortalecimento de práticas culturais e econômicas realizadas por artistas, artesãos e empreendedores negros” (SILVA, p. 28, 2018). São diversos os produtos que compõem o evento, entre eles aqueles que integram o setor cosmético.

O trabalho de Silva (2018) pontua os desafios dos empreendedores, que vão desde a obtenção de crédito bancário e patrocínio, até a conquista de lojas físicas. Menciona a concorrência com um mercado hegemônico que se apropria do novo nicho segmentado, produzindo cada vez mais produtos identificados como étnicos ou afro, para ampliar suas vendas, como as empresas Natura, Avon e O Boticário. O que faz com que os participantes da feira travem uma luta árdua para a manutenção de suas atividades. Conforme a autora,

[...] a proposição do engajamento político através do mercado apresenta um grande paradoxo porque, por um lado, dá ao evento Feira Preta um sentido político, que frequentemente restringe o perfil do público frequentador. Ao

mesmo tempo, estimula um novo nicho de mercado para as grandes empresas que, se utilizando de um discurso da valorização identitária com diferentes segmentos sociais, destituem o sentido político mais amplo da dimensão cultural do consumo, e ainda intensificam a competitividade com os pequenos empreendedores. (SILVA, 2018, p. 25).

A pesquisa de Silva (2018) nos mostra, entre outras coisas, como é desafiador lidar com as estruturas de um mercado estético e cosmético hegemônico. Trata-se de uma forte engrenagem que transforma o embelezamento dos corpos em lucro. Aqui vale ressaltar mais uma vez as reflexões de Foucault (1997). O autor não só nos estimula a questionar os mecanismos de poder dos discursos disciplinares que incitam os indivíduos, desde a infância, a dedicarem-se com afinco a uma série de gestos que embelezam, a se esforçarem para o enquadramento em uma imagem-norma, para o consumo desenfreado de determinados produtos e técnicas para esse fim; o autor vai além, nos faz pensar como as relações de poder são constitutivas desses mercados e dos saberes dominantes engajados em reger como os corpos e as belezas devem ser pensados e administrados. Na pista de Foucault, vislumbro a importância de compreender como o poder do mercado da beleza se estabelece e como produz seus efeitos.

As ideias do autor também propiciam pensar essas práticas corporais voltadas ao embelezamento sob outro ângulo, ou seja, a partir da perspectiva das técnicas de si. Essas técnicas podem contribuir para que os indivíduos efetuem certo número de operações sobre seus corpos a fim de transformar a si próprios, de reestruturar um olhar mais ético e democrático na relação que estabelecem com seus corpos e com os corpos dos outros.

Foucault (1994) descreve como essa ideia do cuidado de si era mobilizada na cultura grega antiga. Para os gregos, as práticas de cuidado de si tomam a forma de um preceito: “tomar conta de si”, “ter cuidado consigo”, “preocupar-se”, “cuidar de si” configuravam, naquele contexto, uma das grandes regras de conduta de vida social e pessoal, de modo que cuidar de si mesmo não era um mero dever, mas uma maneira de viver (FOUCAULT, 1994). A maestria de si e o governo de si estavam relacionados à necessidade dos gregos do exercício do poder e à construção de uma existência bela, de uma existência de direitos.

No horizonte do autor, o cuidado de si os torna sujeitos. Pensam seus corpos nos mínimos detalhes, regulam-nos, examinam, elaboram, não apenas no sentido de sujeito subjugado, docilizado aos discursos, mas no sentido do sujeito que reconhece a si mesmo e tem toda a condição de transgredir ou deslocar normas estabelecidas. As tecnologias de si podem ser potentes para que os sujeitos reconheçam a si próprios como sujeitos e, nesse

sentido, possam atuar com resistência frente às tecnologias de poder. Nessa linha de raciocínio, as técnicas de embelezamento podem ser pensadas, sem abusos ou negligências com as diferentes corporalidades.

É necessário desenvolver, nos processos educativos, um trato ético despertado pelo cuidado de si nas relações dos sujeitos, pensando nas práticas de consumo voltadas ao embelezamento, mas para muito além delas, pensando numa perspectiva educativa que vai na contra mão de padrões de beleza adoecedores. Como afirma Sabino (2010),

[...] a proliferação de corpos perfeitos em revistas, outdoors, telas de televisão, cinemas e internet tece uma trama cotidiana de agenciamentos coletivos que, respaldados no discurso sobre a saúde, leva indivíduos e grupos a construir rituais de adoração à forma que colocam em risco as suas próprias vidas (SABINO, 2010, p. 21).

Em campo, presenciei meninas passando maquiagens para adultos em suas faces, afirmando que “a maquiagem deixa com cara de saúde”, uma frase bastante repetida em tutoriais de maquiagem, na contramão do que indicam a Anvisa e a Sociedade Brasileira de Pediatria, que elabora anualmente inúmeros artigos alertando sobre os riscos causados pelo uso de maquiagem de adultos para a saúde das crianças.

Uma chave importante para essas questões está na ideia de Foucault (1999) de que o poder age capilarmente, de maneira difusa, alastrando-se por um horizonte social o qual é tecido por instituições diversas como a clínica, a família, o hospital, a escola”. Em nosso debate, o autor nos estimula a uma reflexão sobre as formas como nos relacionamos e produzimos os discursos acerca do embelezamento, como dinamizamos as práticas de gestão das nossas aparências físicas e nos inspira, especialmente, a pensar como é possível fazer essa gestão no sentido de desenvolver um trato ético com as diferentes corporeidades. Desafia-nos, portanto, à produção de um “saber-poder” acerca do embelezamento a favor da vida.

4.3 As faces do embelezamento: entre medos, coragens e os constrangimentos adultos

Conversemos agora sobre as cenas nas quais meninos bem pequenos se interessam por maquiagens, inquietam-se em mexer nas *nécessaires* de suas mães, em esmaltes e, na mesma hora, são alertados, afastados, impedidos, de modo que entendam que aqueles objetos não lhes pertencem, não devem fazer parte do seu alvo de interesse, ainda que estejam apenas atraídos pelos vidros coloridos, pelas formas e cores. Como pudemos vislumbrar nas narrativas apresentadas, essas restrições são movimentadas por equipes dos

salões ou pelos próprios responsáveis pelas crianças. Isso é feito de maneiras diversificadas: com um olhar mais incisivo, uma frase enfática, um puxão no braço, um pedido com delicadeza, um alerta, uma piada.

Para Dutra (2002, p. 364), que estuda a construção de uma dada masculinidade a partir da observação das relações “do homem” com a moda, “[o] tornar-se homem é reforçado por uma oposição a tudo que possa fazê-lo assemelhar-se ao feminino”. Ele argumenta ainda que “[o]s homens são submetidos a uma condição implacável, baseada na exclusão incondicional dos emblemas femininos” (DUTRA, 2002, p. 368), e destaca a existência de um controle sistemático e pedagógico voltado para homens de diferentes realidades que os estimulam ou os impelem a uma eterna vigilância das emoções, do corpo e dos gestos. É importante frisar, nesse sentido, que a análise do autor se refere a um tipo específico de masculinidade, uma configuração entre tantas outras possíveis em nossos contextos sociais, quando se leva em conta o cruzamento da variável gênero com classe, raça/etnia e geração (BENTO, 2016).

Piscitelli (2004) nos estimula a romper com a ideia de que atributos de masculinidades e feminilidades são estanques, cristalizados, monolíticos, e que os sujeitos as mobilizam de forma apartada. Ao contrário disso, a autora nos convida a pensar o gênero de forma relacional, a perceber o trânsito dos sujeitos entre esses atributos. Orienta-nos que “uma leitura contextualizada das construções de masculinidade exige, simultaneamente, a apreensão das construções de feminilidades, e, em termos amplos, das maneiras como o gênero se inter-relaciona com outras diferenciações” (PISCITELLI, 2004, p. 175).

Ouvindo atentamente, a partir de uma perspectiva antropológica, os sujeitos com quem interagi em pesquisa, a autora observou que, no exercício da ação empresarial, “[i]ntuição, percepção e sensibilidade, qualidades que remetem à capacidade de antecipação, convivem com aquelas que, virilizadas, remetem à capacidade de ação” (PISCITELLI, 2004, p. 184). Os sujeitos, mulheres ou homens, combinam, em seus relatos, de maneiras diferentes, em momentos particulares, atributos considerados masculinos e femininos. Piscitelli (2004) nos inspira a observar a forma dinâmica como as crianças mobilizam esses atributos, o movimento situacional, criativo e vivo do gênero.

Nesse prisma, ampliando uma discussão já iniciada no capítulo voltado aos cabelos, afirmo, baseada no fazer etnográfico desta pesquisa, que muitas crianças de realidades sociais diversas lidam em seus lares, nos salões, nas escolas e em outros espaços de sociabilidade que frequentam, com prescrições que visam à normalização de determinadas práticas corporais que nutrem a ideia de que há um sentir e um agir comum e natural entre

meninos e homens, nos quais a coragem, a virilidade, a rigidez e a ousadia dão a tônica. Da cabeça aos pés, vislumbrei, nos mais diversos contextos estudados, tais ideias sendo movimentadas com afinco. Esses meninos vão se apropriando, dialogando, resistindo ou negociando e, por vezes, mobilizando atributos reconhecidos como presumidamente femininos, como a sensibilidade, assim como nos orienta Piscitelli (2004).

Comumente, observei os meninos sendo incentivados a zelar por suas aparências físicas, a investir em suas belezas, desde que esse zelo não fosse considerado excessivo nem resvalasse para gestos, objetos, símbolos e práticas reconhecidos como sendo próprios das meninas. A pesquisa mostra que tão forte como as diretrizes do que eles “devem ser” são as diretrizes do que “não devem ser”, e isso tem como bússola a desvalorização e a repressão de tudo o que é considerado presumidamente feminino. Na expectativa de muitos familiares e funcionários dos salões com quem interagi, os meninos devem ser “naturalmente” refratários a maquiagens, esmaltes, determinados adornos, como colares, brincos, e a qualquer outro elemento que seja reconhecido como “coisa de menina”, “coisa de mulher”. Muitos dos gestos que embelezam são orientados no sentido de nutrir, portanto, um exercício constante de oposição binária, num reforço intensivo de uma matriz heterossexual.

Diversas cenas observadas nos salões demonstram que, na dinâmica pedagógica da construção de suas aparências físicas, os meninos devem atentar para suas belezas de maneira dosada, ressaltando condutas afinadas com uma masculinidade ligada às ideias de virilidade, sedução, coragem e impetuosidade. Elenco aqui uma série de passagens que tornam isso claro. Pode ser observada, por exemplo, toda uma ode à barba e ao bigode, considerados, nesses contextos, símbolos de masculinidade. Como bem expressa a frase a seguir, frequentemente proferida por um dos cabeleireiros do salão Escova Mágica, em tom elogioso aos meninos que costuma atender: “Olha esse rapaz, como tá grande! Logo vai tá vindo cortar o cabelo e fazer a barba”. Relembremos também que, quando os garotos cortam os cabelos, os funcionários passam as “vassourinhas” no rosto dos pequenos e dizem: “Vamos limpar a barba? E o bigode?”, ao que alguns meninos respondem com sorrisos e ares orgulhosos. Sem falar ainda nos brinquedinhos de plástico em formato de bigode e barba, presentes nos salões.

Já o incentivo ao uso de cosméticos por meninos geralmente não ocorre sem o reforço das ideias de sedução, virilidade e da produção de um “macho conquistador”. É prevalente, nos salões ou em seus lares, quando estimulados a usar cosméticos para rosto ou cabelo, lançar-se mão de linhas de produtos ilustradas, nas embalagens e propagandas, por

super-heróis – fortes, poderosos e destemidos – ou por homens ladeados por mulheres com rosto e corpo que se alinham aos padrões vigentes de beleza.

Tais ideias que gravitam em torno de um homem belo e conquistador são alimentadas entre algumas crianças desde pequeninhas. A expectativa, por vezes incentivada pelos familiares e agentes do salão, é que os meninos correspondam, ao longo de suas trajetórias, a esses ideais de masculinidade. O que fica visível nas seguintes frases: “Esse menino é tão bonito, vai dar trabalho pras meninas quando crescer”, “vai ser um pegador”, “vai cair matando nas meninas”. Notemos como esses discursos, destinados a talhar a vida e os afetos, aludem à luta, à violência e ao domínio.

Essas concepções contribuem para adubar moralidades, bem como para a criação de subjetividades. As cenas e narrativas apresentadas ao longo desta seção mostram como tal moralidade é comumente trabalhada sem folga no âmbito da linguagem e nas formas de apresentação da aparência física. Ressoa, em muitas trajetórias, nos modos como os meninos cortam os cabelos, vestem-se, calçam-se, gesticulam, expressam-se, e até mesmo no próprio brincar, visto socialmente como um caminho aberto para a criatividade, como uma poderosa plástica de invenção. Os meninos comumente são interpelados, atravessados em seus exercícios de imaginar, por anseios de controle de pessoas do seu convívio, por uma série de discursos que anunciam de forma imperativa “seja homem!”. Vale ressaltar que esse imperativo é, muitas vezes, acionado desde muito cedo, não importando a idade do menino. Essas representações ainda vigoram nos processos educativos flagrados nesta pesquisa.

É importante que se diga que tais representações confrontaram no bojo dos movimentos de mulheres, nas atuações dos diversos feminismos, nos estudos das masculinidades surgidos no final da década de 1980, vigorosas lutas, que vêm, há tempos, questionando noções cristalizadas que advogam um ancoramento dos atributos de gênero na biologia. Vêm, especialmente, confrontando as assimetrias de poder, as construções hierárquicas e as desigualdades geradas por essas noções. Confiro atenção a tais lutas, pois elas são, sem dúvida, um convite para pensar nas relações de gênero em seus aspectos sempre dinâmicos e históricos; nas transformações sociais por elas vivenciadas; nas produções de diferentes subjetividades gestadas nesses fluxos. São, inclusive, um convite para problematizar de que forma essas transformações ecoam nas vidas dos sujeitos que compõem esta pesquisa, os quais habitam regiões distintas e vivenciam realidades sociais, econômicas e culturais completamente diversas. De forma especial, tais lutas suscitam uma compreensão sobre como as transformações geradas são apropriadas, negociadas, ressignificadas e/ou desafiadas por sujeitos tão diversos.

No bojo desses movimentos, discursos mais afinados com o respeito à diversidade de gênero encontraram solos mais férteis. Lançaram-se luzes sobre as diversas formas de exercer masculinidades e feminilidades. Nessa trilha, ideias de homens relativamente mais sensíveis, capazes de falar sobre seus sentimentos, atentos às suas aparências físicas, ciosos de suas belezas, vaidosos, mais simétricos na divisão do trabalho doméstico e ativos na lida com os filhos ganharam espaço. Do mesmo modo, também foram positivadas ideias sobre mulheres determinadas, ágeis, racionais, dotadas de força física, protagonistas na esfera do trabalho.

É importante frisar, no entanto, que apesar da força dessas formulações discursivas, elas também encontram seus pontos de crítica. Menciono, por exemplo, os discursos que positivam o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, das mulheres como protagonistas nessa esfera. Esses discursos, que começaram a ser dinamizados sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, encontram no feminismo negro importante ponto de inflexão. As mulheres negras, latinas e operárias já ocupavam, há muito, espaço determinante no mercado de trabalho, constituindo, muitas vezes, as camadas mais baixas e exploradas do modo de produção capitalista, como mostra Ângela Davis (2016).

No caso desta pesquisa, muito por conta do entrelaçamento de lutas e reivindicações mencionadas, não encontramos somente os discursos fortemente enraizados – como os referidos por Dutra (2010) – que alimentam performances de afirmação da masculinidade e da feminilidade atreladas a uma divisão dicotômica e cristalizada. Discursos ligados a visões mais simétricas entre os gêneros – com menor ou maior força, a depender das particularidades das trajetórias dos sujeitos – ocupam também espaços nas cenas cotidianas de crianças com quem interagi, tanto nas paragens do Plano Piloto como na Ceilândia.

Isso se dinamiza nas trocas cotidianas por meio das conversas tecidas com seus próprios familiares, funcionários dos salões e outros agentes de sua rede de sociabilidade, especialmente entre as próprias crianças. Vislumbrei como essas transformações ressoam nos universos de princesas e heróis que tanto tocam os corações e as horas das meninas e dos meninos com quem interagi. Tais figuras representam para elas e eles ícones de beleza: princesas mais racionais, ativas, e heróis e príncipes mais sensíveis e vaidosos vêm ganhando luzes nas cenas.

Nesse horizonte, coaduno com Connell (2016, p. 154), ao afirmar que “as diferentes ideias de masculinidades não simplesmente coexistem lado a lado. Existem relações concretas de hierarquias, exclusão, negociação e, por vezes, tolerância entre elas”. A autora, baseada em Wetherell e Edley, orienta que “as masculinidades existem não como

estruturas consolidadas de papéis, mas como posições imaginárias em um discurso. Homens na prática usam essas posições estrategicamente, por vezes adotam-nas, por vezes distanciam-se delas” (CONNEL, 2016, p. 157). Contudo a autora enfatiza que há limites para essa flexibilidade: “as maneiras pelas quais as masculinidades são tipicamente imaginadas constroem barreiras fortes em torno de uma zona de comportamentos e sentimentos aceitáveis” (CONNEL, 2016, p. 157). Esse raciocínio podemos atribuir às feminilidades.

O fazer etnográfico desta tese mostrou, de maneira mais recorrente, que as meninas são incentivadas a serem astutas e ativas, desde que não sejam extravagantes; a almejem uma profissão para seu futuro, desde que não esteja entre aquelas reconhecidas como presumidamente masculinas; a terem maior liberdade de expressão, desde que não comprometam a beleza de seus cabelos e vestidos. No que diz respeito aos meninos, estes podem ser vaidosos e atentos às suas belezas, desde que não prescindam de “uma eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo” (DAMATTA, 2010, p. 138). Tal vigilância é expressa de forma cortante em frases recorrentes, como por exemplo: “menino não chora”, “você parece uma mulherzinha”, “é coisa de menina”, “tá parecendo um mariquinha”.

Em face das realidades observadas, infiro que, quanto à produção do embelezamento, há, nas veredas pesquisadas, múltiplas criações e movimentações dos sujeitos – sejam eles crianças, familiares ou funcionários dos salões – no que tange aos discursos e práticas de gênero. Posições diferenciadas são exercidas e corporificadas, performatizadas, a depender de contextos, das situações que se desenham nas vidas e de como os marcadores sociais da diferença atuam e se articulam. Percebo, portanto, movimentos vivos, em permanente criação e troca de afetos. Movimentos de valores, concepções e moralidades distintas que incidem na produção de subjetividades.

Contudo é preciso destacar que, nos horizontes tocados por esta pesquisa, a matriz heteronormativa é carregada por fortes tintas. Por exemplo, há momentos em que os meninos frequentadores dos salões situados no Plano Piloto ou na Ceilândia driblam a vigilância, seja expandindo suas emoções, expressando gestos suaves e delicados, ou quando se mostram vaidosos, lançando mão de algo reconhecido como próprio do universo feminino, como maquiagem e esmalte. Nesses casos, as reações mais comuns, por parte de adultos cuidadores, gravitam em torno de preocupações, estranhamentos, angústias, patologizações. Como se algo estivesse errado, destoante, fora da ordem. Raramente há reações como as de Verena, mãe de Bruno, que comunicou a Mabel, funcionária do salão, que ela ficasse tranquila e deixasse

Bruno à vontade para brincar com as maquiagens: “Deixa ele brincar, deixe ele conhecer as coisas. O pinto dele não vai cair por pegar num batom”.

Notem que, apesar de Verena incentivar o direito de Bruno conhecer e brincar com o que quiser, parece reafirmar uma matriz heterossexual que faz uma associação entre a anatomia e uma possível orientação de Bruno. É como se dissesse: “homem que é homem não vai deixar de ser homem se tocar em maquiagem”. Verena parece estar, em certa medida, em harmonia com uma exigência fortemente propalada nos contextos estudados, pontuada por Butler (2003), que consiste em forjar uma implacável coerência entre um sexo, um gênero e um desejo/prática.

Nessa trilha de reflexão, retomo as conversas com algumas mulheres que se mostraram extremamente preocupadas, sem saber como agir quando filhos, sobrinhos, netos, afilhados não se mostram refratários às coisas tidas como sendo de meninas, ao contrário, mostram-se curiosos, interessados e/ou afeitos. Perguntavam-me, apreensivas, sobre como lidar com isso, se era apenas uma fase, o que seria melhor fazer: conversar, ignorar, fazer de conta que não viu, brigar, levar ao psicólogo. Tais perguntas revelam-se envoltas de angústia e desconforto.

Suas narrativas mostram que, por um lado, essas mulheres temem que seus meninos sofram com ações preconceituosas e ofensivas por parte de conhecidos e desconhecidos. Por outro, essa angústia diz sobre uma nuance dessa lógica binária, a qual atribui a elas, adultas cuidadoras, a falha, a culpa pela quebra da reprodução de um modelo hegemônico. Algumas são taxadas como negligentes em suas atuações nos processos educativos das crianças. Ao pensar analiticamente essas cenas, busco não tratar com julgamento as reações culpadas, angustiadas dessas mulheres, tampouco as ações daqueles que as acusam. O foco deve ser refletir acerca da prevalência desse modelo hegemônico.

Nesse raciocínio, trago à baila a história de Nuno. Ele quis de presente uma maquiagem, usar um batom. Um desejo que o acompanhou por horas desde a loja de cosméticos em que foi com sua mãe e perseverou no retorno para casa. Nuno agarrou para si aquela ideia e, aos 6 anos, lutou por ela. Conseguiu! Pulou de alegria com a permissão de sua mãe, ainda que uma permissão restrita. Andou pela casa segurando a lindeza daquele instante, daquele batom rosa. Lena, sua mãe, estabeleceu o limite para o seu desejo. Deveria ter hora e lugar determinados. Um terreno conhecido, o da casa, o da intimidade. Uma permissão bem longe dos olhos do público. Perguntei a razão para essa demarcação. Respondeu-me que se proibisse “aumentaria a vontade dele de continuar querendo usar” e, ao mesmo tempo, não queria que Nuno “saísse daquele jeito e fosse exposto ao ridículo e à maldade de outras

peessoas”. Lena disse-me que tudo que mais deseja na vida é “não criar um filho machista”. Nesse desafio, procura alimentar, no processo educativo de seu filho, ideias que reforcem a igualdade de gênero: “eu bato muito nessa tecla com ele, que homens e mulheres têm os mesmos direitos, que ele tem que respeitar e valorizar as meninas”. Contudo as convicções de Lena não lhe garantem um apaziguamento diante do gesto de Nuno. Preocupada e angustiada, disse-me que se “policiou para não proibir”. Permitiu o uso do batom apenas para aplacar o desejo.

Uma negociação podada pelo pai, assim como foi podada a alegria de Nuno. Surpreendido e arrastado para o banheiro, teve sua boca lavada abruptamente. Não houve, conforme o relato de Lena, nenhum diálogo. Apenas a força física depositada para arrastá-lo e tirar do seu rosto a maquiagem. Aquela força estava sendo infligida não apenas para retirar o batom, mas para retirar a ideia, o desejo de Nuno, um desejo qualificado pelo pai de “absurdo”. Incongruente, com certeza, com a matriz heterossexual inteligível ao próprio modo de viver desse arquiteto de meia idade.

Banir qualquer coisa no menino que fosse na contramão dessa matriz era o motor de sua atitude violenta. Nuno respondeu à ação da seguinte forma: “chorou, chorou, chorou”. Chorou e silenciou. Calou a alegria concedida em pequenos instantes. Segundo a mãe, não manifestou mais o desejo de usar batom, impulsionando um discurso social dominante em muitos contextos, que liga a produção da masculinidade com o silenciar diante da dor, calar-se consigo mesmo. E, por mais que socialmente o tipo de masculinidade reivindicada pelo pai de Nuno esteja ligado à coragem, ela é talhada com boas doses de medo.

Lembro-me de Welzer-Lang (2001, p. 463) quando diz que “[o] pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem ‘amaldiçoar’ – para integrar o círculo restrito dos homens”. O autor lança mão da metáfora/conceito “casa-dos-homens” no intuito de se referir aos lugares da socialização masculina em nossas sociedades complexas. Aprender a não demonstrar dor e emoções constitui um dever na casa dos homens, na qual os mais velhos, aqueles que já foram iniciados por outros, mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade.

No curso da pesquisa, entendi que o medo, o silêncio, o abafamento de opiniões, expressões, gestos, quereres, configuram, em muitos casos, respostas dadas pelas crianças na tentativa de serem acolhidas, amadas ou mesmo para se protegerem, física e emocionalmente, de uma punição, um castigo, um olhar de decepção ou de reprovação, ou mesmo de uma violência física. Quando crianças demonstram, mesmo na contramão de seus quereres, comportamentos em conformidade a um discurso dominante de masculinidade ou de

feminilidade, suas atitudes não podem meramente ser lidas na chave da passividade; podem configurar uma forma de resistência, uma estratégia para sobreviver e conviver com as relações que as cercam.

Por meio dessa narrativa sobre o Nuno, distanciamo-nos, mais uma vez, da ideia de uma infância idílica, da felicidade compulsória, descompromissada e do bolo de chocolate, tantas vezes idealizada, sobretudo quando se pensa em relação a crianças ricas ou de classe média. Nuno, morador de um apartamento amplo e arejado, aluno de uma das melhores escolas particulares do DF, traz em seu rosto e seu corpo as marcas de um batom violentamente apagado. Connel (1995) nos inspira a pensar como essa contenção, essa vigilância expressa no episódio de Nuno e de tantos outros meninos, pode ressoar no curso de uma vida toda, “Uma vez que esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações” (CONNELL; PEARSE, 1995, p. 190). Nesse sentido, a violência deflagrada nas cenas de Nuno pode ressoar na maneira como ele se relaciona consigo, com os outros e em seus afetos.

Proponho que continuemos refletindo sobre a história de Nuno, mas conjuntamente com a de Alberto, pelos fios comuns que tecem essas histórias, mesmo entre crianças com realidades sociais tão distintas. “É como se o mundo fosse acabar”, assim a mãe de Alberto descreveu o grito dado pelo marido ao surpreender o menino mexendo num estojo de maquiagem. Ela relatou, como vimos, que o pai “Mostrou para o menino vídeos de sacanagem no celular. Foto de mulher pelada, dizendo que era aquilo que ele deveria se interessar. [...] Ficou esfregando o celular na cara do menino”.

Com seu poder de pai, do seu lugar de adulto, ele dispôs dos olhos, do corpo, do querer de Alberto. Impôs, ao esfregar o celular em sua face, um destino traçado ao qual cada parte do corpo do menino deve se direcionar. Alberto deve, obrigatoriamente, desejar corpos de mulheres, mas não pode, em hipótese alguma, ser como elas. Mexer na bolsa de maquiagem foi o bastante para despertar a repulsa de Raimundo, já nutrida em si e direcionada ao irmão gay. Ecoa aqui a reflexão de Bento (2015, p. 53), quando infere que a homofobia e o machismo caminham de mãos dadas: “o medo de se ser considerado gay faz com que os homens exagerem em todas as regras tradicionais de masculinidade, inclusive na prática de se procurar ter relações sexuais com quantas mulheres for possível”. Essa foi a lição. Alberto deve afastar-se dos objetos que são considerados femininos, mas deve aprender para que servem os corpos das mulheres, como fontes de desejo, de prazer.

Raimundo nem mesmo perguntou a razão que despertou a vontade de Alberto de tocar aquela bolsa de maquiagem. Se ele gostaria de ser como a mãe, se estava interessado na

mecânica do zíper, se fora mera curiosidade, enfim, era algo que apenas a voz do menino poderia desvelar. Em muitas situações, o peso dessa vigilância que ronda os corpos de meninos – mas também os das meninas – acaba restringindo, cerceando a extensão do mundo que as crianças poderiam criar. Refiro-me às muitas possibilidades de relações e apropriações de objetos, situações, caminhos. Não são poucas as cenas e narrativas que mostram que a força imaginadora, tão exaltada quando se fala recorrentemente em infância, acaba sendo abafada para conferir uma inteligibilidade a uma matriz heteronormativa. Os ensinamentos dos gestos que embelezam possuem comumente esses enquadramentos.

Nesse sentido, é interessante o que diz Badinter (1993) acerca da produção das masculinidades. A autora infere que elas não são tecidas exclusivamente pela negação a tudo o que alude ao feminino, mas também pela negação de uma ideia de infância. De uma forma geral, como sabemos, a infância, esse tempo social, é muito propagada nos mais diferentes discursos como uma fase de descobertas, experimentações. No entanto, como esta pesquisa vem mostrando, tais ideias são comumente cerceadas em nome de imperativos, no caso dos meninos: “Seja homem!”, “Não pode se enfeitar como uma mulherzinha”, “Não pode requebrar como um viadinho”. As experimentações possíveis com seus corpos, suas emoções, por vezes são atravessadas por ideias de que os meninos devem produzir, desde cedo, um corpo capaz de seduzir mulheres, um corpo para não temer, e, além disso, um corpo antenado ao aspecto laboral.

Nas diversas realidades vislumbradas na etnografia, percebi esse aspecto laboral sendo alimentado entre os meninos. Desde o pequeno que mora na Ceilândia e ajuda seu pai a vender frutas no sinal ou aqueles que crescem com a ideia de que deverão ser arrimos de família e tão logo estejam maiores devem arrumar um trabalho para ajudar nas despesas de casa, até os meninos de famílias de classes média e alta que são preparados, desde cedo, para serem homens de negócio, pequenos empresários, fazendo cursos de línguas, aulas de reforço, às vezes com cargas horárias extenuantes. De acordo com Zanello (2016; 2018), as masculinidades estão ligadas ao “dispositivo da eficácia”, vinculado ao fato de que “ser homem”, na cultura ocidental, tem como base uma virilidade que é tanto sexual como laborativa.

Inspirada em Badinter, Zanello (2016; 2018) deslinda que é comum, em nosso contexto social, a ideia do alcance da masculinidade por meio da demonstração de força, da sexualidade acentuada, da competitividade e da produtividade. Reflete que meninos de diferentes classes, desde muito pequeninhos, estão envolvidos nessas noções e são estimulados a talhar “uma macheza” que não cessa de ser, diariamente, testada, escrutinada, especialmente

por outros homens. Em campo, percebo que a ideia de homem bonito está ligada aos cuidados com o físico, com a aparência da sedução, mas também à ideia de ser bem-sucedido profissionalmente. Zanello (2016; 2018) nos convida também a refletir sobre como esses julgamentos são racializados. Os corpos de homens brancos, por exemplo, são associados aos altos cargos.

Fundamental, nesse sentido, é o texto de bell Hooks (2015), no qual ela aponta que atualmente, na cultura da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, “a maioria dos jovens oriundos das classes pobres e desprivilegiadas é socializada através da mídia de massa e de uma educação elitista tendenciosa para acreditar que tudo o que é necessário para a sua sobrevivência é ter habilidade para o trabalho físico” (HOOKS, 2015, p. 678-79). A autora ressalta como, nos primeiros anos de vida, os meninos já são levados a crer que a força e a resistência física são centrais – na realidade, é tudo o que realmente importa. Ela relata que, quando garotos negros demonstram amor pelos livros e querem estudar, “correm o risco de ser ridicularizados como não masculinos” (HOOKS, 2015, p. 679).

Penso que alguns aspectos do dispositivo da eficácia apontado por Zanello ecoam nas vidas de muitos meninos com quem interagi, tanto no que diz respeito à ideia de virilidade ligada à de sedução, quanto na ideia de ser bem-sucedido. Tais ideias circulam pelas mídias que tanto atravessam os cotidianos dos salões e os saberes das crianças. Esses discursos estão presentes nas propagandas dos salões, dos produtos estéticos, nos anúncios de televisão e na internet.

Analisando corpo e identidade na propaganda, Beleli (2007) reflete que, ainda que os homens atualmente encontrem maiores estímulos para atentarem para sua aparência física, para a produção de suas belezas, para o desenho de seus músculos e que sejam mais convocados e vinculados à ideia de sensibilidade, há uma “identificação de homem com o trabalho e suas conquistas econômicas, sociais e sexuais, escancaradamente exploradas pelas diversas mídias no passado, que ainda surtem efeitos – o antigo provedor é um forte apelo da propaganda” (BELELI, 2007, p. 193). Na publicidade analisada pela autora, fica evidente que, por mais que “as imagens de homens estejam também pautadas por um padrão de beleza, não é na beleza que se ancora a masculinidade. A feiura se transforma em beleza quando acompanhada de um terno bem cortado e um diamante nas mãos” (BELELI, 2007, p. 202). Penso que, do momento das reflexões de Beleli para cá, os apelos ao embelezamento dos corpos dos meninos/homens tenham se intensificado e complexificado, embora os aspectos levantados pela autora permaneçam em voga em muitas trajetórias.

Como já discutimos anteriormente, as crianças com quem convivi têm amplo acesso às propagandas destinadas aos homens adultos. E, falando em programação adulta, gostaria de trazer à baila a cena em que Raimundo obrigou Alberto a ver, como relatou a mãe, “vídeos de sacanagem no celular. Foto de mulher pelada”. Como mostra o documentário *O silêncio dos homens* (2009), por meio das falas dos entrevistados, em muitos processos educativos de meninos, o abafamento das emoções são diretrizes fortes. Claudio Serva, com bases em seus Estudos da Sexualidade, relata que muitos meninos de diferentes realidades entram em contato com materiais pornográficos, como os apresentados a Alberto, entre os 8 ou 9 anos de idade, recebendo “uma série de referências violentas que reforçam a objetificação da mulher, [...] um objeto que ele pode usar para o seu próprio prazer e depois descartar” (O SILÊNCIO, 2009).

A beleza física integra a situação tanto como um elemento para a conquista de meninas quanto para o crivo de que meninas devem ser alvo desse olhar, e de que certas formas físicas protagonizarão esses materiais pornográficos. Ao pensar no olhar de descarte, ao qual se refere Serva, que instrumentaliza e objetifica, que foi ensinado a Alberto pelo próprio pai, reflito sobre o olhar preocupado e angustiado de Leonor quando sua filha, Julieta, 12 anos, sai pelas ruas maquiada: “O mundo tá muito perigoso pra uma menina sair sozinha na rua. Se sai maquiada chama atenção de quem não presta, tem muito homem ruim, doido atrás de uma carne nova”. Esse medo de que, ao pintar o rosto, a menina possa atrair “olhares maldosos”, acompanha muitas outras mães com quem dialoguei em todo o tempo de pesquisa. Um medo que vi ecoar em vozes de diferentes classes.

Relembro o comentário da mãe de Marta: “Eu chego no colégio da Marta e vejo meninas da idade dela, mais nova até, com aquele olhar de mulher, toda maquiada, sobrancelha feita. É erotizar demais a criança. [...] A gente tá numa sociedade doente, tem desrespeito com a criança, tem assédio, isso tá todos os dias nos jornais, na internet”. Essa insegurança também é sentida nas vozes de meninas, como Elba, 11 anos, moradora de Taguatinga, que espera seu irmão para voltar da escola, pois teme andar sozinha, “A gente passa no bar e aqueles bêbados parecem que vão comer a gente com os olhos. Só volto com o Cláudio”.

Esses depoimentos trazem camadas sobre diferentes faces da violência. Gritam sobre uma estrutura do nosso país em que, como diz Machado (2010), “mulheres são predominantemente alvos de atos cotidianos e crônicos de violência física, sexual e psíquica” (MACHADO, 2010, p. 63). Com todo o cuidado analítico possível para evitar generalizações e demonizações sobre os diferentes processos educativos voltados ao embelezamento

vivenciados pelos meninos com quem interagi, percebo como é intensivo, em algumas trajetórias, o treino para esse “olhar que devora”, “que parece que vão comer a gente”, pontuado por Elba. Um olhar reforçado pela ideia de virilidade à qual roga: “apoderar-se do corpo da mulher é o que se espera. O ‘não’ da mulher, ou o ‘medo’ da mulher aparecerem como construtivos do desejo masculino” (MACHADO, 1998, p. 251).

Medrado e Lyra (2008) esclarecem que não nos cabe no fazer de uma pesquisa a procura de culpados, mas um compromisso ético com um engajamento na compreensão de como as relações de gênero são institucionalizadas e se atualizam, se corporificam e ressoam nas situações mencionadas. É importante frisar que esse medo, essa angústia de Leonor, Marta e Elba, que ecoam em tantas outras pessoas com quem conversei, espelham dados do nosso país e apontam a vulnerabilidade de crianças, sobretudo das meninas.

O *Atlas da violência*, elaborado pelo IPEA, revelou que o maior número de denúncias nas unidades de saúde relacionadas a crianças de 0 a 13 anos é o estupro:

[...] 68% dos registros, no sistema de saúde, se referem a estupro de menores e [...] quase um terço dos agressores das crianças [até 13 anos] são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos, como pais, mães, padrastos e irmãos. A maioria das vítimas são meninas (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 4).

O Brasil está na quarta posição no ranking mundial de casamento infantil. Uma em cada cinco crianças no Brasil é filha de meninas entre 10 e 19 anos. Tal dado faz parte do relatório publicado em 2018 pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Segundo esse documento, meninas e adolescentes precisam abandonar a escola devido à gravidez. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018 o Brasil ocupou o quinto lugar no ranking mundial em feminicídio.

Cada um desses dados reflete processos sociais e culturais complexos. Para a sua compreensão se faz necessário atentar para os marcadores sociais da diferença que cercam as vidas dos sujeitos, como gênero, raça, classe, região. Assim, é possível engajar-se no mapeamento de como “os poderes constituídos e legitimados em meios sociais e institucionais naturalizam a desigualdade de gênero e produzem a alta tolerância em relação à violência contra as mulheres presente nos meandros da sociedade brasileira” (MACHADO, 2014b, p. 124). Em conformidade com Machado, compreendo que a violência não deve ser abordada numa dicotomia limitada, marcada entre dominadores e vítimas, pois isso seria demasiado

reducionista e não contemplaria o caráter relacional das construções sociais de gênero. No entanto é imprescindível reconhecer o que se faz presente em muitos processos educativos que naturalizam as assimetrias, desigualdades e toda sorte de violência.

Em campo, compreendi que falar sobre a produção da beleza física consiste em falar sobre os desafios de colocar “o corpo no mundo”, o corpo permanentemente em relação, que pode estar sujeito a olhares e gestos de aconchego, enternecimento, cooperação, acolhida, generosidade, ou de repressão, repulsa, invasão, violência. Em muitas situações, as narrativas das mais diversas crianças acerca dos caminhos da beleza física percorrem as trajetórias de seus próprios corpos. Por exemplo, as transformações físicas, a explosão hormonal, que modifica os desenhos das silhuetas e traz desafios aos sentidos, às emoções, aos pensamentos. Tais transformações suscitam estranhamentos das próprias crianças com suas imagens no espelho e aguçam, por parte de adultos, uma série de preceitos, sugestões, conselhos sobre como lidar com essas transformações. Como essas transformações desafiam ou corroboram suas noções de beleza?

A materialidade etnográfica revelou que diversos são os tons e tratamentos conferidos a ideias, percepções e formulações discursivas no que tange à relação entre infância, produção do embelezamento, corpo e sexualidade. Discursos distintos se apresentaram nos espaços da pesquisa, advindos de familiares, funcionários dos salões e das próprias crianças. Pude perceber, estando mais próxima delas, como, por vezes, ratificam, negociam, desafiam ou resistem ao que é anunciado pelos adultos ou por outras crianças. É bom frisar que nem sempre os sujeitos estão fechados, restritos a certos pontos de vista. Noto que há um movimento entre ideias, discursos e práticas distintas, a depender das situações de suas trajetórias. É importante mencionar que a sexualidade é compreendida aqui como um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988). A seguir, dialogaremos sobre como os tais discursos ecoam em campo.

4.3 AS FACES DAS MORALIDADES: INFÂNCIAS, BELEZA E SEXUALIDADE

Um dos discursos correntes entre alguns adultos de diferentes classes sociais, reconhecido durante a pesquisa, diz respeito à noção de uma infância inocente, assexuada, pura. Nesse sentido, qualquer pronunciamento que articule as palavras “sexualidade” e “criança” é imediatamente visto como incongruente, absurdo, imoral. Há a recusa de que a sexualidade também constitui as vidas das crianças. A esse respeito aludo a Lowenkron (2010), quando afirma que existe um sentimento generalizado de verdadeiro horror a qualquer

coisa que conecte sexualidade, sexo e criança. Referencio também Walkerdine (1999), que nos permite pensar, nos contextos desta pesquisa, como essa é uma questão que toca várias áreas muito difíceis e frequentemente consideradas tabus.

Outro ponto de vista recorrente acerca da associação entre infância, embelezamento, corpo e sexualidade roga que as crianças devem ser vigiadas, domadas, reguladas. Nesse prisma, por vezes, a sexualidade é entendida como pecado, promiscuidade e algo ameaçador às crianças. Observando os cotidianos dos contextos pesquisados, é perceptível que algumas meninas, tanto moradoras do Plano Piloto como da Ceilândia, recebem recomendações claras sobre como valorizar a beleza física para não parecerem “assanhadas”, “oferecidas”, com “mau comportamento”. Uma série de orientações é passada, desde a escolha ideal da cor do batom e do esmalte, que devem ser suaves, ao tamanho adequado do salto, que não deve ser alto demais. Acima apresentei algumas narrativas advindas de familiares que expressam esse controle, proibindo ou permitindo um uso extremamente restrito de maquiagens, esmaltes, alegando que isso pode “aflorar um lado erótico” das crianças ou despertar olhares denominados como maldosos, maliciosos. Ao contrário dos meninos, que são incentivados, em muitas situações, a serem namoradores.

Menciono algumas cenas e narrativas que ativam essa regulação: “É fazer a menina despertar praquilo que ela não tá pronta pra viver: vaidade demais, consumo demais, namoro”, “Eu acho muito assanhamento pra uma criança”. Lembremos de Deyse recomendando às meninas a limpeza de sobrancelha, mas condenando determinado desenho. “Tem gente que, ao invés de limpar, faz e isso deixa a menina com aquela cara de mulher fatal”. Retomo aqui novamente a passagem em que a mãe de Andressa foi convocada à coordenação da escola devido à preferência da filha por batom vermelho passado durante as aulas insistentemente. Sua mãe contou-me que, nessa conversa, a coordenadora revelou que algumas meninas da sala de Andressa não brincam com ela, pois a consideram “muito pra frente”, “muito assanhada”. Andressa é conhecida entre elas como “aquela que sabe tudo sobre o caderno de ciências das turmas mais avançadas”. Conversei com Andressa sobre suas relações na escola. Ela disse que tem menina que tem inveja da beleza dela.

No caso das passagens acima, é possível perceber que a relação entre embelezamento e sexualidade é balizada por uma lógica de dualismos como certo e errado, permitido e proibido, bem e mal, o que é adequado para meninas e para meninos. Sobre a questão da inveja mencionada por Andressa, considero importante mencionar Woolf (1992, p. 98), quando nos convida a pensar discursos correntes sobre a socialização de muitas meninas em nosso contexto social: “mulheres competem com as outras mulheres”, “invejam umas às

outras”, “as mulheres consideram umas às outras possíveis adversárias”, “competem na beleza”. A autora vai mostrar como essa ideia é prejudicial, pois promove sentimentos de disputa, brigas, competição, quando as mulheres, desde crianças, deveriam aprender a respeitar-se, inclusive a unirem-se na busca de determinados direitos e interesses.

Dando continuidade à partilha dos pontos de vista vislumbrados acerca da relação entre infância, embelezamento, corpo e sexualidade, há aqueles familiares que consideram importante conversar com as crianças abertamente sobre todos os assuntos, no entanto, confessam uma dificuldade de abordar vivências como namoros, sexo, menstruação. Vigoram a vergonha e o temor de que as crianças não estejam preparadas, de que “elas precipitem etapas” ao ter acesso a algumas conversas. Contudo, embora esteja longe de ser uma visão prevalente, há aqueles que defendem que esses assuntos sejam trabalhados com tranquilidade na esfera domiciliar e também na escola.

Diversas cenas e narrativas apresentadas mostram como essa relação colocada em pauta constitui as vidas das crianças de forma sutil e bastante diferenciada. Pensemos em Filipa quando diz que “Um rosto bem maquiado chama atenção, as amigas olham, os estranhos olham, os gatinhos também, né?”. Pensemos nas meninas que definem Andressa como aquela que conhece “tudo do caderno de ciências das séries avançadas”, aludindo às aulas de reprodução humana. Lembremos a mãe de Mel, que lança um olhar surpreso quando suas amigas cantam o “com quem será” depois dos parabéns e citam o nome “Roberto”, um amigo de escola. Partilho também o fato de algumas das minhas interlocutoras me pedirem segredo em relação a namoros, flertes, pois não gostariam que os pais soubessem, pois eles poderiam brigar, proibir ou ficar preocupados. Quanto aos meninos, destaco os ensinamentos para que sejam pegadores. Aqui lembro novamente de Welzer-Lang (2001), que esclarece o quanto a sexualidade integra a vida de crianças. O autor narra uma série de ritos que, em sua concepção, diz respeito ao aprendizado de uma dada masculinidade:

Competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem mija (urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, ou mesmo atualmente em frente às strip-poker eletrônicas, em que o jogo consiste em tirar a roupa das mulheres... Escondidos do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações, os pequenos homens se iniciam mutuamente nos jogos do erotismo (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

Foucault (2014) orienta que não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz. O autor pede uma postura mais analítica no sentido de, por meio da análise, “tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer como são distribuídos os que podem e

os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2014, p. 31).

Nos movimentos da pesquisa, percebo que não é que haja, como se repete comumente, um silêncio absoluto, generalizado sobre a relação aqui pautada; ao contrário, há uma proliferação de discursos de diferentes instâncias formatando, verificando, escrutinando como essa relação deve se estabelecer nas diferentes instâncias como psicologia, medicina estética, pedagogia, mídias. Como nos convida a pensar Foucault, ressalto que os dispositivos arquitetônicos que rodeiam essas crianças dos salões, das escolas, das casas já fornecem diretrizes nesse sentido.

Desse modo, reflito como esse silenciamento é seletivo, abafa muitas vezes as vozes das crianças, faz com que elas compreendam que tocar em determinados assuntos é uma zona perigosa, que pode gerar, em suas vidas, castigos, marcação cerrada dos familiares, estigmas. Lowenkron (2010) enuncia que essa visão tão corrente de inocência infantil, da impossibilidade de se conversar com as crianças sobre esses temas para não abalar suas purezas, acaba constituindo antes um mecanismo que reforça a posição de “vulnerabilidade” das crianças, pois elas não podem falar do próprio corpo, não podem se expressar. Negar, proibir que elas se expressem sobre essa relação corpo, embelezamento e sexualidade significa negar a elas o estatuto de sujeito. A autora aponta, portanto, para a necessidade de outras formas mais eficazes para diminuir a vulnerabilidade da criança perante a violência sexual.

Lowenkron (2010) estuda um assunto muitíssimo delicado que emerge em algumas falas desta pesquisa: a pedofilia. Ela destaca a importância de encarar de frente “o sentimento de horror entendido como ‘natural’ e ‘autoevidente’ o qual impede que pensemos sobre as concepções que estão em jogo na regulação social da relação sexual entre ‘adultos’ e ‘crianças’” (LOWENKRON, 2010, p. 57). Nesse sentido, é importante atentar para uma complexa combinação entre uma multiplicidade de fatores que permitem negociar os limites entre o moralmente aceitável e o inaceitável, “tais como o exame do comportamento e da personalidade dos diferentes atores envolvidos em uma determinada relação sexual intergeracional, a avaliação do tipo de relação e das distâncias sociais entre o ‘menor’ e o ‘maior’ que se relacionam sexualmente e a análise do contexto no qual a relação aconteceu” (LOWENKRON, 2010, p. 60).

A autora mostra como se faz urgente trazer para a esfera pública o debate sobre sexualidade e infância. A pesquisa Lowenkron (2010) e os dados do mapa da violência do

IPEA nos fazem pensar, por exemplo, como a ideia de criança protegida pela família não corresponde a todas as realidades, uma vez que um número significativo dos abusos ocorre no seio familiar. O campo desta pesquisa mostra que os debates sobre infância, sexualidade e embelezamento são, portanto, preciosos no enfrentamento das desigualdades e assimetrias nas relações. Neste trabalho, vislumbramos várias cenas que mostram como trazer essas questões para o debate franco, aberto, amplo entre crianças e adultos é algo frutífero para a saúde pública.

É imperativo frisar, nessa discussão, que estamos vivendo, no Brasil, tempos de movimentos conservadores, como o “Escola sem Partido”, que lança mão da expressão “ideologia de gênero” no intuito de suprimir o conceito de gênero dos planos municipais de educação, minando profundamente esse debate tão necessário. Ao cessar o debate, o que se promove é um silenciamento das vozes de crianças e, por consequência, a permanência de uma violência silenciosa contra os corpos infantis, que já é antiga na nossa sociedade.

Balieiro (2018) debruçou-se no estudo desses movimentos, descrevendo e analisando em minúcias a reação, em 2011, contra materiais didáticos pelo enfrentamento da homofobia nas escolas; a discussão, em 2014 e 2015, sobre planos educacionais nos quais se difundiu a noção de “ideologia de gênero”; e, em 2017, a perseguição a exposições e performances artísticas em Porto Alegre e São Paulo que antecedeu a vinda de Judith Butler ao Brasil. O autor aponta para o “pânico moral” envolvido nesses episódios e como tais movimentos ajudaram a barrar avanços relativos a direitos sexuais e reprodutivos no país, o que nos levou a retrocessos evidentes, como a ameaça à própria liberdade intelectual e artística, contribuindo para a disseminação de preconceitos, reiterando perseguições agressivas a alvos momentâneos e até forçando limites ao livre pensamento⁷⁴.

O meu esforço aqui é por assinalar que os ensinamentos das técnicas para o embelezamento corporal ocorridos nos salões e nas casas em meio ao entrelaçamento das trocas entre adultos e crianças de forma alguma estão apartados dos discursos sociais acerca dos corpos, da sexualidade. Os ensinamentos da beleza se tecem a partir do diálogo com essa gama de discursos normatizadores seja no sentido da negociação, positivação, seja da recusa.

Face a face com as crianças, afirmo que, com suas distintas biografias, histórias e subjetividades, a partir das posições diferenciadas no que tange à geração, à classe, à raça, ao gênero vão exercendo suas agências dentro das relações de poder que permeiam os ensinamentos da beleza; que também são ensinamentos relativos à sexualidade dos corpos.

⁷⁴Richard Miskolci (2018) vem se debruçando sobre o tema “ideologia de gênero”, estudando a atuação dos grupos de interesse que lutam contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos.

Esse agenciamento se tece de forma múltipla relacional, dinâmica e mobiliza distintos afetos. Por vezes, essa agência se empenha na conquista de determinada forma física legitimada mirando determinados ganhos sociais, outras a recusam. Recusam não só determinada forma física como uma determinada maneira de olhar a uma infância de forma normatizada

5 MÃOS E PERNAS

5.1 MÃOS

Nesta seção, procuro focar nos serviços oferecidos nos salões voltados aos cuidados às mãos e que são vivenciados pelas crianças. De partida, trago as reflexões de Hertz (1980), que são particularmente frutíferas para pensar o corpo como um território potente e sensível, meticulosamente palmilhado pelo social, pela cultura, pelos processos educativos. Por meio de uma forte base etnográfica, o autor nos conduz a olhar atentamente a polaridade criada em torno das mãos, as distinções no refino das técnicas dos movimentos, as porções de experiências, bem como os valores atribuídos à mão direita e à mão esquerda. Conforme o autor, “para a mão direita vão as honras, as designações lisonjeiras, as prerrogativas: ela age, ordena e toma. A mão esquerda, ao contrário, é desprezada e reduzida ao papel de uma humilde auxiliar: sozinha nada pode fazer; ela ajuda, ela apoia, ela segura” (HERTZ, 1980, p. 100).

O autor aventa que a mão direita está vinculada às ideias de vigor físico, integridade intelectual, julgamento positivo, retidão moral e beleza. Já a esquerda alude justamente ao antônimo dessas ideias. Em face disso, “a cada cem pessoas, duas seriam naturalmente canhotas a ponto de rejeitarem qualquer influência externa; uma proporção bem maior seria de pessoas naturalmente destros; e entre estes dois extremos haveria uma massa de pessoas que poderiam usar as duas mãos, se fossem deixadas à vontade” (HERTZ, 1980, p. 102).

No curso do ensaio, Hertz (1980) não rompe com a radicalidade da causa orgânica como justificativa para a predominância conferida à mão direita e para a mutilação social impelida à esquerda. Contudo afirma, de forma categórica, que somente esse aspecto é insuficiente para explicar tal polaridade. A chave dessa diferenciação, aos olhos do autor, é qualitativa, está além do indivíduo, na constituição da consciência coletiva, nas vivências de seus processos educativos. Tais processos buscam ordenar, estruturar os corpos e as vivências, implicando, portanto, representações de divisões e hierarquias sociais. O autor advoga que, por meio de um trabalho social, poderia existir “um desenvolvimento mais harmonioso do organismo, oferecendo assim um tratamento diferenciado à mão esquerda” (HERTZ, 1980, p. 102).

A partir das reflexões de Hertz, é possível apurar o entendimento do corpo como um território simbólico, plástico, pleno de sentidos e significações em que cada parte ressoa educação, aprendizagem, treino social. Nessa lógica, foquei nos diferentes valores, estímulos, refinamentos técnicos dados às mãos das crianças, sobretudo aqueles que gravitam em torno das técnicas de embelezamento. Neste sentido, trarei à baila a prática corporal de fazer as mãos e

as unhas. Buscarei mostrar que há diretrizes muito claras de como devem ser apresentadas as mãos e unhas de meninas, meninos, homens e mulheres.

Nesse sentido, inicio esta seção dedicada às mãos focalizando o serviço de manicure, em especial, a prática de fazer as unhas. Por meio desse serviço, continuemos a refletir sobre esse fino tear que é a produção das aparências físicas das crianças que tanto mobilizam, delas e de seus familiares, recursos financeiros, tempo e energia.

5.1.1 A beleza nas mãos

Os cinco salões apresentados oferecem atualmente o serviço de manicure para a clientela infantil ou adulta. Como vem sendo possível observar ao longo deste trabalho, os processos de produção do embelezamento, tratados nestas páginas, se esmeram em pensar detalhadamente cada parte do corpo e, sem dúvida, no serviço de manicure, isso se expressa de forma potente – desde a maciez das mãos, ao modo como as unhas devem ser limpas, cortadas, lixadas e pintadas. É importante destacar que essas ações não são executadas de modo homogêneo; mãos e unhas são esculpidas, trabalhadas, de formas singulares, dependendo do público, seja ele formado por crianças, homens ou mulheres. Além disso, há variação de preços de produtos que atingem distintos padrões de consumo.

Nos diferentes recantos pesquisados, há uma ideia corrente de que um corpo considerado belo não pode prescindir do zelo e da aparência das mãos e unhas. Aqui verificamos novamente a interseção entre as noções de beleza e higiene já refletida anteriormente aos modos de Mary Douglas (1976). A partir dela, lanço um questionamento: quais as unhas que podem estar sete dias da semana irretocáveis? Certamente não são aquelas que se empenham em atividades laborais que calejam as mãos, sujam as unhas e desgastam o esmalte. Desse modo, quando vemos as unhas que não estão feitas ou pintadas sendo taxadas como sujas, bem como as mãos calejadas e maltratadas pelo esforço laboral cotidiano, podemos vislumbrar como as noções de pureza e impureza podem ser mobilizadas para gerar uma distinção, inclusive um desvelamento entre classes. Por exemplo, muitas meninas moradoras da Ceilândia com as quais interagi, diferentemente da maioria do Plano Piloto, atuam sistematicamente em tarefas domésticas, como lavar a louça, lavar a roupa à mão, varrer a casa, o que dificulta manter os esmaltes impecáveis e as mãos lisinhas.

Antes de detalharmos mais sobre a prática corporal de fazer as unhas, trazendo como foco as vivências das crianças, ressalto como essa atividade é marcadamente presente nas mais diversas paragens de Brasília e Regiões Administrativas. É raro encontrar um salão em que esse serviço não seja disponibilizado, tanto para o público infantil como para o adulto. Inclusive, encontrei no Plano Piloto estabelecimentos sofisticados denominados “esmaltarias”, feitos exclusivamente para movimentar a atividade em pauta. Nesses espaços,

abundam linhas de tratamento e produtos com a finalidade de hidratar, fortalecer e suavizar mãos e unhas. Um denso comércio se faz em torno do embelezamento das mãos, do qual crianças participam ativamente como consumidoras.

Já nas veredas da Ceilândia, basta um passeio despretenso nas redondezas para mirarmos as inúmeras faixas ou placas em frente às casas com o anúncio “faz-se unha”. Muitas manicures costumam definir os seus lares como o espaço de atendimento e é comum que a própria mobília da família sirva para acolher a clientela adulta e infantil. Basta um lugar no sofá da sala e na cadeira da mesa de jantar e, pronto, assim se faz o espaço da manicuragem nos lares da Ceilândia, que, diga-se de passagem, são mais um espaço de trabalho árduo para essas mulheres, já que os cuidados da própria casa e, por vezes concomitantes, dos filhos e de outros familiares exigem delas tanta energia e cuidado. Além das manicures que atendem em casa e nos salões, há também as que atendem em domicílio, tanto naquelas paragens como em destinos distantes dali, nas casas de suas clientes no Plano⁷⁵.

Conforme a Abiphec, o Brasil é o segundo mercado em consumo de esmaltes, ficando atrás apenas do Estados Unidos (SEGUNDO [...], 2017). Atualmente, contamos com mais de 50 marcas, sendo cada vez mais abundantes aquelas desenvolvidas para crianças. Os esmaltes não são encontrados somente nas lojas de cosméticos, mas também nas farmácias, nos supermercados ou nos mercadinhos dos mais diferentes bairros das diversas regiões brasileiras. Tornam-se também artigos de grifes famosas, como, por exemplo, a Chanel. O site *Brazil Beauty News* aponta que, em 2019, cerca de R\$ 7,7 bilhões foram alcançados só com a venda de esmaltes.

Apesar dos esmaltes infantis integrarem essa realidade e estarem em franco crescimento, pude perceber, em minhas andanças de pesquisa, tanto no Plano Piloto como em diversas Regiões Administrativas, que poucos salões possuem em seus estoques esmaltes exclusivamente desenvolvidos para criança, os chamados “hipoalergênicos” (que não têm um número maior de substâncias que causam alergia, esmaltes que saem com facilidade das unhas, apenas com água e sabão). Mesmo quando os estabelecimentos contam com as linhas infantis exclusivas, a maioria das crianças, com o aval de seus responsáveis, dá preferência aos esmaltes desenvolvidos para o público adulto, pois estes têm maior leque de cores e maior

⁷⁵No contexto pesquisado, a manicuragem é uma tarefa eminentemente executada por mulheres. Em todos os salões que caminhei, lá estavam elas debruçadas atentamente sobre mãos e pés de suas clientes das mais diferentes idades, garantindo com esse esforço parte ou mesmo a integralidade do sustento da casa – mas os detalhes dessas histórias transcendem o escopo deste trabalho. Vale mencionar que, apesar dessa atividade ser exercida majoritariamente por mulheres, em pesquisas na internet, encontrei homens que abraçam essa profissão e, por esse motivo, tornaram-se alvo de atenção midiática. As reportagens sobre eles abordam os preconceitos enfrentados no início de suas carreiras, que gravitam em torno de estarem exercendo “uma profissão de mulherzinha”.

durabilidade. Falo isso de todos os 35 salões que visitei, incluindo os cinco salões eleitos como lócus desta tese.

Entre os salões pesquisados, o Astros e Estrelas e o Escova Mágica contam com esmaltes infantis, mas tais itens são adquiridos em menor número em comparação aos esmaltes para adultos. O salão A Turma do Cabelo tem maior número de esmaltes infantis, contudo é possível encontrar alguns esmaltes para adultos em seu leque de oferta. Já o Encrespa e o Salão da Deyse não contam com esmaltes infantis em seu estoque. Chamo atenção também para a promoção chamada “mãe e filha” (a filha ganha 50% de desconto no atendimento de manicure infantil se a mãe realizar o serviço no mesmo dia) realizada no Astros e Estrelas.

Nos estabelecimentos estudados, de forma geral, fazer as unhas em crianças implica limpar, lixar e/ou cortar as unhas e esmaltar. Há uma infinidade de detalhes que envolvem cada uma dessas etapas. Sobre tais especificidades, partilho os apontamentos de Marlene, manicure do Astros e Estrelas. Ela conta com dez anos de experiência nesse *metiê*. A sua descrição é interessante pela riqueza de detalhes e, por muitos aspectos, corresponderem às narrativas das manicures dos demais salões estudados. Destaco isso de modo genérico, uma vez que há variações no que tange às marcas dos produtos utilizados e aos detalhes que diferenciam o serviço. Por exemplo, nos salões Astros e Estrelas, Escova Mágica e A Turma do Cabelo, há uma etapa de hidratação nas mãos das clientes após a limpeza das unhas, o que não ocorre nem no Salão da Deyse nem no Encrespa. Por certo, isso demandaria um custo maior para esses salões e, conseqüentemente, aumentaria o valor do serviço, inviabilizando um preço acessível a sua clientela. A seguir, vale a pena trazer a fala de Marlene, manicure do Astros e Estrelas, porque ela explicita diferenças entre fazer as unhas de homens, mulheres e crianças que sintentizam particularidades também assinaladas pelas profissionais nos demais salões.

Pra começar, Vanessinha, homem gosta de unha curta. Na hora de lixar, tem que ter um formato mais reto; na hora de tirar a cutícula, tira só o excesso, entende?! É sempre bom dar o polimento com a lixa, porque é muito difícil eles passarem esmalte, se passar e só uma basezinha [esmalte transparente] e olhe lá! Você sabe, a base pode deixar a unha amarelada e todo mundo percebe que o cara pintou e pra alguns não pega bem, entende? [“E por que não pega bem?”, perguntei.] “Ah! Diz que é coisa de mulher, de bicha, sei lá!” [“Com que frequência eles vêm fazer a unha?”] “Eles vêm uma vez na vida e outra na morte. Muitos nem vêm, ajeitam em casa mesmo. Tem sempre uma mulher pra dar aquela ajeitadinha pra eles, entende? Eles são bem práticos. Às vezes, quando vêm cortar o cabelo, a gente aproveita pra oferecer e eles acabam fazendo, é isso aí...” sobre as mulheres, Marlene explica: A mulher tá aqui direto! Elas pagam o salário da gente, é bem mais exigente, a maioria gosta de unha tamanho médio ou grande, pouquíssimas gostam de unha curta, a maioria gosta de cutilar bastante, bastante mesmo. Só falta a gente ver a alma da pessoa. Muda uma coisinha ou outra de uma

pra outra, entende? Algumas gostam que lixem mais quadrada, outras mais arredondadas, mas todas amam esmaltes. É uma paixão, uma febre. [Peço que ela me fale mais sobre essa “febre”] “Tem esmalte para cada tipo de mulher, de ocasião, para cada cor de roupa.” [“Tipo de mulher? Como assim?”] “Ah, mais tímida, mais senhora, mais pra frente, mais chique, mais espalhafatosas. Tem delas que sempre passa o mesmo esmalte. Algumas mudam dependendo da festa, da fase que elas estão passando. São de lua.” “De Lua?” “Sim! Se tão mais tristes, colocam uma cor alegre, se tão se separando, tacam um vermelho. É isso aí...” [“Com que frequência elas vêm?”] “A maioria vem uma vez na semana, outras de 15 e 15, e têm delas que vêm mais de uma vez por semana, pois não suportam tá desajeitada. Quanto as crianças ela informa. “As crianças você já sabe, tá cansada de ver. A gente só faz a limpeza, corta, lixa e passa um esmaltezinho. Algumas querem fazer igual de gente grande, com cutilagem, alicate, a gente combina com a mãe. Tem delas que são mais exigentes que mãe. Criança adora pintar as unhas. Você vê como elas são!” [E com que frequência?] Depende. Tem umas que acompanham a mãe e fazem sempre, tem outras que vêm e a mãe fica esperando elas fazerem, e tem aquelas que só fazem quando tem um evento, uma festa, um casamento, um aniversário. Tem umas que morrem de pedir e a mãe não deixa de jeito nenhum. As bichinhas, não tem mal nenhum um esmalte clarinho. Morro de pena.” [Por que será que elas não deixam?] “Pra não viciar a criança, acha que é coisa de adulto, diz que esmalte faz mal. A minha sempre usou e nunca fez mal. Ela ama mais que eu” (Marlene, Astros e Estrelas).

A observação, nos contextos pesquisados, apontou que os esmaltes estão presentes nos cotidianos das crianças, seja na realização do serviço de manicuragem ou em formato de brinquedo, muitas vezes com seus frascos ilustrados com princesas de desenhos animados. Os esmaltes estão presentes em suas penteadeiras, *nécessaires*, guarda-roupas, armários. Em campo, são abundantes os relatos de mães e trabalhadores dos salões de que, por volta dos três anos, as meninas já começam a manifestar o desejo de fazer as unhas. Na troca com as crianças, compreendi que os sentidos conferidos por elas em relação a essa prática corporal são bem plurais, de modo bem semelhante ao que relatei sobre suas relações com as maquiagens.

Em geral, conforme os relatos, o “fazer as unhas” entra em suas vidas como uma brincadeira, espelhando os coloridos das imaginações criadoras com auxílio dos esmaltes. Lembro-me de uma ocasião na casa de Betina, 5 anos, estudante de escola particular e frequentadora do Escova Mágica. Ela disse-me, altiva: “Levo todas as minhas filhas no salão!” [É mesmo, Betina?! O que elas fazem lá?] Então ela me arrastou até seu quarto e me mostrou suas filhas bonecas. Eram bebês e bonecas Barbie com unhas bem coloridas: vermelho, roxo, rosa. Ela mesma pinta e faz os penteados. Suas “filhas” têm os cabelos visivelmente esticados e quebrados de tanta produção. Betina mostrou-me uma bolsinha ilustrada com a personagem Elsa, do filme *Frosen*. É nela que guarda seus esmaltes. Basta abri-la para vislumbrarmos uma coleção deles, estampados com as princesas Disney. Naquela ocasião, pegou o da branca de Neve e me disse, em tom de segredo: “Quando a gente usa esse

os passarinhos pousam no nosso dedo”. Abriu o esmalte, tomou de assalto minha mão direita e pintou o meu dedo indicador. Ao terminar, explicou-me: “não vou pintar tudo, vou guardar, senão acaba logo”. Saí com o dedo amarelo, povoada de passarinhos nas ideias, passarinhos que Betina me deu.

Para algumas meninas, fazer as unhas se configura como um dever, uma vez que sentem uma obrigatoriedade de ter unhas apresentáveis e bem pintadas. Um forte sentimento de inadequação toma conta de algumas delas quando não estão com as mãos e unhas consideradas impecáveis. É o caso de Maria, 6 anos, estudante de escola particular, frequentadora do Astros e Estrelas. Como será tratado em detalhes mais adiante, a menina relata que sequer consegue ficar de mãos abertas se não tiver com unhas feitas.

Ouvindo as crianças e observando suas movimentações, percebo que fazer as unhas pode também representar um momento afetivo partilhado com mulheres que são suas referências. Denota o prazer de pintar as unhas com os esmaltes da mãe, da irmã mais velha, da tia, da madrinha, da avó. Representa o carinho e o toque quando essas mulheres pintam suas unhas, ou quando vão juntas ao salão, num momento reservado para elas, em que o desejo pela beleza caminha de mãos dadas. Tal fato fica bem evidente na fala de Leiliane, 9 anos, estudante de escola particular, frequentadora do Escova Mágica: “a gente vem junto no salão pro nosso momento Luluzinha ativar.” “Como é esse momento?” “É assim: a gente vem passeando. Fica só eu e ela. A gente se arruma, fica linda, poderosa.” Naquele sábado, Leiliane tinha a mãe, geralmente sempre sobrecarregada de atividades, somente para si. Mais que um momento no salão, era momento de aconchego, de alimentar o vínculo, um instante que alinhava o laço entre mãe e filha.

Fazer as unhas, na concepção de algumas crianças, pode significar ainda uma etapa importante para o embelezamento de si para ocasiões especiais, em que a cor do esmalte deve combinar com a roupa para compor o visual. Aqui chamo a atenção para a *expertise* de muitas delas para atentar para esses detalhes. É bom que se diga que mais de uma dessas possibilidades pode ser movimentada pela mesma criança. Para alcançar o entendimento do que significa fazer as unhas para elas, é preciso ouvi-las e se engajar em observar essa atividade num quadro de suas vivências e interações concretas.

Da mesma forma que os sentidos atribuídos ao uso dos esmaltes e à atividade de manicure são plurais entre as crianças, tal pluralidade também ocorre em relação às percepções de seus familiares quanto à permissão para que crianças vivenciem essa prática corporal. Algumas meninas são estimuladas pelos adultos de suas redes e funcionários dos salões a executarem o referido serviço, enquanto outras são restringidas por seus familiares. Há crianças que, mesmo diante das negativas de seus responsáveis, insistem em fazer os

serviços, ao passo que outras se recusam veementemente a fazê-los, mesmo quando incentivadas. Detalhemos um pouco mais essas diferentes posturas.

A maioria dos familiares, tanto da Ceilândia, quanto do Plano Piloto, incita intensamente que meninas façam as unhas. Eis algumas falas de mães que vão nessa direção: “Incentivo demais minha filha, pois é uma questão de higiene, ter uma unha bem feita, pintada”, “Fazer unha é como escovar o dente, é básico, é sagrado na vida de toda menina, de toda mulher”, “A minha Juju [filha] vive com unha linda e maravilhosa”, “Um sorriso bonito, uma unha bem feita e uma sobrancelha bem tirada são cartão de visita. Minha mãe me ensinou isso desde cedo e eu passo isso pra Ivana [filha]”, “Do que adianta eu ensinar minha filha a ter um cabelo lindo, a se vestir bem e não ligar para as unhas?”, “Não dá pra pensar numa mão de menina sem um esmaltezinho”.

Outros familiares, por sua vez, estão de acordo que crianças vivenciem a referida prática corporal, mas com algumas regras e restrições, como revelam os seguintes relatos: “De vez em quando, passar um esmalzinho pra ir numa festa, tudo bem. O que eu não acho certo é tá querendo toda semana tá enfiada num salão. Isso é coisa de mulher, não de criança”, “Pode até pintar, mas tem que ter noção, tem que ser de cor clarinha, um renda, um rosinha. Esmalte escuro pra criança é muito vulgar. Eu acho [isso] quando vejo as amiguinhas dela com esmalte vermelho, preto, é pesado demais”, “Minha filha vive querendo pintar de vermelho e eu não deixo de jeito nenhum. Acho ridículo”, “Só deixo com esmalte infantil. Esses esmaltes que a gente usa [para adultos] é veneno pra criança [...]. É cheio de química. A pediatra dela me alertou. Perguntei pra minha dermatologista. Nenhum médico aconselha. Deixo ela usar só os de criança, sem química. São mais caros, mas fazer o quê!”.

Há também familiares, mas em menor número, que oferecem resistências ao uso de esmalte por crianças, o que podemos observar nas falas a seguir: “A minha [filha] chora, chega a soluçar, mas eu não deixo. Criança tem que ser criança! O que uma menina de 4 anos quer fazer com unha pintada, Vanessa?”, “No colégio da Bebelá, as meninas vão de unha pintada. Ela quer também, diz que todo mundo faz e eu digo logo que ela não é todo mundo. Eu explico pra ela que faz mal. A criança bota a mão na boca, a mão no olho e esses esmaltes dão alergia. Quando ela crescer, ela usa. Tem que aprender a esperar! Não precisa adiantar as coisas”.

Há ainda aquelas meninas que são incentivadas pelos funcionários dos salões e pelos seus responsáveis a realizarem o referido serviço, mas que se recusam a fazê-lo. Acham-no cansativo, enfadonho, demorado ou feio. Vanda, por exemplo, 11 anos, frequentadora do Astros e Estrelas, estudante de escola particular, queixa-se porque todos os sábados a mãe quer ir ao salão e, segundo suas palavras, é obrigada a acompanhá-la. Conta que esse é o dia de folga da babá e como o pai “vive viajando” e sua mãe, Joelma, não

“confia” em deixá-la sozinha em casa, ela acaba tendo que ir junto ao salão. É comum encontrar Vanda sentada na cadeira do Astros e Estrelas aos sábados, com os braços cruzados e expressão sisuda. Um dia perguntei baixinho, sem muita esperança que me respondesse: “Você não gosta muito daqui, né?”. Ela surpreendeu-me com um desabafo:

Eu queria tá em casa, nunca tenho tempo de descansar. Na semana é aula de inglês, aula particular, é natação. Quando tem um diazinho, ela me obriga a tá aqui e ainda quer que eu faça a unha, um saco! Tenho preguiça, vêi. Queria dormir, ouvir música, assistir televisão, olhar pro teto. Ela demora aqui um tempão, tenho que esperar. É depilação, é cabelo, é unha... É muita perda de tempo! A pessoa sai daqui, borra [a unha] e tem que fazer tudo de novo. Tem condição isso?! Faz qualquer coisa, sai metade do esmalte e tem que fazer outra vez.

A mãe interrompe: “Tá reclamando o que pra moça, Vanda?” “Fui eu quem pedi pra conversar com ela por causa daquela pesquisa que falei pra senhora.”, explico. A mãe revira os olhos e continua a ler a revista, enquanto seu cabelo é escovado.

Observei que as manicures tentam passar o atendimento de Vanda umas para as outras. Sobre isso, Andrea, funcionária, me disse: “A bichinha dá trabalho, ela não gosta, faz obrigada, endurece a mão, balança a perna, a gente borra”. Em certa ocasião, Brenda, outra funcionária do estabelecimento, após receber a ligação de Joelma para o agendamento de horário, proferiu a seguinte frase: “Quem vai fazer a unha da Joãozinho?”. [Perguntei: A Joãozinho?]. “Ah, é a Vanda, aquela ferinha. Lembra aquela de cabelinho cacheado? Odeia salão, odeia fazer a unha, mas a mãe quer porque quer. A gente fica num fogo cruzado. É muito ruim obrigar a criança a fazer o que ela não quer e ela tem raiva é da gente.”

As fronteiras tão marcadas por uma visão binária já mapeadas em outras atividades dos salões pesquisados fazem eco com força na prática pautada, isto é, o fazer as unhas. De forma semelhante ao que ocorre com as maquiagens, acompanhei cenas em que meninos bem pequenos se interessam pelos esmaltes e são, na mesma hora, alertados, afastados, impedidos, de modo que entendam que aqueles objetos não os pertencem, não devem fazer parte do seu alvo de interesse, ainda que estejam apenas atraídos pelos vidros coloridos. Esses impeditivos são dinamizados pela equipe do salão ou pelos próprios responsáveis pelas crianças. Diferentes estratégias são acionadas para essa contenção: olhar mais reprovativo, uma frase incisiva, um pedido com delicadeza, um alerta, uma piada, a condução do olhar da criança para outro objeto. Ora os meninos entendem, absorvem os comandos, ora mostram uma força capaz de garantir o colorido dos esmaltes em suas unhas.

Apresento agora cenas que vivenciei nos salões e que considero marcantes para debater a relação das crianças com o serviço em pauta, tencionando compreender como isso ressoa na relação com seus corpos e na produção de suas subjetividades.

5.1.2 Mãos em cenas

a) Cena 1 – “Não vai derrubar, heim Pedro?! É só pra olhar!” (Astros e Estrelas)

Era começo da tarde, o salão estava calmo. Fitei a entrada do estabelecimento com interesse. Franzino, cabelos negros tão fininhos que brincavam ao vento, olhos castanhos e enormes cílios. Mirei aquelas passadas suaves que mal tocavam os calcanhares no chão. A mão direita apoiava um livrinho colorido contra o peito e a esquerda segurava a mão de sua mãe, que, com passada firme, puxava o menino. Ela, com ar agitado, parecia tomar fôlego depois de uma longa caminhada, e desatou a falar: “Conseguí estacionar no final da quadra, tudo lotado! Tem alguém disponível pra fazer a unha?”. Emenda com uma explicação: marcou de se encontrar com uma amiga num café ali ao lado, mas recebeu uma mensagem de que ela se atrasaria. Gilda, responsável pela recepção e agendamento dos clientes, tenta acalmar os ânimos, diz para ela entrar, ficar à vontade e, agilmente, consulta a agenda: “Em 15 minutos a Telma pode atender. Tá com sorte, porque uma cliente acabou de desmarcar”. Pensei que a sorte estava generosa por ali e também me habitava, pois pude permanecer de olho naquelas pequenas passadas que mais pareciam pisar nas nuvens.

Foi só quando Gilda fez o cadastro que descobri os nomes dos dois: Helena e Pedro. “Ele tem 4, vai fazer 5 mês que vem”, diz a mãe, respondendo a Gilda. “O Pedro tem que vir cortar o cabelinho com a gente, brincar de videogame”, emendou a funcionária. Enquanto as duas conversavam, o menino, com seus sentidos de descobridor, andava pelo salão, tateando o espaço e logo foi atraído pelos brinquedos. Helena o repreendeu: “Senta, filho e vai olhar seu livrinho!”. Gilda disse para ela não se preocupar, que Pedro podia ficar à vontade. Explicou que os brinquedos ficam à disposição das crianças. Remexendo nos carrinhos, jogos, bonecas e jogo de encaixe, o fio do tempo correu.

A essa altura, a mãe já estava acomodada, mais relaxada, com as mãos entregues a Telma e com ela movimentava uma conversa amena. Pedro, depois de tocar todos os brinquedos sem parecer se interessar por nenhum, se aproxima do carrinho de manicure, aquele repleto de esmaltes. Escorrega os dedinhos entre eles, parece tocar um tesouro. A mãe o adverte: “Não vai derrubar, heim Pedro?! É só pra olhar!”. No mesmo instante, Telma pede a Gilda: “Coloca o vídeo pra ele!”. Uma sugestão que, na verdade, é também um pedido de ajuda para afastar o menino de perto dos esmaltes. Pedro nem liga para a oferta. Pega dois esmaltes, um verde e um laranja, e diz: “Mamãe!”. Ela fita o menino com aquele olhar de quem já leu o seu desejo. Telma, ao vê-lo com os esmaltes, diz: “Pedro, isso é para menina. Não pode!”. Pedro pega os dois frascos, agarra com as mãozinhas e coloca perto do peito,

como se quisesse tomar os vidros para si. Olha para a mãe como se pedisse ajuda com a recusa de Telma.

A mãe, que conversava de forma tranquila, muda o tom: “Pode deixar sim! Pode deixar ele escolher uma cor. Qual a cor que você quer, filho? Só pode uma, só uma”. Telma fica sem jeito e responde: “Esses esmaltes não estão à venda, só os da vitrine”. Telma pensou que o menino gostaria de levar os esmaltes, atraído pelos vidros e não pela finalidade. A mãe responde com firmeza: “Não, ele não vai levar! Eu tenho caixas e caixas em casa de todas as cores que ele quiser! Ele vai pintar as unhas aqui”. Telma, ruborizada, ficou em silêncio. A mãe continuou: “Criança brinca com tudo. Qual o problema?”. E num tom mais irritado: “Vocês não trabalham com criança? Não conhecem como elas são?”.

Gilda percebe a tensão e chama Brenda, outra manicure e diz, em tom suave, tentando amenizar a situação: “Brenda, a mãezinha do Pedro pediu pra passar um esmalte nele”. Levanta as sobrancelhas para a funcionária como se quisesse evitar que ela tecesse qualquer comentário. Brenda de pronto entendeu. As duas se comunicam só pelo olhar. Pedro senta-se para pintar as unhas. Ele balança as perninhas, fica um tanto inquieto. Helena diz: “Pode passar só uma mão mesmo”, o que significa pintar apenas uma vez cada dedo.

Ao lado, Carlos, outro funcionário do salão, cortava o cabelo de um neném de dois anos. A mãe do bebê acompanhava Pedro com olhar disfarçado. Um silêncio pesado paira sobre o ambiente. Tento desanuviar: “Criança ama cores, não é? Que linda essa cor, Pedro. Por que você escolheu?”. Era como se eu não tivesse perguntado. Helena olha para mim como se quisesse entender minha presença e intromissão. Falo da pesquisa. Ela reage de forma lacônica durante a breve explicação. Digo que registrar os atendimentos é importante para a pesquisa e pergunto se eu poderia descrever o atendimento de Pedro. “Você vai colocar no seu trabalho que uma criança não tem o direito de brincar aqui do que ela quiser? Se for, pode.” As manicures se entreolharam.

Telma finaliza a unha de Helena. Ela se dirige para fazer o pagamento. Gilda diz que não era necessário pagar pela pintura das unhas da criança, mas Helena faz questão de pagar. Mãe e filho saem de unhas pintadas. Bastou cruzarem a porta do salão para as seguintes reações se sucederem, mas de modo discreto, para as demais clientes ao fundo não notarem: Brenda se benzeu, Gilda bebeu água e suspirou fundo, já Telma falou: “Completamente louca! É perturbada mental. Depois a criança chega em casa chorando e vai dizer que a culpa é dos meninos da escola. O menino já é afeminado, afeminado! Coitado”. Eu só consegui ficar em silêncio, não tive nem presença de espírito para conversar um pouco mais sobre aqueles comentários. Só imaginava Pedro, seus passos de nuvens e unha verdes, tão leve, na dureza dos dias.

b) Cena 2 – Mãos de pétala de flor (Salão da Deyse)

O cheiro do produto para alisamento de cabelos tomava conta do salão. Ilda, 28 anos, estava entregue a Deyse, que transformava seus fios crespos em lisos à base de muita técnica e química. Procurei respirar outros ares... Fiquei mais próxima a Jeniffer, filha de Ilda, e de Katia. As duas brincavam sentadas no chão da garagem. Estavam tão entregues uma à outra e aos brinquedos que temi atravessar aquele encanto com minha “perguntação de gente grande”. Permaneci assim: próxima e em silêncio. Mas, chegou um momento em que foi irresistível me aconchegar. Foi quando vi Jenifer, 7 anos, estudante de escola pública, com seus cabelos crespos, olhos de jabuticaba, e suas mãos finas retirando de uma caixa de sapato, com todo cuidado do mundo, vidros de esmaltes – a maioria vazios. Notei que, na caixa, também havia flores de hibisco brancas e vermelhas. De forma minuciosa, Jenifer organizava os vidrinhos lado a lado no canto da parede, enquanto as flores permaneciam na caixa. Observei que alguns vidros eram de esmaltes caros, de marca renomada, dificilmente encontrados naquela região: Dior, Revelon, Vult, todos vazios. Havia também alguns frascos da marca Risqué, mais popular, pela metade. Foi então que, sem fazer alarde, cheguei mais perto e perguntei: “Posso brincar?”. Jenifer olhou para Katia tentando combinar naquela mirada uma acolhida ou uma recusa.

Katia balançou a cabeça negativamente, revirou os olhos e apontou para o chão – o que entendi como uma permissão impaciente. Jenifer, que continuava organizando os vidros de esmalte, explicou-me: “A gente tá brincando de shopping. Essa é a minha loja. A Katia vem comprar os esmaltes para o salão dela que fica bem ali”, e apontou para o outro lado. Enquanto a loja estava sendo cuidadosamente arquitetada por Jenifer, Katia picava folhas de caderno que seriam o dinheiro. Reservado a um canto, vislumbrei um pedaço de papelão, que depois compreendi ser o “cartão de crédito”. “Ah! Que legal! O que eu posso ser?”, perguntei. “Pode ser a moça do caixa”, respondeu Jenifer. Katia diz: “Não! Pode ser a cliente do meu salão”. Feliz por já ter possibilidades de ser naquele brincar, falei: “Vocês que sabem!”. Katia então deu o veredito: “Faz uma e depois faz a outra”. “Tá bom”, respondi entusiasmada.

A brincadeira seguiu o combinado. Katia chega até a loja com sua bolsinha repleta de dinheiro e com o cartão que acabara de criar. Jenifer diz: “Bom dia, senhora!”. Empostando a voz e gesticulando, Katia responde: “Eu vim comprar produtos para o meu salão”. Jenifer mostra com propriedade os esmaltes, faz diferenciação de preço, lê os seus nomes, apresenta as novidades, deslinda as cores da moda. Com toda aquela persuasão, Katia resolve levar quase tudo. Jenifer pega a mesma caixa de papelão ainda contendo as flores e coloca os esmaltes que acabara de comprar. Katia se dirige ao caixa. Era a minha vez, então

eu digo: “Boa tarde, senhora”. Ela me mostra a caixa e pergunta na mesma toada: “Quanto deu?” “Cem reais.” “Tudo isso?!” “A senhora vai pagar em dinheiro ou no cartão?” “Metade, metade”. Recebo o dinheiro, passo o cartão e digo um “volte sempre”. Depois, Katia caminha até seu salão imaginário, a dois passos dali.

Lá, uma fila de clientes bonecas já aguardava atendimento, contudo tive a preferência. Nesse momento, Katia e Jenifer viraram manicures e me atenderam. Uma se concentrou nas mãos e outra nos pés. Somente ali entendi a razão das flores. Valeu a pena não ter perguntado, pois fui surpreendida: ganhei um esmalte de flor. As duas destrinchavam pedacinhos das flores e cobriam as minhas unhas; Katia destrinchava nas minhas mãos e Jenifer, nos meus pés. Nem o toque na seda mais fina seria tão delicado. Nas mãos, pétalas vermelhas e nos pés as brancas. Elogiei, agradei e disse que minhas unhas nunca estiveram tão bonitas. Katia disse: “Podia até ser se você deixasse crescer. A minha é maior que a sua”. “A minha também”, afirmou Jenifer.

Quando terminaram, perguntei se eu poderia mostrar a Deyse. Fui caminhando bem devagar para que nenhuma pétala caísse. “Olha que coisa linda!”, exclamo. Ilda, mãe de Jenifer, responde: “Ah! Linda porque não é você que planta! Essa doidinha acaba com minhas flores com essa brincadeira, depena minhas plantas”. Eu sorri sem graça e respondi: “Elas são tão criativas. Eu amei tanto!”. A mãe continua num tom repreensivo: “Ela passa o dia nessa fazendo unha. Por ela, passava o dia na frente da televisão fazendo a unha, não quer mais fazer a cama, lavar a louça”. “Eu vi que ela tem uma caixinha cheia de esmalte. Tem uns vidros vazios...” “Minha patroa que usa e guarda os vidros pra ela. Manda seco, só com um restinho”, explica a mãe. “Eu amo!”, diz Jenifer. “Quanta vezes você faz a unha?”, pergunto à menina. “Sempre que borra.” “E quantas vezes você borra?” “Toda hora”, e deu uma gargalhada. Sorrimos Ilda, Deyse, Katia e eu. O salão ficou todo flor e alegria.

c) Cena 3 – Maria de mãos fechadas (Astros e Estrelas)

Voltemos a fitar o movimento daquele vestido florido e daquelas sandálias rosa e ágeis adentrando o salão de beleza. Lembram? É Maria, na vivacidade dos seus 6 anos, aquela que abre esta tese. Voltemos à menina que nem consegue ficar de mãos abertas “caso o esmalte esteja saindo.” Inclusive, isso já virou conversa séria entre a professora e a mãe da garota. Como realizar as atividades escolares se Maria se recusa a abrir a mão na menor falha de seu esmalte? Conversando sobre o porquê de esconder os dedinhos, Maria me disse: “Fica muito feia, não é mão de menina, ora”. Perguntei: “O que é uma mão de menina, Maria?”. Ela respondeu: “É assim, bonita, pintada, feita de rosa, roxo, laranja”. “E quando a mão não é assim?”, retruquei. A garota sentenciou, enfática e com tom de impaciência: “Não pode ser de

menina, ora!”. Nesse momento, a mãe afirmou orgulhosa: “A Maria é vaidosa desde o berço. Faz as unhas desde os 2 anos. Agora, inventou de vir toda semana. Nunca vi tão vaidosa! Pra ela só serve fazer unha se for aqui, não se contenta comigo passando um esmaltezinho”. Maria, que, a essa altura, já estava bem sentada, com as pernas cruzadas e a mão entregue aos cuidados de Andréa, troca com a mãe um sorriso cúmplice.

5.2 TOQUES INTERPRETATIVOS

As cenas e narrativas partilhadas sugerem que, em muitas trajetórias, o ato de “fazer a mão”, através de suas minúcias, que envolvem desde o modo de cortar as unhas até a escolha da cor do esmalte, dinamiza uma educação para corporalidades. Diretrizes, valores e ideias são ensinados para as crianças na intenção de pautar comportamentos e desejos. Nesse sentido, atitudes corporais são moralizadas e normatizadas. É recorrente, em campo, a ideia de que basta uma simples mirada nas mãos para se obter elementos para o reconhecimento de uma pessoa. Lembremos aqui da explicação de Marlene, que se diz capaz de identificar “o tipo de mulher” apenas pela escolha do esmalte.

Pensemos nos julgamentos abundantes que gravitam em torno dos homens e dos meninos que têm uma presumida “virilidade colocada à prova” quando pintam as unhas, ainda que seja com um esmalte transparente. Consideremos também o estranhamento das equipes dos salões e de muitos de seus frequentadores em face da recusa ou indisposição de meninas em fazer as unhas, como é o caso de Vanda, ou quando meninos nutrem e executam esse desejo, como bem mostra a cena de Pedro. Vale mencionar ainda que as meninas são chamadas de “assanhadas” quando pintam as unhas com esmaltes vermelhos ou com cores mais escuras. De forma recorrente, como já apontado em discussões anteriores desta tese, as crianças que vão na contramão dos padrões estéticos socialmente estabelecidos são, por vezes, julgadas “problemáticas”.

Ao analisar a prática corporal em pauta, referencio novamente Foucault (1987), quando reflete sobre a biopolítica, que encerra um complexo governo das condutas dos indivíduos e dinamiza em seu bojo toda uma rede de saberes e poderes que pode ecoar na feitura dos corpos e nas atitudes. A prática de fazer as unhas mobiliza relações intrincadas entre ciência, tecnologia, mercado da beleza e mídia. Do mesmo modo, acende discursos oriundos de muitos adultos cuidadores e de agentes do salão, que frisam, de modo intensivo, a importância dessa prática corporal em suas vidas e nas vidas das crianças. É um movimento tão forte que, por vezes, causa, especialmente em meninas, determinações ordenadoras de um viver diário. Sem fazer as unhas, Maria não se sente à vontade para ficar de mãos abertas. Já Jenifer coloca muita energia do seu dia a fazer e refazer as unhas, desassossegada com

qualquer sinal de falha em seu esmalte. Nas palavras de Foucault (1987, p. 126), “não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez”.

Diretrizes são traçadas pelos agentes do salão e pelos adultos cuidadores para enquadrar essa atividade numa dicotomia binária, de modo que os caracteres anatômicos devem ser visados para definir como as mãos e unhas precisam ser apresentadas. É certo que a maioria das falas ressalta a importância de cuidar das mãos e das unhas como um signo de higiene e beleza, tanto para meninos e meninas. No entanto, isso é reforçado e exigido de forma mais intensiva entre as garotas. Afinal, para elas, não basta que as unhas estejam limpas, devem também estar pintadas. Há uma expectativa tenaz de que as meninas mantenham uma atenção redobrada com essa prática e se sintam, além disso, entusiasmadas ao executá-la. As falas e cenas acompanhadas em campo mostram que unhas roídas e mãos descuidadas são mais toleradas quando se trata dos meninos.

De modo que tanto mulheres quanto meninas são recorrentemente julgadas de “desleixadas”, “preguiçosas” ou “pouco femininas” caso ousem não se disciplinarem nos cuidados de suas mãos e em outros aspectos que visem ao embelezamento de suas aparências físicas. Vislumbramos várias falas em que essa exigência se acentua sobre elas: “é sagrado na vida de toda mulher”, “é um cartão de visitas”, “É algo básico”, “Não dá pra pensar numa mão de menina sem um esmaltezinho”. Como podemos perceber, códigos de autorregulação e monitoramento são estabelecidos e segui-los torna-se, em muitos casos, um elemento importante para a aceitação do outro.

É importante reiterar que as concepções de feminilidade e masculinidade estão em disputa no campo estudado. Nesse sentido, há aqueles familiares – embora minoria – que não acreditam que a presença ou ausência de unha pintada signifique uma quebra de feminilidade/masculinidade. Porém essa postura é raríssima, pois, se há uma ideia forte entre os discursos, desde a Ceilândia ao Plano Piloto, nos salões pesquisados, é a de que os esmaltes são do domínio das mulheres e das meninas, chegando ao ponto de uma depreciação moral quando as unhas não são feitas, no caso das meninas, e justamente o contrário no caso dos meninos.

A disseminação dessas ideias é prevalente em parte da mídia e do mercado da beleza, que não apenas proveem a circularidade delas, como o seu reforço e produção. Para adensar essa discussão, julgo ser importante dialogar sobre a forma como os esmaltes são denominados. Antes de iniciar essa reflexão, informo que, na observação participante dos diferentes salões, percebi que o critério prevalente para a escolha dos esmaltes pelas crianças pequenininhas, em idade pré-escolar, são as cores. O rosa alude a princesas e é a cor

preferida, mas cores vivas como roxo, lilás e laranja também são muito requisitadas. Já quando as meninas aprendem a ler, passam a prestar atenção também nos nomes dos esmaltes. Leem os nomes separando as sílabas, adivinhando as palavras, e quando não entendem o significado de algum, perguntam para alguém.

Gilda, por exemplo, 8 anos, frequentadora do Escova Mágica, perguntou: “O que é ‘gregos e troianos’?”. A menina se referia ao nome do esmalte escolhido para pintar as unhas, da marca Risqué. A mãe respondeu: “É todo mundo”. “Como assim?”, continuou a menina. “É um jeito de dizer que todo mundo acha bonito”, respondeu a mãe. Menciono também Juliana, 6 anos, frequentadora do Astros e Estrelas. Ao visitar sua casa, mostrou-me, em meio à sua coleção de esmaltes, o seu preferido, aquele que, segundo ela, foi feito em sua homenagem, o “Samba Juliana” da marca Colorama. “Tem o meu nome”, disse-me orgulhosa.



Figura 52 – Esmaltação e promoção desse serviço para mães e filhas

Fonte: Acervo da pesquisa.

Portanto, considero importante apresentar, a seguir, como os nomes daqueles pequenos vidros de esmalte podem ressoar no cotidiano de meninas e mulheres, e como também podem falar alto ao coração de alguns meninos, ainda que, nesse caso, possa soar absurdo para muitos adultos e outras crianças. Para seguirmos essa discussão, apresento as cores dos esmaltes seguidos de seus nomes. Pela recorrência de sua utilização nos diferentes salões onde transitei, elejo os da marca Risqué.

Quadro 1 – Nomes de esmaltes da marca Risqué

Cores	Alguns nomes de esmalte
Branca	Tule, Renda, Cristal, Paris
Rosa	Pérola, Mini saia, Condessa, Ninfa, Bela, Poderosa
Rosa-escuro	Choque Pink, Amarração para o amor
Nude	Linda, Leve e nude, Fada, Gotas dos anjos, Lágrimas de Vênus
Vermelho	Possessão, Luxúria, Santa gula, Beijo, Gabriela, Desejo, Rebu, Maçã do amor
Roxo	Rainha da pista
Preto	De salto no asfalto, Me solta que vou dar show

Cores	Alguns nomes de esmalte
Vinho	Hoje só volto amanhã
Brilhosas	Não ofusca meu bronze, As mil purpurinas, Nasci prateada pra lua, Gold vibes

Fonte: Acervo da pesquisa.

Ora os nomes dos esmaltes evocam princesas, rainhas, condessas, fadas, ninfas; ora evocam mulheres sedutoras, ativas, glamorosas, ousadas, que ganham as ruas, as festas, as pistas e dão show. As cores integram vividamente esse jogo de classificação. As mais claras geralmente correspondem a atributos como delicadeza, emotividade, sutileza, elegância, e as mais escuras, por sua vez, evocam sensualidade, ousadia, poder, transgressões. Os nomes dos esmaltes não são dados à toa: tencionam captar e, de certa forma, produzir estilos de vida, tencionam mirar e reforçar diferentes maneiras de “ser mulher”. Nessa toada, movimentam uma circulação de valores, influenciando em certa medida a vida simbólica/subjética de suas consumidoras.

Ao observar as propagandas desses esmaltes, fica claro o reforço de uma ideia de que existe um esmalte para “cada mulher” e que esse esmalte ajuda a produzir quem “essa mulher” almeja ser. Além disso, transmite a ideia de que uma única mulher pode acionar várias facetas: da sedutora Gabriela à ninfa; da condessa à rainha da pista. Para isso, basta escolher e aplicar o produto nas mãos. Isso fica explícito na campanha encontrada no site da marca: “Tá nas nossas mãos: para cada mulher que tem dentro da gente existe uma cor. Uma não, cem. Mais de cem cores para cada mulher que existe em você”.

Inspirada em Annemarie Mol (2002), é imprescindível não naturalizar “a lógica da escolha”. Nesse exercício, a autora nos estimula a questionar: o que está em jogo quando fazemos as escolhas? Onde e em quais situações podemos escolher? No que tange às escolhas que gravitam em torno do consumo da beleza, é preciso confrontar uma ideia afinada com uma lógica neoliberal, de que possuímos um direito irrestrito e autônomo de decidir, de que contamos com uma liberdade de escolha com a forte atuação de grandes empresas do embelezamento, das mídias, dos ditames sociais da beleza que, diuturnamente, prescrevem ideias de corpo e beleza. Conforme as palavras da autora, “escolhas não decorrem da existência de várias maneiras de fazer as coisas. Elas também dependem da existência de momentos em que essas maneiras diferentes podem ser levadas em consideração e em ter a possibilidade de escolher uma opção ou outra” (MOL, 2002, p. 301). No caso dos esmaltes, penso não somente na confrontação mencionada, mas também em como os diferentes atores performam essa realidade. Trata-se de ir muito além de dizer que meninas e mulheres *têm* ou *são* um corpo; significa problematizar como elas *produzem* esse corpo, performando, atuando, encenando em suas práticas cotidianas de embelezamento.

A possibilidade de mulheres e meninas se sentirem bem com seus corpos e em seus estilos, sem a necessidade de se confinarem em determinados padrões e convenções, foi

e permanece sendo uma das pautas advogadas pelos movimentos feministas, os quais se empenham, inclusive, em disseminar essas ideias na educação das crianças. Notemos como setores do mercado, da mídia, da publicidade ligados ao embelezamento não só atentam para essa ideia como a apreendem e movimentam-na no jogo de suas mercadorias e na produção de valores que regem suas marcas. Cada vez mais, os nomes dos esmaltes que evocam mulheres independentes, sedutoras, donas de si, são criados. Mencionei os da marca Risqué, mas essa ideia também se faz presente em outras marcas populares no país, como a Colorama, que possui esmaltes intitulados “Não mexe comigo” ou “Hoje sou minha”, por exemplo.

Recorro novamente à pesquisa de Beleli (2007) sobre corpo e identidade na propaganda, por ser exemplar para se pensar como o mercado e a publicidade atentam para as mudanças de comportamento e passam a refletir e influenciar essas mudanças, tanto em suas mídias, quanto nas práticas de venda e consumo. Entre as diversas propagandas analisadas pela autora, menciono as de absorvente. Beleli mostra que, nos anos 1950, em algumas regiões no Brasil, associava-se a menstruação a desconforto, doença, perigo, fragilidade e, portanto, a um período em que as mulheres deveriam ter recato, resguardo, cautela. Ao contrário dessas ideias, as propagandas de absorventes mais atuais encenam mulheres ativas, sorridentes, mergulhadas num arsenal de atividades, seja de lazer, exercícios físicos ou trabalho. Dessa forma, a compreensão de que o controle do corpo inspira um modelo de recato, resguardo e contenção, tão fortemente advogado outrora, acaba sendo repensada. Nas palavras da autora,

[n]os últimos vinte anos, as imagens produzidas pela propaganda que evocam diferenças de gênero já não exibem o cenário da domesticidade predominante nos anos 50 – mães zelosas, esposas dedicadas, donas-de-casa eficientes –; os cenários atuais reforçam o embaralhamento dos limites entre público e privado, ao trazer à cena imagens de mulheres no trabalho, nos bares, na rua. No entanto, como afirma Gayle Rubin, o sexo “estrutura as relações sociais/simbólicas”, e a força das características atribuídas a esse corpo parece determinar atributos de feminilidade e masculinidade (BELELI, 2007 p. 196-197).

As reflexões de Beleli nos ajudam a refletir sobre como a publicidade não é meramente uma “fiel descritora da realidade”, ou mesmo um “espelho da realidade”, pois “ao mimetizar a cultura que a hospeda, ela recria essa mesma cultura nos seus moldes” (BELELI, 2005, p. 153). No talho desse molde, as peças publicitárias recorrentemente utilizam “a sexualidade como chamariz para despertar a atenção dos consumidores e, de forma ambivalente, ora reiteram, ora desafiam normas vigentes” (BELELI, 2005, p. 154). As considerações de Beleli fazem todo sentido quando vislumbramos as denominações e propagandas dos esmaltes, haja vista dois dos campeões de venda no país, os quais expressam justamente essa ambivalência: Renda (branco, clarinho) e Malícia (rosa). O primeiro traz

propagandas sobre mulheres discretas e elegantes; já o segundo se refere a mulheres exuberantes, extrovertidas, provocantes.

Nos meandros desse jogo, os nomes dos esmaltes também evocam pertencimento à nacionalidade. São diversos aqueles que remetem ao clima tropical, ao bronzado, ao samba, à sensualidade, as novelas. O site *M de mulher* apresenta um ranking com os esmaltes mais requisitados de três marcas com grande vendagem: Risqué, Colorama e Impala. Além dos esmaltes Renda e Malícia já citados, são apontados como preferidos: Rebu (criado em homenagem a uma novela dos anos 70), Gabriela, Café brasileiro, 40 Graus, Jabuticaba. Como se observa, os esmaltes e suas denominações ganham uma verve de operadores simbólicos e acabam reiterando um imaginário de identidade nacional e de mulher brasileira. João Carlos Basílio, presidente da Abihpec, ao destacar o quão vantajoso é o comércio dos esmaltes, afirma: “O Brasil é um mercado de 20 dedos, não é de 10 dedos como na Europa”. O autor se refere ao fato de que as brasileiras usam muito as sandálias, de modo que além de pintar as unhas das mãos, também pintam as dos pés, sobretudo nas regiões mais quentes (DUARTE, 2017).

Nas nomenclaturas dos esmaltes, o Brasil é representado como país de mulheres belas, vaidosas, bronzeadas, alegres, festivas, felizes e calorosas, ideias que nem de longe tocam em nossas sombras, ou problemas estruturais, bem evidenciados nos trabalhos de Sueli Carneiro (1995), Lélia Gonzalez (1982), Nilma Gomes (2008).

É importante reforçar, com base nas ideias de França (2007), que os mercados da beleza e da publicidade não estão sendo vistos aqui como meros manipuladores de identidade e tampouco os consumidores como seres passivos, acríticos. Há uma observação e negociação de sentidos mútua e constante (FRANÇA, 2007). A exemplo disso, menciono o caso emblemático da marca Risqué, que, em 2015, lançou uma linha outono e inverno chamada “Homens que amamos”. Os nomes dados aos esmaltes foram: “André fez o jantar”, “Leo mandou flores”, “João disse eu te amo”, “Zeca chamou pra sair”, “Guto fez o pedido”, “Fê mandou mensagem”. Conforme o site da marca: “[i]nspiradas nos homens que fazem a diferença na vida das consumidoras e unindo dois assuntos queridinhos das mulheres, homens e esmaltes, nós apresentamos a Coleção Risqué ‘Homens que Amamos’. Um tributo aos pequenos gestos diários dos homens”.

Logo que a coleção foi lançada, houve uma repercussão forte nas redes sociais, pois muitas mulheres se manifestaram taxando a campanha de machista e sexista. Em suas perspectivas, pequenos gestos não deveriam ser passíveis de homenagens nem de tributos. Outra queixa foi o fato de “um produto feminino” ter como foco os homens. No Twitter, a hashtag #homensRisqué ocupou o *trending topics* nacional naquele final de semana, seguida de frases irônicas das consumidoras: “Marcelo acha que fazer piada com morte de mulher é

engraçado”; “João era contra o aborto até a namorada engravidar”; “Carlos apoia o feminismo, mas diz que mulher tem que se dar ao respeito”; “Vinícius acha que mulher tem que ganhar menos porque engravida”; “Paulo acha que a minha roupa ficaria melhor em uma magra”; “Leo encoxa mulher no metrô” (GELEDÉS, 2015, n.p.). A repercussão fez com que alguns sites fossem extremamente acessados, como as páginas das revistas *Exame* e *Carta Capital*, que também abordaram o assunto em tom de crítica. A Risqué se pronunciou com a seguinte resposta: “A coleção ‘Homens que Amamos’ foi inspirada em gestos de carinho e respeito vindos de pessoas que amamos. A marca considera todo tipo de discussão positiva e reafirma que está sempre atenta aos comentários de seus consumidores”.

Como podemos perceber nessa reflexão, os esmaltes são tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), com forte aparato simbólico. O caso da coleção ‘Homem que Amamos’ mostra justamente as trocas, as tensões e as observações mútuas entre consumidores e mercado. Os nomes desses produtos de beleza evocam a possibilidade de estima e valorização de determinados sujeitos e condutas, movimentam a naturalização, a literalidade da experiência social de consumidoras e estas, por sua vez, respondem a isso de maneiras diversas com reiteraões em alguns casos, mas também com disputas, resistências e negociações. As crianças não estão num mundo apartado, longe dessas discussões. Os esmaltes, inclusive os destinados ao público adulto, como anunciei, ocupam *nécessaires*, penteadeiras, os salões que frequentam, bem como o horizonte de suas brincadeiras.

De um lado, as crianças convivem com esses produtos destinados ao público adulto, de outro, convivem com produtos de linhas infantis cada vez mais abundantes, geralmente ilustrados com personagens que falam alto ao seu desejo, como princesas, heroínas, desenhos animados. Lembremos o que afirma Betina sobre o poder do esmalte da Branca de Neve: “Quando a gente usa esse, os passarinhos pousam no nosso dedo”.



Figura 53 – Esmaltes infantis

Fonte: Acervo da pesquisa.

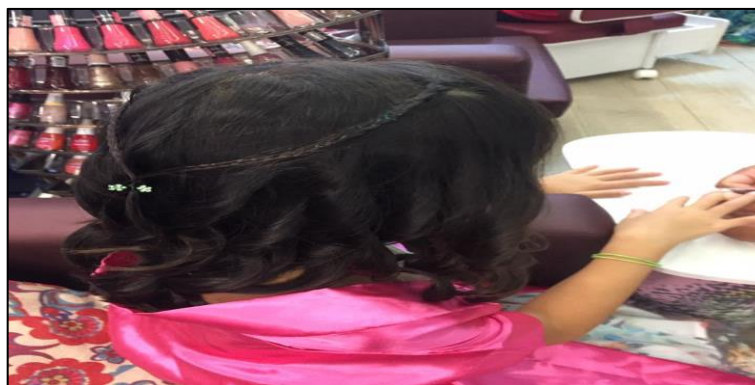


Figura 54 – Esmaltação na festa de aniversário

Fonte: Acervo da pesquisa.

Trazendo para o foco a discussão entre mercado da beleza e publicidade, voltados ao público infantil, afiro que há tensões, divergências, negociações entre profissionais desses ramos e instituições da sociedade civil, as quais dinamizam críticas ao desenvolvimento de propagandas destinadas ao público com menos de 12 anos. Dentro desse movimento de controle e regulação das atividades do mercado e da publicidade, menciono a Resolução nº 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão ligado ao Ministério da Justiça, responsável por formular as diretrizes políticas voltadas para as crianças e os adolescentes no país. Tal resolução dispõe “sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.” Conforme o artigo 2º, são consideradas abusivas:

I - linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores; II - trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança; III - representação de criança; IV - pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil; V - personagens ou apresentadores infantis; VI - desenho animado ou de animação; VII - bonecos ou similares; VIII - promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil; e IX - promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil (BRASIL, 2014).

De acordo com essa recomendação, a publicidade dos produtos infantis deve, então, ser dirigida aos adultos, e não especificamente ao público infantil (BRASIL, 2014). Todavia basta uma olhada nas propagandas transmitidas nos intervalos de programas infantis ou nos produtos vendidos nos salões supracitados para compreender como a força normativa não é simplesmente aplicada. Ao contrário, é recorrentemente contrariada⁷⁶. Entre as entidades que reivindicam uma prática de publicidade ética e respeitosa dos produtos infantis, menciono o Instituto Alana, que aponta, com base em pesquisas, que criança menores de 8

⁷⁶ O Código de Defesa do Consumidor determina que “[d]irecionar publicidade ao público infantil de qualquer produto ou serviço em qualquer meio de comunicação ou espaço de convivência da criança é considerada uma prática abusiva e, portanto, ilegal”.

anos podem confundir publicidade com programação regular e alimentar o entendimento de que o consumo de produtos é uma condição para felicidade.

Segundo Amanda Stabile, Carla Baranzini e Isabela Minelli, representantes dessa instituição, “[a]ssim como adolescentes e adultas, as meninas não apenas sabem que há corpos socialmente aceitos e corpos indesejados, mas também estão insatisfeitas com seus próprios corpos, em decorrência de tais pressões” (STABILE; BRANZINI; MINELLI, 2019, n.p). Segundo as autoras, muitas práticas de embelezamento, como fazer as unhas, levam algumas crianças a abdicar do “brincar, de sujar-se, de correr, entre outras atividades; dão lugar a outros comportamentos que a criança só adotaria, normalmente, na adolescência ou na fase adulta”. As autoras chamam a atenção para o fato de que a saúde física, emocional e psicológica das crianças pode ser prejudicada nesse movimento.

Vimos que a preocupação com a saúde das crianças também perpassa a narrativa de alguns pais e mães. No caso da manicuragem, a preocupação está relacionada, sobretudo, ao uso de esmaltes para adultos, ao invés daqueles exclusivamente desenvolvidos para crianças, os chamados “hipoalergênicos”. Por ser uma fala presente em campo, acessei várias reportagens e entrevistas de dermatologistas (OLIVEIRA, 2012), bem como materiais publicados pela Anvisa ([2015]), procurando compreender essa questão. No material pesquisado, é prevalente o alerta para os possíveis danos que podem ser causados às crianças a partir do uso de esmaltes desenvolvidos para adultos. São inúmeras as reportagens que destacam a ocorrência de alergias ocasionadas por substâncias consideradas tóxicas, como o tolueno (solvente que mantém o produto líquido) e a acetona, que ajuda na fixação da cor e proporciona secagem rápida. A maioria das reportagens aponta que as crianças, ao roerem as unhas ou colocarem a mão na boca, podem ingerir substâncias tóxicas. Alertam, ainda, que, para além dos riscos de alergias, há também o risco de infecções decorrentes de má esterilização dos equipamentos caso a criança tire a cutícula.

Penso que as discussões que interseccionam consumo, publicidade e saúde no curso da infância não devem se ater somente ao universo das famílias, mas que envolvam também a participação da sociedade civil e do Estado, a fim de assegurar práticas saudáveis de pensar o corpo e a beleza. É necessário, do mesmo modo, um debate que conte com a participação, a opinião e a expressão das crianças, de maneira que a ideia de vulnerabilidade infantil não seja confundida com a completa exclusão delas dessa discussão. Afinal, os gestos que embelezam são práticas pedagógicas que estão diuturnamente em suas vidas, ressoando, como vimos, nas subjetividades, no dia a dia das crianças.

Com base na minha observação de campo, reitero que “fazer a unha” pode compor um conjunto sinérgico de experiências que perpassam a imaginação criadora, a vitalidade plástica (flores nas mãos, os passarinhos de Betina, os coloridos de Maria), as

esferas de contenção e disciplinamento, os ditames de aperfeiçoamento e a modificação da imagem corporal, o estímulo forte ao consumo, bem como uma frondosa experiência afetiva de estar junto, dividir, partilhar.

Um forte traço que marca os aprendizados em torno dos gestos que embelezam (como fazer as unhas) é a ideia de que as crianças precisam se desenvolver como seres que bastam a si mesmas, que devem controlar-se, que precisam aprender a aperfeiçoar cotidianamente suas belezas e colocar seus corpos no centro de suas preocupações. Aqui, considero pertinentes as ideias de Dumont (1997), quando aborda o individualismo, produzido com base em processos sociais, como uma visão prevalente na sociedade ocidental moderna. É importante destacar que, no bojo dessa dedicação aos cuidados da aparência física, no sentido de agenciá-la, transformá-la e enquadrá-la na determinado padrão vigente, o aprendizado acerca da importância do consumo torna-se central e as crianças com quem interagi dinamizam isso vividamente.

Elas aprendem desde muito cedo que os gestos que embelezam requerem produtos, a beleza tem um preço. Pensemos em toda a gramática sobre o consumo mobilizada por Katia e Jenifer em sua brincadeira: loja no shopping, cartão de crédito, dinheiro, compra de produtos, parcelamento da compra, queixa diante dos preços dos esmaltes. Pensemos como essa presumida ideia de um sujeito livre e criador do seu corpo enfrenta, negocia, peleja com diversas condicionalidades vinculadas tanto às exigências de padrões de beleza vigentes, quanto a uma lógica de consumo numa estrutura capitalista.

Nesse movimento, os dados da presente pesquisa apontam que a beleza não se configura simplesmente como um dever social, ela é percebida e sentida como um dever moral por muitos dos interlocutores. Contudo é fundamental atentar que isso se desdobra de forma diferenciada, dependendo das posicionalidades dos sujeitos, de suas capacidades de agência conforme as intersecções de gênero, raça e classe. Assim, se os gestos que embelezam envolvem toda sorte de consumo e se esse consumo é considerado um critério importante para a apreciação positiva dos sujeitos, pensemos em como são desiguais as condições de Jenifer, com sua caixa de esmaltes vazios doados pela patroa da mãe, e de Maria, que tem condições financeiras para estar toda semana no salão de beleza.

Também notemos que, a despeito das diferenças no poder de consumo e das singularidades das trajetórias, ambas se sentem inadequadas e angustiadas quando não estão com unhas feitas. Os custos emocionais, físicos e financeiros decorrentes dessa busca recorrentemente são vistos como algo de foro íntimo, como se fosse apenas um problema individual. O que advogo é o quanto isso reflete uma lógica social ampla que, portanto, deveria ser coletivamente discutida.

Agora faço um convite para observarmos a cena de Pedro. O “alvoroço” manifestado pelas trabalhadoras do salão diante do menino de 4 anos desejoso por esmaltes, não é, entre adultos com os quais interagi, algo incomum. Entre muitos funcionários e familiares, ficou evidente um engajamento para explicar aos meninos, de forma incisiva, que aquela prática corporal não lhes pertence, tornando-se, assim, um imperativo retirar os esmaltes do seu campo de possibilidades. Como disse Telma: “Pedro, isso é para menina. Não pode!”. Nos diálogos com mães de diferentes classes sociais, acessei narrativas permeadas de angústia, desconforto e preocupação quando seus filhos 2, 3 anos, ao vê-las pintando as unhas, manifestaram o desejo de também fazê-lo. Há também situações recorrentes em que elas encaram com relativa tranquilidade o desejo dos meninos, mas evitam a realização da vontade das crianças devido às negativas dos pais.

Ao revisitar a cena de Pedro, é preciso reconhecer que a intensidade do alvoroço ali instalado não se deu simplesmente porque a criança quis tocar nos esmaltes, já que não é uma cena rara ver meninos, sobretudo os pequeninhos, buscarem alcançar os tais vidros coloridos. O desconforto se deu pelo fato de a mãe de Pedro, diferentemente das demais, levar a cabo o desejo dele. Diante da negativa de Telma, a voz da mãe ecoou incisiva: “Pode deixar sim! Pode deixar ele escolher uma cor”. Diante disso, bastou que ela cruzasse a porta do salão para ser taxada de “completamente louca” e “perturbada mental”. Além de ser responsabilizada por possíveis constrangimentos que Pedro pudesse vir a sofrer no ambiente escolar: “Depois a criança chega em casa chorando e vai dizer que a culpa é dos meninos da escola”.

Helena foi taxada de louca e perturbada mental, porque seus gestos destoam de uma inteligibilidade de gênero na qual a repreensão do comportamento e do desejo de Pedro era o mais esperado naquele contexto. Essa responsabilização das mães já foi tratada em outros momentos desta tese, e se a reitero aqui é porque está disseminada em cada uma das partes do corpo aqui analisadas. É como se os gestos, os comportamentos e os desejos dos filhos dependessem da “competência materna para serem educados”, como se as crianças e suas agências estivessem sob o pleno domínio delas. O parâmetro da competência materna, na cena apresentada, estaria ligado, conforme as trabalhadoras, a uma sintonia com uma matriz binária. Eis a fala de Telma pronunciada com pesar: “o menino já é afeminado, afeminado. Coitado!”. Ser afeminado é, desse ponto de vista, algo digno de pena e, nesse caso, Pedro é taxado como vítima da “perturbação” da mãe que não o educa como um “menino de verdade”. No entanto, na perspectiva da mãe, Pedro, por ser uma criança, deveria ter o direito de brincar com o que lhe fala alto ao coração, ou seja, ter liberdade para se divertir como desejar. Notemos como os sentidos de infância estão sendo colocados em embate na cena.

Pedro foi chamado de “afeminado”, assim como Vanda foi chamada de “Joãozinho”. Ele pelo desejo por esmaltes; ela por ser resistente ao adorno. Vanda expressa profundo descontentamento em estar no salão e em ser, em suas palavras, “obrigada” a fazer as unhas; demonstra isso com seus gestos: “endurece a mão, balance a perna, a gente borra”, diz Andreia, uma das manicures, sobre o comportamento da menina na hora de fazer as unhas. Palavras como “afeminado” e “Joãozinho”, assim como “bicha”, “viadinho”, “sapatão”, “Maria João” acabam desenhando lógicas que reforçam a matriz heteronormativa pautada numa presumida coerência entre sexo, gênero, desejo e performance. Como expus em momentos anteriores, as práticas de consumo que permeiam os gestos que embelezam, como pintar as unhas, podem atuar, por vezes, como uma forma de produzir os corpos, podem acionar enquadramentos e estratégias de disciplinamento dos gestos, das formas de pensar e agir em um diuturno estímulo para que esses corpos não destoem de uma lógica binária.

A cena pautada mostra que as funcionárias não perguntaram a Pedro sua motivação para pintar as unhas, contudo logo elas presumiram os sentidos por ele atribuídos a essa prática corporal. Sem qualquer sucesso, procurei ouvir de Pedro, entender suas motivações. No entanto, não foi possível alcançar, ao seu lado, o tempo da delicadeza que me possibilitasse ser digna de sua resposta. Faria (2006) descreve justamente as reações de uma professora numa creche diante do desejo de seu aluno Toninho de pintar as unhas. Assim como as funcionárias do salão, a professora, de início, interpretou a atitude do menino como algo que destoava do imperativo de gênero naquele contexto. No entanto, ao perguntar-lhe sobre sua motivação, foi surpreendida:

Josefina, professora de uma creche, estava entretida com um grupinho de crianças [a maioria delas com três anos de idade] que se travestiam das mais diferentes personagens. Algumas passavam batom, outras colocavam chapéu, cintos, capas, outras salto alto e algumas meninas pediram para Josefina pintar-lhes as unhas da mão. De repente vem o Toninho e pede que ela pinte também as suas. Era a primeira vez que assim acontecia. Nossa professora ficou confusa, preocupada com o que as mães e os pais pudessem achar disto e para ganhar tempo enquanto pensava como proceder perguntou para ele – Você já pintou as unhas antes? Seu pai pinta as unhas? E ele respondeu prontamente – Ah, eu nunca pinte antes. Meu pai não pinta também. Bela resposta pensou, e eu, o que faço? Pergunto mais alguma coisa, quem sabe ele muda de ideia – De que cor você quer pintar? E decidido Toninho responde – VER-ME-LHO. E agora? Lá se foi meu emprego... Bom, mais uma pergunta, e quem sabe tudo se resolve – Mas por que vermelho? E Toninho responde todo feliz – É a cor do Schumacher (FARIA, 2006, p. 281).

Notemos como algo semelhante ocorre entre a cena de Toninho e Pedro: há uma generificação do esmalte. É como se o simples toque dos meninos no objeto já anunciasse uma transgressão às convenções de gênero nos contextos estudados. Na fala da professora,

sentimos, inclusive, um medo da retaliação, da perda de seu emprego, o que demonstra o peso que é conferido à quebra de um modo hegemônico de pensar o gênero. Contudo os modos da existência humana são sempre contextuais e dinâmicos. Usar o esmalte vermelho simbolizava para Toninho, ao contrário do que pensou a professora, códigos presumidamente masculinos: carro, velocidade, seu ídolo de Fórmula 1. Como venho frisando nestas páginas, escutar as crianças é fundamental para não ceder a interpretações rápidas e enviesadas sobre suas vivências.

Para ter uma maior delicadeza ao lidar com as questões da tese, participei de um curso intitulado “Infâncias Trans”, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A proposta do grupo consistia em discutir questões relacionadas à transexualidade performada por crianças em diferentes contingências, pensando como os âmbitos da família, medicina, direito e educação estão produzindo saberes sobre a categoria. Formávamos um grupo interdisciplinar, de áreas como educação, direito, sociologia, antropologia, psicologia. Além das/os acadêmicas/os, também participaram mães e pais de crianças trans (NUPSEX, [2023]).

As mães relataram como suas filhas e filhos lançavam mãos dos brinquedos para anunciar, marcar, suas posições em relação ao gênero com que se identificavam. Uma mãe narrou a recusa de seu filho, desde os 3 anos, de se aproximar de seus próprios brinquedos reconhecidos como de meninos. A criança escolhia brincar com as bonecas da sua irmã. Somente depois que a criança foi acolhida na sua expressão de gênero pela família e na escola, é que voltou a tocar nos seus brinquedos, mas ressignificando-os: os carros e tanques de guerra passaram a ser transportes para as bonecas Barbie; já a capa do super-herói Batman virou um longo cabelo.

Referencio Faria (2006), ao apontar a importância de sempre ouvir as crianças e de dinamizar discussões de gênero desde a primeiríssima infância. A autora ressalta a capacidade das crianças de participar com altivez dessas discussões, as quais, na sua concepção, devem ocorrer não somente no âmbito privado, mas em espaços coletivos, na esfera pública, pois disso depende a promoção da convivência com a diferença.

Quanto à cena de Pedro, o que posso afirmar, com segurança, é a sua convicção sobre o próprio desejo, ele sabia exatamente o que queria. Não adiantou oferecer-lhe vídeo, pedir para que lesse um livro, dizer que era só para olhar os esmaltes sem tocar, afirmar que é coisa de menina. Pedro agarrou os esmaltes perto do peito, escolheu a cor, deixou que suas unhas fossem esmaltadas. O corpinho de 4 anos resistiu a todas as recusas e constrangimentos

e, com a permissão da mãe, levou a cabo o seu desejo. Entender os sentidos desse desejo pediria, aos modos de Faria (2006), um tempo de interação com Pedro⁷⁷.

A cena de Pedro nos convida a refletir sobre o quanto os corpos de crianças que confrontam o que é esperado esteticamente acabam ficando suscetíveis a embates que, muitas vezes, se desdobram em recusas, ofensas, maus-tratos, estigmas. Diversos relatos, publicizados em revistas, jornais e nas redes sociais, mostram como esses embates podem marcar de forma indelével seus corpos, suas subjetividades. Aqui refiro-me a Butler (2016, p. 156) ao dizer que “a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulamentação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada”.

Uma matéria da revista *Marie Claire* intitulada “Mãe (in)comum: Seu filho pinta as unhas?” conta a história de Laura e seus filhos gêmeos Raul e Teresa, de 2 anos. As crianças costumam acompanhá-la em várias atividades em sua jornada diária, inclusive no salão de beleza. Helena relata o quanto os dois apreciam esse ambiente e são afeitos a pintar as unhas. Conforme Laura, o fato de Raul pintar as unhas gera inúmeras interpelações, diferentemente do que ocorre com Teresa. Conforme ela mesma afirma, “passei a ser abordada na rua, no elevador e até na escola (construtivista e moderna) sobre meu menino usar esmalte. Recebo olhares tortos e de reprovação. Já cheguei a ouvir ‘Tadinho dele’, ‘Como você deixa?’, ‘O pai não fica bravo?’”.

Mesmo diante dos comentários, Laura permite que Raul continue esmaltando as unhas: “Há cada semana ele escolhe um mais vibrante e corre para mim, todo feliz, para mostrar o vidrinho da vez”. Laura afirma: “Acredito piamente que desmontar estereótipos é minha função como mãe. E deixá-los à vontade para ser o que quiserem, o melhor caminho para a felicidade deles” (LOPEZ, 2017, n.p.).

Outra matéria a esse respeito foi veiculada no site *Correio da Bahia*. Thiago Moreira, morador de Minas Gerais, padrasto de Arthur, 4 anos, conta que “o menino decidiu pintar as unhas tal qual a mãe fazia” e, por isso, acabou enfrentando preconceito na escola, o que gerou em Arthur uma grande tristeza. Conforme Thiago, Arthur se queixou: “Um menino mais velho disse que eu tava parecendo uma menininha”. Diante da situação, Thiago pediu para que Arthur pintasse suas unhas, como uma forma de demonstrar apoio ao seu enteado. O

⁷⁷ Enfatizo que as práticas corporais podem assumir múltiplos sentidos. Sobre isso menciono um movimento denominado Polished Man, campanha idealizada por Elliot Costello, CEO da YGAP, uma ONG que apoia crianças vítimas de violência física e sexual. A inspiração para a campanha veio quando Elliot conheceu The, uma menina de 8 anos, moradora do Camboja. Ao ser apoiada com o trabalho da ONG, The pediu para pintar a unha de Elliot para que ele não a esquecesse. Celebidades de diversos países aderiram à campanha e apareceram na mídia com uma das unhas das mãos pintada. “Ser um *polished man*, um homem polido, significa não virar as costas à vulnerabilidade, pensar neste assunto e ajudar, inclusive com doações”. Menciono outros sentidos em que homens lançavam mão de esmaltes, como astros do rock como David Bowie, Kurt Cobain. Personagens de mangá também são inspirações para o seu público nesse sentido.

padrasto afirmou: “Desde então, vou levá-lo e buscá-lo na escola com as unhas pintadas por ele” (BRASIL [...], 2015, n.p.).

As cenas inspiram a pensar que, a partir da reprodução de práticas cotidianas que envolvem os gestos que embelezam como o vestir, o adornar, o pintar as unhas, o pentear, o gênero é produzido e performado. Há fortes interpelações para que essas práticas sejam executadas de uma dada maneira em consonância a uma ordem de gênero. Crianças com expressões, atitudes e posicionamentos não normativos, os quais borram essas fronteiras de gênero, podem sofrer efeitos dolorosos”. Como foi ferida a delicadeza de Alex, 8 anos, que apreciava dançar a dança do ventre, lavar a louça e amava seus cabelos grandes, na Zona Leste do Rio, ele foi espancado até a morte pelo pai, que justificou o crime argumentando: “ele tinha que ser homem” (ALVES, 2014, n.p.). Não se trata aqui de julgamentos, denunciamentos ou apontar vítimas e culpados; é necessário, sim, compreender a estrutura social que baliza essas ações, esses olhares e a interpelação, por vezes, mortal, de crianças.

Para iluminar uma reflexão sobre essas violências, vale referenciar a produção de literatura sobre a relação entre “infância e transgeneridade” composta por autoras/es de diferentes áreas do conhecimento (antropologia, direito, psicologia, pedagogia, comunicação), que se debruçam sobre as vivências de crianças que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi fisiologicamente designado. Apesar das particularidades e dos focos de análise diversificados, as referidas autoras e autores se afinam com a ideia de que a relação entre transgeneridade e infância deve ser vislumbrada com base em seu caráter histórico, atentando para as relações de poder presentes na estrutura social na qual se delineiam as concepções de gênero, corpo e sexualidade (Favero; Machado, 2019; Kennedy, 2010; Kennedy; Hellen, 2010; Franco; Gonçalves, 2019; Lima, 2018; Bezerra; Queiroz, 2015; Lodi; Verdade, 2017; Jesus, 2013; Zanette; Leguiça; Felipe, 2019).

Esses trabalhos trazem à baila as violências sofridas por crianças que movimentam vivências que são dissidentes da heteronormatividade. As análises se engajam em contribuir para o rompimento de estigmas e visões patologizantes sobre as formas de expressão das crianças. Há, nesses escritos, uma visão crítica a determinadas posturas repressivas que podem advir de instituições reguladoras, como família, religião, direito, escola, medicina. Outro ponto em comum, nessa literatura, consiste em apontar a necessidade de fortalecimento de uma produção bibliográfica acerca da relação entre infância e transgeneridade que interaja com as crianças no curso das pesquisas e que as tenha como foco de análise, pois a maioria dos estudos a esse respeito é realizada com adultos que se denominam transgêneros e que, de forma prevalente, rememoram a infância como um momento crucial em suas trajetórias.

Essa ausência se dá, entre outras razões, por uma ideia presente, no senso comum, de que abordar diálogos com crianças em torno da relação entre transgeneridade e infância pode ferir a inocência delas, sexualizá-las, conforme nos esclarece Athayde:

As práticas que tentam colocar as crianças como não participantes sobre seus corpos e desejos, alegando que elas devem ser protegidas, na verdade, dizem respeito a técnicas regulatórias que insistem em proteger não a infância, a inocência ou a criança, mas sim a heterossexualidade e a cisgeneridade (ATHAYDE, 2018, p. 339).

Os autores supracitados mostram, portanto, a importância de um diálogo amplo e interdisciplinar sobre essas questões, que tratem as crianças como sujeitos e que sejam centrados em suas percepções. Assinam a importância da educação sexual em casa e nas escolas para que meninos e meninas sejam contemplados com espaços informativos e seguros para que possam desenvolver uma relação saudável com seus corpos, desejos e subjetividades.

É importante destacar que há autoras/es que acionam o termo “*infâncias queer*”, inspirados em Preciado, especialmente no texto autobiográfico “Quem defende a criança *queer*?”. Silva (1991) afirma que “trata-se de infâncias que, por não corresponderem às normas regulatórias de gênero e sexualidade, são lidas como desviantes, monstruosas e anormais” (SILVA, 1991, p.15). Contudo há autoras e autores que são referências nas discussões de transgeneridade e têm alguma reserva a respeito do termo “*infâncias queer*”:

É lindíssimo esse artigo de Beatriz Preciado, eu me emocionei profundamente. A infância é uma condição sobre a qual não se fala muito. O que as crianças e adolescentes sofrem nas escolas é uma verdadeira tortura psicológica. Não é coincidência que as pessoas trans* no Brasil sejam em grande parte analfabetas. Há alguma coisa nessa estrutura chamada “escola” que não suporta, que repulsa aqueles corpos. Mas eu não falaria em criança *queer*. Acho que o desafio é proteger a criança. Não existe criança *queer*, existem crianças. Nesse sentido, parece que Preciado comete um deslize na medida em que fala de uma identidade que já está pronta na infância: a criança *queer*. A demanda da criança é por amor, cuidado, proteção. (DIAS, 2014, p. 493).

No caso desta pesquisa, coaduno com Amara Moira Rodvalho (2017), pesquisadora trans, quando ela explica que os processos que envolvem a identificação e autoidentificação são extremamente complexos. A autoidentificação vai muito além do sujeito, não passa por uma unilateralidade. Ela é concebida a partir de um reconhecimento social, diz respeito a tensões, negociações com o coletivo que o indivíduo integra. A autora destaca que, em nosso contexto social, “o foco na autoidentificação reforça a ideia de que só se necessita

explicar aquilo que cruza a linha, nunca aquilo que não cruza, que deixa de cruzar” (RODOVALHO, 2017, p. 368-9).

Observei as crianças cruzando as linhas, refazendo os caminhos, desafiando as veredas. Nesse movimento, entrevi mãos direitas e esquerdas de crianças, funcionários e familiares apedrejando, apontando, julgando, retraindo e também acolhendo, apontando frestas, janelas. Nesse sentido, é importante retomar as ideias de Hertz (1980), para quem os corpos, inclusive os infantis, são um território simbólico, plástico, pleno de sentidos e significações, cujas partes ressoam educação, aprendizagem, treino social. Mas vale lembrar que, em decorrência dessa plasticidade e dessa plenitude, outras aprendizagens são sempre possíveis, sobretudo aquelas que tenham uma postura ética e respeitosa com a historicidade do gênero.

5.3 PERNAS

Em *História da beleza*, Vigarello (2006) nos conduz a uma fascinante viagem na qual as paisagens são corpos múltiplos de países ocidentais e suas diferentes concepções de beleza, construídas do Renascimento até os dias de hoje. Ele relata que, na Europa, durante o século XVI, em termos de julgamento estético, as pernas eram consideradas meros pedestais, meras bases de sustentação, pois os objetos primordiais de beleza eram o rosto e as mãos. O pensamento corrente questionava a necessidade de se preocupar com as pernas, “já que não é coisa que se precise mostrar” (VIGARELLO, 2006, p.16). No final do século XIX, além do rosto e das mãos continuarem centrais como critérios de avaliação estética, as pernas passaram a receber atenção e cuidados especiais. Já no século XX, isso se potencializa “por meio de aparelhos e modeladores a elas destinados” (VIGARELLO, 2006, p.134).

Maciel (2009, p. 66), ao abordar os movimentos dos anos 1960 no Brasil, conta como as pernas de fora, exibidas em minissaias, em determinados contextos, “desvelavam uma postura de rebeldia e manifestações de não conformismo, chocando-se com padrões estabelecidos”. As primeiras jovens que, em Porto Alegre, atreveram-se a sair de pernas à mostra, “de mini-saia pela Rua da Praia no centro de Porto Alegre, foram alvo de chacotas e acabaram na delegacia” (MACIEL, 2009, p 66).

Conforme Del Priore (2011), à medida que as saias foram sendo disseminadas pela moda e adotadas por mulheres de diferentes segmentos sociais, técnicas que prometiam o embelezamento das pernas proliferaram, incluindo exercícios físicos, cosméticos para hidratá-las e depilação. Haveria também certo pudor em torno dos pelos das pernas e das axilas das mulheres porque poderiam “anunciar a coloração dos pelos pubianos”. Assim, retirar os pelos passou a ser sinônimo de recato e se transformou também numa prática ligada à higiene. Contudo Del Priore também deslinda as mulheres em “ritmos contrários”. Cita o movimento

hippie que se popularizava da década de 1960, cuja proposta era ter o “corpo natural e com pelos”. Segundo a autora, imperava uma resistência que apregoava a percepção de valorizar as mulheres como elas são, do jeito que vieram ao mundo.

Santana (2014) esclarece uma ideia vigente em diferentes regiões do Brasil contemporâneo: “quanto mais o corpo se expõe, mais intenso é o trabalho minucioso em cada uma de suas partes”. Conforme a autora, temos mais liberdade que nossos avós para lançar mão de cosméticos, fazer práticas esportivas, venerar o corpo, cuidá-lo nos mínimos detalhes. “Ao mesmo tempo, somos mais exigentes do que eles nesse assunto, pois, quanto mais o corpo se expõe, mais intenso e frequente deve ser o trabalho de depilá-lo, bronzear-lo, massageá-lo” (SANTANA, 2014). As pernas ganham nesse contexto atenção especial, não apenas no delineamento de sua forma, mas na textura da pele e na lida com os pelos.

A partir deste diálogo inicial, convido a uma aproximação das vivências das crianças em relação aos serviços nos salões voltados às pernas.

5.4 PELO NÃO...

Quando as meninas completam 10, 11 anos de idade, os pelos nas pernas, geralmente, começam a crescer, tornando-se mais abundantes. Nesse momento da vida, conforme as palavras de Deyse, os pelos passam a “virar o assunto”, ou seja, transformam-se em alvo de atenção de muitas crianças, mães e funcionárias dos salões.

Contudo, mesmo antes de aparecerem, já são tema de conversas entre meninas e mulheres, seja porque as crianças escutam comentários e visualizam as técnicas corporais executadas pelas mulheres de sua rede de relações para cuidar das pernas e “lidar com os pelos”, seja porque há diálogos que gravitam em torno de como serão suas próprias lidas: se estão na idade correta ou não para se depilar, se os pelos serão ou não abundantes, se na depilação terão alergia a cera ou lâmina, se serão ou não sensíveis à “*dor da puxada*”. Nessas conversas, as técnicas de depilação, descritas a seguir, não são, na maioria das vezes, apresentadas como uma escolha, mas como uma prática que necessariamente fará parte dos cotidianos das meninas em algum momento de suas vidas. Em muitos desses diálogos, os pelos são considerados extremamente indesejáveis. Livrar-se deles passa a ser um aprendizado que muitas meninas precisam absorver e um objetivo a se alcançar. Destaco que não são apenas os pelos das pernas, mas de axilas, virilha, rosto, buço etc.

Nesse sentido, são recorrentes as falas de alguns familiares ou de integrantes dos salões que recomendam um modo de “lidar” desde cedo com o que se considera o excesso, deixando claro que “uma perna peluda” não é “nada feminino”, “sinaliza desleixo”, “não é bonita”, “é um horror”, “anti-higiênico”. Nessa toada, constrói-se, nas diferentes veredas desta pesquisa, uma dinâmica de convencimento em torno da ideia de que, na trajetória das

meninas, é preciso dispensar tempo, energia e dinheiro para eliminar os pelos e movimentar outras técnicas que visem ao embelezamento das pernas, como deixá-las hidratadas e “lisinhas”, livres de manchas.

Embora a referida ideia seja bastante recorrente nos contextos pesquisados, não é uma visão unânime entre familiares e integrantes de salões. Há mães que, embora realizem a depilação em seus cotidianos, não concordam com a retirada dos pelos das pernas de suas filhas pequenas. Muitas delas, apesar de firmarem essa posição, expressam sentir desconforto e tristeza diante dos comentários constrangedores direcionados às pernas de suas filhas, ocorridos em pleno ambiente escolar ou em círculos familiares.

Aimê, pedagoga, mãe de uma menina de 2 anos, frequentadora do Escova Mágica, exhibe os pelos das pernas orgulhosamente e deseja que sua filha, quando crescer, firme a mesma posição, contudo teme que a menina enfrente as mesmas pressões que cotidianamente vivência por sua escolha de não se depilar.

Vanessa, sinceramente, acho insano, uma tortura, uma agressão sem tamanho. O pelo, cara, não é sujo, é uma coisa nossa e que nunca vai parar de ser. É uma dor imposta às mulheres, ou pior, cara, às crianças... Minha sobrinha tem 12 anos, ela depila desde os 10 anos. Acredita?! Cara, já tive brigas homéricas com minha cunhada por causa disso. A gente nem se fala mais. Pra Gilva eu mostro o movimento do desprincesamento.⁷⁸ [...] É interessante. Mostra umas princesas menos moscas mortas, mais ativas, inteligentes, apresenta outros modelos pras crianças. Na verdade, eu quero ver esse movimento crescendo, mostrando princesas gordas, peludas, com buço, com um *black*, mas já tem uma mudança aí que vai aos poucos. Tenho até pesadelo da Gilva me pedindo pra depilar. A nossa família é peluda, tem herança portuguesa, é difícil suportar a pressão. Tem gente que tem nojo, asco, cara. Nojo de pelo! Perguntam pra mim como o meu marido aguenta! O Armando já sofreu com fofoca no trabalho por causa disso. Já pensou os seus pelos virarem assunto do trabalho do seu marido? Pelo amor de Deus! É escroto, cara. Por ele eu tirava, mas respeita, tem que respeitar. Imagino a Gilva passando por isso, não gosto nem de pensar.

Vale mencionar que debates sobre permitir ou não a depilação dita infantil pululam na internet. Alguns familiares se posicionam contra, indicando que isso é um ícone de adultização e pressão estética, outros encaram com tranquilidade, defendendo ser uma questão de higiene e um modo de preservar as meninas do *bullying* (CANDIDO, 2020).

Nos contextos pesquisados, o *bullying*, categoria utilizada pelas próprias crianças, é uma razão atribuída para a retirada dos pelos. São prevalentes os incômodos manifestados por meninas em relação a comentários pejorativos e constrangedores acerca das “pernas

⁷⁸ Uma das matérias compartilhadas por Aimê sobre o desprincesamento, movimento que começou em São Paulo e ganha força nas redes sociais da internet. As organizadoras da “oficina de desprincesamento”, Larissa Gandolfo e Mariana Desimone, explicam: “Fizemos essa oficina numa tentativa de mudar um pouco os horizontes das meninas. Mostrar a elas que são inteligentes, especiais, incríveis. Fortes! Criativas. E que não precisam se encaixar em nenhum padrão” (LUNETAS, 2016, n.p.).

cabeludas”. Os comentários são tão pejorativos que algumas dessas garotas evitam andar com as pernas expostas, mesmo em dias quentes, temendo esse tipo de reação. O sentimento de vergonha dos pelos é recorrentemente citado nas narrativas, e isso ocorre com meninas de diferentes classes sociais. Friso que, durante o campo, não percebi os pelos das pernas dos meninos sendo alvo desses comentários. Contudo tanto meninas quanto meninos foram apontados como autores das ofensas.

Nas trilhas percorridas em Brasília, percebi que alguns salões se recusam a fazer depilação em crianças. Muitos outros, no entanto, apesar de recomendarem a depilação a partir dos 12 anos, realizam o serviço em meninas mais jovens, mediante a permissão dos responsáveis. Os incentivos dados às crianças para a realização do serviço também gravitam em torno da “questão de beleza”, “higiene”, “feminilidade”, “praticidade” e “para adquirir o hábito”.

No Brasil há um forte mercado relacionado à depilação. Salões de norte a sul do país oferecem esse serviço e há clínicas exclusivas que lançam mão de técnicas como a fotodepilação e a depilação a laser, que ganharam adeptos a partir de 1990⁷⁹. Menciono também as linhas de cosméticos e aparatos que envolvem essa prática corporal, encontrados em supermercados, farmácias, lojas de cosméticos e afins. Vale mencionar que alguns métodos de depilação promovidos em território nacional ganharam notoriedade em outras paragens. Destaca-se o salão J Sisters, aberto em Manhattan por sete irmãs de Vitória (ES), que “apresentaram às nova-iorquinas” a depilação com cera em um estilo que ficou conhecido como *Brazilian bikini wax*, como mostra reportagem da BBC (VENEMA, 2017).

No que se refere aos cinco estabelecimentos pesquisados, somente o Astros e Estrelas e o Salão da Deyse executam frequentemente esse serviço em crianças. Nos demais salões, as técnicas de depilação, bem como as demais técnicas de embelezamento das pernas emergiram apenas nas conversas que teci ao longo do trabalho de campo. Nelas obtive a informação de que algumas mães levam suas filhas aos salões que costumam frequentar para que as meninas possam também ser depiladas pelas mesmas profissionais. Ocorre ainda dessas profissionais atenderem em domicílio.

Renata, advogada, mãe de Carmem, 3 anos, frequentadora do A Turma do Cabelo, contou-me que sua depiladora atende também sua mãe e a filha mais velha: “A Aldasira chega lá em casa e depila todo mundo! Quando ela vai é dia de festa e martírio. A Carmem fica só ali de olho. A Aldasira pega o papel [da depilação] e faz de conta que tira os pelos dela também. Ela fica: ‘ai, ai, ai!’. A gente morre de rir!”.

⁷⁹ A fotodepilação é uma depilação por meio de luz que visa destruir as células germinativas do pelo (a raiz). Já a depilação a laser promove a retirada dos pelos por meio de disparos de laser que queimam a raiz do folículo piloso.

Além da depilação, uma das técnicas “na lida com os pelos” citada nas conversas nos salões, mas mais praticada em casa, é a “descoloração dos fios”. Para isso, geralmente utiliza-se água oxigenada volume 10, que clareia os pelos das pernas. A intenção é tornar os pelos “menos visíveis”. As mães e meninas que lançam mão dessa técnica anunciam que a vantagem é que os pelos ficam mais “claros” e, portanto, em suas concepções, “mais discretos” e “bonitos”. Vale mencionar que algumas mães preferem outras formas de lidar com os pelos por temerem reações alérgicas provenientes da utilização da água oxigenada na pele sensível da criança. Outras a utilizam habitualmente, mas queixam-se dos “pinicões na pele” oriundos do contato com produto.

É importante frisar que a “invisibilidade” e a “discrição” mencionadas acima ocorrem nas peles claras, uma vez que os fios descoloridos, nas peles escuras, se tornam ainda mais visíveis. Diana, 12 anos, que tem a pele negra, frequentadora do Salão da Deyse, conta que costumava descolorir os fios, pois “sempre odiou” a dor de depilar, mas decidiu aderir a essa prática e explicou o motivo:

O marido da minha tia fazia *bullying* comigo, ficava me chamando de macaca loira na frente de todo mundo. Resolvi tirar logo pra ele parar de me perturbar, mas é chato. Perna serve pra gente ir tomar sorvete, encontrar minhas amigas, passear e não pra ficar passando vergonha. Com pelo ela serve do mesmo jeito. [...] Uma vez por mês minha mãe me traz [na Deyse], e ela manda escolher se eu quero prancha, fazer a unha ou depilar. Sempre escolho [depilação], porque em casa, quando minha mãe tira, dói mais.

Outra técnica bastante realizada no espaço doméstico, mas também pautada nas conversas nos salões, consiste na depilação com lâmina de barbear. Os pelos, nesse caso, não são arrancados na raiz. O corte da lâmina é superficial, eliminando apenas os fios rentes à pele. Por essa razão, os pelos voltam rapidamente a crescer. Algumas mães e funcionárias argumentam que a depilação constante com a lâmina pode acarretar o surgimento de fios grossos e encravados. É, nesse contexto, que a depilação com cera é sugerida e estimulada por ambas. Como relatou Mirela, 11 anos, estudante de escola pública, frequentadora do Salão da Deyse:

Minha mãe vivia dizendo que era pra depilar com cera, mas eu morria de medo. Dói muito! Dizia que era manha minha, frescura. Que não doía tanto assim. Eu sabia que doía porque minha amiga me contava, aí eu tirava com a gilete mesmo. Era chato porque toda semana eu tinha que tirar de novo, de novo e de novo. Eu ficava com alergia, tipo umas bolinhas que apareciam, era dolorido. Ela [a mãe] dizia que meus pelos iam ficar grossos, e cada vez mais horríveis. Aí, foi o jeito, sofrer e partir pra cera.

Perguntei, então: “Mi, quando você fala, parece que você não gosta de depilar, certo?”. “Eu odeio! Mas eu gosto da perna lisa. Eu não vou virar uma ursa, né?”

A técnica de depilação com cera oferecida no Salão da Deyse e no Astros e Estrelas é um método que puxa os pelos pela raiz. Por serem arrancados inteiramente, demoram mais a crescer, de vinte a trinta dias. Há ceras caseiras, como as produzidas no Salão da Deyse, feitas com açúcar e limão levados ao fogo até a mistura ficar com aparência de caramelo. Há também ceras industrializadas, à base de breu, autorizadas por organismos como a Anvisa, que se dizem mais eficazes por retirar todos os pelos em uma só puxada. No Astros e Estrelas, são essas as ceras utilizadas. Seja qual for o produto, uma narrativa bastante recorrente entre meninas e mulheres é a dor ocasionada por esse puxão. Sobre as técnicas de depilação que envolvem laser, não houve registro de crianças em meu campo, mas nas paragens do Plano Piloto algumas mães relataram essa prática.

Como ocorre em outras atividades, nem sempre há consenso entre as crianças e seus pais e responsáveis no que diz respeito à realização de tal procedimento. Por vezes, as crianças querem realizar o serviço, mas seus pais não permitem; em outros momentos, ocorre o contrário, os pais incentivam as crianças, mas estas se recusam. São negociações complexas e diferenciadas. A seguir, apresento duas cenas a esse respeito.

a) Cena 1 – “Você acha lógico?” (Salão da Deyse)

Taila, 11 anos, cabelos e olhos castanho-escuros, chega ao Salão da Deyse com vestido e meias coloridas que cobrem toda a extensão das pernas. Tem uma expressão claramente irritada. A mãe informa à cabeleireira que, depois de cortar os cabelos, a menina fará a primeira depilação. Taila retruca: “Mãe, eu já disse que não vou fazer!”. A mãe responde em tom elevado: “Que coisa feia, uma moça peluda. Quem já viu? Não existe isso, Taila!”. A menina responde: “Dói, mãe!”. A mãe insiste: “Ela tem que depilar, pois os pelos são grossos como os meus. Se não tirar cedo vão ficar encravados”. A mãe argumenta ainda que Deyse será delicada e não doerá. “Taila, eu sou boazinha. Você vai ficar com a perna linda!”, diz Deyse. “Eu não quero!”, enfatiza Taila. Deyse indaga: “Por quê?” “Porque a perna é minha!”.

Nesse dia, Taila conseguiu “vencer”, não precisou fazer a depilação. Conversei com ela em outras ocasiões. Em um de nossos longos papos, disse-me: “Você acha certo uma pessoa ter sempre que sentir dor só porque os outros não gostam de uma coisa em você? O importante pra mim é que a Amanda gosta de mim, a Liana gosta, a Giovana gosta [amigas da escola]. Isso que importa”. “No que eu te conheci, tava muito calor e você tava com meias. Quando você usa meia tem a ver com os pelos?”, perguntei. “É! Porque não é todo dia que eu tô a fim de ouvir merda de quem não gosta de mim. Tem dias que tenho mais vergonha. Naquele dia eu já fui sabendo que ela [a mãe] queria que eu depilasse. Lembra? Já coloquei

de propósito”. “Entendi. Qual sua motivação, o que mais leva você a não querer depilar?” “Eu não acho lógico, dói. Você acha lógico?” Antes que eu falasse qualquer coisa: “Acha, né! Não tem pelo na perna”. O tom de Taila e sua resistência me fizeram pensar sobre minhas práticas.

b) Cena 2 – “Dia de faxina” (Astros e Estrelas)

Fabiane, 11 anos, estudante de escola particular, é deixada pela mãe na porta do salão para viver sua “tarde de beleza”. Assim que adentra o lugar, com seus longos cabelos e vestido azul, Gilda diz: “Essa a gente conhece desde a fralda”. Depois, olha para a menina e pergunta: “E hoje, Fabi?”. Com entusiasmo, a menina fala: “Dia de faxina, tia! Unha, escova e depilação”. Como de praxe, quando as clientes fazem essas atividades no mesmo dia, iniciam pela depilação para “não amassar o cabelo nem borrar as unhas”. E foi assim que ocorreu.

Perguntei se poderia acompanhá-la. Ela nem parou para responder, deu seu consentimento⁸⁰, enquanto se encaminhava para a sala da depilação, sua velha conhecida. Miro um ambiente com ar-condicionado, cor-de-rosa, decorado nos mínimos detalhes. Fabiane deixa sua bolsa num pufe, pega o celular e se deita na maca. Tatiane passa um algodão molhado delicadamente em toda a perna, depois uma toalha, enxugando com suavidade a menina. Em seguida, a depiladora aquece a embalagem contendo o creme depilatório num micro-ondas. Ao retirar, passados poucos segundos, coloca um pouco do conteúdo no seu próprio pulso para averiguar se a cera está na temperatura adequada para aplicar em Fabiane. Tece um comentário sobre o produto: “Essa é uma cera especial pra peles delicadas como a dela”. “É uma cera própria pra crianças?” “Para todos os tipos de peles delicadas.” Em seguida, inicia a depilação. Com uma espátula rosa de plástico, passa a cera na perna da menina. O denso líquido marrom gruda na pele e, ao esfriar, a textura fica ainda mais espessa. Tatiane, com o polegar e o indicador, levanta uma pontinha da cera grudada na pele e, em seguida, faz um movimento rápido, puxando de baixo para cima, com bastante firmeza. “Ai! Essa doeu! Pega leve, Tati!”, diz Fabiane com a face ruborizada. A depiladora diz: “Foi demorar a vir, perdeu o costume”. Ao que a menina retrucou: “Afff! Tô andando de calça direto porque tava sem tempo!”.

Enquanto conversam, Tatiane continua a depilação, faz o mesmo movimento de “puxada” sucessivas vezes. Os pelos vão saindo, a pele avermelhando. Fabiane solta sonoros ais. Ao finalizar as puxadas, Tatiane passa um creme hidratante. Fabi sai depilada para

⁸⁰ Eu já havia encontrado mãe e filha no salão outras vezes e já havia explicado a pesquisa e pedido a mãe para conversar com a filha numa outra ocasião se coincidissem nossas vindas e se ela quisesse conversar comigo.

realizar as outras atividades. Aí conversamos. Ela se depila desde os 9 anos de idade. “Eu queria antes, mas só com 9 minha mãe liberou”. “Você pode me contar como foi?” “Lembro que doeu, mas não fiz escândalo pra minha mãe não desistir de deixar. Ela ficou admirada.” Perguntei por que desejava tanto se depilar, e ela prontamente respondeu: “Eu fui a primeira a ter pelo na minha sala, tinha vergonha no dia da educação física, que a gente usava short, e acho que não tem nem comparação, fica muito mais bonito assim.” “Quando você chegou, você disse que ia fazer uma faxina?” “Ahhh! Tava brincando. Tipo, eu cheguei assanhada, peluda, com esmalte descascando. Vou sair outra pessoa!” A tarde seguiu e, depois de algumas horas, ela liga para sua mãe, que, em pouco tempo, aparece para pegar a “bela da tarde”!

5.5 PELO SIM...

Perna peluda é “feio”, “anti-higiênico”, “pouco feminino”, esses são vereditos estéticos dinamizados intensamente nos contextos estudados. Em torno do aprendizado de que os pelos são indesejáveis, feios, sujos, vão sendo normalizadas práticas corporais para eliminá-los, muitas vezes apresentadas não como uma possibilidade, mas como destino. Algo que emerge na fala da mãe de Taila: “Que coisa feia, uma moça peluda. Não existe isso!”. Nessa lógica, para produzir um corpo “possível de existir”, é impositivo uma constante disciplina e administração de si, já que os pelos não param de crescer no correr das estações.

No bojo da pluralidade dos movimentos e estudos feministas e de seu manancial de discussões das relações entre corpo, sexualidade e do gênero, as técnicas corporais para apresentação das aparências físicas, incluindo aqui as discussões acerca da remoção ou manutenção dos pelos, já protagonizaram acalorados debates gestados desde a década de 60 até hoje e não param de se renovar. Debates que não foram e nem são uníssonos.

Entre as diversas perspectivas, a prática da depilação ora foi analisada na chave da opressão, a subordinação das mulheres a padrões, ora na chave dos direitos individuais cabendo a cada sujeito ter autonomia para decidir o que deseja fazer com seus pelos e quais sentidos atribuir a essa prática (SAFFIOTI (2013), MURARO (2004). Há também leituras dessa prática num prisma decolonial, podendo ser vista como cuidado corporal e instrumento de sociabilidade (LIDOLA, 2022). O exercício aqui é partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos e as formas particulares de entendimento sobre essa técnica corporal, procurando compreender o atravessamento de um conjunto de moralidades, discursos que atravessa, seus corpos. A produção do embelezamento passa por várias tecnologias e técnicas de sujeição que, por sua vez, também suportam ações de emancipação.

A materialidade etnográfica mostra que a depilação é uma prática de beleza que pode atravessar gerações. Lembremos Francine nos contando da depiladora que a atende e também atende a sua mãe, sua filha mais velha e anuncia que é só uma questão de tempo para atender a mais nova. Algo dito com convicção, antes mesmo dos pelos dessa última crescerem. Assim, um mapeamento simbólico do corpo vai sendo desenhado de forma dinâmica, geração após geração. Tal atravessamento, é importante que se diga, jamais se revela estático, está sempre passível de múltiplos sentidos e ressignificações, devendo ser olhado à luz de cada trajetória.

Percebi, nas diferentes veredas, que afetos e trocas muito íntimas entre meninas e mulheres podem constituir a vivência dessa prática corporal: partilhar os cuidados da depiladora de confiança; ensinar a fazer a cera em casa; ir juntas ao salão para se depilar; compreender os macetes de cada tipo de depilação, tais como “usar a lâmina de baixo pra cima para não encravar o pelo”, “prender a respiração na hora da puxada pra diminuir a dor”; escrutinar o corpo da outra pra dizer que já é hora de se livrar dos pelos... Enfim, entre gritinhos, caretas e vermelhidões, uma partilha de como produzir o corpo, conhecer-se e se reconhecer como parte de uma rede vai sendo tecida: “É festa e martírio!”, diz Renata, mãe de Carmem, 3 anos, quando a depiladora chega a sua casa para eliminar os pelos de três gerações. Divertem-se especialmente com os ais de Carmem quando Aldasira faz de conta que depila a perna da criança. Com esses ais, a pequena vai se reconhecendo como igual, integrante daquele momento tão delas, das mulheres de sua referência.

Pensem também como Fabiane suportou a dor da primeira depilação para dizer à mãe que realmente estava pronta para viver aquela prática corporal. Acompanhando essas trocas, destaco que analisar a prática corporal em questão pede um olhar que ultrapasse a saída reducionista de que tal prática é um ícone puro e simples da objetificação dos corpos, ao mesmo passo que pede toda uma atenção para como incidem prescrições de gênero que, por vezes, geram sentimento de culpa, vergonha e inadequação em meninas e mulheres, além de uma lida permanente com a dor, que, embora possa ser relativizada em sua vivência, é uma constante nos relatos. Chamo a atenção também para o fato de que, ao passo que as pernas peludas de homens e meninos estão livres de julgamento, alguns deles aparecem nas narrativas como os que sentem nojo, que xingam os pelos nas pernas das meninas.

Os sentimentos de inadequação, culpa, vergonha não são alimentados apenas nos interiores dos salões, clínicas e nas trocas familiares. Há uma poderosa indústria cosmética que reforça a ideia de que as pernas e cada mínima parte do corpo devem ser alvo constante de cuidado e embelezamento, como se pode notar nestes anúncios reunidos pela autora:

O incentivo a se engajar nos cuidados de cada parte do corpo é tão intensivo que nos faz pensar o quanto de constrangimento social pode estar imbricado no consentimento, na

escolha de dadas práticas corporais como a depilação. Nesse horizonte, uma reflexão sobre “vergonha” se faz imperativa, pois esse sentimento emergiu com força em muitas narrativas. Elias (1995) nos convida a pensar a vergonha como uma categoria que tanto se refere ao autocontrole individual quanto desvela limites impostos pela rede de interdependência na qual o indivíduo se insere.

O autor movimentava essa discussão ao descortinar o processo civilizador no Ocidente, engajando-se numa apurada análise de manuais de etiqueta desde o século XIII até o século XIX. Por intermédio das páginas desses manuais, que traziam instruções de como os indivíduos deveriam se comportar, Elias (1995) pensa o processo de disciplinamento dos corpos, que são trabalhados detalhadamente e sem folga. Essa disciplina se expressa nas maneiras de se portar à mesa, de manejar os talheres, de lidar com as funções corporais, a comida, a sujeira, a sexualidade – formas de agir em relação aos outros. A referida obra mostra como as mudanças de condutas e de constituição psíquica dos corpos têm inteira ligação com as alterações que se verificam na estrutura social.

Seguindo essa lógica, é possível aferir que a vergonha manifestada nas narrativas das meninas pode desvelar um direcionamento moral que dialoga com os parâmetros impostos por sua rede de interdependência. Nesse bojo, convenções vigentes de gênero e de sexualidade são acionadas. Nas redes de minhas interlocutoras, há inclusive uma associação entre pernas peludas e certa animalidade, como se a depilação fosse sinônimo do humano. Pensemos no que diz Mirela, que, apesar de odiar a depilação, aderiu à prática: “Eu não vou virar uma urso, né?”. Há também toda a narrativa do nojo em relação aos pelos. Sentir nojo implica afastar-se, ter repulsa, o que, de certa forma, causa um distanciamento social, uma negação do outro.

Novamente pensemos como esses direcionamentos morais se dão de forma particular, a depender dos marcadores sociais da diferença. Nos contextos pesquisados, assim como os cabelos loiros são intensamente valorizados, os pelos das pernas, quanto mais clarinhos, mais bonitos, ou seja, mais se aproximam do padrão almejado. Ou a pele é completamente livre de pelos, ou os pelos devem ser necessariamente finos e loiros, característicos de mulheres brancas.

Para conseguir os pelos loiros almejados, como já dissemos, há técnicas de descoloração dos fios das pernas com água oxigenada. Contudo, nas peles negras, os pelos não ficam discretos, mas ainda mais aparentes. Lembremos de Diana, que não gostava dos pelos e descoloria. Aderiu à depilação devido à atitude do marido de sua tia que, nas palavras da menina, “ficava me chamando de macaca loira na frente de todo mundo”. A associação de uma menina negra a um macaco aciona um xingamento recorrentemente utilizado para negar a humanidade dos sujeitos negros, numa expressão forte de racismo.

A expressão utilizada por Diana para classificar o comportamento do tio foi “*bullying*”. Geralmente esse termo é utilizado para apontar situações de agressões verbais, físicas e emocionais, feitas de modo corriqueiro. A esse respeito, relembremos algumas falas já apresentadas ao longo do trabalho: “Recebo vítimas de *bullying* todos os dias na minha cadeira” (Lúcia), “Não aguento mais esse cabelo, esse *bullying*!” (Tiago), “Na escola era *bullying* todo dia, era cabelo de bucha pra cá e cabelo de bucha pra lá” (Francisca). “Na primeira oportunidade, eu vou tirar ela dessa escola. [...] Ali não tem um trabalho sério de conscientização sobre *bullying*” (Maíra, mãe de Tânia). “Tenho que passar por essa tortura toda vez, porque na escola fazem *bullying* comigo. Me chamam de monocelha” (Ivina).

Em alguns diálogos com crianças de diferentes classes, ao relatarem passagens de suas vidas em que seus corpos foram alvo de ofensas, ao serem perguntadas como conheceram a expressão “*bullying*”, a maioria relatou que foi na escola. Além das narrativas supracitadas, ouvi muitas outras que evidenciaram a rota intensa da ofensa direcionada às aparências físicas que passa ao largo dos padrões de beleza: a menina obesa, o garoto deficiente, o menino de baixa estatura, a menina de sardas, a/o menina/o de cabelo crespo e pele negra. Também fica na mira das ofensas quem não apresenta um comportamento alinhado à matriz binária de gênero. Há algo em comum entre esses corpos tão diversos que são colocados à margem: a dor do isolamento, do xingamento, as lembranças que evidenciam a dor e o engajamento para pertencer. É bastante prevalente uma dedicação a técnicas corporais como regimes, maquiagens, serviços capilares e os demais supracitados para que o resultado possa produzir um corpo cuja recompensa seja o pertencimento ou alguma afeição.

Bandeira (2009), Cantine, (2004), Lisboa (2005), Medeiros, (2012), Bazzo (2017) dedicaram-se ao estudo da categoria *bullying*. Conforme esses autores e autoras, essa expressão foi cunhada pelo sueco Dan Olweus após o Massacre de Columbine, em 1999, nos Estados Unidos. Tiranizar, ameaçar, amedrontar, oprimir são alguns dos sentidos atribuídos ao termo. No Brasil, esse termo se popularizou nos anos 2000, quando algumas questões relacionadas ao respeito à diversidade vieram à tona.

Apesar das particularidades de abordagem dos autores supracitados, eles desnaturalizam a ideia de um debate sobre *bullying* vinculado a atitudes meramente individuais, um debate que se atenha à compreensão desse fenômeno a partir de uma análise unicamente psicológica daqueles indivíduos que praticam o *bullying* e dos que o sofrem. Essa literatura mostra que se trata de fenômeno social, devendo, portanto, ser entendido no exame cuidadoso das relações dos envolvidos, sem jamais perder de vista a análise do contexto social e histórico no qual essas relações se tecem. Afinal, como aventa louro (2003, p. 6), “[o]s corpos são marcados, fortemente, a partir da exterioridade do olhar e do dizer do outro. Os

corpos são nomeados e discriminados conforme se ajustem, ou não, aos ditames e às normas de sua cultura”.

Apoiada nessa literatura e, especialmente, com base na relação dialógica com as crianças com quem interagi, reflito, que, de um lado, a expressão “*bullying*” confere notoriedade às cenas de sofrimento vivenciadas pelas crianças, reúne diálogos, conversas, orientações sobre essas cenas. Por outro lado, atrás dessa categoria genérica, não raramente ficam escamoteadas várias formas de discriminação: o racismo, a homofobia, a gordofobia, a misoginia, o preconceito contra pessoas com deficiência. Com base nessa pesquisa, penso que o *bullying* desvela uma série de desigualdades arraigadas na estrutura do país. Por essa razão, já que essa é uma expressão densamente utilizada em diferentes contextos, é preciso examiná-la detalhadamente, sem generalizações e culpabilizações puras e simples das crianças. Aquiesço ao que diz Bazzo (2017, p. 225), calcada em Elias: “não basta identificar o atributo e condenar o estigma, mas sim questionar em que medida essa associação acusatória conduz à manutenção de um extenso quadro de privilégios – a um só tempo políticos, sociais, econômicos e culturais – de grupos ‘estabelecidos’ em oposição aos ‘outsiders’”

No Brasil, a Lei 13.185/2015 define o *bullying* como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo. É praticado sem motivação evidente por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas”. O artigo 2º dessa lei considera *bullying* quando há “intimidação; humilhação; discriminação; ataques físicos; insultos pessoais; comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; ameaças por quaisquer meios; grafites depreciativos; expressões preconceituosas; isolamento social consciente e premeditado; pilhérias”.

Com base nessa pesquisa, penso que a expressão “sem motivação evidente”, descrita na lei, parece escamotear as desigualdades profundas, a discriminação de corporalidades que, muitas vezes, atravessam as vidas das crianças e acabam suscitando as ações de *bullying*, camuflando o teor político do tema. Nesse horizonte, produz-se um arsenal de estigmas que marcam corpos e subjetividades ou que os deixam diariamente em tensão.

De acordo com a análise de Goffman (1998) sobre o estigma, quando um indivíduo se apresenta numa interação social com algum atributo que o diferencia dos demais integrantes de sua coletividade e esse atributo não corresponde àquilo que sua coletividade acredita ser o ideal, ele deixa de ser considerado “uma pessoa comum e total, passa a ser considerado como pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1988, p. 12). Essa característica que o diferencia é considerada um estigma. O autor demonstra, em seu estudo, que o estigma tem um acentuado efeito de descrédito. Pode ser considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. Ainda conforme Goffman (1998), os indivíduos estigmatizados são tachados com atributos intensamente depreciativos e sofrem diariamente com

discriminações e preconceitos, como se a pessoa fosse portadora de uma anomalia que a impede de “ter a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 7).

O autor também mostra que um indivíduo estigmatizado acredita, em alguns casos, que “lhe seria possível tentar corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito” (GOFFMAN, 1988, p. 15). No curso destas páginas, foi possível vislumbrar o grande esforço de muitas crianças para adequarem seus corpos ao “padrão” e o descontentamento de algumas delas porque, apesar do intenso esforço, não conseguiram o resultado esperado, sonhado, para seus corpos. A relação entre o sujeito que estigmatiza e o estigmatizado jamais é passiva, apesar de a relação de poder estabelecida fragilizar um dos lados.

Os padrões estreitos de beleza que reiteram a estética branca, magra, de cabelo liso e loiro, nutrida com vigor pelos salões, por outros espaços de embelezamento e por parte significativa da indústria estética, dos meios de comunicação de massa e dos fabricantes de brinquedos, acabam ressoando na produção de moralidades, posturas de comportamento e, por vezes, abrindo caminhos para o julgamento das margens, dos outros que não se enquadram nesse padrão, um manancial para o *bullying*.

Há marcas emocionais nesse processo, mas chamo a atenção também para os riscos físicos. Quanto aos serviços abordados nesta seção, considero pertinente mencionar o uso de ceras, cremes depilatórios, lâminas, água oxigenada e afins nas peles das crianças. Dermatologistas alertam para o risco de alergias⁸¹.

Mas, como dialogamos ao longo do close nas partes do corpo, a produção do embelezamento passa por várias tecnologias e técnicas de sujeição que, por sua vez, também suportam ações de emancipação. Aimê, cujas pernas peludas viraram alvo de fofoca no escritório do marido, apresenta à filha pequenininha o movimento do desprincesamento, que não pretende colocar em xeque muito menos cercear o apreço por príncipes e princesas, mas construir outras ideias sobre eles, inclusive numa crítica às concepções rígidas e estreitas de beleza física. Nessa direção, lembremos também da colocação de Diana questionando a postura do seu tio que a chamava de macaca por conta das pernas peludas. “Acho chato! Acho errado! A gente quer perna pra ir tomar sorvete, encontrar as amigas, passear e não pra ficar passando vergonha.”

5.6 O QUE DESVELA O CLOSE?

Finalizando, a jornada do close no corpo, podemos vislumbrar, nos capítulos 3, 4 e 5 por meio das histórias, vivências e perspectivas das crianças em relação a cada serviço, que há

⁸¹ Reportagem que mostra a cautela para uso de água oxigenada e de lâminas em crianças (CROCETTI, 2014).

subjetividades em construção que dialogam com os contextos sociais por elas vivenciados; há uma pedagogia da beleza em atuação. Os serviços voltados para o embelezamento dos cabelos, rostos, mãos e pernas – socialmente situados – constituem um vocabulário de sentimentos, práticas e gestos, diariamente mobilizado nos cotidianos dos salões para uma educação, com teor moral e sentimental das corporalidades.

A pesquisa mostra que a pedagogia da beleza é um guia de atuação (desempenho) a partir do corpo que visa orientar e envolver não apenas as crianças, mas os funcionários dos salões e os familiares sobre as formas de olhar e tratar os corpos. Longe de ser engessada e uniforme, ela é tecida por meio de uma tessitura urdida por fios de discursos e tecnologias produzidos pela indústria de beleza, medicina estética, indústria farmacêutica, espaços da beleza (clínicas estéticas, salões de beleza), setores da mídia, da publicidade, dos processos educativos, que atravessam e se relacionam com os cotidianos de sujeitos de diferentes idades e classes, frisando, do acordar ao dormir, a ideia de que a beleza física é um triunfo, uma potência, uma vitória que se traduz em poder e possibilidade de trânsito e aceitação social.

No centro dessa pedagogia – atuante nas diferentes realidades sociais estudadas – ter uma aparência física bela é crucialmente uma conquista e, antes de tudo, um trabalho minucioso que exige dedicação de tempo a cada ínfima parte do corpo. Um traço que marca muitos dos processos educativos em torno dos gestos que embelezam é a ideia de que as crianças precisam se desenvolver como seres que bastam a si mesmas, que devem controlar-se, que precisam aprender a aperfeiçoar cotidianamente suas belezas e colocar suas aparências físicas no centro de suas preocupações.

São abundantes as cenas e narrativas nos contextos estudados que mostram como atrelado aos ensinamentos para a produção do corpo belo normatizado reverberam efeitos das marcas de um passado colonial, do racismo persistente, do classicismo e da heteronormatividade. Face a isso, vislumbra-se, no correr das vidas de crianças e adultos, gestos, palavras, sentimentos, posicionamentos em movimentos de reiteração., negociação e/ou luta com essas marcas.

É possível afirmar que, apesar das diferenças entre os salões de Brasília não apenas no que diz respeito à infraestrutura, aos materiais, às mercadorias utilizadas e aos públicos distintos do ponto de vista socioeconômico, mas no que diz respeito à forma como as diferenças sociais – geração, classe, raça e gênero – interpelam os sujeitos, a pesquisa mostra crianças, pais e funcionários dialogando, lidando e sendo afetados por uma “beleza normatizada”, não aquela ideia de estética original, capaz de revolucionar o estabelecido, mas a busca da aparência física “considerada normal.” O engajamento de crianças e pais para

alcançá-la consiste, na maioria dos casos, em produzir uma aparência física aceita, um corpo aceito, evitando preconceitos e discriminações.

O fazer da beleza almejada e o esforço hercúleo para alcançá-la intentam fazer com que as crianças não sejam alvos de críticas, discriminações e *bullying*. Nesse cenário, os salões de beleza vendem serviços que prometem o alcance dessa beleza normatizada e para muitas crianças, pais e profissionais desses estabelecimentos, esses espaços são vistos como uma espécie de armadura, um escudo, uma proteção contra o *bullying* que, atualmente, é considerado como uma das violências mais atroztes que a criança pode sofrer, principalmente nas escolas. A pesquisa mostra, no entanto, que os salões também são espaços abertos para experimentações, possibilidades de produção de corporeidades e podem ser palco para a desconstrução de padrões normativos, inclusive agenciada pelas crianças.

TERCEIRA PARTE – OS MUNDOS DAS COISAS DA BELEZA ENTRE SALÕES, LARES E ESCOLAS

6 A BELEZA NAS VOZES DAS CRIANÇAS

E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo têm andado a ensinar? (SARAMAGO, 2001).

Este capítulo nasceu da necessidade de mobilizar com mais vagar o ato da escuta das crianças com quem troquei nos salões, focando em suas narrativas acerca de suas rotinas diárias de produção de suas belezas físicas e às suas vivências nesse processo. Com ganas de pesquisadora “escutadeira”, busquei oportunidades de novos encontros, além daqueles vivenciados nos fluxos dos salões. Sempre que tive abertura por parte das crianças e de seus responsáveis, procurei visitar seus lares, locais de lazer e espaços escolares, o que me possibilitou participar, na medida do possível, de seus cotidianos, observar suas redes de interação e construir uma relação de maior proximidade.

Esses encontros foram guiados pelo mesmo conjunto de questões tratadas até aqui, especialmente pelo desejo de acessar narrativas que oferecessem mais detalhes de suas rotinas de beleza. Também fui movida pelo desejo de perceber como aquelas vivências das crianças nos salões ressoavam em outros espaços de seus cotidianos. Essa riqueza apresentada no movimento da pesquisa fez, portanto, com que parte desses encontros fora dos salões se tornasse potente para enriquecer as discussões gestadas ao longo destas páginas.

Nessa dinâmica, não só revisitamos juntas os assuntos abordados nos salões, como pude acessar outros temas que me foram oferecidos, e que não só gravitavam em torno da temática da pesquisa, como sensivelmente a aprofundavam. Os encontros nos lares possibilitaram observar mais detidamente a relação entre consumo, infância e vida material da beleza e a partir dessa observação, três temáticas emergiram nas narrativas das crianças e serão mobilizadas neste capítulo: as tríades beleza/saúde/magreza e feiura/doença/corpo gordo; a proeminência das telas nas vidas das crianças e seus referenciais de corpo belo; um diálogo sobre a privatização da beleza e a importância da sua politização.

É importante deixar claro que não consegui fazer esse movimento de extrapolar os espaços dos salões na companhia de todas as meninas e meninos que dão vida a esta tese, mas não me furtei sempre que me foi oferecida uma oportunidade. Foram incontáveis os encontros desmarcados por meus interlocutores, outros veementemente negados, outros que ficaram na promessa e aqueles que não se estenderam além de um sorvete, uma volta no parquinho, sem tanto clima para uma conversa mais adensada sobre as questões da pesquisa. A urdidura deste

capítulo, o seu tear, é prenehe, portanto, dos encontros que floresceram, não só na quantidade de tempo de troca, mas na riqueza das narrativas das crianças.

Entre esses inúmeros encontros, elegi cinco crianças, uma de cada salão, para, em sintonia com o objetivo central da tese, acessar suas narrativas e compor este capítulo. A seguir, trarei as narrativas de Taila, Tânia, João, Sandra e Maia. Foram três os critérios para essa difícil escolha: crianças de diferentes classes sociais; a qualidade da interação, rendendo narrativas que agregam aspectos importantes para as discussões da tese; e o acesso aos seus lares. Como os dois primeiros aspectos estão alinhados aos procedimentos metodológicos já explicitados ao longo do texto, esclareço por que, entre tantos espaços partilhados, escolhi os lares⁸².

Evans-Pritchard (2005), há muito, nos chama a atenção para o fato de a casa ser um espaço revelador dos modos como seus habitantes veem o mundo e experimentam a vida. Em sua etnografia sobre a influência mágica e as práticas divinatórias de um povo da África Central denominado Zande, ele relata: “Não tive dificuldade em descobrir o que pensam os Azande sobre a bruxaria, nem em observar o que fazem para combatê-la. Tais ideias e práticas jazem à superfície de sua vida, elas são acessíveis a quem quer que viva com eles em suas casas por algumas semanas” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 33).

As casas de Taila, Tânia, João, Sandra e Maia falam muito sobre elas e ele. A casa é o espaço das suas mil atividades corriqueiras, como as práticas corporais (banhar-se, pentear-se, vestir-se, maquiar-se, perfumar-se); é onde nutrem o corpo e abrigam relações familiares, permeadas de dores, adversidades, alegrias; onde amam e entram em conflitos com os seus; é o espaço que testemunha festas e momentos difíceis, como doenças, brigas, separações; onde guardam seus brinquedos, cosméticos, adornos. Enfim, a casa é repleta de cheiros, sabores, sons, movimentos de vida, que me possibilitaram entrar em contato com cenas e objetos que iluminaram as questões que movem a pesquisa, além de, por vezes, possibilitar uma atmosfera mais favorável para conversar tranquilamente com as crianças.

A moradia, como assinalam Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 204), é “um denunciador fiel e tagarela” da vida de seus habitantes, pois não é necessário que estes digam uma só palavra para que muito possa ser revelado sobre si. Tudo na casa “fala sempre e muito: sua situação na cidade, a arquitetura do imóvel, a disposição das peças, o equipamento de conforto, o estado de manutenção. Indiscreto, o *habitat* confessa sem disfarce o nível de

⁸² Vale mencionar que a escola é um lugar extremamente significativo nas narrativas das crianças. Cheguei a frequentá-las sempre que possível, ainda que fosse observá-las nos fluxos de saída e entrada dos alunos. Contudo a entrada oficial da pesquisa nas escolas exigiria outros trâmites documentais no comitê de ética e, por essa razão, decidi não eleger esses espaços, mas trazê-los nos depoimentos vívidos das crianças.

renda e as ambições sociais de seus ocupantes” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 204). Cada elemento físico do ambiente exprime uma escolha daquelas pessoas. Esses elementos podem comunicar, entre outras coisas: ideias, gostos, valores, crenças, atributos, situação social⁸³. Muito além de comunicar, como discutiremos mais adiante, na trilha de Daniel Miller (2013) e seus estudos da vida material, esses objetos agenciam os sujeitos.

Continuarei dinamizando aqui a ideia de que o espaço privado e o espaço público não são esferas separadas – ao contrário, eles estão em constante relação. Sigo as orientações de Certeau, Giard e Mayol (1996), que ensina: “o público e o privado não são refletidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 43). Procuro estabelecer assim os fios que ligam as narrativas ditas nos salões, nas casas e aquelas que desvelam momentos marcantes nas escolas e em outros espaços de sociabilidade, compreendendo como são reveladoras das histórias das crianças com quem interajo acerca dos processos de produção de seus corpos, belezas e subjetividades. Nesse intento, adentrei seus lares, esses territórios privados que é preciso proteger de olhares indiscretos e tomei como chave as palavras de Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 203):

O convidado deve saber “ficar no seu lugar”, sem atrever-se a circular por todas as dependências da casa; deve saber, abreviar a visita, sob pena de cair na categoria (temível) dos “importunos”, daqueles que devem ser “discretamente lembrados” ou pior ainda, daqueles que devem ser evitados a todo custo” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 203).

Foi justamente esse cuidado que me abriu as portas, permitindo que crianças e familiares concedessem anuência para circular nas dependências e demorar na visita. Em cada visita, levei comigo as palavras de Hartmann (2021, p. 163): “A qualquer hora do dia, quando os adultos fazem silêncio e se dispõem a escutar, a imaginação das crianças pode voar e elas podem compartilhar suas histórias”.

Nesse exercício de escuta, procurando o aprofundamento do recorte que escolhi desde o início da pesquisa, compartilho que o método de narrativas biográficas, nos termos de Kofes (2004), foi sustentação para as análises apresentadas a seguir. Antes de esclarecer o

⁸³Além dos trabalhos de Evans-Pritchard, Certeau, Giard e Mayol, há outros que mostram que a forma como o espaço, essa invenção social, está organizado diz a respeito das pessoas que nele habitam. O estudo que Bourdieu (1972) realiza na sociedade Cabila ilumina essa reflexão. Outro autor que reflete sobre a habitação como reveladora de seus moradores é Elias (2001). Em *A sociedade de corte*, oferece uma minuciosa investigação sociológica dos espaços físicos da corte. Ele analisa como as formas de construção das habitações do Rei-Sol e dos cortesãos exprimiam os laços de interdependência que uniam, separavam e hierarquizavam os membros da corte.

lugar e a importância do referido método para as reflexões engendradas neste capítulo, considero fundamental me posicionar diante de discursos correntes em nosso contexto social que colocam à prova a *legitimidade* das narrativas biográficas das crianças, argumentando que suas falas são atravessadas de “imaginação”, de “invenção”. Esses discursos apregoam, além disso, que meninas e meninos não viveram “tempo suficiente” para compor relatos dignos de consideração e que, portanto, seria difícil recompor suas narrativas biográficas.

Ora, as dimensões de tempo, criação, imaginação são construídas socialmente e atravessam, de maneiras particulares, não só as narrativas das crianças, mas também as dos adultos. Estes, das mais diversas formas, criam, imaginam e expressam suas próprias representações da realidade e de suas trajetórias, não sendo possível mirar essa dinâmica numa ilusão de retrospectiva finalista, fixa e redutível. Rememorar, contar, narrar são exercícios que, feitos a qualquer idade, como inspira pensar Halbwachs (2004), estão prenhes de ressignificação e do entrelaçamento sincrônico da existência social do presente.

Narrativas são potentes não só no sentido de desvelar as concepções de cada criança sobre si, mas por mostrarem maneiras plurais de viver a infância, fazendo emergir nuances que seriam possivelmente ignoradas em narrativas tecidas por adultos acerca desse tempo social. Como adultos, temos na memória nossas lembranças de infância, mas da infância contemporânea, as crianças de hoje podem falar com propriedade. Movimentar esse entendimento implica uma sintonia com a *Convenção sobre os direitos da criança* (BRASIL, 1990), que garante a todas elas o direito de expressar suas opiniões livremente e, sobretudo, o direito de serem ouvidas sobre suas próprias histórias e os assuntos que lhes dizem respeito.

A fecundidade do método das narrativas biográficas é justamente mostrar como a experiência individual é uma fonte rica para compreender-se o social. As narrativas biográficas são, como orienta Kofes (1994, p. 140), “instrumentos fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade”. Guiada pelas reflexões da autora, mirei as narrativas biográficas das crianças com base em três pilares: a narrativa como uma evocação dos sujeitos; como fonte de acesso ao meio social que nela se reflete; e como resultado da relação entre pesquisados e pesquisadora.

Seguindo esses três pilares, busquei escutar e interpretar as narrativas atentando para as singularidades e subjetividades, compreendendo o fato dessa esfera tão íntima e individual estar em diálogo constante com a dimensão social. O esforço analítico consistiu em, a todo o momento, prestar atenção nos posicionamentos específicos de cada criança em

seus contextos particulares, levando em consideração as relações que se estabelecem com marcadores sociais da diferença (gênero, classe social, raça).

Não ansiei que cada criança recompusesse de forma linear suas vivências em relação aos processos de embelezamento, suas relações com consumo, com a vida material da beleza. As crianças foram selecionando, no desenho dos seus dias, aquilo que as marcam profundamente. Deram ênfase a alguns momentos e objetos, não citaram outros, trouxeram algumas redes de relações e outras não. O que é realmente importante são os sentidos que constroem em relação às lembranças que pontuam em suas narrativas.

Taila, João, Sandra, Tânia e Maia trouxeram narrativas sobre suas vivências nos salões, nas festas de aniversário, no cotidiano escolar, nas brincadeiras etc. Em nosso diálogo, busquei delimitar o fluxo de lembrança aos objetivos da tese. De acordo com Bertaux (2005), “Essa intenção manifestada, compreendida, aceita, finalmente, fica interiorizada pelo sujeito sob a forma de um filtro implícito através do qual seleciona, no universo semântico da totalidade de suas experiências, o que será capaz de responder às expectativas do pesquisador” (BERTAUX, 2005, p. 50, tradução nossa).

Considereei que, em diferentes momentos de sua trajetória, as crianças poderiam oferecer múltiplas interpretações sobre as temáticas em pauta. Aqui aludo a Bourdieu (2005) quando orienta que não devemos olhar a vida das pessoas com quem trocamos em pesquisa como algo acabado, como um conjunto de vivências organizado e coerente; e, sim, como algo que se faz incessantemente. Face à experiência de gestar a memória e das decisões de narrar das crianças, jamais tive a pretensão de chegar a uma verdade totalizante, um aprisionamento de fatos cronológicos e uma conclusão definitiva sobre as relações de meninas/os com a produção de suas belezas.

Como venho procedendo desde o início, metodologicamente no exercício de trabalhar com as narrativas das crianças, as vozes de adultos também virão à tona e não aparecerão para legitimação ou deslegitimação do que as crianças falam, mas como uma composição, que ora se afina, ora se choca, ora se complementa.

A estratégia para apresentação das cinco narrativas passa por um conjunto de descrições de cenas que ocorreram desde as negociações e gestos travados para acessar os lares das cinco crianças, uma breve descrição de suas moradas, os diálogos nascentes nesses encontros. A dinâmica desses encontros, com suas cenas e objetos, desvelam chaves centrais acerca das temáticas postas a seguir. À medida que esses encontros vão se delineando, as crianças vão trazendo suas memórias e compondo suas narrativas biográficas aqui trabalhadas como as descrições sobre momentos de suas rotinas que trazem à tona suas relações com suas imagens corporais. Cabe dizer que as narrativas dessas cinco crianças não falam somente sobre elas, mas inspiram a refletir sobre as realidades de tantas outras crianças com quem

troquei em pesquisa⁸⁴. As narrativas foram gravadas e/ou anotadas em diário de campo. Depois de serem compostas, voltaram para as mãos dos protagonistas desta pesquisa e de seus familiares. A seguir apresento suas narrativas e os autorretratos acompanhados das auto descrições feitas pelas crianças.

6.1 VOZES DA BELEZA

a) Maia



Figura 55 – Autorretrato de maia “Tô usando minha base nova e o Lookinho de ir ao shopping”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Duas voltas ao redor do sol se fizeram desde que conheci Maia. Depois de tantos encontros esporádicos no salão Escova Mágica, seria a primeira vez em sua casa, um espaçoso, amplo e arejado apartamento na Asa Norte. Os cabelos continuavam longos, lisos e com franja alongada, como a conheci. Os olhos castanhos pareciam ainda mais expressivos. Em uma de nossas primeiras trocas, contou-me sobre a peleja com as sardas. Detalhou sua *expertise* com as maquiagens “para disfarçá-las”, já que não estava em suas mãos habilidosas o que de fato queria: apagá-las de vez. Sim, era o que queria e é o que imagina que vai acontecer com a passagem do tempo. Nas palavras dela: “Quando eu for grande, quero fazer uma plástica pra tirar uma por uma! Ainda não posso porque sou pequena”. Em nossa

⁸⁴ Vários autores das ciências sociais vêm mostrando que empreender uma reflexão sobre o indivíduo e o curso de sua vida oferece uma chave para a compreensão dessa realidade plural, multifacetada que é a sociedade. Assim procedeu metodologicamente Norbert Elias (1995), que, ao contar a trajetória de Mozart, revelando seus desejos, lutas e particularidades, também conta a história da sociedade em que esse músico viveu. Goldenberg (2004) também o fez ao estudar a trajetória de Leila Diniz, considerada um “ícone de uma geração”, refletindo sobre uma série de transformações na conduta feminina que estavam ocorrendo no Brasil na década de 1960, principalmente ligadas a sexualidade, conjugalidade e maternidade. Como Christiano Tambascia (2010) acerca do desenvolvimento da obra douglasiana, especialmente de seu período africanista, para sugerir algumas reflexões que serviram de alicerce para posteriores questionamentos aos modelos universalistas coloniais. É importante mencionar que são diversas as terminologias utilizadas para designar o referido tipo de perspectiva metodológica, entre elas: narrativas biográficas (KOFES, 2001), história de vida (PEREIRA DE QUEIROZ, 1983), relatos de vida (BERTAUX, 2005), trajetória (DAVIS, 1997), Trajetória intelectual (TAMBASCIA, 2010).

conversa, ficou claro que a vontade que Maia nutre de livrar-se das sardas permanece forte depois desses dois anos e se assemelha em intensidade ao desejo de livrar-se dos quilos que julga a mais. Respirando fundo, apertando e encolhendo a barriga revelou-me: “Quando eu for grande faço logo uma lipo. Minha mãe já fez três vezes, sabia? Ela não gosta muito que eu fale isso pras pessoas”.

Maia tem 10 anos. É uma criança branca. Estudante de escola particular, mora com os pais advogados e o irmão mais velho, estudante do ensino médio. A menina tem um quarto para chamar de seu, com direito a renovar a decoração sempre que lhe desperta a vontade. Papel de parede floral, escrivaninha, guarda-roupa projetado com espelho de ponta a ponta, penteadeira, computador, televisão e fatura de brinquedos (bonecas Barbie com os cabelos já gastos, pelúcias com pelos ouriçados, jogos e mais jogos em caixas).

Bonecas, ursos e jogos, pelo menos naquela tarde, ganharam ares de coadjuvantes na atenção de Maia. No palco, disputando o papel de protagonista, estavam o celular, os acessórios e as maquiagens. “Acessório e maquiagem são os amores da minha vida! Adoro, amo, adoro, amo! Não vivo sem! Olha que coisa mais fofinha!”, disse-me, pinçando de um porta-joias uma pulseira dourada com pequenos corações. Enquanto conversava comigo, em uma fração de segundos, pegou a pulseira e improvisou uma vitrine, colocando o delicado acessório sobre a tampa de um porta-joias verde. Em seguida, fotografou com o celular e encaminhou a imagem para o grupo de WhatsApp “das amigas da escola”, acompanhada da seguinte frase com *emojis* risonhos: “Morram de inveja!”. Em pouco tempo recebeu e, com ar orgulhoso, fez questão de me mostrar, as respostas com *emojis* de olhos apaixonados, além dos elogios à peça. Ficou evidente que possuir os acessórios e mostrá-los fazem parte de uma felicidade em que essas duas coisas se complementam. Ali no seu quarto, no solo de sua intimidade, sentadas num tapete macio, fui solenemente apresentada ao seu estoque de pulseiras, anéis, relógios, tiaras e às respectivas histórias: quando ganhou, comprou, usou, combina com o quê. “Esse ainda não postei no Insta [*Instagram*]... Vai ser só *like*, sucesso, e as ‘zamigas’ querendo imitar!”, disse-me, exibindo o colar com pingente em formato de pônei.

Na dança dos ponteiros daquela tarde, ficou evidente que Maia dedica energia não só para comprar os acessórios e organizá-los, mas também para pensar minuciosamente como se produzir com eles. Os acessórios a acompanham aonde quer que vá: escola, salão, momentos de lazer, passeios embaixo do bloco, no clube etc.: “Acordo mais cedo e ainda me atraso porque fico na dúvida do que vou usar. Sem acessório não saio nem de casa”.

As lojas de acessórios, inclusive, formam o mapa dos lugares percorridos quando Maia faz um de seus habituais passeios: ir ao shopping. A programação de algumas tardes de sábado costuma ser a seguinte: vai ao salão com a mãe e depois é deixada na porta de um

sofisticado shopping no qual encontrará as amigas da escola: “A gente passeia, conversa, assiste filme, lancha, olha as novis [novidades]. É muito legal!”.

Contando-me sobre suas recorrentes idas ao shopping, revela: “Com minha mãe, eu só gosto de ir no ‘dia do sim’”. Ela explica: “Quando eu passo a semana sem comer doce, sorvete, biscoito, coxinha, me comportando bem, quando tiro notas boas em matemática, que eu odeio, tenho direito ao ‘dia do sim’. Aí, a minha mãe vai no shopping comigo e não pode dizer não para o que eu quero”. “Ela diz sim para tudo?” “Quase tudo! Não pode ser caro demais, não pode ser comida, mas pode ser na loja que eu quero, e eu sempre escolho sabe o quê? Adivinha?!” Respondo sem pestanejar: “Maquiagem e acessório!”. Eu não podia errar nem demorar na resposta, era uma prova de que estava atenta ao que ela me dizia. Com ar professoral, confirmou: “Isso mesmo!”.

Uma das razões de Maia apreciar ir com sua mãe ao shopping somente no ‘dia do sim’ é o fato dos mapas dos desejos das duas possuírem itinerários diferentes nos quilômetros percorridos entre as vitrines. Sua mãe aprecia lojas de roupas. Já para Maia, o itinerário da mãe significa enfrentar um duro teste. “É tenso! Minha mãe só pensa em emagrecer e quer que eu seja magra, e quando a gente entra na loja pra comprar roupa, ela fica nervosa.” “Nervosa, Maia? Como assim?” A resposta vem em tom contrariado: “Ah, roupas pra menina da minha idade ficam apertadas. As que ela acha bonitas nunca dão certo, as que eu acho bonitas ficam pequenas. A vendedora vai logo dizendo que não tem pro meu tamanho, e ela [a mãe] fica com ódio da vendedora e desconta em quem? Em mim!”.

As palavras e o olhar esfuziantes de Maia ao falar dos acessórios esmaecem ao narrar suas idas às lojas de roupa. Em conversa com a mãe, Laura, esta me contou que é “cricri” (exigente, chata) com a alimentação da menina e revela se preocupar intensamente com a forma física da filha, tecendo uma comparação entre as infâncias das duas e suas vivências com a estética corporal:

A nossa família sempre foi gordinha. Minha mãe era gorda, minhas irmãs, as tias... E eu fui muito feia, imensa, na minha infância e na adolescência. A gente já sofreu muito por causa disso, todas com a autoestima no buraco. Só depois de adulta e de muita dieta, lipo, exercício, fiquei assim. Mas, pelo meu gosto, emagrecia mais, tipo Marqueline. Minhas irmãs são imensas até hoje. Porque, você sabe, a gente leva uma vida pra perder peso e meio minuto pra ganhar, não é assim? Eu me disciplino e seguro a Maia. A gente tem essa tendência [de engordar]. É uma genética que não ajuda. Quando bate aquela vontade de comer doce coloco logo uma foto minha bem gorda na porta da geladeira para não cair em tentação. [...] Olha, coloca aí na sua entrevista que não é que eu sou chata, carrasca com a Maia, é que, sinceramente, eu não desejo pra ela a infância e muito menos a mocidade que eu tive. [...] Mas a Maia é uma criança gulosinha e preguiçosa pra exercício físico. Por isso que ela tem que acordar enquanto é nova, entende? Enquanto tem jeito ainda. Depende muito dela, sabe? [...] Na minha época minha família tinha grana, mas não tinha informação pra me orientar. Ela

tem! Está tudo à disposição da Maia: nutricionista, aula de dança, natação, boa alimentação, terapia, só depende dela. [...] Tem dias que ela anda na linha e tem outros que ela diz que é melhor ser feliz que ser magra. Deixa ela ficar mocinha pra ver se ela vai dizer isso, quando for arrumar um namoradinho. Eu prefiro ser essa mãe mais exigente do que ser aquela mãe que fala: “Você tá desgovernada, se vira sozinha, fica gorda se quiser”, como eu tenho uma amiga que faz. Ela disse que já desistiu da filha. Eu cuido da saúde da Maia. Ela é tudo pra mim.

Perguntei se o pai ajudava nessa dinâmica de cuidados: “Não tem tempo pra isso, vive viajando. Ele só agrada, é o bonzinho da história, mas se ela engorda mais um pouquinho ele chama a minha atenção e não a dela”.

Assim, Laura se engaja firmemente na tarefa de olhar e cuidar das medidas da filha. Há balanças distribuídas pela casa, uma em cada quarto, estrategicamente próximas aos espelhos, para escrutinar diariamente os resultados da dieta. Laura ensina a ler os rótulos dos alimentos e a contar calorias. Algo emblemático nesse ensinamento é um gesto que vi as duas partilharem inúmeras vezes, uma espécie de código. Sem que uma palavra precise ser dita, juntam o dedo polegar e o indicador em forma de pinça e passam nos lábios da esquerda para a direita, simulando um movimento de zíper, depois um movimento da direita para a esquerda, simulando uma costura nos lábios e por último um gesto que lembra o fechamento do cadeado e o arremesso da chave.

Maia contou que desde pequeninha as duas compartilham esse gesto e explicou-me seu significado: “Não abrir a boca, não comer besteira, não furar a dieta ou comer só um pouquinhozinho”. Lembro-me da primeira vez em que testemunhei esse código: a funcionária do Escova Mágica ofereceu a Maia o pirulito depois do atendimento. O gesto é repetido recorrentemente, sobretudo quando Maia vai a momentos de sociabilidade que têm mesas fartas, como festas de aniversário, reuniões nas casas dos parentes, shopping com as amigas etc.

Conforme a recomendação da nutricionista, o único dia permitido para Maia e Laura se deliciarem com guloseimas é o domingo. Explicou-me a menina: “É o ‘dia do lixo’!” “Lixo?” “É quando a gente pode comer doces, salgadinho, sorvete. Mas não pode ser tudo, tem que escolher.” Perguntei se a escolha era difícil. “Ai, é um sofrimento! Mas fico ou com sorvete ou com cheesecake, que eu amo, adoro. Dá pra roubar um pouquinho do doce que a minha mãe escolhe, ela ama torta de chocolate.” Embora as regras em relação aos exercícios e dietas que integram o cotidiano de mãe e filha sejam por vezes foco de atritos e embates entre as duas, especialmente quando Maia se mostra pouco engajada nessas dinâmicas, há rituais partilhados que são elos de proximidade e carinho nessa rotina de cuidados com a beleza, como a ida ao salão, a partilha dos doces, os tratos com a pele e o cabelo.

Em nossas conversas acerca da rotina da alimentação, perguntei se Maia só se delicia com o que mais gosta realmente no domingo. Sorrindo, com uma alegria teimosa, e em tom de segredo, disse-me: “Nem sempre! Eu choro nos pés da Maria [trabalhadora doméstica] pra ela me dar uns biscoitinhos e uns chocolatinhos do papai.” Revelou também outra estratégia para burlar as ordens de sua mãe no que concerne aos regimes: “A gente faz piquenique na escola, a gente troca os lanches. É muito legal! Cada uma leva uma coisa e troca. A gente faz maquiagem, eu levo os acessórios, empresto, troco por doce.” “E quando você troca e come os doces, o que você sente?” “Fico feliz na hora e depois vem a culpa.” “Culpa?” “Sim, de engordar, né!”.

Maia intitula-se – e, segundo me disse, é também reconhecida como – “a maquiadora oficial do grupo” de amigas da escola. Aquela que não apenas detém conhecimentos apurados sobre pincéis, sombras, bases, como possui um conjunto de acessórios e uma habilidade para combiná-los que despertam suspiros em suas amigas. Algumas passagens que revelam isso: “A Lídia, minha melhor amiga, diz que eu faço *make* igual à da Boca Rosa [blogueira prestigiada no ramo da maquiagem]. Elas amam quando eu dou diquinhas de como combinar os *looks*”. Para aprimorar suas habilidades conta que diariamente assiste a tutoriais de maquiagem e moda protagonizados também por blogueiras pré-adolescentes como a Manoela Antelo.

Algo que emerge com força na narrativa de Maia é o fato do brilho dos acessórios e das maquiagens representar para ela moedas douradas de troca, pois, além da possibilidade de comer o que gosta, reluz a possibilidade de ser admirada pelas colegas. Apesar de desconhecer os terrenos de afetos que Maia e as amigas de colégio pintam juntas, percebo que ecoa na fala de Maia a alegria do acolhimento nesse grupo. O reconhecimento das amigas nas redes sociais parece confirmar isso.

As falas de Maia, no entanto, desvelam que, na escola, não há somente a doçura dos piqueniques e dos escambos de acessórios por bombons. Há dissabores. Contou-me de situações amargas e embaraçosas nas quais foi publicamente exposta com ofensas a sua aparência física. “Tem o chato do Renan. [...] Ele me odeia! [...] Me chama de bolota, rolha de poço, baleia enferrujada, gorducha sardenta [...]. Minha mãe já falou com a mãe dele. Ele se acalma um pouco e depois piora de novo. É sem noção!” Maia conta-me as ações de Renan que tanto a magoaram: “Um dia a professora tava organizando a festinha dos aniversariantes do mês e ele disse que era melhor não me convidar porque senão eu ia comer tudo. Na hora todo mundo riu. Fiquei passada de vergonha! Eu não chorei na frente dele, chorei quando cheguei em casa. Chorei de ódio. No dia da festa nem comi nada, fiquei mega sem graça”.

Maia continuou narrando as agruras por que passou com as ações de Renan: “Na aula de educação física, a gente tava jogando futebol, meninas contra meninos, e ele disse que

iam me chutar porque iam me confundir com a bola. Ele faz *bullying* comigo.” “Como você entende o *bullying*, Maia?” “É isso, você fazer a pessoa sofrer, passar vergonha na frente de todo mundo. Ninguém no planeta Terra merece passar por isso”.

Ainda falando sobre o cotidiano na escola, revelou que, além do tratamento de Renan e de sua dificuldade com as aulas de matemática, há outro alvo de “chateação”: as aulas de balé. Não que Maia não aprecie dançar, ao contrário, nas palavras dela: “Eu adoro, amo, adoro, amo dançar!”. Eu mesma fui testemunha de sua performance de Larissa Manoela e Beyoncé diante do largo espelho de seu quarto. Contudo a disciplina, as repetições, as exigências e, especialmente, as comparações e disputas endógenas entre as companheiras de balé fazem Maia se sentir confinada, entediada e pouco prestigiada nessa atividade:

Muito chato! A hora da aula não passa nunca, é a mesma coisa todas as vezes. Repte, repete, repete. [...] Nunca fui escolhida pra dançar na frente nas apresentações. Tem uma menina lá que toda vida dança na frente, a Maira. Ela é zero defeito, magra, parece uma modelo, olho claro, cabelo loiro, grande. Parece a Marina Ruy Barbosa, mas loira. Mas ela só quer ser a melhor que todo mundo. Ela e as melhores amigas dela. Uma quer ser mais bonita que a outra. Não é todo mundo unido como a profe diz que é pra ser.

“Se você acha tudo isso, por que continua as aulas?”, questiono. “Sou obrigada a escolher natação ou balé. A nutricionista obriga a gente a fazer exercício físico. Da natação, eu tenho preguiça de molhar o meu cabelo. O cloro acaba o cabelo, sabia? Odeio ficar de maiô.” “Por que, querida?” “Porque sim.”

Nessa passada, Maia vai se movendo como pode. Se, no seu olhar, as aulas de balé restringem, ela inventa em seu quarto outras coreografias possíveis para se expandir em liberdade e alegria, coreografia em que voa quem tem peso. Se as palavras cortantes de Renan a fazem ter vontade de não voltar para a escola, abrir porta-joias e estojos de maquiagem contribui para ela continuar lá, experimentando os olhos de admiração de suas amigas. Se as lojas de roupa são martírio, nas de acessório e maquiagem, sente-se feliz e confere histórias aos objetos. E os objetos conferem história a Maia. Se, em alguns momentos, se aconchega nos rituais de beleza partilhados com a mãe, em outros momentos se insurge, pedindo biscoitos a Maria, fazendo escambo de acessórios por doces, fingindo que está doente para não ir ao balé enquanto dança Beyoncé no espelho, sustentando o desafiador “prefiro ser feliz que ser magra”. Entre um passo e outro, ela segue a mover-se na dança da vida, sendo a beleza física a flor e o espinho nos seus olhos.

b) Taila



Figura 56 – Autorretrato de Taila: “Aqui é na hora do treino”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Nas vivências da pesquisa, ficou marcada nas dobras da memória a cena de Taila e todo seu ímpeto, aos 11 anos, ao recusar depilar as pernas. A menina resistiu aos apelos de Livia (sua mãe) e Deyse, que explicaram, por “a” mais “b”, as desvantagens de ser “uma moça peluda”. “Eu não acho lógico, dói!”, refutava com tom incisivo. É importante para apresentar a narrativa de Taila contar o caminho até reencontrá-la e visitar o seu lar. O trajeto revela desafios diários por ela enfrentados que gravitam em torno dos assuntos do embelezamento físico.

Livia, assim como Deyse, é vendedora de cosméticos. Por essa razão e por laço de amizade, frequenta recorrentemente o salão. Algumas vezes para pedir emprestado algum produto que falta em seu estoque, no intuito de atender a encomenda de uma ou outra cliente. As duas se apoiam, são parceiras nos negócios da beleza. Ao reencontrar Livia no Salão da Deyse, perguntei se eu poderia combinar uma data para visitar Taila em sua casa, para retomarmos “a conversa sobre o trabalho da faculdade sobre produção da beleza e infância”.

Livia respondeu ao meu pedido da seguinte forma:

Ih, minha filha! Beleza com aquela ali tá difícil, viu? Nunca vi tão desleixada. Né não, Deyse? Diz aí pra ela! Você não viu naquele dia?! A menina é osso duro de roer! Não liga pra nada!”. Com o tom queixoso, continuou a reclamar da filha: “A gente quer dar uma ajeitada nela e ela não quer de jeito nenhum! De dois anos pra cá se revoltou de vez. Nenhuma roupa que a gente dá ela se agrada... Eu já disse que não compro mais! A gente quer dar um jeito nela, botar um brinco, um batonzinho, pintar uma unha que seja, e a menina nada! É carne de pescoço!”.

Deixando-me de lado e ignorando o pedido, Livia continuou a conversa a respeito de Taila com Deyse: “Ah, Deyse, vê se fala com aquela cabecinha dura pra ajeitar aquela moita [cabelo]. Agora deu pra nascer um monte de cabelinho novo, tudo encruiquilhadinho aqui na testa”. Deyse falou: “É a adolescência chegando, Livia! Tá ficando mocinha, o cabelo vai mudando, o fio vai ficando mais grosso. Mas mande! A gente pode hidratar, fazer uma

progressivinha de leve”. Diante da sugestão de Deyse, Livia decretou: “Vou ver se arrasto pra cá. É só dizer que vou dar dinheiro pra ir na *lan house* que vem correndo”.

Ansiosa, desejando agarrar a chance de rever Taila, insisti no pedido, intrometendo-me mais uma vez na conversa: “Posso, Livia, ligar pro seu celular pra falar com ela?”. Ela retrucou em tom impaciente: “Deixa de frescura, menina! É só chegar! Na casa de rico é que a gente avisa quando tem que chegar. Avisar pra chegar... É cada uma!”.

Livia concedeu-me seu telefone e seu endereço, mas não sem uma condição: “Pode chegar, mas vê se coloca um juízo naquela cabecinha dura pra ver se ela usa pelo menos um brinco”. Respondi de pronto que não podia dar conselhos. O meu desejo era apenas ouvir o que Taila acha do assunto e precisava saber se ela gostaria de me receber, porque só faria sentido se fosse com o consentimento dela. Livia rebateu meu comentário: “Querer de criança é agonia, moça!”.

Telefonei para o celular de Livia e pedi para falar com Taila assim que pude. Ela, que havia sido acolhedora em nosso último encontro, me tratou com frieza. Um longo silêncio se fez do outro lado da linha quando tentei explicar como era precioso para mim revê-la. Disse-me exatamente quatro palavras ao longo da ligação: “alô”, “uhum”, “tá” e “tchau”. Insisti em ir à sua casa mesmo diante do frio da ligação, apostando na sintonia que tivemos no primeiro dia de conversa no salão, mas, precavida, não deixei de me cercar de trunfos. Levei sorvete, cobertura de chocolate e tato, muito tato.

Na porta da sua casa no Sol Nascente, uma placa branca com letreiro preto: “Vende-se dim-dim, cocada e bolo por encomenda”. Essa é outra lida de Livia, além da venda de cosméticos, trabalho que realiza em conjunto com Amanda, 35 anos, sua filha mais velha. São as duas e o filho Sérgio, 28 anos, caixa de supermercado, que somam os esforços na manutenção do lar, desde que o pai de Taila partiu para viver com outra família. Taila colabora nessa engrenagem do sustento: vende dim-dins (sorvete de saquinho), deixa as encomendas nas casas das clientes, coloca sua energia nas tarefas domésticas.

Adentrando a casa, miro na sala um sofá de dois lugares, com tecido rasgado no braço que a manta florida não conseguia disfarçar. Em frente ao sofá, um aparador de MDF com uma televisão, jarrinho de flores artificiais, fotografia da família no porta-retratos e lembrancinhas de aniversários, chás de bebê, batizados, registros de tantos abraços em festas. Encostadas na outra parede, duas mesas brancas de plástico com cosméticos, maquiagens, perfumes: local em que Livia costuma atender suas clientes. Um pequeno corredor separa dois quartos. Neles as cortinas fazem as vezes de portas. Na sequência, um banheiro. Um pouco mais adiante, a cozinha e uma pequena área de serviço a céu aberto. Ao chegar, fui conduzida por Livia à cozinha, o que me animou, porque naquele território da cidade, é na mesa da cozinha que os encontros com as pessoas estimadas costumam acontecer.

Taila arrastou a cadeira, sentou e apoiou o rosto sobre os punhos fechados, firmando os cotovelos na toalha de plástico com desenhos de galinhas-d'angola. Interpretei o gesto como uma impaciência, como quem diz: vamos acabar logo com isso! Relaxou quando perguntei se podíamos conversar tomando o sorvete. Livia prontamente nos deu xícaras marrons e duas colheres de sopa com cabo laranja. Chamou a atenção de Taila: “Não é pra comer demais, pra não dar dor de barriga”. Mais uma vez criticou a filha: “Isso come, viu! Tem um mendigo na barriga. É magra de ruim! É a sorte dela, tem que agradecer a Deus porque tem esse calibre, podia ser uma balofa!”. Ao perguntar se Livia gostaria de tomar sorvete, recebo de volta a queixa: “Quer me matar, minha filha? Minha diabete tá nas alturas”.

Livia não quis sorvete, mas também não quis sair de perto. Ficou por ali, limpando com pano de prato os móveis que já pareciam limpos. Preenchendo tudo com a sua presença, permaneceu atenta e reativa ao que Taila e eu conversávamos. Quando tentei adentrar os assuntos da pesquisa, Livia me cortou e disse em tom de recomendação para a filha: “Vê se aprende com ela a usar pelo um menos um brinco, né”.

Nesse sentido, fui precavida, pois, ao saber das intenções de Livia de que eu virasse “conselheira de embelezamento” e ao intuir que Taila não é afeita aos acessórios, fiz questão de ir sem nenhum e sem maquiagem, justamente para evitar comparações. E foi assim que respondi ao apelo de Livia: “Eita! Sempre esqueço de usar os meus. Eu não uso muito...” Diante da resposta, Taila finalmente sorriu com cumplicidade. O sorvete nos fez companhia e, entre uma colherada e outra, pedi que ela me falasse um pouco de sua rotina. Quis saber, por exemplo, os detalhes de como ela se arruma para sair. Reagindo como se eu tivesse feito a mais idiota das perguntas falou:

Ah, normal. Tomo banho, prendo o cabelo, coloco a roupa, o tênis e saio”. “Usa algum acessório, tem algum tipo de cuidado no cabelo?” A resposta foi lacônica e impaciente: “Não, não!”. “Como é seu dia?” “De manhã eu vou pra escola. Aí, depois da escola, quando chego, almoço e ajudo aqui [tarefas domésticas]. Quando ela [Livia] pede, deixo as mercadorias [cosméticos das clientes]. Quando a Amanda não tá, atendo o povo. Assisto tevê, faço o dever de casa, normal. Faço a minha parte, e vazo [sai de casa]!”

Desejando entender o destino de Taila, perguntei: “Vaza pra onde?”. Antes que ela me concedesse o mapa do seu itinerário, Livia interrompeu mais uma vez: “Ajuda mais ou menos, né, Taila?! Bem, bem, bem por cima! Faz as coisas apressadas, querendo ganhar o mundo!”. Taila entorta a boca e revira os olhos, em sinal de descontentamento com as sucessivas chamadas de atenção da mãe. Tento acolhê-la com o olhar. Dou um suspiro um tanto alto, quase como um apelo de privacidade. Livia se afasta. Não tanto que não dê para ouvir sua passada forte. Retomei a conversa lembrando o dia em que nos conhecemos, aquele em que Taila recusou a depilação. Num tom mais baixo, provavelmente para Livia não escutar, ela disse: “Véi, minha mãe pega muito no meu pé! Ela e a Amanda querem que eu

seja a boneca delas. Querem testar as coisas na minha cara, nos meus cabelos.! Não me deixam nem espremer as minhas espinhas da minha própria cara, véi. Eu não tenho o menor saco.” “Testar o quê?” “As paradas que a gente vende: maquiagem, produto pra cabelo, creme pra mão, pra pé, pro olho.” “Desde quando testam?” “Desde que eu era uma pivete. Ficava quieta, né, porque elas mandavam mais em mim, e agora eu me mando mais, né? [...] Minha mãe fica puta porque eu não gosto. Mas eu não sou obrigada. Ninguém é obrigado a nada.”

Em nosso diálogo compreendi que, para Taila, não é apenas a oferta constante e, em seu ponto de vista, impositiva de cosméticos que a confronta. Isso também ocorre com as roupas: “Véi! As roupas que elas comprem pra mim... Ninguém merece!”. Ela coloca as duas mãos no rosto e balança a cabeça em sinal de reprovação. “Como são as roupas?” “Ah, vestido, saia, bagulho brilhoso, cheio de fita. Tem uns dois, no máximo três, que eu uso, mas a maioria acho sem condições. Digo pra não comprar, aí ela compra e eu não uso, aí ela fica puta. Se ela sabe que eu não vou usar, por que compra, pelo amor de Deus?”

Babados, brilhos e flores, tão presentes nos vestidos e saias alinhados que Amanda e Livia ofertam para Taila, descansam na sua parte do guarda-roupa (ela divide o móvel com a mãe). Ao contrário, short, camisa e tênis não têm um dia sequer de paz. As cores esmaecidas dos mesmos denunciam isso: “É o que eu mais curto usar”. Taila repete as roupas porque Livia se recusa a ficar comprando aquelas que agradam à filha, pois, em sua opinião, isso “não é roupa pra ela”. Vale dizer que, não sem alguma querela com o irmão, Taila costuma se refugiar no guarda-roupa dele usando uma ou outra camisa, quando as suas preferidas estão sujas.

Há, no entanto, uma peça no vestuário com a qual ela se empolga ao falar: “Amo tênis. Acho lindo! Prefiro ganhar tênis que roupa. Meu sonho é ter vários.” “Quantos?” “Um quarto lotado [risos].” “Posso perguntar quantos você tem?” “Três. Um que tá detonado, outro apertado, e um que é legal. Mas meu irmão vai me dar um no meu aniversário. Prometeu, né.”

Ao tocar no assunto do aniversário, já ansiando por um convite, quis saber a data e se teria festa. Sua resposta não demonstrou o entusiasmo recorrente que as crianças com quem interagi na pesquisa manifestam sobre a ocasião. Taila revelou que os presentes que ganhará dos convidados certamente serão uma fonte de conflito entre ela e sua mãe: “Minha mãe faz um bolinho aí, porque o povo prova a comida e depois ela fica lotada de encomenda”. “Pelo jeito, você não tá muito animada com a festa.” “Mais ou menos. Sei que eu vou ganhar vários presentes que eu não uso, e aí elas [mãe e irmã] ficam me enchendo o saco pra usar. Me chamam de mal agradecida.” “O que você vai ganhar?” “O de sempre: roupa, bijuteria essas coisas.” “O que você gostaria?” “Computador e tênis.”

Para acessar a internet, Taila conta com a *lan house*. Isso não é coisa fácil, já que precisa convencer sua mãe, Amanda ou o irmão a lhe darem “um trocado pra pesquisar pras

tarefas da escola”. Tentei conhecer seus interesses na internet. Mencionou uma série que passa em canal pago, mas ela consegue ver episódios no *YouTube*, “Diários de um Vampiro”, *youtubers gamers* e um programa esportivo chamado “Jogo Aberto”, que passa na hora do colégio e ela assiste depois. Gosta especialmente da comentarista esportiva Renata Fan⁸⁵.

Ainda sobre os tênis, é significativo dizer que Taila partilha essa admiração com o irmão, de quem fala sempre com muito afeto: “A gente é louco por tênis. Pena que ele tem um pezão. Quando ele vai comprar os dele, peço pra ele me levar. Ele só deixa se eu não ficar pedindo. Vêi, fico babando!”.

A propósito, os tênis de Taila não são em nada economizados. Ela pedala de bicicleta pelo Sol Nascente, joga bola, solta pipa. Na escola, a peleja dos tênis continua nas aulas de educação física, suas preferidas, e nos recreios dedicados a correr e jogar toda sorte de esporte: vôlei, basquete, futebol. Sem enfeites e subterfúgios, Taila contou-me que se destaca em diferentes modalidades esportivas, o que lhe rendeu elogios da professora de educação física, que ela tanto admira: “Um dia quero ser professora de educação física. A minha é perfeita! Me dá a maior força, passa altas dicas. Disse que eu tenho que estudar, escolher um esporte, respeitar o meu jogo, treinar sempre”. Com orgulho, declarou: “Quando a gente joga time misto, sempre me escolhem primeiro”.

Percebi que, se por um lado é no esporte que ela constrói as pontes de suas amizades, por outro, “ser a menina que só se interessa em jogar bola” já lhe rendeu algumas contendas: “Cada turma tinha que fazer uma apresentação de dança ou teatro na semana de artes. A Paula, que só quer ser a ‘Anitta dos pobres’, chamou todas as meninas pra organizar a dança, menos eu. A Giovana perguntou por que ela não ia me convidar. A cobra disse que eu ia estragar a apresentação, que eu era muito feia, parecia um menino”. “O que você fez?”, questionei. “Fiquei na minha, eu não tava a fim de dançar. Acho um saco esse negócio de apresentação! [...] A Paula é ridícula, parece uma árvore de Natal.” “Como assim?” “Só anda pintada, com uns laços, parece uma palhaça.” “Como foi a apresentação? O que achou?” Com ar de quem não queria esticar a conversa, disse-me: “Não fui. Fui só nos dias dos jogos.” “Você faltou?” “Sim”.

Sobre a apresentação, não quis comentar, mas com entusiasmo descreveu os seus parceiros e parceiras de time, seu cotidiano nos esportes. Mostrou-me como um tesouro um troféu de melhor jogadora da copa da escola e uma bolsa da Avon na qual, ao invés de maquiagens, guarda as cinco medalhas que ganhou. “A Livia sabe que você é craque?” “Ela não tá nem aí. Manda eu pegar numa vassoura pra varrer e num livro pra estudar. Ela diz que esse negócio de viver agarrada em bola não dá certo.” “O que você acha disso?” Taila

⁸⁵ Foi a primeira ancora de um programa de esporte na TV aberta do Brasil.

responde altiva: “Qual o problema de menina jogar bola bem? Todo mundo tem que gostar das mesmas coisas?”

Focando nas questões da pesquisa, procurei conhecer mais sobre suas redes de sociabilidade. Taila contou: “Das meninas que mais jogam comigo tem a Giovana, a Amanda e a Liana. A Giovana manda bem no futebol, mas é melhor no vôlei. A Amanda e a Liana, elas jogam médio futebol, tão melhorando. Elas são mais patricinhas.” “Como assim, patricinhas?” “Tipo, vivem lá se maquiando, e são polícia do BV [“boca virgem”, quem jamais beijou na boca]. Elas ficam conversando sobre quem é e quem não é BV.”

A esse respeito, tentando colher confidências, perguntei a Taila se ela também ficava atenta a quem era e quem não era BV. Com cautelosa distância e logo desviando o rumo da conversa, disse-me: “Tô nem aí, não”. Continuou então descrevendo seus amigos de sala. Falou-me de Jonas e Alex, de quem gosta de “sentar perto na hora da aula”.

O esporte, as roupas, os interesses que animam Taila não encontram amparo no olhar de Livia e Amanda. Em uma de nossas conversas, Livia queixou-se:

É difícil ser pobre e criar uma menina diferente desse jeito. Porque tudo que acontece colocam culpa em mim, ainda mais sem pai por perto. Ela é uma menina bonita, tem tudo pra ser linda, ter autoestima, mas se esconde naquele jeitão dela. A Amanda não é assim. Sem nem poder, paga academia. Quer ficar igual às dançarinas de pagode e funk, faz luzes, compra roupa. É vaidosa como eu. Já a Taila faz tudo pra me desafiar. Se eu pedir pra ela escolher o perfume que ela quiser, vai escolher um masculino, só pra me matar de raiva.

Eu quis saber mais dos itinerários de Taila no Sol Nascente, conhecer o terreno de suas brincadeiras, de suas trocas. Entender o que ela faz depois que “vaza”, e por onde andam seus tênis de insurgência. Depois de algumas respostas lacônicas, de olhares fugidios, parei de insistir. Há um bocado de vida que se conta no silêncio. Há o direito de preservar os espaços de jogos, de seus desejos decididos, de troca e, provavelmente, de reconhecimento. Sua energia ao pintar de azul as listras da camisa de futebol em seu autorretrato sinalizam seu ritual: o tênis, o cabelo preso, um sorriso largo com a bola em uma das mãos.

c) Sandra



Figura 57 – Autorretrato Sandra “Eu com meu relógio novo e minha BOTA nova”

Fonte: Acervo da pesquisa.

Quando vi Sandra, 7 anos, descendo da cadeira de corte em formato de trono princesa, em pleno desfile pelo salão A Turma do Cabelo, com a mão na cintura, balançando as madeixas longas e loiras, recebendo caloroso aplauso e aclamações das funcionárias: “Linda!”, “Maravilhosa!”, não intuí que essa chuva de elogios fosse uma cena corriqueira em seu cotidiano. Ao comentar com Paloma, sua mãe, como fiquei impressionada com a desenvoltura do desfile, como Sandra parecia andar sobre as nuvens, tão certa da sua beleza, ela afirmou: “essa aí já aprendeu a andar desfilando”. Paloma contou-me que a beleza de sua filha tem “um imã desde bebê”, atrai a atenção por onde passa: “Onde eu estivesse com ela no colo, eu era parada várias vezes, no parquinho, no supermercado, no shopping.” “O que diziam?” ““Que bebê linda! Que princesa!’ Cansei de ouvir gente pedindo os olhos dela. ‘Me dá esses olhos, eu quero esses olhos azuis para mim!’ Até hoje é assim. Ela chama atenção!’ Perguntei se Paloma apreciava essa comoção.

Eu até provoco. Sempre vesti como uma boneca: laço, pulseirinha, meinha, mas nunca foi à força. Nunca foi aquela bebê de se recusar a usar laço, sapato. [...] Uma verdadeira princesa desde o berçário! Até hoje é assim: o laço que combina com o vestido, que combina com a pulseira, que combina com o sapato. Eu comecei, e hoje ela que me põe louca se arrumando: troca três, quatro, cinco vezes de roupa antes de sair.

Contou-me que é comum as mães das coleguinhas telefonarem para saber onde ela comprou tal roupa, tal laço, tal sapato, porque as filhas querem um igual.

A cabeleireira Maria, que fez o primeiro corte de Sandra, teceu uma generosa mediação entre mim e as duas. Disse-me que a menina é uma de suas clientes “mais vaidosas”, “uma minimodelo”, “parece uma boneca”. Numa tentativa de estender-me a mão, Maria convenceu Paloma de que eu era de confiança e precisava de ajuda. E foi assim, arejada pelo afeto entre a cabeleireira e a mãe, que minhas primeiras conversas com Paloma e Sandra

se gestaram no salão e renderam depois um presente em forma de convite para visitar o lar das duas.

Fui convidada para um café da tarde. Pontualmente às 16 horas eu estava na cobertura de um apartamento em um dos metros quadrados mais caros da Asa Norte, onde Sandra, filha única, reside com seu pai, César, que é embaixador, sua mãe, que trabalha na área de tecnologia da informação, e Odete, que trabalha na casa como empregada doméstica.

Foi Odete, trajada com um uniforme azul-marinho e detalhes em babados, quem abriu a porta para mim. A cobertura climatizada fez da seca em Brasília inverno. A sala certamente teve o trabalho de arquitetos e/ou designers de interiores. Móveis, lustres, luminárias, quadros e tudo o mais pareciam saltar de uma daquelas sofisticadas revistas de decoração. Fui conduzida por Odete a uma mesa de café farta, toalha tão alva que mais não podia ser, flores ao centro, *sousplat*, louça.

Em poucos minutos, Sandra e Paloma adentraram a sala. As duas de vestido floral, cabelos molhados e cheiro de rosas. Durante o café, nem consegui apreciar as guloseimas que encheram meus olhos, dediquei todo o tempo a explicar a pesquisa. Paloma, que parecia tão descontraída nos encontros anteriores no salão, se mostrava ressabiada e precisava de mais e mais argumentos para deixar sua filha participar da pesquisa. Nesse meio tempo, Sandra sentou-se de joelhos na cadeira e colocou o dedinho na cobertura do bolo de chocolate, no que foi imediatamente repreendida por Paloma: “Senta e come direito”. Odete, ali por perto, serviu Sandra, que comeu toda a cobertura e abandonou o restante da fatia e a mesa, me deixando a sós com sua mãe.

Paloma alertou-me que César, pai de Sandra, não admite ver fotos da filha na internet, nem o nome dela exposto: “Ele é todo exigente com essas coisas”. Enquanto procurava convencê-la dos cuidados da pesquisa, escutava Sandra reclamar com Odete, com voz chorosa, do sumiço de uma das suas dezenas de bonecas Polly⁸⁶, e depois do sumiço de uma bolsa. Após uma xícara de café e um abecedário de argumentos, obtive o meu bilhete que acenderia a tarde de brincadeira.

Paloma pediu que Odete me acompanhasse e ficasse comigo e Sandra. Fui então levada até uma porta branca entreaberta com um quadrinho rosa pendurado com os seguintes dizeres: “Aqui dorme uma princesa”. Mirei de relance a cama montessoriana, uma tenda e almofadas em tons de lilás e rosa. Odete me conduziu, no entanto, a outro cômodo. Nessa

⁸⁶ O auge do sucesso da boneca foi ainda maior durante os anos 2000, quando a personagem passou a render sua própria linha de produtos como filmes, livros, materiais escolares e jogos eletrônicos chegando a quase alcançar o mesmo nível de sucesso da Barbie, principalmente na América Latina (POLLY POCKET, [2018]).

porta, um quadro semelhante ao outro, mas com um verbo diferente: “Aqui brinca uma princesa”. Quando entrei nesse espaço, exclamei: “Uau! Você tem um quarto para dormir e outro de brinquedos, Sandra!” Ela sorriu: “Vamos brincar?!”. Finalmente, nessa pergunta, a casa se abriu pra mim. Ela assinalou: “É minha brinquedoteca. Meu pai odeia bagunça, e aqui é o lugar dos meus brinquedos e que eu posso bagunçar”.

Sandra de fato faz jus ao seu direito. No chão já não se via mais o tapete nem o piso, tomados por toda sorte de brinquedos: bonecas (nenhuma negra), jogos, livros, acessórios, caixas de laços, piscina de bolinhas, muitas delas espalhadas; um terreno de diversões. Se na casa cada objeto parecia ter um lugar específico, naquele cômodo todos os objetos pareciam ter movimento. É bem verdade que havia cestos, caixas decorativas, baús, estantes, mesas, aparatos projetados para organização, mas para Sandra não eram neles que os brinquedos deveriam estar. Atrás daquela porta, o tempo, o ritmo, a lei se desenhavam de outro jeito. Todos ditados por ela. Perguntei: “A gente vai brincar de quê?” Com ar convicto, disse: “Do que eu quiser”. Senti-me ali mais um brinquedo em seu mundo.

Sandra, então, decidiu: “Vamos brincar do que tem dentro da sua bolsa...”. Nós duas teríamos que revelar tudo que estava guardado em nossas bolsas. Certa de que eu já tinha consentido o jogo, trouxe sua bolsa de glitter rosa, aveludada. Fiquei ruborizada com a brincadeira, pensando na bagunça da minha mochila. Odete, sentada no pufe, mirava atentamente cada movimento nosso. Não nos deixou sozinhas um segundo. Apesar do desconforto, não pude me recusar a abrir a bolsa. Se eu queria olhar os brinquedos dela, ela tinha o direito de ver os meus.

E, assim, revelei o conteúdo de minha surrada mochila verde: carteira com documentos, celular, chave, papéis de chocolate, notas fiscais que há muito deveriam ter sido jogadas no lixo, chiclete, fralda, lenço umedecido, um jacaré de plástico, Dorflex. A essa altura, o diário de campo já estava fora da bolsa e dentro dele, uma caneta. Na bolsa dela: batom, sombra, um estojinho de maquiagem infantil, uma bolsinha que simula um celular, uma Polly, um lápis de flamingo, um caderno de unicórnio.

Ao olhar o conteúdo da minha mochila, Sandra perguntou: “Você usa fralda, esse brinquedo é seu?”. Nós três rimos. “É do meu bebê” e mostrei a foto dele. “Que fofíssimo! Você vai trazer ele aqui.” Sandra nunca perguntava, apenas dizia o que devia ser feito. Eu respondi: “Podemos combinar”. Ela continuou perguntando: “Cadê sua maquiagem?” Respondi que as minhas ficavam em casa. “Você anda sem nada na bolsa. Você não usa?!”, perguntou-me admirada. “Por que você não usa? Como faz para retocar?” Falei para ela com

ar um tanto cansado: “Hoje não deu tempo nem de passar”. Odete olhou-me com cumplicidade.

Aproveitando a ocasião, procurando uma entrada para o tema da pesquisa, perguntei como ela tomava a decisão de qual bolsa ia usar e abri o leque para saber a respeito da sua rotina de cuidados com a aparência física. Entre as frases que tomei nota: “Hidrato meu cabelo todos os dias.”, “Combino a roupa com sapato!”, “Uso maquiagem suave para ir ao colégio e uma mais fortinha pra sair.”, “Amo *gloss*!”, “Eu queria uma bolsa igual à da Bruna Marquezine e vou ser alta e magra como ela”, “Adoro assistir vídeos do youtube.” Tentei me demorar no jogo da bolsa para saber detalhes a respeito dos itens que carregava, mas ela não se detinha numa brincadeira por muito tempo, mudava de interesse. Naquela tarde, brincamos de vestir as Barbies, de cubos, Uno, desenhos. Durante essas atividades, Sandra mobilizou, muitas vezes, as frases “minha mãe vai comprar”, “meu pai vai comprar”, “eu vou ganhar”, referindo-se a algo que parecia falar alto ao seu desejo: um celular, um brinquedo, uma maquiagem etc.

Entre uma brincadeira e outra tentei saber como se davam os cuidados com a aparência física de Sandra em meio à sua semana repleta de atividades: escola particular bilíngue, aulas de musicalização, sapateado, hipismo, aulas particulares de matemática. Perguntei se ela apreciava fazer todas essas atividades: “Gosto, mas às vezes eu tenho preguiça, e eu ainda vou pra psicóloga”. Sobre essa última informação, fiquei curiosa, mas deixei que a resposta descansasse e a brincadeira seguisse o rumo.

Sandra sugeriu brincarmos do que levaríamos para uma viagem de férias. Fluindo naquele entusiasmo, tentando acessar sua rede de sociabilidade, perguntei se ela queria brincar de fazer a lista. Ela trouxe, então, seu lápis de flamingo e o caderninho de unicórnio. Decidiu iniciar a lista pelas amigas da escola. Começou a escrever os nomes delas, desenhando as letras com a concentração e o esforço de quem tinha recém-construído a habilidade da escrita. Cansou no nome da primeira amiga e, decidida, disse-me, jogando o lápis no meu peito: “Eu vou falando e você vai anotando”. Assim seguimos: Mabel, Carla, Luana, Rebeca. Quando perguntei como elas eram, obtive como resposta características físicas: a mais alta da sala, a baixinha, a mais gordinha, a de aparelho, a de óculos. Tomou o lápis e desenhou um coração partido ao lado do primeiro nome da lista. Perguntei: “Você quer falar sobre esse coração?”. “A Mabel é minha melhor amiga da vida desde quando eu era pequena. Só que agora ela é muito amiga de uma menina da minha sala que eu não gosto e que quer ser melhor amiga dela.” “Qual o nome dela e por que você não gosta?” “A Sílvia.

Ela é chata, metida. Só quer ser mais bonita do que eu. A Mabel partiu meu coração. Ela disse que, não importa o que fizer, eu não vou ser bonita como a Sílvia”.

Odete ria com a queixa. Fiquei séria, enxergando a evidente expressão de tristeza de Sandra. Contou que estava “arrasada”, porque tirou o segundo lugar na ‘batalha de *looks*’ e que a Sílvia ganhou. Pedi para que me explicasse o que era essa batalha. “A gente [amigas da escola] escolhe o melhor *look*, a roupa mais bonita. A gente combina o lugar e faz a batalha. Tipo, batalha de *looks* no shopping, batalha de *looks* no aniversário, batalha de *looks* quando tem atividade extra [no dia dessa atividade, as crianças não usam uniforme na escola].”

Sandra então resolveu: “Vamos brincar de batalha! Faz de conta que você vai participar de uma batalha com suas amigas e eu vou arrumar você. Você vai arrasar! Vou fazer seu *look* e gravar o vídeo do antes e do depois”. Enquanto Sandra já trazia maquiagem e acessórios, Odete advertiu-a: “Tem que perguntar a dona Paloma se pode brincar com vídeo”. Eu mesma fui até Paloma e pedi permissão.

Paloma consentiu, mas pediu que Odete filmasse do seu celular. Reclamou, inclusive, que já tinha perdido o seu celular para Sandra e que nele tem mais as coisas dela do que suas. Falou ainda que Sandra “é louca pra ter um celular, porque muitas das amiguinhas da escola dela já têm passam o dia no *youtube*, ela gosta de uma tal de Bel para meninas”, acenou na minha presença e na de Odete uma possibilidade desse sonho se realizar: “Vamos ver no aniversário de 7, se ela se comportar, voltar a comer como antes, parar de fazer confusão na escola”.

Odete tirou minha foto que seria o “antes”. Sandra começou a me arrumar para a batalha. Fiquei impressionada com a sua capacidade de acessar informações técnicas sobre maquiagem. Mesmo que não tivesse todos os aparatos, produtos e acessórios que mencionava, ela fazia de conta que os colocava em mim, e assim eu ia sendo produzida entre objetos palpáveis e imaginários. Entre as expressões por ela mobilizadas: “você precisa urgente de *skin care*.”, “vou realçar a cor dos seus olhos”, “marcar o côncavo”, “fazer um delineado perfeito”, “misturar tons”, “esfumar o *blush*”. E, aos poucos, a pesquisadora com olheiras ficou com expressão luminosa nas mãos da menina. Sombra azul, batom rosa e, para arrematar, uma tiara. Sandra também sugeriu que eu afinasse minha sobrancelha, usasse salto alto porque sou baixinha e aparelho para consertar meus dentes. Enlaçou um cinto no meu vestido para afinar a cintura. Juntei todas essas informações e perguntei: “Por que você quer que eu faça tudo isso?”. “Pra você ficar bonitona”.

Mostramos as fotos do “antes” e do “depois” para Paloma. Ela disse: “Você não viu nada!”, e exibiu vários outros vídeos produzidos por Sandra. Paloma, Odete, Suzana (tia

de Sandra), todas já tinham passado pela produção de Sandra. Nos vídeos, Sandra apresentava performance e entonações, vocabulários, frases que lembram as influenciadoras, blogueiras de moda: “Oi, galerinha! Se liga nesse canal.”, “Curte, compartilha, aperte o sininho para as notificações”.

Ao terminar o encontro, Paloma pediu para me acompanhar até a portaria, um ensejo para me contar o repertório de seus desafios guardados e dos de Sandra. Não tomei nota no diário, não sugeri ligar o gravador, apenas ofereci uma respeitosa escuta. De tudo que pude memorizar, Paloma expressou sua preocupação com a filha e também mencionou a ida à psicóloga. Contou que Sandra tem manifestado o desejo de emagrecer “de uma hora para a outra”, sendo que está dentro do peso esperado para sua idade e estatura, a única coisa a que não resiste é chocolate. Falou que as mães das amiguinhas já disseram que ela não come nas festas de aniversário e perguntaram se tinha alguma alergia, imaginando ser por isso a recusa. Disse-me que Sandra atrasa os compromissos, pois quer trocar várias vezes a roupa antes de sair. Relatou ainda que não é raro, em algumas ocasiões, a menina chorar para voltar para casa, já a caminho do compromisso, pois achou que não escolheu direito a roupa. Assinalou seu estranhamento, pois a filha, que em suas palavras, “foi sempre autoconfiante”, fica a todo o momento perguntado se está bonita, como está o cabelo, se a roupa está bem. Mas agora, em sua concepção, Sandra estava “passando dos limites”. Explicou-me que se olha demais no espelho e relatou que, outro dia, usou meio condicionador no cabelo e metade do creme antirrugas da mãe.

Paloma contou que ela e o marido ficam desconfortáveis nas festas de família, pois Sandra tece comentários em alto e bom som sobre a aparência dos familiares. Pede para quem é gordo emagrecer, para quem tem cabelo branco pintar. Geralmente alguém elogia a sua roupa, o seu cabelo, os seus olhos e ela responde com uma crítica à aparência física da pessoa. Perguntei se a psicóloga tinha dado alguma orientação e Paloma disse que ela havia pedido que os pais reforçassem positivamente as qualidades de Sandra para além da beleza. Relatou ainda que, segundo a psicóloga, na idade de Sandra as crianças começam a supervalorizar os grupos, e a menina andava desapontada com a opinião dos amigos. Paloma disse que tinha certeza que isso aconteceria mais cedo ou mais tarde, porque, nas palavras dela, do jeito que a mulher compete com outras mulheres, meninas também competem e Sandra causava inveja por sua beleza e jeito.

Em outra ocasião em que estive com Sandra, perguntei sobre aquele coração partido, sobre como estavam ela e Mabel: “A Mabel é mais ou menos minha amiga, minha alma gêmea agora é a Laura. Ela é muito legal”. Mostrou uma pulseirinha de plástico lilás que

as duas estão usando, um símbolo da amizade: “A gente vai fazer uma mecha rosa igual no cabelo”. Para abordar a questão da alimentação, perguntei se Sandra sairia qualquer dia desses para fazer um lanche comigo. Ela disse que estava de regime, mas que “a gente podia ir no Zunia”, uma brinquedoteca no shopping.

Estar bela fisicamente se espraia nos amplos territórios da infância de Sandra. É trazendo para a centralidade a aparência física que ela qualifica suas amigas, movimenta suas brincadeiras preferidas e o enlace de suas amizades, sua maior preocupação. Entendo que a beleza física é o passaporte que a legitima e firma suas relações. Reconhecer-se e ser reconhecida como bonita parece uma necessidade tão vital ou mais importante que comer, beber, respirar aliviada. A beleza é como uma prova de sua própria legitimidade.

d) João



Figura 58 – Autorretrato de João “tô de boa no campo da escola

Fonte: Acervo da pesquisa.

Conheci João no Astros e Estrelas. Uma vez, aos 7 anos, chegou ao salão, levado pelos pais, com uma parte dos cabelos crespos raspados, depois de tentar cortá-los, por conta própria, com o barbeador do tio para, em suas palavras, “parecer igual aos amigos da escola”. Com frequência eu o encontrava por lá, pois quando as madeixas começavam a crescer, ele logo retornava para deixá-las bem curtas e jogar videogame, sua paixão.

A sensação que eu tinha era que o diálogo com João para os fins da pesquisa estava perto das minhas possibilidades, porém distante, já que não estava a cargo de Luzia, que trabalha para a família de João como babá e com quem ele frequentemente vai ao salão, conceder a autorização. Esta teria que ser dada pelos pais. Apelei a Luzia pelo número de telefone dos pais de João, mas não obtive êxito. Até que, um dia, o menino foi ao salão acompanhado de Jonas, seu pai. Sem perder tempo, pedi a almejada autorização, porém o pai

esclareceu que “esses assuntos são do departamento da Eliane” (mãe de João) e, enfim, me apresentou com o número de telefone de quem de fato podia, naquele arranjo familiar, decidir.

Ciente de que se tratava de uma família de maranhenses, me identifiquei da seguinte forma para Eliane: “Sou Vanessa, aquela de Fortaleza que tá tentando desenvolver um trabalho em Brasília sobre infância e embelezamento, lembra? Conversamos um pouco outro dia”. Eliane confirmou que se lembrava de mim e disse que Jonas comentou que eu entraria em contato. Antes de explicar os pormenores da pesquisa e pedir um momento para um encontro, disse: “Mulher, só vocês devem saber o que é tentar fazer um trabalho nesta cidade que não tem nem o mar pra acalmar o juízo da gente”. Empática, ela me respondeu: “Sei bem como é”, e generosamente me acolheu, sem ser preciso tanto esforço para o convencimento.

Em poucos dias, eu estava caminhando em direção ao lar de João, numa das quadras mais arborizadas da Asa Sul, repleta de apartamentos amplos, arejados e que datam do início de Brasília. Assim, fui de pronto aconchegada na primeira visita, como se há muito frequentasse aquela sala com móveis rústicos, na qual os detalhes, trabalhados por um renomado designer de interiores, faziam da casa de João um pedacinho do Maranhão no cerrado: os azulejos de São Luiz, artesanatos de palha de buriti, esculturas que lembram os festejos juninos, o bumba meu boi, o quadro com imagem de pescadores. A família de João reside em Brasília há mais de quatro anos. Primeiramente Jonas foi aprovado num concurso público para a área jurídica, e depois Eliane passou em outro no ramo da administração. Desde então, Lília, Jonas, João e o irmão Artur, de 7 anos, fazem pouso nesta cidade, e em todo feriado ou férias voltam para as franjas do mar, no Maranhão.

Até antes da primeira visita à casa de João, eu estava convicta de que foi a saudade do mar que nos uniu, que mobilizou a empatia de Eliane. No entanto, minha certeza ruiu quando, diante de uma mesa com bolo e tapioca, Lília desnudou sua trajetória e revelou-me: “Por tudo que a gente já passou, faz sentido o João participar do teu trabalho. Acho importante. Todo mundo da família acha que a gente veio parar aqui de mala e cuia por causa do concurso do Jonas, mas, na verdade, a gente veio foi pra se livrar da perseguição dos meus avós e se livrar de um monte de confusão na família”.

Sem reservas ou cerimônias, sem que nem ao menos eu pedisse, pois estava à espera de uma permissão de Eliane para iniciar uma conversa diretamente com João, ela narrou parte da história da família.

Meus avós sempre foram muito preconceituosos com Jonas porque ele é, você viu, um moreninho escuro. É de boa família, com condições [econômicas], mas, mesmo assim, pra vovó e pro vovô isso não é tudo. [...] Acredita que minha vó fez foi promessa para os meninos nascerem com a minha cor e com meu cabelo? [O cabelo de Eliane é castanho e liso, a pele branca.] Eu te juro pela saúde dos meninos que ela se apegou a tudo que é santo. Só que eles fizeram tudo ao contrário, né? Meus avós, coitados, não são pessoas ruins, mas isso é mais forte que eles, uma mentalidade aristocrata, que acha que gente mais escura nasceu pra servir.

Com um tom emocionado, revelou que é nítida a diferença de tratamento dos avós em relação aos seus filhos e os filhos, em suas palavras, “branquinhos” de seus irmãos. Em relação aos seus pais, afirmou que “são mais justos no tratamento entre todos os netos, mas fazem questão de deixar claro que Jonas não é o genro preferido”.

Foi por isso, Vanessa, que ele [Jonas] inventou um concurso tão longe de casa, porque quando o bicho pegava só pro lado dele, ele dava conta, mas quando passou a pegar pro lado dos meninos, ele não deu conta de jeito nenhum. [...] A gente até demorou a ter filho, pensando em tudo que a gente podia passar. É muito desesperador você sentir que as pessoas te tratam com diferença por causa da sua aparência, e pior ainda quando tratam seus filhos.

Na narrativa de Eliane, ficou claro que essa mudança do Maranhão para Brasília não trouxe alívio a essas questões, uma vez que as crianças continuam amargando situações semelhantes.

As crianças penam numa cidade como esta, com um racismo descarado. Já mudamos os dois duas vezes de escola, duas vezes. Tem noção? Não por causa do ensino, que é ótimo, mas porque eles não se dão com os playboyzinhos das escolas daqui. [...] Graças a Deus, agora estão com mais amigos na escolinha de futebol, e nessa última escola a coisa parece que foi pra frente. A coisa é de um grau que a gente tinha medo de fazer uma festa e aniversário e não ter amiguinho pra chamar. Agora, graças a Deus, tem.

Relatou que as duas mudanças de escola foram devido a “confusão” que seu filho “aprontou”: “Ele reagiu da pior maneira ao preconceito dos amiguinhos. [...] Ele é o mais moreno, tem um sotaque carregado e ainda por cima é baixinho”. E enfatizou: “Sabe como é, criança é cruel! Ofende mesmo”.

Quando ocorreram os conflitos nas escolas, Eliane foi, a seu ver, “enérgica com o João, repreendendo o temperamento esquentadinho”. Confessou, no entanto, que com o tempo pensou melhor e se arrependeu de ter chamado a atenção do filho de forma veemente, porque observa que “Jonas, que é um adulto, é tratado com diferença em muitos lugares, como lojas, restaurantes, shopping, consultório.” Frisa: “É impressionante, porque o Jonas é megavaidoso e só anda grifado [com roupas caras e de marca], impecável, mas ninguém se apressa pra

atender ele nos lugares e todo mundo olha diferente. Se ele que é adulto passa por isso, imagina uma criança!”.

Um comentário da professora também contribuiu para um olhar mais compreensivo de Lília acerca dos episódios de briga na escola: “A Geísa (professora) me disse que o João mata um leão por dia no colégio por causa das brincadeiras de mau gosto dos meninos”. Foi então que Lília, em tom de voz mais baixo e magoado, contou uma situação marcante para toda a família, na qual João sentiu-se, em suas palavras, “humilhado e extremamente triste”:

Sumiu uma lapiseira de um amigo da classe e um dos meninos veio dizer que devia ser o João, porque ele tinha cara de ladrãozinho. Colocou meu filho mais pra baixo que o chão, chamou de negro feio e fedido, ainda disse que nem ele nem Arthur sabiam falar direito. João partiu pra briga e avançou no menino. Bateu forte mesmo.

Sobre essa situação, Lília afirmou que teve uma reunião com os pais de todos os envolvidos, professora, coordenadora pedagógica e psicóloga na escola. Sobre as providências tomadas, assinalou: “Vanessa, é cruel demais. Sabe por quê? O que eles sofrem é visto como brincadeira de criança. Brincadeira é uma ova! É racismo e não adianta só ter aula sobre o que é *bullying*, evitar *bullying*, se em casa esses meninos aprendem essas mazelas. Eu ensino meus filhos sobre racismo, homofobia, machismo. Cadê as mães desses meninos, Vanessa?!”.

Enquanto Lília desvelava essas situações tão dolorosas, eu oferecia uma escuta atenta e, ao mesmo tempo, uma espera ansiosa por meu interlocutor. Enfim, no seu tempo, ela chamou João, que estava no quarto jogando videogame com o irmão. Lília chamou várias vezes o menino para que pudesse me receber. Ele pedia que aguardasse. Ela explicou. “Ele está nessa fase do ‘peraí, já vai’. Você chama, chama, chama, e não vem nunca”.

Lília foi comigo até o quarto de João, mas antes advertiu que eu não comentasse “aquelas histórias do colégio” porque ele “ficaria bravo” por ela ter contado. Na porta do quarto de João, um papel ofício com o desenho de uma caveira e as frases “Não perturbe. Não entre sem bater”, feito pelo próprio menino. Atenta ao recado, ainda que a porta estivesse entreaberta, bati três vezes e perguntei: “Posso entrar, João?”. Bati novamente e disse: “Posso entrar, Arthur?”. João balançou a cabeça positivamente, sem ao menos tirar os olhos da tela, já Arthur nem respondeu.

Eliane riu com o meu gesto e disse: “Tem que bater mesmo antes de entrar, porque pode pegar ele treinando numa laranja”. João advertiu: “Para, manhêee!”. Perguntei: “Como assim, laranja?”. A mãe respondeu, jocosa: “Ele veio me perguntar como aprende a beijar na boca e eu disse que na minha época eu treinava numa laranja”. Senti que Lília,

depois de revelar tanto de sua vida e sobre as vidas dos meninos, já se sentia à vontade para tecer uma brincadeira daquela ordem. Todavia, minha relação com João era frágil, apenas uma semente jogada entre sorrisos, cumprimentos e algumas palavras trocadas no salão. Ele ficou visivelmente constrangido. Evitei o assunto e me concentrei nos detalhes do quarto, tentando descortinar o menino por meio de seus objetos.

A colcha de cama com motivos do Homem de Ferro, uma prateleira com uma coleção de bonecos de super-heróis. Patinete, skate, bola, raquete de tênis, todos com muitas marcas de uso, davam a ideia de intenso movimento. Um guarda-roupa, um espelho de pé, uma escrivaninha com computador, material escolar, álbum de figurinhas. Do outro lado, várias caixas transparentes empilhadas com tênis, de modo que era possível identificar cada um. Uma escadinha estrategicamente instalada para alcançá-los, artimanha do designer de interiores, explicou-me Lília.

Algo, no entanto, se destacava no quarto de João: o cheiro intenso de perfume. Era ele o dono do cheiro. “Nossa, que perfume bom!”, comentei. Lília respondeu: “É esse mocinho que tá nessa fase que quer colocar um frasco de perfume por dia”. João só sorriu sem mostrar os dentes, cheirou o antebraço e nada falou.

No embalo de um som alto e intenso, os carros passavam velozes no videogame de Arthur e João. Eu acompanhava aquela velocidade, pensando em todos os assuntos que emergiram na tarde: a situação na escola, a história da família, o perfume, a coleção de tênis, super-heróis. Lília, reclamando do “tempo de tela” dos meninos, sugeriu que todos fôssemos para uma área verde ao lado do prédio, onde os dois costumam jogar futebol. Chegando lá, mais interessado em me ver passando vergonha ao jogar bola do que em conversar comigo, João permitiu-me saber, entre um drible e outro, algumas informações a seu respeito, como o nome de sua escola particular bilíngue e sua paixão pelo Flamengo: “É o mais querido do Brasil, maior torcida do universo”. Contou-me também de sua rotina semanal na escolinha de futebol: “Sou o jogador mais fodástico de lá em todas as posições, mas óbvio que me aproveitam no ataque, né?”. João também frequenta as aulas de judô: “Minha mãe me matriculou pra dominar minha força”. “Você tá conseguindo dominar?” “Às vezes, né?”

Conversamos e a respeito de sua coleção de camisas de super-herói, seu figurino preferido, que ele faz questão de usar praticamente todos os dias: “Eu tenho de todos [super-heróis]. Vende lá na Píticas [loja de camisetas]”. Provoquei: “Da Mulher Maravilha e da Capitã Marvel também?”. Com um ar ofendido, falou: “Tá maluca? Isso é pra menininha. Eu heim?!”.

João contou-me que quando foi a um casamento do amigo de seu pai, tinha que vestir uma camisa social: “Aí eu coloquei a do Homem-Aranha por baixo”. “Mas, quando você usa uniforme, usa também?” “Eu uso sim!” “Por quê?” “Porque eu gosto.” A mesma convicção quanto aos cortes de cabelo com desenhos geométricos, bem raspados: “Por que não grande?” “Porque eu gosto curto”. A tarde findou. Agradei a Lília pela troca, por ter confiado os relatos de sua história, e manifestei o desejo de conversar com João, firmando a intenção de conhecê-lo pelo que ele quisesse me contar.

Em menos de uma semana, Lília convidou-me para ir num café na Asa Sul. Disse que levaria os meninos e que eu poderia “papear com João”. Celebrei o convite. Naquela tarde, João e Arthur estavam entregues aos prazeres de uma enorme fatia de bolo de chocolate e um daqueles cafés com sorvete e chantili. Enquanto todo o senso de presença de João estava na fatia de bolo, arrisquei uma pergunta sobre videogame, uma paixão que poderia incendiar uma conversa: “Você vai naquele salão porque gosta dos videogames de lá, né?” “O meu cabelo cresce logo e assim [aponta pra cima], aí eu não gosto.” “Você não gosta? Por quê?” Ele responde em tom aborrecido: “Porque não gosto”. E já não havia mais clima para perguntas. Outras oportunidades de encontro nasceram. Foi um trabalho físico até que João pudesse dedicar tempo para conversar comigo. Precisei jogar bola, correr, brincar. Dizia-me: “Depois dessa brincadeira a gente conversa, depois dessa e mais essa. Mas, num domingo em casa, João me qualificou como merecedora e dialogou.

Contou-me sobre canais do *YouTube* prediletos com dicas de jogos de videogame e comentários sobre os super-heróis, seus poderes e habilidades. Revelou-me que, por ser o super-herói mais forte, aprecia o Hulk. Aliás, foi na toada desse assunto que falou si mesmo. Ficar forte e grande é um dos seus firmes propósitos: “Quero ficar forte, grande, muito grande, igual o Miguel [*personal trainer* de Eliane e Jonas].” “O que você vai fazer pra ficar igual?” “Vou fazer, não! Já tô fazendo. Tô comendo batata doce, açaí, ovo. Vô ficar ‘vrá!’ [mostra o muque]” “Onde aprendeu que essas comidas ajudam a ficar forte?” “Com a galera lá na escolinha do Flamengo. Tem que tomar *whey* pra ficar grande!”

Com descontentamento, revelou que é louco para treinar na academia, mas seus pais não permitem porque, na concepção deles, João “ainda não está na idade”. Contou-me que para alcançar o seu objetivo de “ficar grande” tem ido ao “médico de crescer”: “Eu posso ficar com 177, posso ser mais alto que o meu pai, sabia? O médico fez o cálculo.” Perguntou-me: “Por que você não vai também?”. Retruquei: “Há algum problema em ser baixinho?” “Todos, né! Você sabe!” “Quais?” “Todos.” Eliane resolveu levar João ao endocrinologista

pediatra depois das rotineiras reclamações do menino sobre a altura e o medo de ficar pequeno. Ele tem o hábito de se pesar e de pedir para medi-lo com a trena frequentemente.

Buscando uma entrada sutil nos eventos que o fizeram mudar de escola, pedi que falasse das lembranças dos colégios que frequentou. Ele quase nada disse a respeito. Insisti um tanto. “Teve algum motivo pra você trocar de escola?” “Ah, então. Eu dei um mata leão num moleque otário lá” “Foi mesmo? O que aconteceu?” “Disse que eu peguei uma lapiseira do Rafael.” “Puxa, João! Foi mesmo? Ele fez algo mais?” “Falou umas besteiras lá do meu cabelo, da minha cor.” “O que exatamente?” Ele não respondeu e informou: “Eu dei um mata leão nele pra defender o Arthur. O Caio é um covarde que bate em gente mais nova que ele. Se ele vier pro meu lado, eu faço de novo”. Mudou o olhar e ficou mais quieto. Seu silêncio magoado já dizia mais que um punhado de palavras. Era preciso, então, acolher sem mais perguntas a oferta do silêncio e a quietude do corpo que nunca vi parado.

Antes que o diálogo fosse rompido, mudei o assunto. Voltei à pergunta sobre a nova escola em que ele é mais entrosado, inclusive por ser a grande estrela do time de futebol. Foi conversando sobre seus amigos de time e sua referência de beleza física que revelou: “Tem a lista que a gente dá nota”. “Nota? Quem dá nota pra quem?” “Os *brother* do time, né. Zero a dez.” “Ahh! O que tem que fazer pra dar nota?” “Olha a menina e diz. A maioria dá dez pra Maria Alice.” “Como ela é?” “Cabelo grande, olho claro.” “Eu dou nove porque ela é metidinha. Eu me importo muito com como a pessoa é por dentro, se ela é bonita por dentro.” “E essa lista tem a ver com isso, com como a pessoa é por dentro?” “Acho que não. Ó, por exemplo, a Lorena. Ela tem cabelo preto, olho preto, mas pra mim é dez porque ela é legal.” “O que você acha de dar nota pras meninas?” “Acho legal.” “As meninas têm lista também?” “Acho que não. Pergunta pra elas. Mais menino quem faz isso, né?”

O corpo que está sempre em movimento se equilibra não só nas quadras, no skate, no patinete, nas coleções de tênis. Se alguém joga uma ofensa no seu peito, ele rebate com a camisa de super-herói. Se o chamam de negro fedorento, rebate com cheiro intenso de perfume. Se o adulto que adentrar seu reduto, que tem na porta a caveira feita de próprio punho, quiser saber de sua história, esse adulto que corra, que brinque e faça por merecer.

e) Tânia



Figura 59 – Autorretrato de Tânia “aqui eu tô rindo e meu cabelo tá quase na cintura”

Fonte: Acervo da pesquisa.

“Eu chorava só quando eu era pequena, mas me libertei.” A altivez de Tânia, aos 8 anos, ao dizer essa frase me atravessou. Na dança de seus gestos e palavras, quando dialogamos no Salão Encrespa, parecia anunciar que foram tantas as situações de humilhação que sofreu em relação aos cabelos, à cor da pele, ao formato do nariz e dos lábios, que a dor já tinha virado uma constante e ela tinha aprendido, a duras penas, a acolhê-la e resistir.

Consegui o contato de Maíra, mãe de Tânia, com a gerente do Encrespa. Contei com dois lances de sorte: a indicação de Lúcia, que tinha uma relação de afeto e confiança com a mãe da menina, e o fato de Maíra compreender os movimentos da pesquisa de campo. Ela já tinha, inclusive, acolhido pesquisas de campo de antropólogos em seu ambiente de trabalho, na área da assistência social.

Aguardando a autorização de Maíra e o querer de Tânia para o nosso reencontro, esperei passar: a semana de provas de Tânia, uma semana mais frenética de trabalho de Maíra, a semana da gripe de Josefa, avó de Tânia. Enquanto aguardava o melhor momento para as duas, as palavras de Tânia e o seu jeito de pedir respeito a Letícia vibravam em minha cabeça, intensificando a vontade de encontrá-la. “A Letícia, aquela, colocou um piolho na minha mesa e disse pra todo mundo que era meu! Acredita? [...] Eu disse que não era meu! Ela disse que era, que meu cabelo é sujo porque eu sou preta. Eu me defendi, pedi respeito.”

Numa mensagem de *WhatsApp*, um presente chegou na manhã de sábado, embalado numa pergunta, o convite de Maíra: “Quer vir hoje? Hoje tá tranquilo!”. No final da tarde, eu estava no Recanto das Emas, localizado a 25,8 quilômetros do Plano Piloto, um bairro criado em 1993 para atender ao programa de assentamento do Governo do Distrito Federal. Seguindo a pé por uma larga avenida repleta de buracos, uma rua de comércio intenso, um pouco mais adiante cheguei à casa de tinta amarela descascada. Uma casa defendida por grades de ferro envolvidas por uma corrente com um pesado cadeado. Nos

muros aqueles dentes de ferro enferrujados, blindando de invasões a casa na qual moravam as três: Tânia, Maíra e a avó, Josefa, 79 anos.

Fui chamada assim que cheguei para conhecer a casa, prática não muito comum nas visitas realizadas no Plano Piloto. Maíra falava de cada cômodo com o entusiasmo de quem tinha mil planos para o ninho que acabou de acolhê-las. “Vou cobrir esse sofá”, disse-me apontando para o móvel com desgastado couro caramelo. “Aqui vou encomendar umas cortinas. Aqui vou colocar um armário, porque o ‘traste’ ficou com o meu”. Compondo a sala, o rack com tevê, um quadro com um anjo da guarda ladeando duas criancinhas brancas que atravessam uma ponte e muitas caixas espalhadas, denunciando uma vida a reconstruir depois da mudança. Um esclarecimento. O “traste” a que Maíra se refere é, a seu ver, Roberto, pai de Tânia. Longe da escuta da menina, Maíra falou:

Um mulherengo que não vale nada e vive às custas de mulher. A Tânia é doida com ele, porque o nêgo é divertido, leva ela pra tomar sorvete, pra ir no shopping, pra comer pizza. Aí posta no Facebook foto como se fosse o pai do ano. Mas, no dia a dia, na hora do vamos ver, de ajudar com colégio, plano de saúde, passa é longe. Graças a Deus, me livre.

Seguindo o *tour* pela casa, Maíra apresentou um quarto dividido em duas estações. De um lado, uma cama de casal, uma mesa de cabeceira contendo livros e uma luminária, uma escrivaninha com computador. Do outro, duas prateleiras repletas de bonecas e livros, e uma cama de criança. Na coberta, a figura de Moana, personagem da *Disney*. Mãe e filha dividem o quarto. Adiante, o de Josefa. Nele, uma cadeira de balanço, uma cama de casal, um guarda-roupa, uma mesa com muitos remédios e imagens de santos. Depois do quarto de Josefa, seguindo no corredor, um banheiro social, único na casa, e adiante a cozinha.

A vida de Tânia tinha passado por mudanças: a separação dos pais e a nova casa. Os seus cabelos também testemunharam transformações intensas nessas passagens da vida. Graças a dona Josefa, que faz questão de imprimir as fotos da neta, pude apreciar álbuns de fotografia que continham as muitas versões de Tânia e de seus cabelos, desde bebê.

Ficamos as três sentadas no sofá, eu com o diário de campo, Tânia no meio, com o álbum sobre seu colo, apontando com os dedinhos as fotos e tecendo comentários, e Josefa ao lado da menina, ajudando a rememorar o tempo que as imagens testemunhavam. Já Maíra andava de lá para cá ouvindo a conversa e parando de vez em quando para endossar as versões contadas sobre as fotos, complementá-las ou contradizê-las.

Vislumbrei vários penteados feitos por Josefa e Maíra em Tânia, desde os seus primeiros passos: os coques abacaxi, as tiaras, os laços coloridos que envolviam pequeninos coques em toda a cabeça. Chegamos à imagem do primeiro corte de Tânia, feito por Josefa, o que gerou risos na avó e na neta, e em Maíra uma queixa: “Ficou todo torto, foi aí que a gente começou a ir pro salão, mas na época a gente ainda não ia num salão especializado pra cabelo crespo, e ficou pior. Não é todo mundo que sabe cortar o cabelo dela”.

Em outra foto, Tânia com um vestido vermelho de bolinhas, largo sorriso e cabelos sobre os ombros, alisados: “Nessa [foto] eu e meu pai fizemos uma surpresa pra mamãe: a gente alisou no salão da minha tia”. “Sua tia tem salão?”, perguntei. Maíra interferiu e respondeu em tom irritado:

Não é tia dela, é casada com o irmão do pai dela. Ela trabalhava num salão ridículo, que usa uns produtos criminosos. Quando ela chegou com aquele cabelo, quase caí pra trás. Ela ia fazer 6 anos. Foi briga pra mais de metro com o pai dela. Mas ela ficou igual a pinto no lixo com aquele cabelo [expressão pra dizer que ficou feliz], e só queria o cabelo assim. Mas aí levei num salão menos mau. Levei contrariada, mas levei.

Pedi que Maíra detalhasse o que a deixava contrariada na situação e indaguei por que mesmo assim concordou em levá-la. Com uma boa dose de amargura, ela disse:

Eu era voto vencido. O Roberto e ela achavam bonito. Ela chorava pelo cabelo. Eu fiquei possessa por uma questão clara de saúde. Química em cabelo de criança, eu já era contra naquele tempo. Hoje sou radicalmente contra. O cabelo dela sofreu uma queda horrível. Você imagina o que é uma menina de 5 anos achar que precisa de uma química pesada no cabelo pra sair de casa? É revoltante isso, e é o que a gente vê por aí [...]. E olha o cabelo lindo dela! Não precisava daquilo.

Tânia responde a Maíra com altivez: “É lindo hoje, que a gente sabe o que fazer, mas antes era duro, armado, cabelo de bucha”. Pedi que contassem o que aprenderam. Desenvolta, a menina responde: “Revelador de cachos, a tratar, a pentear com o garfo [tipo de pente], a cortar as pontinhas, passar produtos do salão da tia Lúcia (se eu pudesse, eu ia todo dia), a comer ovo, peixe e cenoura”.

Sobre os produtos e alimentos mencionados, explicou: “Produto da linha crespa: xampu, condicionador, máscara. Tem que passar pouquinho pra demorar a acabar e porque a gente tem que pagar o plano de saúde da vovó”. Dona Josefa sorriu com a resposta. Sobre os alimentos, Tânia disse que “sua mãe viu na internet que era bom para evitar queda”. Contudo não foram eficazes o bastante para conter o estrago feito pela química para alisamento: “O meu cabelo ficou muito fraco: caía pela casa toda, no banho, no tapete, no prato”. “Como

você se sentiu?”, perguntei para a mãe. “Arrasada. Já não sabia mais o que fazer para Tânia parar de chorar por causa do cabelo.”

Maíra contou então sobre algumas atitudes para reerguer os alicerces da filha: “Mostrei fotos na internet de mulheres e meninas negras que são famosas e que tinham o cabelo como o dela pra estimular, pra ela esquecer a ideia de alisar. Da Taís Araújo, que ela acha linda”. Tânia fala: “Linda, deusa, magra, alta, perfeita da cabeça ao pé”. “Também vimos o Facebook de pessoas conhecidas do meu trabalho, que eu acho lindas, e teve o da professora de capoeira, que era cheio de trancinhas, e aí ela quis fazer igual.” “Que tipo de trança?” “A jumbo⁸⁷ mesmo”. Ela passou a assistir *youtubers* que tem cabelo e tom de pele igual ao dela como Mc Soffia e Nataly Neri. Moda beleza e militância.

Tânia localizou no álbum uma foto de seus cabelos trançados no estilo *box braids*, com fios sintéticos coloridos entrelaçados aos seus cabelos, ora trançados com rosa, ora com azul, e outras trancinhas negras: “Eu amava muito, muito, muito. Deu saudade. O problema era que não era para sempre”. Maíra completou:

Era caro demais, não dava pra fazer com qualquer trancista, tinha que ter tempo pra tá no salão seis, sete horas, sentada, a cada dois, dois meses e meio, no máximo. Muitas vezes os horários não coincidiam, salão sempre com agenda lotada, a gente tinha medo de fazer em outro lugar pra não apertar demais [as tranças] e quebrar o cabelo que já estava frágil.

“A Tânia colocou com o cabelo em processo de queda?”, perguntei. “Nós cortamos e aí fizemos. [...] Ela adorava. Os primeiros dias, pra dormir foi fogo. Até se acostumar. Mas, assim, um cabelo sempre organizado, pronto pra sair.” Pedi que Tânia compartilhasse por que decidiu fazer as tranças: “Pra esperar crescer o meu cabelo de verdade e porque eu achava lindo o da Mári [professora de capoeira]. Primeiro eu fiz toda preta, aí, depois, coloquei a rosa e a azul”. Maíra disse: “Ficou dispendioso demais, demorado, aí a gente resolveu procurar um lugar que cuidasse do cabelo dela do jeito que é”. E completou: “Fui fazendo um trabalho na mente dela com livros com meninas negras, bonecas, aniversário com personagem negra, essas coisas, pra ela ir se empoderando, e hoje é essa gatinha empoderada”. Perguntei: “Você se sente uma gatinha empoderada?” “Sim, claro!” “O que é ser uma gatinha empoderada?” “É achar bonito meu cabelo, é pedir respeito quando alguém faz *bullying* e é estudar pra vencer na vida.” Josefa e Maíra se entreolharam com a altivez de Tânia. Bianca, ao dialogar sobre as *youtubers* negras, relatou que além dos tutoriais de maquiagem, penteados e afins – que inspiram suas práticas diárias de embelezamento – a

⁸⁷ Tranças mais grossas com extensões *box braids* de fios sintéticos, podendo-se utilizar fios coloridos.

partilha das apresentadoras acerca das situações de enfrentamento do racismo constitui um dos fatores que mais a motivou a assistir aos referidos canais.

Eu passaria a tarde fazendo perguntas sobre as fotos, mas era visível que Tânia já estava ficando cansada “daquela brincadeira”. Assim, seguimos de outra forma. Enquanto Maíra preparava o lanche, fui conhecer os brinquedos e os livros da menina. Entre os nossos diálogos sobre seus brinquedos, teci um elogio a uma de suas bonecas. Ela me disse: “É a princesa Tiana, é minha queridinha. Quem me apresentou foi minha melhor amiga”. E contou: “No ‘dia do brinquedo preferido’ [dia na escola em que cada criança leva o brinquedo que mais gosta para apresentar aos amigos], ninguém queria brincar comigo. A professora perguntou quem podia conhecer o meu brinquedo e ninguém quis, fiquei sozinha”. “Por que ninguém brincou com você?” “Minha mãe diz que é racismo.” “Você, o que acha?” “Acho que é.” “A Ester tava com a boneca da Rebeca, mas aí ela me ajudou, jogou três vezes comigo.” “Seu brinquedo era um jogo?” “Sim. Um joguinho de memória da floresta. [...] A Ester disse que eu não ficasse triste porque eu era igual à princesa Tiana. Eu não conhecia a Tiana. Aí minha mãe mostrou no YouTube.” “Você se acha parecida com a Tiana?” “Sim. Fiz o meu aniversário de Tiana. Pedi a minha avó pra comprar uma coroa e um vestido de Tiana, mas não deu certo, a roupa chegou depois, e a boneca. Na hora fiquei chateada, mas foi legal. Foi na minha outra casa, que era maior que essa. Tinha brigadeiro verde, minha mãe colocou uma foto da Tiana, o bolo tinha uma coroa verde perto da vela.”

A princesa Tiana, do filme *A princesa e o sapo* (2009), é construída e representada para o imaginário infantil sob uma perspectiva de raça e gênero. A análise de Roza (2018) sugere que o filme não inova ao apresentar a personagem no principal papel destinado às mulheres negras no cinema: o de serviçais. Tiana só se torna princesa quando se casa com o príncipe no final, e passa a maior parte do filme transformada em um sapo. Entretanto, o filme tornou-se importante por trazer a representatividade negra para o grupo das princesas dos estúdios Disney e também pela identificação de meninas negras com a protagonista.

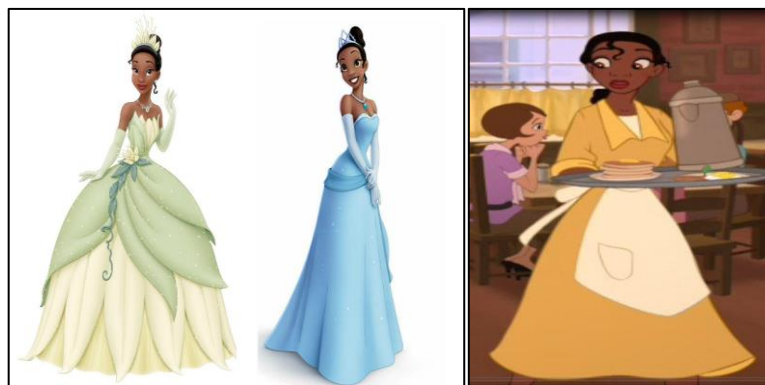


Figura 60 – Imagens da princesa Tiana

Fonte: Google Imagens ([2022]).

Na hora do café, quando mencionei o aniversário de Tânia com o tema de Tiana, Josefa relatou que deixou para comprar de última hora a fantasia e a boneca solicitadas pela neta para o aniversário, e em todos os comércios em que ia só conseguia encontrar, em suas palavras: “multidão de *Barbies*, *Frozens* e outras princesas. Foi um deus nos acuda. Deu até calo no pé de procurar [risos]”. E completou: “No meu tempo a gente fazia nossos brinquedos com sabugo de milho, pedrinha. A gente mesmo inventava na hora”. Depois Maíra encomendou o presente pela internet, e Tânia pôde vestir-se de Tiana e brincar com a sua princesa.

Uma das passagens mais fortes que ouvi no campo me foi dada de presente por Tânia. Com voz serena, ao conversarmos sobre a solidão que sentiu quando ninguém da sala de aula quis jogar seu jogo, ela disse: “Eu aprendi a não ficar triste de mim, mas ficar triste com o racismo, entendeu?”. “Como você entende racismo?” “Racismo é quando alguém quer ser melhor do que o outro por causa do tipo de cabelo liso e da pele clara, do olho verde, se sente mais merecido com as coisas.” “O que você acha dessa divisão de tipo de cabelo: lisos e crespos?” “É assim, ó: se alguém diz que o teu cabelo é uma moita, teu cabelo é duro, teu cabelo é feio, você não tem que ficar triste com o cabelo, mas com a pessoa que falou”, disse a menina. Como diria bell hooks, com seu cabelo de rainha. Eu aprendi a não ficar triste de mim, mas ficar triste com o racismo, entendeu?”.

6.2 O QUE DESVELAM AS NARRATIVAS DAS CRIANÇAS?

6.2.1 O mundo das coisas da beleza

Ao nos debruçarmos nas narrativas de Tânia, João, Sandra, Maia e Taila, percebemos o “mundo das coisas da beleza” em movimento. Assim, as crianças não apenas convivem com artefatos, itens e produtos destinados ao embelezamento físico que estão

massivamente presentes nas vidas dos adultos próximos a elas, mas contam com todo um conjunto de produtos forjados diretamente para sua faixa etária. Basta uma simples ida a shoppings, comércios populares, feiras e veremos uma abundância de cosméticos, acessórios, vestuários, adornos, saltarem das prateleiras mais altas para as mais baixas, estrategicamente localizados para serem vistos e desejados pelas crianças. Os movimentos de pesquisa vivenciados tanto nos salões como nas casas mostram como essas crianças estão presentes nesses espaços, envolvidas por esses objetos e em relação com eles.

Com Appadurai (1986), observamos como essas “coisas” carregam uma vida social. Elas têm força de agência e, portanto, na trilha do autor, é possível afirmar que, da mesma forma que essas crianças dão valor a esses objetos, esses objetos dão valor a essas crianças. O consumo se configura como ato social, relacional e ativo; um processo dialético que integra coisas, sujeitos e contextos. Pensemos, por exemplo, nos brinquedos fortemente divulgados pela mídia, presentes nos quartos dessas crianças: as *Barbies* de Maia, com seus corpos longilíneos, sempre na ponta dos pés; as bonecas Polly de Sandra, com mil possibilidades de trocas de roupas e acessórios; os super-heróis fortes e musculosos de João; a princesa Tiana, com sua silhueta magra, seus cabelos cacheados presos, admirada por Tânia.

Não se trata de meros bonecos e bonecas passivos e inertes, há ali, na constituição desses objetos, uma comunicação com padrões estéticos hegemônicos que têm força para produzir e demarcar determinadas formas de perceber as aparências físicas, embora seja importante que se diga que esses objetos podem ser inteiramente transformados nas brincadeiras, riscados, picotados, desmontados e ressignificados nos movimentos e dinâmicas criativos dessas crianças. Lembro-me de João e o irmão brincando que os super-heróis eram personagens de uma série chamada *Casa de Papel*, cujos protagonistas assaltam o banco central da Espanha. A capa do Batman, naquela ocasião, acabou virando um cabelo comprido para representar a Nairóbi, uma das personagens femininas da série.

Daniel Miller (2013), ao se debruçar no estudo da vida material, elege os objetos como uma pedra de toque para a análise social e o entendimento dos sujeitos. O autor nos instiga ao exercício de compreender, na mesma medida, o que as pessoas fazem com os objetos e o que os objetos fazem com as pessoas (MILLER, 2013, p. 66). Em seu horizonte, será justamente essa “apreciação mais profunda das coisas que nos levará a uma apreciação mais profunda das pessoas” (MILLER, 2013, p. 12).

Nessa ótica, cada um desses brinquedos, cosméticos, acessórios, itens de beleza e demais objetos passam a ter um significado próprio cada vez que se tornam parte da vida de uma dessas crianças. O objeto é transformado a partir de sua associação íntima com um

indivíduo e/ou grupo social particular e das relações que, desse modo, se estabelecem. Assim, como assinala Miller (2013), o consumo se configura como uma engrenagem de transformação de artefatos alienáveis em cultura inalienável. O autor argumenta, inclusive, que a melhor maneira de entender como se dá essa transformação é exercitar um olhar etnográfico capaz de perceber com riqueza de detalhes as apropriações diferenciadas e particulares dos objetos e as ações também diferenciadas e particulares que os próprios objetos provocam nas pessoas, sem perder de vista, que nem todas as vezes os objetos fazem o que os sujeitos gostariam.

Taila guarda suas medalhas numa *nécessaire* da Avon. Ela ressignifica esse objeto marcando sua preferência, numa clara peleja com a mãe, que insiste que ali deve ser o espaço para guardar algo que, na percepção de Livia e de uma visão social corrente, seria o “normal” para uma *nécessaire* de menina. Tânia sonhou em vestir a roupa da Tiana, a princesa negra da Disney, em seu aniversário, mesmo que tenha implicado sua avó num esforço de encontrar essa roupa num comércio com abundância de vestimentas de princesas brancas. Lembremos os acessórios e maquiagens de Maia. Para alcançá-los, ela procura evitar os doces durante a semana inteira, comportando-se adequadamente aos olhos da mãe. Nas mãos da menina, esses mesmos objetos vão virar moeda de troca por afeto e biscoito com as amigas, burlando o regime prescrito pela nutricionista. Pensemos também na coleção de camisas de super-heróis de João e nos frascos de perfume, objetos acionados para enfrentar um lugar onde, como a professora disse, “João mata um leão por dia”. Perfumes, heróis e tênis caros aparecem como recursos para desafiar o colega que menciona que João tem “cara de pobre” e é “fedorento”. Prestemos atenção ainda no papel desempenhado pelas roupas na vida de Sandra, no empenho de trocá-las várias vezes para ficar mais bonita.

Ao mirar as narrativas das crianças a partir de Miller (2013), é possível ultrapassar a visão cristalizada da separação entre objeto e sujeito ou mesmo o olhar simplista de que objetos representam apenas símbolos. Tênis, perfumes, roupas, *nécessaires* e acessórios supracitados exercem muito mais do que uma função prática, têm agência sobre as vidas dessas crianças. Partindo-se das relações que estabelecem com esses objetos, é possível perceber em profundidade como Taila, Tânia, João, Maia e Sandra “chegam a ser o que são e a ver o mundo da maneira particular como o fazem” (MILLER, 2013, p. 82). Esses objetos agenciam relações entre as crianças e seus pares, promovem, por vezes, vínculos, sentimentos de proximidade e, em outros momentos, são razão de conflitos.

As narrativas mostram que as crianças exercem papel ativo nos movimentos do consumo. Na particularização desses objetos e na relação com eles, dinamizam as ações de

reiteraões e/ou enftretamentos das moralidades produzidas em torno das estéticas corporais, como na peleja contra as discriminaões das corporalidades, que reflete uma peleja por direitos. Se acordarmos que é com a interação com os objetos que a nossa existência no mundo é construída, livros, roupas, jogos, filmes, produões literárias, audiovisuais e artísticas, acessados por crianças e sujeitos de todas as idades, deverão ser repensados coletivamente no enfrentamento das pressões estéticas.

A pesquisa revela que não se trata de pura e simplesmente apontar que a produção mercadológica da beleza passe a contemplar todas as cores de pele, classes e idade ou que estampe em propagandas pessoas de diferentes fenótipos. Trata-se de uma reflexão coletiva mais profunda sobre o consumo, a vida material dinamizada, as mensagens veiculadas.

Recordo-me de Taila falando que, ao acessar determinados produtos ou serviços estéticos, sentia-se uma “gatinha empoderada”. Contudo as vivências narradas no curso da pesquisa apontam que não basta que o indivíduo simplesmente consuma produtos que exaltem a diversidade dos corpos para pensar que o seu corpo é empoderado, que está livre das pressões estéticas. Dirimir essas pressões estéticas é pensar o empoderamento, como diz Joice Berth (2018), baseando-se nos princípios da teoria da conscientização de Paulo Freire, como um instrumento de luta social. O indivíduo se empodera quando o coletivo se empodera. Pensemos em João. Ele tem recursos financeiros, estuda em umas das escolas mais caras de Brasília e isso não o preservou de sofrer racismo na escola. Assim, os dados sugerem que as imagens positivadas da diversidade no mercado da beleza, bem como a proliferação de seus produtos para todas as classes não impede que as crianças diariamente convivam com problemas estruturais como racismo, homofobia, machismo, heteronormatividade compulsória, gordofobia.

6.2.2 Balanças, espelhos e as métricas da beleza

A balança ilustrada com as princesas esbeltas de Maia; o espelho tão visitado por João; o prato de sobremesa de Sandra, eleito como estratégia para diminuir a quantidade da refeição; o biquíni fazendo as vezes de calcinha para reduzir o tamanho da barriga demonstram como a relação dessas crianças com esses objetos e tantas outras cenas presentes em suas narrativas são reveladoras de como o estímulo e/ou pressão para “ser bela/o” não implica apenas em investir nos cuidados diários dos cabelos, rosto, unhas, pele, como já explicitado nos capítulos anteriores. É preciso acompanhar com atenção o controle do peso e das medidas de suas formas físicas.

Atenção e controle estão em sintonia com valores propagados no Brasil, que, como assinala Joanna Novaes (2016), movimenta um forte imperativo do corpo magro, vivenciado, nas mais diferentes regiões e classes sociais, como uma necessidade fundamental, sinônimo de beleza e saúde. Vale frisar que a ideia de medidas corporais que designa o que corresponde a corpo magro, gordo ou obeso é uma construção cultural e, portanto, está em disputa. Mencionarei adiante, por exemplo, a miríade de discursos, tecnologias e agências que gestou aos poucos a ideia de que a gordura é sinônimo de doença e a magreza de saúde.⁸⁸

O corpo magro é massivamente espetacularizado nas mídias, permanentemente elogiado nas redes sociais, nos programas de tevê, nas bancas de revista. Contudo é um corpo cujas medidas estão seguramente distantes das silhuetas da maioria das/os brasileiras/os. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2015, 52,6% do povo brasileiro está com sobrepeso e esse número tende a aumentar 15% até 2025, conforme a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO). Para Novaes (2006), uma das faces mais marcantes do imperativo da magreza consiste, justamente, no fato de o corpo gordo passar a ser a forma representativa da feiura, levando os sujeitos a uma exclusão socialmente validada.

Um dado emblemático que revela a face do imperativo da magreza é o aumento em mais de 140%, entre 2011 e 2021, do número de procedimentos cirúrgicos estéticos em jovens insatisfeitos com seus corpos, conforme matéria do Jornal da USP: “De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), dos quase 1,5 milhão de procedimentos estéticos feitos em 2016, 97 mil (6,6%) foram realizados em pessoas com até 18 anos de idade” (LOURENÇO, 2021, n.p.). A lipoaspiração para afinar as medidas da barriga é um dos procedimentos mais realizados, junto com a rinoplastia e o implante de silicone.

Embora os homens estejam aderindo, cada vez mais, às cirurgias plásticas, esses procedimentos são realizados principalmente por mulheres jovens. As pressões estéticas relacionadas ao peso recaem de maneira intensiva sobre suas silhuetas devido à associação entre beleza e magreza como ideal para seus corpos. Polain (2013) é categórico ao afirmar que elas são mais suscetíveis às estigmatizações em relação ao peso.

Como vimos nas narrativas, Taila, João, Tânia, Maia e Sandra vão sentindo, dialogando, reiterando, deslocando e/ou pelejando com os discursos e dispositivos que compõem esse imperativo da magreza: “Quando eu for grande, faço logo uma lipo. Minha

⁸⁸ Vigarello (2012) reflete sobre a ascensão e queda do corpo gordo.

mãe já fez três vezes, sabia?!” [Maia]; “Eu tô de dieta, mas eu vou com você.” [Sandra respondendo a um convite para o lanche]; “Linda, deusa, magra, alta, perfeita da cabeça ao pé.” [elogio de Tânia à silhueta da atriz]; “Quero ficar com a barriga chapada, cheia de gomo.” [João]; “É magra de ruim! É a sorte dela, tem que agradecer a Deus [...], podia ser uma balofa!” [Lívia, mãe de Taila, referindo-se às medidas da filha].

Nesse sentido, as crianças vão construindo suas trajetórias em contextos em que os seguintes gestos são considerados triviais: aferir o peso várias vezes ao dia, contar as calorias de cada alimento, examinar-se nos espelhos com frequência e olhar severo, exercitar-se intensamente ainda que o corpo esteja extenuado, investir parte significativa do orçamento familiar em procedimentos estéticos, consumir dietas restritivas e inibidores de apetite, evitar as festividades para manter a dieta, chamar alimentos de “lixo” por serem considerados engordativos, sentir-se diariamente angustiado e culpado por estar além do peso estabelecido como ideal.

Esta pesquisa aponta a importância de se reconhecer o que, nessa miríade de discursos e práticas que gravitam em torno do embelezamento, de fato se alinha à adesão de hábitos saudáveis, ou seja, favoráveis à saúde física, emocional, mental, psicológica e social dos sujeitos de diferentes idades. Por outro lado, é preciso também distinguir quais discursos e práticas geram tanta insatisfação com a própria imagem que chegam a empobrecer as trajetórias dos sujeitos, inundando-as de sentimentos de impotência, rendendo um repertório de dores, culpas e traumas. Estabelecer essa diferenciação constitui, sem dúvida, tarefa delicada e uma chave para realizá-la, insisto, é compreender como os sujeitos instituem, em termos de características físicas, o corpo belo, as demandas para conquistá-lo, o que significa viver essa busca e o que representa ter esse corpo.

É verdade que podemos detectar, inclusive, nuances diferenciadas nos conjuntos de características físicas que vão sendo eleitas como sinônimo de corpo belo. Para a irmã de Taila, bela é a silhueta farta e curvilínea das dançarinas de pagode e funk bum bum, com seios grandes e coxas grossas e definidas, aparência física bastante apreciada por muitas mulheres e meninas com quem interagi na Sol Nascente. João admira braços musculosos, “barriga chapada com gomos”. Já na ótica de Sandra e Maia, os corpos esguios das atrizes brasileiras Bruna Marquezini e Marina Ruy Barbosa são o que há de mais belo, silhueta bastante apreciada entre as mulheres e meninas de classe média alta com quem troquei. Essa diferença sinaliza que as concepções de “corpo perfeito” podem se diferenciar conforme contextos e estratificações sociais. Quando falamos em padrão de beleza, há particularidades que precisam ser reconhecidas e contextualizadas, contudo é inegável a forte presença nas

diferentes paragens de uma dinâmica de desvalorização, julgamento, controle, patologização e cerceamento do corpo considerado gordo.

Em muitos dos contextos do campo de pesquisa, o corpo gordo é visto como uma doença, algo a ser combatido, eliminado, corrigido desde a infância. Essas ideias atravessam as rotinas de muitas crianças e nutrem efeitos variados, desde um olhar rígido sobre suas próprias medidas e as medidas dos seus pares até uma relação desafiadora com atos como se alimentar, vestir e socializar.

Lembremos do tratamento dispensado por Renan a Maia, chamada de “bolota, rolha de poço, baleia enferrujada, gorducha sardenta”. Em uma ocasião, o menino recomendou que Maia fosse excluída da festa, caso contrário haveria o risco de ela comer sozinha todas as guloseimas, insinuando que ela perderia o controle. Em outra ocasião, no jogo de futebol, falou que poderia confundi-la com uma bola. Diante das duas situações, o riso coletivo cortou Maia como faca afiada e ela disse que “chorou de ódio”.

Não é exagero afirmar que há uma permissão social para as ofensas proferidas por Renan e o riso de cumplicidade de seus amigos, uma vez que são recorrentes, na contemporaneidade, a ridicularização corpo gordo, com consequente chacota. Maia disse ser vítima de *bullying*, que, no seu entendimento, consiste em “fazer a pessoa sofrer, passar vergonha na frente de todo mundo”. Durante a pesquisa de campo, foram contundentes os relatos na direção do que Maia passou.

A menina também precisa lidar com os cuidados dispensados pela mãe em relação ao peso e às medidas da filha. Imbuída da tríade fortemente propagada do corpo magro/beleza/saúde e seu contraponto, corpo gordo/feiura/doença, ela mobiliza toda sorte de investimentos para que Maia consiga emagrecer: estratégias como o “dia do sim”, acompanhamento de nutricionista, regulação dos alimentos, prática de exercício físicos, tratamento psicológico. A fala da mãe de Maia de se preocupar com o peso da filha é bastante legitimada socialmente quando argumenta a preocupação com a saúde.

Maia vai agenciando essas relações, ora lançando mão de estratégias para comer escondida, ora faz a dieta, ora diz que é melhor ser feliz que ser magra, ora chama a atenção para como essa magreza traz privações, disciplinas e o compromisso com uma série de práticas que não lhe aprazem, como o balé, ora suspira de admiração pelo corpo magro de sua amiga que ocupa a primeira fila nas apresentações.

Já Sandra, apreciada em suas redes por sua beleza física desde bebê, iniciou um processo de emagrecimento quando uma colega começou a ganhar mais elogios da melhor amiga. Nota-se um valor exacerbado da aparência física e uma lógica intensamente

competitiva, uma “batalha de *looks*”, na qual o próprio sentir-se aceita entra em guerra. A menina que cresceu sob uma enxurrada de elogios parece acolher a beleza física como um dos fatores mais contundentes de sua vida e seu principal valor.

Diante do exposto, ações como não comer, comer escondido, trocar muitas vezes de roupa não são frívolas, inconsequentes, loucas, mas práticas sociais que estão em diálogo com os valores, significados e exigências sociais em relação aos corpos. Essas exigências, diga-se de passagem, não recaem sobre todos os corpos da mesma maneira.

Quem pode consumir determinadas dietas nesse país que, de acordo com a Euromonitor (2016), é o 5º maior mercado de alimentos e bebidas saudáveis do mundo? Quem tem tempo para fazer comidas balanceadas? Quem pode comprá-las? Quem pode contar com o apoio de nutricionistas? Quem pode pagar por academia, ou mesmo encontrar uma hora vaga para se exercitar em meio a uma rotina de emprego precarizado? Quem recorre a medidas drásticas que atentam contra a saúde para emagrecer? Conforme nota do Ministério da Saúde (2021), a estimativa é que 6,4 milhões de crianças tenham excesso de peso no Brasil, e 3,1 milhões já evoluíram para a obesidade (MINISTÉRIO [...], 2021). Quais dessas crianças têm à sua disposição os recursos de Maia (nutricionista, aula de dança, natação, boa alimentação, terapia)?

O trabalho de Sant’Anna (2016) é exemplar a esse respeito, ao mostrar as relações entre a estratificação social e a obesidade. Em seu olhar, esta última firmou laços cada vez mais estreitos com a falta de recursos financeiros. A historiadora considera como tarefa árdua para uma parcela da população de baixa renda consumir alimentos saudáveis, pois, além dos preços altos, essas populações enfrentam jornadas extenuantes de trabalho e no transporte público, por isso não disponibilizam tempo para prepará-los. A autora desnaturaliza, portanto, os discursos que ligam a obesidade ao fracasso pessoal por não se ter perseverança ou engajamento o bastante para seguir um regime.

No que tange à obesidade infantil, um estudo do UNICEF (S/D) mostra que o sobrepeso e a obesidade são frequentemente identificados em crianças de 5 anos em todas as classes sociais e nas diversas regiões brasileiras. Os dados da pesquisa entram em sintonia com Sant’Anna (2016), que declara que as crianças mais pobres no território nacional são cada vez mais afetadas. Alimentos industrializados, ricos em açúcar, sódio, gordura e pobres em nutrientes, diminuição da prática de atividade física são alguns dos elementos que intensificam essa realidade. Vale salientar, ainda, conforme estudo de Novaes (2015), que pode ser comum a ideia, presente em camadas populares, de que as mães devem manter seus

filhos gordinhos, pois isso é sinônimo de zelo, de saúde, de um bom cuidado em contextos sociais em que a desnutrição é sempre uma ameaça devido à insegurança alimentar.

Cruz (2016), em estudo bibliográfico sobre obesidade infantil em artigos científicos brasileiros publicados ao longo de 33 anos, revela que a área que mais publica a esse respeito é a de epidemiologia. Conforme a autora, os artigos de modo geral advogam que a obesidade de crianças é uma preocupação concreta no campo da saúde pública, pelos riscos do desenvolvimento de diabetes, doenças cardíacas e respiratórias.

No entanto, na ótica de Cruz (2016), a compreensão da obesidade infantil carece de estudos que tratem a questão para além do prisma da doença. Ela assinala que “[o] processo de transformação da obesidade em doença e, conseqüentemente, em epidemia e pandemia, demonstra o quanto a normatização dos corpos se dá a partir de ideais de magreza, baseados em alimentação saudável e atividade física” (CRUZ, 2016, p.1). Essa vinculação normatizada entre gordura e doença estimula que as pessoas tenham um olhar incisivo e vigilante sobre os corpos, como se tivessem o direito de repreender as medidas alheias. Penso em Sandra nas festas familiares, dizendo que os parentes deviam emagrecer.

Poulain (2013) faz esse exercício de olhar sociologicamente para a obesidade, refletindo acerca das atuações históricas e sociais dos diversos setores que gravitam em torno do tema, como biomedicina, indústria do emagrecimento, indústria cosmética e estética, indústria farmacêutica, setores da publicidade. Seu empenho está em compreender as agências dessas indústrias, que passaram a atribuir à obesidade, considerada até a década de 1990 como fator de risco para saúde, a alcunha de “pandemia”. O autor se engaja, especialmente, em entender os processos que instituíram necessariamente a obesidade como uma doença e o emagrecimento como sinônimo de saúde.

Desse ponto de vista, se alguém sai minimamente do peso ideal, não são apenas as medidas que são julgadas, mas o próprio comportamento dessa pessoa. O corpo é moralizado, produzindo uma visão gordofóbica, ou seja, uma opressão social legitimada vivenciada pelos corpos gordos por meio de estereótipos, ofensas, discriminação, preconceitos.

Nesse sentido, retomo o que disse a mãe de Maia: “É uma criança gulosinha e preguiçosa pra exercício físico. Por isso que ela tem que acordar enquanto é nova, entende? Enquanto tem jeito ainda. Depende muito dela, sabe?”. Essa fala parece atribuir a Maia toda a responsabilidade. Ao dizer que Maia tem que acordar, é como se a menina estivesse numa postura de relaxamento, descompromisso e a expressão “enquanto tem jeito ainda” parece dizer que, caso Maia não consiga emagrecer, sua vida estará perdida. Não há, por exemplo, uma reflexão sobre a conjuntura paradoxal de viver em uma sociedade na qual a comida se

transforma em mercadoria, em que os sujeitos estão sempre cercados por convites para consumir guloseimas. No caso das crianças, elas têm geralmente princesas, heróis e outros personagens conhecidos ilustrando as embalagens de comidas em outdoors, propagandas, empresas de *delivery*, ao passo que convivem com o imperativo da magreza divulgado de modo espetacular pelos meios de comunicação de massa.

As narrativas apontam que as crianças atentam que os corpos magros são os das celebridades que admiram, os que ocupam a primeira fila da apresentação de balé, os que ganham as “batalhas de *looks*”, os que merecem o “dia do sim”, são os mais apreciados em suas redes. Como sinaliza Sant’Anna (2016), a partir da década de 1990, “o índice de massa corpórea (IMC) aliou-se ao peso e à numeração da roupa e transformou-se em mais um dado numérico inventado para integrar a identidade pessoal” (SANT’ANNA, 2016, p. 141).

Não é à toa que Sandra fica tão angustiada quando vai a uma loja de roupas em que tudo parece ficar apertado nela. Como salienta Miller (2013), a nossa existência enquanto sujeitos com identidades culturais e sociais é feita, desde o início, com e pelas roupas. Mirela Berger (2010) aponta mudanças nos padrões das roupas, que vêm diminuindo progressivamente de tamanho. Por isso, é possível que mulheres não obesas não consigam comprar em lojas de departamento, pois o tamanho G de hoje é o P de anos atrás. Com toda essa restrição, não é para menos que os estudos de Novaes (2015), em seu Núcleo de Doenças da Beleza (PUC-Rio), sinalizem que o adoecimento relacionado à busca pela beleza está aumentando, incluindo bulimia, vigorexia, compulsão alimentar.

É certo que o mercado não perde de vista o número crescente de possíveis consumidores obesos, que só aumenta no país. Para esses corpos há a moda *plus size*. Marcela Betti (2015) realizou uma primorosa pesquisa procurando avaliar o quanto essa moda contribuía para os movimentos de afirmação do corpo gordo, para um ideal de beleza mais plural e mais próximo das mulheres comuns. No entanto a pesquisadora salienta que esse segmento não é livre de um processo de construção de normas e padronizações. As modelos *plus size* são mulheres jovens brancas que vestem entre os números 44 e 56.

Como se vê, “vamos produzindo determinados corpos que têm o direito a um conforto público nos espaços sociais” (AHMED, 2015, p. 228). Um corpo magro, um corpo branco, um corpo com cabelos lisos, um corpo de pele lisa sem manchas. Isso relega muitos outros corpos. Esses corpos que correspondem à beleza padrão não contemplam nem de longe a maioria.

Sara Ahmed (2015) nos estimula a pensar como as emoções desvelam de forma pungente as histórias íntimas dos corpos no âmbito público. Em sua perspectiva, as emoções

precisam ser vistas para muito além de uma perspectiva psicologizante e visceral, mas numa perspectiva social, mediada pelas relações com pessoas e objetos. Para autora, as emoções produzem uma gramática capaz de desvelar os meandros das relações de poder e, conseqüentemente, as formas de resistir, reiterar ou modificar essas relações. São perguntas que movem a autora: “O que as emoções fazem?”, “Qual o lugar das emoções para mobilizar a mudança ou, então, reatualizar as normas sociais?”. É com a força dessas questões que ela nos faz mirar o medo, a vergonha, o amor e a repugnância; e é sobre a repugnância que eu gostaria de olhar de forma mais detida neste momento da análise.

No capítulo “A performance da repugnância”, Ahmed nos instiga a pensar sobre os caminhos coletivamente construídos para que determinados corpos sejam considerados repugnantes. Sentir repugnância, nesse prisma, não diz respeito apenas a um estado interior psíquico, a uma qualidade inerente. Diz respeito a convenções que são produzidas nas relações, em zonas de contato. A autora se engaja, portanto, em compreender os atos de fala que são produzidos quando algo é classificado como repugnante. Dessa feita, as designações geram efeitos, ou seja, corpos repugnantes não existem por si só; e, sim, são produzidos quando nomeados. Dizer “esse corpo é repugnante” produz um efeito de construí-lo socialmente dessa forma, de criar significados, de instaurar uma verdade fortemente naturalizada sobre esse corpo. Instaura, portanto, distâncias, produz solidões, como se sua presença fosse uma forma de enfermidade.

Há, assim, conforme Ahmed uma forte relação de hierarquização entre os espaços e os corpos que escolhemos como dignos de admiração, cuidado e aqueles que incomodam, desconfortam, causam repugnância. Pensemos nos cabelos de Tânia apontados como alvo de piolho, o corpo de Maia que não pode estar na primeira fila do balé, lembremos do corpo sempre criticado de Taila. João teve que mudar de cidade para fugir do racismo da própria família. Conhecer essas trajetórias é reconhecer que esse padrão de felicidade massivamente divulgado restringe as formas de ser e viver. Conhecer as trajetórias de dores é ter consciência da estreita relação entre estética e política.

Trabalhar a performance da repugnância implica em tecer uma reflexão política em que essas experiências despedaçadas sejam impulso para uma crítica ao modo como a felicidade é refletida em determinado tipo de corpo. Se determinado padrão estético que moraliza cor de pele, tipo de cabelo, tamanho, formas é sinônimo de felicidade, é preciso recusar a felicidade prescritiva. Apostar numa performance da repugnância é inovar, portanto, nos diálogos que vão de encontro às pressões estéticas, promove cenas de ruptura com padrões de beleza adoecedores. Construir outras cenas em que João não precise matar um

leão por dia, em que Sandra não precise temer se alimentar por medo de engordar. Cenas que movimentem, perguntas como a de Taila: “Todo mundo tem que gostar das mesmas coisas?” Ou atitudes como as de Tânia: “É assim, ó: se alguém diz que o teu cabelo é uma moita, teu cabelo é duro, teu cabelo é feio, você não tem que ficar triste com o cabelo, mas com pessoa que falou (...). Eu aprendi a não ficar triste de mim, mas ficar triste com o racismo, entendeu?”.

6.2.3 Controles remotos, telas e as conexões da beleza

As narrativas de Maia, Sandra, João, Taila e Tânia evidenciam como as telas possuem um lugar significativo em suas rotinas e acionam um teor pedagógico no que diz respeito à produção e ao consumo do embelezamento. Os toques habilidosos em *tablets*, celulares, controles remotos de videogames, entre outros aparelhos, dão acesso aos desenhos animados, filmes, jogos, vídeos com super-heróis, princesas da Disney, artistas, atletas e *youtubers* preferidos. Muitos desses personagens representam os seus referenciais de corpo belo.

Aliás, essa proeminência das telas atravessa o dia a dia de muitas outras crianças que conheci ao longo da pesquisa. Seções corriqueiras de *selfies* produzidas e publicadas em suas próprias redes sociais, assim como cenas de crianças que não completaram um ano e já deslizam os dedinhos nas telas dos smartphones (*touch screen*) são lugares comum nos diferentes contextos estudados. Além disso, a pesquisa de campo mostrou que meninos e meninas pertencentes a famílias com alto poder aquisitivo, recorrentemente, possuem seus próprios *tablets*, *smartphones* e computadores. Por sua vez, as crianças de famílias com recursos financeiros mais escassos não ficam alheias a essas tecnologias. Utilizam celulares de familiares, os computadores da escola e lançam mão das *lan houses* situadas nas proximidades de seus lares; assim como faz Taila. A este respeito, Ames (2016, p. 6) afirma que “o acesso a bens culturais tais como computadores, celulares, *tablets*, aparelhos portáteis está muito estendido, mas de modo desigual. Nem todos acessam a tudo e nem todos os aparelhos são similares em capacidade e potência”.

Para esta seção, foco nas relações que Taila, Tânia, João, Maia e Sandra estabelecem com os vídeos veiculados no Youtube e protagonizados por outras crianças⁸⁹. Essa escolha se dá tanto pelo lugar significativo que esses vídeos ocupam em suas rotinas

⁸⁹ Nos contextos pesquisados, os vídeos infantis possuem uma maior margem de consentimento dos pais e mães. Por isso, nessa seção volto o olhar para eles. Deixo para futuras análises as relações entre vídeos de *youtubers* adultos e audiência infantil.

como pelas inspirações acerca da produção e o consumo da beleza física. Tais vídeos são acessados não apenas nos salões, mas em suas casas e em outros espaços de sociabilidade⁹⁰. De forma recorrente, os seus conteúdos dialogam e aproximam-se das noções de beleza, dos serviços e das narrativas que circundam os diferentes salões estudados, tornando-se, assim, pedagogicamente complementares. Ao assistirem a esses vídeos, as crianças convivem com práticas e valores anunciados em torno da beleza física e das formas de ser.

A intenção, portanto, passa ao largo de fazer um estudo dos vídeos ou dos canais do YouTube mencionados, mas antes compreender como as relações que as crianças estabelecem com os conteúdos neles veiculados ressoam na forma como se relacionam com seus corpos e belezas⁹¹. Esta seção é escrita inspirada no que assinalam Miller e Horst (2015, p. 91) “o espaço digital, assim como toda a cultura material, é mais do que um substrato; está constituindo-se como parte do que nos faz humano”.

Sandra, Maia e Tânia, assim como muitas outras meninas com quem conversei nos salões, afirmam que seus vídeos preferidos são aqueles que gravitam entorno da produção do embelezamento: tutoriais de maquiagem, de penteados e de cuidados com as unhas, além de temas relacionados à moda. Tais vídeos possuem um tom íntimo e afetivo, o que fortalece, sobremaneira, a vivacidade da relação, por meio digital, das crianças com as apresentadoras dos canais e, presumo, fortalece também a relação das próprias *youtubers* com sua audiência.

São comuns, nesses vídeos, narrativas sobre atividades do cotidiano, que contemplam desde brincadeiras preferidas, rotina escolar e de alimentação, até momentos de sociabilidade, como passeios no shopping e idas aos salões de beleza. Geralmente, personagens como as princesas Disney e as bonecas Barbie integram as cenas, seja adornando os figurinos das apresentadoras, nas ilustrações dos produtos e cosméticos, ou nos detalhes da decoração dos “cantinhos” preferidos nos lares. Diversas cenas são gravadas nos próprios quartos das *youtubers*, o que, entre outras coisas, denota uma marcante publicização da esfera privada.

⁹⁰ Para essa discussão sobre a infância online, completamente conectada à internet, games, celulares, computadores e tablets e a forte incidência nas vidas de crianças de diferentes segmentos sociais, foram centrais os trabalhos de Girardello (2008) e Dornelles (2005). As autoras possibilitam pensar que por meio do uso dessas possibilidades virtuais interativas, as crianças encontram novas formas de se sociabilizarem e de se produzirem como sujeitos infantis.

⁹¹ Uma pesquisa de grande porte intitulada “Geração *YouTube*: um mapeamento sobre o consumo e a produção infantil de vídeos para crianças de zero a 12 anos no Brasil”, realizada pela ESPM Media Lab entre 2015 e 2016, aponta que a audiência de canais de *youtubers* mirins cresceu quase 6 vezes em um ano no Brasil. Por sua vez, o número de visualizações dos canais feitos por crianças na plataforma teve um aumento de 564% no mesmo período. Outro dado relevante foi o aumento do número de inscritos nesses canais: 550%. Além de mostrar a forte incidência de vídeos feitos para (e por) crianças, o estudo mostra como há neles o estímulo ao consumo e como o universo do embelezamento está presente como um dos temas centrais

Nas trilhas de vídeos indicadas por Sandra e Maia e – por tantas outras meninas com quem interagi nos salões – os canais com maior número de acessos e atenção midiática contam com a apresentação de meninas magras, não negras e com cabelos lisos. Sandra e Maia mencionaram respectivamente os canais: Bel para meninas e Manoela Antelo. Esses dois compõem, inclusive, os *rankings* de acesso entre as frequentadoras dos salões, conjuntamente com os canais da Julia Silva, Planeta Gêmeas, Juliana Baltar e Nanda Lima.

Taila, por sua vez, não soma nessa audiência. Ela prefere canais de meninas que versam sobre jogos digitais, como o da Bibi gamers. Ela também aprecia assistir o programa jogo aberto o qual a comentarista esportiva é loira, alta, magra. Aliás, ao observar os comentários dos vídeos sobre os dois canais, podemos vislumbrar elogios a performance de Bibi e Renata Fan, mas também uma enxurrada de ataques às protagonistas, geralmente advindos de uma audiência masculina expressando que estas não são aptas a falar sobre futebol e games; sendo isso de competência de homens e meninos.

Tânia também mencionou os vídeos de Manoela Antelo e Juliana Baltar, contudo, ultimamente, ela tem acompanhado, com entusiasmo, os canais de *youtubers* negras como o da Mc Soffia. Nesses canais, há um engajamento no que elas designam de “luta contra o racismo”. Nesse horizonte, são prevalentes os relatos de situações difíceis vivenciadas na escola e em outros espaços de sociabilidade, nas quais seus corpos, rostos e cabelos são alvejados com ofensas e rejeições. Diante disso, as apresentadoras aconselham a audiência a reagir com altivez. Tecem, a seu modo, uma contestação sobre a vigência de um padrão de beleza branco e acionam uma série de estratégias para tal, desde a composição de canções, a sugestão de cosméticos direcionados à valorização dos cabelos crespos e da pele negra até a indicação de livros com o mesmo intento.

Nos vídeos indicados por Sandra, Maia e Tânia, fica evidente que a maioria das apresentadoras brancas, assim como a maioria das apresentadoras negras, coloca a questão estética como central em suas pautas. Todavia, as primeiras, quando abordam esse assunto, parecem apresentar uma beleza universal, digna de reverência; ao contrário, as segundas abordam uma beleza que precisa ser defendida diariamente e que liberta das injúrias e ofensas racistas. É possível repensar, portanto, a ideia comum em nosso meio social de que é melhor não conversar sobre racismo com crianças para não o alimentar ou despertá-lo. A pesquisa apontou que algumas crianças não apenas enxergam o racismo, como galgam espaços para dialogar sobre isso e travam, com suas particularidades e possibilidades, suas lutas a esse respeito.

No caso de João, assim como a maioria dos meninos com quem dialoguei indicou-me canais protagonizados por outros garotos. Geralmente, são meninos magros, de cabelos lisos, não negros que apresentam os canais mais populares. As concepções de beleza são dinamizadas a partir da figura do herói, das brincadeiras de ação. Os super-heróis da Marvel, bem como os protagonistas dos filmes de ação estão, recorrentemente, presentes nas cenas, seja em seus próprios figurinos, nos produtos apresentados, na decoração de seus quartos. João indicou, por exemplo, o canal do *youtubers* mirim João Pedro SJS e do Luccas Netto, este se autodescreve como uma “eterna criança”, dono de um dos mais expressivos canais em termos de audiência no país. Ambos seguem a linha de jogos, aventuras e desafios⁹².

Algo comum no conjunto de vídeos mencionados por Tânia, Maia, João, Sandra e Taila que, por mais diversos que sejam, é a apresentação de produtos, jogos e brinquedos infantis. As/os apresentadoras/es demonstram detalhadamente marcas, funcionalidades e técnicas de uso de toda sorte de produto. É prevalente as meninas apresentarem bonecas, maquiagens, cosméticos, roupas, sapatos, bolsas; os meninos, por sua vez, apresentam armas de brinquedo, videogames, bonecos de super-herói, jogos de tabuleiro.

Retomando Teresa de Lauretis (1987, p. 209), é possível admitir que o conjunto de vídeos apresentados tem potencial para produzir uma série de efeitos nas produções dos corpos, nas concepções e discursos que definem o que é um corpo belo, na produção do gênero e, além disso, tem potencial para reverberar nas subjetividades dos sujeitos, o que se dá de modo complexo e diferenciado, a depender de fatores como raça e classe.

Outro aspecto que deve ser ressaltado nas trilhas de vídeos indicadas pelas crianças, é que as/os *youtubers* que protagonizam os vídeos acabam se tornando “promotoras/es de venda” dos produtos utilizados. Elas/es estimulam, de forma lúdica e descontraída, hábitos de consumo. Tanto as crianças que encenam os vídeos como aquelas que os apreciam estão submetidas a toda sorte de produtos. Há relações comerciais que podem existir a partir da produção e recepção de tais vídeos. Nesse caso, como aponta Dornelles (2005, p. 94), “não se consome apenas o objeto em si, mas tudo aquilo que ele possa representar para meninos e meninas, *status*, conforto, desejos e beleza, saber, poder”.

Há o acionamento de uma linguagem, nos vídeos, que aguça o desejo das crianças de alcançar os padrões de consumo neles apresentados. Além disso, é importante que se diga

⁹² E entre as meninas e meninos com quem conversei, nenhum deles indicou canais protagonizados por meninos negros. Nos fluxos da pesquisa, visitei espontaneamente alguns canais, dentre eles: “Pergunte ao Ph”, “Ator, modelo, Kauan” e o canal “Isaac do Vine”. No primeiro, o menino conta a trajetória de sujeitos negros como Dandara, Martin Luther King, Zumbi e Mandela. Já no segundo, os trabalhos como ator e modelo de Kauan são apresentados, além de narrativas de superações com casos de racismos sofridos em sua escola. Já Isaac do Vine, em seu canal, dinamiza jogos, desafios e apresentação de brinquedos.

também que não se trata apenas de meras apresentações de produtos e marcas ou de questões mercadológicas, trata-se da produção de discursos que estimulam a instauração de comportamentos, produções de subjetividades e a criação de estilos de vida atrelados a um consumo intensivo.

Para Featherstone (1995, p.123), a preocupação com o estilo de vida, com a estilização da vida, sugere que “as práticas de consumo, o planejamento, a compra, a exibição dos bens e as experiências de consumo na vida cotidiana não podem ser compreendidos simplesmente mediante concepções de valor de troca e cálculo racional instrumental”. Vão muito além disso: o estilo passa a ter um *status* de projeto de vida. Numa sociedade onde a visibilidade e o consumo intensivo são imperativos, “um conjunto de bens, roupas, práticas, experiências, aparências e disposições corporais passam a ser fundamentais para composição e reconhecimento do indivíduo” (FEATHERSTONE, 1995, p. 37). Conforme o autor, o conjunto de mercadorias é capaz de delinear um sistema de signos que pode ser acionado para a classificação do outro.

As crianças que protagonizam os vídeos mencionados pelos meus interlocutores compartilham seu dia a dia permeado por práticas de consumo e produtos que, em suas concepções, as fazem ser especiais, destacarem-se na multidão. As narrativas mostram que João, Tânia, Maia, Taila e Sandra alimentam um desejo semelhante. Nessa lógica, os tutoriais e os vídeos têm uma função pedagógica na produção desse passível de likes, de olhares de apreciação e ampla sociabilidade. Compreendo, portanto, a partir da escuta atenta, que os vídeos desempenham um papel fundamental na produção de estilos, gostos, parâmetros de beleza, rotinas de gestos que embelezam entre as crianças com quem conversei. No entanto, embora isso seja massivo, nunca é de todo homogêneo, ou seja, há negociação o tempo todo com as particularidades dos cotidianos, com diferenciadas maneiras de pensar e agir e com as desiguais condições de obtenção dos produtos almejados.

Nesse movimento, os estímulos ao consumo presentes nos vídeos, bem como a publicidade que os permeia produzem “imagens sonhos” que atravessam as vidas de crianças das diferentes realidades sociais e alimentam sobremaneira “a cultura do consumo”. Esse termo, conforme o autor, “não apenas assinala a produção e o relevo cada vez maiores dos bens culturais enquanto mercadoria, mas também o modo pelo qual a maioria das atividades culturais e das práticas significativas passam a ser mediadas através do consumo. Esse último envolve progressivamente o consumo de signos e imagens” (FEATHERSTONE, 1997, p. 109-10).

Tânia, Maia e Sandra Taila, João vivenciam esse atravessamento de signos e imagens que diariamente perpassa as suas vidas e de outras crianças com quem dialoguei. Tal atravessamento influencia nas suas concepções de beleza, nos seus modos de viver, ressoando de maneira particular, a depender de gênero, raça, classe e das trajetórias de cada um. Assim, as vivências nos salões e a audiência dos vídeos se somam, complementam-se. Refinando esse exercício de reflexão, aludo a Buckingham (2012), que propõe compreender como as programações voltadas ao público infantil convidam as crianças a se envolverem com o conteúdo transmitido.

O autor defende a necessidade de entender quais as funções das crianças como atores ou participantes dos programas. A perspectiva de Buckingham (2012, p. 114) é interessante, porque, ao invés de compreender o significado como algo que a mídia meramente distribui a públicos passivos, defende o estudo das “diversas maneiras nas quais os significados e prazeres são construídos, definidos e difundidos”.

Tomaz (2017, p. 1) constata que “os usos das crianças na plataforma de vídeos *YouTube* permitem que elas produzam novas sociabilidades às quais também se submetem”. A autora se engaja em romper com uma ideia recorrente de que o fenômeno dos *youtubers* mirins seja apenas “um cooptação de crianças vulneráveis, narcisistas ou consumistas em um projeto puramente mercadológico” (TOMAZ, 2019, p. 2). Ao contrário, defende que “por meio desses canais, são produzidos e disseminados assuntos que as crianças consideram importantes e que muitas vezes sequer são pautados na esfera pública por especialistas, os pais e as mães, os formuladores de políticas públicas ou os educadores” (TOMAZ, 2019, 12).

De fato, ao mirar os vídeos indicados pelos sujeitos desta pesquisa, percebemos que, embora adultos tenham se envolvido na produção ou tenham contribuído com a elaboração das narrativas, não há como negar que o protagonismo das cenas pertence às crianças. Isso pode ser observado no ritmo impresso na transmissão da mensagem, no tempo de fala, em todo o conjunto de técnicas corporais que mobilizam na relação com a tecnologia: uma forma de posicionar o corpo, o olhar e a voz, além da condução das temáticas tratadas. De forma parecida, percebo esse movimento em Taila, João, Sandra, Tânia e Maia e por parte da audiência com a qual conversei, o domínio das mídias, suas escolhas, a altivez para mostrar suas preferências e para pelejar em suas lutas.

Nessa discussão, é preciso ressaltar os receios vividos pelos pais e responsáveis pelas crianças, as discussões diante dos prejuízos que o uso excessivo ou inadequado das redes sociais pode causar às trajetórias dos pequenos. Distúrbios de saúde mental, como depressão, ansiedade, incentivo ao consumo desenfreado, problema físicos, posturais,

dificuldades na linguagem, além dos traumas advindos da exposição a conteúdos nocivos que proliferam nas páginas da *web* (PONTE; NEVES, 2020). São recorrentes as negociações sobre o tempo dispensado à internet entre crianças e familiares.

A pesquisa sugere a importância de pensar coletivamente, como um assunto de saúde pública, o uso das tecnologias. Afinal, elas não são neutras, elas dinamizam um modo de usar e articulam em seus *modus operandi* formas de agir, pensar. Faz-se necessário refletir sobre os *modus operandi* que corroboram e fortalecem, a exclusão e aqueles engajados em confrontá-las. Na esteira dos estudos da infância, acredito que uma chave para esse intento seja a escuta atenta das crianças, percebendo-as como sujeitos ativos nesses processos comunicacionais.

6.2.4 As faces da privatização dos cuidados da beleza e por uma política da beleza

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2020).

Diante da relevância que a produção da aparência física e a busca da beleza assumem nas vidas de crianças de diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, faz-se urgente trazer para a centralidade do debate a seguinte questão: a quem cabe a responsabilidade dos cuidados corporais e os ensinamentos da produção da beleza física das crianças e quais são os espaços desse cuidado?

O campo de pesquisa, nos mais diferenciados contextos, apontou que é recorrente a ideia de que os cuidados corporais que tangem à produção da beleza física das crianças e a todas as questões já ventiladas que gravitam em torno dessa produção são assuntos de foro íntimo, da esfera privada. O que fala alto é a ideia moderna de que as responsabilidades com os cuidados das crianças devem estar especialmente relegadas às famílias, numa esfera densamente privatizada.

Nessa lógica corrente, é intenso, nos territórios pesquisados, o entendimento de que são os pais que devem se responsabilizar pelos ensinamentos que contribuirão para a produção de uma aparência física considerada bela, pois isso ressoará na vivência de uma “infância saudável e feliz”, “em crianças em paz com sua autoestima” e consequentemente aceitas e apreciadas em suas redes de sociabilidade e afeto, o que ecoará numa base consistente para a produção de um adulto bem-sucedido.

O campo de pesquisa mostrou que esse cuidado privatizado recai sobretudo nas mãos das mulheres. Não à toa, a maior parte das cenas desta tese ocorre entre mães, irmãs, avós, babás e crianças. Inclusive é preciso destacar um caráter essencialista presente no campo que relega às mães, nas mais diferentes classes, os cuidados da cabeça aos pés dos filhos e filhas: os cuidados com seus cabelos, pele, adornos, o vestir, o corte das unhas, o peso e as medidas. Na maioria das vezes, se não cabe a elas fazer diretamente essas ações, devem supervisioná-las mulheres em outros papéis sociais: babás, empregadas e/ou outras da rede de convivência.

É uma dinâmica que atravessa gerações, pois as mães das crianças aprenderam com suas próprias mães, irmãs, tias, babás, os gestos que embelezam. Em muitas famílias, elas são as únicas responsáveis pelas tarefas. Corrobora essa perspectiva falas como as do pai de João, que infere que os assuntos relacionados à produção da beleza “são do departamento da Eliane”, ou os embates do pai de Maia com a mãe, cobrando dela uma vigilância mais efetiva sobre o peso da menina.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua sobre Trabalho de 2019 define que as mulheres possuem um papel de destaque nos afazeres domésticos, além dos atos de cuidado com outros indivíduos (IBGE, 2019). No Brasil, 92% das mulheres realizam atividades domésticas, enquanto a taxa dos homens é de 78%. Ainda sobre a PNAD, 51,3% dos homens realizam tarefas de cuidados de crianças entre 6 e 14 anos, todavia quando esses cuidados são especificados, mulheres estão à frente do *ranking* de todas as atividades. Ler, jogar e brincar foram as atividades mais referenciadas por eles. O cuidado das crianças é privatizado e mais acentuado na figura da mãe, quando não exclusivo, conforme ocorre com a mãe de Taila. A pesquisa do IBGE aponta que 12 milhões de mães chefiam os lares sozinhas e destas 57% vivem abaixo da linha da pobreza. Comparativamente, entre os homens, aqueles com ensino superior são os que mais participam dos cuidados de crianças nessa faixa etária – 35,3%. É preciso ler esse dado não meramente na chave da falta de interesse dos homens sem ou com baixa escolaridade. É preciso olhar as trajetórias entendendo, entre outros fatores, as jornadas de trabalho braçais extenuantes, o próprio processo de aprendizado acerca da divisão sexual do trabalho.

Nos contextos pesquisados, as cenas e as narrativas apontam, de forma recorrente, que, tomadas por um horror de que seus filhos e filhas sejam alvo de solidão, desprezo e ofensas em seus espaços de sociabilidade e redes afetivas, as mães criam estratégias, conjuntamente ou na contramão do desejo da criança, para que ela realize as modificações corporais que garantam um trânsito satisfatório, uma aceitação social. Cuidar da autoestima das crianças virou uma tônica e é visto como um remédio para uma série de problemas

peçoais. Nesses esforços, o consumo entra em cena: ida ao salão; compra de roupas, sapatos, cosméticos; agências médicas para o controle de pesos e medidas etc. O consumo vira moeda para a inserção social dos filhos conquistarem a aparência desejada, evitando assim as dores do *bullying*, da solidão. Toda iniciativa visa a garantir que a autoestima passe a ser valorizada.

É sem dúvida um trabalho hercúleo para crianças e mães, contudo ele deve ser percebido não de forma homogênea e abstrata, mas atentando as intersecções de gênero, raça e classe. Percebemos como os desafios são intensificados a depender desses marcadores e atravessam suas narrativas biográficas. Pensemos na história de João; antes mesmo do seu nascimento, houve reza e promessa por parte de sua avó materna para que o seu cabelo não fosse crespo como o do pai. Ao nascer com cabelos semelhantes ao do pai, suas melenas foram em diversas situações de sua vida desqualificadas e pouco acarinhadas; as ofensas levaram-no a raspar os cabelos. Inversamente proporcional à celebração constante aos olhos azuis e aos cabelos lisos e loiros de Sandra. Contudo é importante destacar que, apesar dos privilégios concedido à Sandra em termos de reconhecimento de sua beleza e sociabilidade, tal exaltação intensiva de sua beleza física desde os primeiros meses de vida não a livrou da angústia de acreditar que seu valor é diretamente proporcional às suas medidas, levando-a a regimes severos e a um processo de adoecimento psicológico; aliás a pesquisa aponta que essa pressão em relação ao peso recai com mais força sobre os corpos de meninas e mulheres.

Os gestos de João e Sandra podem ser lidos, muitas vezes, numa lógica neoliberal em que essas cenas devem ser debatidas apenas no fórum íntimo, privado, no entendimento de que essas crianças ao lado de seus familiares “escolhem” administrar seus corpos da forma como lhes é conveniente. Esse olhar individualizante embota o entendimento de que, nessas cenas, pode ocorrer o atravessamento de diversas instâncias, tais como a biomedicina, as mídias, as redes sociais, a indústria da beleza e do emagrecimento, que fomentam uma distribuição de poder e privilégios desiguais entre cabelos lisos e crespos, silhuetas magras e gordas.

Coaduno, nesse sentido, com Hooks (2019) quando assinala que “todos devem estar dispostos a aceitar que a parentalidade isolada exercida por mulheres ou homens não é a melhor forma de cuidar de crianças e de ser feliz como mãe ou pai” (HOOKS, 2019, p.212). A autora inspira uma reflexão de que os cuidados das crianças é uma responsabilidade da sociedade, não apenas da esfera íntima da família. Se o bem-estar das infâncias é uma orientação do ECA, ou seja, se ele é incumbência do Estado, as infâncias precisam ser pensadas como uma incumbência coletiva até pela nossa continuidade como sociedade. Promover uma rede de garantia de direitos implica atentar para como as intersecções de classe, gênero, raça e geração são socialmente acionadas para reproduzir discriminação das

corporalidades e isso passa pelos ensinamentos em torno das noções de beleza. Nesse sentido, essa pesquisa possibilita refletir que a concepção da infância privatizada conjuntamente com a ideia adultocêntrica de que as crianças se tornarão cidadãs somente no futuro acabam produzindo obstáculos para o questionamento e a construção de ações fundamentais para mitigação de estruturas que reproduzem as desigualdades ainda na infância.

CONCLUSÃO: CAMINHOS TRA(N)ÇADOS

Os caminhos desta etnografia tiveram como foco a compreensão dos modos pelos quais crianças na faixa etária dos 6 aos 12 anos, de diferentes realidades sociais e econômicas, moradoras do Distrito Federal e frequentadoras de salões de beleza, vivenciam e significam a construção de suas aparências físicas, identificando o que isso revela sobre o meio social em que estão inseridas. Partindo do princípio de que as crianças são agentes e intérpretes sutis de seus contextos culturais, priorizei as narrativas desses sujeitos sobre os processos de construção de sua beleza, atentando para as posições diferenciadas no que tange a geração, classe, raça, gênero. No desenvolvimento do trabalho, busquei mostrar a capilaridade da produção de noções de beleza no sentido de destacar como o tema se conecta com outras temáticas mais amplos da vida social, tais como consumo, saúde, sociabilidade, mídia, processos educativos, discriminação das corporalidades e politização do embelezamento. Tais conexões foram gestadas na feitura da tese, tomando o campo de pesquisa como bússola.

Para realizar este estudo, inicialmente fiz um mapeamento de salões de beleza situados no Plano Piloto e nas Regiões Administrativas de Brasília. Entre as andanças, nas quadras comerciais, nas proximidades das mansões à beira do lago, no torvelinho de ruas que se desenham distantes do Eixo Monumental, visitei em torno de 35 estabelecimentos. Nesses trânsitos, frequentei salões de beleza montados por arquitetos e decoradores, com equipamentos sofisticados, significativo estoque de produtos de beleza e com equipes administrativas de limpeza e especializadas em serviços estéticos. Da mesma forma, vivenciei a pesquisa em salões situados em regiões com dificuldades de infraestrutura, em ruas que sequer foram asfaltadas. Estabelecimentos bem mais modestos no que diz respeito a instalações físicas, quantidade de estoque, número de trabalhadores e cartela de preços.

Após a identificação dos salões, realizei a seleção estratégica daqueles que foram palco para este estudo. Para essa escolha, estabeleci os seguintes critérios: públicos de diferentes realidades econômicas e sociais; fluxo intenso de crianças; variedade de serviços voltados para elas; grau de aceitabilidade da pesquisa nos locais por parte das equipes dos salões. Assim, foram escolhidos os cinco salões para a observação participante; tomados como pontos de encontro, como espaços de aproximação das crianças com quem interagi em pesquisa e também com seus familiares e as equipes dos salões.

Na primeira parte desta tese, constituídas pelos capítulos 1 e 2, apresentei ao leitor/a o ponto de entrelaço entre dois caminhos.

O primeiro foi um mover-se nos territórios da pesquisa atenta as lógicas espaciais tão próprias de meninas e meninos, suas métricas diferenciadas para medir o viver, o mapeamento das zonas que consideram abrigo e aquelas que lhes parecem assombro nos caminhos entre as suas casas e os salões. Apresentei como as vivências delas, suas ocupações e formas de vislumbrar esses territórios foram chaves para a compreensão das particularidades desses lugares, das relações que as próprias crianças estabelecem com seus corpos, de seus cotidianos e referenciais estéticos. Ao mesmo passo, convidei a olhar esses distintos territórios não como mundos rigidamente separados e alheios um ao outro. Guardadas as diferenças, descrevi como circulam, de ponta a ponta do Distrito Federal, entre as distintas portas dos salões, bens, mercadorias, imagens e imaginários em torno das práticas e concepções de beleza.

O segundo caminho trilhado – em cruzamento com o primeiro – se delineou no campo teórico e metodológico dos estudos com crianças, semeado de forma interdisciplinar desde o final dos anos 1980, que se insere na esteira do avanço dos estudos feministas e reconhece meninas e meninos como sujeitos históricos ativos na construção da realidade social. Alinhada a essa agenda, que prima pelo protagonismo dos pontos de vista das crianças e valoriza estudos feitos *com elas* e não simplesmente *sobre ela*, procurei, ao longo da tese, desconstruir ideias universalizantes que giram em torno das noções de criança e da infância as quais buscam restringi-las a perspectivas etapistas, calcadas num sistema rígido de classificação etária e cognitiva.

As definições de infância e criança foram movimentadas, portanto, reconhecendo a sua pluralidade e, especialmente, delineadas em integração com outras categorias sociais, como gênero, classe, raça e geração. Seguindo a pista de Debert (2010), essas definições foram pensadas na relação que tecem com os outros períodos em que a vida se desdobra; tais períodos mudam historicamente e variam de acordo com os contextos. Nessa dinâmica, não perdi de vista os diálogos, as negociações e os enfrentamentos travados pelos sujeitos da pesquisa com os limites postos em seus contextos acerca dos tempos sociais do ciclo de vida.

Foram justamente nas pontes entre dois caminhos (as andanças no Distrito Federal, o caminhar teórico-metodológico) que me posicionei sobre a importância da escuta atenta e sobre a possibilidade de aprendizado que se abre na troca com as crianças. Distante de uma perspectiva romantizada da infância, busquei mostrar como suas narrativas são potentes não apenas no sentido de desvelar as concepções de cada criança sobre si e a produção de suas belezas físicas, como também por trazer perspectivas que poderiam se encontrar à margem das discussões pautadas. Além disso, suas narrativas desvelam maneiras

plurais de viver a infância, fazendo emergir nuances que seriam possivelmente ignoradas em narrativas tecidas por adultos acerca desse tempo social. Nessa direção, o conceito de agência foi mobilizado não de forma apriorística, essencializada; e, sim, compreendido de maneira relacional, a partir das concretudes sociais das diversas crianças e dos entrelaçamentos de suas relações, seja com outras crianças ou com outros adultos.

Nesse horizonte, afirmo que escrever, interpretar e analisar o mundo de significados e símbolos construídos pelas crianças em relação à produção de suas belezas múltiplas consistiu, sobretudo, em abraçar o desafio de compreender as agências dentro de suas relações de poder. Crianças têm agência e protagonismo, mas, assim como ocorre com os adultos, esses atributos estão sempre dialogando com as práticas e discursos – muitas vezes contraditórios – que as interpelam. São discursos presentes nas mídias, nas escolas, nos salões, nos círculos familiares e na vizinhança, entre outras redes de interação.

Se, na primeira parte do trabalho, mencionei que o ponto de entrelaço entre as andanças nos diferentes territórios e as trilhas nos Estudos da Infância delinearam as trilhas teóricas e metodológicas, destaquei para o leitor e para a leitora o passaporte para percorrer essas trilhas: o movimento do “deixar-se afetar” (FAVRET-SAADA, 2005). Consciente da premissa de que não há neutralidade no olhar do pesquisador e muito menos ciência sem assimetrias de poder (SARMENTO E PINTO, 1997), engajei-me em desenvolver formas colaborativas de construção do conhecimento, colocando-me em sintonia com o tempo, os interesses, compartilhando sentidos e experiências com as crianças.

Para isso foi imprescindível buscar romper com uma postura adultocêntrica que, entre outras coisas, implica distanciar-se da ideia de que o estudioso, por ter sido criança ou por conviver com crianças nos papéis de pai, mãe, professor, está plenamente autorizado a falar sobre elas, sem ao menos ouvi-las. Além disso, implicou interpelar a ideia de que as pesquisas “dão voz às crianças”, já que elas sempre tiveram suas vozes, enunciações e expressões. Primei, portanto, pelo espaço de enunciação desses sujeitos, sem subalternizá-los encarando-os como atores políticos competentes, o que significa “reconhecer às crianças e aos seus movimentos os seus direitos e as suas especificidades na luta pela transformação social” (SARMENTO, 2007, 194).

Nessa direção, foram incorporados desenhos, brincadeiras e jogos ao fazer etnográfico. Isso demandou ir além da disponibilização de brinquedos e materiais como lápis de cor e folhas em branco. Foi preciso um planejamento dedicado para cada uma dessas ações, focando nas especificidades das crianças; especialmente, foi imperativo, sempre que necessário, abrir mão desse planejamento mantendo-se aberta às possibilidades que elas

próprias traziam para modificá-lo ciente de que as crianças poderiam conduzir “a brincadeira” por caminhos bem mais interessantes para as reflexões do estudo.

Nessa toada, aprendendo com elas, desnaturalizei a ideia de que só porque os interlocutores são crianças, necessariamente, apreciam desenhar ou estão sempre predispostos a essa ação. Algumas crianças preferem outros meios de aproximação. Assim, dançar, cantar, correr, girar, jogar não constituíram apenas meras etapas da minha rotina de pesquisa. Foram chaves para compartilhar sentidos e vivências. O desafio que se colocou, com força, consistiu em entrar nesses jogos tão diversos e recriá-los a favor do foco do trabalho. Consistiu em um exercício nada simples, mas potente, pois pouco a pouco uma energia inventiva, expressa em ritmos, personagens, brincadeiras, sem amarras e governos, abriu espaços para relatos de vidas, depoimentos, sonhos e impressões sobre seus corpos e belezas.

Os salões foram os terrenos privilegiados para essa troca. Nesses estabelecimentos, pude acessar as narrativas e histórias de vários momentos da vida de meninos e meninas, seja sobre a escola, os aconchegos dos seus lares, seja sobre outros espaços de sociabilidade. Neles contam-se histórias pessoais recorrentemente e vislumbram-se detalhes do modo como as crianças apreciam se vestir, se adornar, calçar, possibilitando apreender nuances que vão além dos uniformes do colégio. Foi possível captar singularidades nesses detalhes. Observei os objetos que carregam consigo nas visitas feitas aos estabelecimentos: brinquedos, eletrônicos, bolsas etc. Pude vê-los diante dos espelhos, apreciando suas imagens, em meio aos serviços estéticos, adquirindo e consumindo produtos que prometem embelezar suas aparências físicas. Diante desse manancial de informações pude apresentar ao/à leitor/leitora, sobretudo, na parte dois da tese composta pelos capítulos 3, 4 e 5, as negociações entre crianças, responsáveis e funcionários em torno da transformação da imagem corporal da criança. A seguir, sintetizo os apontamentos centrais da jornada de pesquisa.

Primeiramente, a pesquisa assinala que é preciso um criterioso cuidado para entender de forma particularizada o que os sujeitos entendem, vivenciam e dinamizam acerca da beleza e do que consideram uma aparência física considerada bela. Há particularidades nas silhuetas, sutilezas nos adornos, nas vestimentas dos corpos que precisam ser reconhecidos e contextualizados a depender de suas trajetórias, contextos, estratificações sociais. Mesmo atenta a essas particularidades, é possível apontar – ao transitar nos territórios de 35 salões no Distrito Federal e ao deter o olhar mais demoradamente em cinco deles – a nítida valorização por parte de muitas crianças, familiares e equipes dos salões de um corpo magro, branco, com a pele lisa (sem espinhas, sardas, marcas), olhos claros, feições ditas afiladas, cabelos lisos.

Geralmente, as paredes dos salões, as cartelas de serviços, as revistas, ali presentes e, de forma especial, muitas narrativas normatizam e criam uma inteligibilidade em torno dessas características considerando-as dignas de admiração, engajamento e privilégios.

A materialidade etnográfica também mostrou estabelecimentos de reconhecimento e exaltação dos cabelos crespos, cacheados e peles negras. Em salões como o Encrespa, os secadores de bico fino e as pranchas, destinados ao alisamento, saem de cena, cedendo lugar ao “pente garfo” e secadores com o bico difusor, que respeitam a curvatura dos fios. Saem de cena os adornos que visam prender ou esconder os crespos e entram aqueles que deixam as mechas mais encorpadas e visíveis, como as flores ou tiaras de tecidos coloridos. Também desaparecem os fenótipos de pessoas brancas que estampam cosméticos para ganharem luzes os fenótipos de sujeitos negros. Há, nessa dinâmica, uma abertura para a construção de outras práticas, sentidos, significados concernentes à concepção do corpo belo. Nestes espaços, as formas físicas magras, longilíneas, as peles lisas também são marcadamente admiradas e quanto mais afiladas as feições e quanto mais balanço tem os cabelos mais passíveis de elogios. A estética das meninas e mulheres negras é muito mais evidenciada que a dos meninos e homens negros na arquitetura dos salões, revistas, produtos.

Num primeiro olhar, a persistência dessa ode à magreza, à pele lisa, a feições filadas pode causar ao/à leitor/leitora estranheza, já que vivemos em tempos em que parte da mídia e do mercado da beleza exaltam, em seus editoriais de moda, nas propagandas e narrativas, as presenças de diferentes fenótipos, cores de pele, classes e idade, cabelos. A esse respeito, a relação dialógica com as crianças e familiares, funcionários inspira pensar que as imagens que se propõem mais democráticas não substituíram aquelas que exaltam a magreza, a pele lisa, o cabelo loiro; elas dividem a cena. E, em comum entre elas, há o estímulo para o intenso trabalho social e investimento financeiro na beleza, de forma que cabelos, corpos e peles pereçam naturalmente belos. Além disso, verifiquei, nos contextos pesquisados, discursos que admiram e positivam as imagens que anunciam democratizar as belezas presentes nas mídias e redes sociais, contudo, ao desvelarem as formas que desejam alcançar, os atributos de uma beleza hegemônica são recorrentemente mencionados. Mas, há crianças e adultos que fazem críticas e se recusam a um destino certo para as formas do corpo, caminham na contramão dos rígidos padrões.

Na segunda parte da tese – composta pelos capítulos 3, 4, 5 – conduzi a reflexão oferecendo uma espécie de close em cada parte do corpo – cabelo, rosto, mãos e pernas –, explicitando os serviços voltados para cada uma delas nos salões pesquisados. Por meio de histórias, vivências e perspectivas das crianças em relação a cada serviço, procurei mostrar

que há subjetividades em construção que dialogam com os contextos sociais por elas vivenciados. Nessa mirada voltada aos detalhes, levando em consideração o mosaico de singularidades pertinentes à produção do embelezamento físico, mostrei que, a despeito da assombrosa desigualdade que atravessa os diferentes territórios dos salões e da assimetria econômica entre os frequentadores, há uma pedagogia da beleza em atuação. Os serviços voltados para o embelezamento dos cabelos, rostos, mãos e pernas – socialmente situados – constituem um vocabulário de sentimentos, práticas e gestos, diariamente mobilizados nos cotidianos dos salões para uma educação, com teor moral e sentimental das corporalidades.

Engajei-me, nos capítulos 3, 4 e 5, em desnaturalizar, portanto, as certezas que gravitem em torno da essencialização dos gestos que embelezam e das escolhas estéticas; o que se vê, ao longo do *close* nas partes do corpo, é uma pedagogia em processo e os efeitos políticos gerados a partir das convivências, dos diálogos, das negociações, das reiteraões e/ou embates que ela em si provoca e realiza.

A pesquisa mostra que a pedagogia da beleza é um guia de atuação (desempenho) a partir do corpo que visa orientar e envolver não apenas as crianças, mas os funcionários dos salões e os familiares sobre as formas de olhar e tratar os corpos. Longe de ser engessada e uniforme, ela é tecida por meio de uma tessitura urdida por fios de discursos e tecnologias produzidos pela indústria de beleza, medicina estética, indústria farmacêutica, espaços da beleza (clínicas estéticas, salões de beleza), setores da mídia, da publicidade, dos processos educativos que atravessam e se relacionam com os cotidianos de sujeitos de diferentes idades e classes, frisando, do acordar ao dormir, a ideia de que a beleza física é um triunfo, uma potência, uma vitória que se traduz em poder e possibilidade de trânsito e aceitação social.

No centro dessa pedagogia – atuante nas diferentes realidades sociais estudadas – ter uma aparência física bela é crucialmente uma conquista e, antes de tudo, um trabalho minucioso que exige dedicação de tempo a cada ínfima parte do corpo. Um traço que marca muitos os processos educativos em torno dos gestos que embelezam é a ideia de que as crianças precisam se desenvolver como seres que bastam a si mesmas, que devem controlar-se, que precisam aprender a aperfeiçoar cotidianamente suas belezas e colocar suas aparências físicas no centro de suas preocupações.

Nesse traçado, a produção da beleza passa a ser para diversas crianças com quem interagi uma preocupação estruturante e parte organizadora da vida e de suas relações com a saúde, o consumo, as práticas higiene, as mídias. Como diz Butler (2003) sobre o gênero, não temos ou somos um gênero, o gênero não é. Também não temos uma beleza, nós a fazemos

por meio dessa pedagogia, num trabalho minucioso, diário. Assim, no corpo a corpo com ela, as crianças vão reiterando, negociando, tensionando, confrontando e ou resistindo as suas diretrizes. Esse processo se desdobra de forma diferenciada, dependendo das posicionalidades dos sujeitos, de suas capacidades de agência conforme as intersecções de gênero, raça e classe.

São abundantes as cenas e narrativas, nos contextos estudados, que mostram como, atrelados aos ensinamentos para a produção do corpo belo normatizado, reverberam os efeitos das marcas de um passado colonial, do racismo persistente, do classicismo e da heteronormatividade. Face a isso, vislumbram-se, no correr das vidas de crianças e adultos por meio de gestos, palavras, sentimentos, atuações acerca dessas problemáticas.

Nos diferentes territórios da pesquisa, um dos ensinamentos marcantes da pedagogia da beleza é que a produção da aparência física, no sentido de agenciá-la, transformá-la, adequá-la, enquadrá-la a determinada beleza normatizada, implica colocar o consumo dos itens, produtos, serviços da beleza na centralidade. As crianças com quem interagi aprendem desde muito cedo que os gestos que embelezam têm um preço. Inclusive, isso ressoa em toda uma gramática mobilizada em suas brincadeiras: loja no *shopping*, cartão de crédito, dinheiro, compra de produtos, parcelamento da compra, queixa diante dos preços dos cosméticos. O campo também desvelou que, na busca para conseguir o produto e o serviço almejado em prol do corpo belo, não está no horizonte de ação de algumas crianças somente ter recursos financeiros para comprá-los. Outras estratégias são agenciadas para que os produtos e os serviços de embelezamento se façam presentes em suas vidas, desde receitas ditas caseiras para o embelezamento até o escambo realizado com outras crianças ou mediado pelos responsáveis.

A etnografia informa que as crianças com quem interagi exercem papel ativo nos movimentos do consumo e reagem de maneiras diferenciadas. As de famílias com orçamentos apertados pedem os serviços como presentes de Natal, aniversário, barganham em troca de boas notas e serviços domésticos, parcelam no cartão dos pais ou solicitam o cartão emprestado a qualquer parente ou vizinho que se mobilize com a causa. Algumas entram na negociação pedindo descontos, fiado ou se valem das promoções. Vivem a perguntar se é caro ou barato o serviço ou o produto desejado. Outras crianças que integram famílias com maior poder de consumo miram em produtos colecionáveis, produtos importados e, não raro, argumentam com seus responsáveis que se há condições de compra não há o porquê de receber uma negativa sobre seus desejos de consumo. Há todo um envolvimento das crianças na economia.

Nas diferentes classes sociais, entre apelos, recusas e choros, entre ceder aos pedidos e se endividar, entre ter o dinheiro e recusar o desejo da compra, ocorre uma negociação diária entre crianças e familiares mediante um mercado que não para de criar produtos, adornos, vestuários, tratamentos, para tornar a beleza física palpável, aparentemente, ao bolso de qualquer uma/um, com preços e condições de pagamento variados.

Nesse cenário, em que as condições de consumo são claramente assimétricas, as crianças com quem interagi conferem prestígio e *status* a vida social das mercadorias que compõem a produção do embelezamento (maquiagens, cosméticos, roupas, adornos, sapatos). Como sinalizei, na terceira parte da tese, esses objetos passam não somente a representá-las, mas a exercer uma força de ação, uma capacidade inventiva que vigora em suas rotinas. Desse modo, crianças e objetos delineiam uma relação dialética, um entrelaçamento dinâmico, em que ambos se constituem mutuamente. No bojo desse entrelaçamento, concluo que as formas de se relacionar com o corpo com suas aparências físicas, bem como a produção de subjetividades são delineadas.

Vale mencionar que as narrativas e as cenas da pesquisa apontaram que a produção da beleza é, geralmente, atravessada por padrões de consumo sobre os quais não se tece, de forma corriqueira, uma reflexão acerca da cadeia produtiva e do destino do que é consumido. Na ordem do dia, temos a seguinte lógica de consumo: adquirir o produto novo, jogar fora o velho (o adorno, a roupa, o sapato, o brinquedo etc.), como se não houvesse uma condição ambiental alarmante em relação ao lixo e a tantos outros problemas complexos que gravitam em torno dessa cadeia.

Evidentemente, não afirmamos ao longo da tese que todas as crianças e familiares, equipes dos salões reagem de forma acrítica diante dos discursos e estímulos do mercado e da mídia, nem que existe, entre elas, uma interpretação homogênea acerca desses apelos. Na intimidade dos lares das crianças, suas narrativas trouxeram, inclusive, cenas em que objetos e apelos do mercado foram inteiramente transformados nas brincadeiras: riscados, picotados, desmontados e ressignificados nos movimentos e dinâmicas criativos de algumas crianças.

É possível afirmar que a relação entre infâncias, consumo e produção da beleza precisa ser vista a partir de um trato ético, de um debate público acerca do mercado da beleza e da forma como educamos e somos educados para o consumo. Numa chave crítica e política, procurei movimentar esse debate caminhando na contramão de visões cristalizadas e antagônicas que, de um lado, consideram o mercado uma entidade suprema, uníssona, onipotente, produtora unicamente de noções normativas de beleza, de formas de alienação, e,

de outro lado, consideram-no uma força suprema capaz de, por si só, catalisar, criar e promover a equidade e a inclusão.

Esta etnografia possibilitou assinalar que a vida material em torno da produção da beleza, especialmente as suas tecnologias, sobretudo as cosméticas e estéticas, pode tanto auxiliar a produzir e a propagar padrões estreitos de beleza, como pode auxiliar a pensar essas tecnologias de modo que contribuam para promover formas mais democráticas de perceber a beleza física. Neste último caso, assinalo que não basta, apenas, uma produção em massa de cosméticos voltados à celebração das diferenças e à diversidade cultural, sem criar as condições materiais de acesso a esses produtos, especialmente sem criar as condições para que, estruturalmente, questões arraigadas que provocam a discriminação das corporalidades sejam repensadas: o racismo, a homofobia, a gordofobia, a misoginia, o preconceito contra pessoas com deficiência.

Nesse debate, foram faróis as reflexões de França (2012) que desnaturalizam a ideia de que, no mercado, há somente espaço para a produção de normatividade. Em seu olhar, há espaço para movimentos de contestação, deslocamento de normatividades e afirmação da diversidade” (França, 2012, p. 248). Segundo a autora, para estarmos sensíveis a essas diferentes facetas, é imprescindível dar vida a pesquisas mais próximas aos consumidores.

Foi, justamente, fazendo esse corpo a corpo com as crianças e com os demais interlocutores, que pude perceber os diferentes ensinamentos da beleza em atuação. Por um lado, tais ensinamentos podem corroborar para práticas saudáveis pertinentes ao cuidado de si, às noções de higiene, ao zelo corporal e à autoestima; integram, inclusive, somam-se aqui a vitalidade plástica, a dimensão lúdica do brincar e as tramas da sociabilidade nas vidas das diferentes crianças que compõem essa pesquisa. Por outro, pode configurar uma face excessiva, chegando a prejudicar seriamente as crianças, tanto na dimensão psicológica quanto física, tornando-se, inclusive, como já destacado, um problema de saúde pública. Especialmente quando, pedagogicamente, os investimentos numa beleza normatizada e os investimentos na saúde acabam de tal forma imbricados que é árduo o exercício de apartar um do outro, fortalecendo-se a ideia de que os sujeitos que prezam e buscam esse padrão hegemônico são justamente aqueles que prezam por suas saúdes. Tal ideia é desconstruída ao longo destas páginas, já que são abundantes os relatos de que a conquista de um corpo considerado belo nem sempre está atrelada à saúde física e emocional.

Outro ponto mapeado na pedagogia da beleza, detectado nesse corpo a corpo com os/as interlocutores/as da pesquisa, é o fato de que o gênero vai sendo produzido e

perfeito nos fluxos dos ensinamentos e das práticas de beleza; aqui refiro-me aos pequenos gestos diários como vestir, pentear, adornar, calçar, pintar as unhas, noções de higiene. Nos territórios estudados, há fortes interpelações para que essas práticas sejam executadas de modo a reforçar a vivência de um código moral e assimétrico dos gêneros. A etnografia aponta que a focalização das diferenças de condutas como opostas e excludentes, calcadas em característica biológica, torna-se um trabalho hercúleo e gerador de tensões, conflitos, estigmatizações e de possíveis dores que podem assolar as trajetórias das crianças, mas também dos adultos com quem partilham.

A relação dialógica com as crianças na faixa etária de 6 a 12 anos, frequentadoras dos diferentes salões do Distrito Federal, descortinou falas e gestos advindos de suas redes de interação que orientam que as meninas devem ser incentivadas a terem liberdade de expressão, desde que não comprometam a beleza de seus cabelos e vestidos; a serem cada vez mais astutas e ativas, desde que não sejam extravagantes; a almejarem uma profissão para seu futuro, desde que não esteja entre aquelas reconhecidas como presumidamente masculinas e que, nessa escolha, não prescindam de tempo e energia para fazer-se fisicamente bela. No que diz respeito aos meninos, geralmente, estes são estimulados a serem vaidosos e atentos às suas belezas, desde que não prescindam de uma eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo. Nessa toada, é recorrente que a produção de suas belezas esteja atrelada a ideias de sedução, virilidade e da produção de um conquistador. Já as crianças com expressões, atitudes e posicionamentos não normativos, que borram as fronteiras de gênero, enfrentam, em suas trajetórias, fortes embates, interpelações e por vezes efeitos dolorosos.

As narrativas mostram que o alinhamento a essa “expectativa estruturada de gênero” demanda, por parte de crianças de diferentes realidades sociais e econômicas, energia, esforço e trabalho social seja para empreender movimentos de reiteração, negociação ou deslocamento das expectativas supracitadas. Por outro lado, nos salões que acolheram o estudo, ecoam também vozes, posicionamentos, olhares de familiares, funcionários dos salões e das próprias crianças que se abrem, dia após dia, para romper com esse modelo essencialista, afirmando que estas devem ser respeitadas qualquer que seja a maneira que performam suas belezas, seu gênero, ou seja, esses sujeitos dinamizam na peleja dos dias o posicionamento de que as crianças podem viver a e na diferença; o que delineia fissuras no sistema de normatização e normalização dos corpos e além disso abrem horizontes mais amplos para concepções de beleza, relações, afetos. Não restam dúvidas de que as vigorosas lutas e embates dos movimentos de mulheres, das atuações dos diversos feminismos, do movimento negro, dos estudos das masculinidades, que vêm, há tempos, confrontando as

assimetrias de poder e as desigualdades geradas por essas uma matriz heterossexual rígida, ecoam nesses posicionamentos.

Apesar dos avanços, a materialidade etnográfica desvela a necessidade de esses embates permanecerem atuantes. Se por um lado, os olhares de familiares, funcionários dos salões e das próprias crianças questionam, tensionam padrões de beleza rígidos e apregoam formas unívocas de afetividade entre as pessoas; por outro, parte desses sujeitos sustentam essas posturas desde que não diga respeito a criança no ninho, próxima, no abraço; desde que não seja filho, sobrinha, neto, aluno, amigo. Nesses casos, vigora, com frequência, o estímulo e/ou imposição da produção de uma beleza que se enquadre a um sistema binário; expressões como “coisas de meninas e meninos” (acessórios, sapatos, roupas, adornos) são pedagogicamente mobilizadas. No curso dessas páginas, mostrei os diferentes agenciamentos e performances das crianças a esse respeito.

Diante disso, abordar a força de uma norma de gênero para a composição de uma beleza normativa não se tornou ainda uma discussão datada, superada. Basta pensar na gravidade do Brasil configurar um dos países que mais mata sujeitos LGBTQIA+ e não se pode perder de vista que estas páginas foram escritas em tempos políticos afinados com o “Escola sem Partido”, que lança mão da expressão “ideologia de gênero” e em tempos que vigoram discursos como “o Brasil tem que deixar de ser um país de maricas” ou como “meninos vestem azul e meninas vestem rosa.”

Como trabalhado no caminhar dos capítulos, os nossos gestos que embelezam as nossas concepções estéticas são capazes de dialogar fortemente com as mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas de determinados contextos e momentos históricos. Eles não apenas espelham essas mudanças, como, em certa medida, têm potencial para contribuir com a sua produção, como também para contestá-la.

Nesse prisma, vale salientar que essas perspectivas políticas mencionadas se conectam com uma forte concepção de infância que vigora nos territórios estudado: a noção de uma infância inocente, assexuada, pura. Nesse prisma, qualquer pronunciamento que articule as palavras “sexualidade” e “criança” é imediatamente visto como incongruente, absurdo, imoral. Há, em muitas narrativas, a recusa de que a sexualidade também constitua as vidas das crianças. Outro ponto de vista recorrente roga que as crianças devem ser vigiadas, domadas, reguladas, poupadas desses assuntos. Essas noções embotam a dinâmica de criar espaços informativos e seguros para que elas possam desenvolver uma relação saudável com seus corpos, desejos, belezas e produção de subjetividades. Embotam, por exemplo, as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, impedindo que as crianças conheçam e

protejam os seus próprios corpos, façam suas questões, cuidem de suas saúdes, reconheçam as diversidades de sentir, as diferentes formas de se relacionar com seus corpos e aparências físicas.

Os diálogos sobre o embelezamento, sobretudo aqueles com atmosfera para se falar das coisas íntimas, colocaram uma lupa para a necessidade desses espaços. Na parte dois da tese, vimos como são comuns os medos de assédio atravessando as narrativas de crianças e adultos; a ode à juventude em que, culturalmente, meninas mais jovens sejam abordadas, discussão sobre a apresentação dos corpos infantis na publicidade; os receios de crianças e adultos diante do que podem sofrer os corpos daqueles que não se adequam ao binarismo de gênero. Sem falar em dados como o do *Atlas da violência*, elaborado pelo IPEA, “68% dos registros, no sistema de saúde, se referem a estupro de menores”. Nesta esteira, todos os comportamentos violentos vão sendo naturalizados.

Há, nesse sentido, um paradoxo ecoando em campo: de um lado o silenciamento de questões sobre gênero e sexualidade é mobilizado para preservar uma presumida pureza, inocência das crianças e, de outro, observamos as crianças de diferentes classes sociais em situações de enfrentamentos reais sobre os problemas apontados; isso demanda uma urgência no exercício coletivo de pautar tais questões. Suas vozes precisam ser, nesse sentido, não só acolhidas como levadas em conta a esse respeito, pois elas apresentam perspectivas que se diferem dos adultos e podem ampliar a discussão.

Além da normativa em torno de uma matriz binária, outro traço marcante da pedagogia da beleza apresentada pela materialidade etnográfica consiste no fato da estrutura colonial e do racismo perdurarem como mecanismos conscientes e inconscientes, no estabelecimento dos critérios de definição das características dos corpos belos, ou mais que isso, daqueles considerados a norma e daqueles considerados os outros. Nesse sentido, é possível inferir que, na desvalorização e no aniquilamento daqueles considerados os outros, os corpos referenciados como a norma mantêm privilégios. A propósito, vimos que, na episteme dominante da pedagogia da beleza, as práticas discriminatórias e racistas se voltam ainda mais fortemente para as crianças negras de pele mais escura, narizes mais largos, lábios mais grossos e pobres.

Há que se observar, na atuação da pedagogia da beleza, as interseccionalidades específicas que agem sobre os sujeitos quando são corpos de meninas negras, de meninos negros, de crianças negras pobres. Os dados da pesquisa inspiram pensar a necessidade de examinar como a pedagogia da beleza assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras, permanecendo não marcada. Nesse sentido, a pesquisa inspira a

seguinte indagação: de que forma nossos processos educativos, no que tange às práticas corporais, aos gestos que embelezam e às concepções de belo, constituem terrenos férteis para as discriminações de corporalidades?

Foram incontáveis as vezes que ouvi, no curso da pesquisa, em diferentes circuitos, julgamentos duros e posturas acusatórias direcionados aos adultos e às crianças que fazem alisamento: “falta de consciência”, “loucura”, “futilidade”, “vontade de embranquecer”, “irresponsabilidade”. Desmantelar o racismo estrutural que atravessa padrões hegemônicos de beleza significa se enredar nessa discussão e renunciar a julgamentos distanciados em prol de um entendimento mais profundo dos significados que são dinamizados em torno dos serviços estéticos e das concepções de beleza. Parte das narrativas mostra que uma das possibilidades de refletir sobre essas técnicas é que, nos olhares de crianças negras e de seus familiares, alisar os cabelos implica tentar contrabalancear os efeitos do preconceito, alcançando um fenótipo mais próximo daquele legitimado socialmente, distanciando-se da discriminação que é impelida aos corpos negros, sobretudo aos mais pobres, desde a infância.

A escuta das narrativas acerca das práticas estéticas e das concepções de beleza também nos fez vislumbrar outras perspectivas. Nesse sentido, vimos que nem sempre o alisamento implica uma ode ao branqueamento, uma vontade de embranquecer. Esse tipo de julgamento sem levar em conta as posições e perspectivas diferenciadas dos sujeitos podem cristalizar as concepções estéticas, restringindo as possibilidades de viver a relação com a aparência física. Portanto, o debate gestado ao longo da tese vai de encontro à ideia de homogeneização das aparências físicas e de posturas sectárias que defendem que, dependendo do fenótipo, só é possível manipular o cabelo de uma única maneira.

Outro aspecto acerca da pedagogia da beleza é fazer vicejar a ideia de que alcançar a beleza física é uma condição para a conquista da felicidade. A depender das diretrizes e dos estímulos a essa busca, pode ser mobilizadas práticas saudáveis pertinentes ao cuidado de si, às noções de higiene, ao zelo corporal; dimensão lúdica, sociabilidade e afetividade. Contudo são abundantes as narrativas de crianças que apontam uma contradição. Produzir essa beleza é algo tão exigente que as vozes de diversas crianças desvelam como são recorrentes sentimentos de angústia, tensão, tristeza em torno dos assuntos concernentes à beleza normatizada. Nos contextos estudados, é comum que crianças que possuem atributos alinhados às concepções hegemônicas de corpo sintam que seus corpos carecem de mais e mais aperfeiçoamento. Aquelas que vão na contramão da beleza hegemônica são recorrentemente interpeladas por pessoas significativas em redes de relações por esse descaso.

Menciono também as crianças que expressaram em suas narrativas percorrerem uma rota de dor, porque aspectos de sua aparência física passa ao largo dos padrões de beleza. Uma rota composta por isolamento, agressões verbais, físicas e emocionais, o engajamento em vão para pertencer. Tal rota foi denominada diversas vezes por crianças de diferentes realidades sociais como *bullying*.

Em campo, a expressão “*bullying*”, por um lado, confere notoriedade às cenas de sofrimento vivenciadas pelas crianças, reúne diálogos, conversas e orientações sobre essas cenas. Por outro lado, atrás dessa categoria genérica, não raramente, ficam escamoteadas várias formas de discriminação: o racismo, a homofobia, a gordofobia, a misoginia, o preconceito contra pessoas com deficiência. O *bullying* desvela uma série de desigualdades arraigadas na estrutura do país. Por essa razão, a pesquisa sugere que é preciso examiná-lo detalhadamente, sem generalizações e culpabilizações puras e simples das crianças ou mesmo uma subestimação dos relatos e experiências delas: “Toda criança passa por isso”, “Isso é bobagem. Toda criança briga”, “Isso é brincadeira de criança!” “

No Brasil, a Lei 13.185/2015 define o *bullying* como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo. É praticado sem motivação evidente por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas”. Com base nesta pesquisa, penso que a expressão “sem motivação evidente”, descrita na lei, parece escamotear as desigualdades profundas, a discriminação de corporalidades que, muitas vezes, atravessam as vidas das crianças e acabam suscitando as ações de *bullying*, camuflando o teor político do tema. Nesse horizonte, produz-se um arsenal de estigmas que marcam corpos e subjetividades ou que os deixam diariamente em tensão. Nesse sentido, a pesquisa sugere que debate não pode se ater unicamente à compreensão desse fenômeno a partir de uma análise psicológica dos indivíduos que praticam o *bullying* e dos que o sofrem. Os dados sugerem um exame cuidadoso das relações dos envolvidos, sem jamais perder de vista a análise do contexto social e histórico no qual essas relações se estabelecem.

Nos deparamos com narrativas de crianças do Sol nascente e no Plano Piloto que mostram que o *bullying* configura umas das principais motivações para efetuar os serviços nos salões de beleza. Nesses estabelecimentos, são produzidos os corpos que tentam abrandar, muitas vezes, sem sucesso, essas situações. É, portanto, sobre as formas de como se defender dessa rota da dor que salões e responsáveis procuram atuar. Nesses casos, a tendência é ocorrer uma extensão do ato pedagógico da beleza entre os espaços de sociabilidade das crianças (casa, salão e escola). É um ato continuado para produção de uma corporeidade

engendradora, visto que os olhares, as atitudes, os posicionamentos em torno do embelezamento presente em cada um desses espaços refletem no outro.

Algumas cenas evidenciam ainda, por parte dos frequentadores dos salões, adultos e crianças, movimento de naturalização face às exigências da beleza e às discriminações de corporalidades. É como se não houvesse nada mais a fazer do que tentar ficar o mais próximo possível das características físicas normatizadas como belas. Desde pequenininhas, seus processos de subjetivação acabam se construindo face a ideias tão enraizadas que não se passa pela cabeça questioná-las de tão naturalizadas. Contudo vemos também resistências, abertura de horizontes, questionamentos, negociações de crianças e adultos face a essas exigências e discriminações.

Os espaços dos salões respondem e produzem ambos os movimentos. Seus repertórios de serviços e produtos são preenchidos diuturnamente com negociações, tensões e desejos presentes nas relações entre crianças, responsáveis e funcionários e, nesse sentido, os salões também se tornam espaços abertos para diferentes formas de perceber a beleza física, para experimentações, possibilidades de produção de corporeidades e podem ser palco para a desconstrução de padrões normativos. Os salões não são espaços apenas de produção de uma beleza normatizada. Eles pulsam a diversidade de posicionamentos que pululam nos lares, nas escolas, nos outros espaços de troca dos sujeitos e constroem também esses posicionamentos.

Por fim, o que as cenas, descritas ao longo desta etnografia, inspiram pensar é que carecemos da produção de uma pedagogia da beleza que caminhe na contramão das discriminações das corporalidades tecidas a partir de uma relação efetivamente dialógica com as crianças. Ela pode ser construída desde os primeiros toques e afagos em seus cabelos, dos primeiros adornos eleitos, dos primeiros elogios, dos primeiros cortes de cabelo, das formas como construímos conhecimentos em torno do corpo, da beleza. Nesse sentido, nada melhor que aderir a Freire (1991), em sua pedagogia da autonomia quando assinala: “a sociedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arenosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância (FREIRE, 1991, p. 47).

As práticas de embelezamento precisam ser miradas, portanto, para além de meras escolhas pessoais, de um ponto de vista social e político. Debater as assimetrias e desigualdades geradas por noções restritas de beleza é um problema que não é individual de uma ou outra criança, mas é político e social, e que, por isso, precisa ser enfrentado coletivamente. A parte fundamental, nesse processo, vai além de uma escuta atenta das crianças, mas do desenvolvimento de estratégias para o reconhecimento da importância dessas

vozes nos espaços de decisão coletiva. Nesse sentido, finalizo com a fala de Taila: “Você acha certo uma pessoa ter sempre que sentir dor só porque os outros não gostam de uma coisa em você?”

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 451-470, 2012.
- AHMED, S. La performatividad de la repugnancia. In: AHMED, S. **La política cultural de las emociones**. Tradução Cecília Olivares Mansuy. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, p. 133-160.
- AHMED, S. **The promise of happiness**. Durham; London: Duke University Press, 2010.
- AITKEN, S. Geografias de berço e as contratopografias da infância. In: ABRAMOWICZ, A.; TEBET, G. (Org.) **Infância e Pós-estruturalismo**. São Paulo: Porto de Ideias, 2017, p. 81-110.
- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 26, n. 91, p. 419-442, 2005.
- ALVES, M. E. Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que a criança gostasse de lavar louça. **O Globo Rio**, Rio de Janeiro, 5 mar. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- AMES, P. As crianças e suas relações com as tecnologias da informação e comunicação: um estudo em escolas peruanas. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 11-21, 2016.
- ANVISA. **Cartilha: cosméticos infantis**. Brasília: ANVISA, [2015].
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.
- ARANGO, L. Cuidado, emoções e condições de trabalho nos serviços estéticos do Brasil. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, p. 223-232, 2016.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. (Org.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIPHEC). **A indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos: essencial para o Brasil**. Fev. 2023. Disponível em: https://abihpec.org.br/site2019/wp-content/uploads/2021/09/Panorama_do_Setor_Atualizado_Agosto1408.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIPHEC). Consumo de produtos de higiene pessoal e cosméticos infantis cresce 45,6% em 5 anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2017. Economia, p. B3. Disponível em: <https://abihpec.org.br/site2019/wp-content/uploads/2017/04/PEE-IMPRESSO-PRODS-INFANTIS-HPPC.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIPHEC). **Mercado**. Setor de higiene e beleza cresce 11% em 2014. São

Paulo, 08 abr. 2015. Disponível em: <https://abihpec.org.br/setor-de-higiene-e-beleza-cresce-11-em-2014/>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ATHAYDE, T. Infância e cisheteronormatividade. In: POCAHY, F.; CARVALHO, F. da S. P. de; COUTO JUNIOR, D. R. (org.). **Gênero, sexualidade e geração: intersecções na educação e/m saúde**. Aracaju: EDUNIT, 2018.

AVANTE. **Entenda o projeto Cadê Nossa Boneca**. [S.l.]: Avante, 2016. 1 vídeo (5min56). Publicado pelo canal Avante: Educação e Mobilização Social. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=nTYzvA3J-64. Acesso em: 12 mar. 2023.

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Kttd5GkPYPjH69DZxw6VcL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BANDEIRA, C. M. **Bullying: autoestima e diferenças de gênero**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BARROS, R. A. F.; BARROS, D. F.; GOUVEIA, T. M. O. A. Crianças como pequenos adultos? Um estudo sobre a percepção da adultização na comunicação de marketing de empresas de vestuário infantil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 3, 2014.

BAZZO, J. A agência da noção de bullying no contexto brasileiro a partir da etnografia de uma experiência escolar. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 203-231, 2017.

BELELI, I. Corpo e identidade na propaganda. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 193-215, 2007.

BELELI, I. **Marcas da diferença da propaganda brasileira**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2005.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BENTO, B. Na escola se aprende que se aprende que a diferença faz a diferença az a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549 - 559, 2011.

BERGER, M. “Felicidade é entrar num vestido P”: o culto ao corpo na sociedade urbana contemporânea. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida: perspectivas etnosociológica**. Barcelona: Bellaterra, 2005.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2009. (Coleção Feminismos Plurais).

BESSA, K. A. "Um teto por si mesma": multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-queer. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 17, n. 30, p. 67-86, 2015.

BETTI, M. U. Beleza sem medidas? Corpo, gênero e consumo no mercado de moda *plus-size*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIROLE, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 20, p. 29-55, 2015.

BOLSONARO: “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. **Terra**. 08 jun. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p.82-121, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOUZÓN, P. **Construindo identidades**: um estudo etnográfico sobre manipulação da aparência em salões de beleza. Rio de Janeiro, 321 f, 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL da Redação. Pai pinta as unhas em apoio ao filho após *bullying* na escola: “se reclamar pinto as dos pés”. **Correio**. 02 maio. 2015. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pai-pinta-as-unhas-em-apoio-ao-filho-apos-bullying-na-escola-se-reclamar-pinto-as-dos-pes/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 163, de 13 de março de 2014. Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 65, p. 4, 4 abr. 2014.

BUCKINGHAM, D. As crianças e a mídia: uma abordagem sob a ótica dos estudos culturais. **Matrizes**. São Paulo, Ano 5, n. 2, 2012, p. 93-12.

BUENO, M. E. **Girando entre princesas**: performance e contorno de gênero em uma etnografia com crianças. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

BUSS-SIMÃO, M. A dimensão corporal: implicações no cotidiano da educação da pequena infância. **Magis**: Revista Internacional de Investigación en Educación, n. 3, p. 261-274, 2009.

BUSS-SIMÃO, M. **Infância, corpo e educação na produção científica brasileira (1997-2003)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, M. Depilação Kids para tirar pelos de crianças vira discussão; quando pode? **Universa UOL**. 21 jan. 2020. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/27/depilacao-kids-para-tirar-pelos-de-criancas-causa-polemica-na-internet.htm>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CANTINI, N. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira**. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CERQUEIRA, D. *et al.* (coord.) **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CERTEAU, M. de. GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar**. Petrópolis RJ: Vozes, 1996.

CIDADE, L.; MORAES, L. Metropolização, imagem ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal, **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 1, p. 21-37, 2004.

CLIFFORD, J. Sobre autoridade etnográfica, *In*: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 17-62

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.

COLLIER JUNIOR, J. **Antropologia Visual: a Fotografia como Método de Pesquisa**. Tradução de Iara Ferraz e Solange Martins Couceiro. São Paulo: EPU/Edusp, 1973.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2016.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CORREIO BRAZILIENSE. Cidades. **Maior favela da América Latina: Sol Nascente toma posto da Rocinha**. [S. l.], 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. Política. **Bolsonaro recebeu mais votos do que Ibaneis**. 28 out. 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/28/interna_politica,716017/numeros-da-votacao-no-df-bolsonaro-recebeu-mais-votos-do-que-ibaneis.shtml. Acesso em: 27 fev. 2023.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COUTO, E. Corpos interditados: notas sobre anatomias depreciadas *In*: STREY, M.; CABEDA, S. (Org.). **Corpos e subjetividades: em exercício interdisciplinar** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 133-159.

CROCETTI, M. O que fazer quando a criança tem muito pelo. **Revista Crescer**. 17 set. 2014. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Saude/noticia/2014/09/o-que-fazer-quando-crianca-tem-muito-pelo.html>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CRUZ, C. C. P. **Os cabelos mágicos: identidade e consumo de mulheres afrodescendentes no Instituto Beleza Natural**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cochoeira, 2013.

CRUZ, C. S. **Obesidade infantil: o contexto social em interface com a produção científica brasileira**. 2016. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

- CRUZ, D. F. C. Algumas notas sobre bonecas para mulheres “negras” em Maputo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 929-940, 2016.
- CRUZ, D. F. C. **Que leveza busca Vanda?** Ensaio sobre cabelos no Brasil e em Moçambique. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CSORDA, T. Fenomenologia cultural corporeidade: agência, diferença sexual, e doença. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 292-305, 2013.
- DAMATTA, R. **A casa & a Rua:** espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, R. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. **Enfoques**, v. 9, n. 1, 2010.
- DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 37, p. 9-41, 2011.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, N. Z. **Nas Margens:** três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, 2010.
- DEL PRIORE, M. **Corpo a corpo com a mulher:** pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.
- DEL PRIORE, M. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Apresentação Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, 2005a.
- DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-79, 2005b.
- DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p.15-24, 2006.
- DERNTL, M. F. Além do plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 14.; 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2016.
- DIAS, D. M. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 475-497, 2014.
- DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência:** gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 1998.
- DIÓGENES, G. Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituintes. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.6, n. 18, p. 102-127, 2012.
- DORNELLES, L. V. Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

- DUARTE, E. Listamos os esmaltes clássicos preferidos das brasileiras. **Revista Claudia**, [S. l.], 6 abr. 2017.
- DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- DUTRA, J. L. Onde você comprou esta roupa tem pra homem? A construção de masculinidades nos mercados alternativos de moda. In: GOLDENBERG, M. (org.). **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 359-411.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder numa pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Estigma**: notas sobre manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- EUFRÁSIO, J. **Saiba como vão funcionar as primeiras escolas militares do GDF**. Brasília, DF, 15 jan. 2019. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/15/interna_cidadesdf,730855/saiba-como-va-ao-funcionar-as-primeiras-escolas-militares-do-gdf.shtml
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Tradução de Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FARIA, A. L. G.; FINCO, D. **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- FARIA, M. L. G. A pedagogia ascensional das primeiras histórias. **Revista Diadorim**, v. 1, 2006.
- FAVERO, S. R.; MACHADO, P. S. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 102-126, 2019.
- FAVRET-SAADA, J. 'Être affecté' de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FEATHERSTONE, M. **O Desmanche da Cultura**. São Paulo: 1997.
- FECOMERCIO-SP. **Brasileiros gastam mais de R\$ 20 bilhões por ano em salões de beleza**. 04 ago. 2015. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/noticia/brasileiros-gastam-mais-de-r-20-bilhoes-por-ano-em-saloes-de-beleza-1>. Acesso em: 01 set. 2017.
- FERNANDES, A. E. R. **Avaliação da imagem corporal, hábitos de vida e alimentares em crianças e adolescentes de escolas públicas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- FERNANDES, F. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1961.

FIANS, G. **Entre crianças, personagens e monstros: uma etnografia de brincadeiras infantis**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2015.

FINCO, D.; OLIVEIRA, F. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Org.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 55-80.

FOLHA de São Paulo. **Entrevista: Ana Olmos**. Psicanalista crítica estímulo dado pelos pais. São Paulo, 02 nov. 2008.

FONSECA, C.; MEDAETS, C.; RIBEIRO, F. B. (Org.). **Pesquisas sobre família e infância**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRANÇA, I. L. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FRANÇA, I. L. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 6, n. 07, 2012.

FRASER, N. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. Tradução de Nátaia Luchini. **Revista direito GV**, v. 7, n. 2, p. 617-634, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016

FRY, P. Estética e política: relações entre “raça”, publicidade e produção da beleza no Brasil. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Nu e Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 303-325.

GANDRA, A. Ascensão da classe C contribuiu para o aumento de cirurgias plásticas no Brasil. **Agência Brasil**. 13 abr. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2013/04/ascensao-da-classe-c-contribuiu-para-o-aumento-de-cirurgias-plasticas-no>. Acesso em: 24 fev. 2023.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GELEDÉS: INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Com campanha sexista, linha “Homens que Amamos” da Risqué gera polêmica**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/com-campanha-sexista-linha-homens-que-amamos-da-Risqué-gera-polemica/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento e infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc**; Tradução de Marino Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1977.

- GIRARDELLO, G. Produção cultural infantil diante da tela: da TV à Internet. In: FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. (Org.). **Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância**. Campinas: Papirus, 2008. p. 127–144.
- GOBBI, M. A. Mundos na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 147–165, 2014.
- GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, 1995.
- GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 28-40.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GOLDENBERG, M. **De perto ninguém é normal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOLDENBERG, M. **Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOMES, L. L. P. **Entre Big Chops e Black Powers: Identidade, Raça e Subjetividade em/na “Transição”**. 2014. Artigo de conclusão (Especialização em Antropologia) - Universidade Federal de Alagoas, 2014.
- GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. 2002 Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.
- GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, 2002.
- GONÇALVES, B. S. F.; MADEIRA-COELHO, C. M. Práticas avaliativas favorecedoras à aprendizagem no contexto da inclusão: a subjetividade em foco. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-17, 2021.
- GONÇALVES, M. V. G. S.; FRANCO, N. Olhares e abordagens sobre crianças trans. **J. Health NPEPS**, p. 405-422, 2019.
- GONZALEZ, L. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (Uma abordagem político-econômica). In: MADEL, Luz. (org.). **O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)**. Rio de Janeiro: Graal, V.1, 1982, (Coleção Tendências).
- GOTTLIEB, A. Para onde foram os bebês? Em busca de uma Antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP, [S. l.]**, v. 20, n. 3, p. 313-336, 2009.
- GOUVÊA, M. C. S. *et al.* O papel da criança nos movimentos sociais contemporâneos no Brasil. **Sociedade e Infância**, v. 3, p. 21–63, 2019.
- GREGORI, M. F. **Viração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HAIR & STORE. **A história do corte Chanel**. São Paulo, 18 set. 2020. Facebook: hairnstore. Disponível em: <https://www.facebook.com/hairnstore/photos/a.614370252514801/617528908865602/?type=>

3&paipv=0&eav=AfaRULh9qMVZyYHSlejZlmlrHQfMOBc7xw6fH6yRvz7zqB_n66D7gn6ZvGyVOcwHPxI&_rdr. Acesso em: 27 fev. 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARAWAY, D. Um manifesto para os *cyborgs*: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-288.

HARTMANN, L. Como fazer pesquisa com crianças em tempos de pandemia? Perguntemos a elas. **Revista NUPEART**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 29-52, 2020. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/18827>. Acesso em: 12 abr. 2022.

HARTMANN, L. **Crianças contadoras de histórias**. Brasília: Editora da UnB, 2021.

HERTZ, R. A proeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In: HERTZ, R. **Religião e Sociedade**, vol.06, 1980. p. 99-128

HIRSCHFELD, L. A. Por que os antropólogos não gostam de crianças? **Latitude**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2846>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HOLSTON, J. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOOKS, B. Alisando o nosso cabelo. **Portal Geledés**, 10 jun. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alizando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>. Acesso em: 12 maio 2018.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. **[Sem título]**. 4 jun. 2020. Apresentação em PDF. 43 slides. color. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_apresentacao.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Outras formas de trabalho 2019**.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. O corpo e a infância. In: KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. **Filosofia e Infância**: possibilidades de um encontro. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 207-238.

JESUS, J. G. de. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais [...]**. Salvador. UFBA, p. 1-14, 2013.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Caderno de Literatura em Tradução**, v. 16, p. 171-180, 2016.

KOFES, S. E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? In: BRUHNS, H. **Conversando sobre o corpo**. São Paulo: Papirus, 1994, p. 43-60.

KOFES, S. **Uma Trajetória em narrativa**. Campinas: Autores associados, 2001.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, 2002.

KUSCHNIR, K. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 5 – 13, 2016.

- LABAN, R. O Domínio do Movimento. São Paulo: Sammus, 1978.
- LAURETIS, T. de. As tecnologias do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas: Papirus, 2003.
- LE BRETON, D. Antropologia da face: alguns fragmentos. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S.l.], v. 1, n. 47, p. 153-169, 2018.
- LE BRETON, D. **As Paixões Ordinárias: Antropologia das Emoções**. Petrópolis: Vozes. 2009.
- LEACH, E. Cabelo mágico. In: DAMATTA, R. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.139-169.
- LIDOLA, M. Civilizando as outras: beleza, trabalho íntimo e encontros affectivos em brazilian waxing studios em Berlim. **Cadernos Pagu**, [S.l.], n. 63, p. e216302, 2022.
- LIMA, D. Os reis do salão. **Brasília Encontro**. 05 dez, 2012.
- LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**, Edições 70, Lisboa, 2006.
- LISBOA, C. S. de M. **Comportamento agressivo, vitimização e relações de amizade em crianças em idade escolar: fatores de risco e proteção**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, 2018.
- LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T. de. Geografia da infância: territorialidades infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, nº 1, p. 103- 127, 2006.
- LOPEZ, L. A. Mãe (in)comum: seu filho pinta as unhas? **Marie Claire**. 19 out. 2017. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Mae-incomum/noticia/2017/10/mae-comum-seu-filho-pinta-unhas.html>. Acesso em: 03 mar. 2023.
- LOURO, G. L. Corpos que escapam. **Labrys Estudos feministas**, v. 4, n. 4, p. 1-7, 2003.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443-481.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LOWENKRON, L. Sexualidade e (Menor) idade. **Polêm!ca**, v. 9, n. 1, p. 57-61, 2010.
- LUNETAS. Múltiplos olhares sobre as múltiplas infâncias. **Sete respostas para entender a ‘Oficina de Desprincesamento’**. 07 dez. 2016. Disponível em: <https://lunetas.com.br/sete-respostas-para-entender-oficina-de-desprincesamento/>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- MACHADO, L. Z. **Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher**. Série Antropologia, 319. Brasília. 2002. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/politicas-publicas-de-protecao-a-mulher/deams/atender_vitimas_criminalizar_violencias.dilemas_das_delegacias_da_mulher_unb.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.
- MACIEL, M. E. A (r)evolução dos costumes: nada mudou, tudo mudou. **Organon**, [S.l.], v. 23, n. 47, p. 65-71, 2009.

- MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.
- MALYSSE, S. R. “**Extensões do feminino**”: *megahair*, baianidade e preconceito capilar. [s.d.]. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/11/4.html>. Acesso em: 15 set. 2015.
- MAUSS, M. As técnicas corporais. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. p. 211-233.
- MAUSS, M. Três observações sobre a sociologia da infância. *Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-244, 2010.
- MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MEDAETS, C. A aprendizagem vista pela antropologia: reflexões a partir de uma etnografia na região do Baixo Tapajós. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 191-222, 2021.
- MEDEIROS, A. V. M. **O fenômeno bullying**: (in)definições do termo e suas possibilidades. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- MEDRADO, B.; LIRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.
- MIGUEL, A. Infância e pós-colonialismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 857-879, 2014.
- MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.
- MILLER, D.; HORST, H. A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 91-112, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Notícias. Infância. **Obesidade infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil**. Brasília, DF, 3 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- MIZRAHI, M. **A estética funk carioca**: criação e conectividade em Mr. Catra. Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.
- MIZRAHI, M. Cabelos ambíguos beleza, poder de compra e “raça” no Brasil urbano. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 30, n. 89, p. 31-45, 2015.
- MIZRAHI, M. **Figurino funk**: uma etnografia sobre roupa, corpo e dança em uma festa carioca. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MIZRAHI, M. Funk, religião e ironia no mundo de Mr. Catra. **Religião & Sociedade**, [S.l.], v. 27, n.2, p. 114-143, 2007.
- MOL, A. **The body multiple**: ontology in medical practice. Londres: Duke University Press, 2002.
- MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 33-60, 2001.

MOORE, H. L. “The problem of explaining violence in the Social Sciences”. In: GOW, P.; HARVEY, P. (eds). **Sex and Violence: Issues in Representation and Experience**. New York: Routledge, 1994. p. 138-155.

MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, p. 13-44, 2015.

MOTTA, F. M. N.; FRANGELLA, R. de C. P. Descolonizando a pesquisa com a crianças - uma leitura pós-colonial de pesquisa. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 187-97, 2013.

MULLER, F.; HASSEN, M. de N. A. A infância pesquisada. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2009.

MÜLLER, F.; MONASTERIO, L. M.; DUTRA, C. P. R. ‘Por que tão longe?’ Mobilidade de crianças e estrutura urbana no Distrito Federal. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 577-598, 2018.

MULTIFOCUS. São Paulo, c2019. Disponível em: www.multifocus.com.br. Acesso em: 12 mar. 2023.

MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma mulher impossível**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2004.

NARANJO, J. **Casa das Estrelas, o universo contato pela criança**. São Paulo: Editora Foz, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso. Estudos Afro-Asiáticos, v. 6 e 7. Rio de Janeiro: Edição Cadernos Cândido Mendes, nº 6-7, 1982

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

NOVAES, J. de V. **O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

NOVAES, J. de V. **Sobre a tirania da beleza**. Rio de Janeiro: Polêmica/UERJ, 2006.

NOVAES, J. de V. **Sobre o intolerável peso da feiúra: corpo, sociabilidade e regulação social**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. 2004.

NOVAES, J. de V.; VILHENA, J. de. De cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiura. **Interações**, [S.l.], v.8, n. 15, p. 9-36, 2003.

NUNES, B. F. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 3, 2014.

NUNES, B. F. Elementos para uma sociologia dos espaços edificados em cidades: o “Conic” no Plano Piloto de Brasília. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.21, p. 13-32, 2009.

NUPSEX - NÚCLEO DE PESQUISA EM SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO. Porto Alegre, [2023]. Disponível em: www.ufrgs.br/nupsex/. Acesso em: 3 mar. 2023.

OLIVEIRA, E. Criança pode passar esmalte? Famosa pinta unha de filha e levanta A Discussão. **Rede Nacional da Primeira Infância**. [S.l.], 16 out. 2012. Disponível em:

<https://primeirainfancia.org.br/noticias/crianca-pode-passar-esmalte-famosa-pinta-unha-de-filha-e-levanta-a-discussao/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ONWURAH, C. **A beleza negra será política até que seja vista como natural**. Vermelho: a esquerda bem informada. [S.l.], 12 jul. 2017. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/07/12/a-beleza-negra-sera-politica-ate-que-seja-vista-como-natural/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.20, n. 42, p. 225-70, 2014.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Relatos Orais: Do Indizível ao Dizível. In: VON SIMON, O.M. (org.). **Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

PINTO, M. A infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997. p. 33-73.

PIRES, F. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e Infância no Semi-árido Nordeste. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PIRES, F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 225-270, 2007.

PIRES, F.; SARAIVA, M. Apresentação do dossiê ser criança no Brasil hoje: (re)invenções da infância em contexto de mudança social. **Latitude**, Maceió, v. 10, n. 2, p. 165-169, 2016.

PISCITELLI, A. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: PISCITELLI, A. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectivas das mulheres**. Rio de Janeiro: Record, p. 67-83, 1997.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

PLAISANCE, E. Para uma sociologia da pequena infância. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 86, p. 221-241, 2004.

PONTE, V. P. **Cada sabe a dor e a delícia de ser o que é: uma etnografia de duas academias de musculação em Fortaleza**. 209 f. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PONTE, Vanessa Paula da. Beleza, produção e normalização do corpo em narrativas de crianças. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 153-170, 2018.

PONTE, V. P. **Somos nós que fazemos a vida como der, ou puder, ou quiser: beleza e construção do corpo em narrativas biográficas de mulheres**. 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PONTE, V. P. **Embelezamento, mídia e construção do corpo em narrativas de crianças: nuances de uma etnografia nos salões**. **Runa**, [S.l.], v. 40, n. 2, 2019.

PONTE, V. P.; NEVES, F. Vírus, telas e crianças: entrelaçamentos em época de pandemia. **Simbiótica: Revista Eletrônica**, v. 7, n. 1, p. 87-106. 2020.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2012.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PRECIADO, B.; MARCONDES NOGUEIRA, F. F. Quem defende a criança queer?. **Jangada: crítica, literatura, artes**, [S.l.], n. 1, p. 96–99, 2018.

PROUT, A. Reconsiderando a nova infância. Tradução de Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 729-750, 2010.

RIBEIRO, F. B. Lealdades, silêncios e conflitos: ser um dos “grandes” num abrigo para famílias. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 40-55, 2020.

RIBEIRO, F. B. Os cabelos de Jennifer: Notas sobre participação e etnografia em contextos da? proteção à infância?. **Acta académica 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia**, 2015, Argentina., 2015.

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora UnB, 2008.

RIFIOTIS, F. C. *et al.* A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 7-30, 2021.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Edições Loyola, 2004.

ROCHA, H. H. P.; GOUVÊA, M. C. S. de (Org.). Infâncias na história. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 187-194, 2010.

RODRIGUES, J. C. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ROGERS, D. Reservados e invisíveis: o *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 40, n. 1, 2009, p. 117-119 Resenha da Obra de: PAIVA, A. C. S. Reservados e invisíveis: o *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas. São Paulo: Pontes, 2007. 368 p.

SABINO, C. **As drogas de Apolo: o consumo de anabolizantes em academias de musculação**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAID, E. **Orientalismo**. Barcelona: Debate Editorial, 2008.

SALUTTO, N. “É preciso incluir os bebês!” Sentidos e apostas no diálogo com mulheres-mães. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 26, p. e33976, 2021.

SANT’ANNA, D. As infinitas descobertas do corpo. In: PISCITELLI, A. (Org.). **Cadernos Pagu: corporificando gênero**. São Paulo: UNICAMP, 2000. p. 235-249.

SANT’ANNA, D. B. de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmento para uma história do corpo no Brasil. In: SANT’ANNA, D. (Org.). Políticas do corpo. São Paulo: Estação liberdade, 1995, p. 121-139.

SANT’ANNA, D. B. de. **Gordos, Magros e Obesos: uma história de peso no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SANT’ANNA, D. B. de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTIAGO, F. **"O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado": hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil**. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2014.

SANTIAGO, F. “Não é nenê, ela é preta”: educação infantil e pensamento interseccional. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

SANTOS, J. N. **Preconceito racial em foco: uma análise entre alunos negros e não negros da educação infantil escola municipal de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SARMENTO, M. J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: VASCONCELOS, V. M. R.; SARMENTO, M. Infância (in)visível. Araraquara: Editora Junqueira Martins, 2007, p. 25-49.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, 2007, p. 183-206.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: SARMENTO, M. **As crianças, contextos e identidades**. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997. p. 7-30.

SAYÃO, D. T. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à educação física”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 55-67, 2002.

SCHIAVON, A. A.; FAVERO, S.; MACHADO, P. S. A ciência que vigia o berço: diferentes leituras de “saúde” frente a crianças trans e crianças intersexo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 9, p. 96-120, 2020.

SCHUCH, P.; RIBEIRO, F. B.; FONSECA, C. Infâncias e crianças: saberes, tecnologias e práticas. **Revista Civitas**. v.13, p.202-220, 2013.

SCHUCH, P.; RIBEIRO, F. B.; FONSECA, C. Infâncias e crianças: saberes, tecnologias e práticas. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 205–220, 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press. 1989.

SEBRAE. Fitness. Relatório de Inteligência: agosto/2017. [2017]. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Relat%C3%B3rio%20SIS%20Fitness%20-%20Precifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. Digitalização e dataficação da vida. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 186–192, 2021.

SEGUNDO a Abihpec, setor brasileiro de esmaltes é o segundo maior do mundo. **Terra**, [S. l.], 11 jan. 2017.

SILVA, G. M. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano. 25, n. 24, p. 173-201, 2019.

SILVA, R. C. M. *et al.* Do inesperado em etnografia com participação de crianças e jovens. **Revista del Cisen Tramas/Maepova**. v. 7, n. 2, p. 175-200, 2019.

SILVEIRA NETTO, C. F.; BREI, V. A.; FLORES-PEREIRA, M. T. O fim da infância? As ações de marketing e a "adultização" do consumidor infantil. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, [S. l.], v. 11, p. 129-150, 2010.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L.; MACEDO, M. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 37-78, 2010.

- SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Tradução de Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, 2001.
- SOUSA, E. **Corpo, pessoa e identidade**: capuxu através da infância. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.
- SOUSA, E. L. de; PIRES, F. F. “Vai entrar no livro?” A participação das crianças das pesquisas de campo aos textos etnográficos. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 141-158, 2020.
- SOUZA, É. R. de Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 169-99, 2006.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STABILE, A.; BARANZINI, C.; MINELLI, I. **No dia das mulheres, um único pedido**: respeitem nossa infância. Criança e Consumo. *[S.l.]*, 2019.
- TAMBASCIA, C. K. Recontando Mary Douglas: metodologias de pesquisa para análise de uma trajetória intelectual. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 106, p. 36-41, 5 fev. 2010.
- TASSINARI, A. Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 141-172, 2015.
- TOMAZ, R. *Youtubers* mirins: como a produção de conteúdo on-line por crianças sinaliza uma cultura lúdica digital. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA SOCIAIS (ANPOCS), **Anais [...]**. Caxambu: São Paulo, 2017.
- TOMAZ, R. **O que você vai ser antes de crescer?** :*youtubers*, infância e celebridade. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia. 2019.
- TOREN, C. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 19-48, 2010.
- VENEMA, V. As mulheres que popularizaram mundialmente a ‘Brazilian Wax’ – a depilação íntima brasileira. **BBC News Brasil**. 17 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38600350>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- VIGARELLO, G. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- VILHENA, J.; MEDEIROS, S.; NOVAES, J. V. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. **Revista Mal-estar e subjetividade**, n. 1, p. 109-144, 2005.
- WALKERDINE, V. A cultura Popular e a Erotização das Garotinhas. **Educação & Realidade**, *[S. l.]*, v. 24, n. 2, 2015.
- WEBER, T. B. B.; FRANCISCO-MAFFEZZOLLI, E. C. Mídia, Consumo e a Adultização de Crianças: Uma Reflexão Macrossocial. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL – CURITIBA - PR – 26 a 28/05/2016, 17.; Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.
- WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são utilizadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco 1992.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Editora Appris, 2020.

ZANETTE, J. E.; LEGUIÇA, M.; FELIPE, J. “Mas o que tinha no meu corpo?” Discutindo sobre infâncias e transexualidade. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, p. 109-123, 2019.

ALMEIDA, M. V. de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico* 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 1979.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 04 abr. 2023.

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2,

p. 185-206, 1995. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1224/connel_politicas_de_masculinidade.pdf?seq. Acesso em: 05 abr. 2023.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 05 abr. 2023.

CORSARO, W. A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (orgs.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.

FARIA, A. B. G. de. Pedagogia do lugar: pequena coleção para colaborar na construção e ocupação dos territórios da infância. In: FARIA, A. L. G. de; MELLO, S. A. (org.).

Territórios da Infância linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p101.

FIGUEIREDO, A. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, L.; PINHO, O. A. (org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. rev. Salvador:

Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p. 237-255.

FOUCAULT, M. Dits et écrits. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento e Karla Neves, v. IV, 1994, p. 783-813.

GOLDENBERG, M. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, N. L. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. [S.l, s.d.]. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf. Acesso em:

05 abr. 2023.

GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, DF: Anpocs, p. 223-244, 1983.

HOOKS, B. Escolarizando homens negros. Tradução de Alan Augusto Ribeiro e Keisha-Khan Y. Perry. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3, p. 677-689, 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v23n3/1806-9584-ref-23-3-00677.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

JAMES, A.; PROUT, A. A new paradigm for the sociology of childhood?: provenance, promise and problems. In: JAMES, A.; PROUT, A. Constructing and reconstructing childhood. London: Falmer, 1997.

LE BERTON, D. Antropologia da Face: alguns fragmentos. Revista de Ciências Sociais, n. 47, p. 153-169, 2017

LE BERTON, D. Uma antropologia dos sentidos. In: LE BRETON, D. Antropologia dos sentidos. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 21 - 66

LOURENÇO, T. Cresce em mais de 140% o número de procedimentos estéticos em jovens. Jornal da USP, Campus Ribeirão Preto, São Paulo, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cresceu-mais-de-140-o-numero-de-procedimentos-esteticos-em-jovens-nos-ultimos-dez-anos/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MACHADO, L. Z. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, L. Z. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade.

Cadernos Pagu, [S. l.], n. 11, p. 231–273, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MEDEIROS, A. E.; CAMPOS, N. L. de O. Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. In: PAVIANI, A. et al. (Org.). Brasília 50 anos: da capital a metrópole. - Brasília: Editora UnB, 2010. p.137-161.

MENEZES, L. Território teimoso: todas as faces de Brasília se encontram no Conic. O centro comercial sobrevive aos maus--tratos do tempo, ao descaso do governo e segue como um templo da diversidade que atrai um público eclético, de todas as classes sociais. Encontro Brasília, Brasília, 15 abr. 2013. Disponível em:

http://sites.correioweb.com.br/app/noticia/encontro/revista/2013/04/15/interna_revista,601/territorio-

teimoso.shtml#:~:text=Esquecido%20pelo%20governo%2C%20o%20Conic,40%25%20das%20lojas%20estavam%20vazias. Acesso em: 04 abr. 2023.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 06 abr. 2023.

MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência.

Cadernos Pagu, n. 14, p. 13-44, 2000. Disponível em:

http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1465_1531_moorehenrietta.pdf.

Acesso em: 05 abr. 2023.

NOVAES, J. V.; VILHENA, J. de. Corpo, corpo meu...Existe alguém mais imperfeito do que eu?. *Ricerca in psicoterapia*, v. 5, p. 16-22, 2015.

PEREIRA, A. L. O ginásio: um panóptico de Bentham para o cuidado de si? *Sociologia, problemas e práticas*, n. 51, p. 117-138, 2006. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/379/1/Soc51Ana2.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). *As crianças: Contextos e Identidades*. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

PIRES, F. O que as crianças podem fazer pela antropologia?. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/3kz5pdFYfh4dZW4XFxDyBqz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 03 abr. 2023.

PONTE, V. P. Somos nós que fazemos a vida como der, ou puder, ou quiser: beleza e construção do corpo em narrativas biográficas de mulheres. 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/951>. Acesso em: 03 abr. 2023.

POSTMAN, N. O desaparecimento da infância. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Grafia, 1999.

PRECIADO, B. Quem defende a criança queer? Tradução de Fernanda Nogueira. *Geni no Mundo*, 2013. Disponível em: <https://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>.

Acesso em: 05 abr. 2023.

PRECIADO, P. B. Lixo E Gênero. *Mijar/Cagar. Masculino/Feminino. SELECT*. 20 ABR. 2018.

Disponível em: <https://select.art.br/lixo-e-genero-mijar-cagar-masculino-feminino/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano. 25, v. 1, p. 365-373, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SABINO, C. O Peso da Forma: cotidiano e uso de drogas entre fisiculturistas. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2004.

SANT'ANNA, D. B. de. Corpo e embelezamento feminino no Brasil. *Iberoamericana* (2001-): Nova época, ano. 3, n. 10, p. 143-151, 2003. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/41673205>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SARMENTO, M. J. É preciso ouvir as crianças. [Entrevista cedida a] Cristiane Marangon. *Revista Educação*, São Paulo, 10 set.

2011. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2011/09/10/e-preciso-ouvir-as-criancas/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PLsn8PhMzxZJzvdDC3gdKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SILVA, G. M. da. Cultura negra e empreendedorismo: sensibilidades políticas a reivindicações econômicas e o engajamento através do mercado. *Anuário Antropológico*, v. 43, n. 1, p. 11-36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2744?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BENTO, Berenice. A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

BENTO, Berenice. Homem não tece a dor :queixas e perplexidades masculinas. Rio Grande do norte. Editora EDUFRN, 2015.

CHANTAL, Medaets. A aprendizagem vista pela antropologia: reflexões a partir de uma etnografia na região do Baixo Tapajós», *Horizontes Antropológicos* [Online], 60 | 2021, 2023. Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/5430>. Acesso em: 05 abr. 2023.

LAQUER, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015
MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & ensaios*, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *cadernos pagu*, n. 14, p. 13-44, 2000.

RIZZINI, Irene. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*, p. 23-44, 2001.

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. *Educação & Realidade*, v. 24, n. 2, 1999.

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, p. 247-298, 2008.

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

SANTIAGO, FLAVIO. “Não é nenê, ela é preta”: educação infantil e pensamento interseccional. *Educação em Revista*, v. 36, 2020.

SANTIAGO, Flavio; FARIA, Ana L. G. de. Feminismo negro e pensamento interseccional: contribuições para as pesquisas das culturas infantis. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, p. 1-18, 2021.

POULAIN, J.P. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

POULAIN, J.P.. Sociologia da obesidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BOUZÓN, Patrícia. Cabelos e construção de identidades: incursão antropológica em um salão de beleza. In: CASOTTI, Letícia (Org.); SUAREZ, Maribel (Org.); CAMPOS, Roberta (Org.). *O tempo da beleza: consumo e comportamento feminino, novos olhares*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2008, pp. 228-251.

DUMONT O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. 1993).

BORGES, Antonádia. 2004. Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 194 pp.

COUTO, Gustavo Belisário d'Araújo; BORGES, Antonádia Monteiro. Ser criança em movimento: ontologias e alteridade na pesquisa com crianças. *DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, n. 21, p. 83-93, 2018.

APÊNDICE A – DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO

Quadro 1 – Dados coletados na pesquisa de campo a partir das percepções de crianças e familiares

Nome	Idade/ Ano	Raça\cor	Local de Moradia	Tipo de Escola	Salão	Renda familiar
Mirela	11 anos	Parda	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos.
Maitê	4 anos	Branca	Asa Sul	Particular	Astros Estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Ivna	10 anos	Negra	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos.
Edmilson	6 anos	Negro	Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Alan	5 anos	Pardo	Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Sâmia	7 anos	Pardo	Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos.
Breno	8 anos	Negro	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
José	10 anos	Pardo	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Matias	6 anos	Pardo	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Miriam	6 anos	Branco	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Douglas	10 anos	Negro	Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Renato	10 anos	Negro	Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Liz	10 anos	Branco	Sol Nascente	Pública	Deyse	de 4 a 10 salários-mínimos
Marisa	10 anos	Negro	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Elisa	9 anos	pardo	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Lais	8 anos	Negra	Sol nascente	Pública	Deyse	Até três salários-mínimos
Katia	7 anos	Branca	Sol nascente	Pública	Deyse	de 4 a 10 salários-mínimos
Bianca	9 anos	Negra	Recanto das Emas	Pública	Encrespa	Até dois salários-mínimos
Leo	11 anos	Negro	Riacho fundo	Pública	Encrespa	Até três salários-mínimos
Valdir	5 anos	branco	Samambaia	Pública	Encrespa	Até três salários-mínimos
Rejane	10 anos	negro	Gama	Pública	Encrespa	Até dois salários-mínimos
Andressa	7 anos	Branco	Asa Norte	Particular	Escova mágica	De 10 a 20 salários-mínimos
Milena	5 anos	Branco	Asa Norte	Particular	Escova mágica	de 4 a 10 salários-mínimos
Leiliane	9 anos	Branco	Asa Norte	Particular	Escova Magica	De 10 a 20 salários-mínimos
Emanuel	11 anos	Negro	Asa Norte	Particular	Escova Magica	salários-mínimos
Diego	11 anos	Branco	Asa Norte	Particular	Turma do Cabelo	De 10 a 20 salários-mínimos
Lígia	7 anos	Branco	Asa Norte	Particular	Turma do Cabelo	De 10 a 20 salários-mínimos
João	7 anos	Negro	Asa sul	Particular	Astros e Estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Mario	10 anos	Branco	Asa Sul	Particular	Astros e Estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Bruna	11 anos	Branca	Asa Sul	Particular	Astros e Estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Bento	9 anos	branco	Asa Norte	Particular	Escova magica	De 4 a 10 salários-mínimos
Nara	6 anos	branco	Asa Norte	Particular	Escova magica	De 4 a 10 salários-mínimos
Angelica	5 anos	Branca	Asa Norte	Particular	Escova Mágica	De 4 a 10 salários-mínimos
Miguel	11 anos	Branco	Asa Sul	Particular	Astros e Estrelas	De 4 a 10 salários-mínimos
Tiago	9 anos	Pardo	Sol Nascente	Publica a	Deyse	Até três salários-mínimos
Emanuel	11 anos	Pardo	Asa Norte	Particular	Escova Mágica	De 4 a 10 salários-mínimos
Eloísa	6 anos	Branca	Asa Sul	Particular	Astros e Estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Sandra	7 anos	Branca	Asa Norte	Particular	A turma do Cabelo	De 10 a 20 salários-mínimos
Fabiola	11 anos	Branca	Asa Norte	Particular	Escova mágica	De 10 a 20 salários-mínimos
Rafaela	6 anos	Negra	Asa Sul	Particular	Astro estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Monica	8 anos	Negra	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Amanda	12 anos	Negra	sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Ana	7	Negra	Sol Nascente	Pública	DeySe	Até dois salários-mínimos
Natalia	11	Negra	Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos

Nome	Idade/ Ano	Raça\cor	Local de Moradia	Tipo de Escola	Salão	Renda familiar
Lais	8	Negra	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até três salários-mínimos
Ludmila	11	Negra	Asa Sul	Particular	Astros e Estrelas	Advogada
Rejane	10	Negra	Gama	Pública	Encrespa	
Taís	8	Negra	Paranoá	Pública	Encrespa	Até três salários-mínimos
Francisca	11	Negra	Taguatinga	Pública	Encrespa	De 2 a 4 salários-mínimos
Rita	12	Negra	Samambaia	Pública	Encrespa	De 4 a 6 salários-mínimos
Flor	7	Parda	Asa sul	Particular	Astros e Estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Paulo	10	pardo	Asa Norte	Particular	Escova mágica	De seis a 10 salários-mínimos
Olga	4	Parda	Asa Norte	Particular	Turma cabelo	De 10 a 20 salários-mínimos
Alice	12	Parda	Sol Nascente	Publica	Deyse	Até dois salários-mínimos
Fabiane	11	Branca	As Sul	Particular	Astros e estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Larissa	5	Branca	Asa Norte	Particular	Escova mágica	De seis a dez salários-mínimos
João	7	Negro	Asa sul	Particular	Astros e estrelas	De 10 a 20 salários-mínimos
Antônio	6	Branco	Asa Norte	Particular	Escova Magica	De 10 a 20 salários-mínimos
Alexandre	10	Pardo	Asa Norte	Particular	Turma do cabelo	De seis a dez 10 salários-mínimos
Lucio	12	Negro	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Tânia	8	Negra	Recanto das Emas	Particular	Encrespa	Até 6 salários-mínimos
Gabriel	10		Sol nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Luis	9	Negro	Sol Nascente	Pública	Deyse	Até dois salários-mínimos
Lauro	9		Asa Norte	Particular	Escova Magica	De seis a dez
Bernardo	7	Branco	Asa Norte	Particular	Turma do cabelo	Mais de 10salários mínimos
Valentina	3	Branca	As Sul	Particular	Astros e Estrelas	De 4 a 10 salários-mínimos
Augusto	4	Branca	Asa Norte	Particular	Turma do cabelo	Não informado
Helena	5	Parda	Sol Nascente	Particular	Deyse	Menos de dois salários-mínimos.
Juliana	4	Branca	Asa Sul	Particular	Astros e Estrelas	Não informado
Filipa	11	Pardo	Asa Sul	Astros e Estrelas	Particular	De 10 a 20 salários-mínimos
Maia	7	Branca	Asa Norte	Escova Mágica	Particular	De 10 a 20 salários-mínimos
Celina	11	parda	Sol Nascente	Deyse	Publica	Até dois salários-mínimos
Karine	11	Negra	As Su	Encrespa	Publica	Até dois salários-mínimos
Julieta	12	Parda	Sol nascente	Deyse	Publica	Até dois salários-mínimos
Léa	11	Parda	Asa Norte	Turma do cabelo	Particular	6 a dez salários-mínimos.
Nuno	6	Branco	Asa Sul	Astros e Estrelas	Particular	, De 10 a 20 salários-mínimos
Alberto	7	Branco	Sol Nascente	Deyse	Publica	Até três salários-mínimos
Bruno	4	Pardo	Asa Norte	Turma do cabelo	Particular	6 a dez salários-mínimos.
Herbert	11	Pardo	Asa Sul	Astros estrelas	Particular	De 10 a 20 salários-mínimos
Mel	6	Branca	Asa Sul	Astros estrelas	Particular	De 10 a 20 salários-mínimos
Leticia	10		Asa Sul	Astros estrelas	Particular	De 10 a 20 salários-mínimos
Monalisa	6	Negra	Asa Sul	Astros estrelas	Particular	4 a 10 salários-mínimos
Olivia	7	Branca	Asa Norte	Turma do cabelo	Particular	De 10 a 20 salários-mínimos

Nome	Idade/ Ano	Raça\cor	Local de Moradia	Tipo de Escola	Salão	Renda familiar
Alexandre	10	Pardo	Asa Norte	Turma do Cabelo	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Danilo	6	Branco	Asa Norte	Escova Mágica	Particular	4 a 10 salários-mínimos
Vanda	11	Parda	Asa Sul	Astros estrelas	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Sâmia	7	Parda	Sol Nascente	Deyse		Até dois salários mínimos
Gilva	2	Parda	Asa Norte	Escova mágica	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Padro	4	Branco	Asa Sul	Astros estrelas	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Camila	12	Negra	Asa sul	Encrespa	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Jenifer	7	Negra	Sol Nascente	Deyse	Publica	Até dois salários-mínimos
Betina	5	branca	Asa Norte	Escova mágica	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Pedro	4	branco	Asa Sul	Astros e Estrelas	Particular	De 10 a 20 salários- mínimos
Taila	11	Parda	Sol Nascente	Deyse	Pública	Até três salários-mínimos

Fonte: Acervo da pesquisa.

QUADRO 2 – QUADRO DE PREÇOS EM REAIS SERVIÇOS PARA CRIANÇAS

SERVIÇO	Dayse	Encrespa	Turma do Cabelo	Escova Mágica	Astros e Estrelas
Corte	20, 00	50, 00	60, 00	75, 00	140,00
Escova	A partir de 30, 00	-	A partir de 75, 00	A partir de 80, 00	A partir de 120,00
Penteado	A partir de 40, 00	A partir de 70, 00	A partir de 120, 00	A partir de 170, 00	A partir de 200, 00
Luzes	150, 00	-	-	-	350, 00
Alisamento com química	90,00	-	-	-	560, 00
Coloração com química	A partir de 70, 00	-	-	--	Descoloração + tintura. Só a nuca é a partir de 169,00 Todas as pontas, a partir de 390,00
Fitagem	50, 00	A partir de 80, 00 reais	-	-	-
Hidratação	A partir de 35, 00	A partir 60	A partir 75, 00	A partir de 80, 00	A partir de 150,00
Maquiagem	50, 00	70, 00		-	A partir de 200
Sobrancelha	A partir de 30, 00	-	-	75, 00	105,00
Unha- pé e mão	30, 00	--		50, 00	62,00

Fonte: Acervo da pesquisa. A expressão A partir de tem a ver com o valor do serviços proporcional ao tamanho do cabelo.

QUADRO 3 – QUADRO DESCRITIVO DE CORTES INFANTIS MASCULINOS

Tipo de corte	Descrição
Surfista	Corte na lateral do cabelo e na área da nuca com auxílio da máquina de corte, franja mais longa, com pontas desfiadas, desiguais.
Romeuzinho	O cabelo fica mais arredondado atrás e com franja
Social	Curto nas laterais, maio a parte superior
Moicano	As laterais e parte detrás são raspados do cabelo, uma faixa no meio da cabeça.

- Todos esses cortes são voltados para cabelos lisos e crespos à exceção do romeuzinho executado em cabelos lisos; já os outros cortes ditos masculinos e femininos- verificados nos diversos salões- estão descritos no corpo do texto.

Fonte: Acervo da pesquisa.